

CAMPESINATO E TERRITÓRIOS EM DISPUTA

**ELIANE TOMIASI PAULINO
JOÃO EDMILSON FABRINI**

(ORGANIZADORES)

**CAMPESINATO E TERRITÓRIOS
EM DISPUTA**

1ª edição
Editora Expressão Popular
São Paulo - 2008

Copyright © Universidade Estadual Paulista (UNESP)
Faculdade de Ciências e Tecnologia
Campus de Presidente Prudente – SP
Programa de Pós-Graduação em Geografia

Revisão: *Maitê Carvalho Casacchi e Maria Luísa Santos Abreu*
Capa: *Marcos Cartum*
Diagramação: *Maria Rosa Juliani*
Impressão: *Cromosete*
Tiragem: 1.500 exemplares

A coleção Geografia em Movimento tem Conselho Editorial indicado pela coordenação do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia – FCT da Universidade Estadual Paulista – UNESP, campus de Presidente Prudente. Por essa razão, suas publicações podem se diferenciar da linha editorial da Editora Expressão Popular.

Conselho Editorial:
Bernardo Mançano Fernandes (presidente)
Eliseu Savério Spósito
Flávia Akemi Ikuta
João Lima Sant'Anna Neto

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro
pode ser utilizada ou reproduzida sem a autorização da editora.

EDITORA EXPRESSÃO POPULAR
Rua Abolição, 266 – Bela Vista
CEP 01319-010 – São Paulo – SP
Fone/Fax: (11) 3112-0941
www.expressaopopular.com.br
vendas@expressaopopular.com.br

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
Faculdade de Ciências e Tecnologia – FCT
Universidade Estadual Paulista – UNESP
Rua Roberto Simonsen, 305
CEP 19060-900 – Presidente Prudente – SP
Fone/Fax (18) 3229-5352 / 3223-4519
www.fct.unesp.br

SUMÁRIO

Apresentação 7

PARTE 1

CAMPESINATO: QUESTÕES TEÓRICO POLÍTICAS

Lições camponesas
TEODOR SHANIN 23

Agricultura e campesinato no mundo e no Brasil:
um renovado desafio à reflexão teórica
MARTA INEZ MEDEIROS MARQUES 49

Camponeses numa era de globalização neoliberal:
América Latina em movimento
HENRY VELTMEYER JAMES PETRAS 79

PARTE 2

DILEMAS E PERSPECTIVAS PARA O CAMPESINATO FRENTE AO AGRONEGÓCIO

Colômbia: a “colheita” paramilitar
HÉCTOR MONDRAGÓN 121

O campesinato frente à expansão dos
agronegócios na América Latina
MIGUEL TEUBAL 139

Agricultura e mercado:
impasses e perspectivas para o agronegócio
e a produção camponesa no campo latino-americano
VALÉRIA DE MARCOS 191

Agricultura e mercado: campesinato
e agronegócio da laranja nos EUA e Brasil
CLIFFORD ANDREW WELCH
BERNARDO MANÇANO FERNANDES 161

Territórios em disputa e agricultura ELIANE TOMIASI PAULINO	213
Movimentos sociais no campo e outras resistências camponesas JOÃO EDMILSON FABRINI	239
Entrando nos territórios do Território BERNARDO MANÇANO FERNANDES	273
Função social da propriedade e desenvolvimento sustentável: camponeses versus agronegócio ROSEMEIRE APARECIDA DE ALMEIDA	303
Trabalho e Territórios em Disputa ANTONIO THOMAZ JÚNIOR	327
PARTE 3	
GEOGRAFIAS E PRÁTICAS TERRITORIAIS EM QUESTÃO	
Um geógrafo permanente a serviço de seu país: as contribuições de Orlando Valverde para a Geografia e para a sociedade ARIOVALDO UMBELINO DE OLIVEIRA	357
Mega-projetos e risco social: o impacto do novo canal do Panamá ANTONIO JOSÉ ALEDO TUR	419
A questão da ampliação do canal do Panamá e seus impactos socioambientais DEISE FABIANA ELY	457
Agricultura cerradeira e agronegócio: olhar de alerta e grito de conservação LÚCIA HELENA BATISTA GRATÃO	471

APRESENTAÇÃO

As mudanças estruturais vinculadas à lógica de reprodução ampliada do capital, na qual as trocas mercantis não conhecem fronteiras e os fluxos de idéias e valores que lhe são inerentes atingem uma escala planetária, as inquietações são inumeráveis, pois tudo parece esvaír-se de significado ante a velocidade de acontecimentos que parece suplantar a nossa capacidade de apreendê-los.

Nesse contexto, dois caminhos se insinuam com particular força: o do apego às formas convencionais de explicar os fenômenos ou o da insinuação da ruptura, ambas saídas insuficientes para explicar processos complexos que não foram ainda analisados em sua amplitude, seja pela limitação analítica comum aos tempos densos, seja pela vinculação teórico-metodológica com modelos explicativos que subestimam o caráter contraditório do movimento da realidade.

É no bojo da insatisfação com esse cenário que no interior da Geografia Agrária se consolida um esforço de transcender o enquadramento teórico/político próprio de abordagens comprometidas com uma visão arrebatadora do mercado e ou mítica do capitalismo, como já ponderou Teodor Shanin, que aqui nos brinda com um fragmento de sua ímpar contribuição teórica para o estudo do campesinato, eixo estrutural do SINGA, evento que nasceu na USP e que nesta quarta versão aconteceu em Londrina, resultado de uma parceria entre UEL, USP, UNESP, UNIOESTE e UFMS.

As frutíferas discussões abrigadas no interior desse evento, que em uma década pode reunir pesquisadores de todos os continentes, lideranças camponesas e profissionais em formação na Geografia e áreas afins, apontam para a pertinência de ajuste no foco das investigações sobre a questão agrária, já que a evolução das forças capitalistas não se confirmou como instrumento inexorável de homogeneização das formas de produção econômica/reprodução social no campo.

Os camponeses (em movimento) têm contrariado os prognósticos sobre o seu desaparecimento e têm desafiado, com sua recriação contraditória, intelectuais, militantes, mediadores, para não mencionar setores autoritários da sociedade, pois sua rebeldia contumaz, por vezes silenciosa, por vezes ruidosa, envolve a luta pelo controle de frações do território, o que supõe a di-

minuição do poder de extrair renda pelos setores hegemônicos da sociedade. É isto que mexe com as estruturas de poder a ponto de desencadear diversas formas de repressão, das mais sutis às mais violentas.

Esse é o contexto que mobiliza pesquisadores, acadêmicos, lideranças camponesas, entre outros e este livro é uma materialização parcial dos esforços empreendidos no SINGA 2007, no sentido de negar um lugar comum na teoria, porque identificados com a saga cotidiana dos camponeses que no mundo inteiro recusam a desterritorialização a se insinuar em tantas frentes.

Assim como estes sujeitos sociais são diversos, mas unidos por um denominador comum, a lógica de classe, este livro também o é, em face da diversidade das escalas geográficas, dos recortes temáticos e dos fundamentos teóricos de que se valem os autores, e que convergem para o esforço de diálogo com um campesinato em movimento, que está a nos desafiar com sua recriação contraditória.

Como expressão de um esforço de aproximação, as contribuições aqui reunidas não reconhecem cárceres disciplinares, nem aquiescem com pressupostos que extirpam do plano teórico os sujeitos que a realidade insiste em evidenciar. As lutas e as estratégias de sobrevivência ante os desdobramentos do projeto neoliberal, manifestados no recrudescimento das investidas para assegurar a sujeição da renda da terra ao capital estão aqui problematizadas. Rompendo com a visão positivista e unilateral do triunfo do mercado per se, são abordadas experiências que se materializam em frações do território onde saberes locais, cooperação, ajuda mútua e mediação contraditória do poder público se articulam, produzindo avanços, e por vezes recuos, no processo de recriação do campesinato.

A disposição dos textos obedece a uma divisão em três partes: campesinato – questões teórico-políticas; dilemas e perspectivas para o campesinato frente ao agronegócio; geografias e práticas territoriais em questão.

A primeira parte do livro começa com uma edição da exposição oral, devidamente autorizada por Teodor Shanin, que proferiu a conferência de encerramento do SINGA. Neste texto, cuja edição e revisão foram gentilmente feitas por Marta Inez Medeiros Marques e Clifford Andrew Welch, Shanin aborda os elementos estruturais de classe no contexto do que ele denomina de três economias, imbricadas entre si, porém com especificidades próprias, quais sejam a economia estatal, regida pelo Estado em suas múltiplas intervenções, a economia familiar, organizada a partir de uma lógica

peculiar que lhe permite otimizar as condições materiais e assim assegurar o provimento das condições de existência e a economia mercantil, regida pelo princípio de acumulação de capital.

Buscando escapar de um recorte empobrecedor, risco que se corre com publicações baseadas em edições da fala, trazemos na seqüência as reflexões de Marta Inez Medeiros Marques, que ao tratar da “Agricultura e campesinato no mundo e no Brasil”, parte da contribuição de Shanin, cujos estudos, idéias e apontamentos sobre o campesinato servem de marco e referência para inúmeros estudiosos de todo o mundo, inclusive para alguns dos que elaboraram capítulos neste livro e que evidenciam a pertinência de dialogar com Shanin para estudar o campesinato.

Apoiada na precisão conceitual, Marta percorre os desafios da reflexão teórica sobre os camponeses, tomando como referência as formulações feitas por Shanin, devidamente situadas no contexto em que o debate sobre o campesinato ganhou novo impulso, dadas as evidências inequívocas de sua persistência, ao arripio de teorias clássicas. Recupera, assim, duas correntes: uma formada a partir da influência dos chamados populistas russos, dentre os quais se destaca Chayanov; a segunda, em que são enfatizados os processos de industrialização e modernização e a conseqüente descampenização, tendo como autores principais Lênin e Kautsky.

Tais apontamentos culminarão em uma síntese em que Marta não se limita aos desdobramentos teóricos das divergências, mas vai além, buscando evidências empíricas do contraditório processo de recriação do campesinato, por meio de exposição da situação do campesinato em diversas partes do mundo, entre elas o Brasil, propondo o esboço de uma teoria sobre campesinato e desenvolvimento geográfico desigual do capitalismo, nos marcos da acumulação por espoliação.

A seguir, Henry Veltmeyer e James Petras ocupam-se dos “Camponeses numa era de globalização neoliberal: América Latina em movimento” em que, de um lado, analisam as mudanças agrárias no processo do desenvolvimento capitalista, e de outro, as forças de resistência agregadas no que é denominado de movimento antiglobalização.

Imbuídos da premissa de que os camponeses se constituíram na força de resistência mais dinâmica contra o desenvolvimento capitalista na era de globalização neoliberal, recorrem aos exemplos dos camponeses, indígenas e trabalhadores rurais sem-terra expropriados, proletarizados e empobrecidos do Bra-

sil, Paraguai, Bolívia, Equador e México, que se organizaram e se mobilizaram expressivamente contra as incursões recentes do capitalismo no meio rural.

Neste contexto, Veltmeyer e Petras destacam a luta do MST, considerando o mais dinâmico movimento, inspirando inclusive, outros movimentos similares na América Latina, mas mostram que em resposta aos “movimentos sociopolíticos”, o Estado neoliberal adotou algumas medidas para conter a mobilização dos camponeses, entre as quais a estratégia de implantação do desenvolvimento local e de reformas agrárias assistidas pelo mercado.

Os autores mostram que a proposta de desenvolvimento local está articulada ao surgimento de ONGs e a propalada guerra contra a pobreza, não sem advertir que no contexto desta “guerra”, tais organizações atuam como agentes (in)voluntárias do imperialismo – cavalos de tróia, em suas palavras, para o projeto de globalização neoliberal. Outra estratégia destacada é a reforma agrária assistida pelo mercado, entendida como esforço para neutralizar a ação dos movimentos camponeses. São estas duas frentes de intervenção, direcionadas para o desenvolvimento local, que passarão ao largo da luta de classes, obedecendo ao receituário dos parceiros estratégicos capitaneados pelo Banco Mundial.

Finalmente, ao referir-se ainda às práticas e às ações políticas de resistência no campo, Veltmeyer e Petras entendem que o campesinato é protagonista central na luta de classes pela terra na América Latina, razão pela qual os denomina de sujeitos-objetos idênticos da história.

A segunda parte do livro contém as contribuições que tematizam dilemas e perspectivas para a agricultura camponesa na América Latina, com destaque para a Argentina, Brasil e Colômbia, expressões da redefinição das estratégias de acumulação que não podem prescindir do controle da propriedade fundiária e do confisco da renda da terra. É nesta perspectiva que são abordados os meandros da mudança da base técnica da agricultura e da expansão do agronegócio, com a respectiva mediação dos Estados nacionais.

Héctor Mondragón, ao esmiuçar o tema “Colômbia: a ‘colheita’ paramilitar” aponta que na Colômbia está em curso um processo de implantação de mega-projetos agropecuários embalados pelo apelo da produção de biocombustíveis, sobretudo, a partir da cana-de-açúcar e da palmeira do dendê. Mostra que esta atividade, sustentada na grande propriedade, está colocada pelos setores dominantes como a grande possibilidade de desenvolvimento da Colômbia, ao preço da sujeição/eliminação da produção camponesa.

Trata-se de uma leitura precisa, própria do trabalho engajado desse intelectual que, não sem razão, é um exilado político em seu próprio país, sobre o qual paira inclusive a ameaça de eliminação física que a tantos outros a Colômbia dos paralimitares vitimou.

Talvez por evidenciar que os mega-projetos de produção de hidrocarbonetos se constituíram em um mito, do qual se vale o paramilitarismo em seu projeto de expansão da base territorial para a acumulação de capital. Mostra que mega-projetos não são apenas negócios para a produção de combustíveis, mas sobretudo negócios para açambarcar a terra dos camponeses, indígenas e afro-colombianos e submetê-la aos princípios da especulação, em uma dinâmica em que as áreas de expansão dos cultivos para produção de biocombustíveis coincidem com as áreas projetadas para alocar grandes empreendimentos viários e de geração de energia, elucidando, assim, como o território tem sido gerido por um Estado comprometido com interesses contrários ao da reprodução camponesa, da justiça social e da paz na Colômbia.

Em contraponto a este projeto de dominação/espoliação, Mondragón vislumbra a resiliência do projeto camponês, indígena e afro da Colômbia, e sua potencialidade em construir uma reforma agrária popular e alternativa, pautada na conservação do ambiente, no desenvolvimento de tecnologias adequadas à produção de pequena escala, no aporte de crédito, na viabilização de mercado, entre outros, como forma de alcançar a soberania alimentar e assegurar comida para a população do campo e da cidade.

Da análise da violência crua perpetrada na Colômbia, em nome da territorialização do capital temos, na seqüência, as ponderações de Miguel Teubal sobre “O campesinato frente à expansão dos agronegócios na América Latina”. Com uma pronunciada visão de conjunto, Teubal aponta que a expansão do agronegócio está relacionada ao processo de globalização do capital, que se apóia no que ele denomina de discurso dos dominantes, embalado no assédio ou falsas promessas de que a saída para a pequena agricultura seria a integração a esquemas agroindustriais, em vista das dificuldades de agregação de valor pela produção camponesa.

Todavia, mostra que a expansão agroindustrial baseia-se na especialização da produção de commodities, que assumiram características nitidamente excludentes e concentradoras o que, dentre outras conseqüências, leva à inviabilização da agricultura de base familiar.

Partindo do caso argentino, Teubal refere-se ao modelo do agronegócio como uma agricultura sem agricultores, razão pela qual o autor adverte para a necessidade de se construir um espaço alternativo de desenvolvimento, pautado na soberania alimentar, no respeito ao meio ambiente e na sustentabilidade da produção, o que remete a um modelo camponês. Entende o autor que a construção deste modelo está vinculada ao ressurgimento de importantes movimentos sociais camponeses e indígenas na América Latina, entre os quais cita a Confederação de Nações Indígenas do Equador, o Conselho Regional Indígena do Cauca, na Colômbia, o Exército Zapatista de Libertação Nacional, no México, diversos movimentos da Bolívia, bem como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, no Brasil. Em suas palavras “esses movimentos e suas lutas apontam a criação e/ou consolidação de um espaço territorial próprio no continente latino-americano, alternativo aos espaços até onde se expandiu o agronegócio”.

Coerente com as análises de Teubal, temos na seqüência a contribuição de Valéria de Marcos, que propõe uma reflexão sobre “Agricultura e mercado: impasses e perspectivas para o agronegócio e a produção camponesa no campo latino-americano”. Valéria discute a situação do campo latino-americano a partir do processo de expansão das relações capitalistas, materializadas na globalização neoliberal e conseqüente avanço do agronegócio, analisando as perspectivas para a produção camponesa no interior deste quadro.

A abordagem é dividida em duas partes, a do mundo – e o campo – em que vivemos e a do outro mundo – e o outro campo – em construção. Na primeira, analisa a internacionalização do capital e a mercantilização das atividades nas esferas econômica, social e cultural, identificando uma lógica de constituição de um mercado mundial monopolizado por empresas transacionais, entre as quais destaca aquelas que atuam nos vários setores da agropecuária, como Cargill, Mitsui, Novartis, Zeneca, Du Pont, Bayer, Monsanto, Pioneer, Armour, Swift, Monfort, cuja atuação se desdobra em diferentes expressões de monopolização do território.

A segunda parte do texto, a que preconiza a existência de outro mundo (e de outro campo) em construção, é portadora da perspectiva de que as práticas coletivamente construídas se transformam em palcos de discussões e de divulgação de experiências alternativas de desenvolvimento. Esse entendimento se faz por meio do resgate das concepções anarquistas, por Valéria, que vai aos princípios libertários e emancipadores preconizados por Kropot-

kin e Bakunin para indicar que as ações hegemônicas não são irrefreáveis, dadas as inumeráveis potencialidades de que é prenhe a realidade.

A vitalidade do agronegócio e os impasses colocados à reprodução camponesa em setores onde o processamento industrial dita os ritmos da produção agrícola, por ser mediado por uma forte demanda que se impõe em escala planetária, são a base dos apontamentos de Clifford Andrew Welch e Bernardo Mançano Fernandes, que no texto “Agricultura e mercado: campesinato e agronegócio da laranja nos EUA e Brasil” tratam da relação entre campesinato e agronegócio da laranja nestes países, tomando como exemplo as duas maiores áreas produtoras, estado da Flórida e de São Paulo, respectivamente.

De acordo com os autores, a concentração exacerbada no setor de processamento de citros levou o estado da Flórida a registrar uma progressiva elevação dos padrões de qualidade e padronização da produção, o que aliado ao crescente preço da terra acabou por excluir o campesinato desse setor produtivo. Contudo, o apelo da produção socialmente includente leva a estratégias de marketing das indústrias produtoras de suco que procuram vincular o produto à produção familiar, de modo que, nas palavras dos autores, a presença camponesa no processo de produção da laranja existe “só para consumidor ver”.

Com os parâmetros construídos a partir da investigação na Flórida, os autores dedicam-se ao estudo da cadeia citrícola no estado de São Paulo, para indicarem a proeminência da verticalização da produção e da descapitalização dos camponeses citricultores que ainda permanecem na atividade. Consideram assim que na expansão do agronegócio da laranja dois desfechos já são visíveis: o da desterritorialização camponesa, combinada com a diferenciação social, nos EUA, e o da recriação vulnerabilizada do campesinato, pelas exigências próprias de um setor altamente concentrado no Brasil, e que aliás permitiu às empresas trilhar um caminho oposto ao que se verifica no estágio do capitalismo monopolista, pois tais empresas adotaram uma política de fusões que as tornaram importantes protagonistas do setor citrícola nos EUA.

Concluem assim que nesse setor a produção camponesa está no limiar do desaparecimento, inclusive no Brasil, onde a recriação é frágil e isolada, devido à sua marginalização do processo produtivo e ao saque da renda perpetrado pelo poder quase unilateral de fixação dos preços da matéria-prima

pelas indústrias, embora salientem a importância da mediação da Associação Brasileira de Citricultores, a qual reúne, contraditoriamente, citricultores capitalistas e camponeses citricultores.

O vigor dos agentes do capital agrário também é foco das reflexões de Eliane Tomiasi Paulino, que a partir da temática “Territórios em disputa e agricultura” dedica-se ao significado dos conceitos de território e de classe camponesa, assinalando seus desdobramentos no interior das estratégias de produção do território, bem como das intervenções públicas na gestão do patrimônio fundiário. Procura, assim, mostrar que longe de se constituírem em filigranas retóricas, os conceitos mobilizam significados próprios das relações de poder, orientando práticas territoriais que determinam o lugar dos sujeitos no mundo da produção econômica e da reprodução social.

Mostra, assim, que algumas disputas territoriais são resolvidas a partir do artifício da legitimidade que vem dos consensos habilmente construídos pelas classes hegemônicas, que deles necessita para empreender atividades econômicas ao abrigo dos códigos legais bem como do fundo público, ambos monopólio do Estado.

É por meio da análise das mediações imparciais do Estado que a autora situa a expansão do agronegócio, que se dá às expensas da monopolização das terras e do descumprimento da função social da propriedade. Partindo do diálogo com dados sobre a produção agrícola no Brasil, não só coloca em questão a suposta eficiência produtiva da grande propriedade acobertada pelo agronegócio, como procura situar a participação do campesinato no processo produtivo a partir do princípio da recriação contraditória.

A análise a fundo dessa recriação contraditória aparece na seqüência, no texto “Movimentos sociais no campo e outras resistências camponesas”, de João Edmilson Fabrini, que trata das diferentes lutas e resistências camponesas, não sem advertir que elas não estão limitadas às ações empreendidas no interior dos movimentos sociais.

Embora o autor considere que os movimentos sociais tenham se tornado “paradigmáticos” na organização e interpretação das lutas camponesas, em vista, principalmente, das conquistas daí oriundas, discorre sobre a existência de muitas outras lutas e formas de resistência entre os camponeses. Para isso, recorre aos marcos da resistência construída a partir das forças locais e do território, como a produção para o auto-consumo, a autonomia

e o controle sobre o processo produtivo, a solidariedade, as relações de vizinhança, os vínculos locais, dentre outros.

Fabrini destaca que estas resistências apresentam um conjunto de desdobramentos econômicos, políticos e culturais, somando-se a outras lutas no processo de construção dos enfrentamentos da ordem dominante, marcadamente expropriatória e desumana. Conclui, assim, que a luta e a resistência camponesa é mais ampla do que os movimentos sociais no campo, o que significa dizer que existe um “movimento camponês” que não se realiza exclusivamente nos movimentos sociais.

Dos contornos das lutas empreendidas por camponeses também se ocupa Bernardo Mançano Fernandes, a partir do texto “Entrando nos territórios do Território”. Neste texto, o autor faz uma reflexão meticulosa sobre territórios e disputas territoriais, indicando a pertinência de ir além do significado de território como espaço de governança. A preocupação com a precisão conceitual é justificada pela importância manifestada no diálogo conceitual por diferentes áreas do conhecimento, bem como pela ação instrumental de instituições voltadas à elaboração de projetos para o desenvolvimento rural, que elegem o território como categoria central.

Ao tratar dos diferentes tipos de território, Bernardo procura superar a visão de território uno e singular, destacando o princípio da multidimensionalidade/conflitualidade, concebidas como um conjunto de conflitos inscritos na relação indissociável entre desenvolvimento e disputas territoriais. A partir do resgate das tendências analíticas sobre o desenvolvimento territorial rural, propõe uma classificação baseada em dois paradigmas divergentes, o do Capitalismo Agrário (PCA) e o Paradigma da Questão Agrária (PQA). Indica, assim, que o PCA contempla análises que desconsideram as contradições e as conflitualidades implícitas ao território, ao passo que o PQA implica numa perspectiva crítica aos modelos clássicos de interpretação do modo capitalista de produção, à medida que tem como referenciais as contradições, as conflitualidades inerentes às relações capitalistas e não-capitalistas de produção.

Valendo-se do referencial teórico-conceitual em diálogo com as geografias inscritas no território pelos camponeses em luta pela terra, a exemplo do que faz Bernardo, temos na seqüência as reflexões sobre “Função social da propriedade e desenvolvimento sustentável: camponeses versus agronegócio” de Rosemeire Aparecida de Almeida.

Reafirmando a distinção entre campesinato e agronegócio, distinção esta que se constitui no eixo estrutural do texto, a autora parte de um recorte geográfico específico, o Mato Grosso do Sul, para analisar a estrutura fundiária e a dinâmica da agricultura, fazendo o contraponto entre a pertinência da reforma agrária e a insustentabilidade da grande propriedade, pautando-se em dados de laudos técnicos envolvendo uma fazenda convertida em assentamento e o salto exponencial na produção com a ascensão dos camponeses ao controle da terra.

Entre os exemplos a que recorre para elucidar os contornos dessa luta, que vai da conquista à permanência na terra, está o Centro de Produção, Pesquisa e Capacitação do Cerrado, localizado no assentamento Andalúcia em Nioaque. Destaca assim que os camponeses deste assentamento criaram um projeto de geração de renda por meio do extrativismo centrado na conservação da biodiversidade do cerrado. O estudo minucioso de dados de produção, uso do solo e geração de renda lhe permite indicar que a reforma agrária é um dos caminhos possíveis para o cumprimento da função social da propriedade, princípio tomado como fundante do desenvolvimento sustentável.

Buscando escapar dos critérios meramente quantitativos de avaliação da viabilidade dos assentamentos, cujo parâmetro é a produção de escala amplamente apoiada nas redes institucionais de apoio técnico-financeiro, propõe a análise da política de redistribuição fundiária a partir de duas óticas: “enquanto ativo econômico”, sobretudo distribuição de renda e “ativo social” traduzido na ressocialização dos sujeitos, no acesso à educação, saúde, lazer, trabalho, entre outros.

A centralidade da categoria trabalho aparece no texto de Antonio Thomaz Júnior, ao tecer considerações sobre o “Trabalho e territórios em disputa”. Para tanto, o autor dedica-se à análise da mundialização partindo de elementos constituintes da reestruturação produtiva do capital que, para ele, articula um conjunto de estratégias para garantir a acumulação capitalista, o que requer um novo olhar sobre a estrutura de poder de classes e a consequente concentração das riquezas e dos meios de produção.

Thomaz Jr. aponta que a informalidade é uma das faces deste processo e conclama à ruptura do que considera “blindagem” instituída pelos atores hegemônicos, o que a seu ver exige um exercício teórico que aproxime os integrantes da classe trabalhadora, por entender que as transformações no

mundo do trabalho intensificam as disputas territoriais e a complexidade da estrutura de classes sociais.

Mostra, assim, que o referencial marxista proporciona um rico arsenal intelectual e político para entender a sociedade e o capitalismo no século XXI. É este referencial que guia o autor na reflexão sobre o universo do trabalho e as especificidades da classe trabalhadora.

A terceira parte do livro reúne abordagens que convergem para o tema: Geografias e práticas territoriais em questão, pois se detém no fazer geográfico em recortes territoriais específicos. O primeiro texto desta seção é escrito por Ariovaldo Umbelino de Oliveira para a Jornada vinculada ao SINGA e que, a cada evento, homenageia um combatente em favor da justiça social. Desta vez a escolha recaiu sobre um intelectual engajado e atento às contradições de nosso tempo: Orlando Valverde, o eminente Geógrafo que há pouco nos deixou, não sem legar uma contribuição que só os conhecedores do sentido da práxis poderiam deixar.

Como se poderá perceber, a proposta de Ariovaldo não é falar por Valverde, mas sim conceder-lhe a palavra, para que tenhamos a dimensão de quão viva é sua presença, inclusive nas heranças territoriais que sua incansável prática combativa nos legou, sobretudo no que diz respeito à Amazônia. E nesse sentido, o texto é muito mais que um convite para que não abandonemos as frentes de luta abertas por Valverde, pois projetos derrotados graças a sua oposição lúcida agora retornam, com a força institucional/legal de um governo supostamente comprometido com as lutas populares e um projeto nacional.

“As contribuições de Orlando Valverde para a geografia e para a sociedade”, assim, é um tributo ao que Ariovaldo classifica de geógrafo permanente a serviço de seu país. É o próprio Valverde que, neste texto, vai partilhar conosco lembranças e passagens sobre sua vida e sua obra, da infância à maturidade.

Ariovaldo contudo, vai além, e analisa a obra de Valverde a partir de dois elementos principais: a influência de Leo Waibel, razão das contradições de alguns de seus apontamentos, já que derivam de um choque entre idealismo e materialismo. É a firme disposição em tomar a dialética como eixo estruturador de seu pensamento que leva Valverde ao que Ariovaldo chama de encontro com a sociedade brasileira, em vista de suas reiteradas lutas para construir uma sociedade mais justa, partindo da defesa da Amazônia não

apenas como patrimônio da sociedade brasileira, mas sobretudo como território para quem nela vive, sejam indígenas, sejam camponeses.

O questionamento sobre políticas de gestão territorial que afetam o campesinato também é a essência do texto seguinte, de Antonio José Aledo Tur, que discorre sobre “Mega-projetos e risco social: o impacto do novo Canal do Panamá”, na perspectiva das comunidades camponesas. Aledo faz um verdadeiro inventário do Canal, suas funções e a “proposta” de modernização/ampliação já em execução, considerando inclusive a relação custo-benefício desse empreendimento para o povo panamenho. Ao tratar de desigualdade, poder e riscos, o autor remete à ausência de transparência e de participação das populações, sobretudo camponesas, nas decisões relativas às obras.

Aledo, embora mostre que estas populações não são chamadas a participar efetivamente (a não por plebiscito realizado em 2006) das decisões, adverte que a população camponesa não se rende a este processo excludente, e passa a exigir uma revisão profunda do projeto. No texto, relata que as comunidades agrupam-se em diferentes organizações, frentes de luta e resistência, no intuito de garantir o direito inalienável de suas terras, o que parece ter lhes assegurado uma vitória parcial, já que a proposta de construção de lagos, que inutilizaria grandes extensões de terras agricultáveis está, por ora, descartado.

O texto seguinte, de Deise Fabiana Ely, também se ocupa desse tema. “A questão da ampliação do canal do Panamá e seus impactos socioambientais” contempla uma abordagem histórica da construção do Canal e sua geopolítica, e que destaca o interesse estadunense, desde o século XIX, na construção de uma passagem do Atlântico para o Pacífico nesta estreita faixa de terras do continente americano.

A autora mostra que a concretização dessa passagem pelas mãos dos Estados Unidos lhe rendeu o direito de controle sobre o mesmo, até que no final do século XX, por meio de tratado, transferiu-se a administração do Canal para o Estado panamenho, fato ocorrido em 1999. O projeto de gestão do canal coordenado por um grupo privado, a Autoridade do Canal do Panamá, prevê a sua modernização e ampliação por meio do “Plan Maestro”, cujo objetivo é incrementar a participação no mercado mundial, aumentar a eficiência das operações, melhorar as condições de segurança e desestimular novos competidores ao canal.

Tal como Aledo, a autora indica que a execução da proposta original representaria o desalojamento de pessoas e inundações de áreas ocupadas por comunidades camponesas, daí o sentido da resistência organizada.

As ameaças a comunidades camponesas por intervenções que não nascem de suas aspirações e tampouco atendem suas necessidades também são tematizadas por Lúcia Helena Batista Gratão, que encerra o livro com o ensaio: “Agricultura cerradeira e agronegócio: olhar de alerta e grito de conservação”. Com uma proposta teórico-metodológica distinta, manifestada na exposição de valores pessoais que buscam ecoar a voz dos sujeitos afetados pelo projeto agrícola predatório e excludente, a autora procura chamar a atenção para a devastação do Cerrado diante do avanço da fronteira do agronegócio.

Dessa forma, vislumbra um confronto entre agricultura e agronegócio, o qual transforma o cerrado no que a autora denomina de império da soja, onde se cultiva a desigualdade social, a expropriação e a degradação ambiental. Por isso, Lucia explicita a necessidade de atentar para o lugar do bioma cerrado por meio de ações no ensino e na pesquisa geográfica, como forma de somar formas para preservar a biodiversidade, a terra, os povos cerradeiros, enfim, a vida.

O evento que possibilitou a reunião destas contribuições ocorreu graças a uma enorme rede de apoio. O financeiro foi imprescindível, e o tivemos da Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Paraná, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, da Caixa Econômica Federal – agência campus da UEL. Outras modalidades de apoio também foram fundamentais, em particular o institucional, por meio dos Departamentos e Programas de Pós-Graduação em Geografia das universidades promotoras do evento, sem mencionar os não institucionais, sem os quais não teria sido possível realizar esta empreitada.

No âmbito científico, além das contribuições aqui reunidas, não poderíamos deixar de mencionar que outras, por diversas razões, não puderam ser incorporadas a este livro, embora estejam aqui diluídas, pois é a interlocução que move a produção do conhecimento e esta não poderia ter sido mais rica. Cabe, assim, o devido crédito aos pesquisadores Martin Coy, da Áustria, Mildred Elizabeth Lopez Melendez e Paúl Bernal Menchú Vasquez, da Guatemala, Carlos Walter Porto Gonçalves e Moacir Gracindo

Soares Palmeira, do Rio de Janeiro, das lideranças camponesas Rosana Claudina da Costa Sampaio e Justina Cima, e da educadora do Pronera Clarice Aparecida dos Santos, que gentil e graciosamente nos brindaram com o exercício da práxis.

Por fim, há que se mencionar o trabalho na organização, onde militaram corajosamente servidores, estudantes e professores, aqui anônimos por serem tantos, mas incluídos neste tributo à servidora Edna Pereira da Silva, à estudante Aurélia Fernanda Pereira e à Professora Ângela Massumi Katuta, todas do Departamento de Geociências da UEL, expressões do comprometimento irrestrito e da energia coletiva frente aos desafios e aos imprevistos oriundos de limitações materiais e de outras ordens.

Não poderíamos deixar de assinalar também a atuação igualmente vivaz de Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Bernardo Mançano Fernandes, Carlos Walter Porto Gonçalves, Clifford Andrew Welch, Deise Fabiana Ely, Lucia Helena Batista Gratão, Marta Inez Medeiros Marques, Rosemeire Aparecida de Almeida e Valéria de Marcos, com quem compartilhamos esta colheita, semeada em meio às lições de ajuda mútua que recebemos de tantos camponeses.

Eliane Tomiasi Paulino
João Edmilson Fabrini

PARTE 1

**CAMPESINATO:
QUESTÕES TEÓRICO-POLÍTICAS**

LIÇÕES CAMPONESAS¹

TEODOR SHANIN
Universidade de Moscou

É uma honra e um prazer proferir a conferência de encerramento de um simpósio de geógrafos brasileiros dedicado a refletir sobre questões camponesas e em que foram discutidos tão importantes aspectos, principalmente o da luta camponesa por terra e, em particular, a que está ocorrendo no Brasil, na Guatemala e na Colômbia. O que nós vimos é que o antigo slogan da luta por “terra e liberdade” está vivo tanto quanto há centenas de anos atrás e é uma força mobilizadora que leva as pessoas a lutarem por um futuro melhor para elas próprias e para os outros. Nós saudamos toda luta por justiça encontrada em diferentes países, culturas e condições. Essa luta é hoje tão importante e necessária quanto o foi no passado.

Contudo, não menos significativo para um simpósio como esse é a reflexão sobre questões relativas ao conhecimento. Nós devemos participar da luta pelo conhecimento e por uma compreensão mais ampla dos problemas atuais. Quanto maior for o nosso conhecimento, maior será a nossa capacidade de mudar o mundo. As mudanças não decorrem apenas do uso de armas, de fatores econômicos e disputas políticas, elas se realizam também por meio do constante avanço do conhecimento, porque a verdade tem uma capacidade revolucionária para transformar sociedades.

Durante o século XIX, houve um debate sem-fim a respeito da definição do campesinato, da direção geral em que eles estavam se movendo em decorrência das principais mudanças desencadeadas pelo desenvolvimento do capitalismo, bem como sobre quais as ações políticas que deveriam ser adotadas diante de tais transformações. Hoje, no século XXI, nós sabemos que alguns elementos daquele debate e daquelas projeções foram antecipações do que realmente se realizou.

¹ O presente texto corresponde a uma versão editada da conferência ministrada pelo Prof. Teodor Shanin na sessão de encerramento do III Simpósio Internacional e IV Simpósio Nacional de Geografia Agrária. Traduzido e editado por Marta Inez Medeiros Marques e Clifford Andrew Welch.

Um exemplo disso, foi a previsão de que a participação percentual do campesinato no conjunto da população diminuiria e também a previsão de que, em alguns países, haveria a necessidade de grande parte dos camponeses realizarem trabalhos alternativos. Isso pode acontecer devido ao que Clifford Geertz, grande antropólogo americano, denominou de “involução rural”, que significa uma situação em que a pobreza não se resolve sozinha, tendendo a se tornar cada vez mais profunda, expulsando as pessoas do campo². Nós podemos nomear muitas sociedades que hoje se encontram nessa situação de involução agrícola e econômica.

Entretanto, pelo menos mais dois outros processos estão acontecendo atualmente. O primeiro é a criação do campesinato, que acontece em muitos países, entre eles o Brasil, em que pessoas que não são camponeses ou pessoas que são “sem-terra” recebem terra por meio de políticas de redistribuição fundiária. Há também, então, o processo de criação e recriação do campesinato.

Para provar que este processo não é uma particularidade do Brasil, vou citar um exemplo russo. Na Rússia atual, há muitas vilas que são consideradas ‘vilas mortas’, nas quais só se encontram mulheres idosas morando nelas e metade das casas já não existe mais. As pessoas abandonaram essas vilas, especialmente em lugares em que a agricultura era difícil e a terra era ruim. Contudo, desde que houve o colapso da União Soviética, há russos retornando de outras ex-repúblicas soviéticas como a Geórgia e o Kazaquistão, com o objetivo de se fixarem em seu próprio ambiente étnico. Quando eles chegam, descobrem que é extremamente difícil se estabelecer, que a vida é muito cara na cidade e que não há lugar para eles, então, muitos decidem morar nas vilas. Eles são geralmente os mais jovens e fortes membros das comunidades residentes nas vilas hoje.

Assim, há um processo de restabelecimento do campesinato acontecendo com base em razões étnicas. Há também, como acontece no Brasil, um processo que envolve decisões governamentais e ocorre devido à própria mobilização e ação direta dos camponeses que reivindicam terras para se reproduzirem como tal.

Outra importante característica a ser destacada a partir dos acontecimentos dos séculos XX e XXI é que as comunidades camponesas demons-

² Ver GEERTZ, Clifford. *Agricultural Involution: The Process of Ecological Change in Indonesia*, New York: Fontana Press, 1963. (Nota dos revisores)

tram uma real habilidade para se ajustar a novas condições e também uma grande flexibilidade para encontrar novas formas de se adaptar e ganhar a vida. Em alguns lugares, há comunidades de camponeses que hoje vivem principalmente do turismo. Há lugares onde as comunidades camponesas ganham a vida com novos métodos de produção e, em outros, os camponeses ganham a vida por meio da combinação do trabalho camponês e do trabalho não-camponês.

Há até mesmo modelos internacionais de sobrevivência camponesa. Por exemplo, encontramos na Alemanha camponeses turcos que vão para lá para trabalharem nas fábricas e remetem a maior parte do que ganham para a Turquia, onde suas famílias sobrevivem desse dinheiro, além de comprarem mais terras. Então, estamos diante de algo novo e excepcional: um campesinato internacional em sua natureza. E, só é possível entendermos como eles vivem e como eles conseguem manter estável a sua subsistência econômica, se conseguirmos entender essa complexidade.

Considerando-se o que foi dito até aqui, podemos chegar a uma dupla conclusão. Primeiramente, que a vida e existência camponesa é sob um grau considerável definida por não-camponeses, pelo governo e decisões governamentais, pelo movimento de fronteiras, pela mudança da natureza de regimes políticos etc. Ao mesmo tempo, podemos concluir que a resposta do campesinato às situações de crise nas quais eles são submetidos é sobretudo complexa e eles não ficam esperando que alguém traga a solução. As soluções encontradas para o problema de como permanecer camponês e assegurar a subsistência da família costumam ser muito flexíveis, inventivas e criativas. Camponeses têm provado ser extremamente resilientes e criativos em situações de crise e não há uma forma simplista para descrever isso.

Nesse sentido, ao compararmos o que foi dito no século XIX por vários especialistas e muitos teóricos marxistas e não-marxistas a respeito do campesinato com o que está acontecendo, fica evidente que os recursos de sobrevivência do campesinato têm provado ser mais fortes do que o que se poderia esperar naquele período.

A flexibilidade de adaptação, o objetivo de reproduzir o seu modo de vida e não o de acumulação, o apoio e a ajuda mútua encontrados nas famílias e fora das famílias em comunidades camponesas, bem como a multiplicidade de soluções encontradas para o problema de como ganhar a vida são qualidades encontradas em todos os camponeses que sobrevivem

às crises. E, no centro dessas particularidades camponesas, está a natureza da economia familiar.

Nesse sentido, quando analisamos o Estado Moderno, encontramos dois padrões distintos de sobrevivência econômica e organização econômica. Um é o capitalismo, com todas as suas características. O segundo é a organização estatal da economia, que existiu na União Soviética num grau considerável, mas que entrou em forte colapso na Rússia. Contudo, muito do que hoje existe lá ainda funciona como uma economia estatal.

Porém, se examinarmos atentamente o caso de sociedades típicas capitalistas, como a inglesa, por exemplo, veremos que definitivamente não se trata de um modelo puro de capitalismo. Isto porque o preço do leite na Inglaterra, dentre outros aspectos de sua economia, é definido não pelo mercado, mas pela Comunidade Européia, ou seja, por um grupo de funcionários públicos que controla o mercado de leite, o que consiste fundamentalmente numa forma de administração estatal da economia.

Portanto, quando as pessoas falam em economia capitalista, elas geralmente não dizem o que acontece, porque no interior da economia capitalista há elementos da economia de Estado, como podemos ver em muitos dos países capitalistas. E vice-versa. Nos tempos em que a União Soviética era considerada um caso puro de economia estatal, se observássemos de perto a sua economia, iríamos encontrar muitos elementos da economia de mercado.

Um terceiro modelo de organização sócio-econômica que existe é a economia informal, ou melhor, corresponde principalmente ao que podemos denominar de economia familiar. Ela é um tipo de economia que não é menos poderosa, relevante, influente e capaz de resolver problemas do que são a economia estatal e a economia de mercado. Não há forma de entender a economia nas sociedades capitalistas sem considerar o apoio que a economia familiar dá a esse sistema.

Como vocês definiriam uma situação em que o homem trabalha numa corporação capitalista e a mulher gasta o seu tempo cuidando da casa e transportando o filho para escola e de um lugar para outro, não recebendo nenhum salário por isso? Não se trata de uma economia capitalista, no entanto, sem ela a economia capitalista não funcionaria. O mesmo podemos dizer para a economia estatal. Neste sentido, um tipo específico de economia familiar estabelece uma lei maior em relação ao modo como esse trabalhador vive e isso nem sempre é evidente, claro ou percebido.

A questão que se impõe, então, é a seguinte: por que a economia familiar existe? Por que o mercado ou o Estado não retiraram todas as suas funções? A resposta está na questão de sua eficiência. Ela é mais eficiente, de certa maneira, do que qualquer uma das duas outras formas de economia.

Nenhuma economia estatal conseguiu, até o momento, resolver o problema de cuidar das crianças de forma tão eficiente quanto a economia familiar. Na União Soviética, houve algumas tentativas nesse sentido, mas, sem sucesso. Do mesmo modo que não há economia de mercado que funcione de forma tão eficiente e barata como ocorre em algumas situações em que se dá a junção da união da família com a economia familiar em suas especificidades.

A economia familiar tem seus próprios modelos, suas próprias estruturas e seu próprio significado primordial que não desaparece. Por isso, sob certas condições, a economia camponesa é mais eficiente do que economias não-camponesas. Os membros da família e o modelo familiar básico de bem-estar econômico estão envolvidos de forma particular num sistema de uso do trabalho que não é trabalho assalariado, mas trabalho familiar. Daí a sua capacidade para resolver problemas que outros tipos de economia não resolveriam de uma maneira tão eficaz e pouco dispendiosa.

O capitalismo foi estudado profundamente e nós temos bons estudos analíticos de seu modo de operação, assim como também temos estudos relativamente bem desenvolvidos sobre a economia estatal e a organização da economia pelo Estado, incluindo a crítica aplicada a essas economias. Em relação à análise crítica, eu gostaria de mencionar o livro recente do sociólogo norte-americano James Scott, *Seeing Like the State*³, quer dizer, o jeito de o estado olhar o mundo, que é uma crítica sistemática da economia estatal. Porém, temos menos conhecimento de economias familiares, e por isso menos entendimento delas.

Essa é uma razão pela qual o nosso entendimento de economias nacionais é sempre falho na compreensão das margens. Há alguns problemas que estão fundamentalmente ausentes e sem eles não conseguimos entender o que está acontecendo. Podemos acrescentar que essa é a razão principal para o fato de que o maior teórico da economia camponesa, Alexander Chayanov, é tão

³ SCOTT, James, *Seeing Like the State: how certain schemes to improve the human condition have failed*, New Haven: Yale University Press, 1998. (Nota dos revisores)

freqüentemente utilizado pelos estudiosos da economia familiar e tão importante para entender economias familiares como um certo tipo – um modelo, se quiser – de comportamento econômico no mundo em que vivemos hoje⁴.

A partir do que expomos acima, podemos identificar razões para a capacidade de sobrevivência do campesinato, inclusive em condições em que ninguém espera que eles sobrevivam. Também podemos concluir que o estudo do campesinato pode ser bastante útil para entendermos elementos das sociedades não-camponesas que não são explicados ou explicáveis por análises da economia capitalista ou da economia estatal.

É por isso que eu penso ser relevante nos ocuparmos da definição do campesinato nos dias atuais - houve um tempo em que eu me dediquei a este tema e a geração antiga que está presente aqui deve se lembrar disso. A definição do campesinato e os argumentos referentes a essa discussão contém não somente questões circunscritas ao campesinato, mas sobretudo outros elementos das sociedades capitalistas nas quais vivemos que não são exclusivamente estatais ou de mercado.

Estudar os camponeses é importante, não só porque os intelectuais podem produzir conhecimento voltado para os interesses dos camponeses, mobilizar-se e lutar por eles, ou tentar fazer com que eles se mobilizem. Os camponeses podem nos ensinar uma variedade de coisas que nós não sabemos. A questão da flexibilidade de respostas em face dos desafios e crises econômicas é algo que o camponês pode ensinar àquele que não é camponês, muito mais do que o contrário, como se pode observar em inúmeras situações.

Eu acredito que podemos aprender com o campesinato e que ainda sabemos muito pouco a seu respeito. Nós temos poucas metodologias e metodologistas voltados a essa temática. Há algumas metodologias que, apesar de serem muito úteis, são desconhecidas na sua maioria. Quando se ensina economia aos alunos, não se ensina esse tipo de metodologia porque os camponeses são considerados atrasados e, por isso, como não tendo nada a nos ensinar.

Nós devemos refletir bem sobre isso. Precisamos estudar os camponeses não só para ajudá-los, mas para nos ajudar. Nós não temos que ensinar aos camponeses como viver, nós é que temos que aprender com eles como

⁴ Ver CHAYANOV, Alexander, *La organización de la unidad económica campesina*, Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974, disponível em <http://www4.fct.unesp.br/nera/telas/uso%20restrito.htm>. (Nota dos revisores.)

viver e como resolver problemas nos quais a maior parte da população está envolvida. Especialmente aprender a partir da criatividade e multiplicidade de respostas dos camponeses em situações de crise e de sua capacidade para usar a família como instrumento para se defender de calamidades. A família pode empregar sua mão-de-obra de diferentes maneiras e, agregando os resultados de seu trabalho, manter-se reunida e proteger-se de maiores danos. Em certas situações em que não há crédito no banco para os camponeses, eles podem obter crédito com parentes. Tudo isso é extremamente importante e pode ser visto claramente quando estudamos o campesinato de maneira séria, buscando compreendê-lo e buscando decifrar junto com ele o que e como fazer, e não, ensinar a ele o que fazer.

Antes de concluir a minha fala e passar para as perguntas, eu gostaria de dizer que considero que a mobilização militante por terra para os camponeses que está acontecendo atualmente no Brasil é positiva, significativa, e deve ser apoiada como o é de fato por pessoas como eu. Mas, nós precisamos também de uma mobilização do conhecimento e pelo conhecimento, não somente por causa do jogo econômico ou por causa da terra, mas para expandir o conhecimento dentro da comunidade acadêmica.

É comum dizer que filosofar não resolve os problemas, que a filosofia é só para filósofos. Para mim, isso não é verdadeiro. Enquanto é verdadeira a necessidade de nos mobilizarmos em nível econômico, político, enfim, nos mais diversos níveis, é necessária também a mobilização no nível do conhecimento. Como um grande filósofo inglês já disse, “saber é poder”. E o poder sempre é necessário se quisermos mudar o mundo para melhor, inclusive quando queremos pôr em execução o antigo slogan “terra e liberdade”. Muito obrigado.

COMENTÁRIO INICIAL DA MESA

MARTA INEZ MEDEIROS MARQUES – USP

Eu queria agradecer ao Prof. Teodor Shanin por sua brilhante conferência e dizer que o seu alerta para a necessidade da mobilização pelo conhecimento nos deixa com uma enorme responsabilidade. Além disso, queria dizer que fiquei muito feliz com o que ouvi, porque o professor, com toda a sua experiência em estudos sobre o campesinato, tocou em um ponto que

é crucial para o debate que hoje fazemos na Geografia Agrária a respeito do campesinato no Brasil. Pois, uma de nossas principais críticas àqueles que utilizam o conceito de agricultura familiar é exatamente o fato de eles analisarem a economia camponesa e familiar a partir dos parâmetros da economia capitalista.

Ouvindo o Prof. Shanin, eu entendi que, para compreendermos essa economia e esses sujeitos sociais, bem como os processos que estão se dando no campo no Brasil e no mundo, nós precisamos percorrer o caminho inverso, ou seja, precisamos desvendar os mecanismos próprios da economia camponesa e empregar esse conhecimento como ferramenta para desvendar outros processos e outras formas de economia familiar não capitalistas que podem ser encontradas também na cidade. Acredito que o professor está nos dando uma imensa contribuição ao tocar nesse ponto que julgo crucial para o nosso debate e, por isso, penso que devemos refletir sobre ele profundamente. Muito obrigada Prof. Teodor Shanin. Está aberto o debate.

DEBATE

QUESTÃO 1

ARIOVALDO UMBELINO DE OLIVEIRA – USP

Professor Teodor, parabéns pela brilhante conferência que fez e muito obrigado por continuar defendendo princípios que fizeram com que nós que não nos conhecíamos pudéssemos acreditar naquilo que o Senhor tem dito nos seus livros e nos seus textos. Então, a primeira fala é de gratidão. Gratidão que certamente de agora em diante vai se somar às interlocuções que esperamos poder continuar a estabelecer contigo.

A minha questão refere-se aos processos que estão em desenvolvimento na Europa, sobretudo em função da Política Agrícola Comum (PAC) e a possibilidade que a Europa, sobretudo a Europa Ocidental, tem no sentido de garantir esse processo de reprodução, de recriação do campesinato, que foi durante muito tempo o esteio da economia e da produção de alimentos na Europa.

Resposta: Eu acho que o que está acontecendo na Comunidade Européia, quer dizer na Europa Ocidental e Europa Central, é fundamentalmente um esforço para incorporar os camponeses dentro do sistema

capitalista de produção e para transformá-los em pequenos capitalistas ou removê-los completamente da estrutura produtiva do campo. Isso é possível devido ao fato de que a Europa importa muito alimento de fora, do chamado Terceiro Mundo, e, portanto, é capaz de resolver todos os problemas sem recorrer a seu campesinato.

Porém, enquanto o campesinato está sendo reduzido rapidamente como uma forma de valor econômico e muita atividade econômica vai para as grandes corporações ou para as companhias de importação de alimentos, a economia familiar, de maneira peculiar, não somente permanece ativa, mas se desenvolve. Ela se torna um fator ainda maior da sobrevivência dos europeus, operando nas brechas. Quando há um sistema totalmente monolítico, não se encontra lugar para penetrar, mas, quando o sistema é pulverizado, como ocorre com a economia capitalista na Europa, há um espaço considerável para a economia familiar não camponesa.

Acredito que há um deslocamento peculiar da economia camponesa como modo de produção, ou melhor, modelo de produção, para a economia informal, que não é necessariamente rural, mas majoritariamente urbana. Porém, em termos de entendimento da realidade, os problemas que foram bem analisados por especialistas no estudo do campesinato, especialmente em países onde havia muitos camponeses, se repetem, aparecem de novo, de forma diferente.

É por isso que, quando eu escrevi a introdução do livro *A teoria da economia camponesa* de Chayanov, eu afirmei que, do meu ponto de vista, havia algo paradoxal acontecendo⁵. Num mundo sem camponeses, o formato camponês de resolver os problemas está sendo retomado. Chayanov, que foi o grande estudioso do campesinato, vai se tornar uma referência ainda mais relevante em um mundo sem camponeses.

Claro que se ele fosse ler o meu ensaio, ele acharia o meu argumento absurdo, totalmente inacreditável, mas eu acho que é possível pensar desta forma quando estamos falando da Comunidade Européia. Quando falamos

⁵ Ver SHANIN, Teodor, Chayanov's Message: Illuminations, Miscomprehensions, and the Contemporary 'Development Theory' em Chayanov, A. V. *The Theory of Peasant Economy*, Madison: The University of Wisconsin Press, 1986. Ou, então, ver, CHAYANOV, Alexander, *La organización de la unidad económica campesina*, Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974, disponível em <http://www4.fct.unesp.br/nera/telas/uson%20restrito.htm>. (Nota dos revisores.)

de outras comunidades, como as nações da África ou da América Latina, a situação é completamente diferente, porque o campesinato ainda existe de uma maneira muito forte nestes lugares. E, pelo menos durante a nossa geração, isso não vai mudar.

QUESTÃO 2

MARCO ANTONIO MITIDIERO JR. – UFPB

A minha pesquisa de doutorado tenta pensar e entender a influência da Igreja Católica e da religião na formação dos movimentos e das mobilizações de luta pela terra. No Brasil e na América Latina, esse papel é muito evidente. Muitos pesquisadores afirmam que muitas dessas mobilizações dos movimentos sociais nasceram na paróquia, nas igrejas, nasceram a partir da iniciativa de alguns padres, inspirados por uma teologia diferente da teologia romana, da teologia tradicional, que é a chamada teologia da libertação. Eu gostaria de saber, considerando o conhecimento que o senhor tem de outras mobilizações no mundo, se há uma influência da igreja ou mesmo da fé religiosa nessas mobilizações, principalmente no que diz respeito ao campesinato russo.

Resposta: Uma das particularidades da influência da religião no campesinato da Rússia é que praticamente não causou impactos radicais. Isso se deve à natureza e à forma de organização da igreja russa. A Igreja Ortodoxa Russa, desde a sua origem na tradição bizantina, era uma igreja totalmente estatal. O chefe da igreja era o imperador e, com a conversão para a Rússia, tornou-se o Tzar. Havia um sistema no qual a essência da influência religiosa decorria da natureza estatal da organização. O clero rural apoiava o governo, ajudando o Estado a suprimir qualquer mobilização.

Mas há exceções que eu gostaria de mencionar. A primeira exceção é que a origem rural de muitos clérigos que viviam no meio rural fez com que eles fossem mais simpáticos aos interesses dos camponeses do que às orientações que recebiam da hierarquia da igreja. Na Revolução de 1905-1907, houve um caso em que um clérigo de uma vila pequena foi eleito para a Duma, o novo parlamento russo criado em consequência da rebelião. Ele imediatamente começou a atuar na facção trabalhista do parlamento. Quando o parlamento foi disperso pelo Tzar, o clero também foi removido pela igreja e enviado para o exílio no norte da Rússia. Então, houve casos de envolvimento de alguns sacerdotes nos movimentos camponeses.

Alguns padres reuniram materiais, evidências sobre as dificuldades do campesinato, que hoje se tornaram uma fonte importante para entendermos como o campesinato vivia no final do século XIX e começo do século XX. E, finalmente, havia uma luta dentro da igreja entre a hierarquia da igreja estatal e os “velhos crentes”, como foi denominado o grupo que se opôs à reforma da igreja iniciada no século XVI. Quando começou a grande rebelião de camponeses liderada por Pugachev [no século XVIII], ele foi apoiado pela facção do clero formada pelos “velhos crentes”, que atuaram em uma variedade de frentes da rebelião. Lógico que eles eram uma minoria e foram particularmente atacados pelo governo. Porque, como podia ser que eles ousassem não apoiar os interesses do governo, sendo da igreja? Mas, sim, eles lutaram ao lado dos camponeses e camponeses revolucionários, e dos Cossacos, que naquele tempo eram revolucionários também.

QUESTÃO 3

RUSVÊNIA LUIZA B. R. DA SILVA – UFT

Professor, eu fiquei muito contente com sua fala, sobretudo com sua defesa do conhecimento como uma forma de mobilização e de poder. Eu sou de uma região do Brasil localizada no Centro-Oeste e faço uma pesquisa em duas vilas rurais em que os camponeses se vêem numa situação de meio do caminho entre o campo e a cidade. Eles não podem mais se reproduzir como agricultores porque são ex-funcionários de fazendas e também não podem se reproduzir como agricultores de subsistência porque estão espremidos numa situação de moradia reduzida a pequenos lotes agrícolas, por isso há uma produção de fundo de quintal. Há uma divergência entre alguns intelectuais quanto à definição desse sujeito que vive uma situação de aposentadoria rural, tendo assim garantida a sua sobrevivência, mas que, ao mesmo tempo, convive com uma situação de impossibilidade de se reproduzir economicamente da forma como se reproduziram os seus pais e seus avós. Gostaria de saber se é possível definir como camponês o sujeito que vive nessa situação de intersecção e meio de caminho entre o campo e a cidade.

Resposta: Quando eu era jovem e bonito eu tentei definir o campesinato em minha tese. Eu sugeri que a definição seria a seguinte: terra, vila [ou comunidade rural], economia camponesa e a condição de classe inferior na sociedade, sendo a classe mais baixa da sociedade. Essa foi minha primeira definição. Mas, eu também falei, já naquela época, que poderíamos encon-

trar muitos grupos que apresentam três e não quatro dessas características e, mesmo assim, são camponeses. Podemos chamar esses grupos de “quase-camponeses”, camponeses marginais, camponeses marginalizados, uma variedade de coisas. Podemos chamá-los por outros nomes, se quisermos.

Camponeses que não têm terra suficiente para sobreviver, mas, ao mesmo tempo, têm uma economia familiar, mostram a maioria das características do campesinato em sua maneira de sobreviver e morar, mesmo que não sejam encontrados neste caso todos os elementos da definição.

Gostaria de acrescentar o seguinte: quando nós comparamos os modelos com a realidade, esta última é sempre mais complexa do que os modelos, e mais difícil de apreender devidamente. Isso não significa que modelos são inúteis. Mas, tratar modelos como se fossem realidade é inútil e perigoso. Modelos são modelos e é importante que isso seja destacado para que possamos notar a diferença existente entre o conceito e a realidade, caso contrário, perderemos nossa capacidade de entender a realidade.

Eu acho que uma das características principais do campesinato é o fato de que ele corresponde a um modo de vida, a uma combinação de vários elementos. Somente após compreendermos que se trata de uma combinação de elementos e não de algo sólido e absoluto é que começamos a entender realmente o que ele é. Porque, se procurarmos uma realidade fixa, não vamos encontrar isso no campesinato.

Houve momentos de argumentos fortes sobre a definição do camponês no tempo em que eu defino como a época em que eu era jovem e bonito. Argumentos fortes dizendo que, sim, os camponeses são diversificados enquanto o proletariado é único e, portanto, revolucionário. Aos quais eu respondi dizendo: “me mostra um grupo de proletários reais que seja singular e consolidado.” Às vezes, podemos até encontrar um grupo assim, mas isso é uma exceção, não a regra.

A classe operária normal também não é única, porque uma classe normal, o campesinato e outros grupos, nunca é como o modelo. O modelo é uma coisa, a realidade é outra. Isso é importante para você, que analisa o tipo de gente que descreveu, que vive parcialmente com o dinheiro da aposentadoria proveniente do Estado e parcialmente de outras fontes. O instrumento crucial para tudo isto, para a sobrevivência deles, é a economia familiar. A economia familiar é um elemento mais significativo para compreendermos quem o camponês é do que um modelo geral de campesinidade

QUESTÃO 4

ROSEMEIRE APARECIDA DE ALMEIDA – UFMS

Bom dia a todos, que lindo dia, professor eu estou um pouco nervosa, mas é pela emoção, porque tê-lo aqui foi um sonho construído coletivamente por pelo menos duas gerações, então eu tenho todo o direito de estar nervosa.

Eu gostaria que o professor nos desse um esclarecimento em relação ao debate em torno do campesinato como classe no capitalismo, e principalmente a partir da perspectiva marxista. Como o professor já falou e tem escrito, o campesinato se define principalmente em função dessa economia doméstica, familiar, ou seja, ele vive da sua mão-de-obra, só que ele também é um proprietário de terra. O professor o chamou de classe mais baixa da sociedade. Será que essa posição dupla do camponês no processo produtivo, de ser ao mesmo tempo dono dos meios de produção e dono da força de trabalho, não produziria nele uma consciência ambígua no processo político mesmo, muitas vezes, se envolvendo em movimentos mais conservadores de defesa da terra e, outras vezes, se mobilizando através de movimentos sociais de contestação da propriedade privada, de contestação do neoliberalismo? Eu gostaria de entender um pouco melhor isso. Então, professor, pensando nas classes fundamentais de Marx, me corrija se eu estiver equivocada, temos a classe burguesa, o proletariado e os proprietários de terra. Os camponeses seriam uma quarta classe?

Resposta: Para começar, o problema de classe, da natureza de classe, é mais frequentemente definido como uma abstração lógica. Há uma abstração lógica que se chama de capitalismo. Nesta abstração tem o proletariado, que é evidentemente um proletariado puro, porque na abstração nenhum deles tem propriedade. E, tem uma classe de capitalistas que é dono dos meios de produção, claro, todos os meios de produção, e nada mais. Isso é uma abstração que exige um considerável ajuste se olharmos a realidade.

Trabalhadores não têm propriedade! Vá para a Inglaterra e você verá que praticamente todos os operários são donos de sua própria casa. Trabalhadores vivem somente do salário! Vá para a Rússia e lá você verá que não podemos entender o operário sem a sua horta. Em cada dois trabalhadores, um tem sua própria horta como parte fundamental de seu sustento. Então, essa abstração, assim como todas as outras, pode ser muito útil para entender a realidade, mas se a tratarmos como se fosse a realidade, como se o proletariado fosse um grupo de pessoas sem nada, não vai dar certo. A realidade não é assim.

Capitalistas não são pessoas que têm capital e não fazem nada. Dizem que muitos deles não trabalham, porque o trabalho é realizado em outros lugares. Mas, a realidade é muito mais complexa. O uso de modelo exige que estejamos atentos ao risco de eles se tornarem mal compreendidos e assim contribuirmos para nos confundir mais do que para entendermos a realidade.

Como é que resolvemos esse problema, então? Como entendermos o que é classe e o que não é classe? Eu acho que temos que partir da abstração para a realidade. De fato, foi o que Marx fez com bastante frequência. Se pegarmos sua obra “O dezoito de Brumário de Luís Napoleão Bonaparte”, temos aí uma definição de classes. As classes lutam entre si por objetivos específicos e assim se definem enquanto tal. Elas não são definidas pelo fato de que, em abstração, há os que não têm propriedade. Ninguém está perguntando se o *sans-culotte* é proprietário ou não-proprietário, mas, se ele pega em armas para lutar contra uma outra classe, ele é uma classe.

Marx gostava da expressão “classe para si”. A questão não é simplesmente uma questão da posição da classe ou de sua situação objetiva em dada circunstância analítica, mas diz respeito ao que as pessoas fazem. A partir desse espírito, eu diria que para responder a pergunta sobre se os camponeses são uma classe, eu precisaria fazer outra pergunta: o que é que eles fazem? Não o que eles são, mas o que eles fazem. Porque é no fazer que as classes são definidas.

Neste sentido, os camponeses russos de 1905 a 1907 pegaram em armas, lutaram e se tornaram uma classe. Sob opressão pesada, desistiram, mas, em 1917, lutaram de novo e ficaram na luta até 1922 e definitivamente formaram uma classe. E na atualidade, o campesinato russo é uma classe? Provavelmente não. Porquê? Não por sua definição analítica, mas pela realidade da inexistência da luta de classes hoje em dia. Esta não é uma posição anti-marxista, é uma posição marxista, é só olhar o “Dezoito de Brumário”.

Agora, qual é a definição alternativa que eu gosto mais? Ela não é, definitivamente, marxista. É uma definição derivada da antropologia clássica, produzida pelo antropólogo chinês Fei Hsiao-Tung⁶, que não está vivo atualmente, infelizmente. Quando eu estava começando a tentar entender o campesinato, ele foi de grande ajuda para mim. E, quando eu me tornei um professor, eu o

⁶ Às vezes, Fei Xiaotong. Ver HSIAO-TUNG, Fei, “Peasantry and Gentry: an interpretation of Chinese social structure and its changes”, em *The American Journal of Sociology*, Volume LII, July 1946, Number I, p. 1-17. (nota dos revisores)

utilizei para explicar muitas coisas para meus alunos. Para a questão, o que é campesinato – obviamente, sempre houve este tipo de indagação sobre definições – a resposta dele foi, “campesinato é um modo de vida”.

Apesar do passar do tempo desde quando eu o li pela primeira vez, ainda considero particularmente útil essa definição de Fei Hsiao-Tung: “campesinato é um modo de vida”. Daí, o quanto este “modo de vida” pode dar origem a uma classe, é uma questão que depende das condições históricas. Podemos definir isso ao analisarmos as circunstâncias e verificarmos se eles lutam ou não lutam por seus interesses, então, saberemos se é uma classe ou não. Mas, em todas as condições, quando luta ou não luta, o campesinato é um modo de vida, e isso é essencial para compreendermos a sua natureza. Acredito que esse aspecto é mais central que qualquer outra coisa em sua definição.

QUESTÃO 5

WAGNER – ASSESOAR, PR

É uma grande honra estar aqui ao seu lado e ouvir esta conferência brilhante que nos inquieta e também nos fortalece em nossas convicções. Eu gostaria de perguntar a respeito do conceito de trabalho familiar que é tão central nessa relação de terra e liberdade que o senhor coloca. A minha pergunta é se de fato não estamos olhando de uma forma muito positiva o trabalho familiar como uma estratégia para construir uma autonomia de sobrevivência no sistema capitalista.

Talvez eu possa explicar melhor a minha pergunta a partir de minha experiência. Eu trabalho em uma ONG que chama-se Assessor, no Sudoeste do Paraná, que há 40 anos trabalha com agricultores familiares. Nós vimos trabalhando há alguns anos com a formação de jovens em agroecologia e percebemos uma grande evasão desses jovens do campo para a cidade. Percebemos que os agricultores familiares intensificam cada vez mais o trabalho na propriedade para conquistar mais autonomia. Conhecemos agricultores que trabalham até 16 horas por dia e, mesmo em propriedades que se viabilizaram economicamente, muitos jovens acabam desistindo e vão trabalhar como assalariados em grandes indústrias.

Não estaríamos diante de um problema de sobretrabalho, que está colocado para a sociedade, e esses jovens vendo toda essa penosidade, vendo que hoje o movimento sindical mundial luta por 36 horas de trabalho semanal enquanto que, na agricultura, o trabalho familiar impõe jornadas muito

maiores, especialmente para as mulheres e para essa nova geração? Não estaria aí, no trabalho familiar, justamente uma armadilha que vai reduzindo esse modo de vida?

Resposta: Para começar, eu gostaria de, mais uma vez, fazer o movimento da abstração para a realidade. É verdade que, no mundo em que vivemos, os camponeses trabalham mais horas do que os operários. É quase sempre assim, inclusive quando chega a época da colheita, no período de pico, tem camponeses que não dormem nenhum pouco, porque este é o único jeito de manter-se. No entanto, temos que ser mais precisos, porque o camponês enfrenta trabalho duro na época da safra, mas, fora dela, não é bem assim. A situação do camponês na Sibéria, por exemplo, é a de um verão muito curto, quando ele trabalha demais, e um inverno muito comprido, quando ele trabalha muito pouco. Então, não é só uma simples questão de dizer que têm trabalho demais.

Eles são, também, donos de seu próprio trabalho e assim são capazes de escolher sua própria maneira de descansar, o que é importante. Se olharmos para o camponês real, não o camponês abstrato, quando ele está trabalhando, veremos que ele é capaz de sentar-se à sombra de uma árvore numa hora quente do dia e comer um pouco da comida que trouxe de casa, saboreá-la ou até tirar uma soneca. Então, quando o calor diminui, ele retoma o trabalho, e aí ele trabalha realmente pra valer e termina o que tem que ser feito, só Deus sabe quando.

Essa é uma peculiaridade do trabalho camponês, é o trabalho de um homem que é dono do seu próprio trabalho e pode decidir como utilizá-lo. Há pessoas que preferem trabalhar mais horas em seu próprio trabalho, outras, preferem trabalhar oito horas diariamente e, depois disso, ficar totalmente livre. Primeiramente, é parcialmente uma questão de escolha, de cultura. Diferentes culturas esperam que você aja de diferentes maneiras.

No contexto russo, o qual eu conheço melhor do que o do Brasil, quando, em algum momento, o camponês larga o campo e vai para a cidade, o primeiro motivo, quase sempre, é a pressão da esposa. Geralmente, os homens gostavam da vila, da comunidade rural. Eles gostavam de seu trabalho, gostavam de ser seu próprio patrão, gostavam dessas horas em que podiam escolher quando descansar. Mas, o trabalho feminino nessas vilas é extremamente duro. Ele nunca pára: é criança, horta, lenha, cozinha e outros tantos trabalhos domésticos.

Descobrimos em nossa pesquisa que muitas mulheres preferem ir para a cidade. Elas pressionam os maridos para saírem do campo e se mudarem para a cidade. Na maioria dos casos, quando nós perguntamos ao camponês: Porque você saiu do campo? A resposta é, a minha mulher disse que ela não queria continuar sofrendo com aquela vida, ou eu vinha para a cidade, ou ela se divorciaria de mim. Então, o trabalho é duro, mas, pode ser aceitável ou não e isso se dá de forma diferente conforme se trate de homem ou de mulher.

O quanto o fato de ir para a cidade pode tornar o trabalho mais fácil, não depende da busca por um menor esforço físico. A maioria das pessoas que vão para a cidade são pessoas jovens, que não estão necessariamente procurando um trabalho mais leve.. Eles estão geralmente em busca de cinema, das luzes da cidade grande, de uma vida mais interessante que a cidade pode oferecer em lugar da vila. Então, mais uma vez, não se trata de uma questão de simples reposta. As pessoas migram por vários motivos e não muito frequentemente por causa de trabalho ou de renda, mas, por muitas outras razões.

O trabalho camponês pode ser extremamente duro, dependendo da cultura, dos diferentes tipos de agricultura e também das estações do ano. Algumas pessoas preferem o trabalho agrícola, outras, odeiam esse tipo de trabalho. Neste sentido, enquanto houver essa situação e enquanto houver campesinato, algumas pessoas vão continuar a sair do campo para a cidade e eles devem ser apoiados em sua decisão. Eu não vejo nada errado nisso, porque as pessoas devem ter a liberdade de encontrar o melhor lugar para elas. E, se elas quiserem ficar e acharem a cidade interessante, esse direito deve ser defendido. Eles também têm direito à mudança.

Mas, as dificuldades da vida agrícola têm mudado por causa da mecanização. Agora, o trabalho de muitos camponeses é fundamentalmente mecanizado. Então, a necessidade de realizar um esforço grande é menor. Mesmo assim, isso não acontece em todos os lugares, há variações etc. Alguns jovens, mesmo apresentando boa escolaridade, preferem ficar nas vilas por motivos próprios.

Eu posso dar um exemplo. Você me fez lembrar que uma vez na Tanzânia, na África, caminhando no campo, vendo como as pessoas trabalhavam, um trator se aproximou de mim. Eu fui até o operador e pedi informação sobre como chegar na vila agrícola. Ele me orientou e começamos a conversar. Ele me perguntou quem eu era e porque eu estava lá. Eu expliquei que era professor numa universidade britânica e que estudava camponeses.

Então, eu disse o meu nome, Shanin. “Ah!”, falou ele. “Shanin!?” E, tirou do bolso um pequeno livro de capa mole, *Peasants and Peasant Societies*⁷. O mundo está mudando e o trabalho duro do campesinato está mudando também. Não sei o que aconteceu com este homem. Talvez, ele tenha ido para a cidade para estudar na universidade, talvez não. Talvez ele tenha continuado no campo assim mesmo.

QUESTÃO 6

VALERIA DE MARCOS – USP

Professor, eu queria agradecer enormemente essa brilhante conferência e dizer que, para nós que estudamos os seus livros e ensinamos com os seus livros é um prazer imenso poder ouvi-lo. Eu tenho me dedicado ao estudo das formas alternativas de organização da produção camponesa. Tenho estudado a organização da produção coletiva, a produção comunitária e realizado estudos sobre essas práticas na realidade brasileira. Mas, um dos casos que eu estudei foi o dos *kolkoses* e dos *sovkoses*, das cooperativas de produção na Rússia.⁸ Então, gostaria de saber, depois do fim da União Soviética, o que aconteceu com essas experiências e quais são, em sua opinião, as perspectivas desse tipo de organização da produção camponesa.

Resposta: São várias questões dentro desta sua pergunta. Há a questão do que aconteceu com as organizações dos *kolkoses* e *sovkoses* e há a questão sobre a direção que a Rússia está tomando agora na organização do trabalho rural. Vamos começar com a primeira questão.

Quando houve o colapso da União Soviética, na maioria dos lugares as fazendas coletivas foram abolidas. É importante notar que elas não foram abolidas porque os camponeses disseram: “Nós não queremos os *kolkoses*, os *sovkoses*, queremos uma nova vida sem eles”. Eles foram abolidos porque o governo determinou que esta era a medida certa, sem sequer consultar os camponeses. Nesse sentido, a reforma agrária ocorreu da mesma maneira que nos tempos da coletivização. Ninguém perguntou-lhes se queriam coletivização e,

⁷ SHANIN, Teodor, *Campe sinos y sociedades campesinas*, México, Fondo de Cultura Económica, 1979.

⁸ Na história da implementação da reforma agrária na União Soviética, algumas fazendas particulares foram transformadas em fazendas do Estado através do processo de coletivização, criando os *kolkoses*, e outras foram reunidas em sistema comunal, estabelecendo os *sovkoses*. (Nota dos revisores.)

agora, ninguém perguntou-lhes se não queriam coletivização. Simplesmente, foi o governo quem decidiu um dia que sim, outro dia que não. Isso é extremamente importante para entender o que aconteceu depois.

Depois disso, a produção agrícola entrou em colapso, foi um colapso completo. Por quê? Porque os camponeses se esqueceram como ser camponeses. Num prazo de duas ou três gerações, os camponeses se esqueceram como era ser camponês. Ser camponês é saber como combinar muitas ocupações como trabalhar a terra, cortar madeira, cuidar de animais, cultivar alimentos, consertar máquinas. A verdadeira característica e definição dos camponeses tem como um de seus fundamentos essa natureza especial do campesinato, que nunca é uma coisa só, é sempre uma combinação. Também não é algo que não se aprende na universidade. Só se aprende com os seus pais. Se for um menino, aprende com o seu pai, se for uma menina, aprende com a sua mãe. Como é que o camponês consegue fazer tantas coisas? Ele acorda com seu pai todos os dias e vai fazendo e aprendendo. É o mesmo para mulheres.

Agora, é uma técnica, uma ocupação ou, se quiser, uma profissão, que as pessoas aprendem desde criança e, sem isso, o campesinato não consegue administrar sua própria casa. Não dá certo simplesmente distribuir terras para as pessoas se elas não possuem essa convivência com o modo de vida camponês desde nascido. Eu acho que vocês têm um problema em relação a isso com a política de reforma agrária no Brasil, pois está havendo a distribuição de terras para pessoas que não têm todo esse preparo. Algumas pessoas, quando são assentadas, não têm essa habilidade para fazer tantas coisas distintas, e não é nada fácil ensiná-los como fazer. O trabalho é muito complexo, muito profissional, e, sem esta perspectiva, ele não funciona.

Algo parecido a isso ocorreu com uma porção grande de camponeses na Rússia. “Camponês”, entre aspas, porque, depois de duas ou três gerações de coletivização, ele já não era mais um camponês. Ele sabia dirigir o trator, mas não sabia cuidar de uma vaca, por exemplo. Ou, então, acontecia que ele sabia cuidar da vaca, mas não sabia dirigir o trator. E, de repente, ele se vê numa situação em que tem que realizar uma combinação de atividades e não apenas uma. Isso foi um desastre para muitas vilas camponesas. Essa foi uma das razões pelas quais houve um colapso na agricultura.

Além disso, hoje em dia é preciso maquinário para tocar a agricultura. A terra foi dividida como se fosse isso que eles quisessem, mas eles não ti-

nham maquinário e, ainda mais importante, não tinham crédito bancário para comprar máquinas. O que foi especialmente difícil para os agricultores dos *kolkoses* foi que eles tinham tratores pesados e nenhum maquinário leve. Isso se deve à opção feita no período soviético pela criação de grandes unidades estatais, o que determinou uma tendência nacional. Não havia como adquirir tratores leves porque eles não eram produzidos na Rússia e a maioria das vilas não tinha recursos adequados. Mas, muitas culturas da agricultura moderna precisam de tratores pequenos e não de grandes. Algumas vilas, com bastante esforço, conseguiram comprar tratores na Holanda.

Outro problema que surgiu foi o de como comercializar a produção. No período dos *kolkoses*, não havia problema porque o governo comprava os produtos e os transportava, pagando um valor pré-estabelecido por eles. Agora os produtores precisavam se ocupar disso também e ninguém sabia como comercializar. Alguns deles formaram cooperativas para lidar com estes desafios, mas ninguém sabia como criar uma cooperativa porque isso não é algo auto-evidente. É preciso aprender como fazer isso, é preciso a ajuda de pessoas experientes, que queiram colaborar e saibam como elas funcionam.

Depois de dois ou três anos, o que aconteceu? Os próprios camponeses re-criaram os *kolkoses*. Há um número significativo de lugares onde existem *kolkoses* hoje e não existiam antes porque o governo determinou que fossem desmembradas as fazendas coletivas. Eles criaram os *kolkoses*, não por gosto da forma, mas porque não sabiam mais o que fazer sem este modelo de organização. Em outros lugares, a comunidade camponesa se reorganizou de uma maneira que lembra os *sovkoses*, mas é diferente deles. A última vila que visitei na Rússia Central revelou-me esse novo padrão. Trata-se de uma comunidade, mas tem um homem que controla tudo porque ele é o único que tem um trator.

Eu perguntei para esse agricultor como era a vida dele antes da descoletivização, quando a União Soviética ainda existia. Eu queria entender melhor como foi que ele conseguiu estabelecer sua própria fazenda. E ele respondeu: “Eu era o secretário do partido no distrito”. Então, ele não era um camponês comum. Ele aprendeu a se organizar, a se relacionar com outras pessoas, a lidar com o banco, a ir até a cidade e aproveitar a viagem para comprar coisas e negociar suas necessidades. Ele desenvolveu essas habilidades em uma boa escola, o partido comunista da região, e aplicou esse conhecimento para melhorar a sua posição pessoal na nova economia. Também o

perguntei sobre o que fazia a mulher dele. Ele me respondeu: “Ela é diretora da escola local”. Isso significou, então, que, desde o início da transição, ele pode contar com um salário para garantir o sustento da família.

Então, há esse tipo de situação, que corresponde a um tipo de re-coletivização com um fazendeiro exercendo o papel de diretor do *sovko* com base nas habilidades que aprendeu em sua carreira dentro do partido. Hoje em dia, então, tem produção agrícola em fazendas coletivizadas, que foram recriadas, especialmente em lugares de terras boas, principalmente no sul. De fato, o sistema lá é tão produtivo que o novo governo não aboliu os *kolkoses* que existiam lá. Muitos têm os mesmos diretores que tinham na época da União Soviética, homens bem mais preparados do que qualquer um que o governo pudesse mandar. E, os camponeses sabem que é melhor assim. É melhor ter a velha guarda competente do que apostar em um desconhecido ou tentar fazer eles mesmos quando não têm a preparação adequada.

Em alguns lugares há os *kolkoses*, em outros, as fazendas particulares. Porém, em uma vila com mais ou menos quarenta famílias, só encontramos dois ou três agricultores e o resto é um grupo de bêbados que não sabem o que fazer. Há as vilas onde moram só algumas velhinhas e ninguém mais. Essas mulheres sobrevivem com aposentadorias. São vilas mortas e, é só uma questão de tempo, elas vão desaparecer. Isso é uma questão preocupante para o meio-ambiente, inclusive a água.

Agora, o futuro, quer dizer, o futuro em termos do que já aconteceu nos últimos cinco anos. Vários *ex-kolkose* e *ex-sovko* foram dominados pelo agronegócio. O agronegócio é, na maioria, de capital nacional, local, russo, não de capital estrangeiro. Por exemplo, há grandes companhias de gás que compraram grandes parcelas de terra e estabeleceram grandes fazendas com produção em larga escala; há algumas empresas médias que também conseguiram fazer a mesma coisa. Geralmente, essas empresas acumularam capital em outras atividades como o comércio e depois decidiram investir no campo.

Atualmente, há um discurso na Rússia, principalmente articulado pelos funcionários do Ministério da Agricultura, que defende que o futuro da Rússia está nas grandes propriedades e no agronegócio. Certamente o agronegócio não trará bons resultados para a maioria da mão-de-obra das vilas que não será aproveitada porque o agronegócio não cria emprego. Alguns trabalhadores vão simplesmente ser deixados para trás, afogando-se em bebida até morrer. Há um número grande de vilas assim e são lugares terríveis

de visitar, por exibirem uma situação de desperdício da vida humana. Contudo, uma minoria pode encontrar, talvez, alguma possibilidade de trabalho no agronegócio. E, também tem os *kolkoses* recriados e um pouco de agronegócio estrangeiro, mas muito pouco.

QUESTÃO 7

MARIA FRANCO GARCIA – UFPB

Na sua fala, professor, o Senhor apresentou um caminho para a apreensão da realidade camponesa e este caminho estava localizado, com grande ênfase, nas estratégias que os camponeses desenvolvem para se inserir de forma diferenciada na economia estatal, na economia de mercado. E, estas estratégias partiam, evidentemente, pela minha compreensão, da esfera da reprodução. A criação é um momento fundamental em que o campesinato desenvolve suas estratégias. Como foi colocado, nessa esfera da reprodução, existe um ser camponês homem e um ser camponês mulher e o papel desse ser camponês mulher de reproduzir e criar a unidade familiar é fundamental em todas as sociedades, do passado e do presente.

Durante minha pesquisa de doutorado, eu tive a oportunidade de acompanhar um movimento camponês no Brasil, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Na ocasião, eu observei que a divisão sexual do trabalho no universo camponês é um elemento que limita muitas vezes a inserção da mulher camponesa em movimentos políticos que poderiam politizar essa mulher, movimentos que lutam pelo universo camponês como um todo. Como o senhor tem uma experiência muito mais ampa das lutas e do universo do camponês e, de fato, é só por meio deles que poderemos encontrar respostas, eu pergunto, qual a sua análise da relação entre gênero e política entre os camponeses? Existem de fato, em algum lugar ou tempo, luzes, estratégias ou movimentos camponeses significativos que contestem o Estado, o neoliberalismo, a opressão, e que não tenham reproduzido a opressão da mulher camponesa através do trabalho diferenciado entre homens e mulheres no campo?

Resposta: Bem, acho que eu já mencionei alguma coisa sobre a particularidade da posição feminina e sua influência no sustento de camponeses quando afirmei que, na Rússia, o maior motivo para o êxodo rural dos camponeses das vilas rurais era a mulher e não o homem. Embora o homem seja o cabeça da família, o número um, quando chega nessa questão mais fun-

damental de ser ou não ser camponês, quem define a resposta é a mulher, porque ela tem o poder de forçar o marido a desistir do campo, sair da vila e mudar para uma cidade maior.

Para examinarmos essa situação precisamos discutir sobre a unidade de análise que tomamos como referência. Eu acredito que a unidade de análise mais eficaz para entender o campesinato é a unidade familiar, que é a unidade que liga a família à terra, que nem sempre é propriedade da família camponesa. O que importa não é ser dono ou arrendatário da parcela, mas quem utiliza a terra.

Nesse sentido, se pegarmos a unidade familiar como unidade fundamental de análise, a importância da mulher é absoluta. Sem ela, a unidade não pode sobreviver. Como também não pode sobreviver sem um homem por muito tempo. Porque há uma divisão de trabalho bastante rígida entre homens e mulheres no campo que necessita da combinação dos dois. A combinação não é uma escolha, é simplesmente uma necessidade. Com essa necessidade total, o status das mulheres e o status dos homens são definidos essencialmente desta maneira. Significa que, primeiramente, a mulher não existe sem o homem e nem o homem sem a mulher. Não no sentido absoluto, eu vou explicar agora o que quero dizer.

No final do século XIX, quando os especialistas em estudos rurais da Rússia começaram a estudar a questão da diferenciação do campesinato - sua divisão em ricos e pobres. Neste período, o desafio foi descobrir porque alguns camponeses eram pobres no contexto de uma vila russa. Porque o pobre é empobrecido? Eles iniciaram estudos sobre orçamentos familiares, a renda e as despesas de um grupo de famílias. Quando eles analisaram o orçamento familiar, com poucas exceções, descobriram que entre os fatores básicos de produção alguma coisa sempre estava em falta, fazendo a unidade familiar não funcionar.

Um exemplo: havia um homem, prontinho para trabalhar, tudo está certo; havia uma mulher, também pronta para trabalhar, mas não havia terra, ou havia menos terra do que eles precisavam. Em outras situações, havia uma família que não tinha homens, o único homem que havia ficou velho ou morreu; ou não há mulher, a mulher morreu, talvez até num acidente ou outras coisas dessa natureza. Se analisarmos, veremos exatamente onde é que está o desastre que levou as famílias à pobreza, e não há maneira de resolver isso sem resolver o problema de falta de fatores de produção.

Normalmente, os camponeses resolviam seus problemas. Por isso, a maioria dos camponeses pobres da Rússia não ficava pobre para sempre. Depois de um período de pobreza, eles começavam a melhorar, começavam a subir na vida de novo. Quando vamos estudar por que eles saíam dessa condição, vemos que, quase sempre, o fator de produção que anteriormente estava faltando entrou na equação da unidade de produção de novo e não estava mais em falta. Como? Através do casamento.

O casamento de um camponês russo não acontece porque o menino conhece a menina, se apaixona e casa. No casamento do campesinato é diferente, ninguém está interessado em quem gosta de quem. Primeiro, são os pais que decidem quem vai casar. Como é que eles decidem? Muito frequentemente é o menino que tem cavalo que vai se casar com a menina que tem vaca. Ou, então, uma menina que tem terra se casa com um menino com força de trabalho. Não é um casamento com sentido romântico, como o adotado pelas comunidades européias, por exemplo. É um casamento entre cavalo, terra e a força de trabalho, esse é o casamento que existe. Quando isso acontece, podemos notar, por meio dos estudos dinâmicos, que tais propriedades se fortalecem repentinamente na maioria dos casos.

Essa é a maneira de o camponês resolver o seu problema. Porque os camponeses não são passivos, eles são ativos na defesa de seus interesses e eles sabem qual é a solução a tomar. Eles sabem muito melhor do que os acadêmicos como solucionar os seus problemas.

Durante uma etapa de minha carreira, eu estudei os camponeses poloneses e lhes perguntei como resolviam o problema quando havia dois filhos homens na família, porque a terra tem que ser dividida para os dois, já que a terra vai para o filho homem. Neste caso, a propriedade pode se torna tão pequena após ser dividida, que ela deixa de ser suficientemente produtiva para garantir os interesses da família. Então, eu perguntei aos historiadores poloneses que estudam a agricultura o que eles fazem numa situação como essa. “É simples”, eles responderam. “Simples?” “Sim, o pai pega os dois filhos homens e os leva até o padre da comunidade, indagando qual é esperto e qual é estúpido”. Na maioria dos casos, o padre de uma vila agrícola também é o professor da comunidade e, por isso, sabe quem é esperto e quem é estúpido no sentido acadêmico. Com base na avaliação do padre, o camponês decide sobre o destino de seus filhos. Ele manda aquele que é mais inteligente para o seminário para se tornar padre e dá a terra para o mais estúpi-

do. Isso acontece há muitas gerações e é um fato documentado, inclusive.

O resultado dessa prática é que alguns desses que saíram se tornaram intelectuais. Alguns ex-camponeses, ou seja, filhos de camponês, tornaram-se professores destacados. Eu perguntei a um professor amigo meu como é que ele era o químico mais importante da Universidade de Varsóvia tendo nascido camponês. A resposta foi a seguinte: “Meu pai me mandou para o seminário porque foi o que o padre sugeriu. Mas, eu não gostei do seminário. A disciplina era rígida mas, o mais importante, foi que eu queria uma mulher.” Então, ele saiu do seminário e entrou na universidade e se tornou o químico mais importante do país naquela época.

Nesse sentido, a estratégia dos camponeses de combinar os fatores demográficos e econômicos, com um bom entendimento do que isso significa, é freqüentemente a maneira de resolver esse tipo de problema e também de estabelecer o status da mulher. Porque, se a mulher não tiver um homem para trabalhar, ela estará impossibilitada de permanecer como agricultora. Então, ela tem que resolver esse problema por meio do casamento.

A questão das relações de gênero não foi adequadamente estudada e analisada e, sem dúvida, tem muito mais para ser feito. Porém, os pesquisadores da última geração têm dado mais atenção a isso e hoje há mais estudos disponíveis sobre essa temática.

AGRICULTURA E CAMPESINATO NO MUNDO E NO BRASIL: UM RENOVADO DESAFIO À REFLEXÃO TEÓRICA

MARTA INEZ MEDEIROS MARQUES
Universidade de São Paulo

Este artigo analisa a situação em que se encontra o campesinato no mundo e no Brasil e examina alguns desafios a serem enfrentados para a construção do conhecimento sobre o campesinato hoje, à luz das contribuições de Teodor Shanin e da análise de estudos recentes sobre o campo e sobre o atual estágio de desenvolvimento do capitalismo.

O convite dos editores desta coletânea para estabelecer um diálogo com as idéias de Teodor Shanin, por meio deste artigo, foi particularmente instigante e provocador na medida em que a obra deste grande intelectual constitui uma referência fundamental para todos nós que estudamos a questão agrária e o campesinato a partir de uma perspectiva marxista.

Vivemos um tempo acelerado marcado por intensas mudanças desencadeadas pelo processo de mundialização do capital, com fortes consequências para as populações camponesas. Neste contexto, ressurgem o debate sobre o futuro deste sujeito social e o questionamento da pertinência do uso do conceito de camponês para a descrição e análise das novas realidades.

O debate sobre o destino do campesinato inicia-se no final do século XIX e ganha novo impulso nos anos 1960 e 1970, com participação ativa de Teodor Shanin. Destacam-se duas correntes nesse debate. A primeira, formada sob a influência dos populistas russos, que desenvolveram estudos detalhados sobre a organização da produção camponesa, valorizava as qualidades do modo de vida e da economia camponesa e defendia a importância de sua contribuição para a construção de uma sociedade mais igualitária e mais justa. Dentre os seus principais autores, destaca-se A. Chayanov. A segunda, cuja ênfase estava na análise das mudanças desencadeadas pelo avanço das relações de mercado e dos processos de modernização e industrialização relacionados ao desenvolvimento do capitalismo no campo e suas inevitáveis consequências de desagrarização e descampesinização, tinha em V. Lênin e K. Kautsky duas grandes referências.

Apresentaremos, a seguir, alguns aspectos centrais da conceituação do campesinato em Shanin, uma breve exposição da situação do campesinato no mundo e no Brasil, e, em seguida, o esboço de uma teoria sobre campesinato e desenvolvimento geográfico desigual do capitalismo. Não se trata de uma teoria acabada, mas de uma primeira sistematização de um conjunto de idéias sobre as quais vimos refletindo há algum tempo, no sentido de compreender a relação entre o campesinato e outras formas de trabalho existentes sob o capitalismo.¹

O CONCEITO DE CAMPONÊS EM SHANIN

Segundo Shanin (1979), o campesinato é ao mesmo tempo uma classe e um modo de vida e esta dualidade nos tem conduzido historicamente a dificuldades conceituais.

A dualidade principal da posição dos camponeses na sociedade consiste em que são, por uma parte, uma classe social (de escasso 'caráter de classe'² e em geral dominada pelas demais classes) e, por outro, 'um mundo diferente', uma 'sociedade em si mesma' muito autosuficiente, que ostenta os elementos de um padrão de relações sociais separado, claro e fechado. (SHANIN, 1979, p. 228).³

Para ele, tal autosuficiência torna o controle político do campesinato uma necessidade para os governantes (SHANIN, 1979, p. 229). Hoje, porém, sua autosuficiência deve ser relativizada, dada a ação eficiente da mídia, da igreja, da escola e demais instituições ideológicas cuja atuação contribui

¹ O grupo de estudos "Campo em Movimento", que coordeno no Laboratório de Agrária do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo, tem sido um importante espaço para o debate destas idéias. Aos colegas do grupo, o meu agradecimento.

² Shanin lembra que, para Marx, o campesinato constitui um modo de vida, com interesses e cultura específicos que se opõem a outras classes, podendo formar, assim, uma classe. No entanto, sua dificuldade para estabelecer laços e organização política em nível nacional limitaria sua formação enquanto classe (SHANIN, 1979, p. 228).

³ "La dualidad principal de la posición de los campesinos en la sociedad consiste en que son, por una parte, una clase social (una de escaso 'carácter de clase' y en general dominada por las demás clases) y, por otra, 'un mundo diferente', una 'sociedad en sí misma' muy autosuficiente, que ostenta los elementos de un padrón de relaciones sociales separado, claro y cerrado (SHANIN, 1979, p. 228)."

para a difusão de certos valores para toda a sociedade. Nesses casos, o domínio político tem sido exercido sobretudo por meio da cooptação.

Shanin afirma que o campesinato não é uma realidade estática. “Como toda entidade social, o campesinato existe só como um processo, quer dizer, em sua mudança (SHANIN, 1979, p. 13).”⁴ Assim, apesar de a generalização realizada a partir de evidências apresentadas por estudos empíricos constituir um dos fundamentos da análise em ciências sociais, devemos evitar o equívoco de buscar na realidade um tipo tal qual definido pelo processo de abstração, pois esta sempre implica algum tipo de redução da complexidade do social.

A especificidade camponesa decorre, então, da interdependência e combinação variável entre quatro características ou facetas básicas⁵ encontradas em diferentes contextos histórico-geográficos mundiais e não se reduz a nenhuma delas: o cultivo da terra; a unidade de produção familiar; a comunidade de aldeia como unidade básica de organização social e sua posição como classe mais baixa da sociedade. Porém, o cerne ou raiz de suas características determinantes está na natureza e dinâmica da unidade de produção rural familiar (SHANIN, 1980, p. 51).

A ênfase dada por Shanin à centralidade da unidade de produção familiar na definição do camponês revela o seu comprometimento com o pensamento econômico russo da Escola de Organização e Produção, que tem em Alexander Chayanov um de seus principais expoentes.

A organização da unidade econômica camponesa, segundo Chayanov (1974), tem como objetivo a satisfação das necessidades da família e se dá de acordo com o balanço trabalho-consumo, ou seja, a relação entre a força de trabalho familiar disponível e o seu número total de dependentes. A sua capacidade para se ajustar às novas situações impostas pelo desenvolvimento do capitalismo na agricultura também se baseia nessa relação, ou seja, resul-

⁴ “Como toda entidad social el campesinado existe sólo como un proceso, es decir en su cambio (SHANIN, 1979, p. 13).”

⁵ Shanin discorre sobre essas características na introdução da coletânea “Campe sinos y sociedades campesinas” (1979, p.11-12). Em trabalho posterior, “A definição de camponês: conceituações e desconceituações” (1980, p. 45-48), em vez de quatro, ele menciona seis características, desdobrando algumas delas de modo a enfatizar seus vínculos e sua relação com a dinâmica e reprodução social camponesas, bem como com a forma específica como o campesinato reage a mudanças estruturais.

ta da possibilidade de definição de um novo equilíbrio na relação entre suas necessidades e sua capacidade de trabalho, agora mediada por uma relação com o mercado.

Shanin afirma que a transformação capitalista da agricultura não leva apenas à diferenciação e polarização social nos moldes previstos por Lênin,⁶ mas resulta fundamentalmente nos processos de diferenciação, pauperização e marginalização, cuja ocorrência depende do tipo de relação estabelecida entre o campesinato e o capitalismo em cada formação territorial. (1980, p. 56-59)

Apesar de o debate do século XIX ter acertado ao antecipar a queda da importância relativa da população rural sob o desenvolvimento do capitalismo, em geral ele previu um melhor destino para os camponeses do que o seu empobrecimento cumulativo e o papel de população sobrando ou subempregada, como tem acontecido nas sociedades ditas subdesenvolvidas. (SHANIN, 1979, p.225)

Os camponeses também têm apresentado uma surpreendente flexibilidade e capacidade de adaptação. A explicação para essa tão grande resiliência, segundo Shanin, está na natureza da economia familiar, que não tem sido tão estudada quanto as economias estatal e de mercado, pois, em situações de crise, a lógica da economia camponesa é particularmente eficiente e tende a resolver os problemas de forma mais barata.

Além disso, a ação política dos camponeses tem alcançado resultados positivos em certos casos e obtido do Estado a realização de políticas visando protegê-los dos efeitos destrutivos do mercado e mesmo promover e apoiar a sua recriação, como é o caso da adoção de medidas como a reforma agrária.

Shanin observa que, para mudar a sociedade, a luta pelo conhecimento é tão importante quanto a luta pela terra e nos desafia a nos envolver com essa luta para a construção do conhecimento sobre o campesinato e a questão agrária hoje. Na busca pelo conhecimento, chamamos atenção especial para duas frentes de luta intimamente interrelacionadas: a luta no campo político e a luta no campo teórico.

⁶ Ao analisar o desenvolvimento do capitalismo na Rússia no final do século XIX, Lênin prevê o desaparecimento do camponês médio e a transformação do camponês pobre em proletário e do camponês rico em capitalista.

No campo político, faz-se necessária a luta por recursos financeiros e institucionais para a realização de pesquisas e pela produção e disponibilização de dados estatísticos que apresentem qualidade, confiabilidade e periodicidade mínima adequada para captar a evolução de tendências em curso, bem como o impacto de políticas específicas. O trabalho de levantamento e disponibilização de dados estatísticos deve ser atributo do Estado nos seus diferentes níveis. A constante denúncia de manipulação de estatísticas da reforma agrária pelo INCRA, entra governo e sai governo, é uma triste realidade que só vem confirmar a carência que temos de bancos de dados confiáveis e abertos ao amplo acesso público.

No campo intelectual, que constitui um espaço privilegiado para a produção de um pensamento crítico, é preciso enfrentar os embates em torno da produção do conhecimento, considerando a questão de para quem se destina o saber como fonte de poder. Os argumentos apresentados ao longo deste artigo se referem à situação do campesinato hoje e às nossas explorações no campo teórico para compreender tal realidade.

AGRICULTURA E CAMPESINATO NO MUNDO

Desde o final dos anos 1970, tem-se verificado uma série de mudanças econômicas e institucionais vinculadas ao processo de liberalização dos mercados e de crescimento do domínio do capital financeiro em escala global, com impactos diversos sobre a produção agrícola. Verifica-se a reestruturação de cadeias produtivas do sistema agro-alimentar em nível global, sob a coordenação de cada vez mais poderosas corporações transnacionais envolvidas com a produção de insumos, processamento e comercialização da produção, e o estabelecimento de uma nova divisão internacional do trabalho.

Hoje, os Estados Unidos e a União Européia dominam a exportação de produtos agrícolas em escala global, o que representa uma mudança no padrão de relação que por longo tempo vigorou entre as economias do centro e as da periferia do sistema capitalista. Segundo Kuper (2007, p. 11), no início dos anos 2000, os Estados Unidos ocupam o primeiro lugar no comércio mundial de produtos agrícolas, representando 19% do total, seguido de perto pela União Européia, com 17%. Vale lembrar que, nos anos 1970, a Europa importava grande parte dos principais produtos agrícolas que consumia e,

hoje, apesar de ainda importar alimentos em grande quantidade, estes se restringem sobretudo a produtos específicos, como os de origem tropical.

O modelo de agricultura altamente produtivista desenvolvido a partir dos países centrais, baseia-se no emprego de técnicas avançadas e em um elevado custo de produção compensado por amplos subsídios estatais. Esses subsídios causam profundas distorções no comércio internacional, na medida em que permitem que tais produtos sejam vendidos a preços mais baixos no mercado mundial, caracterizando uma situação de dumping. Os países do Sul, cujas economias dependem em grande parte do setor agrícola, têm sido seriamente prejudicados neste processo e têm reivindicado, embora ainda sem avanços significativos, a eliminação dos subsídios agrícolas em fóruns como a Organização Mundial do Comércio (OMC).

Desde os anos 1990, a Política Agrícola Comum (PAC) da União Européia tem sido reformada no sentido de reduzir o subsídio direto à produção agrícola, reorientando parte dos recursos para a promoção de um modelo de desenvolvimento rural mais sensível a questões sociais e ambientais. O agricultor europeu passou a receber recursos especiais para apoiá-lo em sua função de “guardião da natureza”.

Goodman e Watts analisam o impacto da reestruturação industrial na estrutura produtiva do sistema agro-alimentar e na reconfiguração do espaço rural europeus e norte-americano e contestam a frequente ênfase dada ao seu caráter homogeneizador. Eles afirmam que, para melhor compreender esta realidade, é necessário considerar as consequências analíticas das diferenças associadas com a produção e o consumo baseados na terra e seus significados para a morfologia agrícola dos dias atuais, marcada por uma crescente diversidade de arranjos locais e regionais, criados a partir de um grande número de tipos de agricultura (GOODMAN; WATTS, 1994, p. 5).

Verifica-se, hoje, na Europa, uma tendência de desenvolvimento da agricultura em duas frentes: o modelo produtivista-exportador e o modelo de agricultura orgânica e sustentável, voltado para um tipo de consumidor mais exigente e com maior poder aquisitivo, encontrado em mercados como o europeu. Nos Estados Unidos, também vem ganhando importância o “multi-agriculturalismo”, ou seja, a valorização de múltiplos processos produtivos como o convencional, o orgânico e outros.

A globalização do capital na agricultura envolve a terra e o trabalho em seu movimento de contínua criação e re-criação de paisagens geográficas ou

ordenações espaço-temporais⁷. A terra, dado o seu caráter imóvel, é “globalizada” na medida em que o capital se desloca criando novas frentes de expansão, comprando ou alugando terras e promovendo mudanças quanto ao seu uso e/ou regime de propriedade. O trabalho, por sua vez, pode ser afetado de diferentes maneiras com a destruição de antigas relações de produção, precarização e crescente proletarianização dos trabalhadores, estímulo à mobilidade espacial, criação de uma variedade de formas de subcontratação do trabalho da unidade de produção familiar etc.⁸

Neste contexto, Goodman e Watts destacam que: “Apesar de importantes exceções (...), o estabelecimento representativo da agricultura nos países industriais avançados continua a ser organizado com base na família, seja ela arrendatária, proprietária/operadora⁹ ou corporação familiar¹⁰ (1994, p. 8).”¹¹ Nos Estados Unidos, segundo dados do Departamento de Agricultura Americano, 96% dos estabelecimentos agrícolas eram “family farms” em 2006 e apenas 10% dos estabelecimentos, familiares ou não, podiam ser classificados como produtores em larga escala conforme o valor da produção.¹²

Em situações distintas, tanto nos países do Norte como nos do Sul, verifica-se a permanência e centralidade da unidade familiar na agricultura capitalista, o que impõe grandes desafios à reflexão teórica. Um deles é o de compreender as implicações decorrentes de sua forma específica de organização da produção, o que, entre outras coisas, tem permitido sua reprodução, mesmo que na condição de “price-taker”, ou seja, sem poder para interferir na formação dos preços do que produz.

De um lado, verifica-se a expropriação e queda do peso relativo da população rural no conjunto da população mundial, de outro, tem-se a sua adaptação e transformação, com a emergência de novas formas de luta e de

⁷ Sobre ordenação espaço-temporal, ver Harvey, 2004, cap.3.

⁸ Sobre a globalização da produção agrícola ver Friedland, 2004.

⁹ Proprietária e responsável pelo trabalho em seu próprio negócio.

¹⁰ Sociedade anônima agrícola familiar.

¹¹ “Despite important exceptions (...) the ‘representative firm’ in agriculture in advanced industrial countries continues to be organized on the basis of the household, whether tenant, owner-operator or family corporation.” (GOODMAN; WATTS, 1994, p. 8).

¹² Segundo os critérios do Serviço Nacional de Estatísticas Agrícolas do Estados Unidos, um estabelecimento agrícola é considerado de larga escala quando alcança US\$ 250.000/ano ou mais com a venda de sua produção. Disponível em: < <http://www.ers.usda.gov/Briefing/WellBeing/>>. Acesso em: 6 jan. 2008.

organização da vida e da produção no campo. Vejamos, a seguir, como as mudanças atuais têm afetado as populações camponesas do Sul e quais as suas principais consequências.

Na América Latina, a reprodução social do campesinato nunca esteve em situação tão crítica. Muitos camponeses são mantidos num estado permanente de semi ou sub-proletarização, em condições de trabalho extremamente precárias, seja no campo ou na cidade. O trabalho temporário no corte da cana no Brasil é um exemplo dessa situação. Isto ocorre seja porque o recurso ao trabalho assalariado é o que permite ao camponês manter a posse da terra, seja porque é a alternativa encontrada para a obtenção da renda necessária para o seu sustento.

Por outro lado, o campo passa a comportar novas ruralidades criadas, entre outros, a partir do uso do espaço rural para atividades recreacionais e turísticas, e pela valorização do potencial das populações rurais para contribuir para o desenvolvimento de formas sustentáveis de manejo da natureza e conservação do meio ambiente - a proposta da agroecologia nasce neste contexto. Também são engendradas novas formas de resistência e de luta.

Ainda mais do que outros setores, o campesinato e os povos indígenas na América Latina rural estão sendo esmagados pelo fardo da integração econômica internacional e a quimera da prosperidade motivada pela abertura do mercado. Diferente de muitos outros grupos sociais, entretanto, muitas sociedades rurais estão reivindicando com sucesso seus próprios espaços, territorial e / ou político, onde eles estão procurando construir suas próprias alternativas ao ataque violento da globalização. Essa diversidade é uma das mais notáveis características da vida rural hoje - uma das quais geralmente escapa à atenção dos observadores do Norte. (BARKIN, 2004, p. 281)¹³

A emergência de movimentos sociais que desafiam a globalização neoliberal vai delineando uma conjuntura de crescente importância dos cam-

¹³ “Even more than many other sectors, the peasantry and indigenous peoples in rural Latin America are being crushed by the burdens of international economic integration and the chimera of prosperity driven by free trade. Unlike many other social groups, however, many rural societies are successfully reclaiming their own spaces, the territorial and / or political, where they are attempting to construct their own alternatives to the onslaught of globalization. This diversity is one of the most notable characteristics of rural life today - one that often escapes the notice of northern observers.” (BARKIN, 2004, p. 281).

poneses como fator político na América Latina e, em países como Bolívia e Equador, eles têm desempenhado um papel de destaque na composição da base de sustentação de governos populares.

Na África, com exceção de algumas áreas como ao longo do vale do Nilo, nas terras montanhosas da Etiópia e em poucos reinos encontrados na porção sub-saariana, a emergência de sociedades camponesas é um fato relativamente recente (BRYCESON, 2000, p. 37, 38). Grande parte do campesinato africano foi criada no período colonial e consolidou-se no pós-independência. Neste período, ciclos de desenvolvimento verificados em algumas áreas possibilitaram investimentos em educação e impulsionaram a formação de quadros oriundos do campesinato, capacitados a atuar nas burocracias dos governos regionais e nacionais. Processos de diferenciação social passam a tensionar linhas de divisão de região, idade e gênero pré-existentes, ao mesmo tempo em que surgem novas divisões de classe e cresce a migração para as cidades.

Porém, a partir dos anos 1970, a economia camponesa passa a enfrentar grandes dificuldades com o aumento nos custos de transporte e a queda dos preços agrícolas. A situação agravou-se em meados de 1980 com a adoção de programas de ajuste estrutural pela maioria dos países, seguidos por reformas liberalizantes que causaram o crescimento da competição com produtos agrícolas importados dos países centrais, a escassez de crédito e maior dificuldade de acesso à terra.

As mudanças liberalizantes observadas na legislação quanto à propriedade da terra e ao mercado de trabalho deram lugar a novas ondas de *acumulação por espoliação*¹⁴ na região. Tudo isso resultou na intensificação da diferenciação social entre os camponeses e no movimento de abandono da agricultura camponesa, além da diversificação das atividades da unidade familiar com seu crescente envolvimento com atividades não-agrícolas como o trabalho assalariado na cidade ou o pequeno comércio, visando reduzir o risco que esta atividade passou a representar. A prática de ajuda mútua (implicando trocas de serviços e mercadorias) por meio de redes estabelecidas entre membros de uma mesma família extensa residentes seja no campo

¹⁴ De acordo com Harvey (2004, p.124), a acumulação por espoliação se realiza a partir de um conjunto de processos, muitos deles violentos, que proporcionam ao capital um fundo de ativos (incluindo força de trabalho) a baixo custo (e, em alguns casos, custo zero).

ou na cidade contribuiu para suavizar a força do processo de diferenciação (BRYCESON, 2000, p. 52, 55).

A agricultura urbana tornou-se uma característica de destaque na maioria das cidades africanas e laços mais próximos de intercâmbio entre as partes urbanas e rurais de famílias extensas tornaram-se cada vez mais importantes na medida em que os moradores urbanos buscam meios mais confiáveis e mais baratos de subsistência a partir de suas bases rurais em tempos difíceis. Atualmente o destino econômico, político e cultural dos camponeses na África depende de suas identidades comunitárias e de uma rede social cada vez mais dispersa (BRYCESON, 2000, p. 60).

A Ásia é a região em que o campesinato tem origem mais remota e também onde se concentra o maior número de população camponesa na atualidade. Em países como China, Índia, Indonésia e Paquistão, mais de 50% da população economicamente ativa está na agricultura. (MOOIJ, 2000, p. 213)

No século XVI, quando os europeus colonialistas chegaram em algumas áreas da Ásia, encontraram campesinatos integrados a amplas redes de produção e apropriação de excedentes e se aproveitaram desta organização, sem grandes modificações. Contudo, aos poucos passaram a interferir de forma mais direta na economia, modificando o regime de propriedade da terra, criando sistemas de trabalho forçado, entre outras medidas, o que levou à intensificação da diferenciação social entre os camponeses. (MOOIJ, 2000, p. 215)

Na segunda metade do século XX, após a saída ou expulsão dos poderes coloniais, os países da região seguiram diferentes trajetórias, uns firmemente integrados ao mercado mundial, outros, como China e Índia, com economias mais fechadas. Estes últimos vão se abrir para o mercado mundial somente a partir de 1978 e 1991 respectivamente. A influência das políticas das instituições financeiras internacionais, aqui, foi mais limitada e seu impacto na vida rural e urbana não foi tão dramático quanto na África. (MOOIJ, 2000, p. 214-215)

Apesar de a variedade e complexidade de situações encontradas tornarem difícil qualquer generalização para toda a Ásia, pode-se destacar três mudanças que alteraram os parâmetros-chave da estrutura agrária na região após a segunda grande guerra: a revolução verde, os movimentos e revoluções camponeses e a tendência à diversificação de fontes de renda com o desenvolvimento de atividades não-agrícolas. Estas últimas têm desempenhado um papel decisivo na subsistência rural, variando segundo a região,

os diferentes contextos e processos, e desencadeando efeitos diversos sobre o campesinato e a estrutura geral da economia. (MOOIJ, 2000, p. 218, 224)

Experiências na Ásia têm mostrado que a modernização pode ter efeitos contraditórios e nem sempre é sinônimo de destruição do modo de vida e da identidade camponesa. Na Índia, a revolução verde parece ter desencadeado um curioso processo em que ao lado de uma crescente diferenciação social do campesinato e do fortalecimento da produção capitalista, observou-se a valorização da identidade camponesa, concebida como representativa dos valores tradicionais da população rural. O surgimento de “novos camponeses” de origem urbana no Japão é outro exemplo do apelo que pode ter a cultura camponesa ou a campesinidade num mundo capitalista globalizado. (MOOIJ, 2000, p. 220, 225)

AGRICULTURA E CAMPESINATO NO BRASIL

No final dos anos 1970, inicia-se no Brasil um processo de abertura política e, cerca de dez anos depois, a abertura de mercado, responsáveis por uma série de mudanças econômicas e institucionais. Do Estado Desenvolvimentista, empreendedor e voltado para um projeto de transformação do país numa grande potência, no qual a inclusão social era concebida como decorrência “natural” do processo de desenvolvimento econômico, passamos ao Estado Neoliberal. Este último tem como principal papel garantir, em nível nacional, as condições necessárias ao bom funcionamento do mercado capitalista, em conformidade com as exigências do capital financeiro global, e administrar os custos sociais e ambientais daí decorrentes (tarefas de complexidade crescente num cenário de restauração e consolidação das instituições democráticas).

Tal reestruturação do Estado é contemporânea de uma arremetida agressiva das instituições e setores sociais com interesses de mercado no campo e nas florestas visando a privatização das terras e de seus recursos. Merece destaque a firme atuação do Banco Mundial neste sentido, por meio da defesa e sustentação de uma série de programas visando contribuir para uma melhor estruturação e regulamentação do mercado de terras.

Destaca-se, também, a expansão do agronegócio, impulsionada pela maior abertura do mercado brasileiro e pela ampliação de investimentos diretos de empresas multinacionais do sistema agro-alimentar no país. A produ-

ção agrícola é palco de profundas mudanças, com aumento na escala de produção, mecanização crescente e redução dos postos de trabalho. Nos últimos quinze anos, o setor agropecuário tem apresentado uma média de crescimento bem superior à da indústria e dos serviços e aumentado a sua participação no mercado externo. Segundo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA, 2006), o agronegócio foi responsável por 33% do Produto Interno Bruto (PIB) e 42% das exportações totais em 2006.¹⁵

Entre 1985 e 1995, registrou-se a redução de cerca de quinhentos mil estabelecimentos agrícolas cujos produtores eram arrendatários, parceiros ou ocupantes. Nesse período, registrou-se pela primeira vez uma diminuição em números absolutos do emprego rural, que ultrapassa cinco milhões de pessoas (IBGE, 1985, 1995). Essa tendência prossegue no censo demográfico de 2000, com a redução de mais seis milhões no número de pessoas ocupadas nessa atividade (IBGE, 2000).

Observa-se forte deterioração das condições de trabalho no campo. Nas culturas mais mecanizadas, o contexto de redução de postos de trabalho tem facilitado a imposição de parâmetros de produtividade definidos pela máquina ao ritmo de trabalho humano. No caso da produção canavieira, têm ocorrido recentemente casos de morte por exaustão de trabalhadores devido à extensão e intensificação da jornada de trabalho no corte da cana. (SILVA, 2005).

Neste contexto, emergem diferentes formas de luta pela terra (para resistir, recuperar e/ou entrar na terra), bem como novas formas de organização da unidade de produção (com mudanças na base técnica, diversificação de atividades, aumento na escala de produção etc.). Esses processos vêm possibilitando a reconstituição, em novas bases, da diversidade encontrada entre as configurações camponesas existentes no país.

No que diz respeito às lutas de populações tradicionais e quilombolas, de acordo com Almeida (2004), de quem extraímos a maior parte das considerações que se seguem, há um processo de territorialização em curso no país. Babaçuais, castanhais e seringais constituem a base a partir da qual emergem identidades traduzidas por extensões territoriais de pertencimento. Para se ter uma avaliação mais precisa do que representam estas territo-

¹⁵ Entre 1998 e 2003, a taxa de crescimento do PIB agropecuário foi de 4,67% ao ano. O país dobrou o faturamento com as vendas externas de produtos agropecuários no período entre 1993 a 2003. (MAPA, 2006)

rialidades específicas, é preciso lembrar que, dos 850 milhões de hectares do Brasil, mais de 20% não podem ser classificados como estabelecimento ou imóvel rural e assim se distribuem: quase 12% da superfície brasileira, ou aproximadamente 110 milhões de hectares, correspondem a 615 terras indígenas (sendo 442 demarcadas, 47 em demarcação e 147 a demarcar). Às terras de quilombo estima-se oficialmente que correspondam mais de 30 milhões de hectares. Os babaçuais, sobre os quais as quebradeiras de coco começam a estender a Lei do “Babaçu Livre”, correspondem a pouco mais de 18 milhões de hectares. Os seringais se distribuem por mais de 10 milhões de hectares. Há castanhais no Pará, Rondônia e no Acre numa extensão superior a 6 milhões de hectares. (ALMEIDA, 2004, p. 170)

Pode-se comparar este percentual com o fato de que há 200 milhões de hectares sobre os quais o cadastro do INCRA não possui qualquer informação. As terras cadastradas referem-se a somente 650 milhões de hectares. Assim, delinea-se um campo de lutas em torno do Programa de Cadastro de terras e regularização fundiária que vem sendo realizado pelo atual governo e da definição de categorias cadastrais que sejam capazes de reconhecer e legitimar tal diversidade de formas de apropriação.

Essas novas identidades refletem disputas sociais definidas a partir da defesa de formas sociais da terra baseadas no uso comum de seus recursos, o que o Estado, em sua territorialidade fundamentada na propriedade privada, tem dificuldade de reconhecer. Lembra Almeida (2004) que a categoria *terras tradicionalmente ocupadas*, formulada pela constituição de 1988, reconhecia os direitos territoriais dos povos indígenas.¹⁶ Em 2002, em resposta a pressões dos movimentos sociais, o Brasil ratificou a Convenção 169 da OIT, de junho de 1989,¹⁷ ampliando o significado desta categoria para abarcar essa realidade diversa. O texto da Convenção baseia-se na autodefinição dos agentes sociais e reconhece a usurpação de terras realizada desde o

¹⁶ “São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições (parágrafo 1º. do Art.231 da Constituição Federal de 1988).”

¹⁷ O Artigo 14 desta convenção afirma que: “Dever-se-á reconhecer aos povos interessados os direitos de propriedade e de posse sobre as terras que tradicionalmente ocupam (Art.14, Convenção 169 da OIT, de junho de 1989)”.

período colonial, abarcando uma diversidade de grupos sociais que historicamente se opuseram ao modelo agrário exportador apoiado no monopólio da terra, no trabalho escravo e em outras formas de controle da força de trabalho. (ALMEIDA, 2004, p. 164)

As lutas desses povos pelo seu reconhecimento têm aumentado desde 1988, sobretudo na região amazônica, com o surgimento de múltiplas formas associativas agrupadas por diferentes critérios tais como: raízes locais profundas, fatores político-organizativos, autodefinições coletivas, consciência ambiental e elementos de identidade. A todas elas correspondem territorialidades específicas a partir das quais se realizam modos de vida camponeses distintos.

Também tem-se verificado o crescimento da luta dos povos indígenas desde os anos 1980, o que resultou em importantes conquistas, como a inclusão na Constituição de 1988 de um capítulo referente aos direitos indígenas e a criação da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) em 1989, que hoje reúne 75 organizações e 165 povos indígenas diferentes. Segundo Munduruku (2004, p. 325), alguns grupos indígenas têm refletido sobre formas de negociar acordos econômicos diretamente com grandes conglomerados farmacêuticos e cosméticos para reverter o seu saber em ganho para a população indígena sem precisar vender madeira, deixar garimpeiro entrar em sua terra ou tornar-se um garimpeiro.

A identidade de trabalhador rural sem terra emerge a partir de experiências de luta diversas na Região Sul e em São Paulo no início da década de 1980, e a reforma agrária é reafirmada como um caminho para que os trabalhadores rurais atinjam a cidadania, inserindo-se no conjunto das lutas pela redemocratização do país. Em 1984, é fundado o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e, no ano seguinte, ele se estrutura como organização e se torna um movimento social autônomo. Nos anos 1990, o movimento alcança efetiva projeção nacional, demonstrando grande poder de mobilização e hoje está organizado em quase todas as unidades da federação.¹⁸ A trajetória bem sucedida do MST está relacionada com o surgimento de inúmeros outros movimentos de sem-terras dispersos pelo território nacional, que reivindicam a reforma agrária.

¹⁸ Sobre a origem do MST, seus objetivos e forma de organização, ver Stédile e Fernandes (1999).

A emergência da luta pela reforma agrária é resultado de conflitos desencadeados no campo numa fase caracterizada pelo forte crescimento econômico do país, associado ao avanço da industrialização e da oferta de trabalho urbano, com mudanças significativas na cidade. Sua ampla disseminação se dá, porém, quando o país reafirma a sua opção por um modelo de agricultura extremamente excludente e as oportunidades de trabalho na cidade tornam-se mais restritas. A reforma agrária surge como alternativa de trabalho, moradia e reprodução social para um número crescente de trabalhadores pobres que, dada a sua baixa qualificação em relação às atuais exigências do mercado, dificilmente encontrariam melhor forma de inserção produtiva.

A base social que luta por reforma agrária mudou. Além de trabalhadores rurais sem terra residentes no campo, ela também reúne uma população urbana pobre formada por empregados e desempregados do campo e/ou da cidade que buscam assegurar uma vida e um trabalho dignos e proteger a família da desestruturação e das ameaças de violência enfrentadas nas periferias urbanas. As dificuldades econômicas e o avanço do processo de expropriação atingiu amplos setores do campesinato brasileiro ao longo das últimas décadas, determinando sua migração para a cidade, o que contribuiu para uma crescente diluição das fronteiras entre o mercado de trabalho urbano e o rural, o crescente deslocamento do trabalhador entre estes mercados e a tendência ao nivelamento por baixo dos salários. A relação desde há muito decifrada por F. Oliveira (1988) entre o par latifúndio-minifúndio e a exploração do trabalho urbano revela-nos o quão perversa tem sido para os trabalhadores em geral a existência de uma estrutura agrária tão desigual.

Apesar de toda a heterogeneidade social dos sem-terras, os assentamentos de reforma agrária constituem espaços nos quais tem se verificado a recriação de formas de organização social, econômica e territorial camponesas, como têm evidenciado os estudos de Simonetti (1999), Marques (2000) e Bombardi (2004), dentre outros. A luta pela reforma agrária no Brasil passa pela afirmação de um projeto camponês e tem possibilitado a trabalhadores antes proletarizados ou não a experiência de um modo de vida camponês e sua conformação enquanto classe.

O aprendizado experimentado pelos sem-terras e assentados, ao longo dos embates políticos e por meio das conquistas alcançadas, representa um passo importante no processo de emancipação social e política. A criação do assentamento é acompanhada por um conjunto de medidas que formalizam

o reconhecimento do Estado de seu dever de assegurar o acesso a direitos básicos como educação, saúde e habitação. Institui-se a partir daí um novo tipo de relação com o Estado.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)¹⁹, criado em 1994, também representa uma importante conquista para a classe camponesa no país após anos de luta, na medida em que, pela primeira vez, é criado um programa de crédito dedicado à agricultura camponesa em nível nacional. Porém, contraditoriamente e evidenciando as sutilezas que perpassam o jogo político, o Governo Fernando Henrique Cardoso serviu-se do programa para aplacar o poder de pressão dos movimentos sociais envolvidos na luta pela terra e extinguiu o programa especial de crédito para a reforma agrária, substituindo-o pelo PRONAF e submetendo o público assentado precocemente a parâmetros semelhantes aos dos produtores já consolidados.

Há um processo de recriação e territorialização camponesa em curso que corta o território brasileiro e lhe impõe novos conteúdos, decorrentes das novas maneiras como se organizam e se autodefinem os diferentes grupos. Os movimentos sociais acima mencionados objetivam sujeitos em existência coletiva, que apresentam territorialidades específicas e desenvolvem um conjunto de práticas organizativas que traduzem transformações políticas profundas na capacidade de mobilização destes grupos em face do poder do Estado. São estruturadas redes de organizações, contrapondo-se à fragmentação e dispersão que marcam o período inicial dessas lutas, podendo uma mesma entidade estar vinculada a mais de uma rede. Multiplicam-se as instâncias de interlocução entre Estado e movimentos, sobretudo nos casos em que o Estado apresenta políticas específicas como na área ambiental, de reforma agrária etc.

TEORIA GEOGRÁFICA E CAMPESINATO

Hoje, como lembra Bryceson (2000, p. 4, 6), mais do que nunca, diante da situação dramática em que se encontra grande parte dos camponeses e da queda de seu peso relativo no conjunto da população mundial,

¹⁹ Sobre a emergência da identidade de agricultor familiar como resultado de um processo social desencadeado a partir da criação do PRONAF, ver Neves, 2007.

o destino do campesinato parece estar em questão, o que tem profundas consequências para o bem-estar de um vasto número de pessoas dentre as mais pobres do mundo.

O presente desafio é repensar o campesinato em face da aceleração dos processos de mudança e das inúmeras adaptações pelas quais eles têm passado e que os tem tornado ainda mais difíceis de serem compreendidos.

Sua relação com o solo mudou. Múltiplas ocupações, mantendo ao mesmo tempo residência rural e urbana, transbordando mercados de trabalho, os camponeses tornam-se de problemática definição. Influências do Estado e do mercado têm permeado suas sociedades e a natureza da família camponesa e da comunidade local tem se modificado. Numa situação de mudanças constantes e rápidas, camponeses desaparecem e então reaparecem como se por um passe de mágica. A direção da mudança confunde e seu ritmo rápido provê pouco tempo para a análise sincrônica. Os processos de transição dos camponeses são mais complexos (BRYCESON, 2000, p. 30).²⁰

Como interpretar essas mudanças e decifrar seus possíveis desdobramentos futuros? Que instrumentos conceituais e teóricos dispomos para utilizar nestas tarefas?

As ciências sociais em geral têm sido profundamente influenciadas pela idéia de progresso, assumindo frequentemente uma concepção unidirecional da história, com sérias consequências para o estudo do campesinato, que é tratado como um segmento social condenado ao desaparecimento. No interior do pensamento geográfico brasileiro, os trabalhos de Ariovaldo U. de Oliveira (1988, 1996, 1999) e de Bernardo M. Fernandes (1996, 2000^a, 2000^b) constituem duas importantes exceções que se contrapõem a essa compreensão baseados numa perspectiva crítica que fundamenta a análise da questão agrária no uso da noção de desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo.

²⁰ “Their relationship to the soil has changed. Multi-occupational, straddling urban and rural residences, flooding labour markets, peasants become definitionally problematic. State and market influences have permeated their societies, and the nature of the peasant family and village community has altered. In a situation of rapid flux, peasants disappear, then reappear as if by some conjuror’s trick. The direction of change confuses and its rapid rate affords little time for synchronic analysis. Peasant transitional processes are more complex.” (BRYCESON, 2001, p. 30).

A. Oliveira (1999) propõe uma teoria que define o território capitalista como produto da luta de classes travada pela sociedade e como síntese contraditória do processo/modo de produção/distribuição/circulação/consumo e suas articulações e mediações supra-estruturais (políticas, ideológicas, simbólicas etc.) em que o Estado desempenha função de regulação. Ele afirma que a lógica contraditória de desenvolvimento do capitalismo constrói/destrói formações territoriais em diferentes partes do mundo ou faz com que frações de uma mesma formação territorial conheçam processos desiguais de valorização, produção e reprodução do capital. Essa mesma lógica contraditória, no caso do desenvolvimento do capitalismo no campo, resulta em dois processos distintos: a territorialização do capital, caracterizado pela expansão da agro-indústria; e a monopolização do território sem territorialização, caracterizado pela subordinação da produção camponesa aos interesses do capital monopolista. (OLIVEIRA, 1999, p. 74, 75, 105)

A. Oliveira formula a sua teoria sob o impacto das transformações desencadeadas no campo brasileiro nos anos 1970-1980, quando o desenvolvimento capitalista desencadeia uma série de conflitos com a expropriação camponesa em várias regiões e de forma dramática nas áreas de fronteira agrícola e com a crescente utilização de mecanismos de integração e subordinação da produção camponesa aos complexos agro-industriais. Em seus trabalhos sobre a expansão da fronteira agrícola no estado do Mato Grosso, ele destaca as ações do Estado, nos níveis federal e estadual, em apoio ao capital no processo de apropriação privada da terra em áreas de fronteira agrícola. Ao longo de sua obra, a sua preocupação central tem sido explicar como o capital se espacializa na agricultura e qual o lugar que os camponeses possuem neste processo.

Fernandes, por sua vez, tendo acompanhado de perto a trajetória do MST desde a sua origem como intelectual-militante, volta-se para o estudo da formação e espacialização da luta pela terra deste movimento em São Paulo e no Brasil e avança no sentido da construção de uma teoria geográfica dos movimentos sociais a partir desta experiência. Ao analisar a espacialização da luta pela terra, ele define a ocupação como um espaço de luta e resistência, que constitui uma das múltiplas dimensões do espaço de socialização política, e o assentamento como uma fração do território conquistada pelo movimento (1996, p. 237, 241, 242). Fernandes denomina movimento territorializado ou socioterritorial o movimento social que atua em diferentes

lugares ao mesmo tempo, conquistando frações do território capitalista e territorializando-se (FERNANDES, 2000, p. 68, 80).²¹

Também trabalhando dentro da tradição marxista e nos apoiando na noção de desenvolvimento desigual, temos nos empenhado no sentido de compreender a relação entre o campesinato e outras formas de trabalho existentes sob o capitalismo, considerando as especificidades que marcam a reprodução camponesa. Para tal, temos dedicado especial atenção à análise da forma como se organiza o trabalho da unidade familiar e das estratégias de sobrevivência por ela desenvolvidas, bem como de suas novas formas de organização política e atuação nos cenários nacional e internacional.

Apresentaremos a seguir um breve esboço da reflexão teórica na qual temos trabalhado, indicando a abordagem empregada e privilegiando a análise de processos e conceitos que julgamos relevantes para a compreensão dos dilemas que marcam a existência desse segmento social em sua condição subordinada em diferentes formações sociais no atual estágio de desenvolvimento do capitalismo. Vale lembrar que, conforme nos ensina Shanin (1980, p. 70), a utilização dos conceitos como instrumentos de análise depende das perguntas feitas, das maneiras em que estas se relacionam a esquemas de questionamento teórico mais gerais e de seu poder de esclarecimento da realidade.

ABORDAGEM DIALÉTICA RELACIONAL

Partimos do princípio de que devemos buscar o conhecimento o mais amplo possível em termos históricos e geográficos e devemos romper com perspectivas teóricas reducionistas, totalizantes e teleológicas. Para isso, precisamos desenvolver uma abordagem dialética, que considere as formas, mo-

²¹ Vale lembrar que, em diálogo com Fernandes, porém com base na análise de outros movimentos sociais, inclusive urbanos, Martin (2001) denomina movimento socioterritorial todo movimento social que tem o espaço como objetivo e tem a vontade e a capacidade de introduzir mudanças no espaço por meio de práticas socioterritoriais novas. Ele afirma que, “somente aqueles que têm a capacidade de controlar conscientemente a espacialização de suas lutas poderão ultrapassar com sucesso esta crise/provação que se põe hoje em todas as escalas (2001, p.57, 58).” Para ele, a exigência de direitos relacionados ao espaço reúne lutas como a dos sem-teto, dos favelados, dos sem-terra, dos atingidos por barragens e movimentos sociais urbanos e tratam do direito ao lugar, o que seria claramente um dos atributos elementares da cidadania (MARTIN, 2001, p. 65).

dos e estruturas como momentos específicos na conformação das relações sociais, definidos por diferentes processos ora contraditórios, ora complementares. A abordagem dialética, entendida numa versão relacional, reúne elementos para avançar, nesse sentido, na análise do movimento da sociedade e do desenvolvimento geográfico desigual do capitalismo em suas múltiplas determinações.

Assim, é necessário e possível superar as teorias que reificam distinções categóricas problemáticas, transformando contradição em dualismo entre entidades auto-referenciadas como: moderno-tradicional, campo-cidade, camponês-proletário, desenvolvido-subdesenvolvido etc. Bem como é possível superar a influência limitante da teoria da modernização, que atribui poderes supremos à tendência à homogeneização desencadeada pelo desenvolvimento do capitalismo e, entre outras coisas, prevê a transformação de todo trabalho em trabalho assalariado. O campo não pode ser compreendido como uma realidade autônoma, separada da cidade ou, por outro lado, apenas como uma realidade subordinada, subsumida e transformada por uma lógica capitalista urbana que a tudo abarca em seu processo de dominação e aniquilação das diferenças.

A concepção dos processos históricos de forma linear e a tendência a uma excessiva simplificação do emaranhado de relações sociais e contradições que os compõem a partir da identificação de uma lógica dominante, tem levado, no caso do estudo da realidade da produção na agricultura sob o capitalismo, à construção de teorias que por mais de um século vêm afirmando o desaparecimento do campesinato em favor da expansão da produção capitalista baseada no trabalho assalariado, à semelhança do que supostamente teria se verificado no caso do desenvolvimento do capitalismo na Inglaterra. Essas teorias se limitam muito frequentemente a uma perspectiva economicista e têm pouco a contribuir para a compreensão das mudanças em curso, diferentemente do que acontece com as teorias que, apoiadas na noção de desenvolvimento desigual, buscam explicar a reprodução de diferentes formas de trabalho sob o capitalismo.

A defesa de uma tendência ao desenvolvimento inexorável do processo de urbanização, com a conseqüente redução de modos de vida diversos a meros simulacros sob o domínio das determinações do mercado capitalista, em que pese toda complexidade e sofisticação em que ela pode aparecer em alguns autores como Henri Lefévre (1973, 1999), também parece prisioneira de uma

perspectiva totalizante. O domínio em extensão e profundidade do mercado se realiza por meio de ordenações espaço-temporais desiguais, cada qual contendo contradições próprias. É preciso um olhar atento a essas diferenças que se objetivam em distintas escalas e à forma de articulação estabelecida entre elas para evitar a redução das partes a simples fração do todo.

Ao analisar a realidade agrária sob o capitalismo, podemos afirmar que a sociedade urbana capitalista se converte no determinante principal da mudança social e econômica, ao passo que o campesinato se converte em um segmento de um mundo estruturado de modo muito diferente. Porém, a forma característica de organização camponesa se mantém, mesmo que modificada, devido à posição ambígua em que ele se encontra sob o capitalismo: integrado e marginal, complementar e contraditório, dentro e fora ao mesmo tempo.

CAMPESINATO E UNIDADE DE PRODUÇÃO FAMILIAR

Entendemos o camponês como uma classe social e um modo de vida específico. Este conceito tem como referência o debate teórico realizado entre as tradições marxista e populista russa sobre o desenvolvimento do capitalismo na agricultura, que tem em Shanin um importante participante. Assim, enfatizamos a especificidade da lógica da economia camponesa, que produz visando a satisfação das necessidades da família, e reafirmamos a sua flexibilidade e capacidade de adaptação, o que tem permitido seu ajuste a níveis de remuneração mais baixos em conjunturas desfavoráveis.

Por sua posição subordinada, a classe camponesa está, por definição, sujeita à extração de excedentes, o que pode favorecer os interesses do Estado, de segmentos específicos do capital ou do processo de acumulação em geral. A extração de excedente da produção camponesa e sua manutenção como unidade de produção mercantil simples implicam a redução de sua capacidade de investimento e mudança estrutural de sua base produtiva e têm tornado a unidade de produção doméstica dependente de recursos de origem externa, seja do Estado, seja via sistemas de crédito, para adequar-se a novos padrões de produção. Porém, também se tem observado entre os camponeses grande criatividade e capacidade para gerir situações de escassez de recursos com, por exemplo, a utilização coletiva de equipamentos, a otimização no uso da terra e o aumento da auto-exploração e diversificação de suas atividades.

Em situações limites, a unidade camponesa pode buscar reduzir os seus vínculos com o mercado e assim evitar a sua completa desestruturação e/ou abrigar uma força de trabalho sub-empregada ou excedente que, como parte do exército de reserva, contribui para o rebaixamento do nível geral de remuneração do trabalho, com a transferência para a unidade camponesa de parte de seus custos de reprodução. Em sua condição subordinada, o camponês em geral não tem poder para interferir na definição dos preços de seus produtos e assim participar de maneira mais vantajosa da distribuição da riqueza social. A modificação dessa situação só tem sido possível quando o campesinato se mobiliza e se organiza politicamente em defesa de seus interesses de classe.

A diversidade de campesinatos existente em cada formação territorial resulta de processos históricos complexos, a partir dos quais cada grupo local determina sua própria maneira de se relacionar com a terra e a natureza, conformando tradições distintas, o que, por sua vez, está intimamente vinculado às relações estabelecidas entre o grupo e as várias formas de capital e seus respectivos mercados, organizados em escalas diferenciadas. Nesse processo, o Estado desempenha um papel-chave como mediador dessas relações.

Portanto, a reprodução camponesa depende em grande parte de ações desenvolvidas pelo Estado, sejam aquelas concernentes a configurações camponesas particulares, sejam políticas setoriais ou políticas de caráter mais geral. Para compreender a atuação do campesinato enquanto classe e sujeito político, precisamos analisá-lo em contextos históricos e políticos específicos, marcados por tensões e contradições constantemente negociadas, e não como abstrações decorrentes de uma totalidade que os abarca²².

Bryceson (2000, p. 4, 5) afirma que o campesinato representa um *processo de trabalho agrícola politicamente construído* e que a investigação dos processos historicamente contingentes de formação e dissolução do camponês confirmam mais do que negam a relevância da influência de diferenças em localidade, contexto e ação humana. “Os campesinatos representam um dinâmico processo de trabalho que está limitado pelo critério definidor de *status* de classe e unidade familiar combinando produção de subsistência e de mercadorias.” (BRYCESON, 2000, p. 59)²³

²² Sobre a dialética de constituição dos sujeitos políticos, ver Leite, 1998.

²³ “(...) the peasantries represent a dynamic labour process that is bounded by the defining criteria of class status and family units combining subsistence and commodity production.” (Bryceson, 2000, p. 59).

A constituição e o funcionamento da economia familiar camponesa resultam das relações dialéticas que a unidade familiar estabelece com a economia e a sociedade nacional e mundial com o objetivo de utilizar os recursos produtivos de que dispõe, sendo o principal deles o trabalho. Nesse processo, a economia familiar camponesa se diferencia da economia capitalista ao mesmo tempo em que faz parte dela.

Muitos falam hoje em um “novo camponês”, seja porque recriado num contexto de crescente urbanização e valorização via mercado de culturas e paisagens de raiz camponesa, seja porque reinventado à luz de projetos alternativos, como é o caso da agroecologia, que visa a criação de sistemas agrícolas ecologicamente mais equilibrados a partir da revalorização de saberes tradicionais²⁴. As tradições camponesas, nas suas diversas formas de expressão sob a modernidade, parecem ter sido sempre engendradas num movimento de negação dos processos de desenraizamento e desestruturação social que caracterizam este período histórico. Precisamos compreender se e como esse movimento se atualiza diante das novas realidades e possibilidades encontradas no presente.

A reprodução do capitalismo resulta de um processo social complexo e contraditório, marcado pelo envolvimento, transformação, criação e reprodução de formas de produção não-capitalistas, além da reprodução das formas capitalistas, e pelos constantes embates políticos daí decorrentes em que o Estado, e cada vez mais também certas instituições internacionais, desempenha um papel-chave.

DESENVOLVIMENTO GEOGRÁFICO DESIGUAL DO CAPITALISMO

Harvey propõe a construção de uma teoria do desenvolvimento geográfico desigual sob o capitalismo²⁵ a partir da análise combinada de quatro

²⁴ Sobre a relação entre campesinato e agroecologia, ver Guzmán, E.S. e Molina, M.G, 2005.

²⁵ A noção de desenvolvimento desigual do capitalismo tem sua origem vinculada a pensadores clássicos marxistas como V. Lênin, L. Trotsky e R. Luxemburgo. Não é possível recuperar aqui a longa trajetória desta noção na tradição marxista e identificar as pequenas diferenças de aceção observadas em seu uso por diferentes autores. Iremos somente discorrer sobre a definição que adotamos, que tem como principal referência o pensamento de Harvey em sua apropriação criativa das contribuições de Rosa Luxemburgo.

diferentes condicionalidades, de diferentes *status* epistemológicos: (1) a base material que envolve o processo de acumulação de capital na teia da vida sócio-ecológica; (2) acumulação por espoliação (quando recursos pré-existent – força de trabalho, dinheiro, capacidade produtiva ou mercadorias – são reunidos e postos em circulação como capital); (3) o caráter de lei da acumulação do capital no espaço e no tempo; (4) as lutas políticas, sociais e de classe numa variedade de escalas geográficas. (2006, p. 75)

E defende uma concepção de teoria aberta: “(...) que reconheça o poder e a importância de certos processos que são especificáveis independentemente uns dos outros, mas que podem ou devem ser reunidos num dinâmico campo de interação.” (Harvey, 2006, p. 76)

Assim, propõe uma concepção de teoria não positivista, entendida como uma “estrutura de argumentos em evolução, sensível a encontros com as complexas formas em que os processos sociais são materialmente envolvidos na teia da vida.” (HARVEY, 2006, p. 79). Reconhece, porém, que não é fácil relacionar de maneira significativa as diversas, particulares e geralmente idiossincráticas variações geográficas definidas pela vida cotidiana com os processos mais gerais de acumulação do capital, lutas sociais e mudanças ambientais. E sugere que o método dialético é um caminho possível para se apreender o que está para além das aparências superficiais e alcançar as principais forças atuantes e internalizadas num evento particular. (HARVEY, 2006, p. 78, 79, 86)

Segundo Harvey, a acumulação de capital se realiza a partir de duas frentes: seja por meio de relações de produção propriamente capitalistas, ou processo de reprodução ampliada; seja baseada na acumulação por espoliação.

A acumulação por espoliação está no elenco das estratégias regulares de acumulação de capital.²⁶ De forma continuada em sua história, o capital tem se utilizado de uma série de expedientes predatórios, violentos e fraudulentos para alcançar a acumulação. Harvey critica o uso da expressão acumulação primitiva por Marx para se referir a esses processos, dizendo que esta denota a influência da economia política clássica no pensamento deste autor. Para a economia política clássica, o capitalismo, uma vez estabelecido,

²⁶ A regularidade desta prática é maior do que geralmente se imagina. Segundo Preobrazhenski (1965), que estudou as leis de acumulação socialista na União Soviética, a acumulação por espoliação baseada na exploração do campesinato deu sustentação ao processo de industrialização realizado neste país.

prescindiria destes mecanismos violentos e funcionaria com base num mercado competitivo baseado em arranjos institucionais - de liberdade de contrato, propriedade privada, individualismo jurídico etc. -, garantidos por um Estado “facilitador” (HARVEY, 2004, p. 120).

Diante da crise de sobre-acumulação vivida pelo capitalismo contemporâneo, a espoliação assume a função de liberar ativos para que excedentes de capital possam encontrar um destino lucrativo, mesmo que isso possa implicar a destruição de caminhos já abertos pela reprodução expandida. Harvey (2004, p. 123) menciona a criação de uma série de novos mecanismos de acumulação por espoliação, dentre os quais destacamos aqueles que têm repercussão direta sobre a organização da vida e da produção no campo: o patenteamento e licenciamento de material genético ou pilhagem do estoque mundial de recursos genéticos e a mercadificação por atacado da natureza em todas as suas formas, exemplificada pela privatização de bens coletivos ou públicos e, em geral, administrados pelo Estado como a água, a terra, as florestas etc.

No atual momento, a centralidade que assume a acumulação por espoliação tem trazido para o centro dos conflitos a resistência camponesa contra diferentes formas de expropriação – de terras, recursos naturais, saberes etc. -, contribuindo para a ressurgência da importância política da classe camponesa no cenário internacional, apesar de hoje ela representar um contingente numericamente inferior àquele apresentado na primeira metade do século XX, quando o campesinato teve participação ativa em importantes movimentos como as revoluções russa, chinesa, mexicana etc.

Os conflitos desencadeados pelos processos de despossessão ocorrem em diferentes níveis (local, regional, nacional, internacional), envolvendo diferentes tipos de agentes como comunidades locais, grupos étnicos, ambientalistas, nações. Em alguns casos, as comunidades locais têm se organizado e lutado em defesa de seus direitos, podendo lançar mão de discursos de alcance global como o discurso ecológico, firmando alianças estratégicas em diferentes escalas, que ampliam a força e o alcance de sua luta.

O capitalismo cria novas frentes para sua expansão e investimento de capital ao mesmo tempo em que realiza a sua retirada estratégica de certas áreas/espacos, o que, geralmente, implica fortes movimentos de desvalorização dos fatores de produção, inclusive a força de trabalho. No caso da deslocalização de indústrias, além do impacto imediato negativo sobre os fatores

de produção instalados (prédios, equipamentos, infra-estrutura etc.), também ocorre um amplo processo de desvalorização da força de trabalho.

O capital cria continuamente algo “fora de si” que pode ser mobilizado novamente num momento posterior. A criação de um exército industrial de reserva por meio do desemprego causado seja pela mudança tecnológica seja pela deslocalização industrial, é um exemplo desse processo. O capitalismo precisa de algo exterior a ele para estabilizar-se, ou lança mão de algum exterior pré-existente, ou o produz, construindo uma geografia desigual nesta dialética “interior-exterior”. (HARVEY, 2004, p. 118)

Harvey explica que esses movimentos são realizados com o objetivo de enfrentar ou contornar as crises de super-acumulação. Harvey chama de “ordenação espaço-temporal” ao tipo de solução de crises capitalistas realizada ou pela fixação do capital na terra em alguma forma física por um longo período de tempo, ou por sua expansão geográfica em novas áreas (HARVEY, 2004, p. 98, 99). E adverte: “Essas expansões, reorganizações e reconstruções com frequência ameaçam, contudo, os valores já fixados no lugar (incorporados à terra) mas ainda não realizados. Trata-se de contradição incontornável e aberta a uma interminável repetição. (HARVEY, 2004, p. 99)

Tal solução tem permitido que o sistema capitalista como um todo permaneça relativamente estável enquanto se observa a tendência a uma crescente volatilidade inter-regional e à imposição dos custos da desvalorização e destruição de capital às classes sociais, regiões e Estados de menor poder político.

Segundo Castells (1998), vivemos a era da informação e um de seus efeitos sobre a economia global tem sido o incremento da flexibilidade, ou seja, da capacidade de ligar e desconectar ou incluir e excluir pessoas, espaços e atividades segundo a sua conveniência (CASTELLS apud BRYCESON, 2000, p. 323). Assim, a aceleração dos ciclos de produção e circulação de capital que as novas tecnologias possibilitam parece favorecer a intensificação da dialética “interior-exterior”, com a ampliação da possibilidade de ocorrência de surtos especulativos relacionados a novas espacializações do capital e de avanço dos mecanismos da acumulação por espoliação.

Ao lado da dialética “interior-exterior”, é preciso lembrar a existência de capitais individuais de diferentes tipos e seus interesses divergentes e contraditórios e os possíveis arranjos por eles desenvolvidos em sua relação com tipos diversos de exterior como o campesinato, a natureza, o corpo etc.

Conforme Henderson (1998), ao longo de seu desenvolvimento, o capital encontra obstáculos que ameaçam retardar o processo de valorização e que, por isso, devem ser contornados. Lembra, porém, que estes obstáculos podem repelir uma forma de capital e, ao mesmo tempo, atrair outra. Assim, destaca que é preciso considerar as reflexões desenvolvidas por Marx no volume 2 do *Capital* sobre a natureza da circulação do capital e suas frequentes barreiras e interrupções para compreendermos as várias formas de produção encontradas nos diversos setores da economia. (HENDERSON, 1998, p. 82)

No caso da agricultura, destaca Henderson, a diferença entre o tempo de produção e o tempo de trabalho e a ação da natureza como espaço, impedindo a mobilização eficiente do capital, agem como obstáculos para a valorização do capital produtivo, mas abrem canais para a extração de mais-valor por meio do sistema de crédito e capital financeiro, por exemplo (HENDERSON, 1998, p. 76). A natureza que impede o capital de subsumir o trabalho rural não-assalariado estaria também representada, numa escala menor, no próprio corpo do trabalhador assalariado. O tempo de produção do corpo excede o seu tempo enquanto capital variável corporificado no trabalho e, desta forma, representa uma limitação “natural” da força de trabalho. “Que eles sejam corpos *assalariados* é uma solução capitalista. Que eles sejam *corpos* assalariados é um problema para o capital.” (HENDERSON, 1998, p. 84, grifos do autor).²⁷

O uso de formas autônomas de trabalho pela grande indústria em geral, via mecanismos de subcontratação característicos do processo de integração entre a agricultura e a indústria, tem crescido sobretudo em países da periferia do sistema capitalista. Tal realidade, segundo F. Oliveira (2003), deve-se ao salto “mortal” verificado na produtividade do trabalho que parece transformar todo o tempo do trabalho em trabalho não-pago, mas, na realidade, permite a fusão entre mais-valia absoluta e mais-valia relativa e a transformação do conjunto dos trabalhadores em uma soma indeterminada de exército da ativa e da reserva que se intercambiam não nos ciclos de negócios, mas diariamente (F. OLIVEIRA, 2003, p. 135, 136).

Para F. Oliveira, na busca por igualar o tempo de trabalho ao tempo de produção, o capital se utiliza da altíssima produtividade alcançada no traba-

²⁷ “That they are *waged* bodies is a capitalist solution. That they are *waged bodies* is a capitalist problem.” (HENDERSON, 1998, p. 84, grifos do autor).

lho, isto é, da plena validade da mais-valia relativa, para eliminar a jornada de trabalho como mensuração do valor da força de trabalho e, com isso, utilizar o trabalho abstrato dos trabalhadores “informais” como fonte de produção de mais-valor. Assim, para ele, está se verificando uma tendência de supressão do adiantamento do capital expresso em salários e o pagamento do trabalhador passa a depender do resultado das vendas dos produtos-mercadoria (F. OLIVEIRA, 2003, p. 137).

Assim, é à luz dos complexos desdobramentos da dialética “interior-exterior” que devemos buscar compreender os diferentes processos que afetam o campesinato hoje: a proletarianização de grande número de camponeses; a intensificação de lutas de resistência, com a crescente afirmação de identidades territoriais; a transformação e diversificação de atividades; a recriação e o surgimento de “novos camponeses” etc.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Alfredo W. B. de. Processos de territorialização e movimentos sociais na Amazônia. In: Marques, Marta Inez M. e Oliveira, Ariovaldo U. (orgs.). *O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social*. São Paulo: Casa Amarela/ Paz e Terra, 2004.
- BARKIN, David. Who are peasants? *Latin American Research Review*, 39(3), p. 270-281, oct. 2004.
- BOMBARDI, Larissa Mies. *O bairro Reforma Agrária e o processo de territorialização camponesa*. São Paulo: Annablume, 2004.
- BRYCESON, Deborah et al. (ed.). *Disappearing peasantries? Rural labor in Africa, Asia e Latin America*. London: Intermediate Technology Publications, 2000.
- CHAYANOV, Alexander V. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.
- FERNANDES, Bernardo M. *MST: formação e territorialização em São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- FERNANDES, Bernardo M. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000a.
- FERNANDES, Bernardo M. Movimento social como categoria geográfica. *Terra Livre*, São Paulo, n.15, p.59-85, 2000b.
- FRIEDLAND, William H. Agrifood globalization and commodity system. *International Journal of Sociology of Agriculture & Food*, 12(1), p.5-16, 2004.

- GOODMAN, David; WATTS, Michael. Reconfiguring the rural or fording the divide?: capitalist restructuring and the global agro-food system. *The Journal of Peasant Studies*, 22(1), p. 1-49 oct. 1994.
- GUZMÁN, Eduardo S.; MOLINA, Manuel G. *Sobre a evolução do conceito de campesinato*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- HARVEY, David. *O novo imperialismo*. São Paulo, Ed. Loyola, 2004.
- HARVEY, David. *Spaces of global capitalism: towards a theory of uneven geographical development*. London/New York: Verso, 2006.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Agropecuário 1985*. Rio de Janeiro: IBGE, 1985.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Agropecuário 1995/96*. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA IBGE. *Censo demográfico 1950*. Rio de Janeiro: IBGE, 1950.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA IBGE. *Censo demográfico 1970*. Rio de Janeiro: IBGE, 1970.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA IBGE. *Censo demográfico 2000*. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA IBGE [online]. *Brasil em Síntese: Estatísticas Econômicas*. Rio de Janeiro. 2006. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 06 jun. 2006.
- KUPER, Richard. European agriculture in the crucible of the WTO. *Capitalism, nature, socialism*. 18(3), 68-80, set. 2007.
- LEFÉBVRE, Henri. *La survie du capitalisme: la reproduction des rapports de production*. Paris: Anthropos, 1973.
- LEFÉBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.
- LEITE, José Corrêa. Sujeitos e utopias no capitalismo tardio. *São Paulo em Perspectiva*, 12(2), 1998.
- MAPA [on-line]. *Agronegócio Brasileiro: Uma Oportunidade de Investimentos*. Brasília, 2006. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br>>. Acesso em: 26 jun. 2006.
- MARQUES, Marta Inez M. *De sem-terra a "posseiro", a luta pela terra e a construção do território camponês no espaço da reforma agrária: o caso dos assentados nas fazendas Retiro e Velha – GO*. São Paulo, 2000. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- MARTIN, Jean-Yves. *Les sans-terre du Brésil: géographie d'un mouvement socio-territorial*. Paris: L'Harmattan, 2001.
- MUNDURUKU, Daniel. Movimentos indígenas ou índios em movimento. In: MARQUES, Marta Inez M.; OLIVEIRA, Ariovaldo U. (orgs.). *O campo no sé-*

- culo XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social.* São Paulo: Casa Amarela/ Paz e Terra, 2004.
- NEVES, Delma P. Agricultura familiar: quantos ancoradouros! In: FERNANDES, Bernardo M.; MARQUES, Marta Inez M.; SUZUKI, Júlio. *Geografia Agrária: teoria e poder.* São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. *A geografia das lutas no campo.* São Paulo: Contexto/ Edusp, 1988.
- OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. *A agricultura camponesa no Brasil.* São Paulo: Contexto, 1996.
- OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, Ana Fani A. (org.). *Novos caminhos da geografia.* São Paulo: Contexto, 1999. p. 63-110.
- OLIVEIRA, Francisco de. *A economia brasileira: crítica à razão dualista.* 6 ed. Petrópolis: Vozes, 1988.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista: o ornitorrinco.* São Paulo: Boitempo, 2003.
- PREOBRAZHENSKI, Evgeni. *The new economics.* Oxford: Clarendon Press, 1965.
- SHANIN, Teodor. *Campesinos y sociedades campesinas.* México: FCE, 1979
- SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituação e desconceituação-o velho e o novo em uma discussão marxista. *Estudos Cebrap*, Petrópolis, n. 26, p. 43-79, 1980.
- SILVA, Maria Aparecida de M. Trabalho e trabalhadores na região do “mar de cana e do rio do álcool”. *Agrária*, São Paulo, n. 2, p. 2-39, 2005.
- SIMONETTI, Mirian Claudia Lourenção. *A longa caminhada: (re) construção do território camponês em Promissão.* São Paulo, 1999. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- STÉDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo M. *Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil.* São Paulo: Perseu Abramo, 1999.

CAMPONESES NUMA ERA DE GLOBALIZAÇÃO NEOLIBERAL: AMÉRICA LATINA EM MOVIMENTO

HENRY VELTMEYER

Saint Mary University, Halifax, Canadá

JAMES PETRAS

State University of New York

Os movimentos políticos e sociais de camponeses contra o Estado e as forças capitalistas não são novos. Certamente, o campesinato esteve durante grande parte do século XX à frente das lutas políticas contra as forças do desenvolvimento capitalista: industrialização, modernização e proletarização. Nesse contexto, os camponeses podem ser vistos como constituidores do que, segundo Georg Lukacs, podemos chamar de “sujeito-objeto idêntico da história”, isto é, o objeto de poderosas forças de mudança, mas também um “ator autoconstituído” na luta contra estas forças.

A dinâmica da luta conduzida por camponeses contra o desenvolvimento capitalista no campo, ao longo dos anos, pode ser encontrada em alterações observadas no estudo das transformações agrárias (KAY, 2007). Ela floresceu consideravelmente quando o campesinato se mobilizou contra as forças do desenvolvimento capitalista em diversos contextos. Reagindo a essas forças, os camponeses entravam constantemente em ação, e acadêmicos debatiam o caráter revolucionário (ou conservador) desta reação, bem como discutiam a penetração e o desenvolvimento capitalista no campo, os modos de transição para mudanças agrárias, o desaparecimento do campesinato como fato social e força política, a correlação de forças de classe no campo, e as condições sob as quais os camponeses poderiam se constituir, eles próprios, em “atores políticos”.

Apesar do debate acalorado sobre algumas destas questões, na atual era de globalização neoliberal, podemos perceber pelo menos um “fato”: sob as condições combinadas de uma crise fiscal e de um profundo “impasse teórico” nos anos 1980 e o subsequente avanço do capitalismo, os camponeses mais uma vez desafiaram a teoria e a história para que compusessem, eles próprios, a força de resistência mais dinâmica contra o desenvolvimento capitalista em sua fase mais recente.

Com a “época das definições” e a transformação social e produtiva associada a essa forma de desenvolvimento capitalista, o trabalho organizado – outrora a força motriz da resistência – sucumbiu às forças direcionadas contra ele pela classe capitalista dominante na atividade estatal. Entretanto, na década de 1980, sob as mesmas condições, originou-se no campo uma nova onda de movimentos sociopolíticos que, por conseguinte, dominariam a política de resistência na América Latina. Camponeses e trabalhadores rurais sem-terra no Brasil, Paraguai e Bolívia, muitos deles expropriados, proletarizados e empobrecidos; e em muitos lugares (Equador, Bolívia, Chiapas) estabelecidos em comunidades indígenas, organizaram-se e mobilizaram-se contra a mais recente incursão do capitalismo no campo. Neste contexto, a luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o maior e mais dinâmico movimento de origem popular na região, não apenas inspirou movimentos similares em outros lugares, mas também provocou outro debate acadêmico, revitalizando mais uma vez o estudo da transformação agrária e o desenvolvimento rural.

A importância do campesinato nesses movimentos é evidente. Não tão evidente é o que pode ser distintamente “novo” ou “diferente” em relação à manifestação contemporânea do campesinato como movimento sociopolítico, um problema de classificação dos fatores contextuais, estratégicos e estruturais do processo. O que é definitiva e necessariamente “novo” sobre a mais recente onda de movimentos sociais é o contexto em que ela surgiu – as condições que a impulsionaram. Daí a importância de uma análise acurada do processo de acumulação de capital em sua manifestação mais recente e a de situar a luta contemporânea dos camponeses contra o desenvolvimento capitalista neste contexto.

O objetivo deste artigo é analisar as forças de mudança agrária e desenvolvimento rural no processo do desenvolvimento capitalista em sua forma mais atual e mais recente fase imperialista. Estas forças são geradas por ações cuja finalidade é executar uma nova ordem imperial, na qual as “forças de liberdade e democracia” – para citar George W. Bush (por exemplo, o relatório de segurança nacional em 2002) – são livres para trabalhar, isentadas das restrições reguladoras do Estado que assume a responsabilidade pelo bem-estar de seus cidadãos¹.

¹ A ordem mundial pós-segunda Guerra Mundial, estabelecida em Bretton Woods, criou

Do outro lado da “guerra global de classes” (FAUX, 2006), iniciada no processo de libertação das “forças do capitalismo”, estão as “forças de resistência”, mobilizadas no que veio a ser conhecido como “movimento anti-globalização”. Estas forças assumem formas diversas em diferentes lugares e unificam-se organizacional e politicamente. Contudo, movimentos sociopolíticos, formados pelos trabalhadores rurais sem-terra e camponeses proletarizados e, algumas vezes, por comunidades indígenas, na América Latina e em outros lugares (mais importante e recentemente na Índia)², estão no epicentro das lutas contra a globalização neoliberal.

Começaremos por delinear o contexto em que o processo de desenvolvimento capitalista e a mudança social estão se desdobrando. Examinaremos então a economia e a política deste processo no campo da América Latina. Nosso interesse aqui é identificar as reações dos camponeses às forças do desenvolvimento capitalista na atual conjuntura. Argumentamos que, ao se ajustarem a essas forças e resistirem a elas, os camponeses latino-americanos reagiram de três formas, cada uma com uma dinâmica distinta.

No contexto dessas diversas reações dos camponeses, identificamos quatro estratégias buscadas pelo Estado neoliberal contra a insurreição de camponeses, trabalhadores rurais sem-terra e comunidades indígenas. Explicamos detalhadamente a dinâmica associada a duas dessas estratégias – desenvolvimento rural local e reformas agrárias assistidas pelo mercado, bem como as reações estratégicas mais importantes do Estado liberal à mo-

condições para a construção de um estado que assumia a responsabilidade não apenas de uma re-distribuição autoritária de rendas geradas pelo mercado e recursos financeiros, mas também pelo bem-estar social e pelo desenvolvimento econômico. Neste contexto, podemos identificar o que tem sido definido como “estado que assume o bem-estar social” (*welfare-state*) no norte do globo e “estado desenvolvimentista” no sul. Neste artigo, referimo-nos ao “estado desenvolvimentista responsável pelo bem-estar dos cidadãos” ou “estado desenvolvimentista” para descrever o estado que foi, de alguma forma, desmantelado nos anos 1980 em favor do que podemos denominar um estado neoliberal pós-regulacionista, reduzido a suas funções mínimas, tendo em vista a provisão de seguridade e de infra-estrutura e a administração da lei.

² Uma manifestação notável desta luta pela terra na Índia, no centro do processo de desenvolvimento capitalista, é a recente marcha-protesto de mais de um mês em Nova Délhi, com mais ou menos 25.000 trabalhadores sem-terra, povos indígenas e “intocáveis” do interior da sociedade rural indiana (*The Guardian*, 02 nov. 2007, p. 3). A condição de sem-terra, somada ao motivo desta marcha também incentivou a irritação crescente e possivelmente explosiva bem como o retorno da guerrilha em algumas áreas rurais.

bilização campestre na fase mais recente do capital globalizante – em seu auge e seu fim iminente.

No tocante ao desenvolvimento rural, focamos o papel de Organizações Não-Governamentais (ONGs), provavelmente o desenvolvimento mais significativo na atividade política de origem popular na América Latina (FOREWAKER, 2001, p. 10). Aqui se discute que o papel das ONGs no processo de desenvolvimento pode ser compreendido mais adequadamente em termos de sua ligação com o Estado neoliberal e com as organizações internacionais engajadas em uma espúria “guerra à pobreza”, que nada mais é do que uma “guerra aos pobres”. No contexto desta guerra, as ONGs em desenvolvimento podem ser vistas, para a maior parte, como agentes involuntárias do imperialismo – cavalos de tróia para o projeto de globalização e pauta neoliberal à qual elas são freqüentemente opostas (WALLACE, 2003).

Passamos então ao programa da “reforma agrária assistida pelo mercado” (MALR), que substituiu as reformas agrárias do Estado desenvolvimentista e que foram organizadas para neutralizar as táticas de ação direta de movimentos de origem popular, tais como o MST. As MALRs são parte de uma estratégia multifacetada, formulada por oficiais do Estado neoliberal e por seus cooperadores internacionais e aliados estratégicos. Outros elementos desta estratégia incluem uma política social nova, objetivando a pobreza rural, a guerra à pobreza (micro-projetos de alívio da pobreza), desenvolvimento localizado dirigido às comunidades e a instituição de “boa governança” em cooperação com a sociedade civil. (RAO, 2002).

Finalmente, passamos às políticas de resistência no campo, focando os movimentos sociopolíticos baseados no campesinato, conduzidos por ele e que contém as mais dinâmicas forças de resistência ao neoliberalismo. Ao discutir a questão, apontamos o papel do Estado neoliberal no processo (através de diversos programas de reforma assistida pelo mercado) e o papel do campesinato ao se opor e resistir a este desenvolvimento.

DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA EM QUESTÃO: A ASCENSÃO E QUEDA DO NEOLIBERALISMO

A idéia de uma nova ordem mundial, em que as assim denominadas “forças de liberdade econômica e política” são isentadas das restrições de um

Estado desenvolvimentista, ajudou a incentivar um processo de imperialismo neoliberal e desenvolvimento capitalista – e um processo de ajustamento estrutural para esta ordem. Não que esta idéia tivesse, em si mesma, esse efeito; ela apenas deu forma às forças estruturais e políticas em funcionamento.

As reformas políticas em questão neste modelo de desenvolvimento – o programa de ajustamento estrutural arrogante e, com razão, difamado – incluem (i) *privatização* dos meios de produção social, por meio da qual é revertida a política nacionalista do Estado desenvolvimentista; (ii) *desregulamentação*: o dismantelamento do aparato regulador do Estado; (iii) *liberalização financeira e comercial*, revertendo as políticas intervencionistas e protecionistas do Estado desenvolvimentista, abrindo a economia para as forças do mercado mundial; e (iv) *descentralização*: uma das inúmeras políticas planejadas para “enxugar” o aparato administrativo do Estado, tirando a responsabilidade pelo desenvolvimento econômico-social e político do Estado concebido como predatório e que viveria de propriedades e investimentos, conforme proponentes da “nova economia política” para a “sociedade civil”, dando a ele a posição de parceiro estratégico na guerra do Banco Mundial contra a pobreza e em favor da constituição de um regime de “boa governança”.

É suficientemente fácil identificar as características do desenvolvimento capitalista que incentivaram os movimentos de resistência. Acima de tudo, esses movimentos foram constituídos pela implementação de um programa neoliberal de “reformas estruturais” para a política nacional, executada por um Estado que foi reestruturado para melhor servir aos interesses de uma “classe capitalista internacional”, que John Pilger (2003) denominou de “novos soberanos do mundo”. A intenção desta classe é bastante clara: acumular capital numa escala global e proceder desta forma no interior da estrutura institucional e das regras da nova ordem mundial de globalização neoliberal.

Para executar esta ordem, seus “arquitetos” (a maioria em Washington – no seu complexo de fóruns políticos e fundações, conselho de segurança nacional e instituições financeiras internacionais) – construíram um “novo modelo econômico” que designava a responsabilidade pela distribuição de recursos produtivos do sistema ao mercado livre, e que privilegiava o “setor privado” (a empresa capitalista) como a força motriz da economia global.

As reformas políticas prescritas pelo “novo modelo econômico” facilitaram a concentração de terra (conforme Tabela I a seguir) e outros meios de produção, colocando o pequeno produtor camponês numa relação confl-

tuosa com os grandes proprietários e com o agro-negócio que favoreceu os últimos, forçando os camponeses a abandonarem ou venderem suas terras, dada a produtividade insuficiente, a valorização crescente das terras e taxas extorsivas de crédito comercial.

Neste contexto, as políticas neoliberais favoreceram as empresas aptas a competirem nos mercados de exportação, um agrupamento de empresas relativamente pequeno em muitos países em desenvolvimento, variando de 1 a 10% dos negócios (RUFFING, 2007). As empresas de pequeno e médio porte que constituíam a espinha dorsal da maioria das economias e sociedades (em muitos casos acima de 90% dos negócios), orientadas pelo mercado doméstico, e suporte das classes média e trabalhadora, são deixadas, na maioria das vezes, a ajustar-se como podem às novas condições no desenvolvimento do mercado livre de políticas neoliberais. Contudo, são as unidades de produção vulneráveis da economia camponesa e o setor informal emergente os mais afetados, deixados a si próprios para se ajustarem aos imperativos das mudanças (ou forças da globalização). De fato, e na teoria, as políticas neoliberais são definidas de forma a excluir o pequeno empreendimento camponês, considerando-o como um obstáculo ao processo de desenvolvimento capitalista.

As conseqüências desta política estiveram e continuam em evidência em toda a zona rural da América Latina e de outros lugares (veja tabela I para o caso do Brasil). Inúmeras e intensificadas condições de pobreza estabeleceram-se muito cedo nos sistemas pré-capitalistas de relações de produção, mas geralmente foram exacerbadas pelas políticas que prepararam a economia rural para o desenvolvimento capitalista e as forças da globalização neoliberal, incluindo a modernização, a transformação produtiva da agricultura em indústria, a urbanização e a formação do proletariado – a conversão de produtores diretos em assalariados – e o empobrecimento.

Sob estas condições, uma grande e crescente parte da população em sociedades em desenvolvimento mudou-se e têm se mudado do campo para as cidades – muito do que Mike Davis (2006) descreve como um “planeta de favelas”, saindo de uma forma de pobreza para entrar em outra. Desta forma, estima-se que bem mais que 60% da população rural está enredada na pobreza, mais ou menos duas vezes mais do que nos centros urbanos, e que aproximadamente dois terços dos pobres rurais são pequenos proprietários de terra, uma metade é sem-terra ou quase sem-terra, e um número consideravelmente

grande são indígenas em nacionalidade ou etnia, a maioria localizada em micro-regiões de comunidades marginalizadas (DEERE; MEDEIROS, 2007, p. 8). No que diz respeito à América Latina, estima-se que bem mais da metade da população rural, talvez dois terços, foram proletarizados, convertidos em um semiproletariado muito empobrecido, dependente de trabalho assalariado sazonal (trabalho fora da fazenda) ou de remessas instáveis para a renda doméstica e os meios de subsistência (ABUAYO, 2005).

As “reformas estruturais” implementadas nos anos 1980 no segundo dos três ciclos de implementações da política neoliberal foram concebidas para abrir as economias na região para as forças do mercado mundial – para libertá-las das restrições reguladoras do Estado de bem-estar social. Foram também concebidas para favorecer empresas capitalistas e fazendeiros em detrimento de empresas não-capitalistas e pequenos proprietários camponeses, considerados marginalmente produtivos e incapazes de se ajustarem adequadamente à nova ordem mundial.

Com estas políticas, os regimes neoliberais na região puderam restaurar o balanço macroeconômico (déficits reduzidos, inflação baixa), aumentar as exportações, atrair investimento estrangeiro e, depois de uma década de ajuste (que, de acordo com as justificativas, o desenvolvimento não se deu devido a sangria de recursos dedicados à amortização da dívida), restaurar o “crescimento” em alguns setores, particularmente em exportações não-tradicionais. A maior parte do crescimento teve pouco a ver com a reforma liberal, sendo mais uma conseqüência das condições favoráveis nos mercados mundiais e do *boom* das commodities – resultado da demanda chinesa. Entretanto, os progressos e avanços ocorreram a um custo excessivamente alto, suportado, na maior parte, pela classe trabalhadora e pelos camponeses, que não dispunham de recursos, proteção do Estado e políticas de suporte para o “ajuste” à ordem neoliberal mundial.

Sob estas condições, agricultores capitalistas e empresas foram capazes de se beneficiar e lucrar com o conseqüente impulso das exportações não tradicionais, tais como soja, que requer um esforço de investimento de capital e insumos caros, bem como de licenças para exportação emitidas pelo governo. A diferença entre os agricultores capitalistas e os camponeses aumentou: os primeiros, preparados para se ajustar às novas condições e exigências; os últimos, afundando-se em dívidas, pobreza e crise e em matéria de segurança social e de alimentação, para não falar dos meios de sobrevivência.

Nessas circunstâncias, os pequenos camponeses e o proletariado rural pobre tinham essencialmente três opções. Uma delas era migrar para as favelas e barracos na periferia das cidades em rápido crescimento ou nos centros urbanos, ou, ainda, para os Estados Unidos ou para outro lugar da Europa, exportando seu trabalho no processo. De fato, muitos camponeses e suas famílias foram forçados a seguir este rumo. Outra opção (embora mais teórica) era aproveitar-se das “oportunidades” de emprego propiciadas pela nova ordem mundial nos centros urbanos e cidades. Este é, na verdade, o conselho – se algum pode ser dado – dos analistas políticos do Banco Mundial e de instituições financeiras do mesmo tipo, aos sem-terra pobres.

Entretanto, é evidente que pouquíssimos produtores rurais tinham ou têm os meios e recursos (crédito ou capital para investir) e, com isso, a “oportunidade” de prosseguir este caminho pavimentado com investimento de capital, tecnologia moderna, bens importados, licenças de exportação etc. Como resultado, a maioria dos camponeses, aqueles que não abandonaram suas propriedades ou foram forçados a liquidá-las, transformaram-se em trabalhadores assalariados fora da fazenda. Hoje, bem mais de metade dos assim denominados “camponeses” é constituída por sem-terra ou quase sem-terra, desapropriados e transformados no proletariado rural ou urbano – ou em semiproletariado de migrantes sazonais, trabalhando a terra por salários extremamente baixos, pagamento esporádico e formas precárias de emprego (contratos curtos pagos por serviço, sem benefícios, sem associações etc.)

Nessa linha de raciocínio, estudos revisados por Medeiros (2007) mostram que o banco da terra e os programas de crédito instituídos nos anos recentes pelo Banco Mundial e pelo Estado neoliberal do Brasil para neutralizar as táticas de ocupação da terra do MST, tinham como alvo as famílias rurais pobres: pequenos proprietários possuindo terra em condições precárias, muitos com ocupações não-agrícolas, altos níveis de analfabetismo ou baixos níveis de educação, e vivendo em pequenas vilas rurais ou em grandes propriedades, onde eles trabalham como eventuais. Estudos e desenvolvimentos recentes em outros lugares (Índia, por exemplo), sugerem que este modelo não é, de forma alguma, válido apenas para o Brasil.

Não precisamos nos ater a estas circunstâncias e às conseqüências das políticas neoliberais. Elas têm sido bem documentadas, embora freqüentemente equivocadamente. Por exemplo, na academia e nos círculos oficiais de decisões políticas, as condições de generalização da pobreza rural têm

sido atribuídas à exclusão social, discriminação e marginalização de comunidades camponesas e dos pobres do campo dos serviços básicos e “oportunidades” existentes, sem revelar qualquer atenção ao papel que as forças da globalização neoliberal e o desenvolvimento capitalista exercem sobre as condições disponíveis (BEHRMAN; GAVIRIA; SZÉKELY, 2003).

Apesar da questão em aberto no que diz respeito ao peso relativo de fatores tais como a dinâmica de investimento estrangeiro, as relações de exploração econômica e da extração e “transferência internacional” do valor excedente gerado pelos produtores diretos e pelos trabalhadores, bem como a marginalização dos pobres do campo no mercado de trabalho e de serviços públicos, é evidente que o fator crítico no processo do desenvolvimento capitalista são as políticas do Estado neoliberal.

Precisamos entender as forças dinâmicas e as condições geradas por estas políticas – um problema de política macroeconômica, seus resultados e impactos sociais e, de forma mais crítica, as reações estratégicas e políticas a elas. É neste contexto que a luta pela terra deveria ser colocada. Em causa estão as forças mobilizadas pelo Estado, bem como as forças do desenvolvimento capitalista – proletarianização, industrialização e modernização – forças conceitualizadas por economistas como um complexo de fatores de “empurra e puxa”, condições que “expulsam” os camponeses da terra e os “traz” para dentro das cidades sob quaisquer condições disponíveis (geralmente desfavoráveis). Tais fatores estão relacionados a um processo de “acumulação primitiva” no qual os produtores diretos são separados da terra e forçados a migrarem em busca de oportunidades de trabalho assalariado, o que faz com que muitos estudiosos escrevam sobre o desaparecimento do campesinato como uma categoria social e política “jogada na lata de lixo” da história, derrotada pelas forças de mudança e desenvolvimento (BARTRA, 1976; OTERO, 1999).

Este processo não se limita ao mundo intelectual dos acadêmicos – ao imaginário de analistas sintonizados com o ciberespaço. Forças do desenvolvimento capitalista (mercantilização, proletarianização, modernização etc.) têm impulsionado um processo de migração urbana e a transformação social no mundo inteiro. Os camponeses têm sido, indubitavelmente, reduzidos a um “fator de produção” e subjugados como classe social. Entretanto, esta análise tende a subestimar a dimensão política do processo em questão – a incapacidade da classe dominante de subjugar o campesinato por meio do

poder estatal. Além disso, ela não consegue reconhecer o dinamismo dos movimentos formados na luta.

O que mais interessa neste contexto, e que é de maior relevância, é a forma adotada pelas reações estratégicas e políticas a essas condições no interior da sociedade rural. Voltaremos a isto.

A ECONOMIA E A POLÍTICA DO AJUSTAMENTO ESTRUTURAL

As Reações do campesinato às diversas e cambiantes políticas de ajustamento estrutural podem ser colocadas em quatro categorias: (1) absorver o choque de forças externas em suas comunidades, e prolongar uma existência sob condições de produção marginal em pequenas unidades de produção; (2) converter-se de produtor direto a trabalhador assalariado – ingressando no proletariado rural ou urbano em suas diversas formas; (3) migrar, restabelecendo-se em espaços e lugares que fornecem mais “janelas de oportunidades”; e (4) unir-se a um movimento sociopolítico de forma a confrontar os “donos” da economia e o Estado – contestando, por meio de ocupações de terra, a distribuição desigual dos recursos produtivos e os rumos da política governamental³.

Nesse contexto de políticas neoliberais e mobilizações contra elas, representantes do governo, em muitos casos, formaram uma aliança com organizações internacionais e instituições financeiras com o propósito de desmobilizar os movimentos sociais e desviar suas políticas de confronto e ação direta. Em alguns lugares, o Estado apelou para estratégias que iam desde a instituição da reforma agrária até esquemas de crédito rural

³ Dados coletados pelo NERA, formado por um grupo de geógrafos agrários da Universidade Estadual Paulista, de Presidente Prudente, mostram que o ritmo das ações diretas na forma de ocupações de terra não diminuiu sobre o regime do partido dos trabalhadores de Lula, apesar dos sérios esforços do regime para neutralizar estas ações diretas e desmobilizar o MST, ao fornecer aos sem-terra opções menos confrontantes de reforma agrária, como a assistida pelo mercado e os projetos de desenvolvimento rural. Durante a presidência de Lula e o regime do PT, 5.385 famílias adicionais foram assentadas na terra por meio de 171 ocupações. A natureza confrontante desta forma popular – e de origem popular – de reforma agrária reflete-se nos confrontos de classes envolvidas, resultando na morte de 18 membros do MST.

e cooptação de líderes e, quando julgava necessário, repressão direta. Estas estratégias diversas foram de amplo sucesso tanto na desestruturação quanto na desmobilização dos movimentos revolucionários dos anos 1960 e 1970. Entretanto, a reorganização dos movimentos agrários fundados recentemente nos anos 1980 e início dos anos 1990 exigiu uma nova reação do Estado neoliberal.

Como se revelou, essa reação assumiu a forma de uma estratégia quádrupla: (1) combinar um programa macroeconômico de políticas pró-crescimento com uma “nova política social enfocada no pobre – “desenvolvimento sustentável humano” na formulação da UNDP (1996); (2) a instituição de “boa governança” – dividindo com a sociedade civil a responsabilidade de assegurar a ordem política (BLAIR, 1997; UNDP, 1997ab; Banco Mundial, 1994); (3) desenvolvimento local ou baseado na comunidade – canalizando os esforços para o desenvolvimento na forma de micro-projetos com a participação ativa da “sociedade civil” (SÁNCHEZ, 2003; VELTMEYER, 2007); e (4) uma via de acesso assistida pelo mercado para a reforma da terra (BORRAS, 2003; MEDEIROS, 2007; PEREIRA, 2004).

1. REFORMA MACROECONÔMICA – A ESTRUTURA POLÍTICA DO AJUSTAMENTO ESTRUTURAL

No que diz respeito à “ingovernabilidade” e aos esforços de comum acordo para “impressionar o Consenso de Washington”, no início dos anos 1990 economistas do Banco Mundial e os guardiões da nova ordem mundial redobram suas promessas de estabelecer o curso das reformas políticas “pró-crescimento”. Entretanto, extensos interesses e críticas sérias levaram a outro consenso sobre a necessidade de uma balança mais equilibrada entre o Estado e o mercado e o novo delineamento do programa de reforma estrutural neoliberal (O’CAMPO, 2007).

Este novo consenso “pós-Washington” reflete-se nos princípios seguintes, incorporados ao modelo de “desenvolvimento humano sustentável” construído para dar ao ajuste estrutural um caráter humano: (i) a necessidade de participação popular, isto é, a incorporação de beneficiários identificados da política pública e de projetos associados, particularmente pobres e mulheres; (ii) descentralização de processos decisórios e da administração de política pública, dividindo-a com instituições de governos locais (municipais e regionais) e outros parceiros (sociedade civil,

governos locais); (iii) priorização do problema de pobreza extrema, uma preocupação em aliviar seus piores efeitos; (iv) políticas específicas, considerando-se saúde, educação e seguridade social – e, em muitas versões, (a promoção de micro-empresa) – e, a fim de incorporar mulheres no processo de desenvolvimento, empoderando-as para garantir sua participação ativa; e (v) reformas estruturais desenvolvidas com a finalidade de criar um ambiente favorável para a “nova política social”, que parece ter suas origens na Bolívia, numa experiência de reforma política neoliberal iniciada em 1985. Seu caso paradigmático, entretanto, poderia muito bem ser o FOSIS (Fundo de Investimento Social e Solidário) do Chile e, em certo ponto, o programa mexicano já não mais existente, *Solidarity*, posto em prática sob a presidência de Carlos Salinas.

2. BOA GOVERNANÇA – A POLÍTICA DE AJUSTAMENTO ESTRUTURAL

“Uma boa governança”⁴ é algo concebido pelos economistas do Banco Mundial e pela UNDP como uma forma de privatização: um meio de incluir a sociedade civil⁵ no processo de desenvolvimento sob condições (de ajustamento estrutural) que tende a solapar esta ordem, gerando forças de resistência que podem muito facilmente ser mobilizadas pelos movimentos sociais para desestabilizar regimes civis ou democráticos emergentes comprometidos com a democracia e o capitalismo.

Este problema de ingovernabilidade esteve em debate num recente estudo divulgado pelo ministro da defesa do Reino Unido (2007). O relatório (*Global Strategic Trends 2007-2036*) apresenta a questão como um problema

⁴ Governance Matters VI / Worldwide Governance Indicators, 2007 (Daniel Kaufman, diretor de governança global no Banco Mundial, Instituto do Banco Mundial): “Políticos e acadêmicos concordam que boa governança interessa ao desenvolvimento econômico”. Este estudo comissionado do Banco Mundial baseia-se em seis indicadores agregados que “captam as concepções sobre governança de dezenas de milhares de entrevistados bem como de centenas de ONGs e peritos do setor público, e informantes de negócios e comércio do mundo todo”. Os indicadores medem a voz e a confiança, estabilidade política e ausência de terror e violência, efetividade governamental, qualidade reguladora, regras e leis e o controle da corrupção.

⁵ O discurso sobre “sociedade civil” assume três diferentes formas: (i) liberal democrática – sociedade civil como agenciadora de desenvolvimento democrático, (ii) conservadora – ONGs como “falsos salvadores” (...); e (iii) gramsciana-radical (sociedade civil como repositório de forças de resistência).

de desigualdades excessivas na distribuição social de recursos produtivos da sociedade, de riqueza e de renda gerada pelo funcionamento do mercado livre das restrições reguladoras do Estado de bem estar social desenvolvimentista. No contexto da evolução previsível, o relatório adverte que o sistema todo poderia ser posto abaixo por forças de oposição e resistência; que a “divisão global” extensa levará “não apenas ao ressurgimento de ideologias anticapitalistas (...), mas também ao populismo e à revitalização do marxismo”. A aparente preocupação dos autores é que as desigualdades sociais excessivas – no que tange ao acesso e a distribuição da terra e de outros “recursos produtivos” (investimento de capital) – farão com que se desenvolva um movimento massivo por justiça global, um amplo movimento de anti-globalização, ou então que unirá diversas forças de resistência contra a globalização neoliberal, ameaçando com isso todo o projeto de acumulação de capital, fazendo fracassar deliberadamente os melhores planos para a nova ordem mundial arquitetados por regras imperiais.

3. DESENVOLVIMENTO LOCAL – A ECONOMIA DE SOLIDARIEDADE SOCIAL E A POLÍTICA DE AJUSTAMENTO

Michael Candessus, o diretor gerente do FMI de 1987 a 2000, em uma visita ao México, um Estado-cliente, anunciou publicamente que os EUA não incentivavam mais o neoliberalismo como política nacional. Com isso, a política do FMI é apoiada agora em três pilares, a saber: (i) “a mão invisível do mercado”; (ii) “a mão visível do Estado”; e (iii) “a solidariedade social do pobre e do rico”.

O que ele deixou de mencionar é a dificuldade de se assegurar o terceiro objetivo estratégico, uma dificuldade que seria superada por meio do engajamento ativo da “sociedade civil” na responsabilidade pelo desenvolvimento tanto econômico quanto político – uma política de “participação popular”. A Bolívia, sob a administração de Paz Estensoro e Sánchez de Lozada, ministro das finanças e presidente, respectivamente, propiciou à “comunidade para o desenvolvimento internacional” o laboratório mais efetivo e politicamente conveniente para a concepção e experimentação desta política.

Foi a UNDP que assumiu a responsabilidade pelo modelo usado para orientar a política governamental nesta área (1996, 1997ab, 2006). De acordo com um relatório disponibilizado naquela ocasião pelo representan-

te da Dinamarca, cooperador deste projeto, o modelo UNDP de “desenvolvimento humano sustentável” foi construído com base em três princípios básicos: (i) produtividade-competitividade (para melhorar a produtividade das principais empresas de economia da Bolívia (*negócios*) e garantir sua capacidade de competir no mercado mundial; (ii) integração igualitária social (para ampliar a base social da produção nacional, facilitando o acesso a meios de produção de diversos grupos de produtores para além do pequeno estrato de grandes empresas capitalizadas, privilegiadas por políticas neoliberais e beneficiadas por elas); e (iii) ação estatal de governabilidade (para assegurar a ordem política com o mínimo de governo possível, através do fortalecimento da sociedade civil e da participação na política pública). No modelo da UNDP, a descentralização administrativa é o eixo da política de desenvolvimento. Ela fornece a estrutura institucional básica para uma estratégia definida com a finalidade de promover o desenvolvimento, não politicamente de forma confrontante com a terra/ recursos naturais, capital de investimento e tecnologia, mas como capital social, o único recurso que se imagina que os pobres tenham em abundância, e que se pode construir com ou sem confrontação política ou poder estatal⁶.

Na visão de economistas do Banco Mundial, a política de descentralização, cujo pioneiro foi Augusto Pinochet, nos anos 1970, foi projetada com a finalidade de “aumentar a sensibilidade do governo para as necessidades locais”. Mas, na prática, como percebido e enfatizado por Rafael Galindo Jaime, líder do CCI (*Central Campesina Independiente*) no México, a política “resulta numa dispersão de recursos e numa duplicação de funções, bem como de outro conjunto de burocracias” (FAGUET, 2000).

Nos anos 1990, esta via de acesso descentralizada, destituída de poder, em direção a uma mudança social (HOLLOWAY, 2002), foi amplamente

⁶ Capital social, neste contexto, é definido como “um conjunto de normas, instituições e organizações que promovem a verdade e a cooperação entre pessoas em comunidades e na sociedade mais ampla”, “o interesse, preocupação, consideração, respeito de uma pessoa ou grupo, ou o senso de obrigação para o bem-estar de outra pessoa ou grupo que pode produzir um benefício potencial, vantagem e tratamento preferencial para com outra pessoa ou grupo naquilo que se pode esperar de uma relação de troca (econômica), o “elemento que mantém a sociedade junta”, mantendo coesão social, um meio de facilitar a constituição da “sociedade civil” e de instituir as pessoas de poder, de forma que se tornem “atores sociais”, uma condição de “boa governança” – “fazer um trabalho democrático” (PUTNAM, 1993).

implementada, com sucesso, ao dividir o movimento social popular, como ocorrido no Equador, ou ao desmobilizá-lo, como ocorrido em diversas outras situações (HARRISS, 2001).

O objetivo fundamental e estratégico desta via de acesso destituída de poder para a mudança social e desenvolvimento de micro-projetos é não permitir que os pobres rurais adentrem os movimentos sociais, ou seja, que não adentre uma via de acesso de confronto e uma trajetória “revolucionária” para o Estado, encorajando-os, assim, a que utilizem o mercado em sua economia e as eleições em sua política (consumando-se assim a casamento virtuoso entre capitalismo e democracia); e micro-projetos em seus esforços para o desenvolvimento, buscando melhoria nos espaços locais da estrutura de poder mais do que desafiando-a por meio da ação direta; alterando-os (capacitando-os a agirem), ao invés do próprio sistema.

Assim focada na promoção de desenvolvimento local por meio do acúmulo de capital social, a via de acesso destituída de poder para a mudança social tem avançado geralmente por meio da agência de organizações não-governamentais (ONGs), arroladas como parceiros estratégicos e cooperadores das “associações de desenvolvimento além-mar” (ODAs) no processo de desenvolvimento. Oficiais destas ONGs têm sido atraídos pelo serviço destas ODAs e, com isso, o Estado imperialista tem conduzido o processo como se fossem soldados de frente na guerra contra a pobreza global nas localidades e comunidades rurais pobres.

O mandato destes soldados da linha de frente na guerra contra a pobreza (ou, poderia ser dito, contra o pobre) é mediar as demandas e fundos de micro-projetos das organizações para minimizar os efeitos da pobreza, bem como mediar as necessidades e desejos da pobreza rural em suas comunidades marginalizadas – ajudando-as, assim, para que se ajustem à ordem neoliberal mundial. De fato, Wallace (2003) argumenta que o desenvolvimento das ONGs tem como função, (embora inadvertidamente em muitos casos, servir de pretexto para o capital global e, não querendo por um ponto final neste debate, atuando como agentes do imperialismo) reforçar os elogios das virtudes do capitalismo, democracia e reforma; e, no processo, ajudar a acalmar os ânimos dos revolucionários.

No que diz respeito aos objetos desta estratégia - os camponeses e os pobres rurais -, eles são encorajados e conduzidos a substituir a ação social por ação política, a fim de construir sua cultura cooperativa, na medida em que

“elevam” seu capital social do nível da pequena “comunidade local” para o nível de liderança regional (e até mesmo nacional). (DURSTON, 1999).

O problema é – e aqui é onde entram as ONGs pró-desenvolvimento – que a “construibilidade” de capital social baseia-se numa comunhão de interesses e numa cultura de solidariedade. Contudo, parece que, muito freqüentemente, o requisito “cultura de solidariedade” ou senso de “comunidade” não existe, criando um problema para os trabalhadores rurais sem-terra e para os pobres, não somente ao tentarem “elevar” seus esforços pelo desenvolvimento, mas ao tentarem construir capital social onde as condições para isso são inexistentes. Ou seja, conforme documentado pelo economista do CEPAL, John Durston, em muitos lugares não há, em senso estrito, uma cultura de solidariedade ou relações de comunidade; ao contrário, existe uma cultura de individualismo e, mais freqüentemente, uma sociedade com lacunas em sua divisão de classes. Isto é, a sociedade rural, até certo ponto, tem se “modernizado”, inculcando nos indivíduos um interesse por eles próprios, a fim de aproveitar as suas oportunidades de auto-promoção

Sob estas condições de transformação cultural, impede-se o acúmulo de capital social. E não há, certamente, nenhuma base para que a solidariedade entre o rico e o pobre, preconizada por Camdessus, se efetue. Não obstante, Durston argumenta (embora sem nenhuma evidência que a suporte) que, mesmo sob estas condições, é possível para os pobres do campo formarem capital social em suas localidades e comunidades e, subseqüentemente, alcançar o “desenvolvimento” daí resultante. A chave para este processo, afirma ele, é a formação de alianças entre trabalhadores rurais sem-terra (e outras categorias de trabalhadores do campo) e os “setores reformistas no governo” e tirar vantagem das “oportunidades” propiciadas pelas “mudanças nas elites nacionais”. Estas mudanças não especificadas produziriam “janelas de oportunidades para o surgimento de capital social local”, enquanto as “alianças reformistas” abririam o caminho para a “construção do capital”.

4. REFORMAS DE TERRA ASSISTIDAS PELO MERCADO (MALR)

Nos anos 1960 e 1970, o Estado, em diversas situações, porém particularmente na América Latina, iniciou um programa de reforma agrária concebido com a finalidade de corrigir, em muitos lugares, um grave desequilíbrio entre propriedade de terras e produção.

Estas reformas foram, em parte, uma reação à revolução cubana e, em grande parte, às pressões crescentes para a mudança revolucionária exercidas pelos movimentos sociais do campesinato⁷. Nos anos 1980, entretanto, mudanças de grande alcance e um programa neoliberal de reforma estrutural na política nacional geraram condições para uma trajetória alternativa à “transformação agrária”. (KAY, 2000).

Outro fator aqui foi a instituição de uma forma comunitária de desenvolvimento alternativo, designada por seus teóricos para garantir a sustentabilidade dos meios de subsistência no campo. (BROCKETT, 1988; CHAMBERS and CONWAY, 1998; HELMORE, KRISTEN, and SINGH, 2001). Esta e várias outras formas de desenvolvimento local ou comunitário, previstas por meio do acúmulo de capital social mais do que pelo processo politicamente confuso de facilitar o acesso a terra e outras formas de capital, tiveram o efeito de reduzir ou remover inteiramente a pressão sobre os governos para a expropriação de grandes propriedades de terra e sua redistribuição aos sem-terra ou quase sem-terra, um segmento amplo e crescente da população rural.

Sob estas e outras condições similares, os programas de crescimento redistributivo e reforma agrária financiados pelo Estado chegaram a um fim, marcado pelo reconhecimento em círculos acadêmicos e políticos de que a “reforma agrária está morta” (LEHMAN, 1978). Porém, sob as mesmas condições, duas formas alternativas de reforma agrária surgiram, uma iniciada no interior do setor popular de uma “sociedade civil” emergente (veja a discussão a seguir sobre política de mudança revolucionária), e a outra construída por economistas do Banco Mundial: uma via de acesso à terra assistida pelo mercado (DEININGER, 1998).

⁷ Depois de Cuba, reformas agrárias conduzidas pelo Estado ocorreram no Peru de 1958 a 1974, no Chile, de 1966 a 1973, no Equador, de 1964 a 1967, em El Salvador, de 1980 a 1985, na Guatemala, entre 1952 e 1954 (e novamente depois da guerra civil, seguindo-se aos acordos de paz), em Honduras, em 1973 e na Nicarágua de 1979 a 1986. Estas reformas foram implantadas pelo Estado, sem se levar em consideração sua forma (autoritária, militar, reformista liberal, proto-revolucionária). Contudo, em todos os casos, foram feitas como reação às mobilizações camponesas de massa e à ameaça percebida de “revolução social” (Blanco 1972; De Janvry, Sadoulet and Wolford 1998; Kay 1981, 1982; Midlarsky and Roberts 1995).

Esta via de acesso conduzida e assistida pelo mercado dominou a política governamental na região nos anos 1990, mas desdobrou-se em fases. A primeira foi a formulação e implementação, no início dos anos 1990, de uma lei de modernização agrária concebida com a finalidade de modificar a terra, na sua maioria (México, Equador etc.) – para criar ou fortalecer o funcionamento de um mercado de terras. Em países como o México, com um sistema de propriedade coletiva ou comunitária (o ejido), a modernização envolveu a instituição dos direitos individuais sobre os direitos coletivos.

A segunda fase envolveu o mecanismo de mercado de regularizar a terra – dando aos produtores diretos escritura legal e segura da mesma, de forma a permitir sua venda. Com uma abertura das economias locais para o mercado mundial, e sob condições de uma crise de produção que enredou muitos camponeses pequenos e médios produtores em dívidas, a lei de modernização agrária teve o resultado previsto de aumentar a concentração de propriedade de terra, acrescentando outro “impulso” em atuação no campesinato, acentuando o processo em curso de desapropriação, proletarianização e urbanização.

Uma terceira e altamente contestável fase no processo de reformas agrárias assistidas pelo mercado envolve uma política de implantação de bancos rurais (BROMLEY, 1989; GHIMIRE, 2001; Banco Mundial, 1996, 1997). No que diz respeito a esta política, o Banco Mundial instituiu projetos-piloto no Brasil, na Colômbia e nas Filipinas. O objetivo da política e da implantação deste mecanismo de mercado foi não apenas promover e aperfeiçoar o funcionamento do mercado agrário, mas, pelo menos no caso do Brasil, de neutralizar a tática de ocupações de terra adotadas pelo movimento de trabalhadores rurais sem-terra, ou seja, o objetivo era estimular o uso do “mecanismo de mercado” no lugar do que os líderes deste movimento tomam por “a ampla luta de classes” (STEDILE, 2000).

Pouquíssimos países latino-americanos com um setor agrícola significativo atuaram para se esquivar da criação de um mercado agrário e de outras formas de acesso assistidas pelo mercado para a reforma agrária. Nos anos 1990, todos os países, de uma forma ou de outra, instituíram uma lei de “modernização” agrária ou de “reforma”. No México e no Equador, isto significou a abolição de proteção constitucional das terras de comunidades indígenas, uma política implantada com sucesso no caso

do México (1992), onde a federação campesina dominante estava sob o controle do governo. No Equador, entretanto, esta política esbarrou num obstáculo político, na forma de uma insurreição indígena. De forma mais geral, os governos encerraram seus programas de redistribuição de terra e se utilizaram de mecanismos de mercado para titulação e banco de terras, visando facilitar o acesso das zonas rurais pobres e dos camponeses à terra e aos recursos necessários para torná-los produtores produtivos. (UNRISD, 2000).

Entre 1991 e 1994, a mando do Banco Mundial e dentro da estrutura de sua pauta neoliberal, os governos do México, Equador, Bolívia, Peru e outros países na América do Sul e na América Central implantaram uma via de acesso assistida pelo mercado para a reforma agrária. Esta via de acesso baseava-se na legislação que incluía a abolição da proteção constitucional ou legal de propriedade comunitária e escrituração legal para a terra trabalhada por pequenos proprietários, aumentando sua capacidade para vender sua terra e, no processo, para construir um mercado agrário, bem como para, supostamente, aumentar a “eficiência” de produção⁸. Entretanto, combinada com a eliminação dos subsídios para produtores locais, a comercialização de crédito, a redução de tarifas protecionistas, e em muitos casos, uma moeda supervalorizada, estas medidas (titulação de terras etc.), ao invés de resolver a crise agrícola, criaram o que os analistas têm denominado um “ambiente difícil” para várias categorias de produtores de produtos comercializáveis, especialmente “produtores camponeses de pequena escala” (CRATBREE, 2003, p. 144).

Este segmento de produtores, conforme Crabtree demonstra a respeito do Peru (mas que pode ser generalizado), foi “extremamente vulnerável ao afluxo de produtos agrícolas baratos”. Este desenvolvimento não apenas destruiu economias locais, forçando grande número de produtores locais à falência ou à pobreza, ou a migrar, mas também preparou ou acelerou uma mudança fundamental nos modelos de produção e consumo longe da tradicional subsistência e das colheitas comerciais, especialmente grãos como

⁸ Em vários estudos sistemáticos sobre a produtividade de pequenas unidades de produção versus produtividade de grandes fazendas altamente capitalizadas, concluiu-se, de forma geral, que em todos os casos, as fazendas relativamente menores, menos capitalizadas, são muito mais produtivas por unidade de área – 200 a 1000% maior – do que as grandes fazendas (ROSSET, 1999, p. 2).

quinoa, amaranto, coca, feijão e batata. O impacto total desta mudança, bem como suas implicações, necessita ser avaliado.

No caso nada atípico do Peru, a abolição do ECASA, um dos vários conselhos do mercado governamental e um sistema de suporte de preço agrícola, liberou o mercado nacional para arroz, afastando uma instituição que, como seus correlativos em outros países na região, mantinha a estabilidade do preço para o benefício de produtores locais. Algumas das funções do ECASA foram responsáveis por um programa de alimentos para os pobres, subsidiado pelo governo, que comprava diretamente de produtores em pequena escala. Tal mudança institucional, porém, teve um impacto relativamente pequeno sobre os camponeses mais pobres, muitos dos quais nunca haviam sido beneficiados por alguma forma de programas do governo. (CRABTREE, 2003, p. 147).

No que diz respeito aos produtores que conseguiram integrar-se nos competitivos mercados urbanos locais, o desaparecimento do Banco Agrário significou que passaram a ser obrigados a contar com várias firmas agroindustriais para crédito comercial. Este crédito era estendido aos mesmos produtores, mas somente sob as mais onerosas condições, com taxas que, no caso do Brasil governado por Cardoso, alcançavam 20% ao mês, dados os “riscos” assumidos pelos credores. Estes credores são extremamente relutantes a emprestar, mesmo em larga escala, a proprietários de terra prósperos, com acesso privilegiado ao mercado. Quando o fazem, as taxas de juros refletem a percepção do risco envolvido em empréstimos para camponeses que produzem em pequena escala. Sua ânsia em emprestar é reduzida também pela incidência de falências em setores tais como o aspargo, que parecia, ainda que brevemente, oferecer infinitas possibilidades (CRABTREE, 2003, p. 145-147).

No México e no Peru, estas e outras “mudanças institucionais” similares e um recurso generalizado para o “mecanismo de mercado” resultou numa drástica deterioração das condições de vida dos pequenos produtores e na sua relação com o mercado, forçando-os a vender o produto de seu trabalho a preços bem abaixo dos custos de produção, e lançando muitos deles em dívidas, pobreza e falência. No México, esta situação gerou um dos maiores movimentos de massa da história do país quanto à luta pela terra – uma organização de fazendeiros familiares independentes (não camponeses) altamente endividados (*El Barzón*).

No que diz respeito à economia campesina no Peru, no Equador, no México, na América Central e em outros lugares na região, foi devastador, forçando grandes contingentes a fugir do campo à procura de emprego assalariado nas cidades e nos centros urbanos. A única alternativa não-política para esta rota foi e continua sendo a pobreza rural.

DINÂMICAS RURAIS E URBANAS DE REFORMA AGRÁRIA

Apesar de quatro décadas de reforma agrária conduzida pelo governo e assistida pelo mercado, e cerca de duas décadas de levantes de ação direta, sob a onda mais recente de movimentos sociais campesinos, muitas famílias rurais continuam sem-terra ou quase sem-terra. Já em 1988, 90% de toda a terra arável na América Latina estavam concentrados nas mãos de 26% do total de proprietários. No Brasil que, desde 1988, vem passando por programas de reforma agrária “de baixo” (por meio de ações diretas do MST) e “de cima” (reformas auxiliadas pelo Estado e assistidas pelo mercado), bem como por êxodo rural de grandes proporções, apenas 3% da população ainda possui dois terços da terra arável do país, e acima de 4,8 milhões de famílias em áreas rurais não têm acesso a terra⁹. Além disso – e este é o caso de vários países – muitos daqueles que têm acesso a alguma terra mal são capazes de manter um nível de subsistência, quanto menos de ter uma inserção no mercado. (IBGE, 1996). Acima de 50% das unidades de produção ou fazendas na América Latina e que ocupam apenas 2% da terra, são consideradas economicamente marginais, permitindo somente a subsistência das famílias que se mantêm na terra.

Em reação a esta situação, eufemisticamente descrita pela última geração de cientistas sociais como “exclusão social” (BEHRMAN, BAVIRIA, SZÉKELY, 2003), um vasto contingente do proletariado rural desapropriado

⁹ O censo rural de 1986 estimou a população rural em 23,4 milhões de pessoas. Em 1995, a população rural havia caído para 18 milhões, apontando um êxodo massivo de mais de 5 milhões de pessoas. Devido às rendas em queda, a compressão de preços para abaixar os custos da produção, e ao endividamento massivamente crescente entre os produtores, o IBGE (o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) estima que um adicional de 800 mil famílias, ou seja, mais de 2 milhões de pessoas, tenham abandonado o campo em apenas cinco anos (de 1995 a 1999) por causa da falta de terra, crédito e/ou preços baixos. (IBGE, 1996).

do é forçado a migrar para as cidades ou para o exterior, o que resulta numa das maiores revoltas e transformações sociais nos “tempos modernos”: setor informal e desenvolvimento capitalista baseado em atividades econômicas urbanas e transição de um campesinato rural para um proletariado urbano, muitos dos quais habitam as favelas em expansão.

Uma conseqüência destes desenvolvimentos é que a luta pela terra estendeu-se da sociedade rural para a periferia de novas metrópoles urbanas. Este processo foi particularmente marcado nos anos 1960 e 1970, quando acima de um quarto da população rural migrou para os centros urbanos em busca de trabalho assalariado e habitação. A maioria das habitações foi construída por meio do sistema de auto-ajuda, por comunidades de migrantes rurais que invadiram e instalaram-se em terras não utilizadas – ocupando ilegalmente e apossando-se de áreas urbanas de terra, criando, durante o processo, os *pueblos juvenes* de Lima, as *favelas* do Rio de Janeiro, as *rancherías* de Caracas e *poblaciones* de Santiago, Chile. Devido a este processo de urbanização, mais de 60% da população urbana vive em condições de habitação precárias (GUIMARÃES, 1997, p. 191)¹⁰.

No que diz respeito a estes desenvolvimentos e de outros relatados, as ocupações de terra e a luta pela mudança social materializou-se num novo contexto urbano, repetindo algumas das dinâmicas da luta por terra rural, porém de forma diferente: invasão de terra, posse ilegal, negociações com o governo municipal para serviços e escrituração legal para sua “propriedade”, e, através de esforços organizacionais de origem popular (“desenvolvimento local”), transformando estes arredores em *bairros* de classes trabalhadoras. As dinâmicas sociais deste processo são complexas, com diversas dimensões que incluem a separação de muitas famílias, com as mulheres ficando para trás, cuidando das áreas de subsistência da terra, e os homens, envolvidos na emigração sazonal. (PORTES et al., 1989). Sob estas e outras condições

¹⁰ IBASE, um centro de pesquisa no Brasil, estudou o impacto fiscal da legalização de ocupações de terra pelo MST bem como os assentamentos versus o custo de serviços usados por igual número de pessoas migrando para áreas urbanas. Quando os trabalhadores sem-terra ocupam a terra e forçam o governo a legalizar suas propriedades, isto implica custos: compensação para o ex-fazendeiro, crédito para os novos proprietários etc. Mas o custo total para o Estado manter o mesmo número de pessoas numa área urbana precária, incluindo serviços e infra-estrutura usados, excede em um mês o custo anual da legalização de ocupações de terra.

similares, muitos trabalhadores rurais sem-terra são incapazes ou não querem romper sua ligação com a sociedade rural, mesmo sem acesso à terra ou a outros meios de produção social. Ainda assim, a estrutura de propriedade de terra continua a reproduzir as condições de pobreza rural que se amplia, e a tornar mais intenso o processo de emigração por grandes números de produtores marginais, “camponeses” desapropriados e “trabalhadores rurais sem-terra”. No que diz respeito ao Estado, em sua forma neoliberal, ele está colhendo a tempestade que plantou.

Já em 1997, mais de 60% de todas as famílias rurais na América Latina estavam enredadas na pobreza e, para a maioria das famílias, esta pobreza era extrema (ECLAC, 1998). Desde então, de acordo com o CEPAL e com o Banco Mundial, a taxa de pobreza rural caiu, como se isto não tivesse sido resultado de uma leitura estatística (como a pobreza é medida) ou da emigração forçada dos pobres do campo. Algumas condições desta pobreza são claramente “novas”, na medida em que derivam de um programa neoliberal de reformas políticas – privatização dos meios de produção e empresas públicas, liberalização de comércio e fluxo de capital de investimento, desregulamentação do capital, produtos e mercados de trabalho, e uma redução dos programas sociais do Estado. No entanto, algumas condições precedem este “desenvolvimento”, uma vez que estão impregnadas numa estrutura de propriedade da terra que pouco foi alterada ao longo dos anos.

Isso porque nem mesmo os programas relativamente “radicais” ou extensivos de reforma agrária realizados em alguns países alteraram substancialmente a estrutura da propriedade de terra. Por exemplo, a concentração da terra e a existência de sem terras continua a se expandir no campo brasileiro, a despeito da reforma agrária e dos melhores esforços do MST. Em 1970, lotes de mais de 1.000 hectares, representando 0,7% do total de propriedades, ocupavam 40% da terra. Em 1996, 1% dos proprietários de terra com áreas de mais de 1.000 hectares possuía 45% da terra. Hoje, dez anos mais tarde, esta estrutura concentrada da propriedade resistiu a todos os esforços para alterá-la e mais de quatro milhões de trabalhadores do campo continuam sem-terra ou quase sem-terra.

Outro motivo para a persistência da pobreza rural é que, mesmo onde ocorreram ganhos com a reforma agrária conduzida pelo Estado, estes avanços foram subsequentemente desgastados ou perdidos. No caso do Chile, por exemplo, os ganhos conseguidos pelos produtores campesinos nos anos

1960 e início dos anos 1970 foram revertidos pelo regime de Pinochet no interior da contra revolução neoliberal. E o mesmo ocorreu na Nicarágua. Poucos anos mais tarde, um analista do desenvolvimento agrário, Lehman (1978), referindo-se particularmente ao Brasil, pode escrever sobre a morte da reforma agrária, uma visão ecoada por outros. Sob condições de “reforma estrutural” neoliberal, o período da reforma agrária conduzida pelo Estado chegara ao fim. O Estado estava em retrocesso, pelo menos neste âmbito, e, onde não estava recuando, possuía uma pauta inteiramente diferente. Com a captura e morte de Che Guevara e com a destruição e cooptação da maioria dos exércitos da guerrilha em prol da libertação nacional na região (com exceção da FARC-EP), a ameaça da revolução social evaporou e, com ela, uma onda de rebelião campesina.

O protagonista central na luta de classes pela terra na América Latina foi o campesinato. Entretanto, o significado do campesinato como uma categoria socioeconômica e política, e seu papel nas lutas atuais pela terra têm sido assunto para debates consideráveis. Primeiro, o significado preciso dos termos “camponês” e “campesinato” continua em discussão (BARKIN, 2004). Um segundo debate, até agora desordenado, sobre o campesinato, está considerando seu papel na luta política. Sobre esta questão, análises recentes oscilam entre dois conceitos concorrentes. Por um lado, o campesinato é visto mais ou menos como uma entidade passiva, o objeto destituído de poder da função estatal (legislação, taxação, regimes de produção agrícola, sistemas de regulação, planejamento macroeconômico etc.). A maioria dos estudos sociológicos na tradição da teoria da modernização considera esta visão, vendo o campesinato como declinando numericamente e, com isso, sem significado político, derrotado pelo processo de modernização e de mudança (BRYCESON, KAY, MOOI, 2000; OTERO, 1999). Por outro lado, nós partilhamos de uma compreensão alternativa do campesinato, tomando-o como uma força ativa e munida de poder, que continua a contestar no terreno da luta de classes (PETRAS 1997a, 1997b)¹¹.

¹¹ Para uma revisão menos metafórica e mais analítica deste debate com o campesinato, veja Petras e Veltmeyer (2002). Esta passagem do rural para o urbano foi o resultado de um processo de proletarianização que se deu rapidamente com o avanço do capitalismo no campo (BARTRA, 1976; CANCIÓN, 1987). A transição mediante a proletarianização completa continuou vagarosamente, com uma coerção extra-econômica persisten-

As dinâmicas deste processo têm sido geralmente analisadas em termos de expropriação, concentração de terra, emigração rural e invasões de terrenos na periferia de grandes centros urbanos e assentamentos nestas terras, bem como a integração gradual de migrantes rurais no que Mike Davis conceitua como um “planeta de favelas”. O suposto resultado final destes processos é um campesinato numericamente reduzido como um agente econômico e como uma força política para a mudança, uma categoria social tradicional dizimada pelos processos de modernização e pelo desenvolvimento capitalista (BARTRA, 1976; CANCIAN, 1987; ESTEVA, 1979; KAY, 2000).

Esta é uma perspectiva do campesinato. Mas não é, de forma alguma, a única. Alguns analistas detectaram uma tendência na direção contrária – a recriação do campesinato (BAKX, 1988). Há também a perspectiva da transformação agrária, em que o campesinato continua a ser uma força poderosa para a mudança. Com efeito, no contexto latino-americano, ele provavelmente constitui a força mais dinâmica para a mudança anti-sistêmica encontrada na crista de uma nova onda de luta de classes. O *Ejército Zapatista de Liberación Nacional* (EZLN), com seu surgimento político repentino em 1994, pode ser entendido desta forma ao invés do que Burbach (1884) o faz, entendendo-o como o “primeiro movimento pós-moderno na história”.

SOBRE O FIM DA MUDANÇA SOCIAL: CAMPONESES, DIFERENCIAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

A estrutura social da produção agrícola pode ser definida em termos de tamanho de propriedades e de distribuição de renda. Nestes termos, a estrutura básica inclui três categorias de proprietários de terra: grandes, médios e

te nos anos 1960 na maioria dos países latino-americanos. Por volta de 1970, grande parte da população rural em muitos países era parcialmente ou totalmente proletarizada, uma situação que gerou uma nova onda de protesto político e revoltas camponesas. Conforme apontado por Paige (1975) e aqui discutido, categorias diferentes de camponeses (posseiros, arrendatários, cultivadores ricos/médios/pobres) reagiram diferentemente a este processo. Assim, a questão-chave em lutas no campo pode ser a terra, reforma agrária, acesso a crédito ou a tecnologia, rendas mais altas e melhores condições de trabalho, ou, de fato, uma combinação disto tudo.

pequenos – proporções relativas que variam de acordo com o contexto. No Brasil, por exemplo, as pequenas unidades de produção constituem mais de 90% do número total de propriedades,, uma proporção que não tem se alterado substancialmente no curso da política neoliberal, desde sua implantação nos anos 1990. Grandes e médios – proprietários de terra classificados por extensão, no mesmo contexto, também têm sido reproduzidos dentro desta estrutura piramidal, o primeiro mais que o último, por alguma razão (não estudada). (veja Tabela 1).

Tabela 1: Camponeses pelo tamanho das propriedades rurais (em hectares) e porcentagem do total, Brasil, 1992-2003.

	1922	%	1988	%	2003	%
Grande [2000 - 100,00+]	19,077	0.6	27,556	0.8	33,104	0.8
Médio [200 - 2000]	204,753	7.0	259,654	7.2	286,172	6.6
Pequeno [<1- 200]	2,700,374	92.3	3,299,3159	92.0	3,971,255	92.6
Total	2,924,204	100.0	3,586,525	100.0	4,290,531	100.0

Fonte: Nera, Dataluta, Relatório Preliminar 2004, p. 20.

A tabela 2 fornece os dados do Brasil sobre mudanças na distribuição da extensão da terra, medida em hectares, em posse das três categorias de proprietários. Mostra uma divergência surpreendentemente forte na divisão da totalidade de terras possuídas pelos grandes proprietários, num extremo, e pequenos proprietários, no outro. A distribuição da propriedade da terra reflete claramente o dinamismo relativo do processo de desenvolvimento capitalista face a face com a luta pela terra empreendida pelos trabalhadores rurais sem-terra.

Considerando o grande contingente de famílias de trabalhadores rurais sem-terra assentadas neste período (algo em torno de 350.000) como resultado de ações empreendidas pelo MST, os números também mostram a correlação das forças de classe na luta pela terra. A tabela 3 fornece uma representação gráfica desta correlação na proporção da superfície total das respectivas categorias de propriedades com o número total de produtores para cada uma delas¹². Novamente, a característica marcante deste mo-

¹² Naturalmente, representações mais diretas e, assim, representações tabulares mais adequadas das forças de correlação podem ser encontradas nos dados sobre o ritmo de ocupações de terra / assentados e no modelo de conflitos agrários (Nera, Dataluta, 2004).

delo dinâmico é a divergência nos extremos da distribuição de terras. As tabelas 1-3 sugerem que os grandes proprietários aumentaram sua quota de terras, apesar de quinze anos de luta pela terra do MST, oito anos de reforma conduzida pelo Estado e quatro anos de reforma agrária assistida pelo mercado.

No que diz respeito à renda gerada pela atividade econômica na forma de produção agrícola, muitos, se não todos os grandes proprietários de terra, podem ser classificados como “ricos”; alguns, ricos o suficiente para acumular capital e deixar de ser classificados como economia camponesa, passando à classificação de capitalistas rurais e/ou urbanos, ao investirem sua renda de diversas formas em diferentes setores. No final da hierarquia quanto à extensão da terra e da renda, uma proporção considerável – em muitas situações, a grande maioria é marginalizada quanto à renda e submetida a forças de expulsão ou acumulação primitiva. Muitos dos pequenos proprietários camponeses sob estas condições – que constituem a maioria dos proprietários de terra – tornam-se sem-terra ou quase sem-terra, virtualmente empobrecidos e forçados ou a migrar para as cidades ou a trabalhar fora da propriedade por salários, o que faz com que pelo menos mais da metade deles, em muitas situações, constitua o vasto semiproletariado rural.

Tabela 2 – Porcentagem de hectare de terra por categoria de proprietários, Brasil 1992-2003

	1992	1998	2003
Grande	34	40	49
Médio	34	33	37
Pequeno	32	27	14
Total hectares	310,030,972	415,548,885	418,483,332

Fonte: Nera, Dataluta, Relatório Preliminar 2004, p. 20.

Tabela 3 – Proporção da divisão total da área por número de produtores e categoria do campesinato.

	1992	1998	2003
Grande	56.7	50.0	61.3
Médio	4.9	4.6	5.6
Pequeno	0.4	0.3	0.2

Fonte: Nera, Dataluta, Relatório Preliminar 2004, Tabela 13, p.20.

Quanto aos modelos de mudança na estrutura social, é difícil determiná-los, na maioria das vezes, por falta de dados e de uma análise dinâmica. Os estudos dinâmicos de distribuição de propriedades de terra por extensão – para mensurar a distribuição de propriedades de terra por tamanho em diferentes momentos – têm sido feitos em algumas situações, mas é difícil determinar os dados resultantes em termos da dinâmica social interna ao processo de mudança. Assim, é provável que em cada categoria de tamanho algumas condições tendem a reproduzir produtores naquela categoria, enquanto outros induzem à mobilidade inferior ou superior. Na categoria “grande proprietário de terra” ou “ricos quanto à renda”, uma pequena proporção é capaz de economizar e, assim, de acumular capital e de passar de camponês a capitalista. Mas isto diminui o número e a proporção de proprietários de terra nesta categoria de tamanho?

A Tabela 1 sugere que não. Estudos relevantes em outros contextos mostram que isto depende de processos demográficos e de outros processos sociais, incluindo a probabilidade de um número de produtores médios e de renda média serem elevados à categoria de grandes produtores com renda alta e a possibilidade de alguns camponeses nesta categoria experimentarem a mobilidade para baixo. Também uma porcentagem desconhecida de proprietários de terra de médio porte tendem a ser transformados numa classe média de agricultores familiares, perdendo não sua ligação com a terra, mas muito mais o status político e a auto-identificação como camponeses.

Sob estas condições, a questão é saber se a categoria média de camponeses, segundo a renda e tamanho da propriedade está crescendo em proporção, ou seja, em relação aos camponeses grandes/ricos e pequenos/pobres, como Chayanov identificou ser o caso da Rússia nos anos 1920. Alternativamente, há uma tendência à diferenciação por tamanho/renda, uma lacuna relativa no meio e um aumento crescente dos extremos – como Lenin discutiu em seu estudo clássico de diferenciação social e a transformação do campesinato russo? As tabelas 1-3 sugerem que a tendência identificada por Lenin está mais próxima da realidade do Brasil na fase mais recente do desenvolvimento capitalista. Se este for o caso, quais são as dimensões sociais deste processo de concentração de terras e polarização social? Quais são as dimensões deste aparente dualismo social:

riqueza e acúmulo de capital num extremo da estrutura social, pobreza e proletarianização no outro?

Conforme indicado, um estudo muito mais sistemático destas dinâmicas precisa ser feito para que se estabeleça um modelo nacional ou regional (de condições de reprodução e transformação em cada categoria de produção e propriedade da terra). A única tendência dinâmica que pode ser estabelecida definitivamente é aquela de emigração e proletarianização do pequeno proprietário de terra, uma categoria de camponês. Indubitavelmente, alguns integrantes da categoria média também são levados a migrar e abandonar a agricultura, e um grande número é, evidentemente, transformado numa categoria não-camponesa de produtor agrícola familiar. É mesmo possível, embora não seja provável, que alguns camponeses médios possam aumentar sua propriedade ao apelarem para o mecanismo de mercado para comprar terra e se tornarem maiores, se não mais ricos. Entretanto, é para a maior categoria de camponeses, o pequeno proprietário, que surgiu um padrão claro, ainda que com apenas um exame sumário dos dados disponíveis e sem uma análise dinâmica sistemática das tendências de distribuição da propriedade e de renda associadas aos processos políticos e sociais. O padrão é para uma proporção significativa e crescente de camponeses nesta categoria a ser proletarianizada, tornando explícito um processo de emigração e resultando no empobrecimento e proletarianização de uma proporção grande (e aparentemente crescente) de pequenos proprietários camponeses.

A POLÍTICA DE RESISTÊNCIA À NOVA ORDEM MUNDIAL

A luta pela mudança social na nova ordem mundial assumiu diversas formas, incluindo, a mais importante, aquela dos movimentos sociais que, no contexto da América Latina, foram construídas no auge de três ondas distintas. A primeira destas ondas causou impacto na América Latina nos anos 1960, no despertar da revolução cubana. Os movimentos mais importantes e dinâmicos foram formados por trabalhadores organizados nos centros urbanos e por organizações de camponeses que, em sua forma revolucionária (exércitos de guerrilha de libertação nacional) eram geralmente conduzidos por intelectuais de classe média urbana.

Tanto o movimento centrado no trabalho urbano quanto as lutas de base campesina pela terra e mudança social tiveram ganhos substanciais, melhorando a situação geral de seus membros e conseguindo fazer avançar a luta de classes. Entretanto, no final dos anos 1970, a maioria foi dissipada ou destruída num processo complexo de implementação de projetos de desenvolvimento comunitário, dirigidos pelo Estado, acomodação ou corrupção dos líderes de movimentos, ou, quanto e onde exigido, a repressão completa (PETRAS, VELTMEYER, 2000).

Nos anos 1980, num contexto urbano muito diferente (crise da dívida, novo modelo econômico, Estado em retração, processo de renovação democrática), a América Latina foi impactada por uma segunda onda de movimentos sociais surgidos no interior da “sociedade civil” – ambos em seu setor popular (a pobreza urbana) e na classe média. Nesta mesma década, sociólogos e outros analistas munidos de uma proposta pós-estruturalista de análise (LACLAU, 1989) e de uma perspectiva pós-modernista (SLATER 1985, 1994; CALDERÓN, 1995; CALDERÓN, JELÍN 1987; ESCOBAR, ALVAREZ, 1992) intitularam estes movimentos como “novos” em relação à subjetividade e heterogeneidade de condições que fizeram crescer sua base social e seus interesses fundamentais. Neste contexto, estes movimentos foram concebidos como um novo ator social no ambiente político, ao invés dos marcos de classe.

No ir e vir da maré de mudanças políticas no curso dos anos 1980, surgiu outra onda de movimentos sociais que incluiu o MST, o maior e mais dinâmico movimento de origem popular de sucesso na região. Ao contrário dos “novos” movimentos dos anos 1980, estes movimentos formaram-se no setor rural e basearam-se no campesinato, tendo sido conduzidos por ele. Uma parte deles também teve um caráter étnico ou nacional com base social nas comunidades indígenas de proprietários camponeses. Este foi o caso, por exemplo, do México (Exército Zapatista de Libertação Nacional), do Equador (CONAIE) e da Bolívia.

Embora a dinâmica e o futuro destes movimentos sejam incertos, e exijam um estudo mais aprofundado, em uma serie de aspectos eles podem ser vistos como “novos”, o que significa dizer, que são diferentes daqueles que os precederam nas ondas anteriores de resistência. Novas não são, porém, as dinâmicas fundamentais de luta pela terra.

MODALIDADES DE MUDANÇA SOCIAL: LUTA DE CLASSES, O ESTADO E OS MOVIMENTOS SOCIAIS NO NOVO MILÊNIO

No contexto de um sistema e um Estado na defensiva, e o aparente amplo e crescente desencanto com o neoliberalismo como doutrina econômica, os camponeses têm essencialmente três opções políticas no caminho para a mudança social e em defesa de sua fonte de sobrevivência e modo de vida. Uma é continuar a pressionar o Estado por meio de uma estratégia de movimento social de mobilização (mobilizando as forças de resistência) e por táticas de ação direta (ocupação de terras, bloqueio de estradas etc.). Esta é indubitavelmente a trajetória de resistência mais expressiva, e também, conforme demonstrado pelos movimentos sociais da década passada, a que possui as maiores possibilidades para uma mudança.

A segunda opção é abandonar a luta de classes e optar por uma estratégia de não-poder, sob a forma de desenvolvimento local – instituído a partir dos recursos que se imagina que os pobres tenham em abundância, a saber, seu capital social formado na habilidade de estabelecer redes a partir de sua presumida “cultura de solidariedade”¹³. John Durston, um economista da ECLAC¹⁴, explora a dinâmica desta opção no contexto de condições que se presumem estarem relativamente generalizadas no campo, a saber, a persistência de uma cultura tradicional que auxilia uma forma de “prática política”¹⁵ mais comunista do que individualista. Nestas condições, Durston (1999) argumenta que, onde persiste a predisposição

¹³ O outro “bem” que se sabe que a pobreza rural possui em abundância é sua capacidade de trabalho, um poder que ela pode exercer ou capitalizar por meio de uma troca por capital, para agregar valor à produção em troca de um salário. Isto, naturalmente, é fundamental ao processo de acumulação de capital ... e a “grande transformação” da sociedade agrária pré-capitalista e tradicional para a sociedade capitalista industrial moderna (um processo de transformação produtiva, social e cultural).

¹⁴ CEPAL: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe.

¹⁵ No velho paradigma orientado pelo crescimento econômico gerado pelo mercado e assistido pelo Estado, a cultura tradicional dos camponeses foi vista como um obstáculo para o processo de desenvolvimento. Entretanto, no “novo paradigma” de desenvolvimento local baseado na acumulação de capital social, e facilitado por uma política de descentralização administrativa, uma cultura campesina orientada como o é pelo “senso comunitário” (definido como um senso de obrigação mútua com os outros) é vista como uma “fonte produtiva”, uma fonte de capital. É neste contexto que Evo Morales (2003) define “senso comunitário” como “nossa prática política”.

cultural às ações comunitárias, e mesmo quando isso não ocorre – é melhor para os pobres do campo voltarem-se não ao mercado ou ao Estado, mas a si mesmo - de forma a construir uma economia social cooperativa baseada em normas de reciprocidade. Esta caminho de “não- poder” para o desenvolvimento e para a mudança que poderia ser acrescentada, é compatível com a estratégia de auto-desenvolvimento local descentralizado e cooperativismo promovido pelo PNUD e por outros parceiros estratégicos da “guerra à pobreza” do Banco Mundial.

Um terceiro caminho para a mudança social em termos mais tradicionais, conforme concebida dentro da principal corrente de pensamento e prática desenvolvimentistas, ocorre de três modos: combinar o uso do mecanismo eleitoral de regimes democráticos com a apelação ao mecanismo de mercado e uma estratégia de desenvolvimento local. Esta é, de fato, a estratégia básica perseguida pelo Estado neoliberal e por seus aliados estratégicos no processo de “cooperação internacional”. De fato, a estratégia foi amplamente implantada até a metade da década passada dentro do mais recente ciclo de reformas neoliberais. Encontrou algum “sucesso” ao dividir o movimento popular e ao desmobilizar as forças de resistência (como no Equador, por exemplo). Mas, no nível de desenvolvimento ou progresso – melhoria das condições socioeconômicas e associadas à mudança social – o registro é, de fato, desolador -, explicando facilmente os altos e crescentes níveis de descontentamento e desencantamento social com o modelo neoliberal de reforma política.

No espaço e em diversas condições conjunturais criadas pela reação do Estado ao movimento popular, o movimento campesino essencialmente reagiu movendo-se em três direções de uma só vez: ao mobilizar ativamente as forças de resistência onde havia condições políticas para tanto, formando, em alguns casos (Equador, Bolívia), um aparato político para contestar eleições nacionais e locais e, virtualmente, em todos os casos, voltando-se à “sociedade civil” (o setor de classe média do setor associativo de organizações sociais – ONGs, cooperativas) para apoio e alianças táticas ou estratégicas.

O resultado deste movimento estratégico, tomado quase que simultaneamente por movimentos sociais diferentes (EZLN, MST, CONAIE, *Cocaleros*) na metade dos anos 1990, pode ser ilustrado pelos desenvolvimentos no Brasil. Aí o MST, ao fazer prosseguir a luta das ocupações de terra

para fins de organização da produção, envolveu-se numa série de alianças estratégicas inter-setoriais com diversas organizações sociais na “sociedade civil” brasileira. Ao mesmo tempo, começou a participar ativamente de uma “sociedade civil global” constituída por várias coalizões de organizações não-governamentais no “movimento antiglobalização”.

Embora as conseqüências e o efeito sobre o movimento popular desta mudança estratégica exijam um olhar mais próximo e um estudo mais aprofundado, várias considerações e tentativas de explicação podem ser esboçadas. Um “desenvolvimento” foi, para o Estado, assumir a partir de seus aliados estratégicos na “comunidade de desenvolvimento internacional”, a responsabilidade primária para tirar os pobres rurais da ação direta e das políticas de confronto de mobilização social. Este desenvolvimento refletiu-se numa mudança no padrão de financiamento das ONGs, com as quais o movimento tem formado uma aliança.

No Brasil, assim como no Chile, no Peru e em outros lugares, o Estado tornou-se a principal fonte de financiamento de projetos e extensão rural – para incorporar as localidades e as comunidades dos pobres rurais (os trabalhadores rurais sem-terra, camponeses proletarizados e população indígena) – no processo de desenvolvimento. Outras conseqüências desta aliança estratégica inter-setorial com a “sociedade civil” é uma aparente moderação ideológica da liderança do MST, passando ao largo da luta de classes por meio do cooperativismo¹⁶ e de diversos esforços para alcançar uma mudança na política governamental “por dentro”, e a parcial conversão de um movimento social em uma ONG.

As conseqüências para o movimento camponês de alianças eleitorais com regimes neoliberais e pseudo-esquerdistas ou de centro-esquerda têm sido um desastre político e organizacional no Brasil, no Equador, na Bolívia e no Peru. No Brasil, a aliança do MST com Lula o afastou dos sindicatos do setor público e paralisou a luta pela reforma agrária. No Equador, o auxílio do CONAIE para Lucio Gutierrez levou a um acentuado declínio do apoio camponês e à regressão das condições de vida no campo, e na Bolívia,

¹⁶ Cooperativismo, promovido pelo líder do MST, como ideologia, implica uma forma de organização que não é nem capitalista nem socialista, mas algo entre ambos, baseado na comunidade e para a comunidade. É visto como uma forma de incluir algo no capitalismo, criando uma ilha de cooperativismo dentro de um mar capitalista. Na prática, entretanto, o cooperativismo é compatível e funciona bem com o capitalismo.

depois de dois anos de domínio de Evo Morales, nenhuma terra, crédito ou renda foram distribuídos.

O abandono da teoria de classe para a análise política e a política de alianças estratégicas solapou os avanços sociais que os movimentos camponeses alcançaram entre 1985 e 2003.

CONCLUSÃO: O QUE PODE SER FEITO?

O jornal mexicano *“La Jornada”* (Nov. 20) publicou que em nove meses de governo com o neoliberal Felipe Calderon, o custo da subsistência da família (cesta básica) subiu 34.2%, sete vezes o aumento salarial permitido pelas autoridades em 2007. Publicou também o anúncio do Banco Mundial, de que “não houve nenhum progresso no México depois de passados quinze anos”, bem como o ‘conselho’ freqüente de John Negroponte, Secretário do Estado Americano: “o êxito exige o mercado livre e a democracia”. Anteriormente, o *La Jornada* havia relatado os subsídios massivos recebidos pelos produtores de milho do Texas (150 mil dólares cada, por ano), permitindo-lhes, sob o NAFTA, que se desfizessem do excedente de milho, devastando a economia camponesa em Chiapas e em outros lugares, e isto com a cumplicidade do governo, um cliente dos EUA, que expôs os camponeses às “forças do mercado”.

Assim, com tal conselho, com as condições econômicas deteriorando e o processo de transformação social e produtiva em curso, “o que pode ser feito? O que os pobres rurais sem-terra ou quase sem-terra deveriam ou podem fazer? Sucumbir à pressão e à algumas visões acadêmicas da história, prosseguindo assim com o abandono de suas propriedades e migrando para as cidades atrás de oportunidades melhores?

Fazer uso do mecanismo eleitoral como um meio de mudar o governo? Voltar ao mecanismo de mercado que lhes permite conseguir a terra, sustentar-se e atingir um nível de segurança alimentar? Ou os pobres rurais e camponeses deveriam se organizar, se mobilizar e se unir a outras forças de resistência? Forjar alianças, adotar ação direta contra o neoliberalismo num sentido socialista? Fazer uso do deslocado discurso de Margaret Thatcher, “não há nenhuma alternativa”?

Um retorno à política de luta de classes independente que rejeita alianças com os demagogos denominados de “centro-esquerda” é um passo à

frente. A alternativa ao erro abismal das reformas neoliberais para melhorar os padrões de vida dos pobres do campo e da cidade é o principal argumento para reviver a opção da mudança revolucionária, entretanto dificilmente ela poderia aparecer na atual conjuntura.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Aguayo-Tellez, Ernesto (2005), "Rural-Urban Migration in 1990 Mexico: Switching the Ejido for the Maquiladora," [econ.uscd.edu/seminars/ Aguay_FAO5.pdf](http://econ.uscd.edu/seminars/Aguay_FAO5.pdf). October 2005.
- ALOP—Asociación Latinoamericana de Organizaciones de Promoción (1999). *Que rol cabe a ALOP y las ONG en la América Latina de hoy? Retos y perspectivas*. Report of the Workshop on Cambios Institucionales de las ONG de A. Latina.
- Barkin, David (2004), "Who are the Peasants?" *Latin American Research Review*, 39 (3): 270-281.
- Bartra, Roger (1976), "¿Y si los campesinos se extinguen ...?" *Historia y Sociedad*, Vol. 8 (Winter).
- Bebbington, Anthony (2000), "Reencountering Development: Livelihood Transitions and Place Transformation in the Andes," *Annals of the Association of American Geographers*, 90 (3): 495-520.
- Behrman, J, A. Gaviria and M. Székely, eds. (2003). *Who's In and Who's Out: Social Exclusion in Latin America*. Washington DC: Inter-American Development Bank.
- Boisier, S. et. al. (1992). *La descentralización: el eslabón perdido de la cadena transformación productiva con equidad y sustentabilidad*. Santiago: Cuadernos de CEPAL.
- Borras, Saturnino Jr. (2003), "Questioning Market-Led Agrarian Reform: Experiences from Brazil, Colombia and South Africa," *Journal of Agrarian Change*, 3(3): 367-394.
- Brockett, Charles D. (1998). *Land, Power and Poverty: Agrarian Transformation and Political Control in Central America*. Boulder: Westview Press.
- Bromley, D. (1989), "Property Relations and Economic Development: The Other Land Reform," *World Development*, 17.
- Burbach, Roger (1994), "Roots of the Postmodern Rebellion in Chiapas," *New Left Review* 205.
- Cancian, Frank (1987), "Proletarianization in Zinacantan 1960-83," in *Household Economies and Their Transformation*, edited by Morgan Maclachan, Lanham MD: University Press of America.

- Chambers, Robert & Gordon Conway (1998), "Sustainable Rural Livelihoods: Some Working Definitions," *Development*, 41 (3).
- Crabtree, John (2003), "The Impact of Neo-Liberal Economics on Peruvian Peasant Agriculture in the 1990s," in *Latin American Peasants*, edited by Tom Brass, London: Frank Cass.
- Dataluta–Banco de dados de luta pela terra, 2002, *Assentamentos rurais*. Sao Paulo: UNESPI/MST.
- Davis, Mike (2006). *Planet of Slums*. London: Verso.
- Deere, Carmen Diana & Leonilde Servolo de Medeiros (2007), "Agrarian Reform and Poverty Reduction: lessons from Brazil," in A. Haroon Akram-Lodhi, Saturnino Borrás Jr. & Cristóbal Kay. *Land, Poverty and Livelihoods in an Era of Globalization*. London: Routledge.
- Deininger, Klaus (1998), "Implementing Negotiated Land Reform: Initial Experience from Colombia, Brazil and South Africa," in *Proceedings of the International Conference on Land Tenure in the Developing World with a Focus on Southern Africa*, 27–29 January, University of Cape Town.
- Dominguez, J. & A. Lowenthal, (eds.) (1996). *Constructing Democratic Governance*. Baltimore: John Hopkins University Press.
- Durston, J. (1999), "Building Community Social Capital," *CEPAL Review*, 69: 103-118.
- Faguet, Jean Paul (2000), "Does Decentralization Increase Government Responsiveness to Local Needs? Decentralization and Public Investment in Bolivia," *Discussion Paper No. 999*. Centre for Economic Performance.
- Faux, Geoffrey (2006). *The Global Class War*. Hoboken NJ: Wiley.
- Figueiras, Otto (1999), "O Campo em Chamas," *Sem Terra*, April–June.
- Foweraker, Joe (1995). *Theorising Social Movements*. Boulder CO: Pluto Press.
- Ghimire, Krishna B., ed. (2001). *Land Reform and Peasant Livelihoods: The Social Dynamics of Rural Poverty and Agrarian Reform in Developing Countries*, London: ITDG.
- Harriss, John (2001). *Depoliticising Development. The World Bank and Social Capital*. New Delhi: Left Word Books.
- Holloway, John (2002). *Change The World Without Taking Power: The Meaning of Revolution Today*. London: Pluto Press.
- Helmore, Kristen and Naresh Singh (2001). *Sustainable Livelihoods: Building on the Wealth of the Poor*. West Hartford CT: Kumarian Press.
- IBGE (1996). *Anuario Estatístico do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE.
- Kamat, S. (2003), "NGOs and the New Democracy: The False Saviours of International Development," *Harvard International Review*, Spring.
- Kaufman, Daniel (2007). *Governance Matters VI. Worldwide Governance Indicators*. Washington DC: World Bank, World Bank Institute.

- Kay, Cristóbal (2000), "Latin America's Agrarian Transformation: Peasantisation and Poletarianisation," in *Disappearing Peasantries? Rural labour in Africa, Asia and Latin America*, edited by D.F. Bryceson, Cristóbal Kay & Jos Mooij. London: Intermediate Technology Publications.
- Kay, Cristóbal (2007), "Reflections on Latin American Rural Studies in the Neoliberal Period," Public talk, International Development Studies Program, Saint Mary's University, September 12.
- Landim, Leilah (1988), "Non-Governmental Organizations in Latin America," *World Development*, 15 (Supplement): 29-38.
- Lehmann, David (1978), "The Death of Land Reform: A Polemic," *World Development*, 6 (3).
- Medeiros, Leonilde Servolo de (2007), "Social Movements and the experience of Market-Led Agrarian Reform in Brazil," in A. Haroon Akram-Lodhi, S. Borras Jr. & C. Kay. *Land, Poverty and Livelihoods in an Era of Globalization*. London: Routledge
- Midlarsky, Manus & Kenneth Roberts (1995), "Class, State and Revolution in Central America: Nicaragua and El Salvador Compared," *Journal of Conflict Revolution*, 29: June.
- Mitlin, Diana (1998) "The NGO Sector and its Role in Strengthening Civil Society and Securing Good Governance," in Armanda Bernard, Henry Helmich and Percy Lehning, (eds.), *Civil Society and International Development*. Paris: OECD Development Centre.
- Morales, Evo (2003), Interview with *Punto Final*, Santiago de Chile, May: 16–17.
- MST, Setor de Documentação do SN da CPT Nacional (2002), São Paulo.
- O'Campo, Jose Antonio (2006), "Latin America and the World Economy in the Long Twentieth Century," in Jomo K. S., ed., *The Great Divergence: Hegemony, Uneven Development, and Global Inequality*. New York: Oxford University Press.
- Orlove, Benjamin & Glynn Custred, eds. (1980). *Land and Power in Latin America: Agrarian Economies and Social Processes in the Andes*, New York: Holmes and Meier Publishers, Inc.
- Otero, Gerardo (1999). *Farewell to the Peasantry? Political Class Formation in Rural Mexico*. Boulder CO: Westview.
- Pereira, João Márcio M. (2004). *O modelo de reforma agrária de mercado do Banco Mundial em questão*. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ. Dissertação de Mestrado.
- Petras, James (1997), "The Resurgence of the Left," *New Left Review*, 223.
- Petras, James & Sonia Arellano-Lopez (1997), "Non-Government Organisations and Poverty Alleviation in Bolivia," pp. 180-194 in H. Veltmeyer & J. Petras, *Neoliberalism and Class Conflict in Latin America*. MacMillan.

- Petras, James & Henry Veltmeyer (2001), "Are Latin American Peasant Movements Still a Force for Change? Some New Paradigms Revisited," *The Journal of Peasant Studies*, 28 (2).
- Petras, James & Henry Veltmeyer (2001b). *Brasil de Cardoso: Expropriação de um país*. Petrópolis, Brasil: Editorial Vozes.
- Petras, James & Henry Veltmeyer (2002), "Latin American Peasants: A Troubled Past, an Uncertain Future." *The Journal of Peasant Studies*, Vol. 29, No. 3-4: 41-82.
- Petras, James & Henry Veltmeyer (2005). *Movimientos sociales y poder estatal*. Buenos Aires: Editorial Lumen.
- Pilger, J. (2003). *The New Rulers of the World*, London: Verso.
- Rao, V. (2002), "Community Driven Development: A Brief Review of the Research," World Bank, Washington DC.
- Reilly, Charles (1989). *The Democratization of Development: Partnership at the Grassroots*. Arlington: Inter-American Foundation Annual Report.
- Robertson (2002). "Overview of Decentralisation Worldwide: A Stepping Stone to Improved Governance and Human Development," Policy Document, 2nd International Conference on Decentralisation Federalism: The Future of Decentralizing States? Manila, Philippines, 25-27 July. New York: UNDP.
- Rondinelli, D. A., J. McCullough and W. Johnson (1989), "Analyzing Decentralization Policies in Developing Countries: A Political Economy Framework," *Development and Change*, 20 (1): 57-87.
- Sánchez, Rolando, ed. (2003). *Desarrollo pensado desde los municipios: capital social y despliegue de potencialidades local*. La Paz: PIED—Programa de Investigación Estrategia en Bolivia.
- Stédile, João Pedro (2000), Interview with James Petras, May 14.
- Thiesenhusen, William (1995). *Broken Promises: Agrarian Reform and the Latin American Campesino*. Boulder CO: Westview Press.
- UNDP—United Nations Development Programme (1996), "Good Governance and Sustainable Human Development," *Governance Policy Paper*. <http://magnet.undp.org/policy>.
- UNDP (1997a), "Governance and Democratic Development in Latin America and the Caribbean," New York: UNDP.
- UNDP (1997b), "Reconceptualizing Governance," *Discussion Paper 2*. New York: UNDP.
- UNDP (2006). *Governance for the Future: Democracy and Development in the Least Developed Countries*. UNDP.
- UNRISD (2000), "Civil Society Strategies and Movements for Rural Asset Redistribution and Improved Livelihoods," Civil Society and Social Movements Programme, Geneva, UNRISD.

- Valderrama, Mariono (1998). *El fortalecimiento institucional y los acelerados cambios en las ONG Latinoamericanas*. Lima: ALOP-CEPES.
- Veltmeyer, Henry (2007), “El Banco Mundial y su guerra contra la pobreza y los pobres,” *Theomai*, Nú. 1 [Buenos Aires].
- Vetter, Stephen (n.d). Mobilizing Resources: The Business of Grassroots Development. <http://www.iaf.gov/jrnl19-2/vetter.htm>.
- Wallace, Tina (2003), “NGO Dilemmas: Trojan Horses for Global Neoliberalism?” *Socialist Register 2004*. London: Merlin Press.
- World Bank (1994). *Governance. The World Bank Experience*. Washington DC: World Bank.
- World Bank (2004). *Partnerships in Development: Progress in the Fight Against Poverty*. Washington DC: World Bank.

PARTE 2

DILEMAS E PERSPECTIVAS PARA O CAMPESINATO FRENTE AO AGRONEGÓCIO

COLÔMBIA: A “COLHEITA” PARAMILITAR

HÉCTOR MONDRAGÓN
Universidad Nacional de Colômbia

Dos mais de 41 milhões de habitantes da Colômbia, aproximadamente dez milhões vivem na zona rural. Por sua inserção na produção e por sua identidade cultural, distinguimos organizações camponesas, indígenas, afro e trabalhadores rurais. São mais ou menos cinco milhões de camponeses (um milhão de famílias). Um milhão de indígenas vivem no campo. Muitos afro-descendentes são obreiros, mas as comunidades rurais afro-colombianas reúnem mais ou menos dois milhões de pessoas.

Estes setores sociais enfrentam terríveis conseqüências de mais de duas décadas de terror. Aproximadamente três milhões e meio deles foram desalojados pela violência. O acordo do governo com os grupos paramilitares e as leis aprovadas nos últimos meses tendem a legalizar e eternizar o gigantesco espólio territorial feito. Não é a primeira vez que isto acontece na Colômbia. Entre 1946 e 1958 foram desalojados de suas terras dois milhões de camponeses e 200 mil pessoas foram assassinadas. Durante a febre do caucho, 50 mil indígenas pereceram na Amazônia. Nas guerras civis do século XIX e na que culminou em 1903, não apenas morreram milhares de pessoas, mas também, os espólios de terra eram a regra.

Desde a década de 1980 a Colômbia tem vivido um novo e impressionante processo de concentração da propriedade da terra mediante a violência:

Tabela 1 - Distribuição das propriedades e suas superfícies segundo a extensão

Extensão(ha)	% Propriedades - 1984	% Propriedades - 1997	% área 1984	% área 1997
0 a 100	96,9	97,4	40,0	34,5
100 a 500	2,7	2,3	27,5	20,5
Acima de 500	0,4	0,3	32,5	40,5

Fonte: Claudia Rincón - IGAC

Tabela 2 - Relação entre a área predial rural nacional e os proprietários, segundo extensão das propriedades - 2001

Extensão (ha)	Proprietários %	Superfície % (área rural registrada)
Menos de 3	57,3	1,7
3 a menos de 100	39,7	22,5
100 a menos de 500	2,6	14,6
Acima de 500	0,4	61,2
Total %	100,0	100,0

Fonte: IGAC, CORPOICA, *Zonificación de los conflictos de uso de las tierras en Colombia* 4: 83, Bogotá, 2002.

Por trás destes dados está tanto o espólio violento, alcançado mediante massacres que até 1999/2000 chegaram a ser diários, e, além disso, a exploração física, o exílio, o encarceramento de milhares de líderes e ativistas camponeses, indígenas, afro-colombianos e trabalhadores sindicalistas.

A operação histórica do desalojamento do campesinato tem sido projetada e acobertada desde há muito por uma ideologia que nega as possibilidades da economia camponesa e considera o campesinato autônomo em relação aos grandes proprietários como um obstáculo para o desenvolvimento. É esta a visão que foi tão bem sistematizada por Lauchlin Currie, ao falar da “insuperável concorrência que as máquinas apresentam ao homem com uma enxada”¹, quer dizer, a economia camponesa como obstáculo ao desenvolvimento. Para esta visão, a solução do problema agrário depende da redução da concorrência, o que, para os agricultores comerciais, significa a agricultura “tradicional”².

Edith Whethem considerava que “a política apropriada para um governo que persegue a eficiência econômica consiste em estimular o êxodo da agricultura e a consolidação de propriedades por todos os meios que não criem numa comoção política intolerável”³. Em 1966, Currie recordava a recomendação de John Coppock, de reduzir anualmente em 4% o número de pessoas dedicadas à agricultura, que para a Colômbia significava 800 mil agricultores em menos em dez anos⁴, número próximo ao dos desalojados pela violência entre 1987 e 1997.

¹ CURRIE, Lauchlin 1966. “Desarrollo Económico Acelerado”. F.C.E., México, 1968, p. 59.

² Op. cit. p. 116

³ Op. cit. p. 130-131

⁴ Op. cit. p. 53

O próprio Currie recomendava um programa deliberado de mobilidade acelerada para conseguir a emigração suficiente do campo e, partindo da análise histórica, sustentava que a guerra poderia tomar o lugar de um programa de mobilidade acelerada⁵, apondo-se à solução do problema agrário por meio de ações que tornassem muitos pequenos agricultores mais eficientes e produtivos, pois isto manteria “muita” gente na agricultura⁶.

O atual presidente, Alvaro Uribe, durante sua primeira campanha eleitoral, emocionou o Congresso da Sociedade de Agricultores da Colômbia (SAC) quando declarou sua clara desconfiança em/de qualquer papel econômico autônomo do campesinato e proclamou, assim, a necessidade de subordinar os campesinos aos grandes produtores: “Se vamos instalar em Barracabermeja uma empresa campesina associativa, exijamos destes proponentes que se integrem a um empresário eficiente de San Alberto, para que assim, campesinos associados e empresários com tradição de eficiência respondam pelo sucesso destes projetos”⁷. Não é à toa que o novo governo tenha trazido como consultor o destacado economista escocês Roger Sandilands, biógrafo e seguidor de Currie. O ministro da Agricultura anterior, Carlos Gustavo Cano, com o senso de triunfo próprio do primeiro ano de Uribe, proclamou: “Não mais reforma agrária!”. A hora da colheita havia chegado.

Paradoxalmente, não foi a vitória econômica mal prognosticada da grande produção nacional sobre a pequena produção campesina que provocou o desenlace. Ao contrário, a crise agrícola provocou a redução da área semeada em 77% nas grandes propriedades, mas nas propriedades campesinas a redução pouco superou os 30%. Em 1996, por exemplo, para o DANE⁸, as pequenas explorações de menos de 20 hectares que tinham apenas 13,6% da terra do país representavam, contudo, 43,3% da área semeada, enquanto que as explorações maiores, apesar de terem 43,1% da terra, representavam apenas 1,7% da área semeada.

⁵ Op. cit. p. 95

⁶ Op. cit. p. 86

⁷ Discurso no congresso da SAC no dia 08 de novembro de 2001.

⁸ DANE 1996, Encuesta Nacional Agropecuaria.

Tabela 3 - Porcentagem (%) de área cultivada do país segundo a extensão de propriedade

Extensão (ha.)	%
0 a 20	43,3
20 a 50	20,3
50 a 100	13,4
100 a 200	12,8
200 a 500	7,8
Acima de 500	1,3

Fonte: DANE Encuesta Nacional Agropecuaria 1996

Para o investigador Jaime Forero, entre 1990 e 1992, os camponeses produziram em suas parcelas 58,2% da área colhida com 54,9% da produção, enquanto que entre 1999 e 2001 produziram 67,1% da área colhida e 58,1% do valor da produção⁹. No caso do café, a crise da queda de preços fez entrar em colapso a economia empresarial e, de 55% da área em produção no período entre 1990-92, baixou a 22%, enquanto, inversamente, a produção campesina passou de 45% para 78% da área cafeeira¹⁰.

O fenômeno característico da Colômbia consistiu no seguinte: embora a porcentagem de população rural (camponeses e agricultores) tenha diminuído de maneira gradual, considerando-se a população total do país, de 72,3%, em 1938, para 24,2%, em 2005, o número de habitantes em termos absolutos passou neste mesmo período de seis milhões de habitantes para aproximadamente dez milhões, ou seja, tem mantido um ritmo contínuo e ininterrupto de crescimento.

Os camponeses não foram derrotados pelas “leis econômicas”, simplesmente porque na Colômbia a grande propriedade não pode modernizar a agricultura, porque se trata de uma grande propriedade latifundiária de caráter fundamentalmente especulativo, que espera a “valorização” das terras.

⁹ FORERO, Jaime 2002 “La economía campesina colombiana 1999-2001”. Cuadernos tierra y justicia 2, ILSA, Bogotá, p. 18.

¹⁰ Op. cit., p. 20.

A ILUSÃO DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

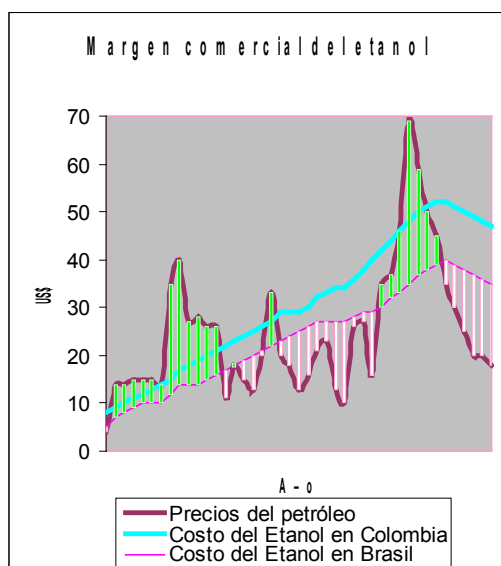
O que é cultivado nos latifúndios? Hoje em dia, apenas dois produtos: cana-de-açúcar e dendê. Agora eles proclamam que estas culturas produzirão a riqueza do país e salvarão o mundo da contaminação ambiental. É um discurso meramente ideológico para consagrar suas empresas e propriedades. Aparece a proposta dos biocombustíveis que, por uma parte, procura justificar o papel dos grandes proprietários, apresentando-os como salvadores do mundo e, por outra, assegura grandes ganhos ao monopólio açucareiro e permite que as empresas do setor do dendê se apoderem da cooperação internacional, enquanto, junto com os grandes produtores de açúcar, beneficiam-se de isenções de impostos e créditos de fomento.

A suposta rentabilidade indefinida dos agrocombustíveis é um mito ou, mais precisamente, uma mentira. Os preços do petróleo, como todos, são cíclicos. Embora se registre, em longo prazo, uma tendência ascendente, a mesma não elimina as oscilações cíclicas e, em média, a cada sete ou oito anos de aumentos de preço segue um período semelhante de quedas. Com os preços muito altos do petróleo, não somente vários países não filiados à OPEP multiplicam a exploração e extração de hidrocarbonetos, mas também em todo o mundo tropical se vive a febre do biodiesel e do etanol. Somente na Índia e na China estão sendo semeados 29 milhões de hectares para se produzir biodiesel e, em outros países, intensifica-se o cultivo de pinhão manso, dendê, rícino, cana-de-açúcar, beterraba, mandioca, soja e milho, para abastecer as indústrias.

O comércio internacional dos biocombustíveis depende, como o de qualquer outro produto, da diferença entre os preços internacionais e os custos de produção. Todos os biocombustíveis têm, atualmente, custos de produção superiores aos da gasolina, mas, como o preço internacional é muito alto, podem ser comercializados. Entretanto, deve-se levar em consideração que os preços internacionais nunca, na história, se mantiveram altos por muitos anos.

Os custos de produção do etanol na Colômbia são superiores aos do Brasil, o que resultará numa catástrofe quando houver uma queda de preços internacionais, e a crise para as destilarias somente poderia ser compensada com preços internos maiores. A produção de álcool carburante é o resultado da ampla capacidade de manobra do capitalismo burocrático na Colômbia.

A lei 693 de 19 de setembro de 2001 ordenou que, a partir de setembro de 2006, a gasolina nas cidades colombianas com mais de 500 mil habitantes deveria conter etanol. Esta imposição, sustentada com supostas motivações ecológicas e sociais, é decisiva, pois o custo de produção do etanol é superior ao da gasolina, e, além disso, a imposição permite à Adila Lülle vender o galão de etanol por 2,40 dólares, enquanto o de gasolina é vendido pela Ecopetrol a 1,26 dólares¹¹. Para completar, a lei 788 de 2002 isentou o etanol do imposto de valor agregado IVA e dos impostos e sobretaxas dos combustíveis, isenções que custam ao estado 100 milhões de dólares por ano¹².



No caso do etanol na Colômbia, já se está vendendo o barril pelo preço absurdo de 101 dólares (SERRANO, 2006), o que significa um imenso subsídio dos consumidores aos oligopólios produtores, que processam cerca de um milhão de litros diários, enquanto há apenas mais duas destilarias pequenas em operação, uma no Meta, que produz 30 mil litros diários a partir de mandioca e outra em Codazzi (Cesar), que produz etanol a partir de

¹¹ Serrano Gómez, Hugo 2006: "¡Qué horror!, etanol a US\$ 100/barril"; Vanguardia Liberal, Bucaramanga, 20 de novembro de 2006.

¹² Suárez Montoya, Aurelio 2006 "¿Quién se come el queso del etanol?"; La Tarde, Pereira, 12 de setembro de 2006.

milho importado. A importação da matéria-prima, especialmente do milho, crescerá devido ao aumento de cotas de importação de milho estadunidense, que permite o TCL, com o qual os projetos em andamento a partir de mandioca e cana-de-açúcar serão imensamente prejudicados.

Projetos em Santander, Boyacá e Cesar, usando cana, beterraba e mandioca, respectivamente, e que aspiram chegar a produzir 700 mil litros diários de etanol, somente começarão a operar em 2008 e, provavelmente, já não gozarão do pico dos preços do combustível. Também a planta de biodiesel da Ecopetrol no Magdalena Médio entrará em produção apenas em 2008.

As plantações de dendê estarão em plena produção quando cair o preço e serão uma das causas de sua queda. Como todas as febres econômicas tropicais, esta cairá no momento em que a produção for máxima e a superprodução de biodiesel a partir de dendê, pinhão manso, algas marinhas, soja, rícino e girassol se espalharão pelo mundo.

Então, as perdas correrão por conta dos “aliados estratégicos” que forneceram suas terras e de regiões inteiras que sofrerão o dano ecológico.

Por outro lado, o consumo de etanol em cidades de maior altitude se evapora, causando danos à câmara de combustão dos veículos, oxidação e desgaste prematuro em componentes metálicos e deformação dos componentes de impermeabilidade do sistema de combustão, como têm demonstrado as investigações da Universidade Nacional, que também detectaram um efeito ambiental negativo quando o tráfego é lento e usa etanol¹³.

As usinas pagam aos empresários produtores de cana 50 mil pesos colombianos por tonelada “se for para açúcar” e 30 mil pesos “se for para etanol”. Este preço arbitrariamente fixado, valendo-se de sua condição, assim como as crescentes divergências de interesses entre as usinas e os empresários produtores de cana causaram a saída destes da *Asocaña* e a fundação da associação de produtores e fornecedores de cana *Procaña*, assim como da *Azucañari*, que agrupa os fornecedores da Usina Risaralda.

Treze usinas açucareiras mantêm 30 mil trabalhadores sem contratos de trabalho, em condições de capitalismo selvagem. Os antes fortes sindicatos de indústrias foram reduzidos e a contratação se faz com supostas “cooperativas”,

¹³ Acevedo Gambosa, Helmer et. al., 2005 “Caracterización de un motor de combustión interna por ignición utilizando como combustible mezcla de gasolina corriente con etanol al diez (10%) en volumen (E10)”, Bogotá, Universidade Nacional da Colômbia, Departamento de Engenharia Mecânica.

criadas para ocultar a relação trabalhista sem proteção social alguma. Contudo, as “cooperativas” de cortadores de cana começaram a fazer greves desde 2003, quando 1.600 trabalhadores pararam a usina La Cabaña e, mais recentemente, desde maio de 2005, quando 2.700 trabalhadores da usina Cauca pararam os trabalhos, seguidos de outros 7.000 de Mayagüez, Manuelita e outras usinas. O não reconhecimento da relação laboral impediu a declaração da ilegalidade das greves e a invenção das “cooperativas” voltou-se contra seus inventores. As condições dos trabalhadores da cana, contudo, continuam muito ruins: o dirigente da greve em Castilla, Edison Arturo Sánchez, foi assassinado e, além disso, na usina La Cabaña, desconhecem-se quaisquer acordos com os trabalhadores e os grevistas, despedidos. Ante a impossibilidade de disciplinar a mão-de-obra e a necessidade de incrementar a produtividade, as usinas planejam agora a mecanização do corte, com o qual os supostos efeitos da produção de etanol sobre o emprego se inverteriam.

Na Colômbia, vários mega-projetos de dendê como outros, têm estado estreitamente associados à expansão do para-militarismo. A rápida concentração da propriedade da terra entre 1981 e 2006 teve objetivos especulativos, pois os grandes proprietários não cultivam a maioria das terras que dominam. Porém, a palmeira lhes foi oferecida como o pretexto e o negócio adequado para que se apoderassem das terras de camponeses e, especialmente, de afro-colombianos.

Os paramilitares colombianos seguiram o modelo da máfia calabresa denominada “ndrangheta”, que consiste, na Itália, nos seguintes aspectos:

1. Expropriação mafiosa: coação armada para que os pequenos proprietários vendam terras em zonas que serão valorizadas;
2. Apropriação dos subsídios da comunidade europeia, em especial dos entregues aos produtores de oliva e azeite de oliva;
3. Apropriação de áreas para cultivos ilegais ou dos cultivos ilegais¹⁴.

A convergência entre as AUC e a máfia calabresa não é mera casualidade. Objetivos e métodos coincidem. No entanto, o que na Itália é máfia tradicional relegada à ilegalidade pelo desenvolvimento capitalista que pode utilizá-la, mas não a reconhece como sua, na Colômbia, é parte essencial do sistema de posse da terra que segue vigente desde a conquista espanhola e

¹⁴ Furet, Frank 2004 “La ‘Ndrangheta”, Banc Public 126, Bruxelas, janeiro de 2004.

que desloca violentamente, por seguidas vezes, o campesino às selvas, convertendo-lhe em colono e em ocupante de territórios indígenas.

No modelo agrícola da máfia calabresa, ao espólio de terras valorizáveis soma-se o apossamento dos subsídios agrícolas da União Européia, em especial, os destinadas aos produtores de azeitona. Neste caso, também o que na Itália é máfia aqui se desenvolve como virtude na forma de capitalismo burocrático. Recebem os créditos do Banco Mundial, os subsídios do Estado, as isenções de impostos “para o desenvolvimento de projetos produtivos em sistemas de produção de caráter empresarial”, subordinando os pequenos produtores a estes projetos, caso queiram receber o subsídio: “Ndrangheta”, o subsídio aparentemente entregue aos pequenos, fluirá realmente na direção de projetos empresariais dos “empresários eficientes de San Alberto” de que falava o presidente Uribe na campanha eleitoral.

A marca colombiana deste procedimento capitalista burocrático está na “azeitona tropical”, a palmeira africana que produz o óleo de dendê. O negócio para o “empresário” é ideal: não há obrigações trabalhistas porque os trabalhadores são sócios; inclusive se os trabalhadores campesinos receberam terra ou se entregaram sua terra, tampouco terá o empresário que pagar imposto territorial; e para completar, como o preço internacional do óleo tem uma tendência à queda, o “sócio” campesino assume as perdas, incluído aí a grave deterioração do solo. Esta é, por exemplo, a experiência da Malásia. Finalmente, o pequeno perde uma terra que já não valerá para a agricultura nem para ele, mas sim para os projetos de inversão não-agrícolas dos sócios maiores.

Na situação colombiana, a rentabilidade de algumas plantações de palmeiras adquire um sentido diferente, à medida que em várias regiões, a expansão da palmeira está ligada à economia da cocaína, e o investimento inicial em viveiros e anos de espera para produzir é possível graças à pré-existência de capitais acumulados no narcotráfico. Neste sentido, a expansão da palma resultou numa forma de lavar dinheiro eficientemente e, além disso, sob a proteção e o fomento estatal e internacional. Se isto ao menos conduziu à substituição definitiva da economia da cocaína, haveria, pelo menos, este efeito positivo. Entretanto, o domínio de ambos os negócios pelos paramilitares os articula e os liga ao espólio das terras dos afro-colombianos e de outras comunidades rurais. Ainda assim, esta máquina segue fomentada pelo Estado colombiano e pela comunidade internacional.

A partir de qualquer prisma que se escolha, o êxito dos biocombustíveis depende da obrigação de que sejam usados, das isenções e subsídios do Estado, do alto preço aos consumidores, do desconhecimento dos direitos dos trabalhadores, da violência e de mil formas de arrancar das comunidades rurais o uso de suas terras. Os biocombustíveis nas condições presentes são, em primeiro lugar, um projeto de afiançamento das relações de dominação local, nacional e internacional. Todas estas são condições que o regime vigente na Colômbia garante, um regime que espera ser sustentado pelo etanol e pelo biodiesel, mas até quando?

OS MEGA-PROJETOS E A RENDA DA TERRA

Na verdade, a gigantesca concentração da propriedade da terra na Colômbia não será dedicada ao negócio dos biocombustíveis que, conforme demonstrado, apresenta limites muito estreitos, mas sim se dirige ao negócio anterior, a especulação com os preços da terra nas áreas em que se executam ou se planeja executar grandes projetos de investimento, estradas, canais, hidroelétricas, extração de hidrocarbonetos ou de minas.

A integração da Infraestrutura Regional de Sulamérica IIRSA e o Plan Puebla Panamá, em que o governo de Uribe incluiu a Colômbia, são mega-projetos viários e de interconexão elétrica que devem ser especialmente mencionados.

Isto faz com que algumas áreas adquiram principal relevância:

1. A região de Chocó e Urabá na fronteira com o Panamá, será o próximo cenário dos planos de interconexão elétrica, na qual se espera construir a estrada Panamericana, rompendo a área de selva denominada Tapón de Darién, assim como estradas ou ferrovias pra Medellín e Pereira e, em prazo mais longo, o canal alternativo Atrato-San Miguel;
2. O espaço Urabá-Maracaibo, que terá novas estradas, torres elétricas e um oleoduto, ligando até o Panamá-Estados Unidos. As novas represas hidrelétricas: Urrá II, Pescadero-Ituango, Porce III e Bezotes, que junto com a Urrá I, o complexo do oriente antioquino e La Miel, abastecerá a interconexão até os Estados Unidos por meio do Plan Puebla Panamá;

3. A intercomunicação fluvial-terrestre Orinoco-rio Meta - Buenaventura (IIRSA);
4. A rede fluvial principal do IIRSA: Amazonas - Rio da Prata.

É em torno destas áreas, além das de cultivo de açúcar ou palma de dendê, que o latifúndio especulativo tem tirado proveito da violência, apoderando-se de terras cujas perspectivas são de valorização.

O latifúndio não depende da produção e se refugia nos grandes investimentos transnacionais e estatais nos territórios rurais.

O capital transnacional trata de estabelecer na área rural de nossos países núcleos produtivos ao redor dos quais se focalizam os esforços de apoio estatal ao desenvolvimento e se reorientam o povoamento e todas as atividades econômicas e sociais na área rural de nosso país. Estes são entendidos como processos socioeconômicos gerados em torno de uma atividade principal, na qual a população se integra com o setor empresarial dentro dos projetos produtivos que garantem a competitividade e o êxito dos investidores. Neste sentido, o capital estabelece as vantagens comparativas de cada comarca, desde o ponto de vista da reorganização da divisão internacional da produção até dos mercados que são convenientes a seus interesses.

Esta visão significa, para as comunidades, um alto grau de desterritorialização e freqüentemente a imposição do desalojamento, seja por vias econômicas, jurídicas ou mediante a violência aberta, sendo este último método o que mais se usa em nosso país. O domínio do território significa o controle de suas riquezas, tanto de água, de petróleo, dos minerais, das árvores, da biodiversidade, como da principal riqueza que muitas vezes não se menciona, nós mesmos, nossos corpos, músculos, nervos, cérebro, a mão-de-obra que fica à disposição do império. Por exemplo, no Cauca o INCAUCA, usina de Carlos Ardila Lule, que controla 65% da produção de açúcar e 85% da produção de etanol, não apenas arrebatou as terras que o Estado ia adquirir para os indígenas, como também, agora, pede-lhes a água e quer desviar os rios e ribeirões. Caso consiga, os índios terão que voltar a ser cortadores de cana, mão-de-obra super-explorada e, conseqüentemente, seu projeto de autonomia fracassará.

Os espoliados e desalojados são lançados como migrantes ilegais e sem direitos ao mundo, chegam a países onde sua ilegalidade garante sua super-exploração ou onde têm de ir com contratos que limitam seus movimentos

e onde até o amor é proibido, já que um filho lhes daria o direito de residir e voltar a ser cidadãos.

Nesta tarefa, o capital transnacional encontra no latifúndio especulativo um aliado estratégico e um “peão de briga” que se ampara no processo de desterritorialização das comunidades para concentrar especulativamente a propriedade das terras que sobem de preço pelos processos da nova ruralidade que, geralmente, nos dias atuais, não se centram na produção agropecuária, já que o capital internacional trata de impor as importações de alimentos a nossos países. Atividades como a pecuária ou as plantações de palma de dendê buscam assegurar o controle territorial em vez de apenas gerar receitas adicionais à principal, tal é a valorização comercial da terra pelos projetos de investimento e a apropriação especulativa dessa valorização.

Desde o governo de Andrés Pastrana, propôs-se uma determinada “reforma rural” como substituição das políticas de desenvolvimento agropecuário nacional e de reforma agrária. A reforma rural que se quer impulsionar é para adequar o campo à nova inter-relação entre o latifúndio especulativo e a inversão transnacional em infra-estrutura, especialmente em vias de comunicação e indústrias de extração, agrícolas ou florestais. Baseia-se em organizar o território e seus processos socioeconômicos “em torno de uma atividade principal na qual as comunidades se integrem com o setor empresarial em alianças estratégicas”¹⁵. Não há, pois, uma ruptura entre o projeto de Pastrana e o de Uribe, mas sim uma completa continuidade, mas cabe ao governo de Uribe colher os frutos da violência executada enquanto havia “negociações de paz” para estabelecer um modelo territorial rural que não foi possível a Pastrana estabelecer pela via econômica nem pela do consenso.

LEI 1.152 DE 2007 – O ESTATUTO RURAL

Em julho foi promulgada a nova lei de terra que, como “colheita do terror”, impôs aos camponeses e indígenas a perda de conquistas obtidas há 80 anos.

¹⁵ Cambio para Construir la Paz. Plano nacional de desenvolvimento 1998-2002. Terceiro Mundo, Bogotá, p.260.

Legaliza as escrituras feitas entre 1917 e 1997 e permite lavrar as posteriores, com o que se legaliza o espólio realizado durante as violências de 1946-1958 e 1978-2007. Proíbe constituir, ampliar ou sanear reservas indígenas no Atrato e no Pacífico e autoriza a qualquer município ou departamento estabelecer a mesma proibição em sua jurisdição. Proíbe que o Estado adquira terras ocupadas para solucionar os conflitos e, no caso dos índios, proíbe adquiri-las assim que elas as desalojem. Exige dos povos nômades que se estabeleçam regular e permanentemente para que seu território seja reconhecido. Proíbe proteger como reservas campesinas as áreas onde os campesinos são proprietários, deixando para trás uma conquista de 1994 que permitira aos camponeses que se protegessem do desalojamento forçado. Consegue a vingança histórica do latifúndio no que se refere às normas da função social da propriedade, protegendo delas as grandes propriedades, e aplicando-as às pequenas que estavam protegidas. Permite entregar à propriedade de empresas extensões ilimitadas de selvas e savanas naturais.

Esta lei, eu a denomino filha da para-política, porque sete dos nove principais parlamentares que a incentivaram no congresso estão hoje presos e processados por para-militarismo e também porque sem 25 anos de terror paramilitar esta lei não teria podido ser imposta.

O PROJETO CAMPESINO-INDÍGENA E AFRO

Esta lei teve e tem uma contraproposta, assim como as organizações campesinas, a Organización Nacional Indígena de Colombia, ONIC, o Proceso de Comunidades Negras, a Coordinación Nacional de Desplazados, a Federación de Estudiantes de Agronomía e alguns sindicatos elaboraram e apresentaram por meio do Polo Democrático Alternativo um projeto de lei alternativa que abarca todos os aspectos da economia rural: ambiente, terra, tecnologia, crédito, mercado, captação e seguridade social. Os parlamentares para-políticos negaram-se a discutir este projeto alternativo simultaneamente com o do governo, com o que violaram o regulamento do congresso.

O projeto alternativo parte do fato de que o latifúndio especulativo não pode derrotar a economia campesina a não ser mediante a violência, e

este modelo baseado na grande propriedade, longe de modernizar o campo, conduziu à quebra da própria economia empresarial que prometia fortalecer. O modelo resulta, assim, na dependência alimentícia e na importação crescente de produtos agropecuários, na medida em que o camponês, como fator dinâmico da economia agrária, vê-se limitado e o latifúndio se interessa apenas pelos biocombustíveis.

O projeto alternativo tem uma prioridade: os pobres da cidade. Baseia-se na soberania alimentar e na destinação dos recursos à produção e processamento de alimentos para conseguir o aumento das receitas dos agora pobres da cidade e do campo.

A prioridade para as atividades agropecuárias, a promoção estatal da pesquisa e transferência de tecnologias para a produção de alimentos e da adequação de terras, eliminadas em nosso país pela política neoliberal, são diretamente mencionadas pela Constituição da Colômbia como partes integrais da proteção da produção de alimentos, que com os direitos camponeses à terra e os demais direitos fundamentais da população rural formam um bloco que restabeleceria a soberania alimentar de nosso país.

O direito propriamente dito à alimentação somente poderá estar garantido pela soberania alimentar. Os mercados mundiais têm demonstrado que, apesar de poderem ajudar no abastecimento de alimentos, falham na hora de alimentar a população pobre de nossos países. As leis do mercado livre não alimentam os pobres, mas sim os conduzem à fome. Os preços internacionais tendem a ser artificiais, desconectados da realidade da produção, resultado do *dumping*, que primeiro arruína os produtores nacionais e logo submete à fome os consumidores.

As crianças mortas por desnutrição no Chocó, no meio dos megaprojetos, as imagens de crianças comendo ratos e rãs na Argentina, as investigações que demonstraram que crianças e famílias inteiras do Uruguai se alimentam de grama, as altas taxas de desnutrição infantil aguda e crônica na Colômbia e em outros países da América Latina, levam a concluir que é necessário ampliar o circuito de produção nacional camponesa de alimentos. Nosso país conta ainda com a possibilidade de fazê-lo, se abandonar a política neoliberal e os tratados de livre importação e se utilizar adequadamente dos cinco milhões de hectares de solos agrícolas que se encontram “intensamente subutilizados” devido à acumulação especulativa da propriedade.

Por outro lado, é necessário estabelecer redes de produção-distribuição-consumo rural-urbanas, alheias ao livre mercado e suas regras. Em alguns países, incluindo os Estados Unidos, já existem redes assim. Grupos urbanos de assalariados ou pequenos empresários poupam para fornecer crédito muito barato e meios de transporte e processamento para camponeses que, por sua vez, se comprometem com produções orgânicas, sustentáveis a preços módicos, porém justos, estáveis e garantidos pelos compradores. São grupos autogeridos em rede que podem se organizar como cooperativas ou mediante outras formas associativas jurídicas ou de fato.

Uma forma pela qual estas redes podem operar é também por meio do fornecimento de produtos camponeses para pequenas indústrias de processamento de alimentos perecíveis que geram receitas a colonos urbanos dos estratos 1 ou 2 ou à população desnutrida, que podem com as novas receitas ter acesso à compra de mais alimentos, uma vez que, com sua atividade, estabilizam os preços de produtos como tubérculos, hortaliças e frutas.

Esta proposta pode ser uma solução importante para as cidades. O estudo realizado por Diego Yepes e um grupo de investigadores para ILSA sobre o consumo de alimentos em Bogotá deixou claro que:

1. O consumo mais alto de alimentos corresponde ao estrato 3, um setor popular que agrupa 42,56% da população e consome 43,09% do valor dos alimentos na cidade;
2. Em conjunto com o estrato 2, corresponde a 78,3% da população e consome 70,95% dos alimentos. Isto significa um gigantesco mercado de 518 bilhões de pesos mensais, que majoritariamente (embora não unicamente) é abastecido pela produção camponesa;
3. Se os estratos 2 e 3 são semelhantes por consumirem grande parte dos alimentos, diferenciam-se pelo fato de seus níveis de receita, embora próximos, estarem separados, já que o estrato 2 não pode consumir o mínimo para viver com saúde, enquanto que o estrato 3 tende a consumir o mínimo vital. Ainda assim, o estrato 2 consome 27,86% dos alimentos, uma porcentagem menor do que representa sua população na cidade (35,81%). Por outro lado, o estrato 3 consegue consumir uma porcentagem ligeiramente mais alta do que representa sua população.

Tabela 4 - Consumos e população em Bogotá

Estrato	Consumo de bens e serviços	Consumo de alimentos	% gasto	% alim.	% pop.	População
Todos	3'428.786'921.080	730.331'614.190	21,30%	100,00%	100,00%	6'861.500
1	101.505'371.858	33.741'620.951	33,24%	4,62%	6,98%	478.821
2	441.044'255.906	203.467'026.091	46,13%	27,86%	35,81%	2'456.923
3	1'143.955'473.585	314.692'522.896	27,51%	43,09%	42,56%	2'920.326
4	729.902'371.310	87.793'537.213	12,03%	12,02%	8,62%	591.601
5	493664890801	49.704'127.257	10,07%	6,81%	3,38%	231.705
6	518.002'381.666	40.411'443..107	7,80%	5,53%	2,44%	167.170
NO	712'175.955	521'436.675		0,07%		

Fonte: YEPES, Diego et.al. 2005. "Consumo de Alimentos en Bogotá" ILSA

1. A fronteira entre os estratos 2 e 3 ocorre por causa da desnutrição: o gasto mensal em alimentos no estrato 2 é de 290.929,85 dólares, que é 4,19% inferior à cesta básica recomendada, enquanto que o estrato 3 pode comprar a cesta básica recomendada, embora muitas vezes não o faça por falta de orientação nutricional;

2. À fome do estrato 2 se soma com características externas das do estrato 1, que apresenta um déficit de 22,18% com o gasto atual de alimentos e que requereria 55 mil pesos mensais a mais por família para que se nutrissem adequadamente. O fato é que os dois estratos mais baixos, que representam 42,79% da população e que consomem 32,48% do valor dos alimentos, requerem algo mais do que 16 bilhões de pesos mensais para atingir uma alimentação mínima. Esta cifra pode reduzir-se, em parte, melhorando-se o fornecimento de alimentos e tornando-os mais baratos, mas ainda assim o problema principal para superar a fome é a baixa receita dos estratos baixos: a necessidade de comida não se converte, então, em demanda de comida, e um aumento da oferta se encontra com uma barreira que, em determinado momento, choca-se ainda com os mais baixos custos de produção possíveis. Assim, embora haja um déficit absoluto de comida na cidade, os camponeses não podem comercializá-la a preços custeáveis.

3. As desigualdades no consumo de alimentos por estratos econômicos na cidade são muito grandes, tanto no que se refere à quantidade como no que se refere à qualidade. Uma pessoa do estrato 6 consome quase quatro vezes e meia mais proteínas de origem animal (79.781 pesos mensais) do

que uma pessoa do estrato 1 (17.893); mais de quatro vezes frutas e verduras (41.029 pesos, comparados a 9.558), e quase o dobro de farinhas.

Tabela 5 - Consumo por pessoa (em pesos) segundo estrato

Estrato	Proteínas	Frutas/verduras	Farinhas
1	17.893	9.558	18.337
2	23.633	11.108	18.731
3	35.585	15.273	21.627
4	53.051	23.771	34.362
5	67.606	31.153	27.919
6	79.781	41.029	34.845

Fonte: YEPES, Diego et.al. “Consumo de Alimentos en Bogotá”

Esta desigualdade socioeconômica pronunciada faz com que determinados alimentos, como frutas, ervilha ou alface se tornem abundantes na cidade, mas os estratos 1 e 2, e inclusive o 3, não possam adquirir o mínimo recomendado. Este é um problema difícil de superar para que os produtores consigam comercializar a preços justos. Os que têm dinheiro para comprar já estão comprando muito mais do que necessitam, e os que necessitam não podem comprar mais. É por esta razão que, se não se gerarem novas receitas para a população dos estratos 1 e 2, é impossível resolver o problema da fome e, por outro lado, é impossível ampliar a produção agropecuária. Resulta, assim, que a elevação da produtividade somente pode chegar à custa da ruína de muitos produtores. Por outro lado, um programa de promoção da pequena indústria de processamento de alimentos nacionais seria uma solução de via dupla para os pobres da cidade e para os camponeses.

Ao mesmo tempo, é necessário gerar a tecnologia própria para o processamento de alimentos. No passado, gerou-se e adaptou-se tecnologias adequadas à produção campesina, por exemplo, para o cultivo do café ou da produção açucareira. Hoje, é necessário gerar novas tecnologias para nossos produtos, variedades e hábitos alimentícios nacionais, orientando as alterações necessárias para a nutrição adequada, a elevação da produtividade e a proteção do ambiente e dos recursos naturais renováveis. Necessita-se de projeto e fabricação ou adaptação de maquinaria para nossos produtos, variedades e condições ecológicas, geográficas e sociais.

Nossa reforma agrária é, assim, antes de tudo, o grande assunto urbano e o grande assunto nacional: ou o paratatifúndio consegue integrar o país

ao Tratado de Livre Comércio com os Estados Unidos e elimina a soberania alimentar, ou o campesinato, os indígenas, os afro-descendentes e trabalhadores, com a maioria dos colombianos, com milhões de pessoas, se mobilizam, derrubam o regime parapolítico e estabelecem um modelo alternativo, com reforma agrária, soberania alimentar, renda suficiente e comida para a maioria da gente da cidade.

Antecipações dessas mobilizações são as marchas campesinas de 1996 e setembro de 2002; o PARO agrários de agosto de 1999, as marchas indígenas de setembro de 2004, a libertação da Mãe-Terra, durante a qual os indígenas e camponeses ocuparam 20 fazendas entre setembro e novembro de 2005, rompendo o nó que havia amarrado o terror às mentes (a pena de morte por ocupar fazendas); as marchas campesinas que se desenvolvem nos dias de hoje, apesar de terem sido proibidas pelo governo e a mobilização indígena nacional que se cumprirá em novembro.

Os colombianos são dignos de sua solidariedade.

Héctor Mondragón

Londrina, 11 de outubro de 2007

Aniversário do último dia de liberdade da América

O CAMPESINATO FRENTE À EXPANSÃO DOS AGRONEGÓCIOS NA AMÉRICA LATINA

MIGUEL TEUBAL

Universidad de Buenos Aires, Argentina

Não há dúvidas de que a expansão e a consolidação de um sistema de agronegócios por todo o globo terrestre constituíram uma das manifestações mais importantes dos processos de globalização no mundo atual e que têm se implantado de forma significativa na América Latina. Trata-se de uma mudança significativa no que diz respeito ao que foi, em seu tempo, a “expansão agroindustrial” na etapa de “industrialização por substituição das importações” (ISI)¹.

Com efeito, durante o século XX, e principalmente nos períodos de expansão do mercado interno e da ISI, houve momentos de um importante florescimento da agroindústria dentro de um sistema de integração com fortes desigualdades. A partir de então, começou-se a ouvir o argumento de que o problema da pequena agricultura latino-americana e, sobretudo, a campesina, era a falta de valor agregado de sua produção, e que se deveria estimular a criação de agroindústrias para sair da pobreza. Foi desta forma que os órgãos internacionais começaram a formular saídas “agroindustriais” para as “agriculturas familiares”, propondo a elas a incorporação de insumos industriais (agroquímicos em geral) e o agregado das etapas denominadas de benefício para a agricultura (o que comumente se conheceu como “modernização agrária”).

No entanto, embora tenha sido possível observar desenvolvimentos agroindustriais em muitos países latino-americanos durante a fase ISI, intensificou-se, a partir das políticas geradas em torno do Consenso de Washington, a exclusão dos camponeses e da pequena agricultura das etapas

¹ Cf. Norma Giaracca e Miguel Teubal “Del desarrollo agroindustrial a la expansión del agronegocio: el caso argentino”, no livro organizado por Bernardo Mançano Fernandes, do Grupo de Trabajo de Desarrollo Rural da CLACSO, no prelo. Apesar de se referir essencialmente ao caso argentino, este trabalho contém elementos aplicáveis a todos os países do continente. Para a expansão agroindustrial na América Latina, ver: Miguel Teubal et al., *¿Globalización y expansión agroindustrial. Superación de la pobreza en América Latina?*, Buenos Aires, Edições Corregidor, 1995.

da produção primária. Ao mesmo tempo, os produtores capitalistas e/ou a integração vertical direta com a formação de grandes complexos industriais foram impulsionados. A partir de então, a expansão agroindustrial assume outras características e, com isso, vai-se formando outro “modelo” de desenvolvimento agroindustrial nitidamente excludente.

Trata-se de um modelo cujo modo de funcionamento global, com domínio de capital financeiro, orienta-se, em grande parte, rumo a uma especialização crescente em determinadas *commodities* orientadas para o mercado externo e com uma tendência à concentração em grandes unidades de exploração. Denominamos este modelo de agronegócio.

Esta situação apresenta um desafio para a classe camponesa da América Latina. Se não existe uma “integração” viável ao modelo dos agronegócios, já que a especialização em grandes unidades de exploração, orientadas predominantemente para a exportação, não dá lugar para o trabalho rural nem para os camponeses, quais seriam os caminhos alternativos para sua atividade? Em que contexto seria possível melhorar suas condições de vida? Ou devemos acreditar que o desaparecimento dos camponeses, como tal, é inevitável?

Evidentemente, o que estas perguntas prognosticam é a necessidade de construir um “espaço” alternativo em que o desenvolvimento de modelos “de campesinato” alternativos seria possível, orientados, entre outros fatores, para a sustentabilidade da produção, a soberania alimentar, cuidando-se do meio-ambiente e levando-se em consideração preceitos que regem historicamente as economias camponesas e as comunidades indígenas em nosso continente.

Todavia, para isso, devemos nos situar no contexto da economia e sociedade global, considerando aspectos vinculados aos processos de globalização, que tendem a ser onipresentes, e a visualizar a reforma agrária ou de luta pela terra sustentados em importantes movimentos sociais como base de sustentação dos modelos alternativos para o sucesso de tais fins alternativos. Em seguida, consideramos o problema da globalização, como se manifesta no agrário e no sistema agro-alimentício, e como incide sobre a conformação de um sistema de agronegócios em toda a América Latina. Damos como exemplo de tal modelo a expansão de soja na Argentina nas últimas décadas e algumas de suas conseqüências. Frente a este panorama que se abre no início do século XXI, focalizamos nossa análise sobre aspectos que correspondem à luta pela terra e a reforma agrária na América Latina atual, diferenciando-a do que foi a luta pela reforma agrária no século XX.

GLOBALIZAÇÃO E O SISTEMA AGRO-ALIMENTÍCIO MUNDIAL

Referimo-nos à globalização como uma etapa no desenvolvimento do capitalismo mundial no qual prevalece o domínio crescente exercido por grandes empresas transnacionais no cenário mundial. Com efeito, em uma de suas acepções mais difundidas, a globalização remete à internacionalização financeira, industrial e comercial comandada por estas grandes empresas, que consideram o mundo em seu conjunto como o mercado para seus produtos, a fonte de suas matérias-primas e de seus produtos semi-elaborados, assim como o espaço apropriado para suas transações de capital, ou fontes e mercados para seus investimentos financeiros (TEUBAL, 1999, p.98).

Outra característica dos processos de globalização é a difusão geográfica das relações de mercado capitalista e sua expansão a novos âmbitos de reprodução social. Trata-se de sua difusão rumo às atividades tradicionalmente excluídas da esfera do mercado. Talvez as atividades mais notáveis nas últimas décadas tenham sido a educação, a saúde, a seguridade social, a ciência e a tecnologia, a cultura em geral, assim como muitas daquelas vinculadas ao setor agropecuário e dos sistemas agro-alimentícios. Não há dúvida de que as políticas neoliberais, incluídas no Consenso de Washington, estiveram estreitamente relacionadas à difusão e ao impulso dado ao mercado e às grandes empresas multinacionais, particularmente a partir dos anos 1970.

E é justamente no âmbito da agricultura e do denominado sistema agro-alimentício (SA) a que nos referimos mais especificadamente. Por SA entendemos a cadeia agro-alimentícia, a que se ocupa da transformação técnica de processos que vão da semente à mesa do consumidor. Compreende a produção agropecuária, sua comercialização, o processamento industrial, a distribuição e o consumo final de alimentos. Contempla essencialmente os agentes socioeconômicos que participam destes processos e as formas com que se articulam entre si (TEUBAL, RODRÍGUEZ, 2002).

Durante a fase da ISI, o termo agroindústria referia-se fundamentalmente ao processamento industrial da matéria-prima agropecuária. Uma parte destas agroindústrias tinha a ver com produtos de exportação que incluíam certo processamento, denominado em alguns países “benefício” antes de serem exportados. No caso argentino, a agroindústria, na fase da ISI, orientou-se em grande parte para o mercado interno. Foi o período em que teve seu maior florescimento.

GLOBALIZAÇÃO, AJUSTES ESTRUTURAIS E O IMPULSO AOS AGRONEGÓCIOS NA AMÉRICA LATINA

A partir dos anos 1970 concluem-se os regimes de acumulação da ISI na América Latina, e tornam-se hegemônicos os programas de ajuste estrutural impulsionados pelo FMI e pelo Banco Mundial inscritos no neoliberalismo econômico, programas que foram aplicados talvez com mais rigor no continente do que nos países capitalistas desenvolvidos. As privatizações, isenções de todo tipo e abertura à economia mundial, assim como a ortodoxia fiscal, transformaram-se em aspectos centrais destas políticas econômicas nos anos 1980 e 1990, apoiadas no endividamento externo e na primazia dos interesses do capital financeiro.

Estas mudanças no panorama da política econômica e dos regimes de acumulação dos países latino-americanos incidiram significativamente sobre seus respectivos setores agrários. Os ajustes estruturais que incluíram a redução de subsídios e do gasto público em áreas que pertencem ao comércio exterior e à produção e comercialização da produção agropecuária tiveram efeitos significativos sobre os edifícios institucional e empresarial, que haviam sido instituídos na etapa anterior.

Como conseqüência, estes ajustes estruturais abriram o caminho para processos de globalização que afetaram as agriculturas e sistemas agro-alimentícios em toda a América Latina. Trata-se de processos relacionados à consolidação de um sistema agro-alimentício ou agroindustrial mundial sob a batuta de grandes empresas multinacionais agro-alimentícias, ou seja, os agronegócios (*agribusiness*). É nesta nova fase de desenvolvimento do capitalismo que estas empresas conseguem controlar segmentos importantes dos sistemas agro-alimentícios, a indústria alimentícia, a indústria de sementes, a produção de agroquímicos e outros insumos que são vendidos massivamente aos produtores agropecuários de muitos países etc.

A “revolução verde” de outrora se transformou prontamente na “revolução biotecnológica” da atualidade com ênfase na produção de sementes transgênicas, o que gerou grandes controvérsias por todo o continente. A intensificação do domínio do capital sobre o campo, num ambiente de processos crescentemente globalizados, tem levado à orientação progressiva da produção agropecuária para “o mercado” (em especial para os mercados externos), em detrimento da produção para o consumo próprio, local ou nacional.

Mesmo assim, surgiram outras conseqüências destes processos: a difusão crescente do trabalho assalariado, a precariedade do emprego rural; a ocupação, especialmente daquelas famílias com uma escala de produção relativamente pequena; a expulsão de pequenos e médios produtores e camponeses do setor; as contínuas migrações campo-cidade ou nas fronteiras; a articulação dos produtores agrários com complexos agroindustriais em que predominam as decisões de núcleos de poder vinculados às grandes empresas multinacionais ou tornadas assim; a conformação em alguns países dos denominados *pools* de sementeira, que permitem integrar o agro com a especulação financeira etc.

Todas estas tendências foram iniciadas ou intensificadas nesta nova etapa de hegemonia do neoliberalismo econômico (TEUBAL, RODRÍGUEZ, 2002, p. 42). São tendências que incidem sobre a crescente exclusão social sofrida pelos camponeses, pelas comunidades indígenas, e uma parte importante dos produtores familiares médios e pequenos no campo latino-americano. Estas são algumas das conseqüências sociais mais importantes que surgem como resultado da implantação de um sistema de agronegócios no continente latino-americano.

O CASO ARGENTINO: A EXPANSÃO DA SOJA

No caso argentino, a implantação do sistema dos agronegócios no país se manifesta claramente com a expansão da soja que se produz desde os anos 1970. O marco geral em que se desenvolveu este modelo relacionava-se a medidas vinculadas às políticas agrárias inseridas nesses processos vinculados ao auge do neoliberalismo a que fizemos referência anteriormente.

Embora em todo o século XX nunca tenha havido uma reforma agrária integral em nosso país, comparável às reformas agrárias impulsionadas em outros países da América Latina (TEUBAL, 2003), isto não significa que o acesso à terra não tenha sido regulado em função das disputas exercidas por diversos setores: por latifundiários, por um lado, e por camponeses, chacareiros e indígenas que não tinham acesso à terra ou, ainda, possuíam-na de forma precária, por outro. A partir de meados do século – tal como reflete, por exemplo, o censo de 1937 – o regime de posse da terra que prevaleceu amplamente no país foi o dos arrendamentos. Não obstante, durante as

primeiras décadas dos anos do pós-guerra, a agricultura familiar chegou a ter uma difusão relativamente importante, notadamente até os anos 1960 (TEUBAL, DOMÍNGUEZ, SABATINO, 2002).

Esta situação foi se alterando nas últimas décadas, frente ao embate do neoliberalismo. Durante o governo militar do autodenominado processo de reorganização nacional (1976-1983), começou a “flexibilização” das leis de arrendamento que tinham tido a finalidade de proteger médios e pequenos produtores agropecuários, notadamente durante o primeiro governo peronista (1946-1955). Começa a difusão massiva dos “contratos casuais para uma colheita”, articulado à expansão do modelo de soja no país.

Foi-se modificando assim o esquema tradicional de diferenciação entre a pecuária e a agricultura, esta última desenvolvida notadamente pelo setor chacareiro da região dos Pampas. A possibilidade de fazer contratos casuais para uma colheita permitiu aos grandes proprietários obterem a assistência de empreiteiros para plantar soja e outros cereais e oleaginosas e, por conseguinte, atingir determinadas rendas que, de outro modo, não teriam podido obter.

Tratava-se de setores que viram a possibilidade de aumentar suas rendas arrendando terras para a implantação da soja, que começava a ser uma atividade altamente rentável. Situação semelhante afetou os médios e pequenos produtores que, por não possuírem sempre os meios suficientes para impulsionar uma produção em escala suficiente, também arrendaram seus campos a empreiteiros, com o que, em última instância, deixavam a atividade. Mesmo assim, os denominados *pools* de semeadura constituíram um mecanismo que disponibilizava fundos financeiros para transações no campo, com a ajuda deste novo sistema de contratos, que começa a se difundir nos anos 1970 e de forma massiva na década de 1990.

Entretanto, o ato política principal que significou uma mudança institucional importante na política agrária de nosso país foi o decreto de isenção do ano de 1991. A partir deste decreto, foi eliminada radicalmente a série de órgãos que existiam desde os anos 1930 nesta parte – a Junta Nacional de Grãos, Junta Nacional de Carne, Direção Nacional do Açúcar etc. – e que tinham como finalidade regular a atividade agropecuária, por exemplo, mantendo “preços protegidos” para a produção de cereais com apoio dos chacareiros dos Pampas. Desde então, nossa economia agrária se transforma em uma das mais desreguladas do mundo, sujeita como nenhuma outra às variações da economia mundial. Estas e outras medidas adotadas nos anos

1990 contribuíram para o desaparecimento de inúmeras explorações agropecuárias, principalmente aquelas com menos de 200 hectares (TEUBAL, DOMINGUEZ, SABATINO, 2005; TEUBAL, 2006).

O embate do modelo da soja no país foi nitidamente contrário aos interesses de camponeses e comunidades indígenas do interior. Sua expansão ocorre em regiões onde prevalece uma classe de camponeses ou comunidades indígenas amparadas pelas denominadas leis de vinte anos, que davam direitos aos ocupantes de terras se estes permanecessem no lugar por mais de vinte anos. Frente à grande expansão do negócio de soja, começa a se notar certa morosidade na aplicação destas leis e de outras que, originariamente, teriam tido a finalidade de proteger os ocupantes camponeses e comunidades indígenas. Faz-se pressão para a expulsão dos camponeses dos campos já ocupados por eles há muitos anos, e estas provocaram inúmeros atos de violência.

O estado, de forma deliberada, começou a favorecer o modelo da soja. Este apoio estendeu-se nos anos recentes à problemática da semente. Embora existisse, tradicionalmente, um regime jurídico que permitia aos produtores agropecuários reproduzir sua própria semente, surgem pressões dos grandes sementeiros internacionais, principalmente da empresa Monsanto, para limitar esta prerrogativa, obrigando o produtor agropecuário a pagar *royalties* por sua utilização, ao mesmo tempo em que se lhe proibia a prerrogativa de reproduzi-la inclusive para uso próprio. Isto ocorreu em particular quando se liberou ao mercado a difusão massiva da semente transgênica em nosso meio, nos anos 1990. A partir de então, os grandes produtores de sementes começaram suas pressões para o pagamento de “royalties” que, presumidamente, lhes eram de direito.

IMPACTOS SOBRE A ESTRUTURA AGRÁRIA E OUTRAS CONSEQÜÊNCIAS

Dizíamos que, desde meados dos anos 1970, e fortalecido pelo marco institucional variável que reflete o decreto de isenção, surge em nosso país um novo regime de acumulação e de política econômica, denominado de “abertura” com “ajustes estruturais”. A partir de então, são os agronegócios os que influem de forma destacada sobre o setor agropecuário mediante a provisão de insumos, a compra de terras em algumas regiões, o controle do

processamento industrial e a comercialização da produção local, tanto para o mercado interno quanto para a exportação etc.

Este vasto sistema de agronegócios se manifesta em grande proporção em função da primazia que a produção de soja e o pacote tecnológico que a acompanha adquirem. Trata-se de um cultivo que começa a se implantar em grande escala nos anos 1970 e adquire um aspecto muito especial em meados dos anos 1990, quando se libera para o mercado o cultivo da soja transgênica. Este desenvolvimento se manifesta em detrimento da pecuária, de outros cereais tradicionais, dos denominados cultivos industriais do interior do país e da produção de leite, de frutas e hortaliças tanto do interior do país como da região dos Pampas.

As grandes empresas de sementes, unidas com as que vendem os agrotóxicos – cujo consumo cresce consideravelmente no setor – adquirem uma vantagem inusitada no sistema agroindustrial de nosso país, fortalecidas em grande proporção como conseqüência das denominadas revoluções tecnológicas dos híbridos (a “revolução” verde) e, mais recentemente, a dos transgênicos (a revolução biotecnológica).

Na Argentina, estas grandes empresas se conectam com empresas pertencentes ao setor financeiro, formando os denominados *pools* de sementeira, que transformam o setor num negócio financeiro. Algumas vezes compram terras, outras operam com ou contratam os empreiteiros que arrendam terras e provêm o maquinário, a equipe e os agroquímicos necessários para estimular a produção das *commodities*, essencialmente da soja, requeridos pelo “mercado”. O campo se transforma cada vez mais em um produtor de *commodities*; cada vez menos um meio de vida para a maioria dos produtores agropecuários, e menos ainda para os produtores familiares. O país vai perdendo sua qualidade de produtor de alimentos básicos. Vão-se formando os denominados complexos agroindustriais, com grandes empresas que estendem seu poderio “para frente” e “para trás” na cadeia agroindustrial, integrando verticalmente, seja de forma direta ou mediante alguma forma de agricultura de contrato, os produtores agropecuários.

Fortalece-se uma “agricultura sem agricultores”. Os produtores agropecuários, em especial os médios e pequenos produtores familiares e os camponeses, são desalojados por grandes produtores ou latifundiários e por grandes empresas favorecidas por um processo de “monocultura da soja” que privilegia “economias em escala” orientadas para as exportações, em

oposição às necessidades dos produtores familiares e à produção de alimentos básicos para o conjunto da população. Com efeito, a produção de *commodities* desloca os tradicionais elementos básicos de consumo popular massivo. Ainda assim, a escala de produção requerida para os novos cultivos, essencialmente a soja transgênica, é cada vez maior, o que exclui os médios e pequenos produtores (TEUBAL, 2006).

O cultivo da soja em nosso país cresce notadamente. A produção passa de 3,7 milhões de toneladas em 1980/81 a 10.8 milhões em 1990/91 e a 35 milhões em 2002/03. Prevê-se que na safra 2006/7, alcançará entre 38,5 e 40 milhões de toneladas. Isto significa que a soja, que representava 10,6% da produção de cereais e oleaginosas em 1980/81, passa a representar quase 50% em 2002/03. A metade da superfície que se destina à produção destes cultivos é utilizada para produzir soja.

Nos dias de hoje, praticamente toda a produção de soja é transgênica e se destina à exportação. Em 2005, as exportações dos diversos produtos de soja representavam 8.460 milhões de dólares, ou seja, 24,5% do valor total das exportações. A maior parte das exportações de soja era composta de farinhas e de outros subprodutos do óleo, que se destinavam essencialmente ao consumo animal dos países europeus. Depois da crise da “vaca louca”, a soja se transformou em um dos alimentos balanceados mais apropriados para alimentar os frangos e porcos do velho continente. Evidentemente, não é um cultivo que contribui para atenuar a fome no mundo, e menos ainda em nosso país.

O *boom* da soja ocorre em detrimento de outros produtos cereais e oleaginosos. Entre as safras agrícolas de 1997/98 e 2004/05, a produção de soja aumentou em quase 20 milhões de toneladas, enquanto que a de girassol caiu 2 milhões, a de arroz, 0,5 milhões, e a de milho se manteve mais ou menos constante. Na província de Córdoba, o auge da soja veio acompanhado da perda de 17% das cabeças de gado, uma tendência comparável à que se manifesta em nível nacional. Ainda assim, em termos de escala nacional, de 1988 a 2003, o número de estabelecimentos pecuários passou de 30.141 a menos da metade, 15.000 estabelecimentos. Caiu também a produção de frutas e dos tradicionais cultivos industriais (algodão) do interior do país.

Ademais, é um modelo que, como já mencionamos, tem menosprezado a tradicional agricultura familiar. No período de 1960-88, desapareceram 51.000 estabelecimentos agropecuários, 1.800 por ano. Entre os censos

de 1988 e 2002 – na era neoliberal – desapareceram 87 mil estabelecimentos agropecuários, isto é, 6.263 estabelecimentos por ano, quase todos com menos de 200 hectares.

Os produtores que conseguem sobreviver e manter-se no setor vêem-se sujeitos – mais do que nunca – à agricultura de contrato, que lhes é imposta pelo agronegócio, ou melhor, à provisão de semente e do pacote tecnológico exigido pela empresa de sementes. O que, como e com que tecnologia produzir? Recebem cada vez mais a interferência da grande empresa multinacional: o agronegócio. Por outro lado, o auge da soja tem-se dado também em prejuízo da *yunga*, da biodiversidade e da flora e fauna que habitam extensos territórios do interior do país.

Definitivamente, as conseqüências destes processos são importantes: o desaparecimento da agricultura familiar, a transformação do setor numa agricultura sem agricultores, a crescente dependência do produtor agropecuário do produtor de sementes que lhe provê a semente e os agrotóxicos; a perda de soberania alimentar, ao mesmo tempo em que se deixa de produzir os alimentos básicos de consumo popular massivo; o avanço sobre a *yunga*, as terras fiscais do interior, a flora e a fauna tradicionais; e, em geral, a perda da biodiversidade e a deterioração ambiental, especialmente em algumas regiões, como conseqüência da utilização massiva do glifosafato e de outros agrotóxicos requeridos cada vez em maior proporção.

Os conflitos pela terra aumentam exponencialmente devido à voracidade dos invasores. A lógica do agronegócio se expande e os velhos engenhos, as agroindústrias da vitivinicultura, dos cítricos etc. seguem seus passos. Velhos e novos investimentos atuam de modo similar.

A LUTA PELA TERRA FRENTE À EXPANSÃO DOS AGRONEGÓCIOS

Até fins do milênio, em todo o continente latino-americano, manifesta-se o ressurgimento de importantes movimentos sociais camponeses, incluindo movimentos que intercalam comunidades indígenas, movimentos de médios e pequenos produtores e/ou trabalhadores rurais. Como conseqüência, a questão da terra e a reforma agrária adquirem uma nova identidade (TEUBAL, 2003). Estes movimentos e seus conseqüentes debates e lutas

podem ser visualizados como uma reação contra a consolidação de um sistema de agronegócios sob a égide do neoliberalismo a que fazemos referência neste trabalho. Entretanto, também, está atrelado a resistências que duram 500 anos desde o “descobrimento” da América, quando todo o continente foi conquistado e colonizado pelos diversos impérios europeus. Seria desnecessário dizer que estes novos movimentos sociais também surgem como reações contrárias às contra reformas agrárias realizadas de acordo com as políticas neoliberais a que fizemos referência anteriormente.

Surge uma série de movimentos que lutam pela consolidação de um espaço de vida alternativo ao que promove o modelo dos agronegócios. Em alguns casos – como até relativamente pouco tempo em El Salvador e na Guatemala – movimentos atravessados pela luta armada, como reação contra a opressão crescente dos governos. No México, a alteração no artigo 27 da constituição mexicana e o ingresso ao NAFTA foram alguns dos procedimentos que estimularam o surgimento do movimento zapatista do EZLN. Na Guatemala, Bolívia, no México e no Equador e em outros países do continente, trata-se de movimentos que se reafirmaram num panorama de identidades étnicas, indígenas e comunitárias que têm alcançado crescente importância no meio rural latino-americano.

Em outros casos, também são movimentos que se unem com os movimentos de mulheres e ecologistas, desenvolvendo, por exemplo, ações contra grandes obras públicas, como os projetos hidroelétricos faraônicos que deslocam inúmeras comunidades de suas terras e *habitat*. Em geral, são expressões impulsionadas pelos setores mais explorados do meio rural, embora também se estenda a grupos de produtores do tipo fazendeiro ou chacareiro, como o Movimento de Mulheres Agropecuaristas na Luta da Argentina (GIARACCA, TEUBAL, 2001; TEUBAL, 1999; TEUBAL, RODRÍGUEZ, 2001).

A luta pela terra nas últimas décadas do milênio transformou-se em uma das maiores demandas das organizações rurais, essencialmente camponesas no México, Brasil, Colômbia, Peru, Bolívia, Paraguai e Argentina. Estas demandas se manifestaram no marco de certa autonomia do Estado e de organizações estatais ou paraestatais estabelecidas durante reformas agrárias anteriores ou utilizadas como instrumentos de controle social e político em muitos países. Também se manifestam como independentes de sindicatos e partidos políticos. Tanto a luta pela terra quanto o questionamento do controle estatal parecem ser especialmente proeminentes em áreas rurais

com uma população predominantemente indígena. Tanto a Confederação de Nações Indígenas do Equador (CONAIE) quanto o Conselho Regional Indígena do Cauca, na Colômbia, além do EZLN no México, e certamente os diversos movimentos da Bolívia, com um papel muito importante nos acontecimentos recentes que se desenvolvem neste país, e que constituem uma parte das bases de sustentação do atual governo de Evo Morales, são organizações que, em grande medida, têm se juntado à classe de camponeses indígenas sob bandeiras políticas étnicas.

Desde sua fundação em 1984, o MST do Brasil assume uma centralidade importantíssima na vida nacional do país. Sua força fundamenta-se em suas raízes sociais, em sua persistente estratégia de mobilização e de pressão a favor da expropriação e ocupação das fazendas improdutivas, ou cujos proprietários tenham dívidas com o Banco do Brasil ou a autoridade impositiva. Começou como um movimento social dinâmico que operava unicamente nos três estados do sul para, posteriormente, alcançar um papel importante a nível nacional. A eficácia das mobilizações surge por força das ocupações de terras, as ocupações de sedes do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), grandes caminhadas, concentrações, acampamentos etc. Da mesma forma que o EZLN no México, o MST também conquistou um importante espaço na mídia, de modo tal que grande parte da população apóia sua luta pela reforma agrária e está de acordo com o fato de que o governo deveria confiscar terras improdutivas e distribuí-las aos sem-terra, já que admite a ocupação de terras como uma forma legítima de luta (POLETTTO, 1997, p. 79).

Todos esses movimentos e suas lutas apontam a criação e/ou consolidação de um espaço territorial próprio no continente latino-americano e alternativo aos espaços até onde se havia expandido o agronegócio. Também são movimentos que possuem características diferentes em relação ao que foram as reformas agrárias do século XX. Trata-se de movimentos mais enraizados nos movimentos sociais que os sustentam. Mesmo assim, são movimentos que possuem algumas das seguintes características (TEUBAL, 2003):

- 1) Os movimentos de reforma agrária do século XX estavam inscritos no cenário da luta contra as oligarquias latifundiárias que controlavam os Estados Nacionais, e o regime agrário sustentado por esses Estados. Frente a perspectivas que impulsionavam interesses vinculados às

economias agroexportadoras daquele, então, apresentaram-se outras perspectivas mais “desenvolvimentistas” que defendiam processos de industrialização e modernização em todos os lugares do continente. A reforma agrária neste contexto tinha um sentido instrumental, na medida em que podia auxiliar esta “modernização” e grandes transformações sociais no continente. Embora se pautasse no princípio de que “a terra deve ser para quem nela trabalha”, manifestava-se uma tensão entre as perspectivas comunitárias apresentadas pela classe camponesa e pelas comunidades indígenas, e aquelas que impulsionavam fundamentalmente uma agricultura em grande escala, movimentada por grandes empresas, fossem estas nacionais, multinacionais ou estatais. Ou seja, uma tensão entre esta última perspectiva “desenvolvimentista” ou “produtivista”, com aquela denominada, algumas vezes, “populista”, que enfatizava a defesa dos interesses da classe camponesa, incluindo as comunidades indígenas. Para estes setores a terra era, e ainda hoje o é, vista como um meio de vida essencial, e como tendo um sentido comunitário mais profundo.

2) Na atualidade e frente a processos de globalização que se manifestam em escala mundial, a luta pela terra e a reforma agrária assume outro caráter. Por uma parte, existem mudanças importantes na natureza do capitalismo mundial ao que aludimos neste trabalho, no qual adquirem um papel principal importantíssimo as grandes empresas agroindustriais multinacionais, os agronegócios. Neste sentido, a luta pela terra e a reforma agrária incluem também a luta contra o modelo de agricultura industrial ou agro-alimentício (VALLIANATOS, SHIVA, TEUBAL), estimulado por estas multinacionais, que dominam grande parte da tecnologia de ponta, os canais de comercialização de alimentos, as grandes empresas alimentícias, assim como também a produção de sementes e produtos transgênicos. Surge, porque a luta pela terra é também uma luta contra um novo *establishment* imposto em escala mundial e que incide sobre múltiplos aspectos ligados à terra e ao sistema agro-alimentício em seu conjunto. Para Bové, da Vía Campesina, o movimento agrário constitui uma defesa dos interesses de classe dos camponeses (pequenos produtores agropecuários) em seu caráter de trabalhadores.

Somos explorados também pelos bancos, pelas companhias que compram nossa produção, por aquelas que nos vendem nossos equipamen-

tos, fertilizantes, sementes e alimentos balanceados (...) trata-se de uma luta contra o sistema de agricultura intensiva. Os objetivos das multinacionais que o gerenciam são reduzir ao máximo o emprego e orientar a produção para as exportações, sem considerar para nada o meio-ambiente ou a qualidade da alimentação. (BOVÉ, 2001, p. 90, 91).

3) Os movimentos pela reforma agrária do presente tendem a ser muito mais independentes dos partidos políticos, dos sindicatos e do Estado que antes. São movimentos que se baseiam fundamentalmente nos camponeses, nas comunidades indígenas e na construção de suas organizações desde a própria base. Ainda assim, são movimentos que não necessariamente se propõem à tomada de poder do Estado. Afastam a idéia de que a tomada do poder é condição necessária prévia para o sucesso das transformações sociais. A importância destes movimentos, e das reformas agrárias que estimulam, parece ser maior do que se crê. Neste contexto, a terra e a reforma cobram outro sentido, menos associado aos movimentos de modernização que caracterizaram o período anterior;

4) Estes movimentos camponeses e agrários tendem a se articular com outros movimentos agrários e com o movimento anti-globalização. Existe uma convergência entre os movimentos agrários da Europa, América Latina, Ásia e África. Todos são movimentos que adotam estratégias que vão além da tradicional demanda pela terra e pela reforma agrária: também lutam contra as grandes multinacionais, os agronegócios, o livre comércio de produtos agropecuários, o uso de hormônios e substâncias geneticamente modificadas (OGM) etc. Ainda assim, manifestam-se a favor da seguridade e da soberania alimentícia em escala mundial.

5) Desde então, os movimentos agrários vão além da defesa de seus interesses corporativos específicos, apresentando-se uma perspectiva global que contém aspectos democratizantes importantes. Gonzáles Casanova, referindo-se aos novos movimentos sociais e políticos, em particular ao EZLN, assinala que (eles) não apenas impulsionam demandas pela terra e pelo território, mas também por muito mais: pela defesa da cultura e dos direitos dos povos indígenas, pelo respeito à sua autonomia e dignidade, à sua cultura e costumes e a sua participação e representação no Estado nacional.

Trata-se de um projeto democrático, que se opõe a todo ato terrorista e a qualquer vínculo com o narcotráfico e que, longe de lutar pela tomada do poder, propõe a transformação das relações jurídicas e sociais, começando por (com) uma democracia participativa e representativa não-excludente que se dê no centro da própria sociedade civil e dos povos indígenas e não-indígenas. (González Casanova, 2001, p. 5).

6) Estes novos movimentos agrários atribuem uma importância fundamental à sua convergência com diversos movimentos sociais. Como propõe Stedile, do MST:

temos dado conta da necessidade de ampliar nosso horizonte de luta ... e da necessidade de confrontar com o programa neoliberal. E que aquele não pode fazer-se unicamente mediante as ocupações de terra ... Nos últimos 18 anos temos conseguido construir um movimento social com uma ideologia coerente e um estrato de ativistas importante. Se tivéssemos sido um movimento agrário comum, teríamos sido liquidados. A avalanche de propaganda contra os sem-terra na mídia, as ofensivas econômicas contra nós, as intenções de nos sufocar, de nos desarticular de nossos assentamentos, têm sido impressionantes. O que nos salvou foi o apoio das forças sociais que não acreditam na propaganda oficial, e que nos protege. (STÉDILE, 2002, p. 96).

7) Em todo o continente, nos espaços em que se têm produzido assentamentos agrários, estimulam-se outras formas de “construção de vida”, em geral, diferentes das que foram estimuladas pelas reformas agrárias no século XX. Enfatiza-se a autonomia das comunidades, a produção de alimentos básicos de acordo com as necessidades dessas comunidades, e com base no próprio conceito de soberania alimentar, respeitando-se as culturas e tradições autóctones e o meio-ambiente, assim como a biodiversidade. As comunidades indígenas em algumas regiões do continente, por exemplo, nas reuniões do bom governo de Chiapas, têm logrado avanços notáveis em matéria de democratização e bem-estar social. Outro tanto pode se dizer a respeito de regiões de assentamentos no Brasil que, em muitos casos, se organizou de forma cooperativa com bastante êxito (GIARRACCA et al., 2007).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A lógica do sistema dos agronegócios contém uma nova etapa na evolução do sistema agroindustrial ou agro-alimentício; etapa que integra a era da globalização que predomina no mundo desde pelo menos os anos 1970 (Mcmichael et al., 1994).

As grandes empresas multinacionais agroindustriais, o agronegócio, vão adquirindo um crescente poder mediante o controle de setores importantes do sistema agro-alimentício. Trata-se de processos que começaram na etapa anterior a ISI, mas que adquirem um significado muito especial na atualidade.

Uma das conseqüências da implantação de um sistema de agronegócios na América Latina é que essas grandes empresas transnacionais adquirem uma maior autonomia dos demais componentes que integram o sistema agro-alimentício. Na etapa anterior à ISI, o ciclo de capital e, portanto, das finanças das agroindústrias principais e de outras empresas pertencentes a estes complexos, dependiam do ciclo de produção do sistema agro-alimentício em seu conjunto.

Efetivamente, este se reproduzia ou se ampliava em função de seus próprios ciclos de produção e comercialização. Mas agora, com a liberalização dos mercados financeiros, e com a consolidação dos agronegócios, o ciclo do capital se torna independente do funcionamento do sistema agro-alimentício; o sistema pode prover-se de produtos, capitais e fontes de financiamento externos. Ainda assim, novas fontes de financiamento também compreendem a possibilidade de novas fusões empresariais, internacionalização do capital e compra de empresas nacionais. Evidentemente, a enorme “estrangeirização” que se produziu na Argentina até fins dos anos 1990 está consideravelmente ligada a esta questão.

Dizíamos que o processo de globalização é portador de um privilégio crescente das grandes empresas transnacionais no sistema econômico mundial, com um componente financeiro muito importante (TEUBAL, RODRÍGUEZ, 2001). Isto compreende o que antes se denominava internacionalização do capital, o que significa que os circuitos de capital em escala mundial incidem sobremaneira sobre os sistemas agro-alimentícios internos. Assim, não é de se estranhar que alguns dos preceitos mais preciosos do neoliberalismo se refiram à liberalização dos movimentos do capital no país,

conjuntamente com as “reformas financeiras” que possibilitam a plena liberalização das finanças internacionais, como um elemento complementar da livre mobilidade dos capitais. Caberia perguntar quais são as implicações desta plena liberalização ou “abertura” aos movimentos de capital para os setores agropecuários de nossos países.

Analisemos esta questão: o setor agropecuário é um setor socioterritorial por excelência, (FERNANDES, 2005), muito mais do que podem ser os setores industrial ou o de serviços. Diferentemente do que ocorre com o setor industrial, as novas tecnologias agrárias nem sempre tendem a superar esta restrição: não se pode produzir qualquer produto, em qualquer parte do mundo, em qualquer época do ano e no ritmo que se desejar. Os arranjos produtivos agropecuários necessitam de solos e condições climáticas adequados. Dependem de ciclos biológicos que estão fechados: o trigo se semeia e se colhe em determinados momentos e tem um ciclo que define sua produção ulterior. Por mais que as novas tecnologias possam modificar em alguma medida estes fatores – irrigação quando falta água, estufas que regulam fatores climáticos, sementes híbridas que definem ciclos curtos de trigo, permitindo a semeadura de soja “de segunda”, e a colheita dupla etc. – o processo produtivo não pode facilmente mudar-se para qualquer parte do mundo, da mesma maneira em que se pode mudar, por exemplo, um projeto de fábrica para a produção de automóveis. Isto também requer que os produtores agropecuários se fixem em determinados territórios, já que o processo de globalização tende a tornar sua situação muito mais precária.

A internacionalização do capital estimula a re-localização das grandes empresas em qualquer parte do mundo, em regiões onde os salários são mais baixos e se oferecem melhores condições para a produção desde o ponto de vista empresarial (por exemplo, a regiões onde existam terras adequadas e não se fazem advertências às indústrias contaminadoras). Todavia, a produção agropecuária não é facilmente re-localizável; em muitos casos resulta quase impossível ou, pelo menos, as margens para ela são, em geral, limitadas. No entanto, podem-se encontrar formas para modificar a comercialização, a distribuição final ou o processamento industrial da matéria-prima agropecuária, bem como seu financiamento.

A internacionalização dos capitais significa que as grandes empresas podem orientar suas transações de capital para qualquer região do mundo e, por conseguinte, não dependem necessariamente dos mercados internos,

e menos ainda locais, para sua evolução ou acumulação de capital. Entretanto, a produção agropecuária nem sempre pode se localizar em qualquer parte do mundo. Cabe destacar que uma das formas de superar este limite é o que fazem algumas grandes empresas: compram terras em regiões distintas do globo para prover seus circuitos produtivos internacionais, de maneira a adequar o circuito produtivo agropecuário aos ciclos produtivos do capital transnacional. Isto é o que caracteriza um sistema baseado nos agronegócios. Também se vão formando determinados produtos globais, por exemplo, a Coca-Cola, certas marcas de cerveja, os hambúrgueres etc. São alguns dos aspectos que incidem sobre uma homogeneização da produção em escala mundial no marco dos processos de globalização dos circuitos produtivos do sistema agro-alimentício mundial.

Entretanto, tudo isso entra em contradição com as economias camponesas que têm um forte interesse na defesa, a qualquer custo, de sua territorialidade. Com efeito, a liberalização dos movimentos de capital, a difusão de tecnologias capitais intensivas, de híbridos e transgênicos são tendências que podem ser contrárias às necessidades dos camponeses e produtores agropecuários, assim como com à produção de alimentos básicos de consumo popular. Entretanto, no que diz respeito à crescente importância que adquire este circuito dominado pelo agronegócio, existem outros que, de forma crescente, operam à margem e com certa independência daquele. Nem todo o sistema agro-alimentício está submetido aos agronegócios. Trata-se, então, de fortalecer estes outros circuitos do sistema que operam à margem dos agronegócios.

No sistema, sustentado em *commodities* tais como a soja, não existem indícios de que vão ter espaço substancial os médios e pequenos produtores agropecuários ou as PYMES industriais, de comercialização ou de provisão de sementes e insumos agropecuários. As novas práticas tecnológicas - por exemplo, o plantio direto na produção da soja, conjuntamente com o uso massivo do glifosato como agrotóxico privilegiado para a eliminação de ervas nocivas à lavoura - configuram parte de um sistema que favorece, sobremaneira, “economias com escala de produção” e, por conseguinte, “empresas agropecuárias” de maior tamanho que utilizam pouquíssima mão-de-obra. Trata-se de um sistema que se combina com “contratos por uma colheita”, de acordo com os *pools* de sementeira, centros comerciais financeiros que tratam a atividade agropecuária e

agroindustrial como “um negócio a mais”, independentemente das necessidades de produtores agropecuários, camponeses ou trabalhadores rurais (GIARRACCA, TEUBAL, 2005).

A grande transformação agrária da Argentina, com a imposição do agronegócio como modelo pré-figurado no marco institucional que se molda a partir do decreto de isenção, estreitou a margem de possibilidades de uma articulação agroindustrial com a agricultura familiar. E isto que demonstramos para o caso argentino, ocorreu na maioria dos países latino-americanos com certa modernização agrícola. Em determinado momento histórico durante a ISI, não apenas houve a possibilidade de os camponeses tornarem sua produção agroindustrial, como também houve estratégias de sucesso que desenvolveram formas distintas de articulação, dando lugar a acalorados debates (GIARRACCA, 1983; PARÉ, 1982). É certo que predominava um forte sistema de desigualdade, que o excedente agroindustrial se distribuiu de forma muito desigual e que muitos trabalhos mostravam que as receitas campesinas tinham um sentido mais próximo de um salário do que a um certo nível de ganhos, mas que representava um sistema de inclusão.

Por outro lado, o modelo do agronegócio é uma alteração rumo a um sistema de pura exclusão em relação à agricultura familiar e campesina. De exclusão e de maior desigualdade que no período anterior, no que se refere à mão-de-obra, posto que o trabalho é substituído por novas formas de organização laboral. No agronegócio, o trabalho torna-se escasso e mal remunerado (APARICIO, 2005).

Por estas razões, o agronegócio e a integração campesina dificilmente podem coexistir. Os marcos institucionais vigentes foram, precisamente, impostos para desenvolver o modelo do agronegócio, e esta transformação respondeu a uma nova configuração de forças, com novos agentes econômicos apoiados pelos governos de nossa região. A “volta atrás” é muito difícil de pensar, ainda que tenham sido produzidas certas mudanças nos Estados Nacionais. Os novos governos da América Latina, tais como o da Argentina, Brasil, Venezuela (marcamos uma diferença com o caso da Bolívia pela forte presença da “comunidade andina”), embora tenham uma estratégia continental interessante e uma maior sensibilidade para alguns aspectos sociais, apóiam as lógicas produtivistas do agronegócio, pois vêem no modelo a possibilidade de aumentar as receitas fiscais, graças às divisas geradas pela exportação.

Qual é a saída para a pequena exploração neste modelo? A experiência de nossos países mostra que há uma forte intenção de gerar uma economia ou territorialidade campezina com seus próprios processos de agro-industrialização, com lógicas próprias baseadas nos princípios da soberania alimentar e do respeito à biodiversidade. Estas ações alcançam um importante grau de avanço no Brasil com o Movimento Sem-Terra. Na Argentina, apesar do poder do agronegócio, abrem-se caminhos com o apoio de subsídios internacionais, algumas fontes nacionais e muito esforço das próprias comunidades.

As experiências de organização agroindustrial campezina emanadas do incipiente movimento campezino nacional, embora não tenham a densidade das que encontramos no Brasil (GIARRACCA et al, 2006), mostram que também para a Argentina é uma alternativa viável. A nova pergunta é se é possível, num mundo globalizado, porém fragmentado, a coexistência do modelo do agronegócio e a territorialidade campezina.

Neste trabalho, sustentamos a tese de que uma integração dos médios e pequenos produtores e dos campezinos no circuito dos agronegócios já quase não é possível devido, precisamente, à lógica de seu funcionamento. Por isso, é importante pensar em formas alternativas de produção/comercialização por fora deste sistema. Em muitas partes do país e, por certo, também na América Latina, foram-se criando novas práticas e recortando-se espaços socioeconômicos e territoriais à margem de sua integração à lógica dos agronegócios.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- APARICIO, Susana (2005), "Trabajo y trabajadores en el sector agropecuario de la Argentina", en Giarracca, N.; Teubal, M. (Coordinadores) (2005), *El campo argentino en la encrucijada. Estrategias y resistencias sociales, ecos en la ciudad*, Buenos Aires, Alianza Editorial.
- BOVÉ, José (2001), "A Farmer'International?", *New Left Review*, noviembre-diciembre.
- DOMÍNGUEZ, Diego; SABATINO, Pablo (2003), "Con la soja al cuello. La transgénesis de un modelo", Disponível em: <<http://www.biodiversidadla.org/content/view/full/6898>>

- GIARRACCA, Norma *et al* (1995), *Agroindustrias del noroeste. El papel de los actores sociales*, Buenos Aires, La Colmena.
- GIARRACCA, Norma (1993), “Campesinos y agroindustrias en los tiempos del ‘ajuste’ (Algunas reflexiones para pensar la relación, con especial referencia a México y Argentina)”. In: *Realidad Económica*, n. 114/115, Buenos Aires, IADE.
- GIARRACCA, Norma (2001), “El movimiento de Mujeres Agropecuarias en Lucha: protesta agraria y género durante el último lustro en Argentina”. In: Giarracca, Norma (comp.) *¿Una nueva ruralidad en América Latina?*, Buenos Aires, CLACSO.
- GIARRACCA, Norma (2003), “La protesta agrorural en la Argentina”, en Seoane, José (Compilador), *Movimientos sociales y conflicto en América Latina*, Buenos Aires, CLACSO.
- GIARRACCA, Norma y otros (2006), *Cuando el territorio es la vida: la experiencia de los sin tierra en Brasil*, Buenos Aires, Grupo de Estudios de los Movimientos Sociales (GEMSAL) y Editorial Antropofagia.
- GIARRACCA, Norma y Miguel Teubal (coordinadores) (2005), *El campo argentino en la encrucijada. Estrategias y resistencias sociales, ecos en la ciudad*, Buenos Aires, Alianza Editorial.
- GIARRACCA, Norma; TEUBAL, Miguel “Del desarrollo agroindustrial a la expansión del agronegocio: el caso argentino”, incluido en el libro coordinado por Bernardo Mançano Fernandez perteneciente al Grupo de Trabajo de Desarrollo Rural de CLACSO, no prelo.
- GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo (2001) “Los zapatistas del siglo XXI”. In: *Revista del Observatorio Social de América Latina* (OSAL), año II, n. 4, Buenos Aires, CLACSO, Junio.
- SHIVA, Vandana (2003), *Cosecha robada. El secuestro del suministro mundial de alimentos*, Buenos Aires, Paidós.
- STÉDILE, João Pedro (2002) “Landless Battalions. The Sem Terra of Brazil”, *New Left Review*, 15, mayo-junio.
- STÉDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mancano. *Brava Gente. A Trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*, São Paulo, Fundação Perseu Abramo.
- TEUBAL, Miguel (2003), “Soja transgénica y la crisis del modelo agroalimentario argentino”, *Realidad Económica*, n. 196, mayo-junio.
- TEUBAL, Miguel *et al*, (1995). *Globalización y expansión agroindustrial. ¿Superación de la pobreza en América Latina?*, Buenos Aires, Ediciones Corregidor,
- TEUBAL, Miguel; RODRIGUEZ, Javier (2001), “Neoliberalismo y crisis agraria”, en Giarracca, N. y colaboradores, *La protesta social en la Argentina. Transformaciones económicas y crisis social en el interior del país*, Buenos Aires, Alianza Editorial.

TEUBAL, Miguel; RODRÍGUEZ, Javier (2002), *Agro y alimentos en la globalización. Una perspectiva crítica*, Buenos Aires, La Colmena.

VALLIANATOS, E.G. (2003) "American Cataclism", *Race & Class*, Londres, vol. 44, n. 3, enero-marzo.

AGRICULTURA E MERCADO: CAMPESINATO E AGRONEGÓCIO DA LARANJA NOS EUA E BRASIL^{1*}

CLIFFORD ANDREW WELCH

BERNARDO MANÇANO FERNANDES

Universidade Estadual Paulista – Campus de Presidente Prudente

INTRODUÇÃO

Apresentamos aqui uma análise dos conflitos sociais que fizeram parte do processo de desenvolvimento agroindustrial e mercantil do suco de laranja nos estados de São Paulo – Brasil e na Flórida – Estados Unidos da América. Dentro da temática da relação agricultura e mercado, nossos objetivos são: a) destacar a contribuição do campesinato na formação do agronegócio da laranja; b) apresentar o debate teórico que desenvolvemos para explicar as escalas local e global, as relações e as questões do camponês citricultor e do agronegócio da laranja; c) divulgar os resultados das pesquisas realizadas na Flórida e em São Paulo; d) colaborar com as possibilidades de resistência do campesinato contra o agronegócio no mundo globalizado. Em nossas análises discutimos os conceitos de agronegócio, apresentados como um conjunto de sistemas, e do campesinato, compreendido como um sistema próprio, que existe em tensão constante com as forças que têm promovido a predominância do agronegócio.

A formação da citricultura na Flórida se desenvolve há dois séculos. Durante o século XIX, o campesinato predominava na cultura. Desde a década de 1930, contudo, a implementação de diversas políticas tem diminuído a participação do campesinato no processo produtivo. No agronegócio da laranja na Flórida, a agricultura camponesa enfrentou fortes obstáculos que minimizaram suas possibilidades de resistência frente à agricultura capitalista. Apesar da imagem do campesinato ser intensamente utilizada pelo

¹ * Baseado em pesquisas originalmente desenvolvidas junto ao Grupo de Trabalho de Desenvolvimento Rural do Conselho Latinoamericano de Ciências Sociais – CLACSO, coordenado pelo Bernardo Mançano Fernandes (2005-2007). Por facilitar o trabalho de campo, estamos gratos pela ajuda de Dr. Thomas H. Spreen em Flórida e Douglas em São Paulo.

marketing do agronegócio nas embalagens de sucos, na mídia e inclusive na Internet, idealizando o agricultor familiar como o produtor predominante de sucos, a intensa terceirização da produção e o preço da terra têm expulso muitos camponeses da citricultura norte americana. O aumento da representação virtual do camponês no marketing do agronegócio contrasta com a situação real do campesinato de laranja no Estado de Flórida, que se tornou apenas uma tentativa de sobrevivência frente ao aumento do processo de terceirização. Parte desta nova relação tem se desenvolvido por profissionais liberais que procuram uma “vida pastoral”, por meio da compra de terras, criação de pomares e a reforma das casas dos camponeses expulsos, como lares de uma elite que quer morar afastada da vida urbana. Esses lavradores-cavalheiros (*gentlemen farmers*) contratam terceiros para fazerem os trabalhos de trato, colheita e venda da fruta.

Baseados na bibliografia, pesquisas de campo, dados estatísticos e no debate com amplo referencial teórico, apresentamos nossa análise da resistência do citricultor camponês frente ao processo de consolidação do agronegócio na Flórida. Nosso estudo parte dos seguintes fatores: a) o crescimento da influência de uma aliança entre o estado e os citricultores capitalistas organizados em associações produtores; b) a formação gradual do agronegócio por meio das empresas processadoras com aumento do poder político e econômico, que contou com apoio dos governos estadual e federal, e produtores capitalistas que insistiram em sua participação através do sistema de integração por trás; c) a introdução de novas tecnologias na produção de laranja e de suco; d) a entrada do Brasil no mercado a partir dos anos 1960; e) a terceirização da produção e f) o crescimento da Flórida como destino de turistas e aposentados, abrindo grande concorrência no mercado de terras, intensificando o aumento do preço da terra para usos agrícolas, turísticos e residenciais. Um fator climático – principalmente geadas destrutivas – também será analisada como justificativa para várias políticas e a migração geográfica da citricultura.

Enquanto a produção comercial da laranja no Estado de São Paulo se desenvolve desde a década de 1910, a citricultura se formou como negócio a partir dos anos 1960. Inicialmente, a laranja foi cultivada nos sítios e fazendas do estado como fruta fresca para diversificar a dieta da população rural e urbana. Assim, predominava a agricultura em pequena escala para mercados locais, uma situação que combinou bem com a tendência de fragmentação das fazendas de café e a formação camponesa, protagonizada pelas

famílias de colonos que saíram das fazendas para ocupar as antigas terras da cafeeicultura. Na década de 1960, inicia-se o processo de industrialização do suco concentrado e a exportação para os EUA. Na região norte do Rio Tietê, principalmente nos municípios em volta de Bebedouro, a nova demanda para laranjas gerou uma ampla oportunidade para a formação de pequenas unidades de produção, fortalecendo a formação do campesinato no estado. Contudo, na década de 1980, o processo de consolidação do agronegócio brasileiro da laranja concentra o poder de negociação em cinco grandes processadoras. A partir da década de 1990, a implementação da verticalização da produção diminuiu intensamente a participação dos citricultores camponeses no processo produtivo. Somente nesta década, o número de citricultores caiu de aproximadamente 25 mil para cerca de nove mil. Simultaneamente ocorreu a expansão dos pomares das empresas processadoras, ao sul do Rio Tietê, aumentando o seu poder político e econômico. Configura-se assim uma tendência de eliminar o citricultor camponês por meio de uma política dirigida pelo agronegócio da laranja. Simultaneamente, o agronegócio da cana disputa os territórios produtivos, oferecendo maior renda pelo uso das terras até então utilizadas para a produção de laranja. O aumento da concentração de poder nas mãos dos processadores resultou na organização da resistência tardia por parte dos médios e pequenos citricultores, apresentando um diferencial com relação à situação na Flórida..

Esta pesquisa foi realizada por um historiador e um geógrafo. Essa experiência foi gratificante porque no desenvolvimento das metodologias de pesquisa – entrevistas, pesquisas documentais, bibliográficas etc. – as categoriais e conceitos das disciplinas – tempo, espaço, relação social, território, permanência e transformação – foram debatidas e utilizadas para melhor compreender os sujeitos e as instituições que constroem as diferentes realidades aqui estudadas.

PERSPECTIVAS TEÓRICAS, OS CONCEITOS DE CAMPESINATO E AGRONEGÓCIO E METODOLOGIA

O título deste artigo pode parecer estranho para algumas pessoas que trabalham com o agronegócio da laranja, pois não encontramos estudos que analisem os conflitos entre camponeses e o agronegócio da laranja. Uma parte dos estudos teóricos trata os camponeses citricultores e os citricultor-

res capitalistas como produtores de laranja, sem diferenciá-los (PAULILLO, 2000; FERNANDES JUNIOR, 2003). Outra parte dos estudos analisa o processo produtivo desde o ponto de vista do capital, de modo que os camponeses são considerados uma das partes do conjunto de sistemas que formam o agronegócio (BREY, 1985; HASSE, 1987; NEVES e LOPES, 2005). Ainda há outra parte que considera sujeitos, relações e espaços apenas como elementos que compõem uma realidade determinada pelos parâmetros da análise (DAVIS e GOLDBERG, 1957; GOLDBERG, 1968; POLTRONIÉRI, 1976; WELCH, 2005).

Essas visões representam diferentes leituras teóricas da agricultura, indústria e mercado de laranja que tratam de modos distintos a participação do camponês e os processos de expropriação aos quais estão submetidos. Esses tratamentos são opções políticas, por um lado, porque o campesinato não é seu objeto de estudo e, por outro lado, porque as políticas de expropriação dos camponeses da produção da laranja são compreendidas como inerentes ao modelo de desenvolvimento do agronegócio. Assim, são raros os capítulos dessas obras sobre o tema e não há artigos que tratam especificamente do campesinato. Somente uma leitura detalhada das obras que tratam o lado social da citricultura pode revelar os preconceitos dos analistas que colocam os camponeses como obstáculos a serem eliminados ou sujeitos a serem integrados no processo de formação dos sistemas do processo de produção do suco.

A nossa opção em estudar a participação do campesinato na agricultura da laranja é uma iniciativa para ler essa realidade desde os espaços de resistência e de subalternidade desses sujeitos. Procuramos compreender os desafios que os sujeitos enfrentaram e enfrentam no processo de expropriação por causa das políticas de controle que o agronegócio da laranja desenvolve. Com este trabalho, apresentamos uma outra visão, uma leitura teórica da agricultura, indústria e mercado da laranja em que o campesinato é estudado como sujeito que contribui e é eliminado por um determinado modelo de desenvolvimento econômico da agricultura da laranja. Essa contradição – contribuição / destruição – é mais bem compreendida quando a análise considera que o campesinato não é parte integrante do agronegócio. Ele é subalterno a este modelo de desenvolvimento pelo fato de não possuir poder para impor outro modelo na correlação de forças com o capital.

Escolhemos a Flórida e São Paulo porque estes dois estados concentram em torno de 40% da produção mundial de laranja (ABCITRUS, 2006). Essa

concentração é ainda maior porque a produção dos dois estados é responsável por 85% do suco de laranja consumido no mundo (FERNANDES JUNIOR, 2003; FAO, 2003). São apenas quatro processadoras de suco no Brasil e doze nos EUA, sendo que três processadoras estão presentes nos dois países: Cutrale, Citrosuco e Coinbra. Essa concentração é mais intensa porque quatro dessas empresas, quais sejam Sucocítrico Cutrale Ltda., Grupo Fisher Citrosuco Ltda., Grupo Votorantim – Citrovita Ltda. e Coinbra – Comércio e Indústrias do Brasil, controlam 85% do comércio mundial de suco (ASSO-CITRUS, 2006). As três primeiras são empresas brasileiras e a quarta é propriedade do grupo familiar francês Louis Dreyfus. Em 2004, a Citrosuco e a Cutrale compraram o setor citrícola no Brasil da americana Cargil. A Cutrale, Citrosuco, Citrovita e Coinbra (as 4 C's) disputam os mercados intensificando a concentração de poderes e territórios, especialmente com a terceirização e a verticalização da produção. Este processo levou citricultores capitalistas e camponeses a acusarem as 4C's de cartel, levando a realização de uma investigação de atividades ilegais: a operação Fanta pela entidade brasileira de fiscalização, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE.

A primeira formulação do conceito de agronegócio (agribusiness) é de DAVIS e GOLDBERG, 1957. Para os autores, o agronegócio é um complexo de sistemas que compreende agricultura, indústria, mercado e finanças. No decorrer do tempo, o movimento desse complexo e suas políticas formaram um modelo de desenvolvimento econômico controlado por corporações transnacionais, que trabalham com uma ou mais commodities e atuam em diversos outros setores da economia. Compreendemos que essa condição confere às transnacionais do agronegócio um poder extraordinário que possibilita a manipulação dos processos em todos os sistemas do complexo.

O capital controla todos os sistemas do complexo e utiliza o campesinato no sistema agrícola. No caso do agronegócio da laranja, os camponeses são responsáveis por uma parte importante da produção da fruta, sob controle total da indústria. Todavia, temos observado a tendência de verticalização e terceirização da produção, processos que têm expropriado o campesinato, porque o camponês vende a terra e deixa de ser agricultor; ou ao ser expulso do complexo, deixa de produzir laranja para suco e passa a produzir laranja para mesa ou a desenvolver outras atividades agrícolas.

O controle deste conjunto de sistemas pelo capital, denominado de agronegócio, também tem dominado os processos de construção de conhe-

cimento, de tecnologias e políticas agrícolas. No caso do agronegócio da laranja, os sistemas industrial, financeiro e mercantil estão concentrados pela indústria, que controla o sistema agrícola intensificando a exploração dos produtores de laranja, capitalistas ou camponeses.

O sistema agrícola do agronegócio é distinto do sistema agrícola do campesinato. No sistema agrícola do agronegócio, a acumulação, a monocultura, o trabalho assalariado e a produção em grande escala são algumas das principais referências. No sistema agrícola camponês, a reprodução, a biodiversidade, a predominância do trabalho familiar e a produção em pequena escala são algumas das principais referências. Com esta leitura estamos afirmando que o sistema agrícola camponês não é parte do agronegócio. No entanto, como o capital controla a tecnologia, o conhecimento, o mercado, as políticas agrícolas, os camponeses estão subalternos a sua hegemonia. O campesinato pode produzir, a partir do sistema agrícola do agronegócio, desde que o faça dentro dos limites próprios das propriedades camponesas, no que se refere à área e à escala de produção. Evidente que a participação do campesinato no sistema agrícola do agronegócio é uma condição determinada pelo capital.

O conceito de camponês utilizado em nossa pesquisa é o do produtor familiar. A unidade camponesa é condição essencial para a produção de sua existência e da produção de alimentos. Compreender o campesinato como um sistema subalterno não significa ter uma visão mecânica, mas sim considerar a estrutura e as dimensões que compreendem seu modo de vida, a partir de seu território, sua cultura e identidade, seus valores, suas formas de luta e resistência no enfrentamento com o capital. Condições essenciais para continuar sendo camponês. Todo camponês é um agricultor familiar, embora alguns autores não considerem que o contrário também seja verdadeiro, como é o caso de Romeiro (2002). A diferenciação entre agricultor familiar e camponês é mais uma tentativa de fragmentação e cooptação, como demonstra Fernandes (2005).

Consideramos camponeses citricultores, os produtores familiares que utilizam predominantemente o trabalho dos membros da família, cujo utilização tem que ser maior que a dos trabalhadores assalariados, com exceção para os períodos de colheita. Consideramos citricultores capitalistas, evidentemente, os produtores familiares ou não que usam predominantemente o trabalho assalariado. Portanto, definimos campesinato como os produtores que utilizam predominantemente o trabalho familiar e não exclusivamente.

Utilizar a predominância do trabalho da família é valorizar a relação social não capitalista em que as formas de poder são distintas das formas de poder das relações capitalistas. Esta distinção das relações determina o uso do território. A predominância familiar possui uma limitação que é inerente à forma de organização do trabalho. Esta limitação determina a área de produção e, por conseguinte, todas as relações que lhe são resultantes, como por exemplo: tempo de trabalho, renda, quantidade produzida, além dos seguintes objetivos: acumulação sem limites ou reprodução da condição de ser camponês.

Neste sentido, a predominância do trabalho familiar é uma característica do campesinato (e não do capital). O campesinato não promove diferentes tipos de concentração: terra, capital, poder etc. Ao contrário, ao realizar a sua reprodução ampliada por meio da mais valia, o capital supera os limites de tempo e espaço, o que lhe possibilita o crescimento e a necessidade da concentração para continuar crescendo. Esta distinção é essencial para compreendemos as diferenças entre os produtores camponeses e os produtores capitalistas.

Com a aplicação desta breve análise conceitual demonstraremos três processos: 1) o campesinato sempre foi utilizado para a produção de laranja nos estados de Flórida e São Paulo; 2) o controle do capital do processo agrícola cresceu no século XX e virou uma forma de subalternidade do campesinato, todavia nunca foi definitivo, porque o campesinato sempre criou formas de resistência; 3) o controle, resistência, expropriação e recriação do campesinato foram e são elementos da conflitualidade entre capital e trabalho no centro do processo histórico do desenvolvimento do agronegócio da laranja.

METODOLOGIA

Para a elaboração deste artigo, realizamos trabalhos de campo na região de Lakeland, Flórida e na região de Bebedouro, São Paulo, onde foram observados e entrevistados diversos citricultores: camponeses e capitalistas. Também visitamos diversas instituições, como o Instituto de Ciências Agrícolas e Alimentares – IFAS da Universidade de Flórida, o Departamento de Citrus da Flórida – FDOC, a Associação Brasileira de Citricultores – ASSOCITRUS e a Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo – FERAESP.

Para a leitura dessas realidades, procuramos desenvolver um método de análise, destacando a participação do campesinato e dos citricultores capitalistas nas conflitualidades com as processadoras de suco de laranja no interior do agronegócio. Essa leitura contém a intencionalidade de destacar o campesinato e suas formas de resistência e subalternidade, além de compreender as diferentes estratégias do agronegócio para manter sua hegemonia no sistema agrícola e assim intensificar a exploração sobre os citricultores.

A sustentação desta análise está baseada em ampla e atualizada bibliografia e dados estatísticos. Dessas diversas referências, promovemos o debate apresentando nossa leitura do processo em desenvolvimento da resistência do camponês citricultor, em frente dos seguintes fatores: a) pressão do agronegócio por meio das empresas processadoras com o aumento do poder político e econômico e que conta com o apoio do governo; b) verticalização da produção; c) introdução de novas tecnologias na produção de laranja e de suco; d) tomada de consciência e formação de espaços por parte dos citricultores camponeses e citricultores capitalistas no enfrentamento com o agronegócio.

FLÓRIDA: PADRONIZAÇÃO, PRODUÇÃO TERCEIRIZADA, TERRA CARA E CAMPONÊS “SÓ PARA CONSUMIDOR VER”

Na indústria de laranja da Flórida, a agricultura camponesa não conseguiu resistir à agricultura capitalista. Em geral, restam do campesinato apenas imagens de marketing, colocando-o como produtor ideal de laranja e suco. Todavia, profissionais liberais procuraram “uma vida pastoril”, comprando pomares de laranja para localizar suas casas, contratando terceiros para fazer todo o trabalho de trato, colheita, e venda da fruta.

Esta trajetória da citricultura na Flórida vem sendo construída nos dois últimos séculos, principalmente pós-segunda guerra mundial, com a introdução de tecnologias de suco concentrado nos anos 1940 e com a entrada do Brasil no mercado mundial desde os anos 1970. Outro fator de grande importância da época foi o crescimento do turismo, principalmente de aposentados, abrindo uma grande concorrência no mercado de terras entre utilizações agrícolas, residenciais e de recreações.

A laranja foi introduzida na Flórida pelos conquistadores espanhóis no século XVI. Embora a fruta não tenha sido comercializada além do local até o século XVIII, as mudas da laranja azeda (sour orange) plantadas para os chamados efeitos medicinais são, até hoje, a raiz da maior parte dos pés de laranja na Flórida. As primeiras exportações da fruta vieram em 1776 quando o primeiro grande produtor de laranja, o inglês Jessé Fish, começou a mandar laranja azeda e suco para a Inglaterra. No século XIX, os Estados Unidos compraram o território da Flórida da Espanha e a produção expandiu-se para satisfazer mercados no norte da nova nação.

Em 1892, a importância da indústria foi reconhecida pelo governo federal que estabeleceu, no estado, um dos primeiros postos experimentais do Departamento de Agricultura – USDA (o Ministério da Agricultura dos EUA). Apesar da forte geada de 1894-95, a produção aumentou para seis milhões de caixas, quatro vezes mais que a produção do estado de Califórnia. Impressionado com a expansão da cultura, o governo do estado da Flórida fundou um setor dedicado ao melhoramento da lavoura de laranja em 1899 (BREY, 1985, p. 125-134; HASSE, 1987, p. 10-17; Florida Agricultural Statistics, 2005, p. 4).

Os historiadores dão ênfase ao desenvolvimento da agricultura capitalista, destacando a experiência dos donos de grandes pomares e comerciantes, mas a maior parte da produção era camponesa até meados do século XX. Para territorializar o estado, o governo estadunidense atraiu camponeses para se instalarem na Flórida, oferecendo áreas de até 60 ha. para as famílias que conseguissem se estabelecer e expulsar os índios Seminole. Muitas famílias ocuparam áreas no vale do Rio dos Índios e plantaram laranja. Em 1865, depois da Guerra da Secessão, mais famílias migrantes chegaram para constituir pomares de laranja. O número de pequenos citricultores foi tão grande que o lavrador T. W. Moore escreveu o primeiro guia da citricultura em 1881. O livro se popularizou e três anos mais tarde já estava revisado e na terceira edição. (BREY, 1985, p.131-134; MOORE, 1884).

Um pesquisador norte-americano, James Brey, estudou o processo de diferenciação dos produtores de laranja. Mapeou a produção entre citricultores os quais definiu como agricultores “tradicionalis,” “mistos” e “industriais”. Enquanto o autor procurou explicar a predominância dos industriais – os citricultores capitalistas – podemos utilizar a pesquisa dele para entender melhor o papel dos camponeses, que ele chamou de agricul-

tores tradicionais e mistos. Segundo Brey, havia um número significativo de camponeses na Flórida até a primeira metade do século XX. O autor afirma que eles se interessavam pouco pelo mercado nacional e mais para a subsistência de suas famílias e o mercado local. A lavoura diversificada foi predominante, com a laranja integrada como parte da produção. De fato, por um bom tempo os pés de laranja eram nativos e a colheita da fruta feita na hora de consumação.

“Todo trabalho no pomar é feito por membros da família”, Brey escreveu. “A terra podia ter sido da família ou arrendada em parceira. Em muitos casos, quem era dono de fato ficava mal definido”. Para Brey, o que importa é que os lavradores industriais eram totalmente dedicados à produção para o mercado, enquanto os tradicionais tinham poucos vínculos com o mercado. Para os industriais, Brey destaca: “A maximização de lucros estava no topo de sua lista de metas” (BREY, 1985, p. 31-36).

A influência dos tradicionais na história da indústria de laranja em Flórida é tão insignificante, concluiu Brey, que estariam “excluídos da discussão” (BREY, 1985, p. 40).

Na linguagem de Brey, os agricultores mistos são os camponeses médios de Lênin. Como os tradicionais, a maioria do trabalho é feita por membros da família. Como os industriais, o agricultor misto está mais vinculado com o mercado e depende da laranja para a maior parte de sua renda. Para Brey, o agricultor misto pretende avançar para a situação do industrial, ou seja, o médio quer ser o grande. Mas, vários fatores complicam a transição.

É bem provável que alguns mistos nunca vão chegar a ser industriais por causa de falta de capital ou do sistema fundiário que aguarda o controle familiar de pomares pequenos. A resistência cultural e a falta de transporte e mercados seguros também dificultam a transformação (BREY, 1985, p. 37).

Por um lado, a transformação do campesinato foi estimulada principalmente pelas políticas públicas implementadas em resposta às geadas que colocaram os produtores menos capitalizados em posições de difícil recuperação e, assim, sujeitos a terem as terras compradas por lavradores com melhores condições e ambições de expansão. As geadas são de bastante importância na história da laranja na Flórida. Quando as árvores são estragadas pelo frio, o lavrador fica sem fonte de renda. O agricultor precisa de bastante capital para voltar a produzir depois de uma geada, já que leva até doze anos para uma árvore começar a produzir uma

quantidade suficiente de fruta para dar lucro (BREY, 1985, p. 37-46). São poucos os camponeses em condições financeiras para tanto tempo de espera.

Com as preocupações de um assessor da indústria, Brey enfatiza os fatores técnicos deste processo, deixando fora aspectos culturais e políticos, como se não fossem relevantes para entender a história das transformações. Contudo, as políticas de desenvolvimento local do camponês expressaram uma forma de resistência contra a sua integração na agricultura capitalista.

Lendo nas entrelinhas há expressão de conflito entre os camponeses e os capitalistas a partir da geada de 1894-95. O primeiro sinal deste aspecto encontra-se na compra forçada das terras de camponeses que não conseguiram recuperar sua produção depois da geada, criando uma situação de concentração que colocou os agricultores maiores em posição de vantagem para tentar controlar mais a indústria.

Em 1909, os “industriais” se organizaram na Florida Citrus Exchange, uma cooperativa para promover a venda da fruta no nordeste dos EUA. A Exchange criou um sistema de contribuição dos citricultores para financiar pesquisa em comunicação, marketing e a embalagem final do produto. O sucesso para eles veio com o desenvolvimento de tecnologias para enlatar pedaços de laranja. Assim, a fruta foi preservada em conserva e podia ser transportada com maior segurança. O marketing da época destacou a laranja como algo do povo indígena, natural, simples. Neste processo, podemos observar a construção de imaginários – laranja oriunda de comunidades pequenas e trazidas para a mesa do consumidor pelas próprias mãos do agricultor familiar, supostamente mais saudável. O pequeno agricultor “tradicional” serviu como símbolo, mas as políticas procuradas pela Exchange estavam voltadas para ajudar a agricultura capitalista.

Em 1935, um grande avanço para os lavradores organizados foi a criação do Florida Citrus Code (Código Cítrico da Flórida). O grupo queria ordenar melhor o mercado e eliminar a fruta de baixa qualidade que, na opinião da Exchange, poderia trazer para a indústria floridiana de laranja um nome sujo. O código criou uma comissão estatal para fiscalizar a indústria, gerando novos regulamentos que foram impostos a todos os agricultores, inclusive com a imposição de uma taxa em cada caixa de laranja para pagar parte dos custos de controle de qualidade, pesquisa de mercado, e propaganda (BREY, 1985, p. 139-144). Para os camponeses, a nova ordem tinha

um significado determinado: deixá-los fora do mercado. O novo padrão de qualidade não admitia fruta que não passasse em vários testes, entre eles o do olhar e da composição. Os agricultores que não podiam satisfazer as demandas da comissão – a Florida Citrus Commission – não foram certificados e sua fruta não podia ser comercializada.

Esta situação de divisão mudou um pouco a partir do desenvolvimento de suco-concentrado-congelado durante a Segunda Guerra Mundial. A tecnologia foi aperfeiçoada em 1947 e o sucesso do suco no mercado já virou quase toda a produção nesta direção. Em 1948, em torno de 50% da produção do estado foram processadas como suco concentrado. Entre 1947-48, três fábricas produziram quase meio milhão de litros do produto; um ano depois, o número subiu para dez produzindo 2 milhões de litros. O suco concentrado teve a vantagem de reduzir a importância do olhar e a composição da fruta, uma vez que tudo era processado. “Os anos pós-guerra foram anos de prosperidade sem paralelo na história da indústria floridiana” (BREY, 1985, p. 144-146). Entre 1950 e 1965, a citricultura expandiu seu território no estado de Flórida e o número de fábricas de suco dobrou. Em 1950, produziu 60 milhões de caixas de laranja; em 1970, dobrou a quantidade e em 1980 foram 207 milhões de caixas produzidos (FERNANDES JR., 2003, p. 17). A porcentagem da lavoura dedicada ao suco concentrado aumentou e atingiu 70% entre 1992-93 (FDOC, 2005, p. 16). Em termos ecológicos, a expansão da citricultura causada pelo suco concentrado causou danos enormes porque as terras arenosas necessitaram toneladas de adubo químico para ser útil (HAMILTON, 2003). O alto preço dos agrotóxicos dificultou ainda mais a situação econômica dos citricultores camponeses.

Foi o próprio êxito da indústria de suco concentrado que ameaçou os camponeses. O lucro atraiu grandes empresas como a Minute Maid para investir nas terras e na produção do suco. O tamanho dos pomares aumentou e o número de donos diminuiu. “Pela primeira vez, as grandes empresas começaram controlar porções significativas do mercado da fruta e de terras, sendo donos de grandes pomares” (BREY, 1985, p. 144-148). No entanto, a potência do consumo norte-americano estimulou agricultores no Brasil a procurar maneiras de entrar no mercado. A agricultura de laranja no estado de São Paulo já tinha uma tradição de produção da fruta para um mercado doméstico de “suco fresco” e a geada floridiana de dezembro de 1962 abriu

caminho para a entrada dos brasileiros e investimentos norte-americanos. Dezenas de técnicos americanos de diversas empresas e até da USDA atenderam à demanda dos citricultores do Brasil ambiciosos para construir fábricas de suco concentrado e exportar seu produto para os EUA (HASSE, 1987, p. 162-185; FERNANDES JR., 2003).

A FAMÍLIA STORY

Para exemplificar esse processo, apresentamos o caso da família Story que acompanhou as transformações da indústria de laranja desde os anos 1930 e revela os transtornos que o campesinato enfrentou para sobreviver no contexto do crescimento da agricultura capitalista no estado de Flórida. Em março de 2006, em uma entrevista em um restaurante tradicional na cidade central da indústria, Lakeland, FL, Victor Bernard Story, de 60 anos, contou-nos a história da família e sua perspectiva sobre a situação dos agricultores familiares na Flórida (STORY, 2006).

Seu avô era comerciante e comprou um pomar de laranja de 20 hectares nos anos 1930. Era apenas um investimento, porque não tocava a lavoura. Depois que se aposentou, terceirizou o serviço. “Ele não foi um lavrador, na verdade, ele foi um negociante”. O pai de Victor seguiu os passos do avô, poupando dinheiro nos anos 1940 e comprando mais um pomar em 1947. “Nós fomos criados lá e crescemos tocando a terra”. Foi uma época boa para os lavradores e em 1957, seu pai comprou mais dois pomares. Mesmo assim, na opinião do Victor, seu pai não foi um lavrador e sim um administrador que sempre trabalhava para empresas.

Essa tendência foi quebrada por Victor, que se identifica como agricultor. Em 1963, ele começou a estudar agronomia na faculdade, mas desistiu depois de quatro anos. Quando voltou para casa, começou a trabalhar com o pai, comprando mais terras e a família chegou a possuir em torno de 1.000 hectares com milhares de pés de laranja por volta de 1989. Enquanto o pai cuidava das contas, Victor cuidava do trato das árvores e da produção das laranjas. Outros irmãos e genros do pai participaram e quando os filhos deles cresceram, também trabalharam no campo. Em 2006, preparou documentos para facilitar a herança dos netos e bisnetos, de maneira a dar continuidade à empresa da família.

A história da família se encaixa no processo de profissionalização, crescimento e a formação do agronegócio norte-americano. Victor é um mé-

dio ou até mesmo um grande produtor industrial na classificação de Brey. Como tantos outros agricultores familiares, a história deles não passou livre de transtornos. Até 1989, conseguiram crescer comprando as terras de camponeses. Mas, no mesmo ano, uma geada matou árvores em mais de 300 hectares. Para pagar as dívidas e resistir na terra, acabaram vendendo quase 300 hectares e começaram uma nova companhia para cuidar dos pomares de citricultores que terceirizavam a produção, como seu avô. Em 2006, cuidavam de 1.200 hectares de clientes e 700 hectares da própria família. Há uma equipe de 15 trabalhadores permanentes que trabalham na produção de citrus. Entre os clientes da família, há proprietários e investidores de 12 até 320 hectares. Entre os primeiros têm acionistas tentando diversificar seus investimentos; entre os últimos, há professores universitários e outros profissionais. (SPREEN, 2006).

A geada de 1989 mudou não apenas a vida da família Story, mas também da trajetória da indústria de laranja na Flórida. Pela primeira vez, a importação de suco concentrado do Brasil ultrapassou a capacidade de produção da Flórida. Enquanto os citricultores entregaram só 110 milhões de caixas de laranjas para serem processadas, mais que 50% do suco consumido nos EUA dependiam da importação do Brasil.

Nos anos 1990, esta relação continuou a piorar para os floridianos, estimulando um processo de concentração da indústria, expropriando mais intensamente os pequenos e médios citricultores que tinham resistido até então. O número de processadoras foi reduzido das 27 empresas com 29 fábricas que existiram em 1990 para 12 empresas com 18 fábricas em 2002. Significativamente, com a concentração, quase desapareceu a integração vertical da indústria: das 11 empresas que eram donas das fábricas e os pomares em 1991, sobreviveram só duas até 2002. Um testemunho do argumento que a globalização é uma estrada de mão dupla é o fato de que as maiores firmas que compraram as empresas norte-americanas são brasileiras (Citrocsuco e Cutrale) e a francesa (Louis Dreyfus). A Cutrale comprou as fábricas da Minute-Maid, uma das marcas de suco mais famosas nos EUA, enquanto a gigante transnacional norte-americana Pepsi comprou outra, a Tropicana. Em 1993, os pomares da Minute-Maid foram comprados pela King Ranch, Inc., uma das maiores donas de terras agrícolas nos EUA (FERNANDES JR., 2003, p. 17-22; GRAHAM, 2002, p. 218).

Story está impressionado com a seriedade e qualidade do trabalho dos brasileiros e, por isso, tem medo da indústria brasileira. Como a indústria de laranja floridiana em geral, ele acha que a competição do Brasil poderia acabar com a agricultura e a indústria de laranja da Flórida, se não fossem medidas protecionistas na política agrícola dos EUA, como uma tarifa de US\$ 0.05 por litro de suco importado (FDOC, 2005, p. 48).

As entidades que mais representam os agricultores de laranja na Flórida hoje em dia – a Florida Citrus Mutual, herdeira da Exchange, e a FDOC, uma secretaria do governo estadual – se responsabilizam em munir seus sócios com pesquisas e dados sobre a indústria brasileira e floridiana. Além das políticas agrárias, tem uma empresa estadunidense que oferece um sentido de segurança para Victor, a cooperativa chamada Florida's Natural Growers (Citricultores Naturais da Flórida) (WIKIPEDIA 2004).

A Florida's Natural reunia uma dúzia de organizações de citricultores com um total de 1.200 sócios. Foi fundada em 1933 para ajudar os camponeses a juntarem seus recursos para enlatar sua fruta e vendê-la. Assim, tentaram escapar da pressão dos regulamentos da Exchange. Mas a padronização codificada da indústria pelo Estado, forçou a cooperativa a adaptar-se aos regulamentos. Para continuar funcionando, ela precisava respeitar a codificação, o que fez em 1987 com uma inovação, a criação de um suco natural em embalagem tipo longa-vida. Nos anos 1990, o consumo deste “suco natural” (Not-from-Concentrate – NFC, por não ser feito de suco concentrado) cresceu tanto, que tomou conta do mercado nos EUA (SPREEN 2000; FDOC 2005). O Estado e os dois grandes vendedores deste suco, Florida's Natural e Tropicana fizeram uma forte propaganda nacionalista sobre o conteúdo, insistindo que é puro suco de laranja floridiana, cercando um mercado que os brasileiros dificilmente poderiam acessar.

O sucesso do produto e a profissionalização da cooperativa Florida's Natural trouxeram para os administradores uma forma de controle que deixou de lado os próprios sócios produtores. Essa cooperativa, como muitas, é controlada por funcionários de alto nível que têm domínio das informações, sendo que os citricultores – os supostos donos do negócio – não têm poder de decisão, como reclamou Story. Mas, segundo ele, já que os administradores e sócios são estadunidenses, ele acha importante manter a cooperativa para evitar uma dependência total dos processadores brasileiros.

Um aspecto do sucesso da Florida's Natural que agrada Story é sua campanha de propaganda vendendo a imagem do agricultor tradicional, como um camponês, de trabalho familiar de pequeno porte. Desde 2001, a propaganda da cooperativa passa a idéia de que o suco é tão fresco que o camponês comercializa diretamente com o consumidor. Ou seja, a imagem da indústria não aparece. A legenda é "It's as close to the Grove as you can get" (É do pomar mais próximo que você [o consumidor] pode chegar). Para quem quiser ler a embalagem, vai encontrar um conto mais completo: "O suco da Florida's Natural é feito utilizando somente nossas laranjas frescas, nunca suco concentrado. E é a única grande marca no mercado controlada por uma cooperativa de pequenos citricultores. Então, apenas o melhor de nossa produção chega em sua mesa". Viajantes virtuais do site da empresa encontram imagens em preto e branco dos fundadores, descritos como homens simples e firmes, para apoiar o imaginário camponês. Turistas na Flórida estão convidados para visitar a Grove House (Casa do Pomar), uma loja feita para lembrar uma casa camponesa (Florida's Natural Growers, 2006).

Enquanto uma representação do camponês vive na Internet, a situação do campesinato de laranja no estado de Flórida é uma luta continua contra a erradicação. A pressão da agricultura capitalista, a intervenção do governo ao lado das empresas, a concentração dos processadores, a profissionalização das cooperativas, a globalização da indústria e o altíssimo preço de terra no estado deixaram pouco espaço para a sobrevivência do camponês.

O censo agrícola confirma as tendências de concentração das terras do pequeno agricultor e a marginalização do citricultor camponês. Entre 1954 e 1964, o mercado de suco concentrado aumentou, criando oportunidades para o camponês, que cresceu como categoria, justamente na época que nasceu a agroindústria brasileira de suco, por motivos parecidos. Daí até o presente, como mostram as estatísticas de 1974, 1982, 1992, e 2002, o campesinato foi reduzindo em quantidade – menos da metade continuou economicamente ativa no campo, ocupando menos da metade dos hectares que compunham seu território em 1964. No mesmo período, houve estabilidade no número dos maiores citricultores e crescimento nas áreas acima de 810 hectares. Em outras palavras, o censo confirma a impressão da marginalização dos camponês (pequenos e médios) e a concentração dos pomares nas mãos dos grandes produtores.

Tabela 1 – Número de fazendas com pomares por tamanho e território total no Estado da Flórida, 1954-2002

Classes de imóveis em ha.	1954	ha.	1964	ha.	1974	ha.	1982	ha.	1992	ha.	2002	ha.
Menos de 20	9.114	?	11.512	47.796	7.130	29.254	6.001	29.367	5.251	25.206	4.920	23.884
20 a menos de 57	1.645	?	3.436	48.578	1.907	38.750	1.787	34.405	1.452	28.440	1.317	29.392
57 a menos de 202	292	?	2.432	63.220	1.224	54.790	1.031	52.225	874	46.646	834	49.301
202 a menos de 810	143	?	1.463	214.798	558	89.037	504	92.696	396	73.668	363	67.221
Mais de 810	?	?	#	#	260	150.245	255	161.850	232	185.514	219	183.130
Total	22.963	255.575	18.834	374.393	11.079	369.263	9.578	370.542	8.205	359.475	7.653	352.928

Fontes: US Census Bureau, United States Census of Agriculture. 1954 (Suma da "Table 4 – Farms and Farm Characteristics: Land in bearing and nonbearing fruit orchards, groves, vineyards, and planted nut trees"; Áreas diferenciadas da "Economic Area Table 4 – Farms, Acreage, Value and Use of Fruit-and-nut"); 1964 (Suma da "Table 18 – Farm Characteristics, by Tenure of Operator: Land in Bearing and nonbearing fruit orchards, groves, vineyards, and planted nut trees"), 1974 (Suma da "Table 30 (Counties): Land in Orchards; valores diferenciados da Tabela 30 (Estado): Summary by Size of Farm: Land in Orchards"), 1982 ("Table 48: Summary by Size of Farm: Citrus Fruit"), 1992 ("Table 49: Summary by Size of Farms: All citrus fruits"), 2002 ("Table 61: Summary by Size of Farms: All citrus fruits"). Símbolos: # Os valores imediatamente acima incluem citricultores e fazendas de mais que 810 ha. e ? Informações não disponíveis.

A FAMÍLIA HANCOCK

No cinturão verde da cidade de Tampa, Flórida, encontram-se outdo-ors indicando como chegar no sítio Hancock Groves. Ao lado de uma estrada rural, tem um armazém azul, situado em frente a um pomar de laranja. Ao lado da entrada, há uma placa comemorando o fato de a família Hancock conseguir permanecer no lugar como camponeses por mais de cem anos. Sob a assinatura do secretário de agricultura, Bob Crawford, a placa diz: “Um Sítio Pioneiro Centenário. Pela capacidade de uma só família permanecer nestas terras por mais que cem anos, o povo do Estado da Flórida a aplaude” (A Century Pioneer Family Farm. For its continual ownership by one family for over 100 years, We Salute you. Bob Crawford, Agricultural Commissioner). Dentro do armazém, há uma loja de lembranças e laranjas. De fato, a unidade dos agricultores centenários é apenas um ponto turístico, onde se encontra várias miniaturas, fabricadas na China, como um lápis em cor laranja sendo engolido por um jacaré (símbolo do estado) de borracha.

Conversamos com Robert Hancock, de 50 anos de idade, e seu pai Theodore, de 87. Robert trabalhava na caixa da loja e carregava em seu cinto uma pistola, preocupado, aparentemente, com ladrões. Segundo Robert, a família fundou a área no século XIX. Foram colonos que enfrentaram os índios Seminole e sobreviveram. Praticou vários tipos de lavoura, inclusive a produção de castanhas e laranjas. Seguiu com a laranja até as geadas dos anos 1980, quando perderam centenas de árvores. Como a família Story, a família Hancock começou a ganhar dinheiro com outro negócio, só que, ao invés de ser com serviços, foi com uma loja. Nos anos 1990, as laranjas que começaram a produzir pegaram a doença cankar, impossibilitando a comercialização da fruta. Os custos associados com a luta contra a doença, que não tem cura, ficaram altos demais e, por enquanto, os Hancock desistiram de ser citricultores. É uma versão da mesma história que a maioria dos camponeses já passou.

SÃO PAULO: CONTROLE POLÍTICO, VERTICALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E DESCAPITALIZAÇÃO DOS CAMPONESES CITRICULTORES E DOS CITRICULTORES CAPITALISTAS

A formação da citricultura no Estado de São Paulo começou na segunda década do século XX. Mas foi na década de 1960 que a agricultura co-

meçou a ser reorganizada para aproveitar-se das geadas na Flórida, havendo a entrada do produto brasileiro no mercado estadunidense. Com assistência técnica e financeira de empresas norte-americanas, iniciou-se o processo de industrialização do suco concentrado e a exportação para os EUA. Por um lado, a comercialização da fruta estimulou a expansão do campesinato citricultor. Até 1980, foi não só o maior grupo de produtores – mais de dois terços do número total de produtores – mas também o responsável por mais de um terço da produção (Tabelas 2, 3 e 4). Por outro lado, a influência das processadoras sempre foi grande, com tendência à concentração, ao exercício de controle da produção agrícola nas mãos da indústria no sistema de integração por retaguarda (FERNANDES, 2003).

A partir dos anos 1980, a consolidação do agronegócio brasileiro da laranja aconteceu, gradualmente concentrando o poder de negociação em cinco grandes processadoras. Na década de 1990, a implementação da verticalização da produção foi intensificada, diminuindo a participação do campesinato citricultor e de citricultores capitalistas no processo produtivo. Somente nesta década, o número de citricultores caiu em quase dois terços. Simultaneamente ocorreu a expansão dos laranjais das empresas processadoras, aumentando ainda mais seu poder político e econômico. Configura-se assim uma pressão para eliminar o citricultor familiar pequeno e médio, por meio de uma política dirigida pelo agronegócio da laranja. Simultaneamente, o agronegócio da cana disputa os territórios produtivos, oferecendo maior renda pelo uso das terras até então utilizadas para a produção de laranja. No século XXI, o aumento da concentração de poder nas mãos do agronegócio enfrenta a reação dos médios e pequenos citricultores.

A FAMÍLIA JANGROSSI

No trabalho de campo realizado na região de Bebedouro, visitamos citricultores pequenos, médios e grandes. Entre as propriedades visitadas, destacamos o caso da família Jangrossi. São seis famílias camponesas cujas propriedades somam 240 hectares com laranjais no município de Cajobi. São descendentes de migrantes italianos que vieram trabalhar nas lavouras de café, se capitalizaram e compraram terras (BRAY, 1974). Na década de 1980, com a intensificação da expansão da citricultura da laranja, os Jangrossi trocaram o café pela laranja. A situação da família Jangrossi é um bom exemplo para ilustrar a situação dos camponeses citricultores.

Os Jangrossi estão sendo empobrecidos pelo aumento do controle político e econômico das processadoras, que estão investindo na verticalização da produção. Eles reclamaram que não possuem controle algum sobre o processo produtivo. A lógica do agronegócio é controlar todas as formas de conhecimento, desde as tecnologias às formas de negociação. Nos últimos anos, as processadoras maquinaram as condições de controle para determinar o tipo de contrato com o produtor. As processadoras se relacionam indiretamente com os produtores, através de representantes, denominados “condomínios”.

Os “condomínios” são formas de controle político das informações e ocupam todos os espaços de decisão dos citricultores. Por exemplo: os controladores dos “condomínios” são mediadores entre as processadoras e os produtores e entre os citricultores e as empresas que contratam assalariados para a colheita. Os “condomínios” mantêm o controle das informações referentes aos momentos de colheita e venda da produção.

Este controle de informações representa uma forma de subalternidade dos citricultores em relação às processadoras. Segundo os Jangrossi, o “condomínio” representa os interesses da processadora. Na renovação dos contratos de três anos, ele exerce enorme pressão para que o produtor mantenha o contrato com a processadora. No caso dos Jangrossi, eles possuem um contrato para o período 2005 – 2007. O controlador do condomínio, em 2006, ofereceu-lhes um preço maior por caixa de laranja para renovar o contrato já naquele ano. E um preço menor para renovar o contrato em 2007.

Os Jangrossi afirmaram que a qualidade de vida da família é determinada por essa política. E essa qualidade vem declinando, mesmo com a intensificação do trabalho na laranja por causa da diminuição do preço e da produtividade. Os membros da família possuem escolaridade de nível fundamental e não têm conseguido continuar os estudos. Os conhecimentos que possuem a respeito do trato da laranja são os receitados pelas processadoras, através de seus representantes.

Os Jangrossi são famílias camponesas em processo de descapitalização, resultado das mudanças na correlação de forças entre as processadoras e os citricultores que aconteceu a partir da primeira metade da década de 1990. Os Jangrossi, como a maior parte dos citricultores, caíram na trama das relações de poder maquinadas pelas processadoras.

Embora produzam laranja há décadas, há a possibilidade de mudarem de cultura, todavia, eles não estão interessados em plantar cana de açúcar,

um commodity em agressiva expansão na região em que vivem. Por que não mudar? perguntamos. “A gente gosta de trabalhar,” respondeu um membro mais antigo da família Jangrossi, “e a cana não exige trabalho, é só arrendar as terras”. Eles não vêem perspectivas de mudanças que não estejam sob controle do agronegócio. Não estão vinculados às associações de produtores, assim como a quase totalidade dos camponeses da região, que foram estudados por Romeiro (2002), em sua pesquisa com os agricultores familiares e camponeses citricultores em Bebedouro. São completamente dependentes das empresas processadoras.

A maior parte desses camponeses não utiliza políticas de crédito para investimento ou infra-estrutura. Em estado de descapitalização, estão bastante limitados para investimentos em renovação dos pomares. Esse conjunto de situações acelera o processo de expropriação. Desmobilizados e controlados pelas regras das processadoras, não possuem organização política e não participam de associações de representação de interesses. Nem, sequer, se relacionam diretamente com as processadoras, que os mantêm sobre controle por meio dos “condomínios”. (ROMEIRO, 2002).

As políticas de controle maquinadas pelas processadoras também criam uma forma de compreensão generalizada em que transparece o camponês como o problema do processo e, portanto, uma tendência de os marginalizar até serem eliminados. Para uma leitura ampliada dessa realidade, as tabelas a seguir são algumas das poucas referências disponíveis para uma análise do processo de expropriação dos camponeses citricultores. Observa-se a participação relativa no que se refere aos pés em produção, renovação do pomar e participação relativa na produção do Estado de São Paulo.

Tabela 2 – Número de imóveis rurais com pés em produção no Estado de São Paulo

Classes de imóveis em hectares	1980	%	1985	%	1990	%	1995	%
Menos de 50	15.063	73,1	18,215	74,9	14.728	66,5	17.869	66,6
50 a menos de 200	3.811	18,5	4.168	17,1	5.373	24,2	6.806	25,5
200 a menos de 1000	1627	7,9	1.710	7,1	1.903	8,6	1.943	7,2
Mais de 1000	98	0,5	207	0,9	153	0,7	194	0,7
Total	20.599	100	24.300	100	22.157	100	26.812	100

Fonte: Instituto de Economia Agrícola apud Vieira, 1998, p. 97

Tabela 3 – Número de pés novos por classe de imóveis no Estado de São Paulo

Classes de imóveis em ha.	1980	%	1985	%	1990	%	1995	%
Menos de 50	12756,849	52,7	7238,139	21,9	6447,890	15,4	12432,580	24,8
50 a menos de 200	3329,629	13,8	8375,780	25,3	12473,942	29,7	9507,189	19,0
200 a menos de 1000	6909,401	28,6	11832,432	35,8	16720,680	39,8	18502,635	37,0
Mais de 1000	1214,357	5,0	5641,665	17,1	6207,408	14,8	9606,442	19,2
Total	24210,236	100,0	33088,061	100,0	41.949,923	100,0	50048,852	100,0

Fonte: Instituto de Economia Agrícola apud Vieira, 1998, p. 112

Tabela 4 – Participação percentual de imóveis rurais na produção total do Estado de São Paulo

Classes de imóveis em hectares	1980	1985	1990	1995
Menos de 50	35,9	33,4	26,0	21,8
50 a menos de 200	27,3	23,4	29,4	30,8
200 a menos de 1000	31,3	35,0	34,8	28,2
Mais de 1000	5,5	8,2	9,8	19,3
Total	100,0	100,0	100	100,0

Fonte: Instituto de Economia Agrícola apud Vieira, 1998, p. 107

Ao analisarmos os números absolutos da tabela 1, observamos que o campesinato – representado numericamente pela classe de imóveis com menos de 50 ha. – manteve sua participação no período 1980 – 1995. O pequeno crescimento do número de imóveis de menos de cinquenta hectares e a permanência da capacidade de renovação de pomares, como demonstrado na tabela 2, são representações das tentativas de manutenção dessa classe. Todavia, o crescimento dos imóveis com mais de 1000 hectares representa o forte processo de verticalização industrial na expansão dos laranjais das processadoras. Observe que esta classe cresceu de 98 para 194 imóveis. Isto pode significar mais de cem mil hectares de laranja.

Esse processo de territorialização explica a razão do crescimento da participação na produção total do estado de 5,5% para 19,3% dessa classe de imóveis, o que também contribuiu para a diminuição da participação dos imóveis de menos de cinquenta hectares. Já as classes com 200 a menos de 1000, que representam os citricultores capitalistas médios e médios grandes, demonstram que embora o número absoluto de imóveis tenha

crescido no período 1980 – 1985, sua participação relativa na produção total do estado também caiu.

Contraditoriamente, a participação dos imóveis de mais de 50 e menos de 200 hectares quase que duplicou no período e teve pequeno aumento na participação relativa na produção total do estado. Esta contradição também demonstra a persistência do citricultor e o interesse das processadoras em manter outros produtores. Nesta classe estão camponeses citricultores e citricultores capitalistas. Nesta nuance de crescimento e queda, de verticalização e expansão da participação das processadoras na agricultura da laranja e de expansão e destruição dos citricultores camponeses e dos capitalistas está ocorrendo a tendência à concentração.

Essa tendência à concentração, segundo a Associação Brasileira de Citricultores – ASSOCITRUS (2006) se intensificou na década de 1990 diminuindo de 25 mil para nove mil o número de produtores de laranja. A ASSOCITRUS tem atuado no sentido de mudar o rumo desta tendência, propondo a criação de novos espaços políticos para fortalecer os produtores de laranja. Mas essa atuação contém sua contradição. Ao mesmo tempo em que a ASSOCITRUS age contra as processadoras, atua a favor do agronegócio, que está sob controle das processadoras.

ASSOCITRUS – A RESISTÊNCIA DOS CITRICULTORES AO AGRONEGÓCIO

A ASSOCITRUS não é uma entidade de classe. Assim como sua rival, a Associação Brasileira dos Exportadores de Citrus – ABCITRUS. A primeira representa os interesses dos citricultores capitalistas e camponeses citricultores. Atua somente no sistema agrícola. A segunda representa os interesses das processadoras que atuam em todos os sistemas do agronegócio da laranja. São, portanto, associações diferentes que fazem parte do complexo de sistemas do agronegócio.

A ASSOCITRUS é uma associação que procura ser representativa para defender os interesses dos citricultores dentro do complexo de sistemas do agronegócio da laranja. Entre seus objetivos, também procura dar suporte técnico e jurídico aos citricultores. Nos últimos anos tem atuado sistematicamente contra a estratégia das processadoras de diminuição do

número de citricultores e de intensificação da verticalização da produção de laranja.

A ASSOCITRUS procura representar, portanto, uma parte do sistema agrícola do agronegócio da laranja. Porque, como demonstramos na parte anterior, com o processo de verticalização de produção pela indústria, as processadoras têm aumentado sua participação na produção da laranja, aumentado também o seu poder de imposição de condições na negociação com os citricultores.

Em seu site na Internet a ASSOCITRUS informa que pretende “resgatar a harmonia do setor citrícola”. Todavia, encontra muitas dificuldades na correlação de poderes dentro do complexo de sistemas do agronegócio. Como a associação representa um sistema que não produz tecnologia, seu poder é extremamente limitado. Os citricultores produzem laranja para o complexo de sistemas do agronegócio da laranja. As processadoras também produzem laranja, as tecnologias e os conhecimentos para a produção. E ainda produzem as políticas que determinam a comercialização da produção.

Com esse nível de controle, as processadoras podem influenciar quantos e quais citricultores vão permanecer produzindo. A ABCITRUS é um fórum para que as processadoras possam traçar suas estratégias de dominação. Nesta correlação de poderes, a ASSOCITRUS defende os direitos e interesses dos citricultores que são controlados pelas processadoras. Nessa condição, as processadoras têm o controle quase que absoluto sobre os citricultores. Esse controle é determinado pela escala de produção e pelo domínio dos diferentes sistemas de produção, indústria, mercado, financeiro e políticas públicas. Portanto, enquanto as processadoras têm poderes geopolíticos e econômicos em escala internacional, a ASSOCITRUS está procurando construir poder político local.

Paulillo (2001) apresenta uma análise da correlação de poder nos anos 1980, em que o Estado regulava as políticas de negociação. A ASSOCITRUS e a ABCITRUS estavam subordinadas às regulamentações do Estado, sendo que a primeira mantinha apenas poder político, enquanto a segunda mantinha poderes políticos e econômicos. Nos anos 1990, essa correlação mudou. O Estado foi rebaixado da condição de regulador para a condição de mediador. Esta nova postura do Estado afetou a relação entre citricultores e processadoras. Enquanto a ASSOCITRUS viu seu poder po-

lítico diminuir, a ABCITRUS utilizou sua predominância no mercado para ampliar e concentrar seus poderes econômicos e políticos.

Essa concentração de poder entre as processadoras possibilitou a intensificação da verticalização da produção, eliminando em torno de 16 mil produtores durante os anos 1990. Com o controle da tecnologia de produção e dos mecanismos de comercialização, as processadoras determinam as condições de negociação da laranja, não restando nenhuma forma de resistência aos produtores, além da política.

A ASSOCITRUS acredita que “a soma de forças será capaz de resgatar e manter a citricultura (...) para fazer com que o campo e as cidades voltem a crescer de forma sustentável”. E que a participação dos citricultores “é indispensável para que a associação prove sua representatividade junto ao governo e às indústrias”. Acreditando nesta possibilidade, a ASSOCITRUS está participando do Conselho Superior do Agronegócio da Federação da Indústria do Estado de São Paulo – FIESP, que reúne entidades e empresas de todos os sistemas do agronegócio.

Com essa compreensão da realidade, a ASSOCITRUS busca saída dentro do agronegócio. Procura construir representação para defender os citricultores capitalistas e camponeses, que ainda compõem a maior parte do sistema agrícola do agronegócio da laranja. E procurando romper com esse esquema de poder da ABCITRUS, a ASSOCITRUS vem desenvolvendo políticas para a defesa dos interesses dos citricultores capitalistas e dos camponeses citricultores.

Uma forma de acumular poder no enfrentamento com a ABCITRUS é a reunião de informações referentes aos sistemas de produção e comercialização, defendendo mudanças nas relações entre os produtores e as processadoras, principalmente no que se refere à verticalização e ao preço pago pela caixa de laranja. A luta da ASSOCITRUS contra o poder das processadoras a tem aproximado da Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo – FERAESP. Esta é uma característica nova criada pelo controle político das processadoras, em que produtores e trabalhadores assalariados desenvolvem matrizes discursivas contra o poder extraordinário do agronegócio da laranja (NEVES, 2006).

Esse processo fez com que os produtores acusassem as processadoras de formação de cartel. Em janeiro de 2006, em uma operação da Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça, foram apreendidos

pela Polícia Federal diversos documentos nas sedes das processadoras. Esta investigação ficou conhecida como Operação Fanta e tornou-se um trunfo para os produtores. A existência de informações em computadores e documentos apreendidos, embora não conhecidos pelos produtores, representa uma força para os citricultores. As processadoras estão propondo acordos para evitar o conhecimento dos documentos e, no trâmite do processo, as processadoras têm conseguido impedir que os conteúdos dos documentos apreendidos sejam conhecidos, reforçando sua posição na correlação de forças.

Os camponeses citricultores paulistas não têm uma forma de organização de classe e, portanto, nem perspectiva de autonomia dentro do agronegócio. A perspectiva de existência do campesinato dentro do complexo de sistemas do agronegócio é tanto conjuntural quanto estrutural. Conjuntural quando a participação do campesinato na produção da commodity é de interesse do agronegócio, como é o caso da laranja que está em processo de mudança do sistema produtivo com a intensificação da verticalização e da terceirização da produção. Estrutural quando o agronegócio não consegue construir as condições para dominar totalmente o sistema agrícola. É o caso do tabaco e da uva, em que a produção predominante é camponesa.

Os camponeses citricultores e os citricultores capitalistas estão diante de um dilema. Será que as formas associativas e suas estratégias são suficientes para garantir as suas existências? Não será provável, como no caso da Florida Citrus Exchange, os citricultores capitalistas da ASSOCITRUS abandonar os camponeses citricultores para assim melhorar sua posição de negociação frente às processadoras?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho analisamos a relação entre campesinato e agronegócio da laranja nos EUA e no Brasil. Observamos que nos dois países, por diferentes processos, o campesinato vem sendo marginalizado do processo produtivo da agricultura da laranja. Todavia, somente no Brasil encontramos alguma forma de resistência organizada através da ASSOCITRUS, que tem reunido citricultores capitalistas e camponeses citricultores. Nos EUA, a resistência é fragmentada e a recriação frágil e isolada.

O agronegócio da laranja é um complexo de sistemas altamente concentrado que tem o poder para comandar a maior parte da agricultura de laranja e mercado mundial de suco de laranja. Essa concentração faz com que São Paulo e Flórida formem “uma região geo-agrícola” controlada por quatro empresas processadoras e exportadoras de suco de laranja.

Na atual correlação de forças, o campesinato não tem perspectivas dentro do agronegócio da laranja. Só lhe resta a possibilidade de migrar. No caso dos EUA, tivemos informações de camponeses que migraram para o Belize e para o Brasil. No caso do Brasil, não encontramos nenhuma referência de migração física, nem no trabalho de campo, tampouco na bibliografia e nos documentos estudados. Contudo, encontramos camponeses ou ocupando suas terras por outras culturas, principalmente cana-de-açúcar, ou experimentando com o mercado da fruta fresca, assim saindo da matriz do agronegócio do suco.

Esse processo de expropriação e resistência está em movimento, considerando que novas formas de organização podem surgir. As processadoras investem predominantemente no suco concentrado, enquanto o mercado doméstico no Brasil ainda é pouco explorado, ao contrário dos EUA. Lá, as implicações para os produtores do crescente mercado de suco “fresco” – o suco NFC de Flórida – ainda não é claro. Persistindo as políticas de terceirização, verticalização e aumento de poder das processadoras, os produtores capitalistas e os camponeses continuarão perdendo território para as transnacionais.

Compreendendo o agronegócio como totalidade, não há outras perspectivas para os citricultores. A recuperação do papel regulador do Estado pode representar uma atenuação no poder das processadoras, que hoje determinam a maior parte das regras na correlação de forças. A recuperação de poderes por parte dos citricultores está na condição de criar e propor novas relações com as processadoras e construir relações políticas para limitar as novas regras que elas criam para defender seus interesses e criar privilégios.

Essa contradição – contribuição / destruição – é mais bem compreendida quando a análise considera que o campesinato não é parte integrante do agronegócio. Ele é subalterno a este modelo de desenvolvimento, pelo fato de não possuir poder para impor outro modelo na correlação de forças com o capital. Mesmo assim, sua persistência é um fato histórico impossível de negar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABCITRUS – Associação Brasileira dos Exportadores de Citrus. *Produção e Exportação de Laranja*. Disponível em: <http://www.abecitrus.com.br/producao_br.html> Acesso em: 10 set. 2006.
- ASSOCITRUS – Associação Brasileira de Citricultores. *ASSOCITRUS – Quem somos?* 2006. Disponível em: <<http://www.associtrus.com.br/?goto=associtrus>> Acesso em: 10 set. 2006.
- BRAY, Silvio Carlos. *A utilização da terra em Bebedouro e o papel atual da cultura da laranja*. Dissertação de mestrado, Geografia, UNESP-Rio Claro. 1974.
- BREY, James Arnold. *Changing spatial patterns in Florida citriculture, 1965-1980*. PhD. Diss. Geography, University of Wisconsin -- Madison, 1985. 539 f.
- DAVIS, John, H. GOLDBERG, Ray, A. *A concept of agribusiness*. Boston: Harvard University Press, 1957. 143 f.
- ELIAS, Denise. *Globalização e Agricultura*. São Paulo: USP, 405 p.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, A. M. (Org.). *Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil*. Campinas: Unicamp, 2005b. No prelo.
- FERNANDES JR., Waldir Barros. *Analyses of the world processed orange industry*. Ph. D. Diss., Food and Resource Economics, University of Florida, 2003. 108 f.
- FDOC – FLORIDA DEPARTMENT OF CITRUS. *Citrus Reference Book Economic and Market Research Department*. 2005.
- FLORIDA'S Natural Growers. 2006. *Florida's Natural Growers*. Disponível em: <<http://www.floridasnatural.com/main/index.php>> Acesso em: 10 set. 2006.
- FURTADO, Rogério. *Agribusiness brasileiro: a história*. São Paulo: Evoluir, 2002. 252 p.
- GRAHAM, Don. *Kings to Texas: The 150-year Saga of an American Ranching Empire*. Hoboken, NJ: John Wiley; Sons, 2002. 305 p.
- HAMILTON, Shane. *Cold Capitalism. The Political Ecology of Frozen Concentrated Orange Juice*. *Agricultural History*, v. 77, n. 4, p. 557-581. Otono, 2003.
- HASSE, Geraldo. *The Orange: a Brazilian Adventure, 1500-1987*. Traduzido por Kevin MUNDY. São Paulo: Duprat; Iobe Publication, 1987. 297 p.
- JOHNSTON, Jo-Ann. *Loss of Farms Alters Florida's Complexion*. Tampa Bay Online. 26 de março, 2006. Disponível em: <<http://www.tbo.com/news/metro/MGBDAZ8W8LE.html>> Acesso em: 9 maio 2006.
- MOORE, T. W. 1884 [1881]. *Treatise and Handbook of Orange Culture in Florida, Louisiana and California*, 3. ed. New York: E. R. Pelton and Company.

- NEVES, Elio. Entrevistado por WELCH, Clifford Andrew e FERNANDES, Bernardo Mançano. Trans. Ana Cristina. Araraquara. 30 jun. 2006.
- NEVES, Marcos Fava. LOPES, Frederico Fonseca (org.). *Estratégias para a Laranja no Brasil*. São Paulo: Atlas, 2005. 225 p.
- PAULILO, Luiz Fernando. ALVES, Francisco (org.). *Reestruturação agroindustrial: políticas públicas e segurança alimentar regional*. São Paulo: Edufscar, 2002. 350 p.
- PAULILO, Luiz Fernando. *Redes de Poder e Territórios Produtivos*. São Paulo: Rimal/Edufscar, 2000. 200 p.
- PAULILO, Luiz Fernando. *Redes de relações e poder de negociação: uma análise do caso citrícola brasileiro*. In *Gestão & Produção*, v. 8, n. 3, p. 250-270, dez. 2001.
- POLTRONIERI, Ligia Celoria. *Difusão Espacial da Citricultura no Estado de São Paulo*. São Paulo: Instituto de Geografia, 1976. 108 p.
- ROMEIRO, Vanda Marques Burjaili. *Gestão da pequena unidade de produção familiar de citrus: uma análise dos fatores influentes no sucesso do empreendimento do ponto de vista do produtor em Bebedouro – SP*. 242 p. Dissertação de Mestrado em Engenharia de Produção. Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, 2002.
- SPREEN, Thomas H. e MURARO, Ron. *The World Market for Citrus Products and Risk Management for Florida Citrus Growers*. Citrus Risk Management Series FE 195, Department of Food and Resource Economics, Florida Cooperative Extension Service, Institute of Food and Agricultural Sciences, University of Florida, Gainesville, FL. 2000.
- SPREEN, Thomas H. et al. *An Economic Assessment of the Future Prospects for the Florida Citrus Industry*. Institute of Food and Agricultural Sciences, University of Florida, Gainesville, FL. 2006.
- SPREEN, Thomas H.. Entrevistado por Clifford Andrew WELCH e Bernardo Mançano FERNANDES. University of Florida, Gainesville. 24 mar. 2006.
- SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA. *Da monocultura ao agribusiness*. Brasília: Embrapa, 2005. 141 p.
- STORY, Victor Bernard. Entrevistado por WELCH, Clifford Andrew e FERNANDES, Bernardo Mançano. Lakeland, FL, 23 mar. 2006.
- USDA – United States Department of Agriculture. *Census of Agriculture*. State Date. Summary by Size of Farm. 1992, 1997, 2002. Washington, DC: Government Printing Office.
- VIEIRA, Ana Cláudia. *Desafios para os pequenos produtores de laranja do Estado de São Paulo diante dos novos fatores na relação agricultura – indústria nos anos 90*. 191 p. Dissertação de mestrado em Engenharia de Produção. Centro de

Ciências Exatas e Tecnologia da Universidade Federal de São Carlos, 1998.

WELCH, Cliff. *Agribusiness: uma breve história do modelo norteamericano*. In: Anais. Por uma geografia Latino-Americana: do labirinto da solidão ao espaço da solidariedade. Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, 2005.

WIKIPEDIA. *Florida's Natural Growers*. Disponível em: <http://en.wikipedia.org/wiki/Citrus_World> 2004. Acesso em: 4 maio 2006.

WITZIG, John e MONGIOVI, Nelson L. *Florida Department of Agriculture, Florida Agricultural Statistics, Citrus Summary 2003-2004* (2005).

AGRICULTURA E MERCADO: IMPASSES E PERSPECTIVAS PARA O AGRONEGÓCIO E A PRODUÇÃO CAMPONESA NO CAMPO LATINO-AMERICANO

VALERIA DE MARCOS
Universidade de São Paulo

O presente artigo tem por objetivo, a partir das conferências realizadas por Clifford Welch, Paul Menchu e Miguel Teubal¹, tecer algumas considerações sobre a situação atual do campo latino-americano no contexto do processo de globalização neoliberal, frente ao avanço do capitalismo, e com ele do agronegócio, e as perspectivas para a produção camponesa diante deste quadro.

O MUNDO (E O CAMPO) EM QUE VIVEMOS ...

De acordo com Teubal (sdp), o ponto de partida para esta análise deve ser buscado nos anos 1970, quando diante da crise das instituições de Bretton Woods, o termo globalização passou a indicar um processo de internacionalização do capital, caracterizado, de um lado, pela crescente mercantilização de inúmeras atividades das esferas econômica, social e cultural que até então estavam à margem do mercado capitalista e, de outro, pela integração de diversos setores da economia mundial, constituindo um autêntico *mercado mundial*, processo no qual as grandes empresas transnacionais desempenharam – e continuam desempenhando – um papel fundamental. Além disso, a globalização também se refere a uma nova fase de desenvolvimento do capitalismo mundial, em que os Estados Nacionais parecem perder relevância frente aos Estados Transnacionais, e a um novo discurso ou projeto relativo aos interesses dos grandes grupos transnacionais que tem

¹ O ciclo de conferências realizadas pelos três palestrantes intitulou-se “Agricultura e mercado: impasses e perspectivas para o agronegócio e a produção camponesa”, como parte das atividades do III Simpósio de Geografia Agrária, IV Simpósio de Geografia Agrária e Jornada Orlando Valverde.

sido descrito como um *pensamento único*, numa idéia tatcherista, conforme destacado por Santos e Rodríguez (2002), de que *não há nenhuma alternativa* ao capitalismo neoliberal, dando origem ao que Santos (2000) chamou de globalitarismo.

O reflexo deste processo não demorou a ser sentido no campo latino-americano. Assim, ainda tendo que responder às mudanças no processo de produção agrícola introduzidas pela revolução verde, o campo latino-americano passou a enfrentar, nas últimas décadas, as conseqüências da intensificação do domínio do capital no seio de um capitalismo cada vez mais globalizado. Entre tais conseqüências, merecem ser destacadas

[...] a difusão crescente do trabalho assalariado; a precarização do emprego rural; a multiocupação; a expulsão de médios e pequenos produtores do setor; as contínuas migrações campo-cidade ou através das fronteiras; a crescente orientação da produção agropecuária a partir dos mercados; a articulação dos produtores agrários com complexos agroindustriais onde predominam as decisões de núcleos de poder vinculados a grandes empresas transnacionais ou transnacionalizadas; a formação em alguns países dos denominados *pool de siembra*, etc. [...]. No outro pólo do processo se manifesta a importância crescente que assumem os complexos agroindustriais comandados por grandes corporações transnacionais ou transnacionalizadas que se vinculam com o comércio mundial de produtos agropecuários, a provisão de insumos e tecnologia agropecuária, o processamento industrial e a distribuição final de alimentos, e a difusão dos *pool de siembra* e/ou outros mecanismos financeiros que incidem sobre o fazer agropecuário. A maior concentração da terra, a consolidação de um novo latifundismo no meio rural relacionado com o capital financeiro e agroindustrial, a maior concentração de capital nos diversos setores que integram os sistemas agroalimentares dos países latino-americanos, a provisão de novos insumos e tecnologia agropecuária, a transnacionalização de partes importantes do sistema agroindustrial associado ao meio rural, e a estreita articulação e crescente integração vertical no interior de importantes complexos agroindustriais, são fenômenos que podem relacionar-se com os processos de *globalização* (Teubal, sd, p. 46-47).

Para se ter uma idéia da importância das empresas transnacionais no controle do mercado mundial de produtos agropecuários, basta dizer que seis corporações controlam 85% do mercado de grãos (entre as quais a Car-

gill/EUA, a Mitsui/Japão e a Louis Dreyffus/França); quinze controlam cerca de 90% do comércio de algodão, sete respondem por cerca de 60% do comércio de café (Teubal, sdp, p. 49). A melhoria dos ganhos dessas grandes corporações tem contribuído a crescente liberalização do comércio mundial de produtos agropecuários, alimentícios ou não, sob os auspícios inicialmente do GATT e, atualmente, da OMC.

Mas este poder/controlado do mercado não se resume à produção/comercialização de produtos agrícolas. A ação destas grandes corporações estende-se à produção de maquinários, insumos, sementes transgênicas e processamento industrial. O resultado é que, de um lado, poucas empresas controlam a maior parte do mercado mundial e, de outro, boa parte delas atuam em mais de um setor, sendo capazes de controlar o mercado em várias frentes, ter acesso a vários tipos de financiamento e, desnecessário dizer, exercer importante influência sobre as decisões políticas que afetam o setor. É o caso do mercado de agroquímicos², controlado pela *Novartis*, *Zeneca*, *AgroEvo*, *Du Pont*, *Bayer* e *Monsanto*; do mercado de sementes, controlado pela *Pioneer*, *Jo-Bred*, *Novartis*, *Limagrin*, *Avanta* e *Cargill*³; do mercado de carnes processadas, controlado pela *IBP*, *ConAgra* (*Armour*, *Swift*, *Monfort*, *Miller*), *Cargill* (*Excell*) e *Farmland Industries* (*National Beef*). (Teubal, sdp).

A ação destas empresas configura o processo de integração vertical. Para que se possa compreender o alcance desta ação, veja o caso da *ConAgra* que,

[...] não apenas tem interesses no processamento de carnes, cereais e oleaginosas de todo tipo, sendo também o principal produtor de perus e o segundo produtor de aves; entre outras atividades, possui cem silos para grãos, dois mil vagões de trem e mais de mil embarcações para o transporte de seus produtos. Produz seus próprios alimentos balanceados e é dona de uma série de estabelecimentos incubadores de frangos. Também tem interesses em etapas posteriores na cadeia alimentar. Os frangos [...] assim como os denominados “TV Dinners” e outros produtos elaborados com as marcas *Banquet* e *Beatriz Foods*, podem ser vendidos por *Country Pride*, todos eles pertencentes à *ConAgra*. [...] É a segunda empresa agroalimentar dos EUA, depois de *Phillip*

² Agrotóxicos e fertilizantes químicos.

³ Muitas empresas atuam nos dois setores, e vendem as sementes associadas aos agrotóxicos, aumentando assim seus ganhos.

Morris, e a quarta mais importante a nível mundial, com operações em trinta e dois países. Estas empresas operam em uma série de países e constituem-se nos símbolos mais destacados do processo de globalização. Muitas delas transformaram-se em conglomerados. A Cargill, por exemplo, não é apenas uma importante processadora de carnes e grãos: também processa ferro, outros metais e produtos petrolíferos. Phillip Morris, associada fundamentalmente ao tabaco e aos cigarros, é a corporação alimentar mais importante dos EUA e a segunda mais importante no mundo em geral. [...] Mitsubishi, conhecida como uma das principais indústrias automobilísticas do mundo, está na atualidade se transformando numa das principais processadoras de carnes (Teubal, sdp, p. 55-56).

No campo latino-americano, mas não só, a ação destas empresas deve ser compreendida a partir da lógica do processo de internacionalização da economia, processo este que está relacionado ao mecanismo da dívida externa (Oliveira, 2005). Os países contraem dívidas para promover o crescimento da produção interna, sobretudo industrial, e para saldá-las, precisam exportar. O problema é que os principais produtos de exportação desses países são matérias-primas, com baixo valor agregado, cujos preços têm baixado nas últimas décadas em função da expansão das culturas promovida tanto pelos próprios países endividados quanto pela introdução de novas áreas produtoras. Este efeito é ainda pior quando esta expansão se dá em países de economia avançada, que, via de regra, não respeitam as leis de liberalização do mercado mundial que eles próprios determinam – já que são aqueles que maior poder de influência têm nas decisões da OMC – e subsidiam/protegem seus produtos/mercados. Os resultados são os piores possíveis: aumento das culturas de exportação em detrimento daquelas destinadas ao mercado interno, diminuição da biodiversidade, aumento das pragas e enfraquecimento dos solos⁴, alteração da dieta alimentar das populações, perda da so-

⁴ Porto Gonçalves (2004, p. 225), ao tratar dos efeitos da revolução verde, destaca o descompasso existente entre o aumento do consumo de agrotóxicos e fertilizantes químicos e os efeitos em termos de produtividade. No que se refere ao uso de fertilizantes, segundo o autor baseando-se em dados da FAO, entre 1950 e 2000, enquanto a produção de grãos aumentou três vezes, o uso de fertilizantes aumentou 14 vezes, o que fez a relação produção de grãos/uso de fertilizantes cair de 42 toneladas para 13 toneladas de grãos para cada tonelada de fertilizante utilizada no campo. Alguém está ganhando com isso, e certamente não são nem o ambiente, nem os camponeses.

berania e segurança alimentares⁵, sem falar na necessidade de contratação de novos empréstimos para saldar os anteriormente contraídos, processo que gera o aumento da dívida externa, em um ciclo vicioso sem fim.

No território, a ação destas empresas configura o processo que Oliveira (2005) tem chamado de *monopolização do território*. Elas instalam-se em áreas estratégicas e monopolizam o território, ao determinarem o que ali será produzido, estabelecendo acordos com os pequenos camponeses ou capitalistas que passam a produzir e entregar seus produtos para serem processados por elas, de acordo com os padrões de qualidade definidos no momento da contratação. Agem sujeitando a renda da terra ao capital e, ao possuírem seus tentáculos em diferentes setores produtivos, o fazem seja através da venda de sementes e insumos (capital comercial), seja através da compra dos produtos para serem processados (capital industrial) seja ainda, em alguns casos, adiantando parte dos recursos necessários para serem investidos no processo produtivo (capital financeiro). Tal ação tem como resultado um processo de industrialização da agricultura, seja através da intensificação do uso de maquinários e insumos industrializados, seja através da subordinação da agricultura aos desígnios da indústria alimentícia.

É este o processo que está em curso no caso da produção da laranja para a indústria de suco, da qual nos fala Welch⁶, a partir de um estudo comparativo entre o campo paulista e o americano (Flórida). Seus estudos mostram o elevado custo de produção da laranja e as dificuldades enfrentadas pelos pequenos camponeses para continuarem produzindo. O monopólio sob o mercado exercido pelas indústrias processadoras de suco – em especial no caso brasileiro pelas chamadas 4C's (Cutrale, Citrosuco, Citrovita e Coimbra, as três primeiras brasileiras que também atuam no mercado mundial com grande competitividade⁷) – faz com que os produtores tenham pouco poder de barganha na negociação do preço pago pela laranja. Muito embora a maior parte dos produtores seja de pequenos e médios proprietários, tratam-se, em boa parte, dos casos de produtores capitalistas, ligados ao agronegócio. Os camponeses que resistem são aqueles que possuem outro tipo

⁵ Entendemos aqui por segurança alimentar a qualidade do alimento a ser consumido.

⁶ Refiro-me aqui à apresentação realizada durante o Simpósio.

⁷ Para termos uma idéia do poder destas empresas e do significado do processo de globalização, basta dizer que a brasileira Cutrale comprou as fábricas da Minute Maid (Coca-Cola) na Flórida, uma das marcas mais famosas nos EUA.

de cultura, e que têm na laranja apenas uma das suas fontes de renda, e por isso aceitam a integração.

A integração é usada pelos camponeses como uma fonte de renda segura, capaz de permitir a manutenção da família e das demais atividades. Ao contrário do que ocorre com a laranja, é mais comum encontrarmos camponeses integrados em atividades que requerem uma maior intensidade de trabalho durante o processo produtivo. É o caso da avicultura, em que, além da renda monetária obtida com a comercialização das aves com as indústrias, os camponeses utilizam a cama do frango, excelente fertilizante natural, seja colocando-a na própria terra, seja vendendo-a. Aliás, temos aqui uma das regras de expansão do capitalismo no campo: quando o tempo de trabalho é menor do que o tempo de produção, o capital se territorializa e, a um só tempo, a extrai a mais-valia dos trabalhadores, obtém o lucro com a comercialização da produção e a auferir a renda da terra. Neste caso, estamos diante do que Oliveira (2005) denomina *territorialização do capital*, cujo exemplo mais ilustrativo é o que acontece com a cana-de-açúcar: o capital varre do campo os trabalhadores (expulsando e expropriando camponeses e trabalhadores rurais) e transforma-o, nos dizeres do autor, em um “mar” de cana, de soja etc. Neste caso, proprietário de terras, capitalista do campo e capitalista industrial são a mesma pessoa e estamos diante, conforme o autor, de uma verdadeira agroindústria. Quando, ao contrário, o tempo de trabalho é maior do que o de produção, o capital age através da *monopolização do território* e da sujeição da renda da terra. Neste caso, o campo continua povoado por camponeses ou pequenos ou médios capitalistas, que passam a produzir de acordo com o que lhes diz a indústria. É o caso, por exemplo, da laranja, do fumo, da avicultura e da suinocultura, entre outros.

Boa parte destes produtos está associada ao *agribusiness*, conceito que, conforme nos recorda Welch, foi cunhado pela primeira vez por Davis e Goldberg em 1957 nos EUA. Foi traduzido para o Brasil nos anos 1980 como *complexos agroindustriais* (CAI), tendo grande repercussão na academia, sobretudo a partir dos trabalhos de Pinazza e Müller. No final dos anos 1990 e início dos anos 2000, no Brasil, este termo passou a ser substituído pelo termo *agronegócio*, numa tentativa de dar um ar de modernidade às velhas práticas da agricultura capitalista. O *agronegócio* nada mais é do que um *marco conceitual* que delimita os *sistemas integrados de produção de alimentos, fibras e biomassa*, operando desde o melhoramento genético até o produto final, *no qual todos*

os agentes que se propõem a produzir matérias-primas agropecuárias devem fatalmente se inserir, sejam eles pequenos ou grandes produtores, camponeses ou pequenos capitalistas, fazendeiros ou assentados.

No campo brasileiro e naquele latino-americano, *agronegócio* tem significado produção para o mercado externo e, como demonstra Oliveira (2003), diversamente da idéia que tem sido construída pela mídia, não necessariamente é sinônimo de grande produção. Como demonstra o autor, com exceção da cana-de-açúcar, que majoritariamente é produzida em médios e grandes estabelecimentos, nos demais produtos do agronegócio, inclusive no caso da soja, sua principal “vedete” para usarmos as palavras do autor, a maior parte da produção tem se concentrado em pequenos e médios estabelecimentos rurais. Trata-se, na verdade, da nova face da agricultura capitalista, que por trás desta idéia de modernidade, esconde o velho caráter rentista da agricultura capitalista, de produção para a exportação, de concentração da terra e super exploração da força de trabalho assalariada, como é o caso das condições de trabalho (quase) escravas dos bóias-frias cortadores de cana no campo paulista. Ou seja, como nos diz Oliveira referindo-se ao campo brasileiro, mas penso que o mesmo possa ser dito para aquele latino-americano, agronegócio nada mais é do que “a reatualização do passado”.

Este quadro de desenvolvimento do capitalismo no campo em tempos de globalização, marcado pela liberalização dos mercados (dos países em vias de desenvolvimento), é que deve estar na base da compreensão das desiguais situações de negociação entre países desenvolvidos e em vias de desenvolvimento no mercado mundial. Ele é fruto da “receita” na qual se transformou o Consenso de Washington, do final dos anos 1980, um conjunto de medidas técnicas em favor de uma economia de mercado que, em tese, deveriam promover a recuperação econômica dos países latino-americanos. A “receita” previa a estabilização da economia (corte do déficit público e combate à inflação); as reformas estruturais visando à redução do Estado (amplas privatizações; a abertura da economia por meio da liberalização financeira e comercial; a redução de subsídios e gastos sociais por parte dos governos; a desregulamentação do mercado de trabalho, com vistas a permitir formas de contratação que possibilitassem a redução dos custos às empresas) e abertura econômica através da eliminação de barreiras aos investimentos estrangeiros de forma a atrair tais investimentos e promover o crescimento econômico. Tais medidas passaram a estar na base das renegociações das dívidas externas

dos países latino-americanos promovidas pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional durante os anos 1990, fazendo estrada para a implantação do neoliberalismo a nível mundial (SIQUEIRA; CASTRO; ARAÚJO, 2003, p. 850).

Foi neste quadro que se deu o surgimento da Organização Mundial do Comércio (OMC), em substituição ao Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT), em 1995. A criação da OMC (WTO), selada com a assinatura do WTO Agreement de Marrakesh, foi o resultado da Rodada do Uruguai, última reunião do GATT, iniciada em 1986 e concluída em 1993 com o estabelecimento de diversos acordos em três grandes áreas: bens, serviços e propriedade intelectual (COLSERA, 1998, p. 3). A longa duração desta Rodada deveu-se a uma decisão inicialmente adotada, segundo a qual nenhum acordo seria concluído enquanto houvesse qualquer pendência. Um dos temas mais polêmicos foi o agrícola, inserido pela primeira vez em uma rodada de negociação multilateral. De acordo com Colsera (1998, p. 3),

[...] a Rodada transcorreu paralelamente às transformações da política agrícola dos EUA, à radical mudança da Política Agrícola Comum (PAC) da União Européia, e no auge de uma guerra comercial, muniada pelos Tesouros Nacionais, nos mercados de produtos agropecuários. Não foi por outra razão que os interesses agrícolas europeus foram o principal fator que dificultou a conclusão da Rodada.

A OMC foi criada com o objetivo de configurar-se em um fórum para discussões sobre temas relativos ao comércio internacional e para a realização de negociações comerciais entre as partes interessadas. Dela participam os ministros de comércio dos países-membros e as reuniões são bienais. O WTO Agreement contém vários tipos de acordos, alguns de concordância geral – sobre o comércio, sobre o mecanismo de solução de controvérsia e sobre o mecanismo de revisão das políticas comerciais – e outros mais polêmicos, assinados apenas por alguns países, como os acordos sobre aviação civil, compras governamentais e os acordos internacionais sobre produtos lácteos e carne bovina. Os acordos relativos ao comércio

[...] versam sobre três áreas distintas: sobre comércio de bens, sobre o comércio de serviços e sobre os direitos da propriedade intelectual. O acordo sobre o comércio de bens é composto pelos seguintes acordos: sobre agricultura; sobre medidas sanitárias e fitossanitárias; sobre têxteis; sobre barreiras técnicas ao comércio; sobre medidas de inves-

timentos relacionadas ao comércio; sobre a implementação do Artigo VI do GATT 1994 (medidas anti-dumping); sobre a implementação do Artigo VII do GATT 1994 (valoração aduaneira); sobre inspeção de pré-embarque; sobre regras de origem; sobre licença de importação; sobre subsídios e medidas compensatórias, e sobre salvaguardas (COLSERA, 1998, p. 4).

O Acordo Agrícola, resultante das negociações conduzidas durante a Rodada do Uruguai, contém as regras que passariam a reger o comércio agrícola internacional. As discussões pautaram-se na definição destas novas regras e na identificação e classificação das políticas agrícolas adotadas pelos diversos países (denominada “oferta agrícola”) que, a partir da assinatura do Acordo, deveriam readequar-se àquelas determinadas coletivamente. Ele entrou em vigor com a criação da OMC em 1995, e versa sobre três grandes temas: *acesso a mercados* (regras que disciplinam a utilização de medidas de proteção na fronteira para controlar a importação de produtos agropecuários)⁸, *medidas de apoio interno* (regras que disciplinam o uso e aplicação de medidas governamentais voltadas a apoiar o setor doméstico, diferenciadas em dois grupos, as que não afetam o comportamento do mercado – denominadas *medidas de caixa verde* – e as que o afetam, estando portanto sujeitas a redução) e *subsídios às exportações* (regras para evitar que o comércio internacional de produtos agrícolas seja distorcido pelo uso de subsídio). Para a fiscalização da implantação deste Acordo a OMC criou um Comitê de Agricultura (COLSERA, 1998, p. 6, 7). Muito embora em tese o Acordo previsse que os países em desenvolvimento tivessem um tratamento mais favorável em relação àqueles desenvolvidos, na prática não foi bem isso o que aconteceu.

No final dos anos 1990, apesar da ampla implantação das medidas estabelecidas pelo Consenso de Washington e pela adequação àquelas estabelecidas pela OMC, a situação econômica dos países latino-americanos não tinha melhorado. O mesmo não pode ser dito para aquela das grandes empresas transnacionais, que haviam encontrado estrada livre para ali se implantarem e passarem a subordinar as economias locais. No que se refere ao campo, o resultado tinha sido a precarização das condições de trabalho, o aumento do

⁸ O Acordo prevê, em tese, a proibição de medidas não-tarifárias pelos países para a proteção do mercado doméstico.

consumo de insumos químicos e da mecanização (industrialização da agricultura), a introdução de sementes transgênicas estéreis, que aumentavam a dependência dos camponeses, boa parte deles cada vez mais empobrecidos, a eliminação dos cultivares (e dos saberes) locais e a sua transformação em extensas áreas monocultivadas visando o mercado externo. Foi este o quadro que motivou os enormes protestos sociais durante a Rodada de Seattle da OMC de 1999 e que colocou em discussão a necessidade de se pensar em alternativas para o processo de globalização neoliberal em curso. É deste quadro que nasceu o movimento *no global* ou *antiglobalização*, cujo centro de aglutinação é o Fórum Social Mundial de Porto Alegre. Tendo ocorrido pela primeira vez em janeiro de 2001, ele rapidamente se transformou num espaço mundial de troca de experiências, numa incubadora de movimentos e idéias para se pensar uma *outra globalização*, a partir da premissa que se transformou no seu slogan “*Um outro mundo é possível*” com o tempo transformado em “*Um outro mundo é já em construção*”.

As manifestações de Seattle serviram de ponto de partida para a nova reunião da OMC, a Rodada de Doha de 2001 que, conforme Stiglitz e Charlton (2007), concluiu-se com um compromisso assumido pelos países participantes de enfrentar os problemas de desenvolvimento (e de sua desigualdade) coletivamente, em um fórum multilateral. O acordo estabelecido em Doha dava destaque especial à redução da pobreza e à promoção do desenvolvimento econômico nos países pobres, incluindo muitas das preocupações apresentadas pelos países em desenvolvimento, de forma que esta rodada ficou conhecida como “Rodada do Desenvolvimento”. Mas, apesar das grandes expectativas que os acordos ali assinados geraram, nos anos sucessivos os empenhos assumidos não foram mantidos (STIGLITZ; CHARLTON, 2007, p. 35, 36), tornando a sua realização algo cada vez menos provável.

Em 2003, na Rodada de Cancun, o objetivo era o de

[...] «fazer o inventário dos progressos realizados nas negociações referentes à agenda para o desenvolvimento de Doha, fornecer as necessárias linhas guias de política econômica e assumir as decisões necessárias». Depois de quatro dias o encontro terminou bruscamente sem alcançar acordo sobre nenhum dos temas principais. O conflito, aparentemente não reconciliável entre países desenvolvidos e países em via de desenvolvimento que levou à falência de Cancun, induziu à solicita-

ção de uma revisão da direção das negociações comerciais globais. Muitos dos participantes do encontro de Cancun tiveram a percepção de que a Europa e os Estados Unidos tivessem renegado as promessas feitas em Doha, como era emblematicamente indicado pela ausência de progressos na agricultura (STIGLITZ; CHARLTON, 2007, p. 37).

O que moveu os países em desenvolvimento a abandonar as discussões em Cancun foi a compreensão de que nenhum acordo era melhor do que um acordo ruim. A apoiá-los estava o movimento *no global* e aquela parte da sociedade que começava a conscientizar-se dos reais efeitos da globalização em curso. As reuniões seguintes caminharam a passos lentos. A Rodada de Hong Kong de 2005 atingiu modestos avanços e os acordos relativos à agricultura continuaram sem êxito. Dez anos depois dos acordos que criaram a OMC, pouco tinha sido realmente alcançado com relação aos compromissos de redução das taxas então assumidos. A média de proteção dos mercados no que se refere ao setor agrícola é de 62%, mas algumas regiões como o sudeste asiático e algumas áreas da Europa extra-comunitária⁹ superaram 100%. Quando se examinam os produtos em específico, verifica-se que as taxas no geral são superiores a 50%, sendo o tabaco in natura, os produtos lácteos e as carnes (congelada, fresca ou processada) aqueles mais taxados (CASADO; BORDA; FRANCÉS, sdp, p. 3, 4).

A Rodada de Genebra de 2007 teve como pauta principal novamente a questão sobre o acesso aos mercados, retomando-se a discussão de alguns dos pontos estabelecidos em Doha. Enfim, discute-se muito e realiza-se pouco. Muda-se para manter as coisas como sempre estiveram, e os objetivos assumidos em Doha sobre o desenvolvimento vão ficando cada vez mais esquecidos.

O que, porém, fica evidente, é o fato de que a agricultura é, reconhecidamente, não apenas o ponto crítico do sistema do comércio global, como também o eixo de qualquer sistema de regras da economia global. Mas, apesar de sua importância, os ministros de comércio exterior que participam das Rodadas da OMC parecem não estar muito preocupados com seu estado atual ou seu destino. Os pontos de pauta que norteiam as discussões e negociações referem-se às tarifas e subsídios às exportações, aos padrões de acesso e aos mecanismos de proteção aos mercados, ques-

⁹ Não pertencentes à União Européia.

tões que normalmente são tratadas com um nível de complexidade tal que parecem incompreensíveis aos não espertos. Mas os reais problemas da agricultura, como as condições de vida e produção dos camponeses nas diversas partes do mundo, a perda de biodiversidade fruto da introdução das sementes transgênicas e do aumento do número de extensas áreas monocultivadas, os efeitos nocivos do uso de agrotóxicos e fertilizantes químicos ao ambiente, aos produtos e à saúde do trabalhador e do consumidor, a disponibilidade de alimentos no mercado interno ou a questão da segurança e soberania alimentares, que deveriam nortear qualquer Rodada de negociação sobre agricultura e comércio externo, são questões ausentes destas reuniões. Como ressaltam Sachs e Santarius (2007, p. 18), para aqueles que decidem nas Rodadas da OMC,

[...] o mundo agrícola é em equilíbrio perfeito quando a competitividade global opera de modo a premiar os produtores que alcançam a combinação mais eficiente dos fatores de produção. Em outras palavras, a política comercial – como é regulada hoje – trata a agricultura como um setor econômico qualquer [...]. Esta abordagem coloca em evidência uma dimensão da agricultura que diversamente permaneceria escondida [...]. Como resulta das negociações comerciais, os negociadores usam as exportações agrícolas como um instrumento para sustentar o desempenho econômico do próprio país, sem preocupar-se com as conseqüências desta estratégia sobre os agricultores e os ecossistemas. Diante do objetivo de maximizar as oportunidades econômicas nacionais, os negociadores não dão o devido valor à importância da agricultura no PIB (Produto Interno Bruto), e em muitos casos também ao seu papel nas exportações totais.

As conseqüências desta prática são sentidas no campo latino-americano conforme já mencionado: a liberalização do comércio agrícola aumenta o nível de pobreza, marginalização e exploração dos trabalhadores, coloca em risco a reprodução da agricultura camponesa, isso sem falar na redução da biodiversidade, do processo de industrialização da agricultura e de suas conseqüências sobre os ecossistemas, seja pelo uso de maquinários, seja pelo de insumos químicos. Os únicos a ganharem com isso são os setores ligados ao agronegócio e as grandes corporações transnacionais.

Sachs e Santarius (2007, p. 10), propõem sete princípios para uma nova organização do comércio agrícola internacional, baseados na convic-

ção de que os interesses públicos devem prevalecer sobre aqueles privados e de que os mercados devem ser estruturados pela política. São eles:

[...] *o princípio da multifuncionalidade* que destaca o fato que a agricultura é estruturalmente ligada aos ciclos naturais e sociais; *o princípio dos direitos humanos*, que afirma que a reforma do comércio agrícola deve melhorar as condições dos cidadãos menos favorecidos em qualquer lugar do mundo; *o princípio da integridade ambiental*, que exprime o empenho da agricultura a regenerar o solo, a água e a biodiversidade enquanto produz alimento, energia e fibras; *o princípio da soberania democrática*, que estabelece o direito dos cidadãos a exprimir coletivamente as suas preferências nas políticas de trocas internacionais e naquelas de investimento relativas às suas vidas quotidianas; *o princípio da subsidiariedade econômica*, que implica que as trocas econômicas no sistema alimentar deveriam ser preferivelmente limitadas aos níveis locais e nacionais, reservando às trocas internacionais um papel complementar, secundário; e, enfim, *o princípio da justiça comercial*, que defende que, para superar as atuais assimetrias, ocorre introduzir uma desigualdade de oportunidade a favor dos mais débeis, renunciando à igualdade de oportunidades que favorece os fortes.

Tais princípios, porém, parecem ser difíceis de serem alcançados através das negociações oficiais da OMC. Assim, fica claro que a desregulamentação do comércio mundial não é o caminho sobre o qual será possível construir um mundo – e um campo – com menos desigualdade de desenvolvimento, menos ainda para se construir um mundo de justiça social, econômica e ambiental. Ou, para se retomar a (u)topia anarquista de Kropotkin, um mundo de liberdade, cooperação/solidariedade e respeito à natureza.

... E O OUTRO MUNDO (E O OUTRO CAMPO) EM CONSTRUÇÃO

Enquanto os fracassos nas negociações entre Estados nas Rodadas da OMC vão se sucedendo, e o compromisso de se pensar coletivamente em alternativas para o desenvolvimento vai se transformando em algo cada vez mais distante, o Fórum Social Mundial vai se transformando no palco de discussões e divulgação de experiências alternativas de desenvolvimento. A norteá-las está a compreensão de que não há *um único caminho* ou *uma*

única alternativa, mas sim, tantos(as) quantos(as) são as realidades, as potencialidades e os saberes locais. É esta compreensão que anima as diferentes formas de organização econômica baseadas nos princípios da igualdade, da solidariedade e da proteção do meio ambiente atualmente em curso, os mesmos princípios que animaram as discussões realizadas no seio do movimento anarquista no século XIX, em especial as formulações apresentadas por Kropotkin sobre o comunismo anarquista e a organização da sociedade pós-revolucionária.

A amplitude de possibilidades e experiências em realização no seio do capitalismo, cujo sucesso irá depender das suas capacidades de resistência às pressões impostas pelo capitalismo, conforme Santos e Rodriguez (2002, p. 26)

[...] inclui formas de conceber e organizar a vida econômica que implicam reformas radicais dentro do capitalismo, baseadas em princípios não capitalistas ou que apontam, inclusive, para uma transformação gradual da economia para formas de produção, intercâmbio e consumo não capitalistas.

De acordo com os autores, três características negativas das economias capitalistas são comumente apontadas pelas linhas de pensamento crítico: 1. a produção sistemática de desigualdade de recursos e poder, marcada pela subordinação do trabalho ao capital e pelas abissais desigualdades entre as classes sociais; 2. o fortalecimento de relações sociais empobrecidas, baseadas no benefício pessoal no lugar da solidariedade, fruto da extrema valorização das relações de concorrência no interior da sociedade capitalista; 3. a exploração crescente dos recursos naturais em nível global, que põe em risco as condições físicas do planeta, e com ela, as de reprodução da humanidade. (SANTOS; RODRIGUEZ, 2002, p. 28)

São estas características que as experiências alternativas buscam superar. Na maioria das vezes, tendem a combinar mais de uma delas. Ainda que não busquem superar o capitalismo, procuram, por quanto possível e com graus de êxito variáveis, tornar sua reprodução mais incômoda, através da criação de espaços onde predominam os espíritos de igualdade, solidariedade e respeito à natureza, insisto, os mesmos princípios libertários que moveram as propostas anarquistas de organização da sociedade pós-revolucionária no século XIX.

[...] De acordo com o primeiro princípio, os frutos do trabalho são distribuídos de maneira equitativa pelos seus produtores e o processo de

produção implica a participação de todos na tomada de decisões, como nas cooperativas de trabalhadores. *Graças ao princípio da solidariedade, o que uma pessoa recebe depende das suas necessidades e a contribuição depende das suas capacidades*¹⁰. Assim funcionam, por exemplo, os sistemas progressivos de tributação e transferências cuja criação ou defesa, no contexto da globalização neoliberal, constitui uma proposta alternativa ao consenso econômico hegemônico¹¹. É neste princípio que igualmente se inspira o movimento de *fair trade* (comércio justo), em que o preço que os consumidores do Norte pagam a um produto efetivamente contribui para a remuneração justa dos seus produtores do Sul. Em nome da proteção ao meio ambiente, a escala e o processo de produção ajustam-se a imperativos ecológicos, mesmo quando estes contrariam o crescimento econômico (SANTOS; RODRIGUEZ, 2002, p. 29).

Todas estas experiências têm sido realizadas no seio do que tem sido denominado *economia solidária*, sob cuja definição não há ainda muito consenso. Segundo Singer (2002, p. 83, 84), a

[...] economia solidária foi inventada pelos operários, nos primórdios do capitalismo industrial, como resposta à pobreza e ao desemprego resultantes da difusão «desregulamentada» das máquinas-ferramenta e do motor a vapor no início do século XIX. [...] Sua estruturação obedecia aos valores básicos do movimento operário de igualdade e democracia, sintetizados na ideologia do socialismo. [...] A empresa solidária nega a separação entre trabalho e posse dos meios de produção, que é reconhecidamente a base do capitalismo. [...] O capital da empresa solidária é possuído pelos que nela trabalham e apenas por eles. Trabalho e capital estão fundidos porque todos os que trabalham são proprietários da empresa e não há proprietários que não trabalhem na empresa. *E a propriedade da empresa é dividida por igual entre todos os trabalhadores, para que todos tenham o mesmo poder de decisão sobre ela*¹². Empresas solidárias são, em geral, administradas por sócios eleitos para a função e que se pautam pelas diretrizes aprovadas em assembleias gerais¹³ ou,

¹⁰ É este o princípio que anima a produção comunitária proposta por Kropotkin há um século (*de cada um de acordo com as suas possibilidades e a cada um de acordo com as suas necessidades*). Nota e grifo meus.

¹¹ É o caso da Tobin Tax. Nota minha.

¹² Grifo meu.

¹³ Forma de funcionamento das experiências de coletivos e comunas realizadas sob uma perspectiva anarquista. Nota minha.

quando a empresa é grande demais, em conselhos de delegados eleitos por todos os trabalhadores. A empresa solidária é basicamente de trabalhadores, que apenas secundariamente são seus proprietários. Por isso, sua finalidade básica não é maximizar o lucro, mas a quantidade e a qualidade do trabalho. Na realidade, na empresa solidária não há lucro, porque nenhuma parte de sua receita é distribuída em proporção às cotas de capital. Ela pode tomar empréstimos dos próprios sócios ou de terceiros e procura pagar os menores juros do mercado aos credores (internos ou externos). O excedente anual [...] tem a sua destinação decidida pelos trabalhadores. Uma parte, em geral, destina-se ao reinvestimento e pode ser colocada num fundo «indivisível», que não pertence aos sócios individualmente mas apenas ao coletivo deles. Outra parte, também reinvestida, pode acrescer o valor das cotas dos sócios, que têm o direito de sacá-las quando se retiram da empresa. O restante das sobras é em geral destinado a um fundo de educação, a outros fundos «sociais» [...] e eventualmente à divisão entre os sócios, por critérios aprovados por eles. Portanto, o capital da empresa solidária não é remunerado, sob qualquer pretexto, e por isso não há «lucro», pois este é tanto jurídica como economicamente o rendimento proporcionado pelo investimento de capital.

A modalidade básica da economia solidária é a cooperativa de produção. Mas também podem existir as cooperativas de comercialização, de consumo e de crédito. Também aqui, os princípios que regem o funcionamento da economia solidária são os mesmos que nortearam as discussões e experiências de organização da produção no seio do movimento anarquista. A forma de organização destas cooperativas é muito semelhante à forma de funcionamento da sociedade anarquista como pensada por Bakunin (que propunha a organização da sociedade em coletivos) e, sobretudo, por Kropotkin (que propunha a organização da sociedade em comunas). Em especial, merecem ser destacados o mecanismo de divisão em partes iguais para que todos tenham o mesmo poder de decisão e a forma de administração, realizada por um grupo eleito por todos com a função de executar o que a assembléia geral decidir. De fato, na descrição de Singer sobre o funcionamento da economia solidária, duas características ficam evidentes: a ausência de poder instituído e a auto-gestão enquanto princípios norteadores desta forma de economia. Tais características nada mais são do que os pilares centrais do anarquismo – liberdade e auto-gestão na condução da sociedade

–, presentes nas propostas de organização da produção e da sociedade defendidas por Bakunin e Kropotkin no seio da escola socialista, nas discussões que animaram revolucionários e intelectuais sobre como organizar a sociedade pós-revolucionária e que voltam a emergir como os pilares sobre os quais se sustentam as práticas alternativas ao capitalismo na atualidade. Tal fato nos faz pensar que o descrédito reputado a estes intelectuais e revolucionários, preconceituosamente denominados *utópicos*, indicasse a consciência de que as propostas por eles apresentadas representavam efetivamente a forma de superação do capitalismo e da ordem estabelecida. O fato é que, ainda que com um outro nome, são inegavelmente libertários – portanto emancipadores – os princípios que sustentam a *economia solidária* atualmente em expansão.

Fundadas nestes princípios (libertários), as diferentes experiências de produção e comercialização alternativas, realizadas em diferentes partes do mundo, abrem as portas para transformações graduais em direções não capitalistas, criando espaços de solidariedade, liberdade e respeito ao ambiente no seio do capitalismo. Inúmeras são as experiências ligadas à *economia solidária*: produção agroecológica, organização da produção de forma coletiva ou de forma comunitária, ecovilágios, micro-crédito, grupos de compra comunitários, comércio equo e solidário (comércio justo), consumo crítico, Bancos Éticos, Bancos do Povo, moedas sociais, movimentos de boicotes, orçamentos éticos, turismo responsável, ecologia doméstica, softwares livres ... Trata-se de uma lista ampla, diversa, sem fim. Trataremos aqui do *comércio equo e solidário*, a partir da experiência trazida por Menchu para o caso da Guatemala.

Comércio equo e solidário, ou *comércio justo*, ou ainda *comércio ético e solidário* é um sistema de distribuição comercial inventado para fazer chegar nos países de economia avançada (do Norte) produtos provenientes de países de economia atrasada (do Sul), respeitando os direitos dos trabalhadores que os realizam. São transações comerciais baseadas numa maior transparência nas negociações, no diálogo e no respeito entre as partes. Os preços pagos aos produtos levam em consideração as reais condições de vida e produção das comunidades produtoras, sendo, portanto, superiores aos preços de mercado. Trata-se, na verdade, de dar uma oportunidade de comercialização a comunidades que, de outro modo, estariam fora do circuito comercial, pelo menos daquele do comércio exterior.

Segundo Saroldi (2003, p. 19) a experiência de *comércio equo* nasceu em 1959 na Holanda, a partir da iniciativa de um grupo de pessoas preocupadas em contribuir para tornar menos injusto o sistema econômico dominante. Na Itália chegou pela primeira vez em 1976 com a Cooperativa Sir John de Morbegno e de modo mais estruturado em 1988 com a criação da CTM – Cooperativa Terzo Mondo – e em seguida por uma série de outras Cooperativas, como Commercio Alternativo, RAM, Roba, Equoland e Equo Mercato. Atualmente está presente em vários países da Europa, com pequenos centros de comercialização¹⁴. Seu maior sucesso depende de sua ligação com um outro elo importante da cadeia que é a do *consumo crítico*. De fato, para que o *comércio equo* se torne uma realidade, é necessário que os consumidores sejam consumidores críticos, responsáveis pelas suas aquisições, conscientes do que há por trás do ato de produzir e de consumir. Mais do que uma marca, os produtos do *comércio equo* têm uma *história*, são produzidos por camponeses ou artesãos de países em desenvolvimento, normalmente em comunidades pobres, via de regra, por adultos e no respeito do ambiente. De fato, ainda que os produtos do *comércio equo* – aqueles agrícolas – não sejam necessariamente agroecológicos, a tendência é de que isso se torne uma realidade.

Em alguns casos, a Cooperativa que comercializa os produtos do *comércio equo* nos países de economia avançada possui algum projeto de desenvolvimento social e econômico com a comunidade produtora. Os recursos para tal financiamento normalmente são provenientes do micro-crédito, de crédito obtido através do Banco Ético¹⁵ ou de recursos obtidos através da submissão de projetos a financiamentos europeus. Não se trata, portanto, apenas de uma comercialização, mas de um acompanhamento da comunidade e, portanto, de uma humanização da produção e do consumo. Isto, porém, nem sempre é o que ocorre, como veremos a seguir.

Um dos produtos mais comercializados pelo *comércio equo* é o café. Mas também merecem destaque o cacau (ou o chocolate já processado), a banana, produtos artesanais e tantos outros que enchem as prateleiras das lojas solidárias. No caso do café, os cuidados são muitos e vão desde o plantio e tratos

¹⁴ Que na Itália recebem o nome de Botega del Popolo e Villaggi dei Popoli.

¹⁵ Ao realizarem seus investimentos, os clientes escolhem que projeto desejam que ele financie. Trata-se de um banco nascido após as inúmeras campanhas de denúncia dos bancos europeus que financiavam a guerra no Afeganistão e no Iraque, uma espécie de *consumo crítico*.

culturais até a embalagem e seleção dos grãos, passando pela colheita, lavagem, retirada da palha e cuidados na secagem. O café é vendido *in natura* e será torrado e moído nos países de destino. Trata-se de um mercado lucrativo, dominado por grandes empresas como Nestlé e a Kraft General Foods (que juntas controlam três quartos do comércio), o que dificulta o processo.

Assim, para conseguir um mercado diferenciado, normalmente o produto do *comércio equo* deve ser agroecológico. É o caso do Café per la paz da Guatemala, do qual nos fala Menchu, e do café mexicano e peruviano e da banana dominicana conforme tratado por Ransom (2004). O problema é que os custos de conversão e de certificação biológicos exigidos pela União Européia nem sempre são assumidos pelos projetos de desenvolvimento estabelecidos com as cooperativas que adquirem os produtos. Apesar de ser um comércio diferenciado, ele deve se submeter às regras de certificação internacional, que têm um custo que nem todos são capazes de arcar. De fato, a alternativa para esta certificação é a constituição de cooperativas ou associações, como no caso da experiência peruviana e republicana, mas mesmo assim durante um tempo será necessário arcar com custos que não têm um retorno imediato, exigência que, se de um lado serve a estimular a organização dos camponeses em associações – fato que poderia promover uma maior conscientização política e, portanto, há um poder emancipatório importante – por outro, continua deixando à margem as inúmeras famílias camponesas que por questões variadas preferem continuar trabalhando de forma individual. No caso do exemplo trazido por Menchu, a “moeda de troca” era a garantia da Fundação Rigoberta Menchu Tum – não esqueçamos que ela foi Prêmio Nobel da Paz em 1992, por ocasião dos 500 anos de descobrimento da América –, mas isto não diminuiu os custos da adequação para a comercialização e, por um tempo, requereu um investimento que foi arcado pela Fundação para tal adequação e certificação.

Penso que uma alternativa mais viável seja a de um *comercio equo local*, como o que acontece com a “Feira Agroecológica do Campus I da UFPB”, que este ano completa sete anos, e as tantas outras que se espalharam pelo estado da Paraíba a partir desta primeira experiência. O que há de novo nessas feiras? Difícil escolher a ordem de prioridades. Os camponeses saem na frente e oferecem à sociedade produtos seguros – agroecológicos – cultivados sem agrotóxicos e em práticas culturais que respeitam o ambiente e promovem a sua recuperação, ao mesmo tempo em que garantem a manuten-

ção da biodiversidade. É uma experiência de base local, baseada nos saberes e potencialidades daqueles que a realizam. São produtos da reforma agrária, prova de que ela já é uma realidade e, sobretudo, de que é viável. São as formas que encontraram para reconstruir aquilo que o capital havia separado: a relação produtor/consumidor. Estas relações, porém, são reconstruídas em outras bases, dentro da lógica camponesa da confiança, da solidariedade, do respeito, da amizade que aos poucos vão se selando entre as *pessoas*, não mais entre produtor e consumidor. A feira, assim – refiro-me em específico àquela do Campus I da UFPB, que pude acompanhar de perto – transforma-se no *momento do encontro, da conversa sem pressa, da troca de receitas*. São os camponeses nos alertando ter chegado o tempo de mudar o ritmo, e de recuperar o controle do tempo que o capital teima subtrair de todos.

Além disso, outras experiências agroecológicas merecem ser citadas: é o caso das farmácias vivas, dos viveiros de mudas, dos bancos de sementes da paixão nascidos no Alto Sertão Paraibano, as inúmeras experiências de convívio com a seca em curso no semi-árido nordestino e realizadas pelas mãos calejadas dos camponeses sertanejos com o apoio de organizações não governamentais como a ASA e a ASPTA e a colaboração de professores e estudantes universitários.

Enfim, é do campo e do campesinato latino-americano – a verdadeira classe revolucionária da atualidade, aquela que historicamente (e ironicamente) havia sido fadada ao desaparecimento pelas interpretações marxistas ortodoxas – que vem o sinal sobre a direção a seguir: um campo de bio e GEOdiversidade, de agriCULTURA (como nos diz Porto Gonçalves), semeado com sementes da paixão, e adubado com o apoio mútuo, a solidariedade e liberdade anarquistas como propostos por Kropotkin. *É este o outro mundo, e o outro campo, que está em construção.*

Através da resistência aos transgênicos e aos agrotóxicos, às determinações da OMC, à exclusão que a lógica perversa de mundialização do capital tem procurado impôr, os camponeses espalhados pelo mundo inteiro vão construindo alternativas a esta realidade, vão *grafando a terra* e, ao assim fazer, vão produzindo uma nova geografia do campo e no campo, uma geografia camponesa da resistência, da soberania, da liberdade e da solidariedade. Se estivermos um pouco mais atentos, seremos capazes de ouvir o que esta geografia nos faz ver: que os camponeses do mundo inteiro, unidos, estão nos dizendo *Ya Basta!* Preste atenção!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBAJAR, P. L. et all. *Per una economia alternativa*. Bologna: EMI, 2005. 315 p.
- CASADO, R. M., BORDA, R. de A., FRANCÉS, G. E. *La protección arancelaria al comercio agrícola mundial 10 años después de la firma del Acuerdo sobre agricultura de la Ronda Uruguay*. Slp: scp, sdp. 18 p. (fomato digital). Disponível em: «http://www.uam.es/personal_pdi/economicas/rmc/documentos/uruguay_ice.PDF». Acesso em: 05. fev. 2008.
- COLSERA, L. L. *A Organização Mundial do Comércio (OMC) e o Acordo Agrícola*. Revista de Política Agrícola, Ano VII, Nº 03, Jul-Ago-Set 1998. Disponível em: «http://www.agricultura.gov.br/pls/portal/docs/page/mapa/menu_lateral/agricultura_pecuaria/estudos_publicacoes/politica_agricola/politica_agricola_1998/organizacao40221.doc». Acesso em: 04. fev. 2008.
- KROPOTKIN, P. A. *La conquista del pane*. Pref. Eliseo RÉCLUS, Trad. Giuseppe CIANCABILLA. Bologna: Libreria Internazionale d'Avanguardia: 1948. 173 p.
- KROPOTKIN, P. A. *Il mutuo appoggio*. Intr. Gian Paolo PRANDSTRALLER, Trad. Camillo BERNERI. Roma: Salerno Editrice, 1982. 344 p.
- MARCOS, V. de. *Comunidade Sinsei (u)topia e territorialidade*. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996. 400 p.
- MARCOS, V. de. *Alternative per la produzione agricola contadina nell'ottica dello sviluppo locale autosostenibile*. Dottorato di Ricerca in Geografia e Pianificazione del Paesaggio per la Valorizzazione del Patrimonio Storico-Ambientale. Tutor: QUAINI, Massimo. Dipartimento POLIS, Facoltà di Architettura dell'Università degli Studi di Genova, XVI Ciclo, Apr. 2004. 626 p.
- MARCOS, V. de. *A construção do território camponês entre velhas e novas utopias*. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina. São Paulo: USP, mar/2005. p. 8523-8542.
- MARCOS, V. de.. Alternativas para a produção agrícola camponesa na ótica do desenvolvimento local auto-sustentável. *Revista Eletrônica da AGB Três Lagoas-MS*, v. 1, ano 3, n. 3, p. 27-50, maio/2006.
- OLIVEIRA, A. U. de. *Modo capitalista de produção e agricultura*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1987. 88 p. (Col. Princípios, 68)
- OLIVEIRA, A. U. de. *A agricultura camponesa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991. 164 p. il.
- OLIVEIRA, A. U. de. Agricultura brasileira transformações recentes. In: ROSS, J. L. S. (org). *Geografia do Brasil*. 5. ed. rev. ampl. São Paulo: EDUSP, 2005. p. 465-534

- OLIVEIRA, A. U. de. Barbárie e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. In: *Terra Livre*. São Paulo: AGB. Ano 19, v. 21, n. 21, p. 113-156. jul/dez 2003.
- PAULINO, E. T. *Terra (')e vida: a geografia dos camponeses no norte do Paraná*. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2003. 430 p.
- PORTO GONÇALVES, C. W. Geografia da Riqueza, fome e meio ambiente: pequena contribuição crítica ao atual modelo agrário/agrícola de uso dos recursos naturais. In: OLIVEIRA, A. U. de e MARQUES, M. M. I (org). *O campo no século XXI*. São Paulo: Casa Amarela/Paz e Terra, 2004. p. 207-253
- RANSOM, D. *Commercio equo e solidale*. Roma: Carocci, 2004. 150 p.
- RAZETO, L. *Le dieci strade dell'economia di solidarietà*. Bologna: EMI, 2003. 187 p.
- SACHS, W. e SANTARIUS, T. *Commercio e agricultura: dall'efficienza economica alla sostenibilità sociale e ambientale*. Bologna: EMI, 2007. 141 p.
- SANTOS, M. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- SANTOS, B.de S. e RODRÍGUEZ, C. Introdução: para ampliar o cânone da produção. In: SANTOS, B.de S. e RODRÍGUEZ, C (orgs). *Produzir para viver: os caminhos da produção não-capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 23-77
- SAROLDI, A. *Costruire economie solidali*. Bologna: EMI, 2003. 126 p.
- SHANIN, T. (org) *La clase incómoda*. Madrid: Alianza, 1983. 328 p.
- SHANIN, T. *Naturaleza y lógica de la economía campesina*. slp: Anagrama, sdp. 83 p.
- SIQUEIRA, Carlos Eduardo; CASTRO, Hermano; ARAUJO, Tânia Maria de. A globalização dos movimentos sociais: resposta social à Globalização Corporativa Neoliberal. *Ciênc. saúde coletiva*, v. 8, n. 4, p. 847-858, 2003.
- SINGER, P. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SINGER, P. (org). *Produzir para viver: os caminhos da produção não-capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 83-129.
- STIGLITZ, J. E.; CHARLTON, A. *Commercio equo per tutti*. Milano: Garzanti, 2007. 422 p.
- TEUBAL, M. *Globalización y nueva ruralidad in América Latina*. Slp: Scp, Sdp, p. 45-65 Disponível em: «<http://168.96.200.17/ar/libros/rural/teubal.pdf>». Acesso em 03. fev. 2008.

TERRITÓRIOS EM DISPUTA E AGRICULTURA

ELIANE TOMIASI PAULINO
Universidade Estadual de Londrina

INTRODUÇÃO

O tema territórios em disputa, que fora objeto de uma das mesas dos Simpósios Internacional e Nacional de Geografia Agrária, remete a debates fundamentais contemplados neste evento, e que em seu conjunto nos trouxeram elementos para refletir sobre o papel do campesinato na agricultura e suas estratégias territoriais em diversas partes do mundo, particularmente na Ásia, Europa, América Saxã e América Latina, que receberam maior atenção dos convidados dali oriundos.

Ao transpormos escalas, atentando para as particularidades da agricultura brasileira, fomos movidos por uma orientação teórica primordial, a de que o campesinato comparece como uma das classes do capitalismo e, como tal, partilha da condição ambígua de sujeito e objeto dos movimentos contraditórios de produção do território, inscritos pela dinâmica de produção econômica e reprodução social no interior dos conflitos essenciais de classe.

Sabendo-se que estes são, *pari passu*, processos de produção do território, cabe a nós pensar o campo à luz de tais contradições, e o fazemos dedicando-nos aos dados que aqui dispomos, não sem dialogar com as evidências deste processo nas demais escalas, valendo-nos inclusive das contribuições reunidas no SINGA.

Sendo assim, o trilhar metodológico aqui proposto é o de analisar recuos, avanços e impasses do processo de recriação camponesa, recorrendo a um arcabouço teórico que se ocupa das questões conceituais acerca das classes, do Estado e seus instrumentos de ação para, a partir deles, entender o campesinato brasileiro no contexto dos territórios em disputa e que, neste momento, reafirma a sua capacidade de recriar-se, a despeito dos bloqueios oriundos do pacto hegemônico e sua vinculação com o agronegócio.

TERRITÓRIOS EM DISPUTA: QUESTÕES CONCEITUAIS

No atual estágio do desenvolvimento capitalista, ou como diriam Calabi e Indovina (1973, p. 9), modificação das forças produtivas, em vista da imprecisão do termo desenvolvimento, o debate acerca do território nunca foi tão oportuno, dada a redefinição das estratégias de acumulação de capital e, conseqüentemente, da subordinação dos bens, recursos e energia vital aos imperativos da acumulação.

Considerando que não é o princípio da acumulação simples, mas o da acumulação ampliada a força motriz deste modo de produção, o que supõe uma avidez progressiva sobre quaisquer bens passíveis de converterem-se em mercadorias, atentar para a ordenação do território ganha relevância ímpar, porque é este que comporta as ações de produção, circulação e consumo, o tripé da valorização capitalista que culmina na apropriação desigual da riqueza socialmente produzida.

Aí começam os desafios, porque pensar em território supõe pensar em espaços delimitados por e para relações de poder, como asseverou Raffestin (1993), mas que nem sempre redundam em fronteiras visíveis, senão vejamos:

Falar de território é fazer uma referência implícita à noção de limite que, mesmo não sendo traçado, como em geral ocorre, exprime a relação que um grupo mantém com uma porção do espaço. A ação desse grupo gera, de imediato, a delimitação. [...] Isso nos conduz a considerar os limites não somente do ponto de vista linear, mas também do ponto de vista zonal. [...] muitos limites são zonais na medida em que a área delimitada não é, necessariamente, a sede de uma soberania fixada de forma rígida, mas a sede de uma atividade econômica ou cultural que não se esgota bruscamente no território, mas de maneira progressiva. É suficiente dizer que as tessituras se superpõem, se cortam e se recortam sem cessar. (RAFFESTIN, 1993, p. 153, 154).

Essa “indefinição” de limites, no sentido da inexistência de recortes territoriais rígidos, se deve aos conflitos que permeiam as relações de classe na sociedade capitalista, e que variam conforme o respectivo gradiente de forças, o poder a que se refere Raffestin, demonstrado no contexto da dinâmica produtiva e da reprodução social e que, em última instância, é a expressão mais acabada das contradições de que nos fala Marx, assim traduzidas por Calabi e Indovina (1973, p. 2).

Estas considerações levam-nos a realçar, por um lado, como a organização do território não pode ser lida como simples e direto fruto das diversas fases de desenvolvimento do capital e, por outro lado, como as “transformações” do território são um processo complexo ligado ao desenvolvimento das forças produtivas e das relações capitalistas de produção bem como às contradições de tal desenvolvimento. [...] as configurações do território são o resultado de forças complexas, unificadas, porém por uma lógica constante: a ligação existente entre configuração e lógica do desenvolvimento capitalista com as condições históricas dadas (políticas, físicas, sociais, conflituais).

Há que se considerar, assim, que o território é, ao mesmo tempo, um agente e um receptáculo do processo de produção capitalista, cuja lógica hegemônica inscreve os contornos dos arranjos existentes. Pensar em contorno é, assim, negar a idéia de arranjo acabado, tendo em vista a confluência de embates movidos por interesses divergentes, e que não estão restritos aos conflitos entre as classes, mas também intra-classes e que, ao fim, impedem a delimitação dos espaços de poder ao gosto dos seus agentes, traduzindo-se sempre em rearranjos.

No plano teórico, a análise da resistência/enfrentamento ao projeto hegemônico de saque da mais-valia e, até, a potencialidade de transformação dessa realidade, tem sido objeto de diversas interpretações, das quais derivam inclusive o dissenso sobre a definição de classes na contemporaneidade e que envolve, particularmente, proletários e camponeses.

Para alguns, proletários e camponeses dissolver-se-iam em uma unidade forjada na posição ocupada no mundo da produção: haveria uma classe trabalhadora, na qual se incluiriam todos aqueles que têm uma parte da sua energia vital convertida em riqueza que não lhes pertence, mas aos que controlam os meios de produção, leia-se os capitalistas.

A nosso ver, ainda que toda a riqueza de que dispõe a sociedade seja proveniente do trabalho realizado tanto por proletários quanto por camponeses, há uma questão de fundo que merece ser debatida, pois esta unificação conceitual suprime as situações diferenciais em que ambos se encontram, o que pode reforçar o debate sobre a incapacidade de o campesinato constituir-se em sujeito político, nos termos do protagonismo nas lutas pela superação do modo capitalista de produção.

Nesse sentido, importante contribuição foi dada por Martins (2002), ao advertir que a característica fundamental da sociedade con-

temporânea é a diversificação social, por ele entendida não apenas como gradação da riqueza e da pobreza, mas também como situação social, como inserção social, das quais derivam os limites e as possibilidades de atuação social e histórica.

Considerando a extensão da supressão teórico-conceitual dos camponeses, Martins explica que o fato de os mesmos serem os desconhecidos, e por isso, os portadores do desafio ao entendimento, é uma das razões pelas quais se recorre à homogeneização, estendendo aos camponeses os conhecimentos que se tem sobre os operários.

O enquadramento baseado na premissa de que os camponeses são “operários indiretos”, porque seriam trabalhadores para o capital, explica até mesmo a expectativa de que estes tenham a conduta própria dos padrões da classe trabalhadora, que é gestada no contexto da alienação do trabalho. Com isso, perde-se os parâmetros de análise, dada a situação diferencial do campesinato no mundo da produção /reprodução social.

Meu empenho foi sempre no sentido de enfatizar as mediações, a diferenciação e a especificidade das categorias sociais. Se queremos entendê-las como sujeitos de vontade social e política e sujeitos de possibilidades históricas, é justamente necessário reconhecer-lhes as singularidades, aquilo que as diferencia e não aquilo que as dilui em categorias abrangentes e genéricas. (MARTINS, 2002, p. 55)

Martins nos municia no sentido de atentarmos para as diferenças essenciais entre camponeses e proletários, ao advertir que o trabalho do operário é um trabalho subordinado ao capitalista. O trabalho somente se realiza por interesse deste, instituindo uma relação de dependência que faz com que o fruto deste trabalho pertença ao capitalista desde a origem. De modo inverso, o trabalho do camponês é um trabalho independente, o que ele vende não é o trabalho, mas o seu fruto, fruto este que nasce como propriedade sua, e não do capitalista.

Por sua vez, o trabalho do operário é um trabalho individual, o contrato é individualmente celebrado com o capitalista. Adverte o autor que mesmo sendo integrante de uma família, de um grupo social, o contrato envolve uma relação solitária, sem mediadores, o que não acontece com o trabalho do camponês, que é essencialmente trabalho familiar.

Decorrente disso, a reprodução social do operário é estritamente dependente do mercado, pois o que a viabiliza é o trabalho excedente. Em

outras palavras, o operário necessita vender sua força de trabalho e comprar todos os víveres e demais meios indispensáveis à sua sobrevivência.

Já o camponês se diferencia por ser portador de produto excedente, que via de regra é composto por alimentos que são oriundos do trabalho na terra que controla e com os instrumentos de trabalho que possui. Por isso, não há uma dependência vital para com o mercado, ainda que regularmente haja uma relação intensa com este. Enfim, em situações limite, ele poderá sobreviver sem essa mediação, coisa que não é possível ao operário.

O operário se situa no mundo através do *seu trabalho*. Seu trabalho não se oculta no produto, pois é por ele vendido especificamente como trabalho. As relações de trabalho são suas relações primárias e fundantes. [...] O camponês se situa no mundo através do *seu produto*. Seu trabalho se oculta no seu produto. Seu trabalho não aparece como uma relação de trabalho, embora de fato o seja. É uma relação invisível com o mercado de produtos e, por meio dele, com o capital. (MARTINS, 2002, p. 71. Grifo do autor).

Enfim, tais contrapontos remetem à compreensão de que o campesinato é uma classe *sui generis*, porque mesmo sobrevivendo do próprio trabalho, não o faz do mesmo modo que o operariado. O seu trabalho é um trabalho autônomo, porque realizado no interior do controle dos meios de produção, o que lhe permite escapar à alienação. É por isso que Martins lembra que suas lutas, ao invés de serem integrativas ao capital, como tendem a ser as lutas operárias por melhores salários e por melhores condições de trabalho, são contra o capital, pois o campesinato luta para não ser engolido pelo capital e, assim, submeter-se ao processo de alienação.

Cumprido salientar que o negligenciamento para com essas especificidades é coerente com um viés teórico-metodológico cujas origens remontam ao final do século XIX, momento em que as contribuições de Marx tornaram-se referência para as lutas políticas contra a exploração capitalista.

Tendo como foco o desenvolvimento capitalista na agricultura, que naquele momento começava a se insinuar na Rússia e se fortalecer na Europa, lugares que se tornaram centros de referência nos estudos e debates sobre a questão agrária, destacaram-se as contribuições de Lênin (1982) e Kautsky (1980), cujo construto teórico revela uma convergência que chega a surpreender, por não ter havido uma interlocução entre ambos, fato ocorrido somente após as respectivas publicações.

Valendo-se da compreensão de Marx de que a essência das contradições capitalistas estava na separação entre trabalhadores e meios de produção, interpretaram a agricultura sob tais parâmetros, o que culminou na teoria do desaparecimento do campesinato.

Para Lênin, este desaparecimento dar-se-ia por meio da diferenciação social, tendo em vista a compreensão de que a evolução das técnicas de produção, via emprego de máquinas e insumos artificiais, levariam a um processo combinado de aburguesamento da parcela mais rica do campesinato e de proletarianização do restante.

Percorrendo a tese da eficiência produtiva vinculada à intensidade dos investimentos capitalistas, cunhou o conceito de grande exploração como sinônimo não de grande propriedade, como temos visto, mas de exploração intensiva por unidade de área. Com isso, projetou um campo dominado pela exploração empresarial, a exemplo dos demais setores de atividade examinados por Marx. Paradoxalmente, esta tese, devidamente adaptada às conveniências de classe, tem sido invocada para legitimar um modelo de agricultura social e ambientalmente predatório, em particular no Brasil.

Já a sentença do desaparecimento do campesinato, por Kautsky, baseou-se na premissa da inferioridade intelectual desta classe, elegendo a suposta dificuldade de familiarizar-se com novos conhecimentos o principal entrave à melhoria das técnicas de manejo e mecanização agrícola. Ademais, vislumbrou na proletarianização um salto qualitativo, um processo benfazejo de passagem da barbárie à civilização, permeado pelas oportunidades de aprendizagem com trabalhadores mais inteligentes, segundo suas próprias palavras.

Essa hierarquização baseada em biótipos supostamente diferenciais é um dos elementos que justificaram a leitura da impossibilidade de o campesinato constituir-se em classe para si. O fato de serem tomados como sujeitos incapazes de engajamento político, em decorrência do caráter individual da exploração camponesa e do controle sobre os meios de produção, fomentou o debate sobre o incerto alinhamento com outras classes, mas jamais a premissa de sua capacidade de construir o próprio devir histórico.

Estes são alguns dos fundamentos nos quais estão assentadas as leituras contemporâneas que suprimiram o campesinato do pacto político. Martins (1995) interpretou que nas origens, tais leituras estavam vinculadas muito mais a questões de ordem doutrinária do que propriamente teórica, mas é

certo que elas foram sendo tomadas como importante contraponto ao debate sobre a recriação do campesinato.

Instaurou-se assim uma dificuldade de interlocução, pois além das questões filosófico-políticas que orientam as opções metodológicas no plano político e no fazer científico, a compreensão histórico linear prevaleceu sobre as evidências de que o processo de produção do território é contraditório, justamente em virtude do gradiente de forças das classes, que muda no transcorrer do tempo.

Sendo assim, ainda que o próprio ritmo de expansão do assalariamento sob nenhuma hipótese possa ser negligenciado, dada a sua abrangência, não se poderá sugerir que a classe camponesa sucumbiu. Ao contrário, na última década sua participação percentual aumentou na agricultura brasileira, como demonstraremos adiante.

Não basta, contudo, constatar a capacidade de resistência, pois a sua vulnerabilidade é notável quando nos detemos nos indicadores de renda, o que demonstra o quão oportuna é a leitura de Shanin (2007), de que a singular flexibilidade da economia familiar lhe permite adaptar-se às condições das mais adversas, ao preço da permanência no mais baixo patamar da sociedade no que diz respeito ao usufruto da riqueza.

AS FRAÇÕES DO TERRITÓRIO NO CONTEXTO DAS RELAÇÕES DE PODER

As condições estruturais que determinam uma situação contrastante na agricultura nos levam a refletir sobre as relações de poder, pois em contraponto à depauperação com que se debate uma parcela importante do campesinato, há a vitalidade do negócio agrícola, que se alimenta de estratégias de controle territorial. Tal controle pressupõe o concurso de vários agentes do poder público e do setor privado, que atuam em escalas que vão da local à global. Essa é a maneira pela qual, via de regra, tem sido alcançada a propalada eficiência produtiva, em que o critério de avaliação é meramente quantitativo, baseado nos recursos monetários amealhados ao fim do processo produtivo.

Entretanto, trata-se de um modelo que até então tem se mostrado insustentável, sendo oportuno esclarecer a que tipo de sustentabilidade nos

referimos, pois a noção de agricultura sustentável comporta variados e até opostos significados. Para alguns, remete à perspectiva do crescimento econômico por meio do fortalecimento dos potenciais não explorados, leia-se expansão de mercados, fato explícito no paradigma da tecnificação agrícola, que mais recentemente evoluiu para o apelo da “industrialização sustentável da agricultura”, cândido termo em tempos de assédio da biotecnologia.

Para nós, supõe uma agricultura generosa e includente, autônoma ante os cartéis, parcimoniosa para com os bens e recursos, e que a nosso ver somente pode ser realizada/aprofundada em bases camponesas, já que a empreendida em bases tipicamente capitalistas tem reafirmado um ciclo predatório em qualquer escala temporal ou espacial que se queira analisar, e que intensificou-se ainda mais com a tecnificação.

A começar pelas implicações nas relações de produção, pois a incorporação célere de pacotes tecnológicos produzidos em contextos alheios à realidade brasileira, tanto do ponto de vista socioeconômico quanto físico, implicou em impactos de grande envergadura.

Com a mecanização, um dos pilares da tecnificação, houve um desempenho notável na agricultura, pois desde a década de 1970 a taxa de crescimento, aqui entendida tanto em termos de ampliação da produção quanto de expansão das áreas cultivadas, está estimada em aproximadamente 5% anuais.

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1960 havia um trator para cada 410 hectares cultivados. Em 2006, essa relação caiu para 97 hectares por trator. Paradoxalmente, na última década houve uma diminuição de 1,95% no número de máquinas, embora nesse intervalo a área com lavouras tenha aumentado em aproximadamente 83%, passando de 41,7 milhões para 76,6 milhões de hectares cultivados. Isso significa que está havendo uma substituição por máquinas maiores e mais potentes, próprias para a exploração de larga escala.

Complementar à mecanização, a incorporação de agrotóxicos tem apresentado uma escala ascendente. Embora os resultados do Censo Agropecuário 2006 ainda não tenham sido publicados na íntegra, sendo este um dos itens não divulgados, podemos inferir seu consumo a partir dos dados do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Agrícola (SINDAG) de 2005, que registrou o consumo de 485.969 toneladas desses insumos naquele ano.

Tem sido regra, contudo, a não contabilização dos custos dessa matriz produtiva, e a intoxicação por agrotóxicos parece ser uma das mais perversas. De acordo com o IBGE, em 2004 foram consumidos 2,8 kg por habitante, quantidade sete vezes superior à média mundial. Some-se a isso a toxicidade dos agrotóxicos de uso comum por aqui, muitos dos quais já banidos de muitos países há décadas, em virtude de seu comprovado caráter nocivo à saúde humana e ao ambiente.

Como estão em jogo cifras bilionárias e poderosos interesses, não há fiscalização digna de nota, gerando estimativas frágeis sobre a dimensão dos envenenamentos por agrotóxicos, pois a maioria dos casos sequer é detectada e ou notificada, seja pela deficiência dos serviços de saúde pública no país, seja pela dificuldade que os trabalhadores do campo têm em usufruir de atendimento médico-hospitalar. Mas os relatos colhidos em pesquisas de campo são por demais significativos. Raramente encontramos comunidades em que tais problemas não tenham ocorrido, isso sem falar na recorrência com que nos é indicada a perda de lavouras e de criações por envenenamento oriundo de aplicações em áreas próximas.

A título de exemplo, lembramos o caso do Banco da Terra da Fazenda Akolá, em Londrina, em que os camponeses foram à justiça, em virtude de perdas sucessivas da produção de olerícolas e lavouras de feijão provocadas pela aplicação de agrotóxicos de uso proibido por fazendeiros do entorno.

Mecanização e agrotóxicos constituem-se o fundamento de um paradigma produtivo em que a tônica é a ampliação progressiva de mercados, e como veremos adiante, a tecnificação agrícola ocorrida no país, assim como nos demais países periféricos, inscreve-se num ciclo em que o excedente de capitais ameaça as taxas de acumulação, e o consumo produtivo na agricultura, composto por máquinas, agrotóxicos e fertilizantes, surge como alternativa de ajuste, como demonstra Harvey (2005).

Além de sua face mais visível, o nocivo artificialismo da produção, a subordinação às empresas estrangeiras é total, pois são estas que controlam a produção desses componentes. Além disso, o custo com as importações, de acordo com Gonçalves e Ângelo (2006), foi de 4,4 bilhões ao país somente em 2005, montante superior ao arrecadado pelos cofres públicos com a venda da Companhia Vale do Rio Doce na década passada. Isso evidencia a vulnerabilização da agricultura, e por extensão, do território, razão pela qual a própria discussão sobre soberania alimentar ganha relevância.

Esta questão remete à necessária observância do papel do país na divisão territorial do trabalho, pois implantou-se um modelo produtivo perverso, aprofundando o caráter agro-exportador da economia em uma ciranda, na qual o suprimento do consumo produtivo da agricultura contribui para o déficit das contas externas, a ser saldado pelo superávit primário que o próprio setor necessita assegurar.

Isso em um cenário de deterioração nos termos de troca, e que se manifesta na redução proporcional da participação brasileira nas exportações mundiais. De acordo com Oliveira (2003, p. 126), em 1980, o agronegócio brasileiro arrecadou, em exportações, 9,4 bilhões de dólares, o equivalente a 0,48% do mercado mundial. Já em 2003, essa participação caiu para 0,43%, embora o montante tenha atingido 30,7 bilhões de dólares, o triplo de duas décadas atrás. Considerando a queda tendencial do preço das commodities no período, é possível inferir o tamanho da transferência de bens, recursos e energia vital, contidos na produção, sem que, a exceção dos agronegociantes, a sociedade brasileira como um todo e o campesinato em particular tenham se beneficiado.

Mais inquietante, porém, é a escalada ascendente da biotecnologia, um capítulo à parte nas disputas territoriais, pois os Organismos Geneticamente Modificados (OGMs), mais conhecidos por transgênicos, vieram para ficar. É necessário lembrar que as sementes transgênicas são patenteáveis e, no Brasil, as empresas detentoras das patentes são as exclusivas proprietárias do direito de produzi-las por um período de 20 anos. Somente após esse período é que elas passam à condição de domínio público, podendo ser produzidas por outrem.

Esse é o caminho percorrido pelos genéricos, não só dos medicamentos, mas também do setor de agrotóxicos, uma vez que a maior parte das patentes que vieram junto com a “Revolução Verde” encontram-se vencidas. É certo que isso não serve de alento, pois são as próprias multinacionais que controlam a produção dos genéricos, dado o poder econômico que dispõem.

Cumprе salientar que a estratégia de espoliação, via patentes, não está esgotada, antes, aprofundou-se. As patentes foram o principal instrumento de dominação utilizado pelos países ricos nos primórdios da tecnificação agrícola, até porque mecanismos históricos de trocas desiguais lhes permitiu sair na frente na corrida tecnológica. Desde então, eles vêm exercendo pressões severas nos países periféricos para o devido enquadramento nos princípios de proteção da propriedade intelectual.

Concomitante ao avanço tecnológico e ao surgimento de novos bens patenteáveis, crescem também as pressões internas em meio a conveniências de várias ordens, razão pela qual em 1995 é sancionada e entra em vigor a Lei de Biossegurança, a qual abre caminho para a liberação de organismos geneticamente modificados.

Em 1997 é a vez da sanção da Lei de Propriedade Industrial e da Lei de Proteção de Cultivares. Desde então, patentes de processos industriais, produtos farmacêuticos e químicos, alimentos, ligas metálicas e microorganismos transgênicos são reconhecidas no país, desde que obedecidos os princípios de novidade, atividade inventiva e aplicação industrial.

Essas leis foram sancionadas em meio à expansão notável dos transgênicos em alguns países. De acordo com Silveira (2004, p. 31), entre 1996 e 2002 aumentou em 57 milhões de hectares a área cultivada com OGMs, tendo como principais protagonistas os Estados Unidos e a Argentina, que juntos somaram 89% da área cultivada.

Daí até a liberação para o plantio de transgênicos no Brasil foi um passo. A cooptação política tornou-se explícita inclusive na composição dos quadros do governo, em que o ministro da agricultura tornou-se a principal voz a favor da liberação. Entrementes, o presidente Luís Inácio Lula da Silva acabou por transferir o ônus da assinatura ao vice presidente, José de Alencar, que o fez no dia 25 de setembro de 2003, não sem expressar publicamente sua rejeição à medida e sua incapacidade de resistir às pressões da Casa Civil.

Dizia Marx que a história não se repete, a não ser como farsa. Desta vez a celeuma se dá em torno da liberação da primeira variedade comercial de milho geneticamente modificado, sabidamente mais devastador do que a soja, em virtude do enorme potencial de contaminação das variedades não transgênicas. Contra os argumentos da ministra do meio ambiente e do recurso judicial interposto pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA), levanta-se o falso pragmatismo do ministro da agricultura, que já não é mais o mesmo, mas professa os mesmos conceitos, bradando que o plantio ilegal do milho transgênico já ocupa amplas áreas, o que torna a liberação inevitável!

Isso é coerente com os pactos de poder orquestrados por Luís Inácio Lula da Silva, que após a divulgação de dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), atestando a explosão do desmatamento na Ama-

zônia no último quadrimestre de 2007, não só fez coro ao ministro da agricultura, ocupado tanto com a liberação do milho transgênico quanto com a disseminação de dúvidas sobre a confiabilidade dos dados, quanto apresou-se a mitigar o papel do agronegócio na devastação da floresta, elegendo seus agentes em heróis do dia, e o negócio com que se ocupam, ou serve de desculpa para amealhar terras e dinheiro público, o potencial gerador de empregos no país.

Mas não é isso o que mostram os dados do Censo Agropecuário 2006, que outro instituto de pesquisas, o IBGE, acaba de divulgar. Em relação a 1995/96, houve um aumento de mais de 83% da área ocupada com lavouras, com o incremento de 34.902.869 hectares, a maior parte sob o manto do agronegócio. Contudo, foram perdidos 765.935 empregos, entre permanentes e temporários, aqui entendidos como contratações mediante assalariamento, sem falar na perda de 797.285 postos de trabalho relativos aos membros da família ocupados nos estabelecimentos.

Advertimos, porém, que para chegar a estes dados estamos simulando uma situação em que a pecuária entraria com geração nula de postos de trabalho, pois os dados dos censos não aparecem discriminados entre as duas atividades. Sabendo-se que o potencial de geração de empregos na pecuária é muito baixo, optamos por considerar o número total das contratações como sendo exclusivamente pela agricultura, o que provoca uma distorção, para mais, nos dados sobre geração efetiva de postos de trabalho nesta.

Para ficar somente nos dados do estado do Mato Grosso, a fronteira agrícola da década e ícone do agronegócio da soja, entre 1995/96 e 2006 foram eliminados 21,1% dos empregos com assalariamento, embora o incremento de área para lavouras tenha sido de 3.914.018 hectares, ou 132%. Só para ficar na análise da capacidade de geração de empregos pela agricultura deste estado, basta considerar que em 1995/96 havia um trabalhador assalariado para cada 23 hectares cultivados com lavouras, lembrando que não se trata necessariamente de empregos permanentes, pois no cômputo do IBGE estão incluídas as contratações eventuais. Naquele mesmo ano, a relação média no Brasil era de 9,6 hectares por contratação.

Em 2006 triplicou a quantidade de área necessária para cada contratação no Mato Grosso, passando a 77 hectares semeados por emprego gerado. Já a média nacional foi de 21 hectares por contratação. Por ser este também o estado que mais devastou a floresta nos últimos anos, vale a pena também

anotar sua participação proporcional em termos de área semeada no país: em 1995/96, o Mato Grosso respondia por 7,1% das áreas com lavouras e por 2,6% dos postos de trabalho assalariados. Em 2006, passa a responder por 8,9% da área total cultivada, caindo a participação dos empregos para 2,5% das contratações registradas nas lavouras brasileiras.

Lembramos que tal qual nos indicadores nacionais, embora estejamos considerando o total das contratações, utilizamos apenas as áreas ocupadas com lavouras. Se incluíssemos a área ocupada com pastagens, teríamos a seguinte equação: em 1995/96, eram necessários 216 hectares para cada emprego no Mato Grosso, ao passo que no Brasil essa relação era de 50 hectares por trabalhador contratado, seja permanente ou temporário. Em 2006, no Mato Grosso a relação subiu para 332 hectares por cada contratação mediante o assalariamento, enquanto que a média nacional foi de 70 hectares por trabalhador contratado.

Esse é um indicativo de que o avanço da fronteira é muito mais um instrumento para a especulação fundiária, em que a grilagem é um dos instrumentos de apropriação, do que propriamente um imperativo do mercado, com uma suposta relação entre valorização das commodities e incorporação de áreas para o cultivo. É certo que esse mecanismo atua, contudo, é a especulação que o precede, beneficiando-se das situações conjunturais de preços para ampliar a margem de ganhos com a renda capitalizada da terra.

Embora esse seja um processo absolutamente gritante nas áreas de fronteira, e o Mato Grosso é a melhor evidência disso, não se pode deixar de advertir que o rentismo é um traço essencial do país, e a baixa geração de empregos na agricultura empresarial em comparação à agricultura camponesa comprova o potencial não explorado das terras controladas. Basta considerar que na média nacional, a relação é de 3 ocupações, aqui entendida como posto de trabalho preenchido por membros da família não remunerados, por cada emprego, embora a agricultura camponesa ocupe uma área cinco vezes menor.

Isso pode explicar a razão da adesão dos empresários da agricultura aos padrões produtivos excludentes, como o lobby do agronegócio em favor dos transgênicos. Embora seu desdobramento mais imediato seja a submissão tecnológica e a conseqüente transferência de renda ao setor industrial multinacional, o sentido desse alinhamento está na coerência de classe nos termos dos benefícios marginais apontados por Petras (2007).

Há aqui o indicativo de que os agronegociantes, uma fração da burguesia dos países periféricos agem, como diria Galeano (1989), feito sentinelas que abrem as portas para o saque, porque se beneficiam das migalhas, mas que pela escala do negócio não são desprezíveis.

Petras (2007), ao analisar a política imperialista e a respectiva atuação das classes nos países periféricos, notadamente na América Latina, chama a atenção para a ausência de uma burguesia progressista, no sentido de ser portadora de um projeto nacional. A evidência desse fato é, para o autor, a adesão manifesta à implantação dos regimes autoritários que varreram-na a partir da década de 1960.

Restaria, assim, uma classe que transformou-se em sócia marginal dos negócios das multinacionais, a que ele denomina empresas imperiais, porque se beneficiam dos aportes financeiros que vêm dos organismos financeiros internacionais, como o Banco Mundial, os quais incrementam o fundo público a que tem acesso, sem falar na diminuição dos custos com mão-de-obra, entre outras benesses.

Isso envolve diretamente o Estado, e Petras é categórico ao demonstrar o comprometimento de suas estruturas com o imperialismo, cujos tentáculos diretos são as “empresas imperiais”. Isso reafirma a natureza do Estado, que antes de se constituir em ente abstrato acima dos interesses de classe, constitui-se em instrumento de perpetuação dos interesses hegemônicos.

O Estado na América Latina, principalmente o Banco Central, exército, polícia, serviços de inteligência, altos cargos da administração (todas as “instituições permanentes” de governo) são treinados, doutrinados e ‘conectados em rede’ pelo Estado imperial, com algumas notáveis exceções. [...] O imperialismo estabeleceu os parâmetros da política dos regimes subjugados: subordinação imperial na política externa, livre mercado, concentração de renda [...]. (PETRAS, 2007, p. 179)

Trata-se, portanto, de interesses de classe envolvidos nestes consensos. Sendo assim, as relações de poder delimitando o território são uma consequência. E como vimos, esta delimitação não é necessariamente física, nem tampouco precisa, mas instrumento de ação para a apropriação da riqueza gerada a partir de um substrato material, a terra.

Isso converge para a lógica produtiva hegemônica que transcende as questões socioambientais e técnicas da agricultura contemporânea, porque

diz respeito ao motor das forças produtivas no capitalismo. Vejamos como Harvey se pronuncia a esse respeito.

A teoria de Marx do crescimento sob o capitalismo situa a acumulação de capital no centro das coisas. A acumulação é o motor cuja potência aumenta no modo de produção capitalista. O sistema capitalista é, portanto, muito dinâmico e inevitavelmente expansível; esse sistema cria uma força permanentemente revolucionária que, incessante e constantemente, reforma o mundo em que vivemos. (HARVEY, 2005, p. 43).

É por isso que no capitalismo, o princípio básico do intercâmbio com a natureza, como forma de satisfazer as necessidades de consumo ganha novos contornos, já que as necessidades passam a ser dimensionadas não mais a partir do parâmetro das necessidades vitais, como alimentação, vestuário e abrigo, mas com a mediação de um motor de propulsão de necessidades, a fim de intensificar o consumo de mercadorias, condição indispensável para a acumulação.

Se nos demais modos de produção, os mecanismos de exploração tinham como fundamento o desfrute de maior quantidade e qualidade de alimentos, vestuário, entre outros, sem que para isso os membros dominantes da sociedade necessitassem despende trabalho, no capitalismo a regra das necessidades é reiteradamente alterada, para que sejam criadas oportunidades produtivas das quais depende o funcionamento do sistema. Cria-se, assim, um ciclo em que a imposição de novas necessidades de consumo sustenta o ritmo da produção de mercadorias.

Entretanto, este é um circuito fadado ao desequilíbrio, pois a ampliação da produção de mercadorias objetiva a extração da mais-valia, o fim último da produção capitalista e isso supõe a intensificação da exploração da força de trabalho. Instaura-se assim um ciclo vicioso, em que a capacidade de consumo é diametralmente oposta ao aumento da exploração, fator responsável pelas recorrentes crises de super produção, logo, de excedente de capitais.

Constantemente, os capitalistas tendem a expandir o volume e o valor total das mercadorias no mercado, enquanto tentam maximizar seus lucros mantendo os salários achatados, o que restringe o poder aquisitivo das massas. Nesse caso, há uma contradição, que, periodicamente, produz uma crise de realização; isto é, um volume de mercadorias no mercado sem compradores à vista. Claro está que essa superprodução

é apenas relativa, e não tem nada a ver com as necessidades humanas absolutas: diz respeito apenas à demanda retraída pela incapacidade de pagamento. (HARVEY, 2005, p. 45-46)

Esta é uma das expressões das tensões no processo geral de acumulação, que também se manifestam em situações de saturação ou insuficiência de provimento dos meios de produção, como máquinas, matérias-primas, infra-estrutura, sem falar em eventuais desajustes nos mecanismos de formação do exército industrial de reserva.

Tais manifestações, isoladas ou em cadeia, estão na base das situações de excedentes de capitais, no sentido de que as possibilidades de investimento produtivo, naturalmente obedecendo a regra da auferibilidade da taxa média de lucro, reduzem-se drasticamente, tornando imprescindível a busca de novas estratégias para a crise. Via de regra, nestas ocasiões são criadas oportunidades artificiais de investimentos bancadas pelo fundo público, sendo a guerra um destes exemplos. Outra saída é a expansão geográfica para novas regiões, seja por meio do incremento do comércio exterior, seja por meio da exportação de capitais.

O capitalismo apenas consegue escapar de sua própria contradição por meio da expansão. A expansão é, simultaneamente, intensificação (de desejos e necessidades sociais, de populações totais, e assim por diante) e expansão geográfica. Para o capitalismo sobreviver, deverá existir ou ser criado espaço novo para a acumulação. (HARVEY, 2005, p. 64)

Essa é a fórmula do ajuste espacial, sendo uma de suas expressões mais evidentes a rápida disseminação do padrão tecnificado na agricultura para os países periféricos, a denominada Revolução Verde e a posterior “revolução” biotecnológica.

Cumprе salientar que, no caso brasileiro, em ambas as situações, pairava uma ameaça sobre o pacto hegemônico sustentado pela aliança rentista. Na primeira, pela disseminação das lutas camponesas e a iminência de realização da reforma agrária e, na segunda, pela pressão exercida pelas ocupações de terras improdutivas empreendidas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e demais movimentos camponeses.

Isso configura o que Raffestin (1993) classifica de jogos de soma não nula, pois as multinacionais puderam desfrutar de acesso privilegiado a bens, recursos e mercados, possibilitando ao latifúndio, em troca, a mudança das estratégias de controle sobre a terra, com intensificação do cerco sobre

a renda, via mecanização dos processos produtivos e conseqüente ampliação da escala de produção com dispensa de mão-de-obra.

É assim que o Brasil, como receptor de capital e de tecnologia, dá a sua contribuição para o ajuste espacial, assentindo com o lugar que os países centrais lhe reservou na divisão territorial do trabalho. Desse modo, ainda que o agronegócio tenha a seu dispor tecnologias de ponta, pouco pode contribuir para o desenvolvimento efetivamente sustentável do país, que segue fadado a integrar o circuito mundializado da mercadoria como fornecedor de produtos primários, por um lado, e consumidor de bens manufaturados, por outro, haja vista que estes são cada vez mais imprescindíveis para a cadeia produtiva, notadamente da agricultura.

Como tais pactos não se manteriam sem legitimação, porque o poder não presume apropriação, apenas exercício, como adverte Arendt (1989), e isso pressupõe um consenso mínimo, é disseminada uma falsa correlação entre agronegócio – eficiência produtiva – disponibilização de alimentos, o mito a que refere-se Oliveira (2003), já que a resposta produtiva deste setor é proporcionalmente baixa ante o desempenho da produção camponesa.

O FUNDO PÚBLICO E AS AGRICULTURAS EMPRESARIAL E CAMPONESA

Embora não se possa ignorar o quão devastadora tem sido a incorporação dos pacotes tecnológicos nos termos aqui apresentados, ainda estamos por ver, no campo brasileiro, alguns dos princípios e desdobramentos apontados pelos teóricos clássicos revisitados, a começar pela tese da eficiência produtiva fundada na racionalidade técnica da empresa agrícola, e que se observa apenas pontualmente.

De um modo geral, a sustentação do agronegócio depende de alguns fatores. Do ponto de vista fundiário, podemos citar basicamente dois: a flexibilidade das fronteiras, que tem assegurado a incorporação crescente de terras, em grande parte sem qualquer desgaste natural, o que pressupõe custos iniciais de produção baixos, atrelados ainda a um salto de capitalização gratuito, representado pela comercialização da madeira das áreas desmatadas. Ainda em relação à disponibilidade de terras, o modelo fundiário extremamente concentrador permite a compensação de baixos investimentos

com ampliação da escala da atividade, resultando em baixa rentabilidade por unidade de área.

Em relação à mão-de-obra, trata-se de um custo baixo, e que o próprio negócio agroexportador nos legou, pois a interdição à terra própria, aliada a um modelo urbano-industrial pouco generoso em termos de geração de emprego e renda, assegura ampla disponibilidade de força de trabalho. Isso desconsiderando as práticas recorrentes de contratação sem observância mínima dos parâmetros juridicamente aceitos, a exemplo da sobre-exploração, trabalho infantil e trabalho escravo.

Por fim, há o acesso ao fundo público. Embora não existam subsídios oficiais, a agricultura brasileira historicamente tem sido beneficiada por políticas de crédito com juros altamente subsidiados. A título de exemplo, lembramos que o crédito rural para a agricultura empresarial na safra 2007/2008 conta com um caixa de R\$ 58 bilhões e uma diminuição da taxa de juros em dois pontos percentuais, agora fixada em 6,75% ao ano.

Lembramos que em janeiro de 2008 a taxa selic, taxa básica de juros que baliza as operações financeiras, foi reduzida para 11,5% ao ano. Este é o valor mais baixo dos últimos anos, momento em que o Brasil perdeu a liderança mundial do posto nada honroso de praticar a maior taxa real de juros do planeta, agora ocupado pela Turquia. Vale lembrar também que para o trabalhador comum essa taxa é uma ficção, pois no mesmo mês de janeiro, os juros cobrados pelas administradoras de cartão de crédito foram de aproximadamente 9,4 % ao mês.

Tais valores nos permitem concluir o quão baixas são as taxas para o crédito agrícola. Entrementes, mesmo com essa benesse creditícia, os agricultores, em geral, e os grandes tomadores de empréstimos, em particular, não têm honrado os compromissos financeiros, sendo portadores de uma dívida astronômica. No início de 2008, ela estava calculada em 140 bilhões de reais, resultado de uma situação em que ano após ano, governo após governo, assiste-se a uma mobilização do setor ruralista para adiar o pagamento, o que tem conseguido, mediante acordos e securitizações nas quais o próprio Estado reduz as já baixas taxas de juro incidentes, assumindo o pagamento da diferença, por se tratar de compromissos firmados com instituições financeiras.

A outra face do acesso ao fundo público diz respeito aos tributos. Sobre a propriedade rural o único imposto incidente é o Imposto Territorial Rural, cuja taxação é praticamente simbólica: considerando o conjunto dos

imóveis rurais tributáveis no país, em 2006 foram arrecadados 337 milhões com o ITR. Neste mesmo ano, somente o Imposto Predial Territorial Urbano rendeu à prefeitura de São Paulo 2,6 bilhões de reais, oito vezes mais que o valor arrecadado com o tributo referente às terras do país inteiro.

Embora se possa admitir uma renúncia fiscal parcial, em se tratando do ITR, sobre o agronegócio voltado para exportação essa renúncia é plena. Trata-se do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços, do qual está isenta toda produção primária destinada à exportação. Como o ICMS é um tributo estadual, cabe ao governo federal repassar aos respectivos cofres estaduais os valores correspondentes ao imposto em questão.

É por meio desse conjunto de estratégias, todas envolvendo apropriação da riqueza socialmente construída no Brasil, que a agricultura de exportação se mantém competitiva nos mercados globais, mesmo com os pesados subsídios aplicados em seus respectivos países e as barreiras tributárias. Numa conclusão reducionista, poderíamos afirmar que a sociedade brasileira transfere para os países centrais, via agronegócio, uma parte dos recursos que estes dependem em subsídios e barreiras que se voltam contra nós, não apenas porque o Estado brasileiro irá em socorro do agronegócio sempre que a competitividade estiver ameaçada, mas também por meio do trabalho não pago e dos recursos consumidos na produção, como água, solo, biodiversidade etc.

Do mesmo modo que estas evidências revelam a inconsistência da tese da eficiência produtiva do agronegócio, faz-se necessário atentar para a tese do desaparecimento do campesinato, via proletarização.

Ainda que não se possa ignorar a sua ocorrência, é preciso ponderar que ela se manifestou, sobretudo, no processo de expulsão que atingiu a maior parte dos camponeses com acesso precário à terra, e que puderam ser descartados com a emergência do paradigma produtivo eminentemente poupador de força de trabalho. Em menor escala, atingiu os camponeses cuja dimensão das propriedades e ou as formas de produzir não têm assegurado recursos suficientes para a adaptação à tecnificação.

Sabemos que esse paradigma contempla mudanças recorrentes, impondo-se a incorporação de máquinas, insumos e procedimentos novos, os quais inegavelmente resultam em aumento da produtividade. É aí que entra em cena a lei da oferta e da procura, pois quanto maior a eficiência do conjunto de produtores, menor o rendimento proporcional, equação essa que alimenta a busca interminável pela ampliação da escala de produção.

Em suma, os agricultores absorvem tecnologias para incrementar a produção, cujos rendimentos irão realimentar inovações que, por sua vez, serão ofertadas com custos majorados, enredando-os em um ciclo de modernização contínua.

Muito mais que os capitalistas, que têm a seu favor os elementos anteriormente arrolados, essa lógica vulnerabiliza os camponeses, tanto os que participam do pacto produtivo tecnificado quanto os que não o fazem. Mesmo assim, a capacidade de responderem aos desafios da produção é inegável, mesmo controlando cerca de 20% das terras e sendo historicamente preteridos do acesso ao fundo público

Devemos salientar, porém, que essa situação vem sendo atenuada com o maior aporte de recursos para o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Desde 2002, o volume quase quadruplicou, chegando a um orçamento previsto de 12 bilhões de reais para a safra 2007/2008.

Isso não significa que esse montante vá chegar integralmente até os camponeses, porque existem vários entraves. A começar pela diferença entre os recursos anunciados e os efetivamente aplicados. Dados sistematizados por Corrêa e Silva (2007, p. 58) indicam que entre os planos safra de 1996/97 e 2002/03, a taxa média de liberação foi de 63% ante o aporte de recursos previsto. Em 2005, o montante liberado foi, de acordo com Guanzirolli (2007), de 6,3 bilhões de reais, envolvendo 1,8 milhões de contratos.

Há também distorções em relação à distribuição dos recursos que, tanto no interior dos estratos de renda quanto em termos geográficos, tem sido desigual. Dados compilados por Guanzirolli (2007) indicam que em 2004, 47% do crédito foi para a região Sul e apenas 18% para o Nordeste. Não custa lembrar que além das desigualdades regionais características entre ambas, com os camponeses do Nordeste em condições materiais mais precárias, há ainda a diferença em termos de número de estabelecimentos e área agrícola. Usando como referência os dados gerais dos dois estados (IBGE 2006), 71% deles está no Nordeste, ocupando o correspondente a 63% da área agrícola.

Há que se levar em conta, também, que as próprias condições objetivas acabam por excluir muitos dessa política pública, até porque uma parcela do campesinato rejeita veementemente o endividamento, não sem razão, tendo em vista que os juros, embora muito abaixo do mercado e até das taxas de

que desfruta o agronegócio¹, podem constituir-se em armadilha, pois grande parte dos camponeses não tem a seu favor o ganho de escala e, ademais, ocupa-se de uma policultura com baixos retornos monetários, quando os têm.

Mas este é um dos segredos da recriação camponesa, a despeito dos obstáculos de toda ordem. Poder fugir das regras rígidas de mercado que, como vimos, regem o antes, o durante e o pós-colheita, sempre que as condições internas forem desejáveis ou as externas exigirem, é um triunfo único, pois somente essa classe escapou da separação entre força de trabalho e controle dos meios de produção.

Isso lhe confere uma posição *sui generis*: o de estabelecer os parâmetros materiais da reprodução familiar valendo-se da conjuntura. É o balanço entre trabalho e consumo, analisado por Chayanov (1974) que revela, por exemplo, a possibilidade de alternância de cultivos ao sabor dos preços de mercado, porque a estrutura produtiva é flexível, diferentemente da agricultura empresarial.

No norte do Paraná, mesmo os camponeses tecnificados, que elegeram as lavouras de soja, trigo e milho às atividades comerciais predominantes, raramente são proprietários de todas as máquinas de que necessitam, até porque elas representariam uma imobilização de renda incompatível com sua escala de produção.

Operam para a sua viabilização produtiva até mesmo mecanismos de ajuda mútua metamorfoseados. Antes da troca de dias de trabalho, recorrente nas comunidades policultoras com baixa incorporação de tecnologia, trocam serviços mecanizados, obedecendo a um rodízio em que se um tem o trator, o outro tem a colheitadeira. Em outros casos, não se tem nenhum maquinário, mas há um acerto com aqueles que os têm, e que virão realizar as tarefas no devido tempo, mediante à cobrança de um valor que não é o de mercado, mas o calculado a partir dos custos do trabalho e da manutenção das máquinas.

É no interior de estratégias tão diversas, próprias de um modo de vida em que o motor da organização produtiva é a reprodução familiar, que o

¹ O enquadramento no Pronaf é feito por meio da análise da renda bruta, havendo várias modalidades de crédito e diversas possibilidades de enquadramento em custeio ou investimento. A título de exemplo, para esta safra, os juros máximos aplicados sobre o crédito de custeio são de até 3% para as unidades de produção que na safra 2006/2007 tiveram uma renda bruta anual de até R\$ 18.000,00. Já as propriedades que amealharam de R\$ 50.000,00 a R\$ 110.000,00 pagarão a taxa de 5,5% nesta modalidade de crédito.

campesinato consegue potencializar recursos parcos, apresentando uma eficiência ímpar, se é que podemos classificar nestes termos o rendimento por unidade de área superior ao que apresenta a exploração empresarial, tomada como modelo pela vinculação às tecnologias de ponta. Além da literatura com diversos estudos comparativos que o evidenciam, há os dados anteriores dos levantamentos censitários. Aguardemos a publicação integral do censo agropecuário 2006.

Mas já há indicativos relevantes de que essa eficiência está traduzindo-se em recriação, mesmo em um contexto de aprofundamento da tecnificação e seu inequívoco potencial de concentrar terra e renda, com eliminação de postos de trabalho.

De acordo com o censo agropecuário 2006, nos últimos 11 anos surgiram 344.265 novos estabelecimentos e foram incorporados 1.254.288 de hectares no conjunto da área total. Embora não se possa analisar tais dados a partir do parâmetro da precisão, tendo em vista as informações nem sempre fidedignas prestadas pelos recenseados, além das próprias dificuldades operacionais na execução dos trabalhos de levantamento, tais resultados são a melhor referência para uma análise da dinâmica socioeconômica do campo brasileiro.

E eles indicam a interrupção da tendência de eliminação de unidades de produção verificada na década anterior, quando desapareceram nada menos que 16% dos estabelecimentos, ao passo que na última década registrou-se um aumento de 7,1%.

Embora esses indicadores sejam insuficientes para vislumbrarmos como ficou a distribuição da terra entre os estratos de área, bem como entre camponeses e capitalistas, não há dúvida de que o campesinato ficou com a menor fatia, pois a expansão da fronteira agrícola ocorrida nesta década privilegiou a concentração fundiária.

Apenas lembramos que, no conjunto da federação, os dados divulgados mostram que a taxa média de área ocupada por estabelecimento diminuiu. Como as médias nada nos dizem sobre o conjunto, porque ocultam os extremos, e em se tratando de tamanho dos estabelecimentos no Brasil a distorção beira o surreal, vale a pena atentarmos então para os dados sobre a participação dos membros da família na agricultura brasileira.

Sabemos também que esse indicador em si não nos permite tirar conclusões peremptórias sobre a situação da agricultura camponesa no contexto

dos territórios em disputa, mas o fato é que aumentou a participação proporcional do trabalho familiar na agricultura brasileira, confirmando uma tendência que começou a desenhar-se em 1985. Considerando o conjunto da federação, a participação dos membros da família nas atividades produtivas passou de 75,9 % para 78%.

Em suma, não é possível estabelecer um raciocínio linear, como se toda exploração tipicamente capitalista empregasse somente trabalhadores assalariados e, em oposição, toda unidade camponesa tivesse apenas membros da família ocupados na produção, já que membros da família integram o quadro funcional da agricultura empresarial, da mesma forma que os camponeses recorrem à contratação de força de trabalho complementar.

Entretanto, trata-se de uma questão de escala, e inversamente proporcional, pois os trabalhadores do agronegócio são, em sua maioria, contratados, ao passo que os da agricultura camponesa são, via de regra, membros da família.

Sendo assim, é inequívoco que o processo de recriação do campesinato é uma realidade no país, apesar da voracidade do agronegócio, e são múltiplos os fatores que levam a isso. É certo que a política de assentamentos rurais, mesmo que tímida, para não dizer omissa ante a concentração fundiária brasileira, é relevante. Mas as estratégias empreendidas pelos próprios camponeses, no sentido de aproveitar da melhor maneira possível os recursos disponíveis, certamente são decisivas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A falta de dados sobre a dinâmica mais geral da agricultura brasileira, em virtude da interrupção da série histórica de recenseamentos agrícolas, criou uma lacuna importante nos estudos agrários, porque nenhuma outra base de dados possui abrangência geográfica e analítica como essa e nos últimos 11 anos as mudanças foram extremamente significativas.

Mas a força das evidências colhidas em campo tem nos permitido analisar esse setor de atividade a partir da teoria de recriação do campesinato. Isso em um cenário de franco fortalecimento do agronegócio, acuado pela pressão exercida pelos movimentos de luta pela terra e, ao mesmo tempo, premido pela valorização conjuntural de algumas commodities.

Ainda que este setor jamais tenha perdido a vitalidade, aqui entendida como capacidade de disputar territórios, e os níveis de concentração de terra são o melhor exemplo, nas últimas décadas tem ganho vigor redobrado, graças as tecnologias a seu dispor e o alinhamento do Estado, que atuou diretamente para sua incorporação, medidante subsídios de várias ordens, em particular creditícios.

Entretanto, o Estado, que não é o agente de promoção do bem comum, mas o mediador de conflitos desenhados no confronto de classes e na disputa por recursos, tem realizado algumas ações em favor da agricultura camponesa, o que nos faz supor que o poder de pressão do campesinato tem sido decisivo para uma gestão pública que, mesmo sem atender suas necessidades mais prementes, proporciona alguns avanços.

Todavia, isso é absolutamente insuficiente, o que obriga o campesinato a buscar estratégias que não fiquem circunscritas ao paradigma técnico dominante. Como vimos, a tecnificação tem como principal triunfo a redução do emprego de força de trabalho, e isso não os pode beneficiar da mesma maneira que o faz no agronegócio.

Como elucidou Chayanov (1974), operam aí duas lógicas distintas: a exploração capitalista é dimensionada a partir da terra e dos demais meios de produção, de modo que a contratação de força de trabalhado é rigorosamente calculada para que não haja ociosidade, o que diminuiria o lucro da atividade.

Por sua vez, na agricultura camponesa é justamente a força de trabalho o parâmetro para a atividade, porque a propriedade familiar agrega, simultaneamente, produção e consumo. Desse modo, um modelo produtivo poupador de força de trabalho, mas oneroso do ponto de vista dos insumos de produção, ao mesmo tempo que exclui trabalhadores que conviria à família incorporar ao processo produtivo, enreda-os em um círculo de vulnerabilidades.

Uma evidência dessa vulnerabilidade é que nos últimos 11 anos 797.285 postos de trabalho ocupados por membros da família desapareceram, o que corresponde a uma perda de 5,9 % das ocupações antes existentes. Embora a perda dos empregos, correspondentes às contratações mediante o assalariamento tenha sido três vezes superior, chegando a 17,7%, o caráter excludente do paradigma agrícola em curso é inequívoco.

Sendo assim, cabe assinalar que o processo de recriação do campesinato é contraditório, porque, enquanto classe, pode aumentar sua participação no processo produtivo como um todo, mas com menos pessoas. Se para os

capitalistas uma agricultura sem agricultores pode ser desejável, porque elimina o conflito entre capital e trabalho, para os camponeses definitivamente não é, porque trabalho e família são indissociáveis.

Resta assim a recusa a este modelo e a busca por aqueles que sejam emancipadores, já que somente ao capital interessa a homogeneização. Ao campesinato resta a diversificação estratégica, fundada na valorização das práticas endógenas e das redes de ajuda mútua, fundamentais para a insubordinação ao esbulho do mercado.

O futuro da organização da produção agrícola parece depender de uma nova tecnologia centrada no manejo inteligente do solo e da matéria viva por meio do trabalho humano, utilizando pouco capital, pouca terra e pouca energia inanimada. Esse modelo antagônico à empresa capitalista tem já sua protoforma no sistema camponês. (PALERM apud GUZMAN e MOLINA, 2005, p. 73)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARENDDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- CALABI, Donatella; INDOVINA, Francesco. Sobre o uso capitalista do território. In: *Archivio di studi urbani e regionali*. Veneza, anno IV, n. 2, junho 1973. (Mimeografado).
- CHAYANOV, Alexander V. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.
- CORRÊA, Vanessa Petrelli; SILVA, Fernanda Faria. Análise das liberações recentes de recursos do Pronaf: uma mudança na lógica de distribuição?. In: *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 38, n. 1, p. 48-66, jan.-mar. 2007. Disponível em: <<http://www.bnb.gov.br>>. Acesso em: 04 jan. 2008
- GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. 29. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- GONÇALVES, José Sidnei; ÂNGELO, José Alberto. Bens de capital e insumos da agricultura: déficit nas transações externas brasileiras. In: *Análises e Indicadores do Agronegócio*. Instituto de Economia Agrícola. São Paulo, v. 1, n. 3, mar. 2006. Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br>>. Acesso em: 20 jul. 2007.
- GUANZIROLI, Carlos E. PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. In: *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Brasília, v. 45, n. 2, abr./jun. 2007.

- GUZMAN, Eduardo Sevilla; MOLINA, Manuel Gonzalez. *Sobre a evolução do conceito de campesinato*. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.
- HARVEY, David. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2004.
- KAUTSKY, Karl. *A questão agrária*. 3. ed. São Paulo: Proposta, 1980.
- LENIN, Vladimir I. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- MARTINS, José de Souza. *A sociedade vista do abismo*. Petrópolis: Vozes, 2002.**
- MOREIRA, Rodrigo Machado; CARMO, Maristela Simões. Agroecologia na construção do desenvolvimento rural sustentável. In: *Agric*. São Paulo, São Paulo, v. 51, n. 2, p. 37-56, jul./dez. 2004.
- OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de. Barbárie e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. In: *Terra Livre*, ano 19, v. 2, n. 21, p. 113-156, jul./dez. 2003.
- PALERM, A. *Antropología y marxismo*. México: Nueva Imagen, 1980.
- PETRAS, James. *Imperialismo e luta de classes no mundo contemporâneo*. Florianópolis: UFSC, 2007.
- RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.
- SAQUET, Marcos Aurélio. *Abordagens e concepções de território*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- SCOLESE, Eduardo. Crédito rural cresce 16%, para R\$ 58 bi. In: *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 20 jun. 2007. Dinheiro, p. B 5.
- SILVEIRA, José Maria F. J. et al. Evolução recente da biotecnologia no Brasil. In: *Texto para Discussão*. IE/UNICAMP, Campinas, n. 114, fev. 2004.
- WOLFF, Maria Thereza. *Os avanços na proteção da biotecnologia no Brasil*. Disponível em: <<http://www.dannemann.com.br>>. Acesso em: 20 jul. 2007.

MOVIMENTOS SOCIAIS NO CAMPO E OUTRAS RESISTÊNCIAS CAMPONESAS

JOÃO EDMILSON FABRINI
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

INTRODUÇÃO

O campesinato foi interpretado a partir de diferentes perspectivas teóricas e políticas, sendo considerado desde um obstáculo para o desenvolvimento da sociedade, passando pela barbárie, atribuída à sua condição de classe social, até as profecias do desaparecimento com a intensificação das relações capitalistas. Outras interpretações ainda apontam para uma importante produção familiar, denominada agricultura familiar, mas não deve ser classificada de camponesa em vista dos diferentes vínculos e relações engendradas no processo de produção que está inserida. Por outro lado, é importante destacar que a construção do lugar social dos camponeses está relacionada às suas lutas e resistências, realizadas em diferentes espaços e momentos históricos.

A organização dos camponeses nos movimentos sociais permitiu a eles importantes conquistas. Neste sentido, os movimentos sociais se tornaram paradigmáticos na realização de lutas e passaram a ser considerados a forma mais eficiente de resistência dos camponeses.

Mas, ao ser reconhecido como paradigma nas lutas camponesas, os movimentos não devem ser absolutizados ou exclusivos, como se tivesse o monopólio das lutas no campo. A resistência camponesa não se limita à ação/organização nos movimentos sociais, ou seja, as lutas camponesas não devem ser interpretadas somente na esfera dos movimentos sociais: o “movimento camponês” é mais amplo do que os “movimentos sociais”.

É possível verificar, entre os camponeses, um conjunto de relações assentadas no território que se erguem como resistência à dominação do modo de produção capitalista. A produção para auto-consumo, a autonomia e o controle no processo produtivo, a solidariedade, as rela-

ções de vizinhança, os vínculos locais, dentre outros, são aspectos deste processo. Este processo de construção da resistência dos camponeses a partir de forças do território apresenta um conjunto de desdobramentos econômicos, políticos, culturais etc. Por isso, há que se atentar para estas práticas, pois poderão ser somadas a outras lutas no processo de construção dos enfrentamentos à ordem dominante, expropriatória e desumana.

OS MOVIMENTOS SOCIAIS

Os movimentos sociais podem ser caracterizados como manifestações organizadas da sociedade civil com o objetivo de contestar a ordem estabelecida e a maneira como a sociedade está organizada. Eles estão presentes na luta por grandes transformações da sociedade, tais como luta por mudanças no sistema econômico e modo de produção, bem como reivindicações localizadas e ligadas à cidadania e garantia de direitos. Assim, as ações coletivas contemporâneas realizadas nos movimentos podem ser manifestações dos operários pela melhoria das condições salariais e de trabalho, luta dos camponeses pela terra, bem como os movimentos de natureza cultural, étnica, etária etc.

Nem todo o movimento na sociedade pode ser considerado como movimento social, pois ele existe quando são canalizadas forças coletivas por diferentes grupos para transformação das relações sociais, políticas, econômicas etc. A existência de movimentos sociais exige forte expressão de dimensão coletiva e quando estas condições não estão amadurecidas, há dificuldade para o surgimento deles.

Priorizando a discussão dos movimentos sociais no contexto do cotidiano e as múltiplas lutas resultantes da fragmentação dos diferentes sujeitos, Scherer-Warren (1999) indica que os movimentos sociais podem ser entendidos como ações coletivas que reagem aos contextos históricos e sociais em que estão inseridos. A autora afirma ainda que um mesmo movimento social pode apresentar a dimensão contestadora, solidária e propositiva. Manifestam-se na forma de denúncia e protesto, cooperação e parceria para solução de problemas sociais e construção de projetos alternativos e de mudanças.

Essas reações podem ocorrer sob forma de: – denúncia, protesto, explicitação de conflitos, oposições organizadas; – cooperação, parcerias para resolução de problemas sociais, ações de solidariedade; – construção de uma utopia de transformação, com criação de projetos alternativos e de propostas de mudança ... Pode-se, pois, falar dos movimentos pela paz, ecológico, feminista, negro, de direitos humanos ou exclusão social, e assim por diante. (SCHERER-WARREN, 1999, p. 15, 16).

Segundo Gohn (1997), dentre os diferentes paradigmas nos estudos sobre os movimentos sociais, destaca-se o marxista, o que a autora considera ser aquele que traz maiores contribuições. A partir de diversos autores do marxismo, tais como Gramsci, Lênin, Trotsky, Rosa Luxemburgo e Mao Tse Tung é possível escudar-se no conflito de classes e no poder revolucionário das “massas” para a transformação social, resultante de transformações no modo de produção.

Entretanto, os movimentos sociais não devem ser visualizados como se fossem sinônimos de revolução, analisados no pensamento marxista ortodoxo, que coloca o movimento operário como responsável pela ruptura na estrutura da sociedade e quebra da hegemonia da classe capitalista. O paradigma ortodoxo dificultou a interpretação da realidade a partir de elementos de ordem cultural, por exemplo, que foi resgatado por historiadores marxistas tais como Thopsom, Hill dentre outros, trazendo as dimensões culturais e políticas para a interpretação das lutas sociais, desprezadas no paradigma ortodoxo do movimento operário. (GOHN, 1997, p. 1)

A atomização e fragmentação recente do trabalho, a partir de 1970, principalmente, implicaram no surgimento de diferentes sujeitos sociais, que se organizaram nos movimentos sociais, pois as estruturas homogêneas e impermeáveis do movimento operário não permitiam abarcar a complexidade de demandas destes diferentes sujeitos sociais.

Assim, de acordo com autores como Scherer-Warren (1987), Vigevani (1989), por exemplo, surgem os denominados *novos* movimentos sociais como os feministas, ecológicos, raciais, juvenis, sem-terras etc. São novos não porque se diferenciam de outros na temporalidade, mas pelas suas características, pois surgem como contraposição às formas tradicionais de luta, organização social e política.

Neste entendimento, os novos movimentos sociais enfatizam a organização comunitária, evitando a institucionalização e permitindo a participa-

ção de todos nas tomadas de decisões e na execução das tarefas e lutas. Os movimentos desenvolvem uma nova cultura política de base, livre organização, autogestão, direito à diversidade e respeito à individualidade. Estes movimentos ainda permitem a criação de identidade própria acentuando a diversidade existente no processo de luta.

Embora os movimentos sociais não neguem a participação das instituições (Estado, partidos ou igreja, por exemplo), não são tutelados por elas, dando ênfase à participação de todos os envolvidos, tomando decisões em assembleias, comissões etc. Os movimentos sociais, não marcados pela tutela do Estado ou outra entidade, passam a caminhar autonomamente, sem buscar a conquista do poder institucional e tomada de instâncias.

Os movimentos estão relacionados à perspectiva política não institucionalizada, ou seja, uma nova forma de fazer política em que a temática do poder continua central nas discussões, mas numa nova visão da realidade, agora constituída de novos e plurais espaços políticos. Implicam numa cultura política de base em relação às formas autoritárias e centralizadas, como afirma Vigevani (1989).

Em geral, os movimentos sociais se caracterizam pela reação as formas autoritárias e de repressão política, avançando propostas de democracia direta e de base ou representativa, pelo questionamento da distribuição do poder, pela reação à centralização do poder, avançando idéias de autonomias locais e de autogestão, pela oposição ao modelo econômico e pelo encaminhamento de novas formas de vida comunitária (VIGEVANI, 1989, p. 96).

Entretanto, os novos movimentos sociais não estão isolados e nem possuem autonomia total, pois se percebe na sua práxis, elementos que identificam a presença das instituições, como Igreja, Sindicato e Partido. Não se pode confundir movimentos sociais com basismo em que os sujeitos encontram-se dispersos e desenvolvem uma ação política espontânea e sem forma definida. Neste sentido, Vigevani (1989) ainda aponta para a necessidade de certa institucionalização nos movimentos sociais para não cair no chão do personalismo e de ações reféns do humor de líderes messiânicos.

A experiência dos movimentos sociais indica que, ao não existirem os mecanismos necessários à construção da vontade coletiva, ao não existir nenhum tipo de institucionalização, portanto imperando a ideologia basista, ganha espaço o messianismo, a idéia da possibili-

dade de uma solução mágica dos problemas no dia em que houver uma *nova* sociedade, idéia por outro lado coerente com algumas das formas de concepção de mundo da igreja e levadas à população. (VIGEVANI, 1989, p. 108).

Scherer-Warren (1998) estabelece um quadro de referências ao tratar das ações coletivas rurais, sintetizando os enfoques estruturalistas e culturalistas, a fim de encaminhar uma reflexão sobre o alcance e limites dos movimentos. Afirma de um lado, que as raízes da ação política são macro-fundamentadas economicamente (estruturalista) em que os movimentos se formam e organizam-se relacionados à estrutura fundiária, processos produtivos, por exemplo; e os sujeitos coletivos são definidos por categoria abrangentes como o campesinato, proletariado etc. Por outro lado, há as relações micro-fundamentadas sócio e culturalmente (culturalistas) que enfatizam uma lógica de mobilização coletiva a partir de relações sociais cotidianas e vinculadas a identificações culturais específicas de grupos como os indígenas, seringueiros, mulheres agricultoras etc.

Desta forma, na primeira, trata-se de buscar na estruturação fundiária e na configuração de processos produtivos as possibilidades de formação de movimentos sociais rurais e, em última instância, nas relações entre macro-fundamentos econômicos, ideológicos e políticos. De acordo com a segunda, a construção de identidades coletivas, de políticas contestatórias e de novas manifestações político-culturais têm suas raízes nos micro-fundamentos das relações sociais cotidianas, ou seja, em torno de identificações culturais específicas. (SCHERER-WARREN, 1998, p. 223).

Entretanto, é importante destacar que os movimentos sociais não são puros (sejam eles culturalistas ou estruturalistas, conforme verificado anteriormente), pois aquelas reivindicações de natureza classista como a luta por emprego e salário, por exemplo, geralmente estão acompanhadas de aspectos étnicos, de gênero etc. A luta pela terra, por exemplo, implica num aprendizado que não está limitado à conquista econômica, pois se realiza neste processo um conjunto de reflexões e ações variadas, passando pelo resgate de valores, cultura e costumes do campo, bem como ações ligadas à geração de rendas, pobreza, concentração fundiária, violência no campo; enfim, críticas à estrutura desigual da sociedade ordenada pelo modo capitalista de produção.

Assim, verifica-se que os movimentos estão sustentados por diferentes energias, como destaca Gutierrez (1987), ao tratar dos movimentos frente à crise na América Latina. Não existe uma pureza de movimentos, aliás, eles surgiram para se contrapor a ideais homogêneos e impermeáveis de organização, pois articulam diferentes dimensões (multidimensionalidade) como a classista, ambiental, cultural, etc.

Por exemplo, um movimento sob orientação de classe estará, provavelmente, acompanhado por significados étnicos e de gênero, que o diferenciam e assimilam e outros movimentos de orientação culturalista e com conteúdos classistas. Assim, os movimentos sociais se acham sustentados por múltiplas energias ... (GUTIERREZ, 1987, p. 199)

O significado dos movimentos também é buscado no mundo cada vez mais interdependente e intercomunicativo. Neste caso, formam-se redes de movimentos sociais em que as ações políticas apresentam alcance nacional e até transnacional, numa articulação entre local e global, particular e universal, uno e diverso. É comum entre os movimentos, ONGs e também entre muitos estudiosos a defesa de uma consciência global e uma ação local, ou seja, pensar globalmente e agir localmente. Sua estratégia é transformar os pequenos espaços em espaços de ação política que aos poucos vão atingindo transformações amplas e globais a partir de uma rede de movimentos.

A análise em termos de redes de movimentos implica buscar as formas de articulação entre o local e o global, entre o particular e o universal, entre o uno e o diverso, nas interconexões das identidades dos atores com o pluralismo. (SCHERER-WARREN, 1999, p. 27)

No entendimento de Scherer-Warren (1999) ainda, a criação de uma rede de movimentos sociais implica no estabelecimento de relações democráticas e abertas ao pluralismo e à diversidade cultural, em contraponto às ações políticas caracterizadas pela centralidade das decisões e hierarquização do poder. Nesta compreensão, a criação de redes de movimentos sociais possibilita a difusão de ideal democrático conectando as filosofias locais ao global, e vice-versa, em que questões do cotidiano se tornam globais e planetárias. Por meio da rede se alcançaria a integração da diversidade numa relação mais democrática, horizontal e plural, conectando diferentes espaços e momentos históricos.

Por outro lado, é importante destacar que a articulação de diferentes espaços e momentos históricos, o que permite as resistências, não é necessariamente resultante da globalização (como se existisse uma “boa” globalização) com a articulação de diferentes escalas espaciais. A resistência camponesa, por exemplo, ocorre fora dos grandes esquemas de “globalização” dos movimentos sociais e ONGs, ou seja, existe uma articulação de territórios não provenientes de laços comandados por redes globais.

Assim, muitas manifestações locais entre os camponeses, não inseridas nas redes de movimentos, como conhecimentos, saberes, costumes, solidariedades e tradições são gestadas, cultivadas e difundidas independentemente da formação de redes e inserção em grandes esquemas globais. Não é o isolamento, mas ações não provenientes de inserção nos grandes esquemas e amplas redes.

Neste sentido ainda, é importante destacar que a idéia de redes implica na desterritorialização sendo, no entanto, que as lutas e resistências camponesas têm se afirmado cada vez mais no território, que surge como trunfo, conforme afirma Raffestin (1993). A resistência camponesa a partir do território será tratada com mais atenção mais a frente.

Existe um conjunto variado de movimentos camponeses que fazem resistência e luta contra os esquemas de expropriação e subordinação dos quais se destacam os seguintes: movimentos dos assalariados temporários, posseiros, mulheres agricultoras, e agora, camponesas, atingidos por barragem, indígenas, sem-terra etc. Segundo Lisboa (1988), o movimento dos sem-terra manifesta-se como novo dentre os movimentos sociais, proporcionando a conscientização política do trabalhador rural que descobre seus direitos e passa a lutar pela conquista da cidadania e transformações sociais.

Os sem-terra tornaram-se sujeitos, já que agora o movimento não é concebido como em passado recente, quando a luta pela terra e reforma agrária era uma tática para alcançar o objetivo maior, ou seja, o fortalecimento e o avanço da classe operária, meio pelo qual se chegaria ao socialismo. Deve-se considerar que, durante muito tempo, os movimentos camponeses estiveram marginalizados em relação ao movimento dos operários, devido à hegemonia de certos esquemas teóricos que consideravam a luta dos operários aquela encarregada de promover as grandes transformações na sociedade, e tais esquemas seriam os merecedores de atenção e valorizados.

O Partido Comunista teve grande participação no direcionamento e na definição de como deveriam ser encaminhadas as lutas no campo, principalmente a partir da década de 1950. Os camponeses que lutavam para não serem expropriados e, de modo especial, os já despossuídos, que lutavam para entrar na terra, seriam um obstáculo ao desenvolvimento das forças produtivas, pois se tornando proprietários da terra de trabalho, estariam impedindo o fortalecimento do proletariado, fator necessário para superação do capitalismo. Assim, o camponês deveria aceitar a expropriação como um fator necessário, pois sendo proprietário da terra estaria oxigenando o capitalismo e seus elementos de sustentação.

Tal processo, na verdade, seria impedido pelo trabalhador, pelo camponês, que ergue sua resistência à expropriação capitalista, porque fazê-lo seria o mesmo que opor resistência ao processo histórico, aos efeitos historicamente positivos da expropriação e do desenraizamento do campesinato, uma condição fundamental para o desenvolvimento capitalista”. (MARTINS, 1990, p.13)

Ao tratar das lutas camponesas em geral, Shanin (1983) afirma que as suas interferências políticas podem ser classificadas a partir de três ações principais:

- Ação independente de classe, na qual uma classe social se cristaliza no curso do conflito, cria sua organização, amadurece ideologicamente e produz seus líderes, como ocorreu com a organização dos camponeses na Rússia em 1905 e no México com Zapata em 1910. As lutas dos sem-terra vinculados ao MST também são exemplos semelhantes a estas ações;
- Ações políticas dirigidas, em que um grupo organizado de fora proporciona ao campesinato um grande fator unificador e os camponeses são vistos quase como um objeto de manipulação. Os camponeses seriam incapazes de lutar pelos seus próprios interesses. Exemplifica o caso dos camponeses franceses que tiveram Bonaparte como “fator” unificador;
- Ação política sem forma definida e completamente espontânea, podendo se manifestar de duas formas: “motins locais”, com explosão rápida de revolta e controlada com facilidade pelo poder central e “passividade campesina”, como a forma de resistência. (SHANIN, 1983, p. 293).

As lutas e resistências camponesas foram visualizadas e consideradas importantes por grande parte de estudiosos e pelos próprios sujeitos quando realizadas no interior dos movimentos sociais, que se constituíram como paradigmas na realização destas lutas. Entretanto, existe uma prática de resistência entre os camponeses que extrapolam os limites dos movimentos sociais, ou seja, uma resistência para além dos movimentos sociais, como se existisse um “movimento camponês” mais amplo do que os “movimentos sociais”.

Mas, antes de tratar dessa perspectiva de lutas e resistências dos camponeses, serão destacadas as lutas camponesas no interior dos movimentos sociais.

OS MOVIMENTOS SOCIAIS NO CAMPO E A RESISTÊNCIA CAMPONESA

Os camponeses estão inseridos na dinâmica produtiva pela circulação de mercadorias, os quais transferem renda da terra para os setores capitalistas e não necessariamente mais-valia, como fazem os operários das fábricas. O produto do camponês é transformado em mercadoria nas relações de troca em escala mercadológica local, nacional, internacional.

Entretanto, a escala das relações sociais não está limitada necessariamente à produção e circulação de mercadorias, neste caso, produção agrícola. Pelos movimentos sociais, e não necessariamente, pela produção de mercadorias, é que os camponeses se comunicam com o outro e mundializam as suas demandas, protestos, reivindicações, necessidades, enfim, suas lutas e seu modo de vida.

A partir da visão de progresso das relações de produção é possível dizer que o capital, apresentando uma vocação internacional, cria contraditoriamente condições técnicas, científicas e de comunicação para estabelecer uma geografia mundial. Não se forma apenas uma rede global de mercadorias, mas também a formação de uma rede de movimentos sociais fortalecidos e de resistência. Cada movimento sai da sua ação de escala local e se integra a muitos outros fortalecendo as lutas. Nesta compreensão de que é possível uma globalização não perversa (uma outra globalização, conforme afirma Milton Santos) ocorreria a superação da geografia curta e local que

o camponês está inserido; superação esta que se constitui numa necessidade para ampliar as lutas e conquistas.

Enquanto o capital procura se internacionalizar pela produção de mercadorias, estabelecendo um mercado globalizado (produção de commodities do agronegócio, por exemplo), os camponeses têm desenvolvido um conjunto de ações políticas nos movimentos sociais, meio pelo qual tem procurado se internacionalizar politicamente, inclusive sua concepção de produção. Portanto, estão implícitas na internacionalização dos camponeses, pelos movimentos sociais, as relações que visam solapar a ordem do mercado global capitalista, ou seja, o estabelecimento de relações não pautadas no acúmulo de capital.

A idéia de progresso está implícita nesta forma de resistência (resistência globalizada) dos camponeses porque o capitalismo, ao se expandir no seu processo contraditório, permite a ampliação e organização das lutas nos movimentos, ou seja, uma outra globalização, neste caso dos movimentos. Mas, se por um lado, verifica-se a possibilidade de resistência implícita no desenvolvimento das relações capitalistas globais, de outro, é possível destacar a idéia de produção destrutiva do capital desenvolvida por Mezsáros (1996). Uma produção que destrói empregos, direitos e gera guerra, fome, superexploração do trabalho e uma infinidade de outras barbáries.

Pautando-se mais numa dimensão política e de relações de poder, os camponeses, por meio dos movimentos sociais têm se organizado nacional e até internacionalmente. Isto é verificado nas manifestações do Fórum Social Mundial nas suas várias versões e, sobretudo na ação dos camponeses organizados na Via Campesina (uma manifestação mundializada da luta camponesa).

O fortalecimento de “entidades” mundializadas de camponeses é entendido por alguns autores como uma alternativa de organização e resposta ao processo de globalização do capital. Trata-se também de uma resposta em escala mundial assentada em amplas alianças entre os diferentes movimentos sociais populares.

[...] temos de procurar uma articulação dos excluídos, desprezados, dominados e explorados em escala mundial, incluindo os que vivem nos países desenvolvidos; uma coordenação, cooperação e alianças entre os sujeitos políticos e sociais que participam nas lutas emancipa-

doras procurando a construção de entidades mundiais. É necessário elaborarmos uma estratégia que inclua a articulação com forças que operam nos três grandes blocos de poder mundiais, e estabelecer relações multilaterais com cada um deles como uma maneira de deslocar a partilha política das zonas de influência entre os mesmos. (HARNCKER, 2000, p. 393).

Muitos estudiosos e os próprios movimentos sociais camponeses têm valorizado as ações em escala ampla e massiva como a realização de grandes encontros, marchas, eventos e manifestações variadas, que criam um fato político e garantem grande repercussão. As pequenas manifestações acabam sendo depreciadas, sendo as lutas consideradas isoladas, não portadoras de potencial transformador da sociedade.

O exemplo típico de movimentos sociais camponeses de escala nacional que oferece maior resistência à opressão engendrada na produção capitalista é o MST. O fato de o movimento ser espacializado nacionalmente e articulado a outros movimentos, inclusive de outros países, tem trazido importantes resultados e conquistas para os camponeses.

Segundo Fernandes e Martin (2004), o fato de o MST possuir uma ação nacional, presente em 23 unidades da federação semelhante à construção de uma rede, faz dele não apenas um movimento social, mas um movimento *socioterritorial*. O Movimento tornou-se socioterritorial no momento que as lutas isoladas foram articuladas nacionalmente, quando foi fundado o MST em 1984 em Cascavel/PR, como será visto a seguir. Antes desta data o movimento era isolado, pontual e localizado, o que dificultava a ampliação das lutas e conquistas.

Fernandes e Martin (2004) ainda, reconhecendo as diversas escalas (local, regional, nacional e mundial) que se implicam e imbricam-se, analisam a resistência dos camponeses a partir do nexo da espacialização das lutas. Os movimentos espacializados e de lastro e abrangência nacional são considerados socioterritoriais e aqueles que esboçam resistência local são entendidos como movimentos isolados, indicando que estas seriam formas menos eficientes para alcançar seus objetivos. Ao tratar das ocupações de terra realizadas pelo MST, Fernandes (2001) afirma:

Com essas práticas, os sem-terra reúnem-se em movimento. Superam bases territoriais e fronteiras oficiais. Na organização da ocupação mas-

siva, agrupam em famílias de vários municípios e de mais de um Estado, quando em áreas fronteiriças. Desse modo, rompem com localismos e outras estratégias advindas de interesses que visam impedir e/ou dificultar o desenvolvimento da luta pelos trabalhadores (grifo nosso). (FERNANDES, 2001, p.72, 73)

A origem da luta dos sem-terra teve início no final da década de 1970 por trabalhadores expulsos e expropriados no processo de “modernização” ocorrido no campo. Esses trabalhadores, através de ação de resistência, passaram a promover ocupações de grandes propriedades improdutivas, recusando a proletarianização e o deslocamento para a Amazônia ou o Paraguai (brasiguaios). Os primeiros movimentos surgiram de forma isolada com as ocupações realizadas nos cinco Estados ao Sul do Brasil (RS, SC, PR, MS e SP). Embora isoladas, as lutas foram organizadas principalmente pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), criada em 1975, para apoiar as lutas dos camponeses.

No Rio Grande do Sul ocorreu a ocupação das fazendas Macali e Brilhante, em Ronda Alta. No Paraná, ocorreu a luta dos agricultores que perderam suas terras com a barragem de Itaipu, através do “Movimento Justiça e Terra” que reivindicava a justa indenização das terras. Em Santa Catarina aconteceu a ocupação da fazenda Burro Branco, no município de Campo-Erê.

Nesta mesma época foi ocupada a fazenda Primavera, em Andradina/SP. Em Mato Grosso do Sul ocorreu, no início da década de 1980, a luta de resistência na terra pelos camponeses arrendatários que trabalhavam na derrubada das matas e formação de pastagens nas fazendas localizadas em Naviraí, Itaquiraí e Glória de Dourados. Acrescente-se ainda a ação dos brasiguaios, que retornavam para o sul de Mato Grosso do Sul, montando acampamentos em vários municípios desse Estado.

Em 1984, foi realizado na cidade de Cascavel, o I Encontro dos trabalhadores rurais sem terra, marcando o início da articulação nacional das lutas dos sem-terra. Os movimentos de lutas “isoladas” e localizadas se reuniram e passaram a atuar coordenadamente após a realização do I Encontro. Neste Encontro ainda foram definidos os princípios, formas de organização, reivindicação e luta do MST.

O movimento dos sem-terra passou a representar uma nova fase na organização dos camponeses, fazendo com que a sociedade olhasse a sua

condição de excluídos do processo produtivo e da apropriação da terra, por meio de ocupações de latifúndios e acampamentos em todo o Brasil. Passaram a criar situações para envolvimento do Estado na questão da terra através de ocupações de terra e órgãos públicos, marchas, caminhadas, atos públicos etc. Assim, simultaneamente à expulsão e expropriação com a evolução do capitalismo, os camponeses construíram a possibilidade de retorno à terra, através de ocupações e lutas de resistência.

No I Congresso do MST, realizado em 1985, foi definida a seguinte palavra de ordem: *sem reforma agrária não há democracia*. A prioridade dos sem-terra era a sua organização interna e a realização de ocupações nos vários Estados do Brasil.

Os proprietários de terra e as forças conservadoras, através da UDR, investiram (inclusive com meios violentos) no fracasso da política do MST e da reforma agrária. Defendiam a inviabilidade dos assentamentos rurais, afirmando que estes eram verdadeiras favelas rurais.

Neste contexto, o MST adotou uma nova palavra de ordem: *ocupar, resistir e produzir*, resultante do amadurecimento das experiências de luta. A preocupação, daí em diante, não seria somente a conquista da terra, mas também organizar a produção para viabilizar os assentamentos e a reforma agrária.

A partir do discurso de benefício econômico trazido pela realização da reforma agrária, os sem-terra procuram envolver toda a sociedade na sua realização, inclusive convocando os segmentos urbanos para o debate. Em 1995, foi definida outra palavra de ordem: *reforma agrária: uma luta de todos*. Em 2000, a palavra de ordem adotada no IV Congresso do MST foi a seguinte: *reforma agrária: por um Brasil sem latifúndio*. Assim, verifica-se nas palavras de ordem do MST uma preocupação com um projeto de desenvolvimento do país, ou seja, elas evidenciam que o interesse e ações do MST estão voltados para uma escala nacional e não apenas o atendimento dos interesses específicos e imediatos dos camponeses.

Caldart (2000) ao tratar da pedagogia do movimento (MST) refere-se ao camponês sem-terra que se educa no processo de luta, como um “novo” camponês, que ao se transformar neste processo, supera a condição do “antigo” camponês.

De novo é preciso dizer que a cabeça do antigo camponês ou bóia-fria, vira de ponta cabeça, e uma nova visão de mundo aos poucos vai sendo

construída, sempre na relação com tradições que continua carregando, seja como complemento, como contradição, ou já como síntese. (CALDART, 2000, p. 118).

O momento vivido no acampamento e ocupação é definido por Caldart (2000) como “extraordinário”, mas no assentamento os sem-terra são pressionados a voltar ao modo de vida de camponês do passado, antes da entrada no MST. A idéia de Caldart (2000) é de que o MST não é um movimento formado pelo camponês típico, pois a preocupação deste está voltada para obtenção de interesses econômicos imediatos. Diferentemente das lutas dos camponeses típicos que estão mais centralizadas na luta e conquista pela terra, os sem-terra do MST desenvolvem lutas mais amplas, pois não querem apenas terra, mas reforma agrária e um modelo de desenvolvimento de agricultura que possa atender seus interesses.

A compreensão e posicionamento dos camponeses assentados frente às privatizações realizadas no período do governo FHC, principalmente, são outro indicativo de preocupação com questões que envolvem o contexto nacional e internacional. A mobilização dos sem-terra contra a privatização da Companhia Vale do Rio Doce, por exemplo, foi um importante marco para também evidenciar a preocupação com os interesses nacionais que perpassam o MST. Foram realizadas ainda “campanhas” contra a privatização de muitas outras empresas estatais, envolvendo um enorme número de trabalhadores, artistas e líderes políticos em geral.

Neste processo de construção do “novo” camponês, que Caldart (2000) supõe existir, ocorre a retomada e re-interpretação de formas antigas de manifestações como as romarias e a mística religiosa, que não eram consideradas manifestações políticas progressistas. As romarias são substituídas pelas marchas de sem-terra (as marchas nacionais organizadas pelo MST ocorridas nos anos de 1997 a 1999 são exemplares) e as orações são substituídas por um discurso político de contestação da ordem de classes sociais.

As relações sociais camponesas, entendidas pelo MST como atrasadas, passariam por um processo de modernização das relações com o “novo” camponês, em vista do contexto de produção coletiva que deve existir no assentamento. Este é o caso da proposta das CPAs (cooperativas de produção agropecuária) que defende a necessidade de superação das características camponesas do assentado para alcançar novos patamares “superiores” de luta.

Por outro lado, é importante destacar que não é preciso do desenvolvimento de forças produtivas e modernização das relações de produção para os sem-terra alcançarem patamares superiores de lutas, consciência política e coletiva, ou seja, a participação no processo social enquanto sujeitos políticos. O amadurecimento da consciência política não vem necessariamente pela modernização das relações de produção e inserção no mundo da mercadoria, mas do fortalecimento das forças sociais, organizadas nos movimentos.

Neste contexto, o rompimento dos localismos e a geografização de abrangência nacional do MST contribuíram para fazer dele um movimento de grande importância política e poder. Outros movimentos também têm procurado o mesmo caminho de integração e organicidade nacionais das lutas como é o caso dos agricultores familiares, organizados nos sindicatos.

A fundação de vários sindicatos e federações (Fetrafs e Fafs) permitiu ações que viabilizassem o I Encontro Nacional da Agricultura Familiar em 2004 em Brasília, possibilitando o desencadeamento de um processo de “nacionalização” da organização dos agricultores familiares, que há mais de 30 anos já discutiam a possibilidade de uma nova organização sindical no campo brasileiro. A construção daquilo que denominam de um *ator nacional* passou a ser o objetivo central dos agricultores familiares, pois “... não resta mais dúvida de que a agricultura familiar quer ter ‘cara’ nacional, quer ser protagonista nos rumos da conjuntura e na definição das estratégias de desenvolvimento, deixando de ser um mero coadjuvante secundário”. (DESER, julho/2004, 10).

No I Encontro, os agricultores familiares defenderam a realização de um Congresso para a fundação da Fetraf (federação dos trabalhadores e trabalhadoras da agricultura familiar do Brasil) a fim de se efetivar uma ação de abrangência nacional fundamentada em cinco grandes argumentos:

- a – construir uma organização que potencialize o embate em torno do modelo de desenvolvimento e a consolidação de um projeto de desenvolvimento sustentável e solidário; b – o avanço na construção histórica de um novo sindicalismo, por dentro da CUT; c – a necessidade de articulação nacional das experiências existentes na ação organizativa sindical e da produção; d – a ruptura definitiva com a estrutura sindical

ultrapassada e obsoleta, hoje representada pela CONTAG; e – a necessidade de construção de um ator nacional de representação política da agricultura familiar. (DESER, julho/2004, 11).

Em novembro de 2005, agora no I Congresso Nacional da Agricultura Familiar, com delegados de 20 estados brasileiros e de participantes internacionais, foi deliberado pela construção de uma nova organização sindical no campo brasileiro com a criação da (Fetraf-Brasil/CUT). No Congresso foi eleita uma coordenação geral e dentre as resoluções foi aprovado um conjunto de princípios e objetivos gerais para embasar as ações da Federação.

Embora não seja objetivo discutir as diferentes concepções e princípios que caracterizam os agricultores familiares é importante apontar que sua articulação nacional surge como uma proposta de ação a partir de demandas específicas deste segmento social, que tem criado uma identidade própria. Eles não se vêem representados pelo MST, pela estrutura sindical institucionalizada no campo centralizada na CONTAG (confederação nacional dos trabalhadores na agricultura) ou no cooperativismo da OCB (organização das cooperativas do Brasil). Desta forma, buscam transformar a agricultura familiar em protagonista num processo de desenvolvimento da nação com capacidade de intervenção e decisão no cenário nacional.

Além dos movimentos sociais populares no campo articulados nacionalmente referidos anteriormente (MST e Fetraf-Brasil/CUT), muitos outros buscam construir uma geografia cada vez mais ampla nas suas ações. Este é o caso do MAB (movimento dos atingidos por barragens), MPA (movimentos dos pequenos agricultores), Mulheres Camponesas etc.

Dessa forma, os movimentos tornaram-se o paradigma de luta, resistência e construção do lugar social dos camponeses. A organização dos camponeses nos movimentos sociais em escala nacional e internacional indica que sua existência reside mais na sua eficiência política do que na capacidade de produção de mercadoria a baixo custo ou obtenção de vantagens no mundo da mercadoria.

Por outro lado, ao se construir como paradigma nas lutas camponesas, os movimentos não devem ser absolutizados ou considerados de forma exclusiva, como se tivessem o monopólio das lutas no campo. É importante considerar que os camponeses, e não os movimentos, são os sujeitos políticos no campo, ou seja, os camponeses que constroem os movimentos (e não o contrário). Os movimentos sociais são um dos atributos de sua existência.

Nem todas as ações de enfrentamento à ordem dominante estão limitadas aos sujeitos vinculados aos movimentos sociais, articulados nacionalmente e inseridos em redes transnacionalmente organizadas. Por isso, os movimentos sociais não devem ser considerados como possibilidade única de mudanças sociais, pois nem todas as relações são sinônimas de movimentos, ou seja, “nem tudo o que se move na sociedade é um movimento social” (GUTIÉRREZ, 1987, p. 199).

É possível verificar entre os camponeses diversas formas de resistência construídas a partir de ações locais e laços comunitários e solidários. Neste sentido, é necessário referir-se à idéia de território para visualizar as ações de resistência localmente construídas. Há que se atentar para estas práticas de resistência camponesa assentadas no território, pois poderão ser reconhecidas e somadas a outras lutas no processo de construção dos enfrentamentos à ordem dominante.

A abordagem do território não é exclusivamente uma abordagem do local, mas esta esfera se ergue como elemento necessário na sua caracterização. Mas, enfim, como se manifesta a resistência entre os camponeses além dos movimentos sociais? O que fazem os camponeses que permite apontar para uma resistência na esfera local? A esfera local sempre é sinônimo de autonomia, independência, emancipação, resistência ou poderá ser base para a reprodução de relações de dominação, exploração e expansão do capitalismo?

A seguir, serão apresentadas duas abordagens de local ao se caracterizar o território camponês: uma, a partir do “desenvolvimento local” em que a geografização camponesa ocorre pela inserção no mundo da mercadoria, que na essência, coloca limites à sua existência. Aliás, neste entendimento, não se reconhece a existência de camponeses, mas de agricultores familiares. A outra abordagem, visualiza a perspectiva do território e do local como resistência em que os camponeses procuram negar a mercadoria e a mais-valia.

DESENVOLVIMENTO LOCAL: A EXISTÊNCIA CAMPONESA PELO MUNDO DA MERCADORIA?

O conceito desenvolvimento local é utilizado por estudiosos do campo, organizações multilaterais (Banco Mundial, PNUD) e órgãos oficiais (Ministério do Desenvolvimento Agrário), para expressar a importância que o

local assume no estabelecimento de relações sociais de produção. A utilização deste termo/conceito é verificada também entre as organizações camponesas como a Fetraf-Brasil-CUT, que tem investido esforços organizativos para o desenvolvimento local.

O local é entendido como a comunidade, municípios pequenos ou conjunto deles em detrimento de lugares mais populosos já que a geografização do camponês ocorre pelas trocas, no caso de mercadoria, a qual, na essência, encontra-se a idéia de desenvolvimento.

O desenvolvimento local está assentado no paradigma da agricultura familiar. Segundo Fernandes (2001) a agricultura familiar se constitui numa tese que defende a integração e não a luta contra o capital por parte dos camponeses.

O que há de novo é que, desde o início da década de 90, surgiu outra leitura desse processo em que se defende a integração ao capital. Essa é a tese da agricultura familiar. Compreende a diferenciação e as desigualdades, mas – evidente – não discute a perspectiva de luta contra o capital, entendendo o desenvolvimento do agricultor familiar na lógica do capital (...) De fato, essas idéias representam uma mudança, pois reconhecem a inerência do trabalho familiar no desenvolvimento do capitalismo. É um avanço em relação à visão de que somente as relações capitalistas predominariam na agricultura. Mas é um atraso, ao entender que esteja somente nas políticas formuladas pelo Estado a garantia de uma integrabilidade, entre trabalho familiar e relações capitalistas, desconsiderando a essencialidade da luta contra o capital. (FERNANDES, 2001, p. 32-36)

Os camponeses, denominados por grande parte de estudiosos, movimentos e órgãos oficiais de agricultores familiares, levariam vantagens econômicas ao produzirem com mais eficiência devido a características locais. A inserção no mundo da mercadoria ampliaria o horizonte geográfico do camponês, ou seja, a geografização ocorreria pelas trocas, proporcionando sentido sociabilizador e aumento da capacidade de organização e reivindicação de benefícios, como políticas públicas, por exemplo.

Neste entendimento, o contexto local se ergue como esfera privilegiada no processo de desenvolvimento e é colocado como elemento fundante nas relações. A partir de diferentes imbricações sintetizadas na idéia de *capital social* (produção assentada na ajuda mútua, reciprocidade e coope-

ração) é possível chegar ao DTR (Desenvolvimento Territorial Rural). Por outro lado, é importante observar que a idéia de capital social não atenta para as contradições e conflitos existentes no processo de construção do espaço geográfico.

Na essência, esse desenvolvimento (DTR) expressa uma compreensão marcada pela criação de oportunidades de negócio (como se o mercado criasse oportunidades iguais a todos) por meio da potencialização de competitividades. O desenvolvimento, nesta perspectiva, está pautado na inserção no mundo da mercadoria, ou seja, o desenvolvimento existe quando se eleva a capacidade de produzir e consumir. A agricultura familiar seria semelhante a um pequeno agronegócio.

O local, na perspectiva do desenvolvimento, também favorece as intervenções do Estado na forma de políticas públicas para a modernização da base técnica e o progresso econômico das famílias agricultoras, criando o bem estar geral da população! O desenvolvimento é visto como civilização, progresso e acesso à modernidade, tanto das tecnologias e instrumentos, como das idéias, para sair do atraso social.

Alargando sua compreensão, o local ainda apresenta-se como potencializador do desenvolvimento porque possui um conjunto de vantagens que permite formas descentralizadas e participativas de gestão. A descentralização do poder de decisões é transferida para as regiões, municípios, conselhos e comunidades, o que confere poder aos segmentos populares.

A descentralização, entendida como transferência de poder decisório aos estados, municípios e atores locais, expressa, por um lado, os processos de modernização gerencial da gestão pública. Os conselhos, enquanto instrumento da vida em sociedade, são defendidos pelos liberais e pela esquerda, em seus diferentes matizes. (NUNES E OLIVEIRA, 2004, p. 6).

O desenvolvimento é visualizado ainda como um meio para alcançar patamares de consumo das sociedades desenvolvidas e industrializadas. Mas, a industrialização orientada pela produção mercadológica é insustentável por essência, pois implica na transformação intensa da natureza.

Diegues (1992) chama a atenção para a necessidade de se pensar a sociedade não sob as perspectivas do desenvolvimento, mas de “sociedades sustentáveis”, em que se valorizam as tradições de cada comunidade, composição étnica etc. Defende o respeito aos valores de cada comunidade, pos-

sibilitando que cada sociedade possa definir os seus padrões de consumo e produção, cultura, história e ambiente.

Neste contexto, é necessário questionar se é possível alcançar este desenvolvimento com produção pautada na oportunidade de negócios (ou o pequeno agronegócio) como propõem aqueles que defendem o DTR/desenvolvimento local.

Embora com perspectivas diferenciadas, os que defendem o desenvolvimento local e territorial se aproximam daqueles que acreditam na necessidade de um movimento social nacional e mundialmente organizado, pois ambos visualizam as ações dos camponeses a partir do progresso civilizador e da modernidade. Quando os movimentos não têm um lastro geográfico amplo ou não abrangem grande espaço de intervenção política ou quando os camponeses não possuem capacidade de competir a partir das vantagens do local, são entendidos como um movimento isolado, apontando limites para a conquista de benefícios.

Assim, se o desenvolvimento territorial rural indica a possibilidade de geografização camponesa pela eficiência na esfera da produção, a idéia de movimento socioterritorial, referida por autores como Fernandes e Martin, (2004), visualiza a ampliação da geografia camponesa também pela eficiência, mas na esfera política, com uma geografização nacional e internacional para alcançar benefícios e conquistas. Por perspectivas diferentes, ambas as correntes reconhecem no sujeito (camponês ou agricultor familiar) capacidade de existência pela sua escala de ação nacionalmente espacializada.

Se a compreensão de desenvolvimento local dos órgãos oficiais, multilaterais e alguns movimentos visualizam o local como possibilidade de desenvolvimento a partir de oportunidades de negócios, por outro, as forças locais se erguem como resistência à imposição dos mercados globais (globalização) desterritorializados. Neste sentido, o território se ergue como possibilidade de resistência a esquemas de dominação e subordinação engendradas na sociedade capitalista.

O TERRITÓRIO CAMPONÊS E RESISTÊNCIA

Tornou-se comum entre aqueles que estudam os camponeses atribuírem capacidade de resistência entre eles a partir da suas mobilizações

coletivas expressas nos sindicatos, entidades, associações e, principalmente, movimentos sociais. São ações de resistência nos movimentos sociais realizadas em rede nacional e internacional cada vez menos des-territorializadas.

Mas, se por um lado, verifica-se uma ação menos territorializada dos movimentos sociais, de outro, ganha sentido uma força local sustentada no território camponês como o acampamento de sem-terra, assentamento, comunidades, bairros e mesmo propriedades/lotês de pequenos agricultores. Por isso, os movimentos sociais camponeses também defendem uma ação local, como pode ser verificada em decisão do I Fórum Mundial da Reforma Agrária realizada em Valência na Espanha em dezembro 2004.

Em oposição ao modelo agro-exportador, o FMRA – Fórum Mundial sobre a Reforma Agrária – defende o fortalecimento da agricultura camponesa e familiar voltada para os mercados locais como ferramenta para garantir a soberania alimentar das nações. Esse modelo de produção agrícola, segundo a declaração final do encontro é potencialmente mais produtivo por unidade e superfície, mais compatível com o meio ambiente e muito mais capaz de proporcionar uma vida digna às famílias rurais ao mesmo tempo em que proporciona aos consumidores rurais e urbanos alimentos sãos, baratos e produzidos localmente. (BRASIL DE FATO, 2004, p. 10).

O local não é apenas especificidade e ou detalhe, mas portador de conteúdo total e apresenta características que podem favorecer a realização das lutas camponesas. Souza (1995), ao tratar do território, entende que o local se ergue como elemento importante na construção da resistência e luta.

Assim, uma luta pontual, é em si, temática e socialmente limitada – o ativismo de bairro, o movimento regionalista que traz contradições de classe no seu interior ou a organização das prostitutas para defenderem o seu território ou se defenderem contra a truculência de uma polícia corrupta – *pode* polinizar outras lutas e ajudar a instaurar uma sinergia transformadora; ademais, ela pode permitir aos atores uma ampliação de sua margem de manobra contra os efeitos mais alienantes do processo de globalização hoje em curso – o que, dialeticamente, *pode* vir a ser um fator sustentador de um avanço da consciência crítica dos atores e de seu potencial de combate. (SOUZA, 1995, p. 109).

Fernandes e Martin (2004) embora se refiram aos movimentos socio-territoriais, ou seja, aqueles articulados nacionalmente como portadores de um conteúdo questionador da ordem capitalista dominante, como verificado anteriormente, reportam-se ao pensamento de Foucault, enfatizando que a geografia das confrontações locais de poder foi, em parte, problematizada por este estudioso na *Microfísica do Poder*, possibilitando compreender que a produção e resistência camponesa fazem surgir uma geografia característica e peculiar do campo. Os autores também citam Lefebvre para apontar a necessidade de reconhecimento das forças locais na compreensão dessa realidade.

Pois, o intento do pensamento de Lefebvre não é somente um estudo linear do espaço social na sua história e na sua gênese, mas procura compreender melhor o presente para antever o possível futuro. Esta intenção abre-se para os estudos locais, em diversas escalas, inserindo-os na análise geral, na teoria global. Este propósito inclui os conflitos, as lutas, as contradições. Se o local, o regional, o nacional e o mundial implicam-se e imbricam-se. Assim o mundial não pode abolir o local. (FERNANDES; MARTIN, 2004, p. 5).

Assim, a escala de ação dos camponeses se amplia pelos movimentos, mas é preciso considerar que estes se alimentam de uma “energia” local, do território. O assentamento, o acampamento e os grupos de pequenos agricultores, por exemplo, se constituem como parte do território que alimentam e oxigenam a ação de movimentos e a organização de entidades nacionais e transnacionais. O território se constitui como base de ação das forças camponesas organizadas.

Veja-se o caso dos movimentos camponeses do passado, como os “messiânicos” por exemplo, que tinham uma geografia local, não espacializados nacionalmente, e muito menos permeados por relações internacionais. Construíam o seu território e dali questionavam o poder central dos coronéis, como foi o caso de Canudos e Contestado, dentre outros. Estes camponeses não estavam integrados aos grandes circuitos de relações orgânicas nacionais e internacionais.

Destaca-se no processo de construção da resistência, a partir de forças locais, um conjunto de ações de conteúdo político, econômico, cultural, ambiental, costumeiro etc. Estas ações, sustentadas numa base territorial camponesa, manifestam-se na produção de autoconsumo e resistência, con-

trole de segmentos do processo produtivo, autonomia, relações comunitárias, coletivas e de vizinhança, que serão tratadas a seguir.

As relações camponesas são marcadas por certa *autonomia e controle do processo produtivo*, diferentemente do que ocorre na produção em escala do agronegócio, por exemplo. Embora subordinados, os camponeses não estão alienados como os operários assalariados no processo formal e real de subordinação. A alienação que atinge os trabalhadores expropriados não atinge o camponês da mesma forma, pois este é conhecedor do processo de produção.

O fato de possuir terra e instrumentos de trabalho faz da família camponesa, além de produtora de excedente (mercadoria), também produtora para autoconsumo, diferentemente da produção coletiva calcada na divisão do trabalho, semelhante ao que ocorre numa fábrica. O ideário da produção para autoconsumo ou mercantil simples implica numa autonomia porque são os camponeses os produtores diretos dos meios de vida. Por isso, uma grande parte dos camponeses despossuídos da terra almeja alcançá-la porque vê aí uma possibilidade de independência e autonomia.

Embora a produção camponesa esteja integrada aos mercados capitalistas mundiais, a família se constitui numa unidade econômica de produção e apresenta uma lógica diferente da empresa, pois é regida pelas necessidades de consumo e sobrevivência do grupo. Neste caso, o estudo de Chayanov (1977) serve para sustentar a idéia de controle do processo produtivo no estabelecimento camponês da “porteira para dentro”, pois a produção é pautada pelas necessidades de sobrevivência dos membros da família e não de lucro e acúmulo infinito.

No projeto de “ser colono”, apontado por Zimmermann (1994), os camponeses recusam até mesmo as cooperativas agrícolas, consideradas formas estranhas ao seu mundo comunitário e familiar, pois se pautam no mundo conhecido e não na estranheza do além local, representado pela agroindústria, cooperativa, coletivização e internacionalização da economia. Mas, por outro lado, eles se aglutinam contra a subordinação pelas variantes que lhe são mais conhecidas e que respeitem a diversidade.

Oliveira (1994), analisando as propostas de cooperativas agrícolas, vê dificuldades para os camponeses, principalmente dos assentamentos. Aponta que a especialização que estaria implícita nesta proposta pode sig-

nificar a entrada nas enrascadas da estrutura bancária para adquirir tecnologias e instrumentos a fim de competir com os produtores capitalistas. Considera ainda que o rumo trilhado pela agricultura camponesa, na qual se inclui aquela desenvolvida nos assentamentos, deve ser a de uma alternativa defensiva de recuperação da policultura em oposição à lógica da especialização, diminuindo ao máximo a dependência externa.

Os agricultores camponeses por sua vez têm sido pressionados no rumo da especialização. Muitos autores progressistas têm apontado as cooperativas e a especialização como alternativa aos camponeses que chegam à terra, depois de muita luta ... Entretanto, parece que o rumo a ser trilhado pela agricultura camponesa pode e deve ser outro ... Esta alternativa defensiva consistiria na recuperação da policultura como princípio oposto à lógica da especialização que o capital impõe ao campo camponês. A policultura baseada na produção da maioria dos produtos necessários à manutenção da família camponesa. De modo que ela diminua o máximo sua dependência externa. Ao mesmo tempo, os camponeses passariam a produzir vários produtos para o mercado, sobretudo aqueles de alto valor agregado, que garantiria a necessária entrada de recursos financeiros”. (OLIVEIRA, 1994, p. 49, 50).

Paulino (2003), ao estudar os camponeses do norte do Paraná, procura apreender a diversidade e o grau de importância das estratégias de existência camponesa. Neste processo de construção da autonomia camponesa (não se trata de autonomia absoluta) recusam ao externo, pois agregados em unidade familiares e comunitárias controlam seu tempo e seu espaço de forma contrastante à lógica dominante capitalista. A autora analisa ainda o caso de uma família que abandonou a produção leiteira que utilizava tecnologia avançada segundo recomendação de empresa capitalista, para investir na criação de gado mestiço, rompendo a lógica da agroindustrialização do leite.

Assim, a dependência externa é evitada entre os camponeses. Segundo Paulino (2003) ainda, embora existam vantagens aos camponeses integrados, pois eles não têm somente a perder com a integração, recusam-na porque ocorre o deslocamento das estruturas de decisão das unidades camponesas de produção.

... é o deslocamento das estruturas decisórias para fora das unidades camponesa que acaba alimentando as relações de subordinação que certamente interfere na autonomia camponesa ... Lembremos que, além desses, muitos outros almejam a integração, não o fazendo em virtude da necessidade de investimentos, em geral incompatíveis com os recursos disponíveis. É evidente que neste movimento há também os que já foram integrados e rechaçam a experiência, da mesma forma como há muitos que nem sequer cogitam tal possibilidade. (PAULINO, 2003, p. 119).

Verifica-se também entre os camponeses uma *produção de resistência* de base territorial e localmente organizada. Os camponeses, a partir do contexto local, têm procurado implantar uma agricultura defensiva ao padrão agrícola caracterizado pelo elevado consumo de agrotóxicos, insumos, máquinas, equipamentos, instrumentos, conhecimentos e tecnologias provenientes de empresas capitalistas nacionais e transnacionais. Tem-se procurado forjar uma agricultura em que uma parte dos instrumentos, ferramentas, conhecimentos e técnicas são elaborados pelos próprios camponeses, procurando depender menos daquelas técnicas elaboradas na esfera da produção de mercadorias e nos interstícios das relações capitalistas.

A organização da produção centrada na intensidade do trabalho familiar e não na utilização de máquinas exige do camponês um conjunto de conhecimentos das atividades no campo que possibilita um saber fazer. Este saber fazer, muitas vezes milenarmente acumulado, coloca a produção camponesa numa condição diferenciada e não deve ser desprezado em nome da modernidade, progresso e conhecimento científico.

Uma relação particular com a natureza também é verificada entre os camponeses no conhecimento que possuem sobre o clima, calendário agrícola para planejar a produção, manejos e semeadura feitos levando em consideração o calendário lunar, enfim os astros. Isso indica relações diferenciadas da produção agrícola empresarial em que a agricultura é praticamente dominada pela técnica.

A natureza dos vínculos que os camponeses estabelecem com a terra aparece como resistência. A terra não é vista necessariamente como uma mercadoria para acumular capital. Neste sentido, o cultivo de uma determinada planta não é apenas um produto agrícola comercial, mas também parte do mundo camponês vinculado diretamente à natureza.

São exemplares também, os casos de experiências relacionadas a uma “agricultura ecológica” em que os camponeses constroem um projeto alternativo a partir de conhecimentos e saberes e técnicas acumuladas secularmente. Os pequenos agricultores têm investido meios para garantir acesso a mercados de produtos elaborados fora do padrão convencional de uso de agrotóxicos fornecidos por empresas transnacionais. Este é o caso da adubação verde e o cultivo de espécies vegetais que repõem os nutrientes do solo retirado pelas plantas com o passar dos anos de cultivo. Também o uso de matéria orgânica produzida nos lotes como resíduos de produtos ou de beneficiamento da produção (a palha) são largamente utilizados na produção agrícola nos lotes. Trata-se de uma forma de adubação que não passa pela esfera da produção de mercadorias.

Outro exemplo é o cultivo de sementes crioulas, como a de milho, denominado de “variedade crioula”, resultante de experiências feitas, geralmente, em grupos dos pequenos agricultores. Nesta técnica de produção de sementes, faz-se o cruzamento das várias espécies de milho num campo experimental. As sementes produzidas poderão ser utilizadas de um ano para o outro, ao contrário do que ocorre com as sementes híbridas, e mais recentemente as geneticamente modificadas, em que as sementes servem para uma única safra.

Os métodos naturais de combate às pragas, a fabricação e produção de ferramentas de trabalho e instrumentos nos próprios lotes, os cultivos de gêneros alimentícios, a fabricação de roupas e calçados para o trabalho na roça, o combate às pragas das lavouras sem uso de agrotóxicos, dentre outras atividades desenvolvidas nos lotes, indicam uma organização de produção alternativa e defensiva entre os camponeses que procuram depender cada vez menos do mercado capitalista.

É importante observar que a agricultura de resistência não é uma produção semelhante àquela defendida por algumas ONGs (Organizações Não Governamentais) baseadas na Agricultura Orgânica que inclui o acesso a um conjunto de técnicas altamente sofisticadas, produzidas e integradas a redes de entidades, movimentos, universidades, empresas de pesquisa, etc. A “agricultura ecológica” camponesa, diferentemente da Agricultura Orgânica, é forjada a partir de experiências simples e repassadas pela tradição.

Outro elemento a ser destacado nas relações sociais entre os camponeses é a natureza essencialmente *hierarquizada* dos laços entre os membros

da família. A visão de mundo dos camponeses baseada na hierarquia e nos diversos papéis, deveres e direitos são estabelecidas a partir de princípios não necessariamente econômicos. No caso dos camponeses assentados, por exemplo, os associativismos coletivos, que se fundamentam no “igualitarismo” defendido pelo MST e que são forjados a partir de ideais econômicos externos ao mundo familiar, surgem como estranho às populações camponesas dos assentamentos.

Manifesta-se neste sentido um choque entre os valores “igualitaristas” dos movimentos e os valores dos camponeses (hierarquia). Romano (1994) assim refere-se ao mundo hierarquizado do camponês e ao “igualitarismo” proposto pelos movimentos sociais para caracterizar as diferentes compreensões de organização do processo produtivo e das relações sociais nos assentamentos:

A organização através de formas associativas, e muito mais de formas coletivizadoras, proposta por mediadores com o Movimento Sem-Terra, fundamenta-se numa concepção e *igualitarismo*, estranha às populações camponesas dos assentamentos. A organização social, o mundo, a cosmovisão da maioria dos grupos camponeses estão baseados na *hierarquia*, no reconhecimento de papéis diversos dos atores e na sua valorização diferencial, com deveres, direitos e retribuições diferentes estabelecidos a partir de princípios não necessariamente econômicos. (ROMANO, 1994, p. 257).

Dessa forma, emerge um conjunto de conflitos construídos a partir do igualitarismo econômico centrado na esfera da produção e a hierarquização das relações entre populações camponesas. Esta concepção de igualitarismo forjada nos interstícios dos movimentos, sustentadas em princípios teóricos fundados no coletivismo dos meios de produção, em determinadas circunstâncias, reproduz certo preconceito em relação à produção camponesa denominada de individualista, oportunista, imediatista etc.

Por outro lado, surge entre os camponeses um conjunto de atividades coletivas que não se realizam necessariamente na esfera da produção coletiva e da divisão do trabalho inspiradas nos esquemas de uma fábrica. Trata-se de um coletivo diferente da visão “tradicional” assentada na produção *strictu sensu*.

A relação de *vizinhança* entre os camponeses é outra característica que evidencia a dimensão local da vida camponesa, pois permite uma sociabi-

lidade forjada num pequeno círculo de famílias que vivem próximas umas às outras, pois as pessoas se identificam com um pequeno grupo. Esta relação entre vizinhos também aponta para uma socialização forjada na esfera local e que se desdobra na produção agrícola, por exemplo. Neste sentido, Martins (2002) afirma “a consciência do camponês expressa a consciência da pessoa, que é extensão da família e da comunidade e dos laços comunitários” (MARTINS, 2002, p.75).

A compreensão da relação entre vizinhos nos remete à idéia de “sitiante e bairro rural”. Os sítiantes podem ser caracterizados como o pequeno produtor rural responsável pela lavoura que trabalha direta e pessoalmente com a ajuda da família e ocasionalmente utiliza-se de empregados remunerados. Já os bairros rurais são unidades de povoamento com um *habitat* disperso que dispõe de um núcleo que serve para fixação da população. O núcleo, em geral, é formado por uma igreja e uma praça e as famílias fixam residências em lotes e datas.

Fukui (1979), ao estudar o *sertão e bairros rurais* referindo-se a Antônio Cândido, caracteriza o bairro rural como uma unidade social mínima que se situa entre o grupo familiar e formas mais complexas de solidariedade social. Esta unidade ocorre em torno da vizinhança que se reúnem para trabalhos mútuos, festejos religiosos locais. (FUKUI, 1979, p. 67).

A igreja assume grande importância porque em torno dela gira a vida da comunidade, indicando uma relação local porque é aí o lugar da socialização; é a célula da comunidade social e ponto de encontro. No passado, até o espaço e a fronteira da comunidade eram estabelecidos pelo som que alcançava o toque do sino da Igreja ou pelos sacramentos oferecidos pela Igreja.

É importante ressaltar que a comunidade não se forma apenas pelo negócio, que faz a aglutinação entre as pessoas, mas, em muitos casos, a comunidade se forma em torno da Igreja e o espaço estabelecido por uma vertente e divisor de águas de uma bacia hidrográfica. A integração contempla as visitas e auxílio mútuo entre as famílias que vivem próximas, os esforços para cuidar da escola e da Igreja, as reuniões em torno de uma máquina/moinho e engenho para beneficiar a produção, a venda (estabelecimento comercial) na estrada etc. Assim, a comunidade surge como laços estabelecidos num determinado espaço e não se limita à dimensão produtiva agropecuária e a comercialização de mercadorias.

As festas e a ajuda mútua também surgem como exemplos da territorialização camponesa. A ajuda mútua não consiste apenas na troca de dias de serviço, mas também na partilha de produtos da unidade de produção como sementes, alimentos, utilização de máquinas, prestação de serviço de transporte, enfim uma variedade de trocas realizadas no bairro rural não regulada por relações mercadológicas.

Ali se trocam experiências e conhecimentos com vistas a potencialização dos recursos disponíveis. Trocam-se mudas e sementes. Trocam-se ovos e emprestam-se galos para melhorar galinheiros que estão ‘refinando’. Empréstam-se os melhores cachaços para a fertilização das fêmeas. Empréstam-se e trocam-se touros para evitar problemas genéticos no rebanho. (PAULINO, 2003, p. 377).

Outra característica do território forjado pelo camponês é sua capacidade de desenvolvimento e realização de *ações comunitárias e coletivas*.

As ações comunitárias entre os camponeses são caracterizadas mais por vínculos de solidariedade entre as pessoas do que por revelações políticas e ideológicas. O mutirão, por exemplo, é movido mais pela solidariedade e espírito comunitário do que por um projeto de transformação estrutural da sociedade.

As ações comunitárias ainda se manifestam na solidariedade entre as famílias e vizinhos como na troca de dias de serviço, mutirões para plantação, cuidado com as lavouras, colheitas etc. Outras atividades podem indicar o “espírito” comunitário, como o lazer e as festividades, visitas aos vizinhos em finais de semana, reuniões religiosas, seja na sede da comunidade onde está a capela, seja nas residências.

Os vínculos mediados por relações comunitárias permitem que se troquem informações e discussões dos mais variados assuntos, desde as relações familiares, passando pelo preço dos produtos e manejo de lavouras. Trata-se de discussões informativas e espontâneas caracterizadas mais pela diversão e prazer das conversas do que deliberação de ações sistematizadas de lutas e reivindicações. Mas, os laços e ações comunitárias podem ser potencializados e se desdobram em ações coletivas em torno de movimentos sociais.

As ações coletivas são atividades realizadas a partir da descoberta e de revelações políticas. As revelações políticas construídas por meio das lutas, em muitos casos sem participação partidária, indicam uma nova compreen-

são do ordenamento da sociedade elaborada pelos sujeitos. Elas indicam o potencial e a capacidade de compreensão que motivam ações voltadas para o Estado porque é por meio dele que os camponeses visualizam o retorno de renda da terra transferida para o capital na circulação da produção, seja na forma de políticas públicas, financiamentos, custeio de lavouras, garantia de preço dos produtos agrícolas, entre outros.

Marcadas por um conteúdo de classe sócia, as ações coletivas são motivadas por uma identidade política/ideológica construída no processo de luta pela terra (ou na terra) e possuem perspectivas de questionamento do poder e transformação da estrutura da sociedade. Mas, o coletivo entre os camponeses não é necessariamente forjado na esfera da produção (coletivização da terra, meios de produção, trabalho etc.) e sim na esfera política por meio de lutas e enfrentamentos.

É importante destacar que as relações comunitárias podem possibilitar a construção da consciência política. Mas, por si, as relações comunitárias não se convertem em manifestações coletivas. São necessárias revelações políticas de compreensão da desigualdade social e dos diferentes interesses que marcam a sociedade capitalista. A partir desta compreensão, as relações comunitárias podem contribuir para a construção da consciência política e desenvolvimento de ações coletivas.

Não se trata de estágios em que camponês, para garantir a sua reprodução, deve romper os vínculos de lote individual, passar pelo comunitário e chegar à organização da produção coletiva. O que ocorre é que as ações comunitárias podem ser potencializadas e se transformarem em ações coletivas, garantindo a reprodução camponesa. A solidariedade que a proximidade espacial dos lotes de terra permite, por exemplo, pode ser potencializada politicamente, transformando-se em ações coletivas capazes de promover alterações na relação de poder.

Santos (1978), em estudo sobre os Colonos do Vinho, no Rio Grande do Sul, refere-se às práticas de construção da utopia comunitária, destacando formas comunitárias de relações, como ajuda mútua, festas, religião etc. Estas formas de relações permitem um ordenamento social que leva às manifestações politizadas de cidadãos que reivindicam medidas do Estado no atendimento de seus interesses e formação de uma “consciência sindical”.

Por outro lado, é necessário frisar que as ações comunitárias e coletivas, diferentemente do que o nome sugere, nem sempre são marcadas pela har-

monia, solidariedade, ajuda entre as pessoas, tanto no trabalho nas lavouras como num momento de precisão (auxílio em caso de doenças, viagens etc.). Aí também ocorrem conflitos/tensões e se reproduzem relações de dominação, usura, disputas políticas na tomada de decisões locais, inveja, violências e cruentas lutas intestinas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A resistência dos camponeses a esquemas de dominação e subordinação foi considerada importante quando realizada no interior dos movimentos sociais. Isso possibilitou a construção dos movimentos sociais como paradigmas nas lutas, não só no campo, mas também nas cidades. Os movimentos sociais foram (e ainda são) reconhecidos como a principal forma dos camponeses de se rebelarem contra a ordem desigual, reivindicar melhores condições de vida, enfim, buscarem transformações sociais. A idéia é que pelos movimentos sociais os camponeses se fazem ouvir e se tornam sujeitos políticos.

Por outro lado, é importante reconhecer capacidade de resistência camponesa não exclusivamente pelos movimentos sociais. O modo de vida e a prática social camponesa apontam para uma resistência que não está circunscrita a enfrentamentos amplos, estruturais ou vinculados a esquemas transnacionais de ação em rede dos movimentos sociais, mas também a ações localizadas e assentadas no território.

Por isso, a dimensão territorial tem importante sentido, não para potencializar o mundo da mercadoria como defendem os adeptos da agricultura familiar, mas reconhecer o território camponês como trincheira de resistência aos esquemas de dominação do modo de produção capitalista. O território vai além de um local que se constitui como palco e condição/possibilidade para inserção no mundo da mercadoria no processo de mundialização das relações sociais de produção.

Neste sentido, o camponês, organizado nos movimentos sociais ou fora deles, numa prática de relações sociais “geografada” localmente, desenvolve um conjunto de manifestações que garante sua existência e, conseqüentemente, incomoda a parcela dominante da sociedade que não lhe reconhece como sujeito e classe social. Portando, é possível concluir que

a luta camponesa é mais ampla do que os movimentos sociais, ou seja, existe um “movimento camponês” que não se realiza exclusivamente nos movimentos sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, R.A. *(Re) criação do campesinato, identidade e distinção*. São Paulo: Unesp, 2006.
- BEM, A. *A Comercialização Informal de Leite como Componente de Resistência Camponesa em M.C. Rondon/PR*. M.C. Rondon, 2003. Monografia de conclusão de curso. Universidade Estadual do Oeste do Paraná.
- BOGO, A. *Lições da luta pela terra*. Salvador: Memorial das Letras, 1999.
- BONATO, A. A. Agricultura familiar: sinais de um novo e bom tempo. *Deser*, Curitiba, n. 138. p. 8-11. jul. 2004.
- BRASIL DE FATO M. Alimentação e agricultura fora da OMC. In: *Brasil de Fato*, São Paulo, n. 94. p. 10, 16/22 dez. 2004.
- CALDART, R. *Pedagogia do movimento sem terra*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- CHAYANOV, A. V. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.
- DESER. *Congresso da agricultura familiar aprova a criação da fetraf-Brasil/CUT*. Curitiba: Deser. n. 148. p.4-8, dez/2005.
- DIEGUES, A.C.S. *Desenvolvimento sustentável ou sociedades sustentáveis: da crítica dos modelos de desenvolvimento à elaboração de novos paradigmas*. São Paulo, 1992. Digitado
- FERNANDES, B. M. *Questão agrária, pesquisa e MST*. São Paulo: Cortez, 2001.
- FERNANDES, B.M. MARTIN, J.Y. *Movimento socioterritorial globalização*. Presidente Prudente. 2004. Digitado.
- FUKUI, L.F. G. *Sertão e bairro rural*. São Paulo: Ática, 1979.
- GOHN, M. G. A Abordagem marxista nos estudos sobre os movimentos sociais. *I colóquio Marx Engels*. Campinas: Cemarx. Anais. n. 1. p. 1-10, 1999.
- GUTIERREZ, F.C. Os movimentos sociais frente a crise. In: SCHERER-WARREN, I. E KRISCHKE, P.J (orgs): *Uma revolução no cotidiano?* São Paulo: Brasiliense, 1987. p.191-213.
- HARNECKER, M. *Tornar possível o impossível*. Paz e Terra: São Paulo, 2000.
- HARTMUT, K. Movimentos sociais: revolução no cotidiano. In: SCHERER-WARREN, I., KRISCHKE, P.J (orgs). *Uma revolução no cotidiano?* São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 19-34.

- LIMA, I.V. *A produção de autoconsumo no assentamento Pedro Ramalho*. M.C. Rondon. 2006. Monografia de graduação em geografia. Unioeste.
- LISBOA, T. K. *A luta dos sem terra no oeste catarinense*. Florianópolis: MST/UFSC, 1988.
- MARTINS, J.S. *A sociedade vista do abismo*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- MARTINS, J.S. *Os Camponeses e a política no Brasil*. 4 ed., Petrópolis, Vozes. 1990.
- MARCOS, V. *Comunidade Sinsei (U) topia e Territorialidade*. São Paulo. 1996. Dissertação de Mestrado em Geografia. FFLCH/USP.
- MARX, K *O 18 Brumário de Luis Bonaparte*. São Paulo: Moraes, 1987.
- MÉSZAROS, I. *Produção destrutiva e Estado capitalista (Para além do Capital)*. Trad. Georg Toscheff e Marcelo Cipolla. São Paulo: Ensaio, 1996.
- OLIVEIRA, A, U. *Modo de Produção Capitalista e Agricultura*. São Paulo: Ática, 1986.
- OLIVEIRA, A, U. *Agricultura Camponesa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991.
- OLIVEIRA, A, U. Geografia e Território: Desenvolvimento e Contradições na Agricultura. In: XII ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA. Águas de São Pedro. n. 12, IGCE, 1994. p. 24-51.
- PAULINO, E.T. *Terra e vida: a geografia dos camponeses no norte do Paraná*. Presidente Prudente. 2003. Tese de Doutorado em Geografia. Unesp.
- NUNES, S.P. OLIVEIRA, M.A. Desenvolvimento local: possibilidades e limites. In: *Boletim do Deser*, Curitiba. n.139. p. 3-14, set. 2004.
- RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.
- ROMANO, O. Poder, valores e conflitos nos processos de organização no interior dos assentamentos. In: MEDEIROS, L. S. et al. *Assentamentos rurais – uma visão multidisciplinar*. São Paulo: Unesp, 1994. 249-258.
- SANTOS, J. V. T. *Colonos do vinho*. São Paulo: Hucitec, 1978.
- SHANIN, T. *La clase incomoda*. Alianza Editorial: Madrid, 1983.
- SCHERER-WARREN, I. O caráter dos novos movimentos sociais. In: Scherer-Warren, I. e Krischke, P.J (orgs). *Uma revolução no cotidiano?* São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 35-63.
- SCHERER-WARREN, I. Novos rumos da pesquisa sobre as ações coletivas rurais. In: *Política e reforma agrária*. COSTA, LFC; SANTOS R. Mauad (Orgs). Rio de Janeiro: P, 1998. p. 221- 240.
- SCHERER-WARREN, I. *Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- SOUZA, M.L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO I.E; GOMES, P.C.C; CORREA, R.L. *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1995.

- VIGEVANI, T. Movimentos sociais na transição brasileira: a dificuldade de elaboração do projeto. In: *Lua nova*, Cedec, São Paulo, n.17, p. 93-109, 1989.
- ZIMMERMANN, N. de C. Os desafios da organização interna de um assentamento rural. In: MEDEIROS, L.S. et al. *Assentamentos rurais – uma visão multidisciplinar*. São Paulo: Unesp, 1994. p. 205-224.

ENTRANDO NOS TERRITÓRIOS DO TERRITÓRIO

BERNARDO MANÇANO FERNANDES

Universidade Estadual Paulista – Campus de Presidente Prudente

INTRODUÇÃO

Este artigo é um ensaio teórico sobre o Território. E com base nesta reflexão, proponho um debate sobre os tipos de territórios e as disputas territoriais. O que me motivou pensar sobre estes objetos é o fato de o Território ter sido escolhido por cientistas de diversas áreas do conhecimento como conceito central para o estudo de diferentes escalas e tipos de espaços geográficos. O conceito também passou a ser tema principal muito utilizado por distintas instituições na elaboração de projetos de políticas públicas, principalmente voltados para o desenvolvimento rural.

Neste ensaio sobre o Território, procuro ir além da significação clássica mais utilizada do conceito como espaço de governança. Proponho uma tipologia de territórios a partir de referencial bibliográfico e de pesquisas de campo realizadas em diferentes países. O objetivo, neste artigo, é ampliar o debate sobre o Território e defender a idéia que a definição de sua significação é uma relação de poder que precisa ser constantemente debatida. Este poder é hoje muito utilizado pelas instituições e pelos estudiosos na realização de projetos de pesquisa e de desenvolvimento territorial rural que atinge milhões de pessoas em seus *habitats*.

Este ensaio é um dos resultados da reflexão teórica que venho fazendo há pelo menos dez anos estudando os movimentos camponeses vinculados à Via Campesina. Um conjunto de atividades me possibilitaram as condições para chegar a estas idéias que ora apresento. As atividades que me motivaram a esta reflexão referem-se à pesquisa, ao ensino e à extensão. Em 1998, com a criação do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA¹, produzimos nosso território onde passamos a elaborar e executar diversas li-

¹ www.fct.unesp.br/nera O NERA é vinculado Departamento de Geografia e ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista – UNESP, campus de Presidente Prudente.

nhas e projetos de pesquisa, como por exemplo o DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra e o RIST – Relatórios de Impactos Socioterritoriais. Neste espaço, junto com meus orientandos, construímos as condições de trabalho para pesquisas empíricas, ensaios teóricos e contribuições científicas para diferentes instituições e organizações. É importante registrar que as idéias aqui apresentadas são de minha inteira responsabilidade, pois são frutos de meus exercícios intelectuais. Mas quero registrar também que eu não teria construído esta reflexão sem a realização das atividades descritas nesta parte e na seguinte, em que muitas pessoas me ajudaram. Sou grato a essas pessoas de distintas organizações e diversos países que de diferentes formas me ofereceram as condições para pensar o Território e os territórios.

Desde 2002, com o início do projeto de pesquisa “A Formação da Via Campesina: espacialização, territorialização e mundialização dos movimentos camponeses²”, nas pesquisas de campo, tenho observado os diferentes territórios que se formam com conflitualidade expressa pelas relações de subalternidade e resistência do campesinato ao agronegócio. Desde 2005, quando iniciei a coordenação do Grupo de Trabalho Desenvolvimento Rural da América Latina e Caribe do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais – CLACSO, em diversas reuniões, tenho debatido uma parte das idéias aqui expostas. Eu também me beneficieei de diferentes experiências na realização de trabalhos de extensão e assessorias. Na primeira metade da década de 1980, comecei a estudar o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. Esta foi sem dúvida a mais rica experiência, a partir das realidades da luta pela terra, que me levou a suscitar as idéias para a construção de outras significações para o Território. Comecei a compreender que a luta pela terra é a luta por um determinado tipo de território: o território camponês³. Esta compreensão está presente em meus trabalhos da década de 1990, em que o Território aparece como conceito central. No desenvolvimento de meus trabalhos, esta compreensão se fortaleceu ainda mais com as pesquisas sobre a Via Campesina em

² Projeto de pesquisa desenvolvido com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, ao qual agradeço pelas condições oferecidas para a realização da pesquisa.

³ Estudando diversos autores, aprendi que outros movimentos também lutam por um determinado tipo de território, como é o caso dos movimentos urbanos dos sem-teto. Em 2007, criamos no NERA um cadastro para o registro dos movimentos socioterritoriais no campo e na cidade, de modo a aperfeiçoar nossas pesquisas.

diversos países, como por exemplo: Brasil, Canadá, Estados Unidos, México, Guatemala, Espanha e Portugal. Também, minha experiência com as assessorias para a Comissão Pastoral da Terra – CPT no Brasil e Pastoral de la Tierra Interdiocesana na Guatemala, na realização de pesquisas e as visitas a vários territórios em conflitos têm fortalecido os sentidos das significações que tenho empregado ao discutir os diferentes tipos de territórios.

Nos últimos dois anos, tenho debatido intensamente meus ensaios a respeito dos tipos de territórios e dos movimentos socioterritoriais⁴. Um espaço importante onde tenho exposto e desenvolvido esta reflexão é a sala de aula. Quero destacar a disciplina Teorias dos Territórios e dos Movimentos Socioterritoriais, que ministro no Programa de Pós Graduação em Geografia da UNESP, campus de Prudente e a disciplina Estructura agraria y estado en América Latina que ministrei no Programa de Estudios Latinoamericanos de la Universidad Andina Simón Bolívar, Sede Ecuador (UASB). Tenho muito a agradecer aos alunos destas duas disciplinas que me ajudaram com seus trabalhos e distintas leituras a pensar melhor sobre os diferentes tipos de territórios. Em 2007, com o início do projeto de pesquisa “Estudo comparativo das transformações recentes nos campos brasileiro e cubano (1994 – 2005)”⁵, tive a oportunidade de discutir os conceitos Espaço e Território com geógrafos cubanos. Agradeço aos colegas Roberto Gonzales, Angelina Herrera, Eduardo San Marful e Silvia Diaz pelo amplo debate realizado em reuniões e em pesquisa de campo.

Os eventos científicos são espaços fundamentais nos quais podemos expor nossas idéias e debater com nossos colegas. Sou grato aos pesquisadores, professores e alunos que leram e ou debateram parte das idéias em desenvolvimento que foram apresentadas no Encontro de Geógrafos da América Latina, realizado em Bogotá, 2007, no Latim American Studies Association Congress, realizado em Porto Rico, 2006, no VII Congreso Latino-Americano de Sociología Rural, realizado em Quito, 2006, no Canadian Association for the Study of International Development (CASID), realizado em Saskatoon, 2007, no Simpósio Internacional de Geografia Agrária, realizado em

⁴ A respeito do conceito de movimentos socioterritoriais, ver FERNANDES, 2005.

⁵ Projeto de cooperação científico internacional Brasil – Cuba, como o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) do Ministério da Educação (MEC) e o Ministro da Educação Superior de Cuba – MES/Cuba. Agradecemos à CAPES e ao MES pelo apoio na realização desta pesquisa.

Londrina, 2007, no Seminário do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, realizado em Brasília, 2007 e no VII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação em Geografia, realizado em Niterói, 2007. Pelas críticas e considerações agradeço aos meus colegas: Cliff Welch, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Jorge Montenegro, Antonio Thomaz Jr, Norma Giarraca, Miguel Teubal, Pilar Lizarraga, Carlos Vacaflores, Harry Vanden, Sérgio Leite, Luis Hocman, Carlos Walter Porto Gonçalves, Marcos Saquet, Edgar Kolling, Roseli Caldart, Monica Molina, Wilder Robles, Marcelo José Lopes de Souza, Ana Clara Torres Ribeiro, João Cléps Jr, João Fabrini e aos meus orientandos: Matuzalem Cavalcante, Eduardo Girardi, Eraldo Ramos, Nelson Pedon, Anderson Antonio da Silva, Janaina Francisca de Souza, Herivelto Fernandes e Estevan de Freitas.

OS TERRITÓRIOS DO TERRITÓRIO

O ponto de partida para uma reflexão sobre o Território é o Espaço. O espaço é a materialização da existência humana (LEFEBVRE, 1991, p. 102). *A amplitude desta significação exige muita atenção de nossa parte, para não reduzirmos o espaço a um fragmento.* O espaço é uma totalidade. É assim que Milton Santos define o espaço: como conjunto de sistemas de objetos e sistemas de ação, que formam o espaço de modo indissociável, solidário e contraditório (SANTOS, 1996, p. 51). Nesta definição, estão contempladas a natureza e a sociedade. Por sistemas de objetos são compreendidos os objetos naturais ou elementos da natureza e os objetos sociais ou objetos produzidos por meio das relações sociais, que modificam e transformam a natureza, explicitando então a indissociabilidade. *A indissociabilidade é uma palavra-chave porque une os sistemas de objetos e os sistemas de ações de modo contraditório e solidário expresso pelas conflitualidades geradas pelas diferentes intencionalidades.* Ao analisarmos o espaço, não podemos separar os sistemas, os objetos e as ações, que se completam no movimento da vida, em que as relações sociais produzem os espaços e os espaços produzem as relações sociais. Desde esse ponto de vista, o ponto de partida contém o ponto de chegada e vice-versa, porque o espaço e as relações sociais estão em pleno movimento no tempo, construindo a história. Este movimento ininterrupto é o processo de produção do espaço e de territórios.

Partimos do princípio de que o território é construído a partir do espaço geográfico, ou que o espaço é anterior ao território (RAFFESTIN, 1993, p. 144). As transformações do espaço acontecem pelas relações sociais no processo de produção do espaço. Os objetos naturais ou elementos naturais também transformam o espaço, mas são as relações sociais que impactam o espaço com maior intensidade. Os sistemas de ações e os sistemas de objetos são indissociáveis, todavia é possível analisar as distintas intensidades de seus movimentos. A técnica e a tecnologia dinamizaram os sistemas de ações, impactando a natureza com maior intensidade. A formação de territórios é sempre um processo de fragmentação do espaço. Os seres necessitam construir seus espaços e territórios para garantirem suas existências (GOTTMANN, 1973, p. 1-15). Espaço e Território são categorias geográficas e são indiferentes, pois a diferença está na definição de Espaço e Território (SANTOS, 2004, p. 34). A definição do significado do conceito é um exercício intelectual do movimento entre o abstrato e o concreto ou do movimento entre o método (pensamento pensante), a teoria (pensamento pensado) e a realidade. É a intencionalidade que vincula o sujeito ao objeto, ou o pensador e o conceito pensado (SANTOS, 1996, p. 74). O método e a teoria são pensamentos, portanto, carregados de intencionalidade. Quando um pensador define a significação na construção de um conceito, está agindo com uma determinada intencionalidade por meio do método e da teoria. A intencionalidade é caracterizada pela direcionalidade do pensamento (SEARLE, 1995, p. 223-250), constituída em diferentes tendências pela experiência histórica dos sujeitos, que trabalhando com o rigor das teorias e dos métodos, define o significado do conceito.

A intencionalidade compreendida como propriedade do pensamento e da ideologia em que o sujeito delibera, planeja, projeta, dirige e propõe a significação e, por conseguinte, a interpretação, se realiza através das relações sociais no processo de produção do espaço e na compreensão desse processo. Deliberar, planejar, projetar, dirigir, propor, significar, interpretar são verbos que explicitam ação e poder. O poder de significar e interpretar expressa a intenção, a pretensão do sujeito. A intencionalidade expressa, portanto, um ato político, um ato de criação, de construção. Este ato político exprime a liberdade da criação, da significação e da interpretação. Esta é uma forma de construção do conhecimento. Os sujeitos utilizam suas intencionalidades criando, construindo, produzindo suas significações dos conceitos, suas

interpretações ou “enfoques” da realidade, evidenciando aspectos de acordo com interesses, definindo seus espaços e seus territórios, concretos e abstratos, materiais e imateriais. As interpretações, enfoques, pontos de vista ou abordagens acontecem por meio das intencionalidades que representam interesses de diferentes classes organizadas em diversas instituições. Embora esta questão me pareça evidente, penso ser importante lembrá-la: os estudiosos, pesquisadores e outros profissionais trabalham os conceitos e as teorias de acordo com a intencionalidade dessas instituições.

Ainda, a proposição da amplitude da significação ou da restrição da significação de um conceito é definida pela intencionalidade. Assim, os conceitos ganham significados diferentes, de acordo com as teorias, os métodos e as instituições. Pensadores vinculados a diferentes correntes teóricas, como por exemplo o Positivismo, o Neopositivismo, o Materialismo Histórico, a Fenomenologia elaboram distintas significações dos conceitos de Espaço e Território para realizarem diferentes interpretações. De acordo com as tendências das intencionalidades, os territórios podem ser vistos de diversas formas, por diferentes sujeitos. Dar significados mais amplos ou mais restritos depende da intencionalidade do sujeito que elabora e ou que usa o conceito. Eu defendo uma significação mais ampla para o conceito de território. O princípio da multidimensionalidade pode ser considerado como uma propriedade do significado do conceito de território. Este é um grande desafio, porque por mais que se defenda a multidimensionalidade na aceção do conceito de território, as teorias, métodos e práticas a fragmentam. Mas esta fragmentação não ocorre somente na multidimensionalidade dos territórios, acontece também na sua multiescalaridade.

Nas “abordagens territoriais” predominam análises da dimensão econômica e da dimensão social numa aceção de território como uma unidade geográfica determinada, quase sempre como espaço de governança. A definição de “território” por órgãos governamentais e agências multilaterais não consideram as conflitualidades dos diferentes tipos de territórios contidos “território” de um determinado projeto de desenvolvimento territorial. Ao se ignorar propositalmente os distintos tipos de território, perde-se a multiescalaridade, porque estes territórios estão organizados em diversas escalas geográficas, desde a local até a escala internacional. O conceito de território passa a ser instrumentalizado para atender aos interesses de instituições e expressa, então, sua mais cara propriedade: as relações de poder. Por essa razão,

parece-nos que a multidimensionalidade, embora presente na significação do conceito de território em muitos artigos e documentos, não se realiza, porque implicaria na socialização das tomadas de decisão. Assim também a multiescalaridade é completamente desprezada, porque significaria reconhecer os territórios das diferentes classes sociais.

É interessante observar que é neste contexto que o conceito de território é usado como instrumento de controle social para subordinar comunidades rurais aos modelos de desenvolvimento apresentados pelas transnacionais do agronegócio. Em suas diferentes acepções, o território sempre foi estudado a partir das relações de poder, desde o Estado ao capital, desde diferentes sujeitos, instituições e relações. Na essencialidade do conceito de território estão seus principais atributos: totalidade, multidimensionalidade, escalaridade e soberania. Portanto, é impossível compreender o conceito de território sem conceber as relações de poder que determinam a soberania. Quando nos referimos ao território em sua multiescalaridade, ou seja, em suas diversas escalas geográficas, como espaço de governança de um país, de um estado ou de um município, o sentido político da soberania pode ser explicitado pela autonomia dos governos na tomada de decisões. Quando nos referimos ao território como propriedade particular individual ou comunitária, o sentido político da soberania pode ser explicitado pela autonomia de seus proprietários na tomada de decisões a respeito do desenvolvimento desses territórios.

Sempre é importante enfatizar a relação entre os territórios como espaço de governança e como propriedades. Esta relação é determinada por políticas de desenvolvimento; portanto, quem determina a política define a forma de organização dos territórios. Aqui é necessário lembrar seus atributos: cada território é uma totalidade, por exemplo: os territórios de um país, de um estado, de um município ou de uma propriedade são totalidades diferenciadas pelas relações sociais e escalas geográficas. Essas totalidades são multidimensionais e só são completas neste sentido, ou seja, relacionando sempre a dimensão política com todas as outras dimensões: social, ambiental, cultural, econômica etc. Compreender essas relações é essencial para conhecermos as leituras territoriais realizadas por estudiosos de diversas áreas do conhecimento e por diferentes instituições que impõem seus projetos de desenvolvimento às comunidades rurais.

Cada instituição, organização, sujeito etc., constrói o seu território e o conteúdo de seu conceito, desde que tenha poder político para mantê-los. Es-

ses criadores de territórios exploram somente uma ou algumas de suas dimensões. Isto também é uma decisão política. Todavia, ao explorar uma dimensão do território, ele atinge todas as outras por causa dos princípios da totalidade, da multiescalaridade e da multidimensionalidade. A compreensão de cada tipo de território como totalidade com sua multidimensionalidade e organizado em diferentes escalas, a partir de seus diferentes usos, possibilita-nos entender o conceito de multiterritorialidade. Considerando que cada tipo de território tem sua territorialidade, as relações e interações dos tipos nos mostram as múltiplas territorialidades. É por essa razão que as políticas executadas no território como propriedade atingem o território como espaço de governança e vice-versa. A multiterritorialidade une todos os territórios através da multidimensionalidade e por meio das escalas geográficas, que podem ser representados como camadas sobrepostas (*layers*), em que uma ação política tem desdobramento em vários níveis ou escalas: local, regional, nacional, internacional.

Neste sentido, ao se pensar políticas territoriais, é necessário compreender sua multiescalaridade e sua multidimensionalidade. Quando o território é concebido como uno, ou seja, apenas como espaço de governança e se ignora os diferentes territórios que existem no interior do espaço de governança, temos então uma concepção reducionista de território, um conceito de território que serve mais como instrumento de dominação por meio das políticas neoliberais. Nesta condição, uma determinada região é escolhida para a aplicação de políticas de desenvolvimento, em grande parte, a partir dos interesses do capital. Evidente que pelo fato das comunidades camponesas terem menor poder político, terão pouco poder de decisão na determinação das políticas, por mais que o discurso das instituições defenda o “empoderamento” das comunidades rurais. Desse modo, as políticas promovem o fortalecimento das relações capitalistas em detrimento das relações não capitalistas ou familiares e comunitárias. Intensifica-se, dessa forma, as políticas de expropriação das comunidades rurais, que perdem seus territórios para o capital que necessita se apropriar continuamente dos territórios camponeses para se expandir.

Temos então uma disputa territorial entre capital e campesinato. As propriedades camponesas e as capitalistas são territórios distintos, são totalidades diferenciadas, nas quais se produzem relações sociais diferentes, que promovem modelos divergentes de desenvolvimento. Territórios camponeses e territórios capitalistas como diferentes formas de propriedades privadas disputam o território nacional. Para se compreender essa disputa, é importante uma análise dos

níveis e escalas territoriais: o primeiro território e o segundo território. O primeiro território é formado pelos espaços de governança em diferentes escalas: nacional, regional, estadual, municipal, distrital. O segundo território é formado pelos diferentes tipos de propriedades particulares. Por exemplo: o segundo território é uma fração do primeiro território, ou seja, os diferentes tipos de propriedades são frações do território municipal, que é uma escala do primeiro território. Este é fração do território estadual, que por sua vez é fração do território nacional. Na figura 1, procuramos ilustrar esse exemplo.



Figura 1 – Tipos de territórios

Org: Bernardo Mançano Fernandes; Eduardo Paulon Girardi.

A partir dessa tipologia, pode-se compreender as conflitualidades entre modelos de desenvolvimento que disputam territórios, condição essencial para a sua expansão. Estamos nos referindo especialmente aos modelos de desenvolvimento do agronegócio, resumidamente a partir da produção de monoculturas em grande escala, com trabalho assalariado, intensamente meca-

nizado e com utilização de agrotóxicos e sementes transgênicas. E ao modelo de desenvolvimento do campesinato ou agricultura familiar, resumidamente a partir da produção de policulturas, em pequena escala, com predominância do trabalho familiar, com baixa mecanização, em sua maior parte, com base na biodiversidade sem a utilização de agrotóxicos. Esses modelos disputam territórios, produzindo o segundo território no interior do primeiro território. A disputa do segundo território também é a disputa do primeiro território. Embora sejam diferentes, estão no mesmo espaço geográfico municipal, que está no espaço geográfico estadual e este, por sua vez, está no espaço geográfico nacional, formando a multiterritorialidade. Esses modelos de desenvolvimento determinam a organização do espaço geográfico, por meio da produção de territórios, gerando e intensificando conflitualidades que são insolúveis por causa da hegemonia do modo capitalista de produção.

Reafirmamos, o território é uma totalidade mas não é uno. Conceber o território como uno é compreendê-lo apenas como o espaço de governança, que é um tipo de território e ignorar os outros tipos de territórios. Mais uma vez, é importante lembrar que compreender o território como totalidade é fundamental para se entender sua multidimensionalidade e sua multiterritorialidade. Enfatizamos que todas as unidades territoriais formam totalidades por conterem em si todas as dimensões do desenvolvimento: política, econômica, social, cultural e ambiental. Como os territórios são criações sociais, temos vários tipos de territórios, que estão em constante conflitualidade. Considerar o território como uno é uma opção para ignorar suas conflitualidades.

TIPOS DE TERRITÓRIOS

Para superar a compreensão do território como uno, singular, discutimos diferentes formas do território, como pluralidade. Temos territórios materiais e imateriais: os materiais são formados no espaço físico e os imateriais no espaço social a partir das relações sociais, por meio de pensamentos, conceitos, teorias e ideologias. Territórios materiais e imateriais são indissociáveis, porque um não existe sem o outro e estão vinculados pela intencionalidade. A construção do território material é resultado de uma relação de poder que é sustentada pelo território imaterial como conhecimento, teoria e ou ideologia. Em nossa análise, consideramos três tipos de territórios

materiais: o primeiro território formado pelo país, estados e municípios; o segundo território formado pelas propriedades privadas capitalistas ou propriedades privadas não capitalistas; o terceiro território, formado por diferentes espaços que são controlados por relações de poder. Estes são territórios fluxos ou móveis controlados por diferentes sujeitos e são produzidos nos territórios fixos do primeiro e do segundo território.

Primeiro território é o território do Estado e suas unidades territoriais internas: país, estados e municípios. São nestes que se organizam todos os outros territórios: propriedades particulares individuais e propriedades comunitárias (segundo território), que são territórios fixos. Nos territórios dos municípios são organizados territórios fluxos, cujas fronteiras se movimentam de acordo com as ações institucionais e as conflitualidades. Exemplos de territórios fluxos ou móveis são espaços controlados por diferentes formas de organização, por exemplo: narcotráfico, prostitutas etc⁶. Outros tipos de territórios móveis ou fluxos são navios e outras embarcações e os diferentes tipos de meios de transporte.

Neste artigo, destacamos a formação do segundo território. O princípio da multidimensionalidade permite a compreensão que o processo de formação do território implica em conceber sua área, seus recursos e as relações que os transformam. O segundo território pode ser contínuo ou descontínuo, pertencer a uma pessoa ou instituição ou a diversas pessoas ou instituições. A caracterização fundamental é a relação social que o produz. O segundo território pode ser um todo ou parte, pode ser uma casa ou parte dela; uma empresa ou parte, uma universidade ou parte, uma igreja, um sindicato etc. Descontínuo, pode estar organizado em redes, ou as redes podem ligar diferentes territórios. A constituição desses tipos de territórios acontece por relações de poder em disputa no primeiro território. A soberania é uma qualidade ou propriedade exclusiva de todos os tipos de território. Embora não seja ininterrupta, a soberania está sempre em questão por meio da conflitualidade na disputa territorial no interior do território da nação. A conflitualidade é concebida como um conjunto de conflitos que constitui um processo gerador e indissociável do desenvolvimento na disputa territorial.

⁶ Um exemplo desses territórios pode ser visto em SOUZA, 1995. Entre outros autores que trabalham com diferentes tipos de territórios, para além da concepção clássica do território como espaço de governança, indicamos SAQUET, 2007 e DELANEY, 2005.

É um processo de enfrentamento permanente que explicita o paradoxo das contradições e as desigualdades do sistema capitalista, evidenciando a necessidade do debate constante, nos planos teóricos e práticos, a respeito do controle político produzindo espaços e territórios heterogêneos.

Os territórios dos países são disputados pelas empresas transnacionais que controlam ou participam do controle de imensas áreas do primeiro e do segundo território. Dois exemplos podem ser observados nas figuras a seguir.



Figura 2 – crítica à territorialização das transnacionais, por meio de compra de terras para controle do mercado de agrocombustíveis.

Fonte: Jornal Brasil de Fato, 4 de dezembro de 2007.



Figura 3 – Propaganda da Transnacional Syngenta representando área de quatro países onde predomina o monocultivo da soja.

Fonte: Evia, 2006.

Os movimentos camponeses e indígenas têm resistido a esse processo, disputando territórios com as empresas capitalistas. No Brasil, a Via Campesina ocupou uma propriedade da transnacional Syngenta como forma de protesto ao processo de territorialização da empresa. Na figura 4, observa-se a ocupação de uma propriedade da Syngenta no município de Santa Teresa do Oeste, no Estado do Paraná.



Figura 4 – Movimentos camponeses vinculado à Via Campesina ocupam propriedade da Syngenta.

Fonte: arquivo MST.

Uma classe não se realiza no território de outra classe. Por essa razão, os territórios do agronegócio e os territórios camponeses e indígenas são distintos. Os territórios do campesinato e os territórios do agronegócio são organizados de formas distintas, a partir de diferentes relações sociais. Um exemplo importante é que, enquanto o agronegócio organiza seu território para produção de mercadorias, o grupo de camponeses organiza seu território, primeiro, para sua existência, precisando desenvolver todas as dimensões da vida. Esta diferença se expressa na paisagem e pode ser observada nas distintas formas de organização dos dois territórios. A paisagem do território do agronegócio é homogênea, enquanto a paisagem do território camponês é heterogênea. A composição uniforme e geométrica da monocultura se caracteriza pela pouca presença de pessoas no território, porque sua área está ocupada por mercadoria, que predomina na paisagem. A mercadoria é a expressão do território do

agronegócio. A diversidade dos elementos que compõem a paisagem do território camponês é caracterizada pela grande presença de pessoas no território, porque é neste e deste espaço que constroem suas existências, produzindo alimentos. Homens, mulheres, jovens, meninos e meninas, moradias, produção de mercadorias, culturas e infra-estrutura social, entre outros, são os componentes da paisagem dos territórios camponeses.

Compreender essa tipologia de territórios é fundamental para o uso mais amplo do conceito. Se por um lado, o uso do conceito de território possibilitou a superação de leituras setoriais, por outro lado, predominam as leituras de territórios únicos que ignoram as conflitualidades, que promovem as disputas territoriais.

TERRITÓRIOS EM DISPUTA

Em um ensaio publicado em 2002, Milton Santos fez a seguinte afirmação:

A Geografia alcança neste fim de século a sua era de ouro, porque a geograficidade se impõe como condição histórica, na medida em que nada considerado essencial hoje se faz no mundo que não seja a partir do conhecimento do que é Território. O Território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência. A Geografia passa a ser aquela disciplina mais capaz de mostrar os dramas do mundo, da nação, do lugar (SANTOS, 2002, p. 9).

Como destacamos na introdução deste ensaio, o Território passou a ser conceito central de temas de estudos de algumas ciências como sociologia, economia, história e medicina. A antropologia, direito, ciência política e biologia, em geral, utilizam o Território como conceito central em suas análises. Mesmo na geografia, o Território ganhou mais espaço que o Espaço, a Região e o Lugar. Um dos últimos livros publicados por Milton Santos tem como título: “O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI”. Enquanto nos anos 1980 e até meados de 1990, dedicou-se predominantemente às reflexões sobre o Espaço. Questionado sobre esta mudança, afirmou que:

O território com muita frequência e força – usado pelos homens da ciência política, pelos juristas, pelos antropólogos –, é sempre visto como uma coisa inerte, onde as ações dos homens se dão. Mesmo quando se considera o território como contendo população, produção econômica, movimento dos homens e das mercadorias etc., quando falamos na relação sociedade-espço, sociedade-território, não víamos o território realmente como condicionante. Isso me preocupou porque, sobretudo com a globalização, com a competitividade, as empresas são terrivelmente sequeiosas de localizações que lhes aumentem o lucro e o poder (SANTOS, 2004, p. 34).

Estes dois fatos chamaram minha atenção: a intensificação da territorialização do capital com a globalização e a emergência do conceito de território, que em muitos estudos passou a substituir o conceito de espaço. Em meus estudos sobre a formação da Via Campesina também os elegi em minha agenda de pesquisas como tema de reflexão teórica. Compreendo que estes dois fatos estão associados. O avanço das políticas neoliberais e seus ajustes estruturais provocaram, pelo menos, duas mudanças significativas na sociedade: a minimização do Estado e a maximização do capital na tomada de decisões a respeito das políticas de desenvolvimento e, por conseguinte, dos territórios. Esta realidade é mais bem compreendida com a crise do socialismo e conseqüentemente dos governos de esquerda, cujas políticas de desenvolvimento estão atreladas à expansão do mercado capitalista globalizado como a possibilidade econômica para o desenvolvimento. O capital maximizado determina ainda mais os rumos das políticas de desenvolvimento, enquanto o Estado minimizado assiste, muitas vezes passivo, a criação de leis e políticas que beneficiam muito mais os interesses das empresas capitalistas nacionais/transnacionais do que os interesses da sociedade. Especialmente no campo, as tomadas de decisões para o desenvolvimento têm sido determinadas pelos interesses das empresas nacionais/transnacionais. Por meio de suas *think tanks* são elaborados projetos de desenvolvimento e leis que viabilizam a sua execução, contando com apoio político e muitas vezes com o apoio econômico do Estado. Esta realidade tem gerado e intensificado as desigualdades sociais, por meio da exclusão, expropriação territorial e controle social da maior parte da população rural, com a precarização das relações de trabalho, desemprego estrutural e destruição de territórios camponeses e indígenas.

Tomamos essa conjuntura política como referência para discutir a emergência do Território no âmbito das políticas neoliberais. Esta urgência do conceito de território pode ser associada à precarização das relações de trabalho, ao desemprego estrutural e à destruição dos territórios camponeses e indígenas, por meio da acumulação por espoliação (HARVEY, 2004, p. 121). A utilização do conceito de território a partir dos princípios e da significação defendidas neste artigo, possibilita-nos compreender os processos que transformam os diferentes tipos de territórios. Isto significa ter uma compreensão e posição teórica e política na interpretação dessas realidades. Com a emergência e a expansão dos estudos sobre os territórios, diferentes interpretações e controvérsias geraram uma panacéia, já que o conceito de território passou a ser utilizado como fórmula mágica para tratar de projetos de desenvolvimento regionais. Na maior parte dos estudos o que hoje é denominado de território são espaços geográficos que já foram chamados de microrregiões⁷. A Ciência Geográfica tem a responsabilidade de contribuir intensamente com as leituras das diferentes análises. Alguns desses estudos que têm o Território como conceito central são influenciados por geógrafos que participaram ou são referências teóricas⁸. Em outros, os estudos geográficos são ignorados e o Território, muitas vezes, é usado apenas como metáfora⁹.

Nas décadas de 1980 e 1990, principalmente, muitos geógrafos viveram uma triste experiência no uso conceitos sociológicos e econômicos como metáforas. Essa utilização inconseqüente resultou numa dependência teórica da geografia às outras disciplinas. Para aplicação de um conceito de outra ciência é preciso compreender seus fundamentos e seus princípios. São poucos os estudos sobre territórios que se utilizam das teorias geográficas. Em alguns casos, há, até mesmo, a proposta de utilização do território não como conceito, mas como instrumento. Por exemplo, Schneider e Tartaruga defendem

a necessidade de se distinguir o uso e o significado do território como um conceito de análise, tal como lhe confere a geografia e outros dis-

⁷ Por exemplo, SCHEJTMAN, Alexander. BERDEGUÉ Julio. Desarrollo Territorial Rural. Santiago: RIMISP, 2003. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Atlas dos Territórios Rurais. Brasília: MDA, 2004.

⁸ Um exemplo é a publicação do Ministério da Saúde “O Território e a vigilância em Saúde”. Ver Escola Politécnica de Saúde.

⁹ Um exemplo é o livro “Territorios Eróticos” de Ana Teresa Torres.

ciplinas como a antropologia ou a biologia, dos sentidos instrumentais e práticos que lhe são atribuídos pelos enfoques ou abordagens territoriais [...] A diferença fundamental entre o uso e o significado conceitual e instrumental do território é que o sentido analítico requer que se estabeleçam referências teóricas e mesmo epistemológicas que possam ser submetidas ao crivo da experimentação empírica e, depois, reconstruídos de forma abstrata e analítica. O uso instrumental e prático não requer estas prerrogativas e, por isso, pode-se falar em abordagem, enfoque ou perspectiva territorial quando se pretende referir a um modo de tratar fenômenos, processos, situações e contextos que ocorrem em um determinado espaço (que pode ser demarcado ou delimitado por atributos físicos, naturais, políticos ou outros) sobre o qual se produzem e se transformam. Neste sentido, é comum que o território perca seu sentido heurístico e conceitual e passe a ser utilizado como sinônimo de espaço ou região, conforme o caso. [...] o território passa a ser utilizado “numa perspectiva de desenvolvimento”; ou seja, como uma variável a ser considerada quando se pretende fazer algum tipo de intervenção sobre o espaço e as populações que resultem em alterações do quadro existente. Desse modo, a abordagem territorial do desenvolvimento pressupõe a ação sobre o espaço e a mudança das relações sociais nele existentes. Portanto, seus objetivos são, prioritariamente, instrumentais e práticos e, por esta razão, não se pode reivindicar ou reclamar das perspectivas ou abordagens territoriais por serem a-teóricas, (sic) pois foi exatamente com esta finalidade que foram elaboradas. A tentativa de buscar referências espaciais e conferir-lhes poder de explicação causal parece ser uma tendência recente (talvez uma moda) que cresce em várias disciplinas das ciências sociais, notadamente na economia, na sociologia e na ciência política.” (SCHNEIDER; TARTARUGA, 2005, p. 14)

De acordo com a reflexão apresentada na primeira parte deste texto, a distinção pretendida por Schneider e Tartaruga em isolar o significado do conceito de seu uso seria como separar a teoria da prática ou o sujeito do objeto. O sujeito por meio de sua intencionalidade determina o significado que determina o uso. Esses procedimentos são indissociáveis, são diferentes e inseparáveis. Como explicitamos, a intencionalidade também se manifesta nas opções que os cientistas fazem na definição do significado do conceito de território. Antropólogos exploram mais a dimensão cultural, biólogos estudam mais a dimensão ambiental. Sociólogos e economistas também estão

explorando apenas algumas das dimensões do território, principalmente as dimensões econômicas e sociais. Como salientamos, cada dimensão possui as outras, de modo que mesmo que enfatizemos uma dimensão, é fundamental considerar os desdobramentos nas outras dimensões. As dimensões só são completas neste sentido, ou seja, relacionando sempre a dimensão política com todas as outras dimensões: a social, a ambiental, a cultural, a econômica etc. Neste mesmo sentido pode se compreender as formas de organização dos diversos tipos de território em várias escalas geográficas. Estes procedimentos constituem a multidimensionalidade e a multiescalaridade que caracterizam a sustentabilidade dos territórios. A partir desses princípios não é difícil compreender o uso do conceito de território ao se falar das monoculturas para exportação que se territorializam rapidamente em todo o mundo, desterritorializando camponeses e indígenas. Para defender grandes extensões de monocultivo, as empresas não podem utilizar o princípio da multidimensionalidade. Por esta razão, o conceito de território aqui utilizado é um obstáculo para as empresas que exploram grandes áreas monocultoras, porque se preocupam apenas com as dimensões político-econômicas de seus territórios, como discute Porto-Gonçalves (2007).

Afirmar que se pode utilizar o Território apenas como recurso instrumental e prático nas abordagens e enfoques soa um tanto estranho. O território não é um instrumento. Instrumentos são objetos da metodologia. O Território é um conceito e uma categoria, é um objeto do método e da teoria, portanto não são a-teóricos. Vale reafirmar que o Território

é espaço apropriado, espaço feito coisa própria, enfim, o território é instituído por sujeitos e grupos sociais que se afirmam por meio dele. Assim, há, sempre, território e territorialidade, ou seja, processos sociais de territorialização. Num mesmo território há, sempre, múltiplas territorialidades (PORTO- GONÇALVES, 2006, p. 5).

O Território não é uma técnica, muito menos uma noção fechada, acabada, determinada. Não pode ser naturalizado, instrumentalizado, aparelhado. O sentido do uso do conceito de território é o político, que tem como essência a liberdade. É esta liberdade que oferece condição para que Schneider e Tartaruga afirmem ser necessário instrumentalizar o território. Esta condição também permite que os autores revelem suas intencionalidades.

A emergência do conceito de território ainda necessita de uma reflexão profunda. Por que o conceito de território passou a ser mais usado que o

conceito de espaço? Para responder esta pergunta é necessária uma ampla pesquisa sobre políticas, teorias e métodos. Portanto, neste ensaio pretendo apenas apontar algumas idéias construídas a partir de ampla bibliografia e trabalho de campo¹⁰. Os estudos sobre o desenvolvimento territorial rural podem ser classificados em duas tendências: aqueles que partem do Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA) e os que partem do Paradigma da Questão Agrária (PQA). Para o PCA, as críticas ao capitalismo não ultrapassam os limites do sistema. As perspectivas do desenvolvimento territorial rural são compreendidas a partir dos modelos do modo de produção capitalista. Assim, predominam estudos em que as referências são somente as relações capitalistas. As perspectivas de modernização são para atingir modelos do sistema para as empresas, mercados, tecnologias e outras políticas, tendo como referência a reprodução das relações capitalistas. O PCA analisa e cria procedimentos metodológicos para classificar as desigualdades sociais, mas não utiliza conceitos e procedimentos para estudar a conflitualidade gerada pelo confronto entre as classes sociais. Por essa razão, o conceito de território do PCA é muito próximo ao conceito de espaço ou de região, principalmente pela ausência das análises sobre as contradições e as conflitualidades. Para o PQA, as críticas ao capitalismo ultrapassam os limites do sistema. As perspectivas do desenvolvimento territorial rural são compreendidas a partir da crítica aos modelos do modo de produção capitalista. Os estudos do PQA utilizam como referências as contradições e as conflitualidades entre relações capitalistas e as relações não capitalistas. As perspectivas de modernização procuram criar modelos alternativos de organizações, mercados, tecnologias e outras políticas para superação da reprodução das relações capitalistas. Esta condição coloca o PQA em desvantagem com relação ao PCA. Enquanto o PCA acompanha o movimento da roda, o PQA procura reinventá-la. Neste ponto, tem encontrado obstáculos de ordem teórica e política, por essa razão aprofunda suas críticas ao sistema que intensifica as desigualdades sociais, explorando conceitos e procedimentos para estudar a conflitualidade gerada pelo confronto entre as classes sociais. Por essa razão, o conceito de território do PQA tem maior relevância à sua dimensão política, do enfrentamento entre as clas-

¹⁰ A respeito do debate sobre os paradigmas do capitalismo agrário e da questão agrária, ver FERNANDES, 2007.

ses, distinguindo-se dos conceitos de espaço e região. Salvo, os casos em que os pensadores do PQA trabalham com o significado clássico de território como espaço de governança.

Quando se desenvolve as análises sobre uma realidade hegemônica, o conceito de território só tem sentido como espaço de governança, como território do Estado. Todos os outros espaços produzidos são espaços, regiões e lugares. Portanto, ao se aceitar a hegemonia de neoliberalismo ou a hegemonia do Estado, desconsiderando as contradições e as conflitualidades dessas realidades, é melhor valer-se da significação clássica de território. Uma análise da realidade em que se considere o movimento contínuo da conflitualidade, pode-se observar diversos territórios e espaços. O significado de espaço é tão amplo quando o de realidade, porque esta é sua origem. O espaço e o tempo formam a realidade. Daí, as múltiplas possibilidades de compreender e usar o espaço. O Território não é tão flexível. A abstração do espaço e a concretude do território aparece nas reflexões de diversos geógrafos, a exemplo desta afirmação. “Do ponto de vista epistemológico, transita-se da vaguidade da categoria espaço ao preciso conceito de território” (MORAES, 2000, p. 17). Esta vaguidade pode ser observada nas consultas aos dicionários, onde o verbete espaço contém mais informações para explicá-lo que o verbete território. A vaguidade a que se refere Moraes é confirmada por Santos, quando este entende que:

A palavra espaço é utilizada em dezenas de acepções. Fala-se espaço da sala, do verde, de um país, de um refrigerador, espaço ocupado por um corpo etc. [...] Palavras como vermelho, duro sólido não têm seus significados colocados em dúvida, estão associados a experiências elementares. O que não acontece com a palavra espaço, freqüentemente substituída por lugar, território etc. A palavra é mesmo muito utilizada como substantivo, assim espaço do homem, do migrante, do sedentário etc. (SANTOS, 1988, p. 71).

O espaço passou a ser adjetivado pelo significado de suas dimensões. Por exemplo, utiliza-se o espaço social como uma totalidade, isolando-o de suas outras dimensões, como a cultural, econômica, ambiental, política etc. Esta fragmentação do espaço pode acontecer com o território ao utilizá-lo também apenas por uma de suas dimensões, por exemplo território econômico, quando se considera a dimensão econômica do território como uma totalidade, ignorando-se as outras dimensões. Nesta acepção,

o Espaço e o Território muito se aproximam em suas significações. São diferentes pelas definições dadas pelos teóricos. Mas as definições que determinam a significação também obedecem à imanência das características e qualidades ou propriedades produzidas pelas relações na história. Por exemplo, o poder é uma característica do espaço e do território, todavia, a soberania é uma qualidade ou propriedade exclusiva do Território. Com a utilização do conceito de espaço, pode-se abordar as relações de poder a partir de diferentes análises dos sistemas de objetos e de ações. Na década de 1970, a publicação do livro *Espaço e Poder* do geógrafo Paul Claval foi uma importante referência muito utilizada para discutir esse tema (CLAVAL, 1979). Em 2007, Richard Peet publicou *Geography of Power* abordando as relações de poder e espaço. Nos dois livros, embora os autores tratem do Estado, das relações de poder, do capital e do trabalho, o Território não aparece como conceito importante. Os conceitos de espaço e território possibilitam leituras e compreensões distintas. Um não substitui o outro. Todavia, em alguns trabalhos esses conceitos não estão bem definidos e pode-se perder as diferenças.

A globalização com a hegemonia das políticas neoliberais provocou a emergência do conceito de território em duas direções. Pelo PCA em que o significado de Território é utilizado muito próximo ao conceito de espaço ou de região, principalmente pela ausência das análises sobre as contradições e as conflitualidades. Alguns exemplos desse paradigma são os estudos financiados pelo Banco Mundial. Esta definição oculta uma forma de controle social das populações que vivem nos territórios, com a realização de políticas de subalternidade. Pelo PQA em que o ponto de partida do Território é a soberania, explicitada pela resistência à desterritorialização que acontecem por meio das políticas de desenvolvimento, evitando similitudes com o conceito de espaço. Um excelente exemplo desse paradigma é o livro *Los Refugiados del Modelo Agroexportador: impactos del monocultivo de soja en las comunidades campesinas paraguayas*, coordenado por Tomás Palau. As políticas neoliberais têm intensificado o processo de desterritorialização dos territórios não capitalistas das comunidades campesinas e indígenas ou de subalternidade dos territórios não capitalistas por meio de empreendimentos realizados em parcerias entre o capital e o Estado. No primeiro caso, as empresas do agronegócio se territorializam por meio da monocultura para exportação. No segundo caso, mantém o controle pelos empreendimentos,

principalmente pelas tecnologias e pelo mercado. O capital administra o processo de desterritorialização dos camponeses e também a sua reterritorialização com a mercantilização das políticas públicas, como por exemplo, a reforma agrária. O capital vende territórios capitalistas para a produção de territórios não capitalistas. Este é um exemplo do processo acumulação por espoliação (HARVEY, 2004, p. 115-148).

Para discutirmos este processo de disputa territorial, apresentamos um estudo sobre a participação dos territórios capitalistas e não capitalistas no campo brasileiro, ou seja, o primeiro e segundo territórios. Com a tabela 1, iniciamos nossa análise sobre o primeiro território e os diferentes espaços que o compõem, entre eles o segundo território. De acordo com Oliveira (2003, p. 126-127), com base nos dados do Sistema Nacional de Cadastro Rural, em 2003, o território brasileiro de 850,2 milhões de hectares teria a seguinte composição: 15% ou 128,5 milhões de hectares eram terras indígenas; 12% ou 102,1 milhões de hectares eram unidades de conservação ambiental; 3,5% ou 29,2 milhões de hectares formavam as áreas urbanas, e as áreas ocupadas por rios, rodovias e as posses. 69,5% ou 590 milhões de hectares eram ocupados por propriedades rurais, sendo 49,5% ou 420,4 milhões de hectares dos imóveis cadastrados no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e 20% ou 170 milhões de hectares formados por terras devolutas.

Tabela 1 – Brasil: ocupação das terras em milhões de hectares

Terras indígenas	128,5	15,0%
Unidades de conservação ambiental	102,1	12,0%
Imóveis cadastrados no INCRA	420,4	49,5%
Áreas urbanas, rios, rodovias e posses	29,2	3,5%
Terras devolutas	170,0	20,0%
Total	850,2	100%

Fonte: adaptado de Oliveira (2003, p. 126,127)

Na tabela 2, nos deteremos na análise do segundo território, ou seja, o dos imóveis rurais cadastrados, para compreendermos melhor as mudanças ocorridas na estrutura fundiária entre 1992 e 2003. Considerando o cancelamento de 93 milhões de hectares de títulos de terras griladas em 1999, conforme anunciado no Livro Branco da Grilagem de Terra no Brasil, a área das propriedades rurais cresceu 89 milhões de hectares entre 1992 e 2003.

Tabela 2 – Brasil: mudanças na estrutura fundiária – 1992-2003

Imóveis em hectares	1992		2003	
	Área em milhões de ha.	%	Área em milhões de ha.	%
Com mais de 200 (capitalista)	245	74	297	71
Com menos de 200 (campeiros)	86	26	123	29
Total	331	100	420	100

Fonte: Atlas Fundiário Brasileiro, 1996; II PNRA, 2003. (Org.: Bernardo Mançano Fernandes)

Como defendemos neste artigo, os imóveis capitalistas e os camponeses produzem relações sociais distintas: capitalistas e não capitalistas, sendo, portanto, territórios distintos. Compreendemos que as relações sociais produzem os territórios e são produzidas por estes. Que os territórios são multidimensionais, nos quais se realizam todas as dimensões da vida, desde que, é lógico, sejam desenvolvidas por projetos políticos. Nestes territórios, temos diferentes formas de organização do espaço e do trabalho, como demonstraremos adiante. Temos, portanto, duas relações sociais que produzem dois territórios distintos e, que para se expandirem, precisam destruir um ao outro ou se reproduzir ou se territorializar em outros territórios. Portanto, o território capitalista se territorializa destruindo os territórios camponeses, ou destruindo territórios indígenas ou se apropriando de outros territórios do Estado. Os territórios camponeses se territorializam destruindo o território do capital, ou destruindo territórios indígenas ou se apropriando de outros territórios do Estado. Enquanto a fronteira agrícola estiver aberta, esse processo continuará. Com o fechamento da fronteira agrícola, o enfrentamento entre os territórios camponeses e do capital será intensificado.

A tabela 2 nos possibilita uma boa noção desse enfrentamento. Em 1992 o capital controlava 245 milhões de hectares ou 74% da área dos imóveis. Observe que esta área aumentou para 297 milhões em 2003, mas a participação relativa caiu para 71%, enquanto a participação relativa do território camponês passou de 26% para 29%, ou em números absolutos de 86 para 123 milhões de hectares. Como afirmamos, este aumento de área de ambos os territórios só foi possível porque a fronteira agrícola está aberta. Um fator importante da territorialização do camponês é, sem dúvida, a luta pela terra e as políticas de reforma agrária que possibilitaram a expansão dos territórios camponeses. Todavia, a expansão e o refluxo dos territórios são resultados de conjunturas econômicas e com a nova onda da agroenergia, há a tendência de

expansão principalmente do território capitalista. Mas além desta tendência, o capital tem o poder de se territorializar mais rápido que o campesinato por causa das desigualdades geradas pelo modo de produção capitalista, que expropria o campesinato de seus territórios. A territorialização do campesinato ocorre predominantemente por meio da luta popular e de políticas públicas.

Por tudo isto, utilizamos o conceito de território como um espaço de vida, ou parafraseando Ratzel, como um espaço vital, compreendido pela sua multidimensionalidade. Como salientamos, a luta pela terra e a reforma agrária formam o principal fator de territorialização do campesinato no território nacional. O desenvolvimento territorial e a reforma agrária são processos indissociáveis. Portanto, a obtenção de terras e o desenvolvimento dos assentamentos são processos inseparáveis. O capital forma os seus territórios e se territorializa, ou seja, se expande multiplicando o controle de enormes áreas em todas as regiões. Na atualidade, no campo brasileiro, o capital tem o nome de agronegócio, que procura se apropriar das terras e subalternizar o campesinato através da terceirização da produção (que muitos chamam de integração) ou expropriá-lo através da verticalização da produção, controlando todos os sistemas que o compõe.

Pensar o território nesta conjuntura, deve-se considerar a conflitualidade existente entre o campesinato e o agronegócio que disputam territórios. Esses compõem diferentes modelos de desenvolvimento, portanto formam territórios divergentes, com organizações espaciais diferentes, paisagens geográficas completamente distintas. Nesta condição, temos três tipos de paisagens: a do território do agronegócio que se distingue pela grande escala e homogeneidade da paisagem, caracterizado pela desertificação populacional, pela monocultura e pelo produtivismo para a exportação; o território camponês que se diferencia pela pequena escala e heterogeneidade da paisagem geográfica, caracterizado pelo freqüente povoamento, pela policultura e produção diversificada de alimento – principalmente – para o desenvolvimento local, regional e nacional; o território camponês monopolizado pelo agronegócio, que se distingue pela escala e homogeneidade da paisagem geográfica, e é caracterizado pelo trabalho subalternizado e controle tecnológico das *commodities* que se utilizam dos territórios camponeses.

Esta realidade nos coloca, pelo menos, uma questão: o que é desenvolvimento territorial para esta diversidade de territórios? Por suposto, necessitamos de vários modelos. Todavia, a tendência dos governos é pensar o desen-

volvimento desde a perspectiva do agronegócio, porque este é compreendido como a totalidade da qual a agricultura camponesa ou familiar faria parte. Partir desta visão, é começar perdendo e terminar derrotado. O desenvolvimento territorial e a reforma agrária devem estar contidos no conjunto de interesses dos diferentes tipos de camponeses e, no que se refere à reforma agrária, pensar os projetos de assentamentos como territórios. Um princípio importante é pensar o desenvolvimento territorial como uma totalidade, em que se desenvolvem todas as dimensões: política, social, cultural, ambiental e econômica, não necessariamente nesta ordem, mas como um conjunto indissociável. Desenvolvimento e território são conceitos multidimensionais. Neste sentido, a reforma agrária é um projeto de desenvolvimento territorial; e, ao mesmo tempo, a reforma agrária é uma questão nacional.

Observando a tabela 1, compreendemos o controle territorial do agronegócio e do campesinato. Grosso modo, relacionando a tabela 2 e a tabela 3, podemos analisar que os tipos de assentamentos corresponderiam a aproximadamente metade da área dos territórios camponeses. Essa análise enfatiza a importância da luta pela terra e da reforma agrária, da criação e recriação do campesinato e também nos coloca um conjunto de preocupações.

Tabela 3 – Tipologia dos Assentamentos – Brasil – 1985-2006

Tipos	Nº Assentamentos	%	Nº Famílias	%	Área	%
FLONA	12	0.15	3.675	0.41	4.268,006	6.85
PE	612	7.68	49.957	5.55	2.373,453	3.81
PAE	194	2.44	45.411	5.04	6.503,154	10.43
PDS	77	0.97	22.875	2.54	2.912,305	4.67
RDS	6	0.08	2.000	0.22	5.673,710	9.10
RESEX	35	0.44	28.555	3.17	9.073,096	14.55
PA	6.727	84.45	731.059	81.16	30.804,272	49.40
OUTROS	303	3.80	17.267	1.92	742,627	1.19
TOTAL	7.966	100.00	900,799	100.00	62.350,623	100.00

Fonte: DATALUTA, 2007

Florestas Nacionais – FLONA; Projeto de Assentamento Estadual – PE; Projetos Agroextrativistas – PAE; Projetos de Desenvolvimento Sustentável – PDS; Reservas de Desenvolvimento Sustentável – RDS; Reservas Agroextrativistas – RESEX; Projeto de Assentamento Federal – PA; Outros correspondem diversos tipos projetos, por exemplo: projetos de colonização e projetos municipais de assentamentos.

As RESEX, FLONA e RDS são projetos reconhecidos pelo INCRA como beneficiários da reforma agrária. Nestes projetos mais os projetos agroextrativis-

tas foram assentadas 119.783 famílias, apenas 13% das famílias assentadas no período, em 627 projetos, abrangendo uma área de 29 milhões hectares, 47% do total da área destinada à reforma agrária. Os projetos de assentamento federal e estadual, que têm como característica principal a desapropriação de terras para reforma agrária, foram responsáveis pela criação de 92% dos assentamentos implantados em todo país, utilizando 53% da área destinada à reforma agrária e assentando 87% das famílias. Os projetos estaduais e federais utilizaram apenas 4 milhões de hectares a mais do que os outros cinco projetos. Portanto, para este período compreendido desde o governo Sarney ao governo Lula, predominou a criação de projetos de assentamentos federais e estaduais. Observa-se que pelas próprias características dos tipos de assentamentos: agroflorestais e agropecuários, que as áreas de seus territórios são quase equivalentes. A maior parte dos assentamentos agroflorestais e dos projetos reconhecidos está na Amazônia.

Na tabela 4, pode-se observar que no primeiro mandato, o governo Lula implantou 2.270 assentamentos em que foram assentadas 244.873 mil famílias em 29 milhões de hectares. Somente os projetos agroextrativistas e os projetos reconhecidos pelo INCRA foram responsáveis pelo assentamento de 104.969 famílias, em 489 Projetos de Assentamento – PAs, abrangendo uma área de 24 milhões de hectares. Estes projetos correspondem a 21% dos assentamentos criados, com 42% das famílias assentadas em 81% da área total.

Tabela 4 – Tipologia dos Assentamentos – Brasil – 2003-2006

Tipos	Nº Assentamentos	%	Nº Famílias	%	Área	%
FLONA	11	0.48	3.075	1.26	3.248,006	10.95
PE	277	12.20	18.224	7.44	827,116	2.79
PAE	177	7.80	39.103	15.97	4.976,843	16.77
PDS	73	3.22	22.330	9.12	2.820,379	9.51
RDS	5	0.22	1.500	0.61	4.341,239	14.63
RESEX	29	1.28	27.341	11.17	8.046,392	27.12
PA	1.504	66.26	121.680	49.69	4.753,188	16.02
OUTROS	194	8.55	11.620	4.75	657,259	2.22
TOTAL	2.270	100.00	244.873	100.00	29.670,422	100.00

Fonte: DATALUTA, 2007

Florestas Nacionais – FLONA; Projeto de Assentamento Estadual – PE; Projetos Agroextrativistas – PAE; Projetos de Desenvolvimento Sustentável – PDS; Reservas de Desenvolvimento Sustentável – RDS; Reservas Agroextrativistas – RESEX; Projeto de Assentamento Federal – PA; Outros correspondem diversos tipos projetos, por exemplo: projetos de colonização e projetos municipais de assentamentos.

Através desta leitura, podemos constatar que o atual governo optou pela intensificação da tendência da política de assentamentos em áreas da Amazônia. Esses projetos são criados por meio de desapropriação, mas predominantemente pela regularização fundiária. Esses projetos afetam lentamente a desconcentração de terras no país. Por outro lado, estes assentamentos impedem, ao menos no âmbito legal, o avanço do agronegócio nas regiões onde foram implantados, pois as famílias assentadas nestas áreas são responsáveis pela preservação e manejo destas terras. Por outro lado, nas regiões Nordeste e Centro-Sul as ocupações intensificam a luta pela terra, pois são nessas regiões que 90% das famílias lutam pela terra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, procuramos contribuir com uma definição mais ampla de território que aquela que o compreende apenas como espaço de governança. Neste sentido, desenvolvemos uma crítica e uma proposição a partir de uma tipologia de territórios. A partir de diferentes exemplos, analisamos as disputas territoriais e conceituais. As idéias aqui apresentadas estão em aperfeiçoamento e são referências importantes para se estudar o desenvolvimento territorial rural. Acreditamos ser importante o acompanhamento dos processos de territorialização dos diferentes tipos de territórios aqui apresentados para mapear as conflitualidades geradas pelas desigualdades do sistema capitalista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CLAVAL, Paul. *Espaço e Poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- DELANEY, David. *Territory: a short introduction*. Pondicherry: Blackwell, 2005.
- ESCOLA Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (Org.). *O território e a vigilância em saúde*. Christovam Barcellos, Luisa Iñiguez Rojas. Rio de Janeiro: Fiocruz/EPSJV/Proformar, 2004.
- EVIA, Gerardo. La Republica de la Soja: Las alegorias de la globalizacion. Disponível em: <<http://www.agropecuaria.org/analisis/EviaRepublicaSoja.htm>>. Acesso em: 12 fev. 2006.

- FERNANDES, Bernardo Maçano. *MST: formação e territorialização*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- FERNANDES, Bernardo Maçano. *A Formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- FERNANDES, Bernardo Maçano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais. *Observatorio Social de América Latina*. , v.16, p.273 – 284. Buenos Aires: CLACSO, 2005.
- FERNANDES, Bernardo Maçano. Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, Antônio Márcio (Editor). *Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil*. Campinas: Unicamp, 2007.
- GOTTMANN, Jean. *The significance of territory*. Charlottesville: The University Press of Virginia, 1973.
- HARVEY, David. *O Novo Imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2004.
- LEFEBVRE, Henry. *The production of Space*. Cambridge, Mass.: Blackwell Publishers, 1991.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. *Atlas dos Territórios Rurais*. Brasília: MDA, 2004.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. *Bases da Formação Territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no "longo" século XVI*. São Paulo: Hucitec, 2000.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Barbárie e Modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. In: *Revista Terra Livre*, São Paulo, AGB, n. 21, p.113-156, 2003.
- PALAU, Tomás et al. *Los Refugiados del Modelo Agroexportador: impactos del monocultivo de soja en las comunidades campesinas paraguaya*. Asunción: BASE: Investigaciones Sociales, 2007.
- PEET, Richard. *Geography of Power: the making of global economic policy*. London: Zed Books, 2007.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *De Saberes e de Territórios – diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana*. Niterói: 2006.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *As Conseqüências Sociais e Ambientais da Prioridade ao Monocultivo*. Niterói: 2007.
- RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo: Editora Ática, 1993.
- SANTOS, Milton. *Metamorfose do Espaço Habitado*. São Paulo: Hucitec, 1988.
- SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SANTOS, Milton. SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro – São Paulo: Record, 2001.
- SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. In: *Território Territórios*. Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense – Associação dos Geógrafos Brasileiros. Niterói, 2002.

- SANTOS, Milton. *Testamento Intelectual*. São Paulo: UNESP, 2004.
- SAQUET, Marcos. *Abordagens e concepções de território*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- SCHEJTMAN, Alexander. BERDEGUÉ Julio. *Desarrollo Territorial Rural*. Santiago: RIMISP, 2003.
- SCHNEIDER, Sérgio. TARTARUGA, Ivan G. Peyré. *Do território Geográfico à abordagem territorial do desenvolvimento rural*. Trabalho apresentado nas Jornadas de intercambio y discusión: el desarrollo Rural en su perspectiva institucional y territorial. Buenos Aires: FLACSO – Argentina – Universidad de Buenos Aires/CONICET, 2005.
- SEARLE, John R. *Intencionalidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- SOUZA, Marcelo José Lopes. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: *Geografia: conceitos e temas*. CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo Cesar Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. (Orgs.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- TORRES, Ana Teresa. *Territorios Eróticos*. Caracas: Editorial Psicoanalítica, 1998.

FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: CAMPONESES *VERSUS* AGRONEGÓCIO

ROSEMEIRE APARECIDA DE ALMEIDA
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

INTRODUÇÃO

Inicialmente é preciso esclarecer que este artigo reflete, em parte, o debate da Mesa “EDUCAÇÃO DO CAMPO E PRÁTICAS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL”¹ que aconteceu durante o III Simpósio de Geografia Agrária, IV Simpósio de Geografia Agrária e Jornada Orlando Valverde. É preciso, ainda, destacar que não se tem a pretensão de fazer resgate das questões suscitadas na referida Mesa, mas, sim, pensar a partir dos debates sinalizados. Lembrando que a iniciativa de criar este espaço de reflexões, específico do IV Simpósio de Geografia Agrária no qual se introduziu temáticas fundamentais para compreensão do campo brasileiro, teve como mote a participação de camponeses e lideranças diretamente envolvidas com a questão da luta pela/na terra.

Pensando no tema proposto nesta Mesa², que enfoca a dinâmica das diversas frentes de luta que se abrem a partir da conquista da terra, vou aproveitar a posição de autora e definir como centro da questão a necessária distinção entre Campesinato e Agronegócio. Como forma de dar clareza a esta distinção, apresento um exercício em duas escalas: do Estado e do Município, em que analiso a estrutura fundiária e a dinâmica da agricultura no Mato Grosso do Sul, na busca de evidenciar que a importância da reforma agrária (isto é, dos assentamentos) se faz no contraponto à insustentabilidade da grande propriedade.

¹ Não é objetivo deste artigo considerar as nuances e debates que cercam o termo ‘Desenvolvimento Sustentável’, mas, sim, utilizá-lo como pretexto para pensar os rebates territoriais das formas distintas de (re)produção no campo, quais sejam, a camponesa e a capitalista.

² A referida mesa cuja temática foi “Educação do Campo e Práticas de Desenvolvimento Sustentável”, aconteceu no dia 11 de outubro de 2007 na cidade de Londrina/PR, sob minha coordenação.

Por conseguinte, o exercício parte do pressuposto de que Educação do Campo e Práticas de Desenvolvimento Sustentável se dão pautadas em lógicas distintas no que se refere às relações sociais emanadas da grande propriedade capitalista. Ou seja, elas são possíveis quando pensadas na lógica da propriedade camponesa, da *terra de trabalho*, da terra enquanto *morada da vida*.

Portanto, vale pontuar alguns debates protagonizados pelos participantes da referida Mesa e que sinalizam para esta distinção e ressaltam importantes conquistas da luta na/pela terra e que, por outro lado, abrem para contradições próprias de quem faz da história um movimento.

Neste sentido, merecedor relevo teve a exposição referente aos caminhos do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA enquanto conquista política dos camponeses na construção de uma política pública de Educação do Campo. Idealizado em 1997, após o massacre de Eldorado dos Carajás/PA e tendo como pano de fundo os dados do “I Censo da Reforma Agrária”, que na época confirmou que no campo estavam os maiores índices de analfabetismo e os piores de escolarização, o PRONERA foi efetivamente conquistado pelos movimentos sociais, em especial o MST, em 17 de abril de 1998³.

O PRONERA atua em quatro ações, a saber: ação de educação de jovens e adultos; alfabetização (primeira a quarta série do ensino fundamental) e escolarização (quinta a oitava série do ensino fundamental); cursos de nível médio e técnico; nível superior. A verdadeira dimensão de seu alcance aparece quando contabilizamos sua geograficidade, ou seja, o programa está presente em todos os Estados da federação por meio de convênios com universidades estaduais e federais, escolas técnicas federais, secretarias de Estado da educação, associações. Nos últimos anos, avançou para muito além das ações de alfabetização de jovens e adultos e da escolarização; o resultado desta expansão pode ser sentido em números, logo que são sete cursos de graduação para assentados nas melhores universidades do país, são eles: Agronomia, Letras, Pedagogia, História, Geografia, Direito, Gestão e Administração e um de Especialização em Educação de Jovens e Adultos.

Todavia, esta expansão parece carregar um paradoxo, logo que ela acontece enquanto conquista dos trabalhadores, porém dentro do aparelho do Estado, uma vez que o programa é lotado no Ministério do Desenvolvimento

³ Dia simbólico para todos trabalhadores do Brasil e do campo da luta pela reforma agrária.

Agrário (MDA). Por outro lado, este aparente paradoxo dos movimentos sociais nos obriga também a pensar as margens de manobra que se abrem na diferença entre Estado e governo. E, mais, que se o Estado é estrutural, aparelho ideológico de manutenção da ordem, o governo é conjuntural e, portanto, passível de captura por meio de brechas que vão se abrindo na correlação de forças. A despeito dos dilemas que a presença dos movimentos sociais no atual governo traz, o PRONERA tem se concretizado como vitória dos movimentos sociais na luta para impor mudanças na estrutura da educação brasileira, podendo, por isso, ir muito além das políticas conjunturais de governo.

Queria falar um pouco sobre o significado político que tem hoje o PRONERA. Ele é um espaço conquistado pelos movimentos sociais em luta pela reforma agrária pra dentro do Estado, então não é um programa que alguém tirou da cartola e inventou, eu acho que essa é a natureza do PRONERA. Ele dialoga um pouco com aquela idéia que a gente tem afirmado muito, que é ocupar todos os espaços onde a gente possa disputar. Disputar política é disputar aquilo que é estratégico pra nós. E o que é estratégico pra nós? Estratégico pra nós é que os camponeses organizados, em luta, em movimento, constroem espaços territoriais também no terreno da política pelas suas lutas. Está é uma grande contribuição, é uma grande diferença do PRONERA, é que os movimentos ajudaram e elaboraram o conteúdo dessa política, e estão na gestão compartilhada desse projeto sem necessariamente serem cooptados pelo Estado e sem necessariamente agirem com pragmatismo de quem se vende justamente porque mantém um pé. Embora ajudem a elaborar política, não deixam de fazer a luta que tem que ser feita pra alargar o espaço e o limite que a política, às vezes, impõe. Então está é uma condicionalidade pra gente atuar no campo da estratégia. Acho que outro significado que o PRONERA tem é exatamente esse de escolarizar e formar os quadros técnicos e políticos dos movimentos sociais, educadores e educadoras, camponeses e camponesas, com a finalidade de assegurar as condições para sua autonomia intelectual e política.⁴

Igualmente enriquecedor foi o debate em torno da luta pelo acesso e permanência na terra e as experiências de projetos de desenvolvimento lo-

⁴ Clarice Aparecida dos Santos é pedagoga, especialista em Educação do Campo e Desenvolvimento pela UNB, mestranda em Educação do Campo na área de políticas públicas. Servidora do INCRA na coordenação do PRONERA. (Transcrição *ad litteram* retirada da gravação da palestra). Londrina, Out/2007.

cal que este estradar tem permitido. Situação exemplificada pelo Centro de Produção, Pesquisa e Capacitação do Cerrado – CEPPEC, localizado no assentamento Andalúcia em Nioaque/MS na região da Serra de Maracajú. A iniciativa de criar um projeto centrado na biodiversidade do cerrado como forma de geração de renda por meio do extrativismo surge de forma embrionária em 1997, fruto da relação UFMS e assentados do projeto Andalúcia. Atualmente são 40 famílias que fazem parte da associação, cujo carro chefe da geração de renda tem sido a tecelagem de algodão (com corante natural), fios de nafaia (subproduto do bicho da seda), lã de carneiro e fibras vegetais na produção de bolsas, pastas, mantas e cachecoles. Como os produtos são feitos a partir dos recursos existentes no assentamento há um esforço no sentido do aproveitamento de sobras da agricultura (fibra de bananeira, capim de arroz, sementes, palha de milho) para produção e ornamento das peças. Praticam ainda o turismo rural e comercializam a castanha do Cumbaru (conhecido no cerrado como Baru), a farinha de jatobá, o pequi e a bocaiúva.

A busca por saídas econômicas que rompam com a tradicional “bacia leiteira” como caminho único dos assentamentos no Mato Grosso do Sul está na raiz constitutiva do CEPPEC, pois além de gerar renda no campo propicia, por meio do extrativismo, a preservação por meio do replantio de mudas. Valorizando assim as riquezas do cerrado, numa região ainda abundante em espécies nativas.

A experiência de projeto do CEPPEC põe em discussão uma questão importante para a reforma agrária, qual seja: a luta política aliada à geração de renda no campo de forma agroecologicamente sustentável.

O CEPEC também foi implementado no assentamento Andalucia como proposta para solucionar um dos problemas que é a evasão da juventude do campo, porque a maioria dos assentamentos na região estão ficando só os velhos nos assentamentos. A juventude normalmente se sente até envergonhada por dizer que são jovens rurais, jovens assentados. A falta de política de desenvolvimento, de intercâmbio de cultura pros assentamentos leva os jovens a sonhar com o mundo lá fora, com o que a mídia apresenta. E isto é preocupante, porque nós estamos pretendendo trabalhar na terra, nós conquistamos esta terra pra que ela amparasse nossos filhos e nossos netos. Não no sentido deles terem que ficar a vida inteira como nós, trabalhando no cabo na enxada, assim como a Clarice disse que é a lógica passada para os agricultores. Mas

que eles estudem, que eles valorizem o espaço onde vivem, que reconheçam que esse espaço tem valor e que eles desenvolvam ali atividades que possam acomodá-los e que possa trazer um sentimento de bem estar no lugar onde eles vivem. São cursos de capacitação pelo CEPPEC que o assentamento trouxe para os condutores de visitantes no assentamento [turismo rural] visando despertar, então, a atenção da juventude para as belezas que existe na fauna, na flora, e isso teve um resultado positivo, fez com que vários jovens hoje tenham prazer, tenham satisfação, tenham orgulho de dizer que eles são do assentamento⁵

A contribuição da camponesa catarinense Justina Cima, representante do Movimento das Mulheres Camponesas – MMC, foi ímpar. Tanto pela sua vida dedicada à militância como pela clareza com que situa a luta pela Educação do Campo e a luta pela Geração de Renda. Ou seja, ambas precisam ter como pressuposto a luta de classes, o enfrentamento político no marco da distinção camponeses *versus* agronegócio. Suas palavras, pela lucidez típica dos engajados, dispensa sintetizações ...

A luta pelo acesso à educação, ela é uma luta que com certeza vai ter que ser construída como uma luta anti-capitalista. Não dá pra se discutir a inclusão social, não dá pra se discutir a educação para todos, não dá pra ser discutida a distribuição de renda, sem discutir reforma agrária, sem discutir a igualdade de gênero, enfim, um pouco nesse sentido. [...] Há uma outra questão que eu nesse momento só quero reforçar, porque com a participação da Clarice e com a participação da Rosana, isso ficou claro. Para nós dos movimentos sociais e também para quem está nas universidades, tanto os estudantes, quanto os professores, pra se discutir a educação do campo, nós temos que entender as duas correntes que existem no campo. A corrente do latifúndio, do cultivo de exportação, e a corrente da agricultura camponesa, que trabalha centralmente a questão do sustento, da renda do produto e do alimento saudável, de abastecer principalmente o mercado brasileiro. Então se nós não fizermos esse debate, nós estaremos formando técnicos, veterinários que vão acabar indo na lógica do estudo do mercado e sem fazer a leitura do estudo pra promoção da igualdade, pra promoção da distribuição de

⁵ Rosana Claudina da Costa Sampaio é agricultora familiar assentada no projeto Andaluçia em Nioaque/MS. Artesã e agente de Desenvolvimento Rural e Sustentável em Comunidades. Presidenta do CEPPEC. (Transcrição *ad litteram* retirada da gravação da palestra). Londrina, Out/2007.

renda, pra ter uma dignidade melhor no campo. Então, o grande debate no campo, é o debate de que além de ir pra universidade, além de ir para a escola, temos que nos preocupar com que nós vamos estudar, que profissionais nós vamos formar. Com que posição, com que clareza, que concepção, com que objetivos de vida nós vamos formar esses, essas pessoas? E o grande desafio é demonstrar na verdade essa questão da valorização da pessoa humana, do ser humano que tem a capacidade de pensar, de pensar o planeta como um todo, de pensar o futuro, a sustentabilidade, a distribuição de renda, a comida para toda a população. E pra nós mulheres então, as camponesas, como nós lidamos diretamente no cotidiano, como na vida, desde a questão da reprodução humana, desde botar na mesa a comida, pois dentro da sociedade patriarcal, com o acúmulo de tarefas sobre as mulheres, sentimos com mais intensidade ainda de irmos para a luta, para o enfrentamento.⁶

CAMPESINATO *VERSUS* AGRONEGÓCIO

Primeiramente penso que é importante destacar o marco teórico: estou entendendo os assentados como parte do campesinato brasileiro, classe distinta daquela que é conhecida como agronegócio. Por outro lado, não podemos esquecer (como ensinou Teodor Shanin⁷) que falar em classe é apenas uma es-tenografia conceitual, porque é no trabalho empírico que entendemos o *fazer-se* da classe e demonstramos e definimos quem são os camponeses.

Falar em campesinato é remeter a uma classe social que possui caráter dúplice no processo social: é ao mesmo tempo proprietária de terra e dona da força de trabalho. É bom lembrar, também, que esta classe social é bastante heterogênea no campo brasileiro, ou seja, tem forte caráter regional podendo ser reconhecida nos colonos do sul (origem do MST), no caipira do interior paulista, nos seringueiros, nos ribeirinhos, nos indígenas, nos remanescentes de quilombos, nos meeiros, nos posseiros, nos assentados, enfim, é bastante peculiar. Outro marco fundamental na conceituação do campesinato diz respeito à sua contradição enquanto classe social no modo de produção

⁶ Justina Cima, camponesa de Chapecó/SC, membro da diretoria nacional do MMC – Via campesina. (Transcrição *ad litteram* retirada da gravação da palestra). Londrina, Out/2007.

⁷ Fala pronunciada na mesa de encerramento do “III Simpósio de Geografia Agrária, IV Simpósio de Geografia Agrária e Jornada Orlando Valverde”, na cidade de Londrina em out/2007.

capitalista. Portanto, para entender sua (re)criação, é preciso considerar que o desenvolvimento do capitalismo no campo, ao mesmo tempo em que cria as relações capitalistas de produção cria e recria, contraditoriamente, relações não-capitalistas de produção aqui exemplificadas pelo campesinato. Logo, o campesinato se apresenta como condição social oposta a do agronegócio, este entendido como expressão máxima da *terra de negócio*, já exemplarmente definida por Martins (1991) enquanto oposição a *terra de trabalho* do camponês.

E a gênese do agronegócio? O agronegócio não é novo, seu ideário é fruto da Revolução Verde ou Modernização da Agricultura como alguns denominam. O novo aí, se podemos chamar de novo, é que ele agora aparece como categoria homogeneizadora⁸. Com isso o latifúndio perde o foco, este que num passado recente era no imaginário nacional uma espécie de *persona non grata*, o próprio MST o elegeu como inimigo central no “IV Congresso Nacional”, em 2000, por meio do lema de luta da época: “Por um Brasil sem Latifúndio!”. O problema é que nesta pseudo transformação em borboleta, acaba-se por produzir uma espécie de blindagem do latifúndio esquecendo que o agronegócio, na essência, não difere deste, logo que sua base de sustentação continua sendo rentista, pois o orgulho da nação (em que se transformou o latifúndio travestido de agronegócio) se nutre de violência, de super exploração do trabalho, do fundo público⁹, para assim se colocar como eficiente economicamente a partir da aliança terra-capital.

Grosso modo, podemos dizer que a lógica camponesa se centra na tríade família, trabalho e terra, enquanto a lógica do agronegócio no lucro e na renda. Daí o conflito permanente gerando um campo em disputa e cabe à sociedade saber de que lado vai ficar.

Portanto, para que a oposição campesinato *versus* agronegócio tenha sentido, é preciso partir do pressuposto de que estamos falando de relações sociais de produção inteiramente opostas que, por sua vez, produzem lógicas de reprodução distintas.

⁸ Questão exemplarmente apontada pelo Prof. Dr. Luis Antonio C. Norder em mesa que participamos no “II Seminário Temático de Geografia do Norte do Paraná”, na cidade de Londrina em Junho de 2007, quando então destacou que na contabilidade produtiva do agronegócio entram, não raro, até os camponeses.

⁹ O plano safra 2007/2008 anunciado pelo governo teve 58 bilhões destinados para o Agronegócio e 12 bilhões para a Agricultura Familiar com redução de juros anuais de 8,75% para 6,75%.

A FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE E A LÓGICA DA DISTINÇÃO: UMA LEITURA DO CENSO AGROPECUÁRIO DO MS (1995/96)

A conseqüência prática destas lógicas distintas pode ser apreendida no estudo do Censo Agropecuário 1995/6. Por meio dele é possível evidenciar o *modus operandi* do agronegócio, uma análise já consagrada por Oliveira (2003) em termos de Brasil, mas que no Mato Grosso do Sul tem suas especificidades. Posto que, neste Estado, a pequena propriedade teve pouca oportunidade de se estabelecer e o latifúndio se uniu velozmente ao agronegócio, um dando sobrevida ao outro. Logo, temos no MS uma estrutura fundiária das mais concentradas do país, só comparável com o Estado de Tocantins. E o preço social fica explícito quando olhamos: o que produzem? Como produzem? Quais as conseqüências socioambientais destas práticas? Penso que este debate é fundamental porque há muitas controvérsias entre os estudiosos da agricultura brasileira, a principal delas diz respeito a quem de fato tem participação mais expressiva na produção agropecuária do país. O resultado prático disso tem sido a contraposição: pequena unidade de produção (camponeses) *VERSUS* grande unidade de produção (agronegócio).

No entanto, apesar da relevância deste debate, o caminho que tomo é outro, qual seja, conhecer os dados do Censo e ir além para não cair na armadilha produtivista – do quem produz mais? Este ir além neste caso é discutir a função social da propriedade que vai além da produtividade, pois inclui preservação ambiental, observação da legislação trabalhista e do bem-estar daqueles que nela labutam, assim como de suas famílias. Considero também que a essência/espírito da lei da função social pode ser resumida na pergunta: A quem beneficia?

Portanto, no debate para superação dos muitos mitos embalados “*pela política vitoriosa de exportações de commodities do agronegócio*” (ancorada na estimativa da safra 2006/2007 que é de 133 milhões de toneladas de grãos), não devemos perder de vista a discussão da função social, principalmente no Centro-Oeste que tem sido palco da aliança cerrada da terra com o capital do monocultivo (soja, cana e eucalipto).

Vamos iniciar a análise pela estrutura fundiária de MS. Ela serve para comprovar o tamanho do agronegócio e para confirmar aquilo que Fabrini (1996) costuma afirmar: “*O MS já nasceu concentrado, houve pouca chance*

para a pequena unidade de produção”. Marisa Bittar, historiadora, consagrou em sua tese de doutorado a frase “*um Estado para si*” quando afirmou que a criação do MS, em 1979, representou a materialização do desejo da classe dos proprietários de terra de criar um Estado onde pudessem exercer plenamente o projeto de poder.

Como já dito, para pensar o campesinato não basta apenas analisar o tamanho da área, mas fundamentalmente as relações de produção. Mas como no Brasil “tamanho é documento e poder” (aí reside o sentido da luta dos movimentos sociais para aprovar uma Lei que limite o tamanho da propriedade), precisamos conhecer a dimensão do problema, ou melhor, a razão de ser da questão agrária brasileira. No quadro 01 estamos utilizando a metodologia de Oliveira (2003). Nela, segue-se o critério do INCRA para definição de pequena unidade (1 até 4 módulos fiscais), média (acima de 4 a 15 módulos) e grande (acima de 15 módulos), porém utiliza-se a média entre o menor (5 ha/Brasília) e o maior módulo no Brasil (110 ha/Corumbá).

Quadro 1: Estrutura Fundiária – MS – 1995/96

Grupos de Área Total	Censo Agropecuário (1995/96)				
	Nº de Estabelecimentos	%	Área (ha)	%	Área Média (ha)
Pequena – menos de 200 ha	31.137	62,0	1.270.725	4,11	40,81
Média – menos de 2000 ha	14.584	29,51	10.046.934	32,47	688,90
Grande – 2000 ha e mais	3.527	7,14	19.625.115	63,42	5.564,25
Sem Declaração	175	-	-	-	-
Total	49.423	100	30.942.772	100	-

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 1995/96. Org.: Kudlavicz, 2007.

O cruzamento dos dados pela CPT tem revelado que o crescimento das ocorrências de conflitos de terra e, portanto, violência, tem relação com a expansão do agronegócio, pois o conflito tem sido maior nas áreas de domínio da agricultura capitalista, basicamente porque este tipo de atividade é concentrador da terra e pratica uma *agricultura sem agricultores*. O MS é um exemplo cabal desta coincidência espacial como revelam os quadros 2 e 3. Ou seja, nele predomina e historicamente se mantêm os conflitos, principalmente se tomamos como referência o período 1997- 2006, nele a média anual de conflitos registrados no Estado é de 41,1. Situação a confirmar que nos campos sul-mato-grossenses a violência tem aumentado par a passo com a expansão do agronegócio.

Quadro 2: Centro-Oeste – Síntese das Ocorrências dos Conflitos por Terra 2006

Região	Ocupações	Famílias	Acamp.	Famílias	Conflitos	Famílias	Total de ocorrências	Total de famílias
CENTRO OESTE								
DF	3	500	1	150	4	395	8	1.045
GO	13	1.530	1	4	15	1.531	29	3.111
MS	22	3.700	6	2.870	19	8.621	47	15.191
MT	4	870	-	-	31	5.554	35	6.424
Subtotal	42	6.600	8	3.070	69	16.101	119	25.771
Total/BR	384	44.364	67	10.259	761	86.027	1212	140.650

Fonte: CPT, 2007.

Quadro 3: Conflitos agrários no Estado de Mato Grosso do Sul (1997 a 2006)

Ano	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Conflitos	36	71	101	71	36	20	28	62	53	47
Famílias	6.534	13.826	12.943	9.427	2.998	3.271	7.681	13.201	6.732	15.191

Fonte: CPT, 1986 – 2006. Org: Juliana Mota, 2007

Na distribuição dos plantéis (quadro 4), evidencia-se a presença da pecuária nas grandes e médias unidades de produção; por outro lado, a hegemonia dos pequenos vai se pronunciar na produção de suínos e aves. Atualmente o Estado que tem uma população de 2.264.468 habitantes já possui, segundo a Produção Pecuária Municipal-PPM 2005, um rebanho de 24.504.098 cabeças, o segundo maior rebanho do país, porém os municípios de Corumbá e Ribas do Rio Pardo no MS lideram o ranking nacional, o primeiro com 1.957.141 e, o segundo, 1.340.646 cabeças. Para comemorar o feito, Ribas do Rio Pardo colocou na entrada da cidade um Boi nelore, é a cidade dos bois. Situação compreensível na ótica do latifúndio, basta dividir a população do município (19.159 hab.) pelo rebanho, tem-se a média de 70 bois por habitante – expressão máxima da lógica sul-mato-grossense do “*boi olhando gente*”. Neste escalada de número, é interessante lembrar que em 2000 o Índice de Desenvolvimento Humano/Municipal – IDH-M de Ribas do Rio Pardo era de 0,734 (42º no ranking estadual – 78 municípios).

Vale destacar a conversão do poder econômico para o político, e vice-versa, que este desempenho pecuário vem permitido a classe dos proprietários de terra no Mato Grosso do Sul. Ou seja, os representantes dos pecu-

aristas possuem uma eficiência política inquestionável no Estado, tanto na composição política do legislativo como no executivo; aliás, eles têm sua própria “*bancada do agronegócio de Mato Grosso do Sul*”. Igualmente no cenário nacional, ao eleger o presidente da Associação Brasileira dos Criadores de Zebu (ABCZ) e efetivar o escritório regional em Três Lagoas. Merece destaque ainda como sinônimo de organização a presença atuante desde seu nascedouro do Movimento Nacional dos Produtores – MNP, organização ligada a ABCZ, CNA, SRB, hoje o principal oponente, junto com a FAMA-SUL, dos movimentos de luta pela terra no MS.

Quadro 4: MS – Distribuição de Plantéis

	Pequena %	Média %	Grande %	Sem declaração (%)	Total
Bovinos	6,10	41,06	52,26	12.654	19.754.356
Bubalinos	1,27	32,76	65,97	-	10.799
Eqüinos	18,23	43,71	39,56	217	318.140
Asininos	10,15	38,26	56,34	-	3.319
Suínos	48,20	32,73	19,04	158	508.813
Ovinos	12,78	55,21	31,97	146	346.431
Aves (cabeças/mil)	83,26	15,23	1,50	3	10.971

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 1995/96. Org.: Kudlavicz, 2007.

A leitura do quadro 5 contribui para desfazer as mistificações que cercam a pecuarização do Mato Grosso do Sul como sinônimo de desenvolvimento, uma vez que, apesar do expressivo rebanho já apontado pelo Censo 1995/6, a pecuária não aparece como fonte decisiva na arrecadação de ICMS no Estado, ao contrário.

Quadro 5: Arrecadação Anual de ICMS por Atividade Econômica (2000) – MS

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS DE 2000 (R\$)	%
Comércio	617.030.204	59,5
Serviços	174.470.505	16,8
Agricultura	97.491.522	9,4
Pecuária	89.677.422	8,6
Indústria	34.838.797	3,3
Eventuais	23.652.265	2,4
TOTAL	1.037.160.715	100

Fonte: Secretaria de Estado de Receita e Controle/MS, 2002.

Quando mudamos o foco da análise e nos centramos na produção dos alimentos que compõem a cesta básica da população brasileira (como mostra o quadro 6), a lógica concentracionista do agronegócio no MS é evidenciada. Nesta lógica o que importa é o lucro e a renda e o boi parece servir “*mais é pra esconder a terra*”. Quando o assunto é comida, são os pequenos produtores quem têm importância decisiva.

Quadro 6: MS – Produção de origem animal

	Pequena %	Média %	Grande %	Sem declaração	Total
Leite/litros /mil	44,06	43,81	11,12	694	371.911
Ovos/dúzias/mil	86,13	11,28	2,56	6	18.810
Mel/tonel.	50,41	21,95	2,43	30	123
Queijo/requeijão/tonel.	37,31	48,44	14,23	-	3.111

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 1995/96. Org.: Kudlavicz, 2007.

O mesmo raciocínio aplica-se aos quadros 7 e 8. Neles, saltam aos olhos o *modus operandi* do agronegócio, qual seja dirigir-se para atividades nas quais a renda e o lucro estejam garantidos. Logo, a presença quando não predominante, significativa, da grande unidade de produção nas lavouras de cana, eucalipto e soja. Sendo o caso da cana excepcional, uma vez que é extremamente concentrada no MS, pois 70,5% da produção encontra-se nos estabelecimentos acima de 10 mil ha e pertence a 6 produtores ou 0,9% dos informantes, ou seja, até entre eles há monopólio.

Quadro 7: MS – Distribuição do Volume de Produção – Lavouras Temporárias

Produção (Ton.)	Pequena %	Média %	Grande %	Total (Ton.)
Algodão em car.	22,85	29,45	47,70	76.708
Arroz em casca	24,47	49,55	25,99	162.392
Cana de açúcar	2,28	18,77	79,09	5.160.330
Mandioca	57,43	36,57	6,00	244.545
Trigo	21,16	64,22	14,63	34.619
Milho	14,56	52,64	32,80	1.328.032
Soja	13,69	55,36	30,96	1.796.994
Quiabo	93,70	5,55	1,15	349
Alface	95,48	2,65	1,92	3.339
Cenoura	87,54	10,51	2,03	1.180
Pepino	93,17	5,79	1,48	674

Pimentão	88,10	8,86	3,54	395
Repolho	94,58	3,57	1,85	1.513
Farinha de Mandioca	88,09	13,85	0,22	1.394
Feijão (2ª safra)	39,34	44,33	16,33	10.480

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 1995/96. Org.: Kudlavicz, 2007.

Quadro 8: MS – Distribuição do Volume de Produção – Lavouras Permanentes

Produção	Pequena %	Média %	Grande %	Sem declaração	Total
Banana/cachos/mil	52,47	40,92	6,67		1.515
Café coco/tonel	96,73	2,35	0,93		1.192
Laranja/frutos/mil	49,48	46,05	4,37	2	37.328
Erva-mate/tonel.	26,73	58,95	14,31		1.586
Eucalipto/mil árvores	0,45	7,95	91,61		150.039

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 1995/96. Org.: Kudlavicz, 2007.

Pois bem, nesta tarefa de pensar o desenvolvimento sustentável à luz do cumprimento da Função Social da propriedade, a questão da geração de empregos não pode ser ignorada. Deste modo, quando comparamos a pequena unidade camponesa com a grande unidade do agronegócio, nota-se que os estabelecimentos que possuem acima de 2.000 hectares somam 19.625.115 hectares e ocupam 42.847 pessoas, o que significa gerar um emprego a cada 458,02 ha. Por outro lado, os pequenos estabelecimentos possuem uma pessoa empregada a cada 13,45 hectares. Se pegarmos as propriedades que possuem acima de 5.000 hectares, elas representam 12. 289.940 hectares no MS e ocupam 14.498 de pessoas. Tem-se, então, a fabulosa equação: 847,69 ha por pessoa empregada.

Quadro 9: Pessoal ocupado por grupos de área total (ha) – MS – 1995/96

Pessoal ocupado	Pequena %	Média %	Grande %	S/Declaração Nº	Total Nº
Responsável e membros não remunerados da família	71,45	22,79	5,53	296	105.055
Empregados permanentes	10,69	42,81	41,34	128	71.666
Empregados temporários	15,67	40,82	30,60	49	20.498
Parceiros	63,58	26,48	6,70	29	895
Outros	39,29	37,27	23,44	1	4.594
Total Geral	46,58	32,03	21,13	503	202.709

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 1995/96. Org.: Kudlavicz, 2007.

Quadro 10: Pessoal ocupado por ha no MS – 1995/96

	Pequena %	Média %	Grande %	Total Geral
Total/Pessoal ocupado	46,70	32,11	21,19	202.709
Total/Área ha	4,11	32,47	63,42	30.942.772
Hectare por pessoa	13,45	154,72	458,02	152,65

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 1995/96. Org.: Kudlavicz, 2007.

Com as informações do quadro 11, a lógica do agronegócio se revela por inteiro, pois enquanto a grande unidade produz para a exportação, pratica uma agricultura sem agricultores e abocanha mais de 47% dos recursos públicos em financiamentos, os pequenos geram empregos, produzem comida e ficam com parques 15% do total dos recursos destinados ao financiamento agropecuário.

Quadro 11: MS – Financiamentos Obtidos

Ano	Pequena		Média		Grande		Sem Declaração	Total
	Valor/mil R\$	Valor %	Valor/mil R\$	Valor %	Valor/mil R\$	Valor %		
1995/6	30.000	15,67	70.068	36,60	91.184	47,63	205	191.457

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 1995/96. Org.: Kudlavicz, 2007.

Os incentivos fiscais no MS, por meio de leis que dão redução de até 67% do ICMS estadual para indústrias que se instalem no Estado, aliado a facilidades creditícias, tem sido o caminho por excelência da promoção do desenvolvimento do capital no campo. O Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO é, a partir de 1988, um importante órgão financiador de todo o pacote da “Revolução Verde” que acompanha o agronegócio, situação evidenciada nas cartas-consultas dirigidas a este órgão. Portanto, no FCO, também, as desigualdades de acesso são contundentes, como mostra o quadro 12.

Quadro 12: MS – FCO Rural: valores contratados (em % – 1998 a 2001)

Ano	Mini Produtor		Pequeno Produtor		Demais Produtores		Total	
	Quant.	Valor %	Quant.	Valor %	Quant.	Valor %	Quant.	Valor %
1998	167	7,3	281	19,4	550	73,3	998	100
1999	129	20,8	127	18,2	267	61,0	523	100
2000	100	4,2	141	15,0	400	80,8	641	100
2001	201	4,7	311	11,0	1.269	84,3	1.781	100

Fonte: Banco do Brasil. Org: Mizusaki, 2005¹⁰.

De posse destes dados, podemos afirmar seguramente que a grande unidade é eficiente para fazer pressão e garantir privilégios junto ao Estado. Logo, concordamos com aqueles que professam a insustentabilidade do agronegócio, uma vez que ele não é capaz de se garantir por si, ou melhor, pela sua propalada produtividade e modernidade. Ao contrário, para ser produtivo requer garantias políticas e econômicas por parte do Estado.

ASSENTAMENTO SÃO TOMÉ *VERSUS* FAZENDA SÃO TOMÉ: COMPREENSÃO DA FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE NA ESCALA DO LUGAR

Para discussão e superação do mito de que a grande unidade *is beautiful*, é eficiente, promotora de desenvolvimento sustentável, tenho trilhado outros caminhos na busca de investigar o processo em sua interioridade, utilizando, para isso, a escala da unidade territorial do assentamento. Esta entendida como lugar de vivência, espaço onde a totalidade, enquanto abstração, toma concretude.

Acreditamos na força político-pedagógica deste exercício por entender que o avanço do agronegócio do boi, da soja, do eucalipto, da cana, ameaça a Reforma Agrária no MS¹¹ e, portanto, a soberania alimentar. Portan-

¹⁰ O banco do Brasil classifica os produtores conforme sua renda. Na tabela do FCO, os mini são aqueles que possuem renda anual de até R\$ 40 mil. Já os pequenos, renda anual acima de R\$ 40 mil até R\$ 80 mil.

¹¹ Temos atualmente 158 projetos de assentamento no Estado, são 26.123 mil famílias assentadas em 606.478,53 ha.

to, apesar de não sermos pessimistas entendemos que há um limite para a Reforma Agrária no momento atual que é opção que o Estado, e parte da sociedade, tem feito pela agricultura capitalista. Por conseguinte, estamos vivendo um dilema ético e é preciso convocar a sociedade, a partir de um debate centrado no lugar, dando condições de percepção, por meio de pesquisas, de que a pequena unidade de produção é bonita e eficiente porque tem diversificação e não tem no lucro e na renda sua lógica primeira – essa é a perspectiva que se abre como superação do limite, ou seja, o debate em torno da função social da terra.

É por isso que vou apresentar um quadro comparativo que envolve duas situações sociais: a primeira refere-se a fazenda São Thomé cujos dados foram coletados junto à CESP. Por ser uma fazenda considerada produtiva, ela foi comprada pela CESP em 1999 e repassada ao governo do MS como medida reparadora no processo de formação do lago da UHE Porto Primavera, sendo posteriormente destinada a Reforma Agrária. A segunda, diz respeito ao assentamento São Tomé, sendo que as informações foram coletados por meio de pesquisa no período 2004/5.

Quadro 13: Laudo de Avaliação da Fazenda São Thomé – 1999

Nome	Fazenda São Thomé
Área	2.870,45 (+ excesso 43,62)
Ano – Município	Dez/1999 – Santa Rita do Pardo/MS
Valor das Terras	R\$ 2.077.726,65
Valor Unitário Médio das Terras	R\$ 713,00 ha
Valor das Construções (principais – 3 currais; 5 casas; 1 serraria; 32 açudes; 3 galpões; 2 poços artesianos; 2 reservatórios; rede elétrica; cerca)	R\$ 720.945,00
Valor das Culturas	R\$ 561.672,15
Valor Total Pago	R\$ 3.339.512,97

Fonte: Memorial Descritivo GL – CAD 9741 – CESP, 1999.

SITUAÇÃO COMPARATIVA: FAZENDA SÃO THOMÉ E ASSENTAMENTO SÃO THOMÉ

Quadro 14: Identificação

	Fazenda (1999)	Assentamento (2004/5)
Município	Santa Rita do Pardo/MS	Santa Rita do Pardo/MS
Proprietário	Família Magid	Camponeses assentados
Moradores	03 famílias – Empregados	110 famílias – 420 pessoas
Área (ha)	2.870,45 (+ excesso 43,62)	2.870,45
Utilização	Pasto (2.647,49 ha)	Agropecuária

Fonte: Memorial Descritivo GL – CAD 9741 – CESP, 1999. Almeida *et al*, 2007.

Na fazenda São Tomé, segundo relato do ex-funcionário Sr. Luis José da Silva, hoje também assentado, no ano de 1999 (data em que se realizou o Memorial Descritivo com a finalidade de aquisição da mesma por parte da CESP), o ex-proprietário desenvolvia a pecuária de corte, sendo que a maior parte da fazenda estava arrendada para este fim. E, segundo o Sr. Luis (e também o Memorial Descritivo), não havia atividade agrícola na fazenda. Em relação à pecuária, no auge da produção, a fazenda chegou a ter entre 1.000 a 2.000 cabeças de bovinos. No entanto, em 1999, ano de sua avaliação para fins de aquisição, havia aproximadamente 800 cabeças de bovinos (das quais 500 eram de arrendatário), 20 de eqüinos e algo em torno de 100 cabeças de ovinos. Em relação à criação de aves, no caso galinhas e perus, a fazenda possuía 95 cabeças como demonstra o quadro 15.

Já o plantel do assentamento, aqui considerado em volume de produção, ou seja, a produção conjunta 110 famílias assentadas na fazenda, compreende em média: 194 cabeças de eqüinos; 3.660 de aves; 322 de ovelhas; 370 de suínos; 4.004 de bovinos. Em relação à criação de bovinos, vale observar que em volume de produção os assentados são infinitamente superiores, justamente no tipo de atividade que é o carro chefe do agronegócio no bolsão sul-mato-grossense. E, mais, que em se considerando as informações verbais em relação ao número de cabeças à época da compra da fazenda, possivelmente seus índices de produtividade seriam questionáveis para fins de reforma agrária.

15 – Plantéis

Plantéis	Quantidade	
	Fazenda	Assentamento ¹²
ANO	1999	2004/5
Eqüinos	20	194
Aves ¹³	95	3.660
Ovelhas	100	322
Suínos	---	370
Bovinos ¹⁴	800*	4004

Fonte: Almeida *et al*, 2007. Org: Kudlavicz, 2007

Neste momento é importante destacar que a escolha deste assentamento para estabelecer a situação comparativa deve-se mais ao fato de se dispor de informações quantitativas, fruto de uma pesquisa que desenvolvemos nesta microrregião¹⁵, do que em função de possíveis condições favoráveis de implantação. Neste sentido, lembramos as condições precárias em que estas famílias foram assentadas. A evidência disso é que ficaram em situação emergencial durante todo o ano de 2001, o que na prática significa estar provisoriamente na área (só após este período é que foram definitivamente para os lotes e passaram oficialmente à condição de assentadas). Estar provisoriamente na área, é também receber uma assistência técnica e creditícia deficiente. Portanto definitivamente não se trata de um assentamento “modelo”. Todavia, mesmo em condições precárias, as famílias permanecem na terra e organizam suas propriedades, produzindo muito além do que dantes se tinha. Assim, na safra de 2004/2005, já é possível perceber o salto quantitativo e qualitativo, se comparada com a produção desta mesma área enquanto propriedade de um fazendeiro.

¹² A pesquisa no assentamento São Tomé foi realizada com 55 das 110 famílias, a partir desta amostra de 50% foi feita a estimativa para o restante do assentamento.

¹³ As aves da fazenda eram da família do Sr. Luiz José da Silva (conhecido como Luiz Manjar) – ex-funcionário, hoje assentado. Informação Verbal, 2007.

¹⁴ Das 800 cabeças, 500 pertenciam ao arrendatário. Na fazenda o gado era de corte.

¹⁵ Refiro-me a pesquisa intitulada “A composição de renda nos assentamentos de reforma agrária da microrregião de Três Lagoas/MS: análise das atividades agrícolas e não-agrícolas”, realizada no período de 2005 a 2007 e financiada pela FUNDECT.

Quadro 16: Produção de Origem Animal

Produção	Quantidade	
	Fazenda	Assentamento
Ano	1999	2004/5
Leite/L/Dia	-	4.918
Ovos/Duzia/Semana.	15	354

Fonte: Almeida *et al*, 2007. Org: Kudlavicz, 2007

Quadro 17: Volume de Produção – Lavouras

Produção	Quantidade	
	Fazenda	Assentamento
Ano	1999	2004/5
Cana/anapiê	140 touceiras	26 ha
Mandioca	4.350 pés	108 ha
Milho	-	120 ha
Algodão	-	122 ha
Feijão	-	72 ha

Fonte: Memorial Descritivo GL – CAD 9741 – CESP, 1999. Almeida *et al*, 2007. Org: Kudlavicz, 2007.

Além disso, há aproximadamente 10 hectares ocupados com plantas frutíferas e cultivo de horta por parte das famílias do assentamento. O que em termos comparativos significa dizer, por exemplo, que para os 12 pés de abacaxi da fazenda, o assentamento tem 9.616 como mostra o quadro 18.

Quadro 18: Total de pés ou covas por planta frutífera existente

Produção	Quantidade	
	Fazenda ¹⁶	Assentamento
Ano	1999	2004/5
Manga	30	456
Abacaxi	12	9.616
Coco	09	136
Mamão	17	1.222
Laranja	80	440
Banana	180	2.822
Goiaba	43	270
Caju	02	216

Fonte: Almeida *et al*, 2007. Org: Kudlavicz, 2007.

¹⁶ O pomar da fazenda foi cultivado pela família do Sr. Luiz Manjar – ex-funcionário, hoje assentado. Informação Verbal, 2007.

TECENDO CONSIDERAÇÕES

Buscando de certa forma a síntese do debate envolvendo o cumprimento da Função Social da Propriedade, entendido como elemento fundante do desenvolvimento sustentável, afirmamos que o assentamento (e a interminável discussão em torno de sua viabilidade) precisa ser entendido a partir de duas óticas: enquanto ativo econômico e ativo social.

Enquanto ativo econômico, ele significa distribuição de renda, pois permite que famílias antes condenadas à exclusão social sejam integradas, inclusive ao mercado de terras. Ou seja, conquistar um pedaço de terra é também passar a ter o domínio de um pedaço do planeta; logo, da possibilidade de auferir renda. Como ativo social permite a ressocialização destas famílias. Dizer isso significa referir-se ao acesso à educação, saúde, lazer, trabalho e aos mínimos vitais (que é a comida, como escrevia Antonio Candido), pois grande parte das famílias estava excluída dantes desta condição mínima de cidadania. Além do mais, o lote, enquanto unidade de produção, permite à família produzir seu próprio alimento, condição que por si é revolucionária (pois dá margem à emancipação). Aqui estou me referindo à economia doméstica própria da condição camponesa, ou seja, o camponês produz seus alimentos empregando mão de obra familiar. E isso é uma questão basilar neste tipo de economia, porém desprezada por aqueles que estão acostumados ao discurso da economia moderna, ou seja, do mercado.

A universalização das categorias contábeis das empresas capitalistas (como lucro, juros, renda, salário etc) parece estar relacionada à universalização simplista das condições particulares de vida dos profissionais de formação universitária: como pagam para adquirir e preparar os alimentos de que se nutrem, supõem que todo alimento só possa ser obtido por troca monetária. Um dos estilos de vida é assim erigido em o estilo de vida, sem que nada disto apareça explicitamente. (GARCIA JR., 1994, p. 89. grifo do autor)

Porém temos um grande problema, qual seja a expansão do modo industrial de produzir, ou melhor, do capital e sua acumulação geograficamente expansível. Em outras palavras, isso é o mesmo que dizer que as principais empresas que operam com grãos estão hospedadas no MS, por exemplo, a Cargill, a Bunge, a Syngenta, juntamente com as integradoras como a SEARA, em especial no sudoeste do Estado. É mister destacar o *modus operandi*

destas corporações, nas quais a fusão de capital ocorre a todo o momento. Logo, trata-se de um setor cada vez mais concentrado, atuante e em expansão na Região Centro-Oeste conhecido como *complexo* ligado a cadeia de produção formada por cereais, rações, suínos, carnes e industrializados.

Por outro lado, seu *boom* está sustentado pelo Fundo Público, que é a política de concessão de incentivos fiscais que o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul promove para as empresas como forma de atraí-las.

Deste modo, o Estado vai sendo fatiado segundo os interesses da aliança terra-capital. Na costa leste, temos a Internacional Paper/IP e a Votorantim/VCP plantando eucalipto e fazendo Workshop para criar uma “cultura florestal”. Na região dos Pantanaís sul-mato-grossenses temos a MMX. Esta empresa vai cultivar nos municípios de Nioaque, Anastácio, Guia Lopes e Jardim (entrada do Pantanal) 38.000 ha de eucalipto até 2016 para produção de carvão vegetal. Segundo informações, para uso exclusivo da indústria de ferro guza instalada em Corumbá¹⁷. E, claro, não se pode esquecer da nova/velha cana que se espalha por todo o MS. Atualmente, temos cerca de 80 mil ha plantados, mas o monocultivo da cana pode chegar a 900 mil ha em 2010 com a implantação de 31 novas usinas já autorizadas para funcionamento.

Portanto, o futuro traz um desafio para a Reforma Agrária, principalmente no MS, pois cada novo hectare de cana ou eucalipto plantado vai dando a oportunidade ao latifúndio de ser considerado produtivo perante a nossa velha legislação que define os índices de produtividade. Por outro lado, serve de isca para os pequenos, pois no atual modelo em que a agricultura camponesa não tem apoio, as corporações oferecem aquilo que chamam de parceria com o proprietário que é o arrendamento das terras: o capital industrial tem pagado na região de Três lagoas pelo ha arrendado R\$ 400,00. Se pensarmos em 20 ha neste preço, tem-se uma renda mensal de R\$ 666,66 e anual de R\$ 8 mil.

Ou seja, a penetração do capital nos campos sul-mato-grossenses gera um turbilhão no mercado de terras. A fim de exemplificarmos, destacamos que em 2003 o valor do ha em Três Lagoas era R\$ 1.200,00, entretanto com

¹⁷ Informações coletadas por Mieceslau Kudlavicz/CPT no Workshop promovido pela Votorantim em Três Lagoas/MS no ano de 2007. Disponíveis no documento: JOSE, Antonio. Sistema Corumbá – Programa de reflorestamento e suprimento de carvão vegetal. Três lagoas. Maio de 2007. 31 pgs. (Mimeografado).

a negociação entre a Internacional Paper e a Votorantim para construção em Três Lagoas da “*maior fábrica de papel e celulose do mundo*”, o valor do ha em 2005 passa a ser cotado a R\$ 3.713,00¹⁸. Sendo que, no entorno da cidade, onde a renda diferencial atua mais claramente, o ha varia de 60 a 100 mil reais, segundo informação verbal (INCRA – escritório de Três Lagoas). Especulação que não passou despercebida como atesta o relatório de terras do IFNP: “Em termos absolutos, o maior ganho ficou para os proprietários de terra de cerrado na região de Três Lagoas, que aumentaram seu patrimônio nestes doze meses em R\$ 248,00 por hectare.” (IFNP, 2007, p. 27).

Finalizo reiterando que o grande impasse do momento é o fortalecimento da aliança latifúndio e agronegócio, que visa, sobretudo, dificultar a Reforma Agrária plantando monocultivo. A perspectiva é o avanço do debate da Função Social da Propriedade em sua plenitude, pois neste campo os camponeses são fortes e necessários. Acredito que, embora a história do tempo presente seja pessimista, o futuro é otimista, uma vez que parte da sociedade, principalmente a excluída das benesses do capital, já entendeu a contradição do momento. E demonstra isso arrancando a soja transgênica da Monsanto e destruindo as experiências da Aracruz celulose.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Rosemeire A, KUDLAVICZ, Mieceslau. Uso e função social da terra no assentamento São Tomé. *III Simpósio Internacional de Geografia Agrária. IV Simpósio Nacional de Geografia Agrária. Jornada Orlando Valverde*. Londrina/PR, 2007. CD Room.
- ALMEIDA, Rosemeire A *et al.* *A composição de renda dos assentamentos de reforma agrária da microrregião de Três Lagoas/MS: análise das atividades agrícolas e não-agrícolas*. Três Lagoas, 2007. (Relatório de Pesquisa – Mimeografado).
- ALMEIDA, Rosemeire A. *(Re)criação do campesinato, identidade e distinção*. A luta pela terra e o *habitus* de classe. São Paulo: UNESP, 2006.
- ALMEIDA, Rosemeire A, KUDLAVICZ, Mieceslau. Produção e Qualidade De Vida nos Assentamentos do Município de Santa Rita do Pardo/MS. *XIV Encontro Sul-Mato-Grossense de Geógrafos*. Três Lagoas/MS, 2006. CD Room.

¹⁸ INSTITUTO FNP. **Análise do mercado de terras**. Relatório Bimestral. N. 003. Jan/Fev de 2005. Disponível em: <www.fnp.com.br>. Acesso em: 27 nov. 2007.

- ALMEIDA, Rosemeire A, KUDLAVICZ, Miecslau. *Documentário: Retratos de Assentamento*. Três Lagoas, 2007. 00h14min.
- BITTAR, Marisa. *Mato Grosso do Sul: do estado sonhado ao estado construído (1892-1997)*. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.
- FABRINI, João E. *A Posse da Terra e o Sem-Terra no Sul do Mato-Grosso do Sul: o caso Itaquiraí*. 1996. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.
- GARCIA JR., Afrânio. A geração de rendas, sua distribuição e trajetória diferenciais em assentamentos de reforma agrária no Brasil (1985-1989) comentários sobre o estudo da FAO. In: ROMEIRO, Adhemar *et al* (orgs.). *Reforma agrária, produção e renda*. Rio de Janeiro: Vozes/IBASE/FAO, 1994. p. 87-98.
- INSTITUTO FNP. *Análise do mercado de terras. Relatório Bimestral*. n. 03, jan./fev. 2005. Disponível em: <www.fnp.com.br>. Acesso em: 27 nov. 2007.
- JOSE, Antonio. *Sistema Corumbá – Programa de reflorestamento e suprimento de carvão vegetal*. Três lagoas. Maio 2007. 31 p. (Mimeografado).
- KUDLAVICZ, Miecslau. *Entrevista gravada com Luis José da Silva, ex-funcionário da fazenda e atualmente assentado no projeto São Tomé*. Santa Rita do Pardo/MS, 07 maio 2007.
- OLIVEIRA, Ariovaldo U. Barbárie e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. In: *Terra Livre*, ano 19, v. 2, n. 21, p. 113-156, jul/dez. 2003.

TRABALHO E TERRITÓRIOS EM DISPUTA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES^{1*}

ANTONIO THOMAZ JÚNIOR

Universidade Estadual Paulista – Campus de Presidente Prudente

Por onde Começar? Territórios em disputa!

A lógica da racionalidade instrumental das empresas, de modo geral, pulsa os elementos constituintes da reestruturação produtiva do capital que, por sua vez, planetariza/mundializa um conjunto articulado e simultâneo de procedimentos e estratégias, para garantir a exequibilidade da acumulação ampliada do capital, a monetarização das relações, dentro e fora do trabalho, e os patamares crescentes de produtividade e competitividade como mecanismo para rebaixar custos.

Para tanto, rompe com os contratos formais de trabalho, sistemas de segurança no emprego, colide frontalmente com os circuitos curtos de produção e consumo de produtos agrícolas, bem como o auto-consumo, com as práticas de vida comunitária e autônoma, mas não elimina as relações não capitalistas de produção²; aliás, o que desde há muito se defendeu (defende) – que, com o capitalismo, todo o tecido social seria (será) composto por capitalistas e operários assalariados – ainda não se confirmou (confirma).

¹ * Este texto é produto da nossa participação na Mesa-Redonda “Estado e legislação brasileira: embates e avanços no campo jurídico”, do III Simpósio Internacional de Geografia Agrária – IV Simpósio Nacional de Geografia Agrária – Jornada Orlando Valverde, realizado em Londrina, no período de 10 a 14 de outubro de 2007. Os temas e assuntos abordados são resultado do projeto de pesquisa “Território Mutante e Fragmentação da Práxis Social do Trabalho”, financiado pelo CNPq, alínea PQ e Ciências Humanas, e pelo projeto “Agronegócio e Conflito pela Posse da Terra em São Paulo: A Dinâmica Territorial da Luta de Classes no Campo e os Desafios para os Trabalhadores”, financiado pela Fapesp, alínea Auxílio à Pesquisa.

² Em Luxemburgo (1976), encontram-se análises preciosas sobre o tema da acumulação de capital, nas quais se demonstra toda a qualidade e irreverência de uma autora com grande capacidade e fôlego teórico e que dialoga criticamente, em alto nível, com a obra seminal de Marx, *O Capital*, à qual se mantém fiel.

Não obstante, percebe-se a intensa mobilidade do trabalho, no Brasil, diante do movimento constante de sua desrealização, que, por meio das diferentes *modalidades da informalidade*³ (parcial, temporário, domiciliar, subcontratado, terceirizado), se multiplica espacialmente por todos os quadrantes, à base de forte inserção feminina no mercado de trabalho, processo também denominado de *feminização* do trabalho⁴. O *outsourcing* se mundializou e atualmente prevalece, em detrimento do formato formal, com registro em carteira, também precarizado, todavia culturalmente garantido pela ideologia da segurança no trabalho, que alimentou as expectativas do pacto de classes, alicerçado após a Segunda Guerra, pelo capital, Estado e parcela hegemônica do movimento operário. Enquanto os trabalhadores organizados tentam se manter em atividade, a produção se desloca para os setores não-organizados, e a ênfase na informação e no conhecimento está inserindo em cena os trabalhadores em *call center* ou sob a inscrição do *teleworking*. Esse complexo quadro de relações nos cobra, efetivamente, novas compreensões e aprimoramento conceitual e teórico.

De fato, isso espelha a predominância, na base do edifício social, do modelo concentracionista de terra, renda e capital, aliás, nas últimas décadas, expressando crescimentos sintomáticos do processo social que rege e regula a sociedade do capital, em escala global.

Colocar em primeiro plano a estrutura de poder de classe, em torno da concentração da propriedade da terra, em nosso país, significa expor em escala de importância todo o histórico quinhentista de consolidação do latifúndio, como referência de gestão da terra e da estrutura de mando para todo o tecido social, a inexistência de políticas públicas de Reforma Agrária e projetos do Estado e dos governos que privilegiem alternativas de interesse dos trabalhadores, porém consolidam o projeto de sociedade fundado nas grandes empresas, na concentração fundiária e na exclusão social de milhões de famílias camponesas, e de trabalhadores que se vêem constantemente ameaçados, em conformidade com os interesses do capital e do Estado. Como já apontamos, em outro texto⁵, esse processo não tem sido entendido, porque os instrumentos teórico-conceituais estão distantes e desprivilegiam a práxis histórica, social e ontológica do trabalho.

³ Cf. ANTUNES, 2006.

⁴ Cf. NOGUEIRA, 2003.

⁵ Cf. THOMAZ JÚNIOR, 2006.

A ruptura dessa blindagem nos possibilitará acesso à dialética existente entre as dimensões material, imaterial e subjetiva do trabalho, portanto, não somente como esforço de retórica, mas como práxis efetiva para o exercício político e teórico-metodológico.

Assim, estaremos nos aproximando das identidades da classe trabalhadora e de toda ordem dos fetiches que lhe são intrínsecas, nas diversas condições de existência laborativa e de vida, e, particularmente, do ponto de vista das relações espaciais e das próprias experiências territoriais que estão na base da luta de classes.

Os desafios estão postos e o mais importante é assumirmos que há dificuldades para entender o que está se passando no interior da classe trabalhadora, especialmente no Brasil. As mutações no universo do trabalho reavivam as disputas territoriais e complexificam a própria estrutura das classes sociais. Isto é, reunimos, no conceito de universo do trabalho, os diversos mundos do trabalho (singulares, separados e desconectados), que nada mais indicam do que a crescente fragmentação do trabalho ou, mais propriamente, a fragmentação da práxis social do trabalho.

Essa lógica perversa do capital, em essência, retira, desqualifica, fragiliza, renega as alternativas que têm alguma vinculação e/ou fundamento com os propósitos de manutenção, reconstituição e fortalecimento das iniciativas autônomas dos trabalhadores.

O referencial marxista nos permite dispor de rico ferramental intelectual e político como investidura para entendermos a sociedade do capital e o capitalismo, no século XXI, e, conseqüentemente, as questões e os desafios que, na sua marcha histórica, põem-nos a repensar de forma radical a perspectiva societária socialista. É por esse referencial que guiamos nossas concepções e avaliações do universo do trabalho e das especificidades da classe trabalhadora, tendo, por conseguinte, assumido também que se faz necessário reconhecer os limites explicativos diante da realidade do trabalho do século XXI.

Assim, nossas atenções estão voltadas para as formas de realização do trabalho que expressam o conteúdo do movimento ininterrupto de (re)configuração geográfica da divisão técnica/territorial do trabalho, o qual se interdetermina na trama dialética da territorialização, da desterritorialização, da reterritorialização, seja nos campos, seja nas cidades, sem contar o fluxo constante entre essas duas dimensões espaciais, diante das complexas

tramas de relações que caracterizam a reestruturação produtiva do capital nessa virada do século XXI.

Os rebatimentos desse processo para o movimento sindical, camponês, operário e para os movimentos sociais, especialmente para as ações político-organizativas, e para o trabalho, de maneira geral, ocupam-nos nas nossas investigações individuais e no âmbito do Grupo de Pesquisa.

Não havendo restrição e pré-determinação no tocante à delimitação (prévia) do recorte territorial, dos assuntos de pesquisa, apostamos nos entrecruzamentos que podem revelar as clivagens, produto da divisão técnica/territorial do trabalho, os quais esvaziam a totalidade do ser que trabalha. Isto é, diante do trabalho já fragmentado (em categorias profissionais e corporações sindicais) e com as constantes mudanças de atividades e funções, bem como as materializações da despossessão, da precarização/informalização do trabalho e as formas específicas com que se explicitam na cidade e no campo, temos o propósito de apontar criticamente os elos perdidos e as (des)identidades do ser que trabalha. Inclui-se nisso o processo de reificação subjacente à externalização do trabalho, sob as diversas formas de estranhamento e subjugo (exploração, dominação, separação dos momentos da produção e da reprodução etc.).

Esse percurso que estamos fazendo e que orienta nossas ações investigativas sobre a “leitura” geográfica do trabalho, tem-nos possibilitado entender o sentido mais profundo do estranhamento como recurso analítico e explicativo de muita importância. Isto é, as travagens e as insuficiências para a realização do gênero humano, decorrentes das formas históricas de externalização/territorialização/apropriação do trabalho, são o que lhe dão fundamento enquanto categoria analítica.

É imperioso salientar que, se alienação, para Marx, tem o significado de algo ineliminável do homem, uma exteriorização da sua própria sociabilidade, o estranhamento se compõe dos obstáculos sociais, que, dadas as “formas históricas de apropriação do trabalho e também de sua organização por meio da propriedade privada, faz com que a alienação apareça como um fenômeno concêntrico ao estranhamento”.⁶

Podemos pensar, também, que a necessária vinculação entre o processo social (metabólico), ou à totalidade do sistema do capital e a manifestação

⁶ Cf. RANIERI, 2003.

territorial do fenômeno (do trabalho) é o que apóia e funda o estranhamento, e, no seu interior, a especificidade (do conjunto) das relações sociais.

A título de exemplo, quando consideramos o divórcio existente entre o trabalhador e seu trabalho, há aí a sintonia com o fetiche da mercadoria. No entanto, o que dá conexão com o estranhamento (nas suas diversas formas de externalização), para, em outro nível de realização do trabalho estranhado, reiterar a separação entre o trabalhador e sua *força de trabalho* é o próprio metabolismo do capital. Essa subordinação teórica das categorias é imprescindível para podermos compreender a teoria do valor, na razão direta da vigência dos paradigmas produtivos e as respectivas manifestações do fenômeno do trabalho, especialmente porque vivemos um momento histórico marcado por redefinições de grande amplitude, no interior da classe trabalhadora.

Se o estranhamento impossibilita ou dificulta a passagem dos *flashes* de luz que poderiam iluminar as contradições e o nefasto quadro de destruição das experiências de vida comunitárias e das organizações camponesas, também encobre o caos que se instala nos setores mais dinâmicos da economia, os quais vivenciam casos de aguda exclusão e de desrealização do trabalho. Em alguns países e regiões, esse movimento de desmonte do trabalho, após meados da década de 1990, particularmente nas cidades, está intensificando e ampliando a ruptura das habilitações/profissões encimadas à formalidade contratual, ou rompendo as *blindagens* da divisão técnica do trabalho fundada no modelo fabril/industrial.

Dessa forma, estaríamos repondo em questão a fluidez com que assalariados, desempregados, camelôs, camponeses, posseiros, autônomos, índios, refazem constante e intensamente o desenho societal da classe trabalhadora, extrapolando, inclusive, os rígidos limites entre o que é ser, num dia, servente de pedreiro, numa temporada metalúrgico, numa safra cortador de cana e, em outros momentos, ser ocupante de terra, saqueiro, camelô, isqueiro etc.

É essa constante remodelação de sentidos e significados do ser que trabalha e que no dia-a-dia se envolve na lavra que assumimos como objeto para focar o exercício da plasticidade expressa nas diferentes formas de realização do trabalho, tanto nos campos quanto nas cidades. O rico e instigante exercício teórico e conceitual presente nos assuntos que estamos desenvolvendo, no âmbito das nossas pesquisas, têm nos permitido ampliar e enriquecer os horizontes de compreensão sobre o universo do trabalho.

Isso vem comparecer de modo mais elaborado em “A Geografia do Mundo do Trabalho na Viragem do Século XXI”⁷, como exercício e não formulação acabada, as noções de plasticidade do trabalho e de classe trabalhadora, no Brasil do século XXI⁸, tendo pois, na pluralidade de sua composição os elementos compósitos dos desafios para entendermos o camponês, o operário, o trabalhador informal, o temporário etc., como parte integrante. De fato, a classe trabalhadora hoje, sob o jugo da financeirização, da reestruturação produtiva, é mais complexa e ampliada, o que exige de nós recursos analíticos capazes e condizentes para compreendermos a diversidade das suas formas geográficas.

Nesse momento, direcionamos nossos objetivos em torno da compreensão das capilaridades e dos vértices comunicantes do universo do trabalho e a plasticidade constantemente modificada (a depender da magnitude da precarização e do período do ano). Esse exercício exige que consideremos as mediações, as ligações dialéticas existentes e as múltiplas determinações do processo metabólico do capital, processo esse que reúne, sob seu comando, todas as esferas da convivência em sociedade: social, política, econômica, cultural etc.

É assim, então, que imaginamos haver uma íntima relação entre as redefinições que estão em marcha, no seio do movimento metabólico do capital e suas diversas e heterogêneas manifestações, nos campos e nas cidades. Se, no campo ou na cidade, o trabalho se encontra sob o foco constante e certo do capital, isto é, fragilizado, subsumido, apropriado, subordinado e dominado, a questão da emancipação social emerge e cobra de todos nós posicionamentos claros e comprometidos.

⁷ Esse texto nos possibilitou participar do IV Congreso Latinoamericano de Sociología del Trabajo, realizado em Havana (Cuba), no período de 8 a 12 de setembro de 2003. Depois de revisado e ampliado, esse texto foi direcionado e aceito para publicação, na *Revista Geosul*, v. 19, p.7 – 26, 2004.

⁸ Em momento anterior, por meio do texto “O Mundo do Trabalho e as Transformações Territoriais: Os Limites da ‘Leitura Geográfica’”, pudemos antecipar essas formulações, com o propósito de apresentá-las no IV Colóquio sobre Transformaciones Territoriales, ocorrido em agosto de 2002, em Montevideú. Num momento posterior, pudemos revisá-lo e dirigi-lo para publicação na *Revista Pegada*, v.3, n.1, 2002 (versões eletrônica e impressa), aceitando o convite do professor Ruy Moreira, para publicá-lo na *Revista Ciência Geográfica*, Ano IX, V. IX, de 2003.

Marx (1988), por meio de muita contundência, tentou implodir com as fragmentações, quando afirmava que o concreto é concreto por ser a síntese de múltiplas determinações. Quando declarou que a única ciência é a História, não estava defendendo isoladamente o fatiamento que, sob o ângulo positivista, é o regramento fundante do que se entende por conhecimento científico; ao contrário. Então, sob o referencial do materialismo histórico, propomo-nos tentar articular e fundamentar as diversas disciplinas numa perspectiva que apreenda essas múltiplas determinações do ser social, ou seja, apreender o real na sua plenitude, recolocar a relação sujeito-objeto. Essa nova epistemologia do saber só tem sentido quando está vinculada ao movimento social da classe trabalhadora, sob a perspectiva emancipadora, quer dizer, é imprescindível o vínculo orgânico e praxiológico.

Não nos é possível desprezar o horizonte institucional da formação acadêmica, mas, enquanto intelectuais orgânicos, participantes de discussões públicas e da luta política, sobrevivemos num campo tensionado entre academia e movimento social, espaço de reflexão crítica, para além das práticas disciplinares. Ao invés de implosão – no sentido de deixar de existir –, como pregamos em outros momentos, temos que nos posicionar para negar (supressão-conservação), para que, a partir desse estágio, seja possível avançar para outras formas de saber, a superar as práticas positivistas de ciência.

Os desafios vêm igualmente do próprio objeto, portanto não é apenas na esfera epistemológica, porém na dimensão ontológica, na forma de ser do desenvolvimento do objeto. Os fóruns interdisciplinares se adequam às exigências que vêm do objeto, não mais se amparam nos saberes disciplinares do século XIX.

Nesse sentido, não se trata de transdisciplinaridade, tampouco de interdisciplinaridade, mas da negação desse fatiamento disciplinar, na perspectiva crítica do materialismo histórico, sendo, por conseguinte, fundamental a nossa intervenção junto ao movimento social, pois é isso que vai diferenciá-la no cenário acadêmico e científico.

De fato, temos que superar os campos disciplinares, porque são limitantes. Temos que transgredir os limites da nossa formação acadêmica, pois o real sempre exige novos elementos de reflexão em outros campos do saber, até porque é recalcitrante às práticas acadêmicas, sem contar que a realidade não é um objeto cativo das disciplinas; é, por conseguinte, uma totalidade

concreta, um complexo de complexos, como nos lembra Lukács, e o que recortamos para estudar, por exemplo, o trabalho, como sendo Geografia do trabalho, Economia do trabalho, Sociologia do trabalho, são abstrações, são construções disciplinares.

Nossas atenções se voltavam e estão voltadas para a realidade da luta de classes como expressão da dinâmica geográfica do trabalho, no interior do movimento contraditório do metabolismo do capital. Isso nos tem possibilitado dimensionar a capacidade explicativa das ferramentas conceituais e do corpo teórico do marxismo a que nos filiamos.

As mudanças provocadas por esse processo, em relação ao conjunto do tecido social e particularmente para os trabalhadores(as), e a velocidade e intensidade com as quais se territorializam pelos diferentes espaços estão evidenciando os limites teórico-conceituais, tendo em vista a dificuldade manifesta para o entendimento das complexas tramas sociais que habitam o universo do trabalho. A crescente informalização do trabalho, a sua constante mudança de atividades e migrações territoriais, em períodos curtos de tempo, e a vivência de diversas experiências na informalização, o distanciamento das organizações sindicais dessa nova realidade, sem falar das mudanças no perfil dos camponeses com a composição em suas fileiras dos operários urbanos e rurais, tudo isso nos tem apresentado desafios para explicarmos com precisão o que se passa no interior da classe trabalhadora, a dialética existente entre as dimensões material e subjetiva do trabalho, e, conseqüentemente, quem a compõe, diante de tamanha (des)realização.

O que estamos introduzindo é que a cena social do trabalho, intensa e amplamente modificada pelas ações do capital, ganha novos elementos com a marca construída por meio das ocupações de terra, ou da luta pela terra e pela Reforma Agrária, e com a nova realidade dos quase 2500 assentamentos rurais espalhados pelo país, por aproximadamente 135 milhões de hectares, na maioria dos casos abandonados pelas políticas públicas. Da mesma forma que no tecido urbano uma série de modificações está ocorrendo, no ambiente do trabalho, repercutindo em todo o tecido social, essa realidade nos põe a repensar os esquemas explicativos.

Mais ainda, quando nos deparamos com o processo produtivo em geral, com as combinações das formas relativa e absoluta de extração da mais valia, ou como se estivéssemos constatando formas combinadas ou variações

do toyotismo com o fordismo/taylorismo, muito mais restrito do que sistêmico⁹, todavia marcantes na aplicação desse *novo* receituário que intercambia ações regressivas e “modernas” ou espectrais, mas que, diante da globalização neoliberal, revoga o emprego vitalício¹⁰, uma das principais legendas do *obnismo*¹¹. Concordamos com Smith & Katz, quando asseveram que a contrapartida do processo de globalização é a “exclusão deliberada de partes significativas da população”, sendo que as condições de vida da classe trabalhadora são afetadas diretamente. (2000, p.18).

Se o *novo* nos remetia (remete) ao toyotismo, especialmente pelo fato de se desenvolver a partir de uma nova base técnica do sistema do capital – e isso é demarcatório do ponto de vista histórico – não podemos nos esquecer de que, no bojo da III Revolução Tecnológica, tem-se a (re)criação de um *novo* trabalhador, com novas qualificações. Assim, não se restringem ao plano ideológico as exigências das novas habilidades (cognitivas, comportamentais e políticas) do trabalhador, mas vão impactar com mais ou menos intensidade nas demais maneiras de realização do trabalho, nas suas diferentes externalizações, ou, ainda, vão redefinir as formas de uso, exploração e de gestão do território.

No entanto, é bom que se diga que esse *novo* trabalhador, como vimos, não é um *novo* trabalhador assalariado, portador de uma nova politecnicidade, tampouco de omnilateralidade, porém um trabalhador assalariado polivalente, submetido a uma nova intensificação do trabalho e partícipe de uma nova organização da produção capitalista, tida como avançada em relação ao taylorismo-fordismo, a fundar o novo complexo de reestruturação produtiva.

Isso se passa sem que se dê a devida atenção à questão de que o edifício social, sob o referencial da centralidade do trabalho, continua sendo a fonte de valor da sociedade capitalista, todavia à base de crescente precarização/desqualificação/fragilização de contingentes expressivos de mulheres e homens trabalhadores.

⁹ Cf. ALVES, 2000.

¹⁰ Cf. GOUNET, 1999.

¹¹ Refere-se aos significados atribuídos ao *toyotismo*, desenvolvidos pelo engenheiro mecânico Taiichi Ohno, que adaptou à indústria automobilística as experiências que obtivera na indústria têxtil sobre automação, logo após a II Guerra.

Esses posicionamentos foram precedidos das indagações que compuseram a centralidade do nosso repensar autocrítico, e estão guiando nossas ações de pesquisa em direção à reivindicação do alargamento do conceito de classe trabalhadora, fundada, pois, na concepção da centralidade do trabalho, ou seja, estamos tentando buscar respostas e qualificar a seguinte indagação: quais são os sujeitos que compõem a classe trabalhadora? Daí, portanto, propomo-nos contribuir com a *atualização* da formulação teórica que *dá identidade* à centralidade do trabalho para os tempos e exigências do século XXI.

A imprescindibilidade do primado do sujeito na teoria social também deve referenciar o fato de que não há discussão do trabalho sem discussão do sujeito, o que nos põe diante do desafio de resgatar todo um conjunto de valores que foram ficando para trás, como o trabalho enquanto categoria-chave para a compreensão da história, e a circunstância de que para o sujeito do conhecimento existe uma opção política e uma responsabilidade em relação ao objeto, seja ele qual for. Portanto, a *Babel* da neutralidade do conhecimento está *condenada*, ao menos para nós.

Assim, se o sujeito não está na esfera do trabalho, o que nos restaria, na sociedade do capital? E se o sujeito não está mais nessa esfera, onde está? A polêmica em torno desse assunto não vai nos ocupar, mas, mesmo já firmando posição em torno da centralidade do trabalho, há alguns autores que marcam esse cenário. Kurz talvez seja um dos mais entusiastas da tese do fim do trabalho, na qual expõe não haver sujeitos aptos a conduzir a emancipação da sociedade. Isto é, a tese da crise da sociedade do trabalho, ao negar a centralidade política do trabalho, não vislumbra nenhuma possibilidade emancipatória, a não ser a conduzida pelas ações organizadas da não-classe-de-não-trabalhadores, aos moldes da formulação original de Gorz, ou dos movimentos sociais que se inscrevem para além dos marcos do trabalho. Ou seja, se algo tiver que ocorrer para abalar e romper com o metabolismo do capital, não se dará nas trincheiras do trabalho.

Mesmo Kurz (1993, 1995) tendo realizado a distinção entre trabalho abstrato e trabalho concreto, o que indica seu posicionamento quando sinaliza haver uma crise do trabalho abstrato, e é, portanto, a supressão dessa expressão do trabalho a que se refere, não elucida corretamente sua tese, porque uma coisa é o esgotamento do trabalho abstrato, e outra radicalmente diferente é o posicionamento que não contempla a alternativa a qual defende o trabalho concreto como criador de valores de uso ou fonte criadora

de coisas úteis¹². Kurz não entende que o trabalho não é só fonte de alienação, porém é igualmente superação, emancipação, revolução. Quer dizer, há uma dialética do trabalho que não é captada pelo ensaísta alemão.

Não nos propomos responder a essas perguntas, mas oferecermos as reflexões críticas que se encontram na nossa produção, resultado das investigações em vigência e da interlocução junto a pesquisadores e com a literatura específica, tentando, pois, somar esforços junto aos demais geógrafos e pesquisadores, os quais entendem que, por meio da Geografia do trabalho, podemos acrescentar conhecimento crítico a uma possível teoria espacial/territorial do trabalho, capaz de edificar-se, elegendo-o como categoria-chave da compreensão da história e também o seu papel de centralidade na teoria social.

Como sabemos, toda a discussão de Marx com e para os trabalhadores, presente em sua extensa obra e na sua vida de militância, esteve fundada no conceito de trabalho que garantisse a consciência de que ele significa a luta para ultrapassar/superar o reino da necessidade, atingindo o reino da liberdade, e de que, enquanto o ato de trabalho for uma *prisão*, para esse salto, está-se diante da alienação ou da alienação do trabalho.

A idéia de Marx de que o homem, ao modificar a natureza, modifica-se a si próprio, contém os fundamentos para a compreensão do trabalho enquanto produto de atividades dirigidas e que impulsionam o intercâmbio dos homens com a natureza, pretextando criar valores de uso às necessidades humanas¹³. Vale lembrar que, no tocante à satisfação das necessidades humanas, a apropriação da natureza é crucial para a vida em qualquer sociedade, sendo antes comum a todas as formas sociais.

É interessante salientar também, a esse respeito, que o trabalho tem na sua natureza ontológica um caráter claramente transitório, pois é nela que há uma inter-relação entre homem-sociedade-natureza, ou ainda uma protoforma do ser social, a qual possibilita o salto ontológico das formas pré-humanas. A célebre passagem em que afirma que o trabalho está no centro do processo de humanização do homem permite-nos refletir a *boa máxima* adeus ao trabalho, ou adeus ao proletariado¹⁴, uma vez que estaríamos dizendo adeus ao processo de humanização.

¹² Cf. ANTUNES, 1999.

¹³ Cf. MARX, Livro 1, Volume 1 de *O Capital*, 1982.

¹⁴ Formulação original de Gorz, 1982.

Captar essas referências em Lukács nos ajuda a compreender que o trabalho é produto de um ato teleológico ideado pelo ser social, em sua consciência. É muito conhecida a distinção marxiana entre a abelha e o arquiteto. No fato de o arquiteto desenhar, e a abelha não, temos a dimensão teleológica, a ideação, o sujeito dizendo: o que eu quero? Para quê? É o espaço da subjetividade.

Nesse sentido, a historicidade do ser social é compreendida como a possibilidade concreta de continuidade, de irreducibilidade da essência ao fenômeno, simultaneamente à sua ineliminável distinção, porque, como pondera Lessa, “...o ser é histórico, porque sua essência ao invés de ser dada *a priori*, se consubstancia ao longo do próprio processo de desenvolvimento ontológico” (1997, p. 33).

Nesse sentido, baseamos nossas reflexões na compreensão do trabalho como elemento fundante do ser social, o que se traduz em superar o aparente dilema que se interpôs entre a centralidade ontológica do trabalho e a irreducibilidade do ser social ao trabalho¹⁵.

A centralidade ontológica do trabalho, evidentemente, não significa que sua morfologia não tenha se alterado profundamente, na sociedade contemporânea. Trata-se, é claro, de apreender essas alterações, como, de resto, temos feito ao longo da vida. Entretanto, é preciso que não percamos de vista, entre outras coisas, que o abandono da centralidade do trabalho para a explicação da sociedade contemporânea implica igualmente o abandono da teoria do valor-trabalho.

Podemos dizer que apostar na infertilidade da não centralidade do trabalho, ainda que dois terços da humanidade vivam o flagelo da precarização, da exclusão e de todas as formas de subordinação/dominação/expropriação/sujeição, do desemprego, é o mesmo que não conseguir ir além do visível, ou apostar na incapacidade de apreender as contradições objetivas e subjetivas da estrutura social.

De qualquer forma, o capital, em sua crise estrutural, evidencia os limites de seu projeto civilizatório. Todavia, longe de estarem restritos ao processo produtivo, os desdobramentos da crise ensejam um conjunto variado de transformações na ordem societal capitalista, expresso na dinâmica territorial do capital, em sua amplificação do terreno de elaboração estratégica das

¹⁵ Cf. ANTUNES, 1999.

grandes corporações mundiais, no fracionamento da atividade produtiva com a terceirização e na regressividade espacialmente seletiva da exploração do trabalho.

O que vimos é que a lógica expansiva do capital encontra limites internos à sua própria racionalidade, pois não tem autonomia e capacidade para estabelecer estratégias de longo prazo, com o propósito de sustentar a acumulação ampliada. Isso só se faz por meio da coerção extra-econômica exemplarmente exercida pelo Estado, que garante ao capitalista privado as condições básicas para o desenvolvimento tecnológico, a regulamentação do sistema financeiro internacional, mantendo lucrativas as atividades produtivas. A prova mais marcante dessa condição é visível na constituição do Estado de Bem-Estar Social, logo após o fim da Segunda Guerra.

Do ponto de vista da regulação do metabolismo social, se deixado à solta, o capitalismo não resiste aos capitalistas, pois a acumulação ampliada é predatória dos recursos para a sustentação de qualquer sistema social, inclusive o próprio homem, que à ordem do capital é reduzido a fragmentos unilaterais (ora consumidor, ora fornecedor de força de trabalho).

Nesse sentido, somente através de um sistema poderoso de controle social o capitalismo pode resistir. E, sabendo que esse sistema se consolida com o Estado burguês, e por mais que a apologia liberal sustente a eliminação da participação estatal na economia, caso isso ocorra, haverá redução drástica da capacidade de acumulação do capital.

A esse respeito, poderíamos partilhar com Mészáros (2002) a idéia acerca da incontrollabilidade do capital. Isto é, sendo o capital uma estrutura de controle totalizadora das mais poderosas, dentro da qual tudo, incluindo os seres humanos, deve se enquadrar, provar sua viabilidade produtiva, sob pena de extinção. Em momento anterior, Mészáros (1995)¹⁶ enfatiza que o capital é uma força controladora e não há como controlá-lo; somente a possibilidade de se livrar dele por meio da transformação de todo o complexo de relações metabólicas da sociedade poderia exterminá-lo. Na forma do capital, pela primeira vez na história, os seres humanos têm que se confrontar com um modo de controle social metabólico que pode e deve se constituir como um sistema global.

¹⁶ Entrevista realizada por Ricardo Antunes e publicada na *Revista Crítica Marxista*, v. 1, n.2, p. 129-137, 1995.

O “sistema global” do capital assume hoje um caráter sócio-histórico particular e a globalização, como mundialização do capital e como processo civilizatório humano-genérico, assume o caráter de um *sistema global de controle do capital financeiro*, de um capital fictício e rentista parasitário, ou aquele capital que busca sua valorização de modo fictício (ALVES, 2001). Comparece nesse cenário o expediente dos negócios com papéis (ações, títulos da dívida pública e moedas), os quais tendem a se tornar objeto da lógica de valorização do empreendimento capitalista.

Assim, diante das transformações atuais do trabalho e seguindo as pistas de Antunes (1995), avaliamos ser imprescindível considerar as suas dimensões, particularmente quando tratamos da crise da sociedade do trabalho. Esse assunto requer que explicitemos de que dimensão se trata: se é uma crise do trabalho abstrato ou do trabalho na sua dimensão concreta, enquanto elemento estruturante do intercâmbio social entre os homens e a natureza” (ANTUNES, 1995).

A crise do trabalho está, por conseguinte, ligada à crise do trabalho abstrato, ou à forma de ser do trabalho sob o reino das mercadorias e que assume um caráter estranhado sob a vigência do capitalismo. Recolocar em pauta o trabalho, a partir da dialética entre as dimensões abstrata e concreta, é a opção para não naturalizarmos um estado de coisas por meio de uma proposta de ruptura radical, mas que não oferece pistas para entendermos quais os mecanismos e lutas que sustentam e apontam o revolucionamento social, ou o processo permanente de construção da transformação radical da sociedade desde a raiz (MÉSZÁROS, 2002).

Há, assim, uma dialética do trabalho (negatividade/positividade) que, se ignorada ou negligenciada, redimensiona radicalmente o debate em torno de sua centralidade e, conseqüentemente, de sua potência emancipadora. Por suposto, seria impossível imaginar a eliminação do trabalho, ou até em certo limite, da classe trabalhadora, enquanto vigorarem os elementos constitutivos da estrutura societária do capital.

Por meio da perspectiva marxiana, recolocamos essa questão nos seguintes termos: superação do trabalho abstrato e, em seu lugar, a vigência do trabalho concreto, vinculado à produção de valores de uso ou de bens para a satisfação das necessidades, sendo que o produto disso possibilitaria o tempo livre, a materialização de uma vida cheia de sentido e a emancipação humana.

Na qualidade, pois, de elemento subordinado ao sistema de trocas, o trabalho estranhado está aprisionado às determinações do capital, da sujeição da renda da terra ao capital, à propriedade privada e a toda estrutura social do edifício da dominação de classe e do destrutivismo intrínseco ao modo capitalista de produção. Esse padrão de racionalidade capitalista se estende para todo o tecido social, efetivando-se territorialmente, com especificidades, e capitaneado por procedimentos e rotinas que negam qualquer outra possibilidade de forma de inserção do trabalho na atividade laborativa, a qual não tenha vínculos diretos com a reprodução do capital, mas, sobretudo, que seja guiada e comandada por esses objetivos.

Isto é, a centralidade do trabalho na criação do valor, atualmente, ainda que esteja sendo intensamente alterada, não só não invalida a teoria do valor, mas nos põe a pensar o que o trabalho tem de igual e de diferenciado e em que medida ainda ele tem possibilidades emancipatórias, as quais não se resumem ao trabalho em si, mas que têm nele seu ponto central. Compreendemos o trabalho nas suas múltiplas formas de externalização, e as metamorfoses que recaem sobre seu universo atingem em cheio a dinâmica espacial do ser que trabalha, redimensionando a configuração geográfica da territorialização, da desterritorialização e da reterritorialização, além das diferentes formas de expressão (material e/ou subjetiva) com implicações profundas na heterogeneização, na complexificação e na hierarquização da classe trabalhadora.

O esgarçamento dos significados do trabalho, diante da constante migração do trabalhador, do *ser operário*, por diferentes experiências laborativas (via de regra, na ambiência informal), o que rebate diretamente na (des)identidade sindical, de algum jeito está encurtando as distâncias entre a realidade social do trabalho *desrealizado* e aproximando-o da luta pela terra que, em algum momento, junta-se aos significados do *ser camponês*¹⁷.

No Brasil, vive-se intensamente esse processo. Mesmo que não seja o caso de atestarmos ocorrer uma desurbanização, esse expediente se territorializa com muita intensidade em algumas partes do país, tais como no Pontal do Paranapanema e demais áreas de assentamentos do Estado de São Paulo, Pernambuco e outras regiões, de sorte que formas de expressão diversas também marcam o cenário político de novos significados para a classe

¹⁷ Cf. THOMAZ JÚNIOR, 2006.

trabalhadora, particularmente pelas *explosões* detonadas pelos movimentos sociais: sem terras, atingidos por barragens, mulheres camponesas, pequenos agricultores, pescadores e posseiros.

A esse respeito, a constante desmontagem da identidade territorial do campesinato nos tem servido para compreendermos os elementos que singularizam o desenraizamento do trabalho no campo, sendo que a dinâmica dialética da constante (des)realização das formas geográficas do trabalho são apreendidas por meio do fluxo constante da territorialização \Leftrightarrow desterritorialização \Leftrightarrow reterritorialização. Por isso, a recriação do campesinato não é para nós algo submerso à realidade do ser camponês, diante do processo histórico de desterritorialização/reterritorialização, ou expropriação/recriação.

A título de exemplo, a manutenção da estrutura hierárquica de subordinação do trabalho ao capital, mesmo sem capitalismo, e ainda a generalização da classe trabalhadora, atributos inseparáveis da experiência pós-capitalista da URSS, pouco fez para construir os passos para a eliminação desses entraves, pretextando o socialismo, a fim de que todos se tornassem indivíduos associados e livres. Isso acentuou a contradição do indivíduo e a sua classe, ou seja, a abolição do antagonismo entre as classes acentuou o antagonismo entre o indivíduo e a sua classe.

Pretendemos, sim, recolocar em primeiro plano a dimensão espacial das lutas que já estão em curso e os elementos que, ao nosso julgamento, alargam os horizontes da identidade de classe dos sujeitos sociais, a qual não se resume no campesinato, e que vivenciam as experiências e as territorialidades laborativas, que perfazem a trajetória social da Reforma Agrária, em nosso país, todavia vinculando a opção política de horizontalizar esse tecido social, considerando a amplitude dos significados que a Soberania Alimentar pode reunir, tendo em vista os demais setores que compõem a classe trabalhadora. Esta, pois, não mais restrita àqueles que vivem da venda da força de trabalho, porém alargada para poder conter o conjunto de homens e mulheres que vivenciam, neste início do século XXI, as diferentes experiências de lavrar, via de regra à base de contratos precários, flexibilizados, na informalidade etc. Entendemos que a relação salarial, formal, não nos possibilita mais os elementos explicativos de uma realidade laboral muito mais complexa, fragmentada e desafiadora.

Recolocar em cena a dimensão de classe e a luta de classes, no ambiente político, sindical e acadêmico, é a via de ação para ajudarmos a cunhar um

conceito de classe trabalhadora com alcance e potência explicativa para elucidar a dinâmica geográfica dos territórios em disputa ou, mais efetivamente, o processo de construção cotidiana da resistência e da revolução. Caso contrário, teremos que continuar a conviver com a imprecisão desse conceito¹⁸, que, via de regra, é aplicado *a priori*, somente do ponto de vista abstrato, sem que saibamos concretamente quem faz parte e o que significa fazer parte dessa formulação, se somente os operários ou os proletários, assalariados, ou quais outros segmentos sociais compõem o universo do trabalho e a classe trabalhadora – por exemplo camponês, camelôs, por conta própria, domiciliar, temporários.

Afinal de contas, o que queremos com essa discussão sobre trabalho e classe trabalhadora? Neste item, mais do que romper as *blindagens* teóricas, refazer os caminhos da dinâmica geográfica do trabalho, repensar as novas territorialidades, enfatizamos o papel central dos movimentos sociais, nas nossas pesquisas, sendo, pois, essa a possibilidade para darmos continuidade à nossa disposição de consolidar o trabalho como um tema da Geografia, e a Geografia do trabalho uma aposta na compreensão crítica (autocrítica) da sociedade atual, para além do capital.

Por mais que nos esforcemos para apresentar as principais características do capitalismo, na fase atual, em vista da tormenta neoliberal, pouco ou quase nada acrescentaríamos, se não considerássemos as formas de expressão do metabolismo do capital, os rearranjos espaciais e o aguçamento das disputas territoriais que se espalham por todo o planeta.

Isso reflete nos estudos que vimos realizando sobre a temática do trabalho, tais como: a “modernização” da agricultura e a conformação do modelo monocultor, que substitui crescentemente as unidades familiares e que se expande por todos os ecossistemas, destruindo de maneira crescente a biodiversidade, como os cerrados, mata atlântica, pantanal, amazônico; expropriação/(re)inserção do campesinato pela via dos sistemas integrados, e a resistência via ocupações de terra; a extensividade da informalidade, com forte assento na camelotagem, e nas variantes domiciliares, que demarcam a trajetória da crescente precarização dos trabalhadores formais, via de regra urbanos, e que também vão compor as trincheiras das ocupações de terra; as formas regressivas de relações de trabalho nos setores de ponta do agronegó-

¹⁸ Cf. LUXEMBURGO, 1976.

cio, particularmente no corte de cana-de-açúcar, mas que se liga às modernas plantas agroindustriais, e nas carvoarias, que vão se vincular às modernas plantas siderúrgicas e às sofisticadas aciarias nacionais e transnacionais, à base da superexploração do trabalho e de formas assemelhadas de trabalho degradante e escravo; as experiências com desdobramentos específicos para a dimensão da qualificação/(des)qualificação/(re)qualificação do trabalho e os projetos de intervenção do capital, por exemplo, o sistema S^{19} .

Na maioria dos casos, esse processo se dá mediante as combinações da intensificação do trabalho às formas relativa e absoluta da extração da mais valia, ou seja, formas combinadas ou variações do toyotismo com o fordismo/taylorismo, que vão repercutir de maneira direta na fragilização e na neocorporativização dos sindicatos, centrais sindicais, associações, cooperativas etc.

A reestruturação produtiva do capital produz, então, novas fragmentações no interior da classe e, conseqüentemente, novas identidades do trabalho estranhado, bem como atinge expressivos segmentos de trabalhadores vinculados às relações de produção não essencialmente capitalistas. Apesar da sua forma clássica se expressar no assalariamento (puro/combinado), a situação atual da classe trabalhadora reflete, seja nos campos, seja nas cidades, as combinações entre formas de remuneração e de sujeição da renda da terra, no caso dos camponeses que vivem dupla relação com o capital (a sujeição pura, a sujeição do trabalho em sentido amplo e genérico) e as formas autônomas, em suas mais complexas formulações.

Entendemos, por conseguinte, que o redesenho imposto pela reestruturação produtiva do capital, em escala mundial, vem afetando de maneira ampla e crescente o trabalho, em nosso país, sendo que esse processo redefine as formas de expressão do universo relacional do trabalho, nos campos e nas cidades, ou suas variadas e renovadas formas de externalização, via de regra precarizadas, constituindo esse, pois, o nosso eixo de investigação e de reflexão.

Não seria, dessa forma, mero jogo de palavras dizermos que a classe trabalhadora vem sendo profundamente atingida pelos mecanismos dos quais se valem o capital, os Estados nacionais e os setores hegemônicos, para a ma-

¹⁹ Denominação atribuída às instituições que fazem parte da constelação do Sistema de Formação Profissional, constituída pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI); Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC); Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR); Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SENAT).

nutenção da extração de valor, de mais valia, às expensas da fragilização, da desrealização crescente e intensa dos direitos sociais conquistados por meio das lutas históricas, da despossessão, do direito ao trabalho, da segurança no trabalho, do direito de greve, e tantos outros.

Outro argumento que demarcamos tem a ver com a nossa compreensão do processo social mais geral, que, além de revelar-se com todas as suas propriedades, por meio do que se define como reestruturação produtiva do capital, é sempre importante asseverar que não desejamos restringi-lo aos setores mais dinâmicos da economia, tampouco ao núcleo hegemônico do sindicalismo brasileiro até a década de 1990, sediado no ABC paulista.

Não poderíamos também secundarizar a magnitude ou os efeitos da reestruturação produtiva do capital que se materializam no campo, por não estar ligado aos setores urbanos. É imprescindível que foquemos, nesse caso, o que está historicamente alicerçado na vergonhosa concentração fundiária e no modelo herdado desde o Brasil colônia, também concentrador de renda, de riquezas, que mantém os privilégios da atividade agroindustrial canavieira. À base da prática da monocultura e da modernização tecnológica das operações agrícolas e de processamento industrial, faz valer os expedientes regressivos, da superexploração do trabalho, prolongamento das jornadas, formas assemelhadas de trabalho degradante e escravo, remuneração por produção etc. São poucas as famílias e grupos econômicos que estão à frente desses empreendimentos que, por sua vez, se ligam aos interesses de grandes grupos transnacionais do setor agro-químico-alimentar e financeiro.

Assim, podemos enriquecer nossas análises de elementos sociais *vivos*, ou atores sociais diretamente envolvidos nos processos produtivos e as respectivas bases territoriais de realização, não definidos *a priori*, não esvaziados quanto aos conteúdos de classe, mas no ambiente contraditório da realidade do trabalho, seja nos campos, seja nas cidades, *aqui e ali*.

Esses são os parâmetros fundantes da estrutura espacial e que podem nos revelar as travagens políticas, ideológicas e territoriais que obstaculizam as vias de comunicação e as capilaridades internas às diversas expressões do trabalho ou, mais propriamente, as formas específicas de externalização (assalariados *puros*, informalizados, por conta própria, camponeses etc.) e a complexa composição da classe trabalhadora. A defesa desse entendimento exige que coloquemos em evidência os limites dos modelos de interpretação, diante dos desafios de construção do conceito de classe trabalhadora.

Não obstante, essa (des)ordem é revitalizada e recriada por meio dos esquemas pré-definidos e totalizadores que seguem, em certa medida, as formulações idealizadas pela burguesia e pelo capital. Para ilustrar, basta situarmos as formulações que consagram à “modernização” o recurso ideológico capaz de difundir a idéia de que o campo se industrializou e a urbanização, produto desse processo, endossa afirmações de que o campo não existe mais.

Em decorrência, afirmam que o trabalho no campo sucumbe, perde importância, secundariza-se, o desemprego se alastra. Até afirmar que o número de trabalhadores empregados com carteira assinada, no campo, tem diminuído, nada a obstar, pois é só confrontarmos as estatísticas oficiais para verificar que, de 1996 a 2000, houve uma queda de 2,5 milhões de trabalhadores(as), ou seja, de 20 milhões para 17,5 milhões.

No entanto, no mesmo período, cresceu o número de trabalhadores empregados, mas sem registro em carteira, quer dizer, dos informais, cooperativizados, volantes, sendo, pois, essa categoria, com mais intensidade, em conformidade com a expansão da cana-de-açúcar, particularmente, para as áreas não tradicionais, como Triângulo Mineiro, Centro-Sul de Goiás, Oeste de São Paulo. Há ainda posicionamentos que estão na base de sustentação do discurso que defende o fim da agricultura camponesa, propondo pensar-se o campo para além do agrário, como se essa aparente (des)ordem societária e territorial do trabalho pudesse ser consertada com políticas públicas capazes de viabilizar o desenvolvimento sustentável e estimular os empreendimentos empresariais, no caso os agricultores familiares, já que estes respondem aos comandos da “modernização”, em contraposição à agricultura camponesa.

Nesse sentido, é mais importante ser considerado agricultor familiar do que camponês, inclusive quando os papéis sociais são forjados pelo próprio Estado, quando estipula enquadramentos que predefinem a existência dos atores sociais que podem se beneficiar de créditos agrícolas, subsídios etc.

Essa formulação “cai como uma bomba” para os trabalhadores, e seus efeitos são devastadores, pois, no âmbito dos trabalhadores, das suas organizações políticas de representação (sindicatos, associações, cooperativas e demais esferas dos movimentos sociais), ainda seguindo o exemplo em questão, há atribuições de pesos e valorações ao se entenderem como camponeses e atribuírem às demais expressões do trabalho no campo, agricultor

familiar, assalariado e vice-versa, importância e até exclusividade do ponto de vista da existência social.

É certo que esse retrato do tecido social é mais uma demonstração de que estão ocorrendo mudanças de vulto, no universo do trabalho, o que denominamos metaforicamente de *mutações*. Se o sinal aparente desse processo se expressa nas (re)configurações geográficas e espaciais, refeitas a cada instante – a depender da conjuntura e/ou de elementos estruturais –, nas diferentes combinações expressas nas (des)realizações do trabalho (da territorialização, da desterritorialização e da (re)territorialização), temos, então, que o desenho societal que as formas geográficas de existência do trabalho manifestam é a porta de entrada para o desvendamento dos fetiches territoriais e das travagens que obstaculizam a consciência de classe.

Em outros termos, é como se estivéssemos diante de desdobramentos diferenciados, porém capazes de mesclar formas diferenciadas de contratação e de definições para o mercado de trabalho e, portanto, promotores de intensas (re)configurações geográficas, e os trabalhadores fossem capazes de se enxergarem somente pontual e isoladamente, engessados sob o referencial das categorias profissionais, das corporações sindicais, dos segmentos específicos. É como se disséssemos: por fora da dimensão ontológica do ser que trabalha e, conseqüentemente, distante do processo social que (re)define o metabolismo societário do capital. Enfim, o estranhamento que obstaculiza a tomada de consciência, por parte do trabalho da dinâmica territorial da totalidade social, remete-nos à metafórica denominação *território em transe*.

Para se romper essas barreiras/fronteiras, é necessário que tenhamos claro que, se para o capital o *vazamento* do exercício do controle social/territorial para além das marcas *rígidas* do campo e da cidade é imprescindível para a hegemonia e dominação de classe, para o trabalho, reconhecer que há *possíveis* identidades entre as diferentes formas de sua realização é igualmente imprescindível, tendo em vista ser a *única* possibilidade para enfrentar a hegemonia do capital.

Para tanto, faz-se necessário irmos além da demarcação teórica radicada nas especificidades das demandas do trabalho, que, por sua vez, são o rebatimento da divisão técnica, ou seja, a exclusividade das reivindicações dos trabalhadores proletarizados por melhores salários e condições de vida; ou

para os camponeses e agricultores familiares por preços mínimos, financiamentos; ou a terra para os posseiros e trabalhadores envolvidos na Luta pela Terra e pela Reforma Agrária.

Em outros termos, estamos nos referindo à situação em que os proletários tradicionais comparecem em cena, reivindicando terra para trabalhar e viver com a família, enquanto os camponeses (com pouca terra ou desterrados) reivindicam melhores salários e condições de trabalho, como estamos constatando nas nossas pesquisas, já há algum tempo.

É com base nas pesquisas que estamos realizando e nos resultados divulgados por outros pesquisadores que nos está sendo possível ter a dimensão da realidade dos trabalhadores assalariados reivindicando terra²⁰ e dos trabalhadores camponeses reivindicando melhores salários²¹, como na atualidade depreendemos no Pontal do Paranapanema.

Por essa via de reflexão, por conseguinte, ao menos de passagem, nada se liga a nada, mas é por dentro dessa realidade que privilegiamos nossas investigações. A princípio, poderíamos imaginar estarmos diante de uma aparente inversão de papéis sociais que nos estimula a pensar na *Babel* do século XXI. É como se imaginássemos estar diante de diversos mundos do trabalho, singulares, separados e desconectados do universo do trabalho, que, de tão amplo e plural, foge-nos à compreensão.

No entanto, a “inversão” quanto às reivindicações dos trabalhadores não aponta, no caso dos camponeses, quando reivindicavam melhores salários, o mesmo que foi prescrito por Lênin, ou seja, como retrato fiel da diferenciação interna ou sua face proletária, até porque nessa circunstância o trabalhador mantém-se como camponês e vivencia a condição operária, quando se assalaria.

É a riqueza de sentidos e as mediações que são desconsideradas, quando se fragmenta a compreensão do trabalho, radicada na especificidade das

²⁰ É o caso dos trabalhadores envolvidos no corte da cana-de-açúcar na região de Ribeirão Preto (SP) e demais áreas produtoras do Nordeste, como já pudemos apreender nas nossas pesquisas: Thomaz Júnior, 2002.; Oliveira (2003).

²¹ Para que não fique nenhuma dúvida a respeito dessa afirmação, especialmente porque trouxemos para a reflexão um fato de pesquisa ocorrido há vinte anos, podemos utilizar outros exemplos, como os casos dos trabalhadores que migram para o corte de cana-de-açúcar na região canavieira de Guariba, Barra Bonita, Catanduva, provenientes respectivamente do norte de Minas Gerais, Bahia e Paraíba, e Pernambuco.

reivindicações, e não na estrutura societária que, de fato, pode nos oferecer a compreensão no âmbito dos significados e do pertencimento de classe.

Assim, mesmo admitindo que a luta pela terra e pela Reforma Agrária e a Soberania Alimentar não são entendidas como um fim em si mesmas, as ações desencadeadas nessa direção têm catalisado diversos segmentos da classe trabalhadora, sobretudo nos países latino-americanos e europeus, principalmente onde a Via Campesina tem atuado de forma mais contundente desde esse prisma.

Os resultados alcançados na Guatemala, Equador, Nicarágua, México e em alguns países europeus, como Espanha, Portugal, Itália e algumas regiões da França, têm demonstrado a amplitude que esse processo já começa a evidenciar nas reivindicações próprias do campesinato²². Ou seja, o somatório de forças e a *plasmagem* de interesses solidários fazem transparecer a garantia das terras de trabalho para os camponeses e de “um mundo rural vivo”, garantia de abastecimento de produtos sanos e vinculados a uma malha espacial de pequena distância ou de proximidade entre produção e consumo, deixando claras as forças dos movimentos sociais de distintas áreas da inserção laboral e organizativa, cujos enfrentamentos convergem para o eixo central do conflito social, de classe e, portanto, político-ideológico.

Ou, ainda, se nos distanciássemos de focá-las sob os referenciais da crítica construtiva, em que medida estaríamos compreendendo como se espacializam os movimentos sociais na conjuntura das lutas e nas disputas territoriais, ora pautadas em princípios táticos mais críticos, ora mais afeitas às negociações e acordos, ora mais independentes das políticas públicas e oficiais?

É o caso de recorrermos à conjuntura de 2005, para ponderar a respeito da mobilização consciente das bases, em especial diante das idas e vindas do MST (*bate e assopra*)²³ e do quadro de alianças políticas que compõem

²² Cf. VIA CAMPESINA, 2006.

²³ Estamos nos referindo à postura cambiante do MST, diante das ações do governo Lula (aspectos diversos que não se resumem à temática da terra), que ora está mais próxima da defesa das postulações, ora se manifesta com ressalvas críticas, ora se posiciona contrariamente. Nada mais razoável de se esperar de um movimento social participativo; contudo, o que está em questão é a afinação orquestrada dessas mudanças de posturas, as quais, por sua vez, são diferenciadas para as instâncias e escalões do governo, a começar

o arco de sustentação do governo Lula, agravadas com as denúncias de corrupção dentro do governo e na cúpula dirigente do PT, avassalando amplos segmentos da “esquerda”, no Brasil.

Em outros termos, a política sistemática de reivindicação e o protesto, apesar de conterem valioso significado político para o conjunto dos trabalhadores envolvidos na luta pela terra e para os demais, empolgam sobremaneira a burocracia dirigente dos movimentos sociais (fardo que não escapa ao MST), pois estabelecem um limite de relacionamento junto aos governos, que indica até um jeito de manter os fluxos de interesses.

Com isso, reforçamos a estimativa de que não devemos assumir *a priori* a avaliação defendida pelos dirigentes e lideranças dos movimentos sociais envolvidos na luta pela terra e pela Reforma Agrária, sem antes correlacionar a dinâmica geográfica do tecido social do trabalho, os conteúdos políticos das principais bandeiras de luta e as contradições que regem esse processo, na sua totalidade.

Está em questão a disputa por projetos de sociedade ou a deslegitimação da cultura camponesa e dos povos originários, em detrimento do empreendimento capitalista. Isto é, da eficiência e da racionalidade dos ganhos de produtividade das práticas monoculturais, da mecanização e operações fundadas na utilização de insumos químicos, na manipulação genética e na garantia dos direitos de propriedade intelectual como fundamento produtivista e definidor de novos nichos de mercado, na eficiência produtiva e gestonária das tecnologias da informação (TI), na exclusividade do mercado capitalista, geograficamente configurado pela *necessidade* da dimensão intercontinental, em lugar da produção-circulação de ciclos curtos etc.

Todo esse desmonte não tem seu ciclo completo sem antes considerarmos que a fúria expansionista do agronegócio, para contar com o apoio de políticos, via de regra, vendidos, das populações e comunidades regionais, comumente desinformadas, ao venderem a falácia da *nova* perspectiva de emprego estão apenas guardando, para um próximo momento, a intensifi-

pelo próprio Presidente da República, que é poupado, enquanto alguns de seus ministros são alvos preferidos das críticas mais contundentes, especialmente no que se refere à política econômica, que privilegia o pagamento da dívida externa, em detrimento de políticas sociais capazes de atacar os problemas mais candentes da grande maioria dos trabalhadores, como o emprego, moradia, transporte público etc.

cação da mecanização e, conseqüentemente, o descarte de centenas de milhares de trabalhadores rumo ao desemprego.

Esse processo fortalece ainda mais a instabilidade do assalariamento rural temporário em condições precárias (bóias-frias ou diaristas não residentes), bem como a informalidade, ampliando sobremaneira a exploração dos trabalhadores, fortalecendo sistemas de controle político e trabalhista, favorecendo a prática da perseguição à filiação e luta sindical; todavia, estimula o alargamento das hordas de ocupantes de terra, que se somam a outros milhares de trabalhadores excluídos e precarizados, os quais, juntamente com suas famílias, apostam na alternativa do confronto com o capital, latifundiários, que, além de promoverem todas as mazelas sociais, monopolizam igualmente as terras.

No entanto, insistimos, é necessário ultrapassar os limites da divisão técnica do trabalho – fundamento, aliás, do histórico de dominação de classe do capital sobre o trabalho fragmentado em profissões, categorias sindicais, além dos significados disso tudo nos campos e nas cidades, das reivindicações previamente definidas – e, ainda, romper com as formulações teóricas engessadas e de *pouco alcance explicativo*²⁴.

Até do ponto de vista simbólico isso tem significado especial para os trabalhadores, de maneira geral, mas em especial porque esse poderá ser um flanco por onde emergirão discussões a respeito da plasticidade do trabalho. Ou seja, poderemos apreender as diferentes formas externalizadas do trabalho, a quais experiências os trabalhadores têm-se submetido para vencer os revezes da reestruturação produtiva do capital, da terceirização, da intensificação da precarização, do desemprego e da despossessão etc., a fim de focar a noção de pertencimento de classe, no interior das contradições sociais. Essa é uma nova janela que se abre para nós, pesquisadores, como maneira de efetivamente nos colocarmos presentes diante das contradições que perpassam o universo do trabalho, no Brasil, pretextando somar forças ao sentimento crítico anticapital.

Se não entendemos esse processo pelo viés da dialética existente entre negatividade/positividade e, por via de conseqüência, a potência emancipadora do trabalho, que, ao negar a sociedade do capital, afirma-se enquanto ator-sujeito transformador, não nos será possível defender sua centralidade como pressuposto para a construção de uma sociedade anticapital.

²⁴ Cf. THOMAZ JÚNIOR, 2006.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, G. Trabalho e sindicalismo no Brasil dos anos 2000 – dilemas da era neoliberal. In: ANTUNES, R. A era da informatização e a época da Informatização: riqueza e miséria do trabalho no Brasil. In: ANTUNES, R. (Org.) *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006. p. 461-474.
- ANTUNES, R. A era da informatização e a época da Informatização: riqueza e miséria do trabalho no Brasil. In: ANTUNES, R. (Org.) *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006. p. 15-26.
- ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.
- ANTUNES, R. *O caracol e sua concha*. Ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.
- GOUNET, T. *Fordismo e toyotismo – a civilização do automóvel*. São Paulo: Boitempo, 1999.
- LUXEMBURGO, R. *La acumulación del capital*, Buenos Aires: Editorial, 1968.
- MARX, K. *O capital*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1982.
- NOGUEIRA, C. M. *A feminização no mundo do trabalho: entre a emancipação e a precarização*. São Paulo: Autores Associados, 2003.
- OLIVEIRA, A. S. de. *Relação capital-trabalho na agroindústria sucroalcooleira paulista e a intensificação do corte mecanizado: gestão do trabalho e certificação ambiental*. Dissertação (Geografia) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2003.
- OLIVEIRA, A. M. S.; THOMAZ JÚNIOR, A. O conflito capital x trabalho e avanço da agroindústria canavieira no Brasil: estratégias, tendências e novas territorialidades. *Anais: ANPEGE*, Niterói, 2007.
- OLIVEIRA, A. U. Barbárie e modernidade: o agronegócio e as transformações no campo. *Cadernos do XII Encontro Nacional do MST*. São Paulo: MST, 2003.
- RANIERI, J. *Câmara Escura*. São Paulo: Boitempo, 2001.
- THOMAZ JÚNIOR, A. *Por trás dos canaviais os nós da cana*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2002.
- THOMAZ JÚNIOR, A. Se camponês, se operário! Limites e perspectivas para a compreensão da classe trabalhadora no Brasil. In: THOMAZ JÚNIOR, A.; CARVALHAL, M. D., CARVALHAL, T. B. (orgs.). *Geografia e Trabalho no Século XXI*, Volume II. Presidente Prudente, p.130-167, 2006.
- THOMAZ JÚNIOR, A. Trabalho, reforma agrária e soberania alimentar: elementos para recolocar o debate da luta de classes no Brasil. *Pegada*, Presidente Prudente, v. 7, n. 2, 2006.
- THOMAZ JÚNIOR, A. Trabalho mutante, territórios em disputa e emancipação de classe! *Pegada*, Presidente Prudente, v. 8, n. 1, 2007a.

- THOMAZ JÚNIOR, A. Agronegócio *alcoholizado* e *culturas* em expansão no Pontal do Paranapanema! Legitimação das terras devolutas e neutralização dos movimentos sociais. *Anais: III Jornadas de Estudos em Assentamentos Rurais* – Feagri/Unicamp, Campinas, 2007b.
- THOMAZ JÚNIOR, A. *A Classe trabalhadora no Brasil e os Limites da Teoria* (Qual o Lugar do Campesinato e do Proletariado?). Buenos Aires: Clacso, 2007c.
- THOMPSON, E. P. *Senhores e Caçadores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

PARTE 3

**GEOGRAFIAS E PRÁTICAS
TERRITORIAIS EM QUESTÃO**

“UM GEÓGRAFO PERMANENTE A SERVIÇO DE SEU PAÍS”: AS CONTRIBUIÇÕES DE ORLANDO VALVERDE PARA A GEOGRAFIA E PARA A SOCIEDADE

ARIOVALDO UMBELINO DE OLIVEIRA
Universidade de São Paulo

PRÓLOGO



ORLANDO VALVERDE

Filiação: Pai: Antônio Valverde Gonzalez

Mãe: Elisa Alcântara M. Valverde

Data de nascimento: 16 de abril de 1917

Naturalidade: Rio de Janeiro – RJ

Registro profissional: 52248/D Crea-RJ

Formação profissional: Geógrafo

A história da ciência geográfica e da profissão de Geógrafo no Brasil, desde a primeira metade do século passado, confunde-se com a história de vida de Orlando Valverde.

O professor Orlando Valverde exerceu suas atividades profissionais, sobretudo na Fundação IBGE, de 1938 a 1982, exercendo as seguintes funções: Secretário Assistente, Chefe da Seção Cultural, Diretor da Divisão de Geografia e Diretor da Divisão Cultural. A partir de 01/08/73, tornou-se Analista Especializado, classe 9 (Geógrafo Sênior, quando contratado pela Fundação). Chefiou o grupo de Pesquisas da Amazônia, no Departamento de Geografia (DEGEO). Chefe do Departamento de Recursos Naturais da SUPREN, de 01/07/1977 a 01/10/1978.

Realizou pesquisas científicas no campo da Geografia, em todo Brasil, com ênfase especialmente nos últimos 30 anos na Amazônia. Estudos e debates sobre o problema crucial do manejo florestal.

A vasta produção técnico-científica de Orlando Valverde, notadamente suas pesquisas, está registrada em artigos de revistas científicas ou não, conferências, palestras, participação em congressos, cursos de diversas institui-

ções ou ONGs, programas de televisão e de rádio do Brasil e do exterior.

Foi Secretário da Comissão de Geografia do Instituto Pan-Americano de Geografia e História – IPGH. Vice-Presidente da mesma Comissão, de julho de 1963 a julho de 1973, quando ela foi transferida para o Canadá.

Exerceu a função de Professor Visitante na Universidade da Califórnia em Los Angeles (UCLA), de agosto de 1965 a janeiro de 1966, e na Universidade de Heidelberg (Alemanha), de maio a julho de 1967.

Foi redator do Departamento de Geografia da Enciclopédia Britânica do Brasil Publicações Ltda (especialmente para a Enciclopédia Mirador Internacional), no período de julho de 1971 a setembro de 1973.

Participação, com êxito, na Audiência Pública em Rio Branco (AC), em 1990, que debateu o RIMA para desmatamento de 5500 ha, na estrada entre Rio Branco e Sena Madureira, alegando o despovoamento da área. Participação com êxito, na Audiência Pública, e Laranja do Jarí, que em 1991 debateu o RIMA para construção da estrada Macapá- Laranjal, que atravessa a Reserva Extrativista do Cajari (AP).

Escreveu 29 livros, dentre eles: Planalto Meridional do Brasil, com edições em português, inglês e francês (1956), Geografia Agrária do Brasil (1964), A Rodovia Belém-Brasília – Estudo de Geografia Regional (1967), Problemática da Amazônia (1971), “Beiträge zur Geographie Brasiliens” – Contribuições à Geografia do Brasil – (1971), Geografia do Brasil – Região Sul (1977), A organização do espaço na faixa da Transamazônica (1979), Reflexões sobre a Geografia (1980), A Questão Agrária no Brasil (1980), O Problema Florestal na Amazônia Brasileira (1980) – Reeditado em italiano in “Lo Spazio Agricolo Brasiliano” (1986), Estudos da Geografia Agrária Brasileira (1985); 07 livretos e 38 artigos.

Além disso, proferiu diversas conferências, participou em 13 bancas de concursos e traduziu 16 trabalhos científicos.

Orlando foi o primeiro Geógrafo a ter a carteira de trabalho assinada pela Fundação IBGE, como GEÓGRAFO (Anos 30 do século passado). Orlando recebeu o Prêmio Crea-RJ de Meio Ambiente em 1998, e depois a Medalha do Mérito Profissional do Crea-RJ, além de agraciado com o título de Doutor “Honoris Causa” pela UFRJ.

Foi presidente da Associação dos Geógrafos Brasileiros e por vários mandatos da CNDDA – Campanha Nacional de Defesa e pelo Desenvolvimento da Amazônia.

Recebeu ainda os prêmios: “Entwicklungsländerpreis” (Regiões em Desenvolvimento), em 1991, conferido pela Universidade de Giessen (Alemanha), pelos trabalhos realizados na Amazônia e Medalha Pedro Ernesto, conferida pela Câmara Municipal do Rio de Janeiro.¹

INTRODUÇÃO

A análise e reflexões sobre as contribuições de Orlando Valverde para a Geografia e para a sociedade, neste trabalho, estarão amparadas em textos, lembranças e passagens sobre a obra e a vida do mestre, e particularmente, na memória que tenho referente aos nossos encontros acadêmicos e de caráter pessoal. Estarão também, baseados nos seguintes trabalhos:

- OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de. “Contribuição para o estudo da geografia agrária: crítica ao “Estado isolado” de Von Thünen”. São Paulo, Departamento de Geografia da FFLCH-USP, Tese de Doutorado, 1978. 2 vols., 487 p.;
- ETGES, Virgínia Elisabeta. “Geografia Agrária: a contribuição de Leo Waibel”. Santa Cruz do Sul, Edunisc, 2000. 226 p., tese de doutorado por mim orientada na USP;
- FERREIRA, Darlene Aparecida de Oliveira. “Mundo rural e Geografia. Geografia Agrária no Brasil: 1930-1990”. São Paulo, Editora da Unesp, 2002. 262 p., tese de doutorado orientada por Lucia Helena Gerardi na Unesp de Rio Claro-SP;
- ADAS, Sérgio. “O Campo do geógrafo: colonização e agricultura na obra de Orlando Valverde (1917-1964) Volume I e II. São Paulo, Departamento de Geografia – FFLCH – USP, Tese de Doutorado, 2006, volume I 481 p., volume II 135 p., orientada pelo Prof. Dr. Antonio Carlos Robert Moraes.

E, pelas entrevistas prestadas por Orlando Valverde:

- BUSS, Maria Dolores; GALVAN, Cesare Giuseppe; PARTES, Arlene M. M. “Entrevista com o professor Orlando Valverde”, Geosul, Revista do Departamento de Geociências-CCH, ano VI, n. 11,

¹ <http://www.confex.org.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=2814&pai=4&sid=204&sub=197&tpl=printerview>

Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 1.º semestre de 1991.

- _____. “Entrevista com o professor Orlando Valverde”, Geosul, Revista do Departamento de Geociências-CCH, ano VI, n. 12/13, Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 2º semestre de 1991.
- Roberto Schmidt de Almeida, em 27/09/1996 e o Depoimento tomado pela equipe de Memória Institucional do IBGE, ambos presentes na tese de doutorado de ADAS, Sérgio, já mencionada.

Serão utilizadas também, informações presentes na publicação “A Amazônia Brasileira em Foco”, revista publicada pela CNDDA – Campanha Nacional de Defesa e pelo Desenvolvimento da Amazônia.

ORLANDO VALVERDE: A VIDA CONTADA POR ELE MESMO

Valverde deixou registradas várias entrevistas nas quais narrou parte de sua trajetória de vida. Vou reproduzi-las, pois, ele fala dele mesmo.

A INFÂNCIA TRAVESSA:

“Eu sou do Rio de Janeiro. Nasci no centro do Rio, praticamente na esquina da Avenida Rio Branco com Ouvidor, em abril de 1917. Quando completei 2 anos, minha família tinha se mudado para o Engenho Velho, no caminho para a Tijuca, numa casa de centro de terreno, com árvores frutíferas, de onde se podia ver, da varanda dos fundos, o Sumaré já todo invadido pelo (capim) ‘colonião’, onde o desmatamento tinha sido feito talvez uns 2 séculos antes, com a penetração do café no Sudeste. Ele começou pela cidade do Rio de Janeiro mesmo. Sempre tive uma curiosidade muito grande. Que haverá atrás daquele morro? Pensava eu, quando vinham, trazendo mau tempo, as massas frias, vindas do sul. As nuvens porejavam pelo alto da montanha e, descendo, provocavam chuvaradas. Aquilo para mim era um desafio. De vez em quando, eu, com meu irmão e amigos fazíamos excursões, passeios, como por exemplo, à cascatinha da Tijuca, no Alto da Boa Vista; ao reservatório de água potável, situado na Fábrica das Chitas, um bairro que ainda tinha mata e um reservatório, de onde a água vinha direta para as casas, sem tratamento nenhum. Brincá-

vamos pendurados em cipós, em cima do reservatório, [...] e, quando o guarda não estava, tomávamos banho, às escondidas”².

A ADOLESCÊNCIA IRREVERENTE, MAS ATENTA:

“O ensino médio, depois que analisei bem o meu passado, vi que foi decisivo. Eu estudei, (ou melhor) eu sou cria do Colégio Pedro II ali da Av. Marechal Floriano. Eu tive um professor que depois colaborou, primeiro resistiu, (mas) depois colaborou com o IBGE. Chamava-se Fernando Antônio Raja Gabaglia que depois tornou-se até diretor muito tempo. Ele era uma personalidade muito curiosa, uma cultura invulgar e eu me lembro de aulas, ele quase sempre, chegava, era um boêmio terrível e deixava todo mundo passar e a disciplina na aula dele, deixava extremamente a desejar. Na minha turma havia o filho de um colega dele do Colégio Pedro II, esse garoto andava por cima das carteiras, nas aulas dele, ele reprendia, às vezes perdia a paciência [...] e três vezes ao ano ele chegava e dizia assim, cinicamente: ‘Hoje eu vou dar aula’ e dava um soco na mesa, botava uns dois ou três para fora da sala, inclusive esse. E então algumas aulas, como por exemplo, Fronteiras do Brasil e a obra de Rio Branco, sabe que eu não tomei nenhuma nota, nenhuma, meu papel, meu caderno, ficou em branco naquela aula, mas ele marcou de tal maneira a minha memória, o meu entendimento de garoto, que vinte anos mais tarde, quando eu era professor de ensino médio no Colégio Souza Aguiar por exemplo, no Paulo de Frontin, quando eu fui dar (a aula sobre) fronteiras do Brasil, eu ficava envergonhado comigo mesmo, porque eu, (ninguém sabia), mas eu estava plagiando o Raja Gabaglia. Porque eram as palavras, os mapas na cabeça e tudo mais, eu me lembro por exemplo de citações, sobre a colonização européia, essa coisa toda. Ele citava obra, obras em francês, em inglês, o nome de Morris Davis apareceu pela primeira vez na minha vida [...], de Albert Penck e Hettner. Por exemplo, tinha um autor alemão, era um nome até pouco vulgar, e depois fui procurar numa biblioteca na Alemanha em Hilderberg em 1967 [...] Alexander Supam [...] no auge do imperialismo alemão, esse homem escreveu sobre a expansão das colônias da Alemanha no mundo, [...] pois bem, ele teorizou sobre isso perfeitamente [...] Uma glorificação do imperialismo, afinal, [...] Gabaglia

² BUSS et alii, 1991, p. 224, 225.

estava a par da geografia mais moderna da sua época, isso que eu estudei com ele ... eu repetia as palavras de Gabaghlia no Pedro I”³.

A UNIVERSIDADE E SUAS OPÇÕES:

“Então, quando eu fui me matricular na Universidade do Distrito Federal, eu pedi matrícula no curso de geografia e história, aí a secretária de lá, a moça da secretaria eu me lembro bem Dona Vera chegou para mim (e disse:) – você não pode, nós temos geografia e história, mas há uma coincidência dos horários e você não vai poder fazer os dois cursos ao mesmo tempo, você opta por um, então depois se você quiser faz o outro. Eu aceitei, então, qual é o que você quer, eu parei um minuto [...] Geografia [...] tinha (me marcado), a perspectiva era ser professor de ensino médio de geografia, quer dizer em um minuto eu decidi o roteiro da minha vida, graças a essa (passagem) do ensino médio [...]”⁴.

NA ESCOLA NAVAL, A CONSCIÊNCIA DA VISÃO CRÍTICA:

“[...] foram 3 anos de minha vida que lá passei, onde ganhei só três coisas: uma boa base de matemática; uma obrigatoriedade de exercícios físicos (remo, natação), e a capacidade de estudar sozinho. Porque, os professores iam lá, despejavam as aulas na nossa cabeça e indicavam livros, aonde a gente ia ‘cavar’ a matéria, isto é, ia realmente apreender. Havia disciplina no estudo: em certas horas da noite não se podia conversar; era estudar ou ficar calado, quieto. Eu preferia estudar”⁵.

“[...] aquilo que eu achava poder ser um lugar de estabilidade, onde poderia viver tranqüilamente, foi um lugar de desilusões. No primeiro ano que lá estive, já senti que não era um homem talhado para ser militar, porque o militar tem que viver obedecendo. Ele obedece, segue a rotina a toques de corneta, campainhas, alarmes. A carreira militar também estimula, a meu ver, o egoísmo, porque uma pessoa só é promovida quando um superior morre, e ele passa a competir com os antigos colegas. Além disso, havia naquele tempo na Marinha, um movimento muito forte, quando eu já tinha passado para o segundo ano superior, em favor do Integralismo. Pra-

³ Entrevista concedida a Roberto Schmidt de Almeida, em 27/09/1996, *apud* ADAS, 2006, p.11, 12.

⁴ *Idem*, p. 12.

⁵ BUSS et alii, 1991, p. 226.

ticamente a escola inteira aderiu a ele. Era o fascismo nacional, de camisa verde, em vez dos camisas pardas da Alemanha ou os ‘camicienere’ da Itália. Eu sempre fui contra toda forma de opressão do homem pelo homem”⁶.

“Foi quando houve um golpe, uma quartelada da Aliança Nacional Libertadora. Quiseram-nos implicar naquilo. Eu não conhecia ninguém do golpe; mas, mesmo assim, puseram-nos para fora. Éramos 11; acho que foi o primeiro ‘grupo dos 11’ deste país. A maioria do nosso pessoal foi para a engenharia, mas eu tinha acabado o exame de matemática e estava cansado, aborrecido; não quis fazer o curso logo; quis esfriar um pouco a cabeça, até que três meses depois apareceu um concurso para a Universidade do Distrito Federal”⁷.

A GEOGRAFIA GANHOU O GEÓGRAFO VALVERDE:

“Eu era a rabeira de uma geração. Família espanhola, considerado a ovelha negra, porque eu não era espírita e tinha sido expulso como homem perigoso, aos 18 anos de idade, da Escola Naval, sem direito a defesa, respondendo processo. Era uma briga ingrata. E, quando a gente é caçula, é sempre pior, porque todos os irmãos mais velhos gostam de criticar; só minha irmã mais velha que não. Era professora, uma criatura extremamente doce. Mas os outros irmãos me criticavam muito, eu era a ovelha negra da família, mas eu gostei, era até bom. Eu sou um espírito de luta. Quando eu pensei até que os integralistas iam chegar ao governo [...] Eles chegaram a fazer uma demonstração aqui no Rio [...] e o Getúlio estava presente, o Plínio Salgado estava crente que ia ser ministro [...] mas era um homem medíocre? E eu pensei seriamente em [...] fugir para [...] para a Espanha para participar da guerra do lado do governo. E, por causa de um desentendimento feliz eu não fui; isso porque o serviço secreto deles encaminhou, com a ajuda do governo daqui, um grupo de brasileiros para desembarcar num porto já tomado pelos franquistas. Eles todos foram fuzilados”⁸.

“Eu entrei na antiga Universidade do Distrito Federal e acabei me formando em Geografia e História na chamada Universidade do Brasil, veja que pretensão, que é hoje a UFRJ”⁹.

⁶ BUSS et alii, 1991, p. 225, 226.

⁷ BUSS et alii, 1991, p. 226.

⁸ Entrevista concedida a Sérgio ADAS em 19 maio 2001, in ADAS, 2006, p.15.

⁹ Idem, p.17.

“Eu já estava formado pela Universidade do Distrito Federal, mas só que a UDF foi dissolvida na marra e federalizada, e tiraram o direito de sairmos professores de Geografia. Então foi preciso levar mais cinco anos” (Idem).¹⁰

“A minha turma de Geografia na velha Universidade do Distrito Federal era muito pequena, nós [...] éramos menos de dez: eu me lembro: eu, o fundador do CNG o já engenheiro Cristóvão Leite de Castro, o Jorge Zarur que era estudante de Direito, havia um outro rapaz também chamado Jorge, mas eu não me lembro o sobrenome dele, cuja formação eu não me lembro, quatro professoras primárias, havia um rapaz que também era professor primário, o Armando Sampaio de Souza. Mas, em pouco tempo houve uma lavagem naquilo e ficaram seis: Cristóvão Leite de Castro, eu e Jorge Zarur, e os três professores, Armando Sampaio de Souza, Dilsa Mota e Marlene de Souza. Essa Universidade era uma coisa de novo estilo no Brasil, de estilo americano, foi por inspiração do Anísio Teixeira, era moderna. Nós tivemos professores franceses que davam aula em francês, graças ao francês do Pedro II eu me dei muito bem. Eu era capaz de acompanhar as aulas, falar e escrever, o curso de francês como o de português do Pedro II era muito bom. Então, eu acompanhei e lá havia quatro professores muito bons, por exemplo, o Pierre Deffontaines foi meu professor de Geografia Humana por três anos [...] depois ele foi substituído por assistentes mais antigos brasileiros [...] A minha primeira influência científica foi de Deffontaines porque mais que um professor [...] ele era um estimulador da curiosidade e da pesquisa; ele levantava problemas [...] o currículo do curso dele era tipicamente da escola de Vidal de La Blache, era a chamada Escola Possibilista [...] Era como o homem se comportava diante da natureza, então era, por exemplo, o homem e a montanha, o homem e o frio, o homem e as ilhas, o homem e a floresta [...] e ele influenciou até certos autores que escreveram depois em publicações do IBGE. O Alberto Ribeiro Lamego escreveu quatro livros: O homem e o brejo, O homem e a restinga, O homem e a Guanabara e O homem e a serra [...]”¹¹.

¹⁰ Ibidem p.18.

¹¹ Depoimento de Orlando Valverde à equipe de Memória Institucional do IBGE, *apud* ADAS, 2006, p. 18, 19.

ORLANDO VALVERDE, DESDE O INÍCIO, PRESENTE NA AGB:

“Eu me lembro bem, estava lá [...] Era Miguel Alves de Lima, era eu, o Deffontaines, Cristóvão Leite de Castro, Fábio de Macedo Soares Guimarães, Antônio José de Matos Mussi, esse pessoal, eu me lembro bem, era o pessoal que freqüentava a AGB. Mas essa ligação foi sempre [com o IBGE], tanto que a AGB [...] quando houve concurso de geógrafo, chamou gente da AGB paulista, enfim, havia colaboração.”

“A AGB carioca, durante muito tempo, funcionou em sala do Edifício Iguaçú, portanto era o prestígio total. [...] Entre a representação do IBGE havia as chamadas, associações douradas. Eu vou ver se consigo reproduzir: Academia Brasileira de Ciências, Clube de Engenharia, Instituto Histórico e Geográfico, Sociedade Brasileira de Geografia e Associação Brasileira dos Geógrafos. Quem realizou, depois de longo período de estagnação, o IX Congresso Brasileiro de Geografia, em Florianópolis, em 1940, foi o IBGE, que financiou, mas promovido pela Sociedade Brasileira de Geografia, inclusive, deu choque entre a geografia moderna lablachiana e a geografia de nomenclatura [...] Estavam lá o Pierre Monbeig, Aroldo de Azevedo, Nice Lecoq Müller lá da USP [...] e do IBGE [...] Christóvão Leite Castro, eu, Lúcio de Castro Soares, novinho ainda, a lutar contra a geografia de nomenclatura. Nunca houve tantos trabalhos não aprovados numa reunião da AGB”¹²

“Eu me lembro, vários professores estrangeiros e nacionais vieram para Lorena. Eu assisti palestras do Otton Leonardos, do Josué de Castro, do Preston James, lá, e eram dirigidas primeiro pelo professor Deffontaines. Quando Deffontaines foi embora, Silvio Fróes de Abreu continuou como presidente da AGB carioca. São Paulo e Rio trabalhavam paralelas sem ter contato. Lá em São Paulo, quem salvou, quem ressuscitou a AGB, foi Pierre Monbeig com seu grupo, o Aroldo de Azevedo, José Ribeiro de Araújo Filho, Dirceu Lino de Matos, Ari França. Eles criaram o grupo e ficavam as duas AGBs sem contato. Foi em 1943 que se realizou então, porque Monbeig, veio ao Rio de Janeiro, propôs fazer uma reunião conjunta e criar a [reunião acontecida em Lorena]. Nessa época eu não podia ir na reunião porque incumbido de tarefas burocráticas, de estruturação do IBGE, eu era secretário-assistente lá”¹³.

¹² Entrevista concedida a Roberto Schmidt de Almeida, em 27/09/1996, *apud* ADAS, 2006, p. 27, 28.

¹³ Entrevista concedida a Roberto Schmidt de Almeida, em 27/09/1996, *apud* ADAS, 2006, p. 28, 29.

VALVERDE E O IBGE:

“Quando eu estava no segundo ano da Universidade [...] além de ter sido expulso da Escola Naval por causa do Movimento Integralista, eu tinha perdido meu pai, e estava numa fase de depressão. Mas, como o professor faltou [...] a gente tinha aula naquela escola ao lado do Palácio do Catete [...] Escola Rodrigues Alves, [...] nós [...] atravessamos a rua, e fomos tomar café num botequim ‘pé sujo’, horrendo que tinha lá. Era tão ruim, que a gente tomava o café na rua, porque tinha nojo de ficar lá dentro de tão sujo. Mas estudante não liga pra isso, vinham também, umas moças e a gente fazia a roda de conversa. Foi aí que o Leite de Castro chegou para mim e disse: ‘Orlando você toparia trabalhar em Geografia?’ respondi – ‘É claro, eu estou estudando para ser professor.’ E ele falou de novo: – ‘Não, não é no ensino, é fazer geografia para o governo’. Aí eu parei, era irreverente, muito moleque, e disse: ‘Ô Christóvão, eu não sabia que você tomando cafezinho ficava de porre’. Ele respondeu de novo: – ‘Eu estou falando sério’. Ele era mesmo um sujeito muito sério, e repetiu: – ‘Eu estou falando sério’. Então eu falei: – ‘O quê o governo vai querer?’ Ele respondeu em seguida: – ‘[...] eu estou [...] querendo criar um órgão e tal’ [...] E, explicou que era um órgão de Geografia para apoiar as estatísticas do Instituto Nacional de Estatística, porque iam fazer um recenseamento. Eu não entendi muito bem na época [...]”¹⁴

“Mas, sem dúvida, o Decreto-Lei que criou o CNG teve reflexos fortes na Geografia Brasileira e até na minha vida profissional: um grão de areia perdido nessa imensa praia!”¹⁵.

“[...] Vargas firmou-se no poder, individual e discricionário. Politicamente, inclinava-se para o nazismo, como era natural; mas, a pressão norte-americana o fez unir o Brasil aos aliados e com eles participar da guerra. A remessa de uma força expedicionária à Itália foi negociada pelos Acordos de Washington, pelos quais o Governo dos Estados Unidos financiou a implantação da Usina Siderúrgica de Volta Redonda (Companhia Siderúrgica Nacional) e a Companhia Vale do Rio Doce (exportadora de minério de ferro), ambas empresas estatais. Além disso, o Brasil exportou, durante a guerra, grande quantidade de quartzo, berilo, scheelita, colum-

¹⁴ Idem, p.32.

¹⁵ VALVERDE, “A Pré-história da AGB carioca”, in *Terra Livre*, nº 10, AGB, São Paulo, 1992, p:119, *apud* ADAS, 2006, p. 34.

bita, tantalita, borracha, tecidos de algodão etc. Apesar das privações decorrentes do conflito mundial, houve, no Brasil, nessa época, principalmente em favor de minorias participantes do aumento da concentração da renda e da especulação, notável progresso material, e este requeria pesquisas geográficas, geológicas, econômicas etc. Por isso, a estruturação da Geografia se operou de maneira tão rápida, neste país, que foi o primeiro, no mundo, ao que eu saiba, a realizar sistematicamente pesquisas geográficas com vista ao desenvolvimento, desvinculadas de ambiente universitário. Era necessário e urgente conhecer as potencialidades de nosso território, a fim de transformar os recursos em riquezas, pela exportação ou pela industrialização (infelizmente, em geral, sob o domínio de capitais estrangeiros), e no mais breve prazo possível”¹⁶.

VALVERDE E O ENCONTRO COM LEO WAIBEL:

“A primeira leva do Conselho de Geografia foi a minha, fomos cinco: o Fábio de Macedo Soares Guimarães, que era chefe da divisão, da seção de estudos de geografia; eu; o Lúcio de Castro Soares; Lindalvo Bezerra dos Santos e José Veríssimo da Costa Pereira. Primeiro, nós fomos para a Universidade de Winsconsin, nos Estados Unidos, para o curso de verão, [...] era um curso mais curto [...] depois quando chegou o semestre de inverno [...] Lúcio e o Lindalvo foram para Chicago, o Veríssimo foi para Northwestern [...] e, o Fábio e eu ficamos em Winsconsin [...] Lá eu permaneci praticamente 14 meses [...] mas nenhum de nós dois tirou mestrado [...] Nós fomos lá para aprender matérias que iríamos aplicar no planejamento regional e não fizemos os cursos sistemáticos de geografia regional que eram indispensáveis para a obtenção do mestrado [...] estudava-se geografia do Extremo Oriente, e eu tirei o curso de África com o Waibel assim, como o de América Central [...] Mas, o mais importante mesmo, era o curso de leituras de Geografia Tropical e tínhamos só nós dois [...] Fábio e eu [...] Era o chamado ‘special course’, um curso especial [...] que era uma verdadeira aula particular de leitura e debates com Waibel [...] um dos maiores geógrafos [...] (do Século XX). Porque Waibel foi discípulo

¹⁶ VALVERDE, “Evolução da Geografia brasileira no após-guerra (Carta aberta de Orlando a Orlando)” in *Boletim Paulista de Geografia* nº 60, AGB-SP, São Paulo, 1984, p.7 e 8, *apud* ADAS, 2006, p. 42, 43.

da maior plêiade de geógrafos da primeira metade do [...] (Século XX) e do fim do século [...] (XIX). Além disso, ele tinha uma experiência de sete anos de pesquisa de campo na África e cinco na América Central [...] era um pesquisador excepcional [...] Então, nós obtivemos convite do Leite de Castro para que ele viesse para o Brasil e ele aqui ficou [...] do fim de 46, até 1950, quase cinco anos [...]"¹⁷.

“A maior repercussão talvez, para a geografia brasileira foram as contribuições metodológicas de Waibel, decorrentes de sua permanência no Brasil. Destas, a mais importante foi, sem dúvida, a ênfase dada ao método indutivo. Insistia nessa marcha de raciocínio para seus discípulos, nos mínimos detalhes: não só nos trabalhos escritos, mas na própria exposição oral, exigia que uma descrição correta precedesse a explicação: ‘Primeiro os fatos, depois as teorias’, dizia. Waibel justificava o seu rigor na manutenção desse método, não apenas porque esse era o único método válido para o estudo das ciências concretas, mas ainda porque ele compreendia ser essa a única maneira de preparar seus assistentes para que, mais tarde, pudessem efetuar pesquisas de campo sozinhos. Dedicava também especial atenção à comparação de fatos iguais ou semelhantes, observados em diferentes regiões da Terra, como fundamento para ampliar conhecimentos de Geografia Geral. No tratamento de questões de Geografia Econômica ou de Geografia Cultural, atribuía grande valor à evolução histórica dos fatos, à qual dava a denominação inglesa: ‘Historical approach’ [...] O caráter antropocêntrico da Geografia era enfatizado por Waibel em todos os seus trabalhos e recomendado aos dos seus discípulos. ‘No tratamento dos problemas de Geografia Humana deve ser dado um caráter sociológico’, insistia ele”¹⁸.

ORLANDO VALVERDE E A GEOGRAFIA

Nesta parte deste trabalho, retomo o texto que escrevi sobre Orlando Valverde e que está presente em minha tese de doutorado, defendida em 1979 e citada na introdução deste trabalho. Retomo-a porque tive o privilégio de tê-lo em minha banca de defesa, e esta análise, passou pelo seu crivo.

¹⁷ ALMEIDA, R.S. “A Geografia e os geógrafos do IBGE no período de 1938-1998”, tese de doutorado, UFRJ, Rio de Janeiro, 2000, p. 275, *apud* ADAS, 2006, p. 62.

¹⁸ VALVERDE, O. “Contribuição de Léo Waibel à Geografia brasileira” in *Revista Brasileira de Geografia*, ano XXX, nº 1, Rio de Janeiro: IBGE, 1968. p. 80 e 81, *apud* ADAS, 2006, p. 84, 85.

A obra mais importante de Valverde ficou inacabada. “*Geografia Agrária no Brasil*” é sem sombra de dúvidas, marco decisivo na produção geográfica nacional. Discípulo de Léo Waibel seguidor de sua Geografia Agrária (“Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil”, IBGE, Rio de Janeiro, 1958) Valverde apresentou em sua produção geográfica, profundas marcas deixadas pelo período que viveu e conviveu poder-se-ia dizer, com seu mestre, como ele mesmo deixou demonstrado no prefácio deste livro:

“Eis o livro que há muitos anos desejava, mas temia escrever. Como tudo tem sua história, aqui relato a origem dele. Antes de regressar para os Estados Unidos, em 1950, e no ano seguinte para a Alemanha, o prof. Léo Waibel projetava voltar ao Brasil, em novas excursões para completar suas observações de campo, focalizando então a agricultura em nossas regiões tropicais, como complemento aos estudos que já fizera no Planalto Meridional. A mim caberia estudar, sob a orientação do referido mestre, a pecuária e os sistemas pastoris. Infelizmente, a morte o colheu bruscamente em setembro de 1951. A partir dessa época, senti pesar sobre mim a responsabilidade de realizar tais estudos. Não me decidia, porém a escrevê-los”¹⁹

Mas, ao mesmo tempo, Valverde vivia intensamente o processo histórico da formação econômica social brasileira e suas pulsações conjunturais, daí a incorporação de um instrumental teórico que permitia não só compreender as lutas de classes, mas também todo o processo histórico em que elas se inseriam. Neste particular suas citações são contundentes:

“No decorrer da década de 1950, entretanto, os debates sobre a questão agrária brasileira, que se mantinha como bandeira de lutas e reivindicações das esquerdas, alcançaram o Congresso Nacional e a praça pública. Urgia dar ao problema seu equacionamento científico e sem paixão. Aquilo que fora um compromisso moral com o meu mestre, passou a sê-lo com o povo brasileiro.”²⁰

No entanto, sua ligação com Waibel foi tão profunda e as influências tão marcantes que mesmo quando o momento histórico se impunha como determinante em última instância, a reverência ao seu grande mestre Léo Waibel permaneceu plena. São suas próprias palavras que caracterizam e fundamentam esta colocação:

¹⁹ VALVERDE, O. “Geografia Agrária do Brasil”. Rio de Janeiro: INEP, 1964. p. 5.

²⁰ Idem, p. 5.

“Naturalmente, se o livro tivesse saído das mãos sábias de Léo Waibel, viria muito mais erudito e conciso. Eu o escrevi, porém, para o público leitor brasileiro. Acredito que esta obra poderá ser manuseada com maior proveito por um grupo, infelizmente, ainda restrito, daqueles que completaram o curso secundário ou o superior, particularmente certos especialistas como Agrônomos, Geógrafos, Economistas [...]”²¹

Desta forma, tudo indica que a produção científica de Valverde vai estar determinada por um choque latente entre teoria e método da Geografia, em que se configura a influência de Waibel e, a teoria (materialismo histórico) e o método dialético. Uma posição muito característica de geógrafos de seu tempo como, por exemplo, Pierre George.

Quer me parecer, que essa posição é fruto de uma postura que encontra uma aparente separação entre a produção científica (com todos os problemas de formação) e a participação política nos contextos históricos vividos. Esta afirmação fica cristalina em suas próprias palavras: “ ... Urgia dar ao problema seu equacionamento científico e sem paixão.”²²

Não comungo com esta postura, embora veja nela um salto qualitativo. Neste sentido, aliás, foi essa constatação que talvez, tenha permitido hoje um grupo de jovens na geografia estarem assumindo uma postura que resulta em um processo de transformação, não só de suas posições passadas, mas também da necessidade de se compreender todo o processo de produção geográfica e seus suportes teóricos e metodológicos. Mesmo assim, julgo ser de capital importância a postura de Valverde na Geografia, pois sem dúvida alguma, abriu caminho para uma profunda reflexão teórica e metodológica sobre a produção geográfica.

Nesse particular, Valverde foi um mestre, pois procurou sempre as causas profundas dos problemas nacionais e incorporou à Geografia conceitos do materialismo histórico quando esta (a Geografia) careceu de conceitos que explicassem esses problemas.

Embora não concordasse com a postura aparentemente “neutra” da ciência, ou seja, de se assumir “a ciência imune” como a única fonte da verdade, é preciso compreender que essa posição marcou sobremaneira a produção científica de todas as áreas do conhecimento, sendo, portanto

²¹ Ibidem, p. 5.

²² Ibidem, p. 5

uma “marca histórica” na produção do pensamento científico em meados do Século XX.

Compreendendo desta forma a produção geográfica de Valverde, foi possível chegar a uma posição crítica em relação à incorporação que ele fez da teoria de Von Thünen, uma de suas marcas teóricas na geografia agrária.

Em primeiro lugar, vou contextualizar na sua obra, *“Geografia Agrária do Brasil”* a incorporação do princípio de Von Thünen. Escrevendo sobre a “metodologia” da Geografia Agrária, Valverde apontou como uma necessidade, a incorporação por parte do geógrafo dos estudos das influências econômicas para ajudá-lo na interpretação da paisagem. Todos sabem, também, pela sua obra, que sua posição quanto ao objeto da Geografia Agrária estava nos estudos das paisagens ou mais precisamente pelos seus próprios textos que:

“É preferível, portanto, definir a Geografia Agrária como o estudo descritivo das diferenças espaciais da superfície da terra, do ponto de vista da exploração agrícola e da interpretação de suas causas”.²³

Como se sabe, esta posição está estribada em Hartshorne²⁴ como o próprio Valverde apontou em seu trabalho e ao mesmo tempo, é preciso saber-se que aqui está em jogo uma posição nitidamente espacialista, a qual foi levada às últimas conseqüências pelos adeptos da chamada “geografia teórica” e, que marcou na evolução do pensamento geográfico, uma “escola”, que Valverde nunca cogitou de participar. Logo, resta dizer que se tomando o espaço como objeto da Geografia, ou melhor, as diferenças espaciais, parece que se comete, a bem de se garantir um objeto à Geografia, um certo desvio teórico.

Logo, uma concepção espacialista tem que ser compreendida no universo do discurso ideológico. Daí ter apontado na obra de Valverde a presença de um choque teórico e metodológico, pois seu trabalho revela o esforço no sentido de incorporar à análise a necessidade da compreensão da evolução histórica, das influências econômicas, das influências sociais etc.. Quer me parecer que a procura da compreensão da totalidade por Valverde, é uma verdade incontestável. Mas entre uma compreensão da totalidade (con-

²³ Ibidem, p. 21.

²⁴ HARTSHORNE, R. “Questões sobre a natureza da Geografia” – Textos Básicos n. 04. Rio de Janeiro: IPGH, 1969.

tradição) com suporte teórico no materialismo histórico e suporte metodológico no materialismo dialético, e o instrumental teórico, metodológico da Geografia, vai uma diferença fundamental.

Mas voltando à questão da incorporação da “lei de Thünen”, por Valverde, chega-se, após estas colocações, a um ponto importante. A meu ver Valverde incorpora Thünen, via Waibel. Dessa forma, ao incorporar Waibel é que o choque teórico-metodológico se evidencia na sua plenitude, pois a obra de Waibel tem suporte teórico na Escola histórica alemã de economia e se poderia dizer, procurando ser bem específico, que ele (Waibel) assumiu plenamente o método weberiano (de Max Weber).

Logo, quando Valverde escreve:

“Também no plano da economia, merecerá aqui consideração, entre outros, o fator distância do mercado e sua influência sobre a utilização da terra, marcaria a teoria econômica de Von Thünen, exumada do olvido por Waibel, que pôs em evidência sua profunda significação geográfica. Segundo Thünen, estabelecidas como premissas certas condições ideais e uniformes de regime de propriedade de relevo, clima, solo, facilidades de transportes e outras condições culturais, o aproveitamento da terra se faria, de acordo com uma ordem lógica, em faixas concêntricas, dos sistemas mais intensivos para os mais extensivos, à proporção que fosse aumentando a distância do mercado”.²⁵

E quando na mesma discussão (das influências econômicas), Valverde fala em objetivo da produção, formas de economia, meios de produção, acredito ter se configurado o que estou chamando de choque teórico-metodológico, pois os conceitos são excludentes fundamentalmente porque um é fundamento idealista e o outro materialista.

Acredito desse modo ter chegado a um ponto fundamental, pois ao concluir a parte metodológica da sua obra Valverde afirma:

“A Geografia Agrária é, em última análise, a interpretação dos vestígios que o homem do campo deixa na paisagem, na sua luta pela vida quotidiana e silenciosa. Ela permanece desse modo, no seu substrato, como um estudo essencialmente econômico.”²⁶

Assim, resta ficar com a interpretação de que para Valverde, a Geografia Agrária é um ramo da geografia econômica, como ele mesmo afirma. Então,

²⁵ VALVERDE, O. “Geografia Agrária do Brasil”. Rio de Janeiro: INEP 1964. p. 32, 33.

²⁶ Idem, p. 37.

a questão se transfere para a Geografia Econômica, o que a meu juízo traz as mesmas contradições da Geografia como um todo.

Portanto, voltando novamente ao objetivo de entender a incorporação de Thünen por Valverde, deve-se separar a incorporação via Waibel com sua carga idealista e a percepção, por parte de Valverde, da influência da distância. Embora as duas situações sejam decorrentes uma da outra, é preciso lembrar que a diferença nos custos de transportes, apenas e tão somente, interfere na grandeza da renda diferencial, no modo capitalista de produção. Mas, nunca pode ser apontado como a sua gênese, pois esta gênese é o trabalho apropriado, ou seja, a mais-valia, que aparece como um lucro suplementar, acima do lucro médio.

Assim, tudo indica que Valverde, ao incorporar a influência da distância (Von Thünen e Waibel) incorporou como consequência o instrumental teórico metodológico inerente; daí, o choque idealismo x materialismo, presente em sua obra.

Este choque também está presente em outros trabalhos de Valverde, nos quais ele trata da “lei de Thünen” como, por exemplo: “*A fazenda de café escravocrata no Brasil*”.²⁷ Um dos trabalhos que julgo de um primor incontestado e fundamental para quem está preocupado com a compreensão da produção escravocrata de mercadorias no Brasil colonial, traz, entre suas conclusões: “No Brasil, o mercado internacional do café exigia maiores quantidades e melhor qualidade de produto; e a fazenda escravocrata não estava capacitada para isso”.

Mas se havia ainda tantas terras virgens, no planalto paulista, como na zona da Mata Mineira, porque não poderiam elas serem ocupadas igualmente por fazendas de café com escravos, já que as novas ferrovias facilitavam o escoamento da produção? É L. Couty quem no-lo responde: calculando o balanço das despesas com o transporte do café para uma fazenda situada nos arredores de Campinas (a 183 quilômetros do mar) chegou à conclusão de que elas absorviam quase a quarta parte (24,2%) do preço pago ao fazendeiro por arroba de café. Isto em 1883, numa época em que já a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro aplicou tarifas diferenciais para facilitar o custeio dos fretes. E acrescenta o citado autor, que o problema dos fretes caros

²⁷ VALVERDE, O. “A fazenda escravocrata de café no Brasil”. Rio de Janeiro: MIC-IBC. Publicado também in: *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, IBGE n. 29, 1967.

era de tal ordem que se tornava impossível o estabelecimento de lavouras a 400, ou no máximo, a 500 quilômetros da costa.

Assim tinha podido a fazenda de café escravocrata estender-se até São João da Boa Vista, Caconde e Mococa, no trecho cristalino do planalto paulista, bem como até Carangola e Ponte Nova, na Zona da Mata. Era a lei de Von Thünen aplicada à estrutura econômico-social da fazenda cafeeira.”²⁸

A única dúvida que resta, é saber se, a conclusão que Valverde chega é referente, realmente, à estrutura econômica social da fazenda cafeeira, ou às premissas marginalistas de L. Couty, presentes nesta citação. Pois, o próprio Valverde, mostra em seguida o real motivo para a “falência” da fazenda escravocrata do café:

“Se bem que aparentemente gratuita, a mão-de-obra escrava corresponde a uma máquina de fraco rendimento, cuja manutenção passava implicitamente ao encargo do empresário, no ato da compra. Ora, quase sempre mais vantajoso para o empresário alugar outra “máquina” de rendimento maior, apenas durante o tempo em que lhe é indispensável, correndo as despesas de manutenção por conta do próprio trabalhador. O maior rendimento do trabalho do assalariado, do colono ou mesmo do meeiro, faz aumentar as rendas do proprietário.”²⁹

Dessa forma, se a afirmação de Couty fosse interpretada isoladamente, se a assertiva de Valverde, verdadeiramente aplicada à estrutura econômico-social da fazenda escravocrata de café no Brasil e se, via idealização, fosse admitido que não tivesse conhecido estas mudanças estruturais, tão bem colocadas por Valverde, ter-se-ia que responder: como é que o frete não foi problema para que a cultura de café ganhasse o norte, e depois, o oeste do Estado de São Paulo? Quer me parecer que não se deve preocupar com essa relação que Valverde faz entre a fazenda de café escravocrata e a “lei de Thünen”, pois, sua conclusão no trabalho é de uma dialética insofismável: “A fazenda de café é tocada por escravos e, portanto, representativa de uma época e de uma região”³⁰.

Outro trabalho, onde Valverde trata da “teoria de Von Thünen” é “*O uso da terra no leste da Paraíba*”³¹. Nesse trabalho ele afirma:

²⁸ Idem, p. 37.

²⁹ Ibidem, p. 7.

³⁰ Ibidem, p. 37.

³¹ VALVERDE, O. “O uso da terra no leste da Paraíba”, in *Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros*, vol. VIII, Tomo I, 1953/4, AGB, São Paulo, 1956.

“Uma observação superficial do padrão aparentemente complicado com que se distribuem os sistemas agrícolas no mapa da fig. 1, leva-nos a formular uma pergunta preliminar: tem a distribuição dos sistemas agrícolas uma disposição lógica no leste da Paraíba? Na realidade, a adoção de um sistema agrícola numa determinada área tem sempre uma ou mais causas. O fato de não conhecermos em certos casos quais são essas causas, não significa que elas não existam. Só a explicação delas dá à Geografia Agrária o seu caráter científico. Do contrário, o estudo dos sistemas agrícolas não passaria de um mero devaneio.

Na sua obra clássica “*Probleme des Land Wirtschafts Geographie*” (Breslan, 1953), Léo Waibel exumou do olvido a teoria de Von Thünen sobre os tipos de utilização da terra em função da distância do mercado e ressaltou-lhe a profunda significação geográfica. Evidentemente, Thünen parte de um esquema teórico, impossível de se encontrar na natureza. Mas esta abstração era indispensável, a fim de isolar o principal fator do tipo de uso da terra – a distância do mercado – ao qual se foram acrescentando uma a uma às demais variáveis que sobre ele influem.”³²

Duas ordens de considerações sobre estas afirmações. A primeira delas refere-se ao processo de abstração inerente ao uso do “esquema teórico de Von Thünen”. Aqui se deve lembrar que, no processo de abstração proposto na obra de Thünen e muito mais na obra de Waibel, existe um “a priori”, ou seja, de que se deve buscar esta “regularidade” e não discuti-la. É a mesma questão que se propõe hoje para a teoria dos modelos quanto aos seus axiomas. Assim, o processo de abstração deve ser entendido não de forma idealista, mas sim de forma materialista.

Quer parecer que realmente Von Thünen iniciou o processo de abstração, mas faltou-lhe voltar à realidade e como conseqüência o seu processo de abstração passou a ser a representação, ou seja, a explicação do real. Tudo indica que Valverde incorporou Waibel na totalidade, e, conseqüentemente, incorporou todas as suas contradições.

A segunda ordem de consideração, refere-se à postura de Valverde frente ao caráter científico da Geografia Agrária. Se o princípio básico de explicação é idealista, o caráter científico da Geografia Agrária também o é. Não estou questionando ou mesmo advogando a não existência de uma disposição lógica

³² Idem, p. 221, 222.

das diferentes formas de produção na agricultura, pois todos sabem que essa lógica é dada pelo processo histórico na sua totalidade. E, no caso específico, pela lógica do modo capitalista de produção, que não se guia pela influência das distâncias, mas sim pela possibilidade de se gerar mais-valia adicional, principalmente, a relativa. Como já afirmei anteriormente, o objetivo da análise locacional hoje, é apenas o de permitir aos monopólios centralizarem situações monopolísticas, inerentes à etapa monopolista deste modo de produção.

Neste trabalho, tudo indica que Valverde, foi muito mais Waibel e o momento histórico da produção desta obra diz tudo. Mas, mesmo assim, o choque teórico é latente também nela.

Analiso a seguir, a incorporação de Von Thünen no trabalho: “*A Rodovia Belém-Brasília*”³³ (193)

A presença da teoria de Von Thünen, nesta obra, prende-se a sua aplicação ao estudo do uso da terra na região Bragantina e no Salgado no Estado do Pará. Aqui, Valverde insere seu discurso no íterim de uma antiga discussão: a derrubada das idéias ratzelianas na Geografia. Mas, ao apoiar-se em Waibel para construir seu discurso, incorre também nos desvios teóricos já apontados neste autor. Assim é que para introduzir a teoria de Von Thünen, Valverde afirma: “A policronia do mapa V deixa, à primeira vista, uma impressão de que o uso da terra, nas zonas Bragantina e do Salgado, segue um padrão caótico, ao acaso, como o desenho de um caleidoscópio”³⁴.

Nestas colocações de Valverde o leitor menos avisado é levado a admitir implicitamente uma postura Kantiana frente à realidade (que provavelmente foi incorporada na aparência, de Waibel), pois procura demonstrar a impressão de que o uso da terra nessa área segue um padrão caótico. Mas, ele mesmo adiante procura desfazer essa falsa impressão da aparência: “À medida que o assunto é estudado com mais profundidade, no entanto, o padrão das faixas econômicas vai-se configurando cada vez mais obediente a uma ordem lógica”³⁵.

Como se pode notar, Valverde usa magistralmente as categorias da essência e da aparência. Mas, as questões que ficam são ligadas entre si, pois, tenta-se verificar se essa ordem lógica não é dada puramente pelo meio físico, e com esse argumento, ele derruba qualquer tentativa dos adeptos das

³³ VALVERDE, O. e DIAS, C.V. “*A Rodovia Belém-Brasília*”, Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1967.

³⁴ Idem, p. 69.

³⁵ Ibidem, p. 69.

idéias de Ratzel. Pode-se dizer que dá-se um tiro de misericórdia no determinismo ratzeliano. Em segundo lugar, aparece a gênese da ordem lógica calcada nos princípios teóricos de Von Thünen. Aqui quer parecer que Valverde assume o “modelo” “a priori” e passa a ver a realidade pelos seus filtros. Ou seja, passa a ver na realidade a lógica do “modelo” thuniano e não explicitamente a verdadeira lógica do modo capitalista de produção dominante na formação social brasileira, que como se sabe, não é dado pela distância das áreas de produção ao mercado. A unidade de contrários no seio da infra-estrutura capitalista (o econômico) tem na base, os princípios que Marx deixou explícito que “A produção é consumo, e, o consumo é produção.”³⁶

“Não chegamos assim, à conclusão de que a produção, a distribuição, a troca e o consumo sejam idênticos, mas que são antes de tudo elementos de uma totalidade, ou seja, diferenciações no interior de uma unidade”.³⁷

E mais, Marx afirma que a produção é o momento privilegiado dentro da unidade contraditória do econômico:

“A produção ultrapassa também o seu próprio quadro na determinação antitética de si mesma, tal como os outros momentos. É a partir dela que o processo recomeça sem cessar. É evidente que a troca e o consumo não podem prevalecer sobre ela. O mesmo acontece com a distribuição dos produtos, mas, enquanto distribuição dos agentes de produção, ela, a distribuição é um momento da produção. Uma produção determinada determina, portanto, um consumo, uma distribuição, uma troca determinada, regulando igualmente, as relações recíprocas determinadas desses diferentes momentos.”³⁸

É também, o próprio Marx quem indica os caminhos para se entender a decantada influência dos mercados na produção:

“A bem dizer a produção, na sua forma exclusiva, é também determinada pelos outros fatores. Quando o mercado, ou seja, a esfera da troca, por exemplo, se desenvolve, cresce o volume de produção operando-se nela uma divisão mais profunda”³⁹

Assim, tudo faz crer que a incorporação da teoria de Thünen, por Valverde, deve ser compreendida dentro do arsenal metodológico incorporado

³⁶ MARX, K. “Contribuição para a crítica da Economia Política”, Col. Teoria, n. 8. 3. ed. Lisboa Estampa, 1973. p. 221.

³⁷ Idem, p. 227.

³⁸ Ibidem, p. 227, 228.

³⁹ Ibidem, p. 228.

de Waibel e em permanente conflito com o instrumental teórico do materialismo histórico incorporado por ele em sua obra.

Mesmo quando discute as finalidades do estudo das “faixas econômicas”, Valverde a meu ver, deixou de transparecer o real significado que a teoria locacional tem na chamada “Geografia moderna”, ou seja, aquele de encontrar o “local ótimo”, aquele local que possa ser objeto dos monopólios. Mas Valverde, às vezes, quase se trai na sua luta anti-determinista:

“O estudo das faixas econômicas de Thünen na Bragantina – Salgado, não tem interesse meramente acadêmico, como presumem alguns. Ela não é apenas a única teoria que permite explicar cientificamente os sistemas de utilização do solo, mas fornece, outrossim, elementos preciosos para o planejamento regional. Por exemplo, se os administradores tivessem sido devidamente alertados, por certo não estariam tentando organizar a faixa leiteira de Belém ao longo da BR-22, onde as condições edáficas são desfavoráveis à pecuária intensiva [...] cogita-se agora de organizar uma ‘plantation’ de dendê na Bragantina. Parece que, também, por uma questão de preço de terras ficará ela situada perto de Igarapé Açu. Levando-se em conta que a localização de ‘plantations’ indiferente, dentro da região, seria preferível colocá-la no Salgado, onde o crescimento espontâneo de palmáceas dá um sinal evidente de condições ecológicas favoráveis àquela família botânica [...]”⁴⁰

A questão que, a nosso ver, está no centro dessa postura de Valverde é a mesma que estava e se propunha para Waibel, ou seja, a aceitação das ciências da natureza, segundo os positivistas, ou então, lutar por um estatuto autônomo das ciências humanas. A Geografia com as contradições inerentes ao seu próprio objeto de estudo, continha, comportou e comporta, sem sombra de dúvida, esta discussão e para que ela ocorra, é preciso a reflexão sobre o que foi a produção Geográfica e o que ela pretende hoje.

Essas questões são importantes, pois, é na compreensão do choque teórico-metodológico como apontado em Valverde que se pode encontrar o fio condutor para compreender a sua produção geográfica. E essa questão pode ser encontrada claramente em trechos da sua obra “*Geografia Agrária do Brasil*”:

“De fato, o conceito de sistema agrícola já referido é subordinado ao de forma de economia (Wirtschaftsform) ou instituição econômica. Não é sim-

⁴⁰ VALVERDE, O. e DIAS, C.V. “A Rodovia Belém-Brasília”. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1967. p. 76, 77.

ples a distinção entre esses dois conceitos. Werner Sombart (in Waibel, Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil, p. 6) esclarece que o primeiro, isto é, a forma de economia é estabelecida pelo processo de valorização econômica, ao passo que a forma de atividade, refere-se ao processo de trabalho.

A pecuária extensiva, a cultura comercial de cereais, a agricultura de enxada, a pecuária leiteira, seriam, portanto, exemplos de formas de economia; a rotação bienal ou trienal, a agricultura itinerante, a jardinagem de tipo oriental (ou sistema chinês), seriam formas de atividade.

Note-se bem, nos exemplos apresentados, que o primeiro grupo diz respeito, sobretudo, ao objetivo da produção aos instrumentos utilizados (meios de produção), enquanto que o segundo envolve o processo de trabalho em si. A forma de atividade, ou sistema agrícola, por conseguinte, um conceito mais preciso, mais restrito e subordinado ao de forma de economia. As formas de economia são, por sua vez, um conceito englobado em outro ainda mais amplo, qual seja o de modo de produção, cujo estudo constitui o próprio cerne da Economia Política. Dois elementos constituem o modo de produção: as forças produtivas e as relações de produção. Estas são as relações sociais que se estabelecem no processo de produção, ao passo que as forças produtivas são expressas pelas relações entre os homens, de um lado, e, os objetos e forças da natureza empregados na produção dos seus materiais, de outro.

Os modos de produção caracterizam, em linhas gerais, cada uma das fases da história econômica da humanidade [...]⁴¹

Este trecho da obra de Valverde é talvez um dos mais representativos do choque teórico-metodológico apontado anteriormente e que procurarei neste exemplo concreto explicá-lo melhor. Primeiramente, Valverde incorpora de Waibel os conceitos de sistema agrícola, forma de atividade e forma de economia e procura compreender para explicar estes conceitos à luz do universo teórico do materialismo histórico. O problema que surge é, se isso é possível, pois estes conceitos são componentes precisos de outro universo teórico que é a escola histórica alemã de economia, sob as palavras de um dos seus últimos representantes (Werner Sombart) que fez parte também da chamada escola de Sociologia Compreensiva. Essa escola tem também seu universo teórico preciso, e a obra de Max Weber “Economia Y Sociedad” trata desse instrumental teórico

⁴¹ VALVERDE, O. “Geografia Agrária do Brasil”. Rio de Janeiro: INEP 1964, p. 33, 34.

à luz de suas premissas básicas.⁴² Assim, quer parecer que este desvio teórico em Valverde, é consequência de uma incorporação a-crítica do instrumental teórico de Waibel ou mais ainda, Valverde lê Waibel, incorpora Waibel, não com os “olhos de Waibel”, mas com os “olhos de Valverde” que não se inserem nas premissas teóricas básicas de Waibel, daí o conflito, ou melhor, a contradição.

Em segundo lugar, deve-se lembrar, agora sob a luz do materialismo histórico, se não houve em Valverde uma transferência pura e simples do conceito de formas de produção⁴³ com o conceito de formas de atividade, pois isto pode ser interpretado através da explicação que Valverde dá após os exemplos apresentados (citação anterior).

Embora discorde da conexão que Valverde faz entre o conceito de formas de economia e modo de produção, estou concorde com ele, que é a luz do materialismo histórico que se pode compreender não só as fases da história, mas todo o processo de produção nas formações sociais historicamente constituídas, além de principalmente se poder compreender as conjunturas específicas dessas formações, ou seja, as lutas de classes, como motor da própria história.

Assim, tudo indica que a incorporação da teoria de Von Thünen por Valverde deve ser entendida dentro desse contexto contraditório em que ele se insere, pois só assim poder-se-á compreender porque essa incorporação continuou a-crítica.

Para Valverde, Thünen descobriu uma variante explicativa da organização da agricultura capitalista e ela passa a ser para ele, a própria explicação da distribuição e organização dessa agricultura. Este processo se deu, mesmo que o processo de abstração em Thünen não fosse o mesmo de Valverde, mesmo que o instrumental teórico de Waibel (que foi quem incorporou Thünen, sendo que Valverde o incorpora via Waibel) inscrito num universo teórico que não é o de Valverde. É essa contradição presente na obra de Valverde, um dos pontos fundamentais da sua produção geográfica. Por isso, ele é um dos mais ilustres representantes de um movimento histórico que deixou suas profundas marcas não só no conhecimento como um todo, mas principalmente na geografia em particular.

⁴² WEBER, M. “Economia y Sociedad”. Vol. I. 2. ed. México: Fondo de Cultura Económica, 1964, p. 273, 288.

⁴³ MARX, K. “O Capital (Crítica da Economia Política) – Livro 2, Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970, p. 39, 40.

Foi, sem sombra de dúvida, assumindo a posição de Valverde, que eu mesmo pude compreender o processo de produção de minha própria tese de doutorado, já citada. Ou seja, estava no início, participando de uma escola, que a bem da verdade, não tinha a plena consciência que hoje tenho. Mas isso pouco importa, pois sei que todas estas preocupações e proposições estão datadas historicamente.

ORLANDO VALVERDE E A SOCIEDADE

Nesta parte farei alguns depoimentos sobre o encontro da vida/obra de Orlando Valverde com a sociedade brasileira em geral. Suas lutas são as provas inequívocas de seus princípios voltados para construir uma sociedade mais justa.

A FUNDAÇÃO DA CAMPANHA NACIONAL DE DEFESA E PELO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA (CNDDA) EM 1967

É no prefácio do livro *“O problema florestal da Amazônia brasileira”* publicado pela Vozes em 1980, e apresentado por Nelson Werneck Sodré, que Orlando Valverde conta a história relativa à fundação da CNDDA, que ele presidiu por vários mandatos, e que se confunde com a sua primeira campanha de luta:

– Era por volta de 1966. Um grupo de brasileiros autênticos preocupava-se com as atitudes antinacionais, relativamente à nossa Amazônia, tomadas por alguns altos dirigentes do país, liderados pelo Sr. Roberto Campos, então poderoso Ministro do Planejamento. O Engenheiro Eudes Prado Lopes apresentou, nessa época, monumental projeto de barragem do rio Amazonas, na altura de Óbidos, o qual colocaria o Brasil, com uma só obra de engenharia, no plano das nações mais ricas em energia hidrelétrica do Planeta.

Criou-se, nessa oportunidade, a CNDDA, sob a presidência do General Tácito Lívio Reis de Freitas, veterano da FEB e prestigioso batalhador da Campanha do Petróleo. Na referida Campanha, reuniram-se pessoas das mais variadas correntes de idéias, tendo, entretanto, ideais comuns: integrar nossa Amazônia na comunidade brasileira, desenvolvê-la, impedir o seu saque, sua depredação.

Na mesma época, mas sem ter contacto com o movimento de opinião que se iniciava, surge num programa de Televisão, a figura corajosa e patriótica do Professor Artur César Ferreira Reis, denunciando e protestando contra uma reunião oficial, no Ministério da Agricultura, presidida pelo próprio Ministro, e lesiva aos interesses nacionais na Amazônia.

Convidado, em seguida, para Presidente de Honra da CNDDA, o Professor Ferreira Reis confirmou sua reputação de ardoroso patriota e apaixonado amazônida: prestigiou sempre a Campanha e dá-lhe valiosa colaboração.

O Clube Positivista, fiel às suas tradições de amor ao Brasil e à República, abrigou a Campanha em suas dependências.

A CNDDA criou, então, grupos de trabalho, e a Comissão de Estudos, que tenho a honra de dirigir, veio efetuando pesquisas, em diferentes setores do conhecimento, no interesse do programa de defesa e desenvolvimento da Amazônia brasileira.

No início de 1967, elementos ligados ao Instituto Hudson tentavam inculcar à opinião pública o *Plano dos Grandes Lagos Sul-Americanos* de Roberto Panero e Hermann Kahn. E, ostensivamente, o citado Instituto contratou, para fazer propaganda do plano em questão, o agrônomo Felisberto C. Camargo e o já referido Eng. Eudes Prado Lopes. A CNDDA, que até aquela altura estudara e avaliara o projeto deste último, compreendeu a insidiosa manobra e tentativa de envolvimento. Em reuniões sucessivas, com a presença de algumas dezenas de pessoas, examinou exaustivamente o *Plano Hudson* e, em conseqüência, passou a combater os objetivos colonialistas do Instituto Hudson e de seus citados representantes.

Realmente, as pesquisas efetuadas pela CNDDA, e por sua Comissão de Estudos, revelaram os planos sinistros e antibrasileiros de Hermann Kahn, aliás, contratado pelo Departamento de Estado norte-americano. As provas que vieram à lume serviram de fundamento a uma vigorosa campanha de Imprensa, em que sobressaíram prestigiosos jornais, como o *Correio da Manhã* do Rio de Janeiro, e a *Folha de São Paulo*, da capital bandeirante. Serviram também de lastro aos estudos e ao Parecer final do EMFA (Estado Maior das Forças Armadas), que, patrioticamente, fulminou o *Plano dos Grandes Lagos Amazônicos*. A partir daí, a atitude do Governo brasileiro foi firme e conseqüente, na repulsa a essa trama contra a Amazônia e os supremos interesses nacionais.

No calor dessa campanha, nasceu a revista *A Amazônia Brasileira em Foco* [...] em cujas páginas são traçados os rumos e divulgados os pontos relevantes que orientam as atitudes da CNDDA. Para manter-se livre de influências estranhas aos ideais da Campanha, a Revista não aceita publicidade, sob qualquer forma, e de qualquer procedência [...].

Deve-se esclarecer, com ênfase, que a CNDDA não tem uma orientação jacobina, e, muito menos, xenófoba. Com ela têm colaborado grandes nomes de cientistas estrangeiros: o Dr. Harald Sioli, do Instituto Max Planck, da Alemanha Ocidental [...] o Professor Jean Tricart, da Universidade de Estrasburgo (França) [...] o Professor Kleinpenning, da Universidade Católica de Nijmegen, Holanda [...].

A pressão das multinacionais sobre nossa Amazônia continua, solerte ou ostensiva[...]”⁴⁴

Mas, o que era e o que pretendia o *Plano dos Grandes Lagos Sul-Americanos* de Roberto Panero e Hermann Kahn do Instituto Hudson?

Orlando Valverde e particularmente Henrique Miranda e Irene Garrido Filha, trataram de esmiuçar o projeto. Deste estudo, nasceu o texto “*Dos Grandes Lagos Sul-Americanos aos Grandes Eixos Rodoviários*”, também publicado no livro anteriormente citado. Este texto serviu duplamente, pois foi instrumento de combate ao plano do Instituto Hudson, e também, serviu de base para o debate sobre a construção de eixos rodoviários na Amazônia pelo governo militar. Valverde escreveu sobre os projetos:

“Em dezembro de 1966, o Eng. brasileiro Eudes Prado Lopes, que antes trabalhara para a Petrobrás na Amazônia, apresentava um audacioso projeto para construir uma barragem no rio Amazonas, em Óbidos, destinada sobretudo a fornecer nada menos que 70.000.000 kw. Essa conferência foi realizada no auditório do Ministério da Educação e patrocinada pelo Lion’s Clube da Gávea. Além do enorme volume de energia, que colocaria o Brasil, nesse setor, em nível dos países desenvolvidos, o projeto apresentava a vantagem de concentrar sobre uma única meta os planos de desenvolvimento regional.

Pouco depois, o referido engenheiro entrava em entendimentos com o chefe de gabinete do Ministério do Planejamento, em cuja pasta se encontrava o Sr. Roberto Campos, e o plano Eudes foi encaminhado ao Ins-

⁴⁴ VALVERDE, O. “O problema florestal da Amazônia brasileira”, Petrópolis: Vozes, 1980, p. 11-13.

tituto Hudson, nos Estados Unidos. Esse Instituto era então quase desconhecido no Brasil, pois está basicamente vinculado ao planejamento estratégico do Pentágono, de onde lhe provêm mais de 85% de suas imensas verbas. Acha-se equipado com modernos computadores e é dirigido por um grupo de 16 cientistas, chefiados pelo Sr. Hermann Kahn, figura sinistra de planejador, considerado o teórico máximo da guerra nuclear, e que combina atitudes cínicas perante problemas sérios com um físico desmesurado de 140 kg.

Ficou encarregado da elaboração do anteprojeto do Instituto Hudson um de seus técnicos, o Sr. Robert Panero. Ele apresentou todo um sistema supranacional de grandes barragens para a América do Sul, compreendendo:

1. O Projeto Chocó, ligando as bacias do Atrato e do San Juan, na Colômbia, tendo em mira duplicar o canal do Panamá.
2. O projeto Pimichin, ligando o Orenoco ao Rio Negro, na fronteira venezuelano-brasileira, de modo a permitir uma via navegável, entre aquele rio e o Amazonas, melhor que a do canal Cassiquiare (natural).
3. O projeto “Grande Lago Amazônico”, barrando o Rio-Mar num ponto que seria em Óbidos ou Monte Alegre.
4. O projeto designado vagamente pelo título “Regiões remotas do Leste da Bolívia”, visando ligar os rios Guaporé e Paraguai.
5. O projeto “La Araracuara”, no Caquetá (chamado Japurá, no Brasil), barrando esse rio no sul da Colômbia, até às fraldas dos Andes.
6. O projeto “Amazonas Peruano”, barrando o curso médio do Ucaiáli, no Peru.

Toda a doutrinação teórica de Panero, endossada por Hermann Kahn, está contida em dois artigos: o primeiro publicado no México, sob a autoria de ambos (“*Nuevo enfoque del Amazonas*”, Progreso 65/66 – Revista del Desarrollo Latino-americano, p. 134-141, México. 1967); o segundo, impresso em multilite, como publicação do próprio Instituto Hudson (“*Um Sistema Sul-Americano de Grandes Lagos*”, Ed. Multilit do Instituto Hudson, 1967, em edições português, inglês e castelhano).

Nesses trabalhos, os objetivos do Instituto estão expostos com notável clareza. Insiste o autor do anteprojeto em que as obras hidráulicas deveriam obedecer a quatro características fundamentais: 1ª – Seriam obras de *baixo*

custo, cujo preço total andaria em 250 e 500 milhões de dólares; enquanto isso, o anteprojeto original de Prado Lopes deveria custar, para uma só represa, um bilhão e meio de dólares; 2ª – Deveriam ser *represas baixas*, construídas de terra ou aterro hidráulico; 3ª – Seriam obras de *baixa eficiência*, sob a alegação explícita de que ‘o valor da eletricidade por si só não justificaria a construção’; 4ª – Teriam por escopo a *extração vegetal e mineral*, como metas tangíveis dos esforços estrangeiros do desenvolvimento.

Os itens acima apresentados mostram, a nu, os propósitos neocolonialistas do Instituto Hudson. Toda a idéia de aproveitamento hidrelétrico da bacia amazônica tinha sido posta de lado, em benefício do saque aos recursos minerais e vegetais da região.

Ora, hoje em dia é doutrina pacífica que a simples exportação de matérias-primas não contribui para o desenvolvimento das regiões e países produtores. Se assim o fosse, o Catanga, a Bolívia, o Chile estariam entre os países mais avançados do mundo. Pois bem, a idéia central, preconizada pelo Instituto Hudson, corresponde a uma ‘catanguização’ da região amazônica.

Kahn e Panero chegaram ao extremo de expor sem reboços suas teorias, herdadas diretamente do imperialismo clássico. Resumem eles o mundo subdesenvolvido em três áreas: A – em *áreas urbanas*, compostas de uma civilização do século XX, à qual se agregam favelas; são caracterizadas financeiramente por um alto índice de investimentos, e nas quais os grupos dominantes – segundo seus autores – seriam compostos de técnicos, que se opõem aos políticos. A área B – compreendendo as zonas rurais, habitadas por representantes de uma civilização do século XVII modernizada, dominando massas atrasadas de camponeses. Nessa área, registram-se baixos índices de investimentos. Por fim, a terceira é a área C – inexplorada, com poucos investimentos privados e na qual, se classe dominante existe, seria representada pelos militares servindo nos postos avançados do país.

Apregoam, então, os referidos teóricos as vantagens da aplicação de capitais na área C, porque dá possibilidades para auferir altos lucros, sem causar impacto político no respectivo país e sem, portanto, levantar nenhuma oposição séria.

Eudes Prado Lopes e seu projeto tiveram um fim melancólico nessa história. Não teve ele firmeza moral ou desejo de contrapor publicamente seu projeto inicial ao projeto distorcido pelo Instituto Hudson. Muito pelo contrário, deixou-se envolver como protagonista numa ‘comédia’ em que, perante

um auditório composto, sobretudo de altas patentes militares, era contratado pelo referido Instituto, por intermédio do seu representante assalariado no Brasil, o Sr. Felisberto Camargo. Até que ponto o projeto inicial de Prado Lopes estaria vinculado aos propósitos então ocultos do Instituto Hudson?

Enganaram-se, porém, os ‘cientistas’ daquela agência, quando julgaram que suas tramas não provocariam reação. No próprio ano de 1967, o Prof. Arthur Cezar Ferreira Reis, ex-governador do Estado do Amazonas, e autor de um magnífico estudo histórico sobre *‘A Amazônia e a Cobiça Internacional’* (Ed. Record, 1968), reagiu publicamente, através de uma entrevista coletiva à imprensa, denunciando a nova manobra, diametralmente oposta à integração da Amazônia na comunidade econômica e social brasileira. Nova, sim, porque, conforme o mesmo Prof. Ferreira Reis descreve no livro citado, esta é a terceira tentativa efetuada nos últimos 20 anos para internacionalizar a Amazônia brasileira: a primeira foi a criação do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica, proposta pela Unesco e estigmatizada em patriótico e eloqüente discurso pelo deputado e ex-presidente da República, Sr. Arthur Bernardes. A segunda tentativa estava sendo levada a efeito através do Ministério da Agricultura, visando criar o Instituto Internacional do Trópico Úmido, com sede em Washington. Dessa vez, foi ele próprio, o Prof. Ferreira Reis, quem numa entrevista televisionada denunciou a vergonhosa tramóia.

Um grupo desinteressado de patriotas reunira-se, independentemente de credos políticos e religiosos, para defender a integração e o desenvolvimento da Amazônia, e aceitara inicialmente o projeto Prado Lopes, cuja difusão passou a fazer. No entanto, logo que foram confirmados os vínculos desse projeto com os planos do Instituto Hudson, tomou atitude aberta contra ambos. Sob a presidência de honra do Prof. Ferreira Reis, essa comissão, que tomou o nome de Comissão Nacional de Defesa e pelo Desenvolvimento da Amazônia (CNDDA), reúne-se semanalmente no Clube Positivista e já publicou quatro opúsculos de uma série denominada ‘A Amazônia Brasileira em Foco’.

O golpe de misericórdia no plano dos Grandes Lagos Sul-Americanos, do Instituto Hudson e seus sequazes, foi dado quando o Estado Maior das Forças Armadas se manifestou oficialmente contrário a ele, como lesivo aos objetivos nacionais. E foi arquivado.

Duas vezes esteve, mais tarde, Hermann Kahan no Rio e em S. Paulo, financiado pela Fundação Getúlio Vargas, por industriais das duas metrô-

poles e por uma indústria norte-americana de anticoncepcionais, tentando inculcar seus planos maquiavélicos à elite dirigente do País. Mas foi em vão: não obteve ele nenhuma entrevista oficial com qualquer ministro, e da tremenda campanha publicitária só deixou gravado na memória popular o ridículo do seu corpanzil monstruoso.⁴⁵

Assim, a CNDDA, já nasceu como instrumento de luta, deste grupo de brasileiros nacionalistas, liderados pelo incansável Orlando Valverde.

O PROBLEMA FLORESTAL NA AMAZÔNIA – E O COMBATE À PROPOSTA DAS FLORESTAS DE RENDIMENTO DE CLARA PANDOLFO.

Outra luta levada a efeito por Orlando Valverde, foi contra o plano da SUDAM de estabelecer para a Amazônia florestas de rendimento para serem exploradas pelas multinacionais da madeira.

Como escrevi no livro “*Amazônia: monopólio, expropriação e conflitos*”⁴⁶ (Papyrus, 1987), o processo de exploração das florestas da Amazônia vem de longo tempo. Serrarias têm acompanhado a ocupação das diferentes frentes de penetração na região. Entretanto, este fato ganhou dimensão de projeto nacional com o II PND, quando foi planejada para a Amazônia a chamada “*política de desenvolvimento dos recursos florestais*” com ênfase na “*exploração racional da madeira das florestas de terra firme*”. O “decantado” sistema de *floresta de rendimento*. Segundo Orlando Valverde, em seu livro “*O Problema Florestal da Amazônia Brasileira*”⁴⁷, esta tese foi apresentada em pleno “milagre brasileiro” por Clara Pandolfo, e serviu de base para o II PND e o II PDA:

“Em 1972, a Dra. Clara Pandolfo, diretora do Departamento de Recursos Naturais, da SUDAM, publicou um trabalho intitulado *Estudos Básicos para o Estabelecimento de uma Política de Desenvolvimento dos Recursos Florestais e de Uso Racional das Terras na Amazônia*, reeditado em 1974 com o fim precípua de servir de base ao 2º Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), do Governo federal. Este plano, na parte referente à região amazônica, tornou-se conhecido pela sigla II PDA (2º Plano de Desenvolvimento da Amazônia).

⁴⁵ Idem, p. 108-112.

⁴⁶ OLIVEIRA, A.U. ‘Amazônia: monopólio, expropriação e conflito’. Campinas: Papyrus, 1987.

⁴⁷ VALVERDE, O. “O problema florestal da Amazônia brasileira”. Petrópolis: Vozes, 1980.

O Relatório Pandolfo prevê toda uma série de Reservas Florestais e de Reservas Indígenas, espalhadas na região amazônica, assim como 12 ‘Florestas Regionais de Rendimento’ [...] A soma das áreas das ‘florestas de rendimento’ propostas é igual a 39.253.000 hectares (392.330 km²), superfície maior que a total do Estado do Maranhão, isto é, superior à Alemanha! [...].

Segundo o relatório Pandolfo, essas áreas destinadas à exploração florestal na terra firme ofereceriam um volume médio de madeira comercial de 178 m²/hectare, muito maior que as matas de várzea que, segundo a mesma autora, dariam apenas 90 m³/hectare [...].

O Governo federal forneceria ‘incentivos fiscais’, isto é, financiamentos, através da SUDAM, oriundos do imposto sobre a renda. Além disso, competiria também ao Governo brasileiro organizar previamente a infra-estrutura viária, por meio de estradas ligando cada uma das doze ‘Florestas Regionais de Rendimento’ aos rios navegáveis mais próximos, a fim de facilitar o escoamento da produção madeireira, assim como a importação dos bens de produção e de consumo necessários.

Essas enormes concessões deverão ser entregues a empresas nacionais ou estrangeiras devidamente qualificadas, segundo a citada autora.⁴⁸

Portanto, segundo a “tese Pandolfo”, as doze “*florestas regionais de rendimento*” somariam uma superfície de 39 milhões de hectares ou 390.000 km². Uma superfície, portanto, superior àquela ocupada pelo estado do Piauí, para não dizer maior do que a Noruega, Finlândia, Itália etc.

Ainda segundo Valverde, que tem sido um verdadeiro “soldado civil” na defesa da Amazônia, o relatório Pandolfo apontava para a possibilidade de exploração de um volume médio de madeira comercial da ordem de 178m³ por hectare, quase o dobro, portanto, do rendimento obtido nas florestas de várzea que estariam na casa dos 90m³ por hectare. Todo o processo de exploração seria financiado pelo governo federal, através de sua política de incentivos fiscais, que também arcaria com as obras de infraestrutura viária e de navegação, de modo a permitir acesso ao escoamento da madeira.

Essas verdadeiras “capitanias hereditárias” seriam entregues às grandes empresas nacionais e estrangeiras. Com isso, segundo Pandolfo e o II PND, fração significativa da Amazônia seria alienada, em nome do “desenvolvi-

⁴⁸ Idem, p. 18, 19.

mento”, aos interesses do capital nacional/internacional (quer dizer, multinacional), sem que ao menos os brasileiros da própria região soubessem.

O Plano Pandolfo foi combatido no Brasil e no exterior. Valverde e a CNDDA — Comissão Nacional de Defesa e pelo Desenvolvimento da Amazônia — não se calaram frente a ele. Aliás, o próprio Valverde aponta o trabalho de Betty Meggers e Clifford Evans “Amazônia: A Ilusão de um paraíso” (EDUSP, 1987), no qual aparece a relação entre a localização dos grupos lingüísticos indígenas no Brasil e os chamados refúgios florestados da América do Sul. A distribuição das reservas indígenas mostra claramente que em nome do “progresso, desenvolvimento e segurança” as nações indígenas são colocadas, quando o são, em terras “escolhidas a dedo”, nas piores áreas da Amazônia. O melhor exemplo disto é a nação Nhambiquara que vivia nas florestas do Vale do Guaporé, no Mato Grosso, mas teve suas terras demarcadas nos cerrados de solos pobres da Chapada dos Parecis.

Mas se o Relatório Pandolfo era um plano, a exploração da floresta amazônica, como já disse, vem sendo feita há muito tempo. E o capital estrangeiro, como se sabe, tem feito parte desta exploração expropriativa. Urge, portanto, continuar esta denúncia, pois de vez em quando os órgãos do governo procuram ressuscitar este malfadado plano.

Ironicamente, o governo Lula fez aprovar no Congresso a nova lei de concessão de exploração das florestas na Amazônia, ressuscitando o projeto de Pandolfo. Por isso, seguindo o exemplo de Valverde é preciso combater esta lei daninha aos interesses do país, implantada exatamente, pela ministra que se diz defensora da Amazônia, Marina Silva.

A Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, dispõe “sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável” e, em seu artigo 3º inciso VII informa que a “concessão florestal: delegação onerosa, feita pelo poder concedente, do direito de praticar manejo florestal sustentável para exploração de produtos e serviços numa unidade de manejo, mediante licitação, à pessoa jurídica, em consórcio ou não, que atenda às exigências do respectivo edital de licitação e demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado.”⁴⁹

Por ironia da história, coube a uma ministra que sempre se disse defensora da Amazônia, Marina Silva e, a um governo que, também, sempre se

⁴⁹ http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11284.htm

disse defensor dos trabalhadores, o PT de Lula, entregar ao capital privado, a exploração da floresta amazônica. Ressuscitaram o Plano Pandolfo, e entraram para a história como defensores daquilo que condenavam.

A mídia assim retratou a ironia/farsa:

“Oito concessionárias encabeçadas, na maioria, por madeireiras entraram na disputa pela Concessão Florestal da Floresta Nacional Jamari, em Rondônia. Uma área de 96 mil hectares de floresta é a primeira da Amazônia a ser licitada com amparo da Lei de Gestão das Florestas Públicas, que concede a empresas privadas o direito de exploração de áreas da floresta amazônica por períodos de até 40 anos. A área licitada da Jamari equivale, por exemplo, a mais de duas áreas da cidade de Curitiba, no Paraná (ou 53.333 campos de futebol).

Criada pelo governo Lula com a finalidade de evitar a grilagem de terras da Amazônia e promover um desenvolvimento sustentável da floresta, a lei permite que concessionárias explorem áreas – pré-determinadas pelo Ibama como ‘áreas de manejo’ -, extraiam produtos da terra e comercializem. As empresas vencedoras também podem explorar a região com serviços, como o ecoturismo, mas sempre obedecendo a regras de preservação da floresta, além de normas para atualização de preços de produtos e serviços explorados.

Alex Madeira Ltda., Amata SA, Civarro Agropecuária, Engenharia e Comércio Ltda., Con & Sea Ltda., Construção e Incorporação Kabajá Ltda., Porta Júnior Construções Ltda., Sakura Indústria e Comércio de Madeiras Ltda. e Zn Indústria, Comércio e Exportação de Madeiras Ltda. ME já apresentaram as suas propostas ao Serviço Florestal Brasileiro (SFB) na última quarta-feira e serão agora avaliadas para saber se estão habilitadas a concorrerem à concessão. Os projetos serão analisados pelo SFB a partir da próxima semana.

A Lei de Gestão das Florestas Públicas foi criada a partir do PL 4776/2005 pelo governo federal e aprovada pelo Congresso Nacional no ano passado. Ela regulamenta a gestão de florestas públicas (matas naturais ou plantadas em terras da União). Além de criar o Serviço Florestal Brasileiro e o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF), a lei permite concessões florestais pagas, baseadas em processo de licitação pública.

Do total de 193,8 milhões de hectares de florestas públicas federais, 43 milhões de hectares são considerados legalmente passíveis de concessão. Destes, o Plano Anual de Outorga Florestal (PAOF), criado pela mesma lei, con-

siderou passíveis das primeiras concessões as florestas públicas inseridas numa área de 11,7 milhões de hectares (6% do total). A Floresta Nacional Jamari foi determinada pelo governo como a primeira área a ser licitada. Dos seus 220 mil hectares, 96 mil foram divididos em três glebas (11 mil ha; 33 mil ha; 46 mil ha) e serão disputados pelas concessionárias concorrentes.

A área está localizada no Estado de Rondônia, nos municípios de Candeias do Jamari, Itapuã do Oeste e Cujubim. Os objetos a serem explorados na região são produtos da floresta, como madeira, frutos e sementes, e serviços, como o ecoturismo. As concessionárias vencedoras assinarão um contrato que poderá ir de cinco a quarenta anos. De acordo com a lei, as concessões não implicam em qualquer direito de domínio ou posse sobre as áreas manejadas. As concessionárias vencedoras terão o direito de explorar os produtos da floresta e cada contrato estabelecerá regras para a utilização da área e também regras para atualização de preços de produtos e serviços explorados.

Durante o período em que irá explorar a região, a concessionária será fiscalizada pelo Ibama e pelo Serviço Florestal Brasileiro. Além disso, será obrigatória uma auditoria independente, pelo menos uma vez a cada três anos. A fiscalização das concessões será feita em três frentes. O Ibama fará o monitoramento ambiental da implementação do plano de manejo florestal sustentável. O Serviço Florestal Brasileiro fará a fiscalização do cumprimento dos contratos de concessão. E, em terceiro, será obrigatória uma auditoria independente das práticas florestais, no mínimo a cada três anos por entidade previamente credenciada pelo Inmetro – Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial. Para o monitoramento, o Serviço Florestal se utilizará, entre outras ferramentas, do Sistema de Detecção de Exploração Seletiva (Detex), que permite detectar a exploração florestal por sensoriamento remoto (por meio de imagens de satélite). Esse sistema, desenvolvido em conjunto com o Inpe – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, entrará em funcionamento até o final do ano.

Cada uma das concessionárias irá pagar uma quantia anual ao governo federal pelo uso dos recursos florestais. Esses recursos serão distribuídos da seguinte forma: até 30% serão destinados à manutenção do sistema de gestão, pelo Serviço Florestal e Ibama (para realizar atividades de monitoramento e controle das áreas licitadas). Os outros 70% serão distribuídos: 20% ao Estado onde a área está localizada; 20% aos municípios; 40% ao Instituto Chico Mendes e 20% ao Fundo Nacional de Desenvolvimento

Florestal. Manejo florestal é um conjunto de práticas de administração dos recursos florestais que visam à produção de produtos madeireiros ou não madeireiros (frutos, sementes, óleos) conservando a floresta em pé.

O Ministério do Meio Ambiente justificou a criação da Lei de Gestão das Florestas Públicas, como uma tentativa de ordenar o acesso a recursos florestais que existem nas terras da União. As gestões das florestas públicas terão como princípio, de acordo com a lei, a conservação de ecossistemas, da biodiversidade, solo e recursos aquáticos.

Na avaliação do grupo ambientalista Greenpeace, a lei significa, na prática, um reconhecimento, pelo governo federal, de que o ‘destino manifesto’ da Amazônia é a conservação e o uso sustentável dos recursos da ‘floresta em pé’. O Greenpeace do Brasil apoiou o projeto da gestão de florestas públicas porque entende que é a única forma do governo federal controlar a exploração de terras na Amazônia e acabar com a grilagem. ‘Cerca de 75% das terras da Amazônia são públicas e não há nenhum controle sobre elas’, diz Sérgio Leitão, diretor de políticas públicas da organização. ‘Mas é claro que é um risco, pois a intenção é ótima, mas vamos ver a implementação como será.’

‘Vai depender única e exclusivamente do governo, o sucesso dessa concessão’, diz Roberto Smeraldi, diretor da Organização Amigos da Terra – Amazônia Brasileira. ‘A lei tem vários problemas e limitações, mas é inquestionável que é preciso estabelecer concessões na Amazônia porque o governo já está agindo tarde demais para arrecadar e regularizar as terras públicas.’

Analizadas as propostas dos oito concorrentes à concessão da Floresta Jamari, o Serviço Florestal irá divulgar quais estão realmente habilitadas a participar da licitação. Depois disso, os projetos de cada uma das empresas serão analisados. A área da Jamari foi dividida em três glebas e cada uma só pode ser licitada a uma concessionária. O SFB estima que em meados do mês de março, os vencedores sejam anunciados e os contratos, assinados. Ainda não há previsão de qual será a próxima área – dentro dos 43 milhões de hectares que são considerados legalmente passíveis de concessão pelo Ibama – que será licitada.”⁵⁰

Se o governo Lula conseguiu, de certo modo, o apoio de alguns movimentos ambientalistas, o mesmo não ocorreu no meio científico, pois cou-

⁵⁰ <http://noticias.uol.com.br/ultnot/2008/01/11/ult23u914.jhtm>

be agora ao professor Aziz Nacib Ab’Saber, criticar duramente esta política privatista e destruidora da floresta Amazônica do governo do Partido dos Trabalhadores:

“A Lei de Gestão das Florestas Públicas é absolutamente inócua do ponto de vista da economia, na opinião de Aziz Ab’Saber, geógrafo do Instituto de Estudos Avançados da USP (Universidade de São Paulo). ‘É claro que as concessões irão favorecer grupos já bem situados e que já exploram a floresta. As pessoas que elaboraram essa lei não conhecem a Amazônia e não sabem que para se chegar a determinadas áreas de interesse econômico é preciso destruir um caminho em volta.’

O geógrafo afirma que falta ao Brasil planejamento e que a iniciativa de conceder floresta pública para empresas privadas explorarem e preservarem é um reflexo disso. ‘Não pode haver ideário mais nocivo e desinteligente do que esse sistema de concessões como forma de proteção’, diz Ab’Saber. ‘Inserir no texto da lei a frase ‘desde que a área seja sustentada’ não resolve o problema. Ninguém no Ministério do Meio Ambiente conhece a idéia correta de exploração sustentada da Amazônia.’

Segundo o professor, as madeireiras se utilizam dos moradores locais, conhecidos como “mateiros”, para encontrar no meio da floresta as árvores de interesse comercial. Esses mateiros abrem picadas na mata e depois essas picadas viram trilhas, por onde passam os homens com motoserras para derrubar as árvores. ‘Por fim, as trilhas acabam virando estradas porque todo transporte de madeira da mata é feito por caminhões’, explica. ‘Só nesse processo já devastou.’

Aziz Ab’Saber também não aceita a justificativa de que as concessões são a única maneira de o governo conseguir evitar a grilagem de terras na Amazônia e promover o seu desenvolvimento sustentado. ‘Isso é uma mentira sem tamanho. Daqui a 40 anos lulas e marinas já não estarão mais vivos para saber o que fizeram ali. A principal falha do Ministério do Meio Ambiente é que seus projetos não têm previsão do impacto no futuro.’ As chamadas Flonas (Florestas Nacionais), na opinião do geógrafo, deveriam ser áreas de proteção total e não passíveis de concessão. ‘Foram criadas em um momento em que cerca de 550 mil km² de mata já haviam sido devastados; o natural é que fossem blindadas, para parar a devastação.’⁵¹

⁵¹ <http://noticias.uol.com.br/ultnot/2008/01/11/ult23u928.jhtm>

A DENÚNCIA SOBRE A VENDA DE TERRAS A ESTRANGEIROS NA AMAZÔNIA E A DIVULGAÇÃO DO RELATÓRIO VELLOSO: AS JAZIDAS DOS MINÉRIOS E MINERAIS ESTAVAM SENDO APROPRIADOS PRIVADAMENTE.

Outra denúncia feita pela CNDDA liderada por Valverde, foi a divulgação do Relatório Velloso relativo à CPI sobre a venda de terras a estrangeiros. Escrevi sobre este escândalo no livro *“Integrar para não entregar – Políticas Públicas e Amazônia”*⁵² (Papirus, 1988). Nele lembro que o período de existência do IBRA – Instituto Brasileiro da Reforma agrária e INDA – Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário, de 1964 a 1970, esteve marcado por um processo intenso de corrupção, grilagens e venda de terras para estrangeiros. Aliás, este fato ganhou projeção nacional e internacional. Em nível nacional, acabou desembocando em 1968, na constituição, pelo Congresso Nacional, de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar as denúncias veiculadas pela imprensa.

O resultado da CPI foi a elaboração de um relatório – Relatório Velloso – e a comprovação do envolvimento de inúmeros brasileiros particulares e funcionários do IBRA e de cartórios públicos na grande falcatura da venda de terras a estrangeiros, sobretudo na Amazônia:

“No momento ainda é muito difícil precisar-se, com exatidão, as áreas mais atingidas pelo problema que está sendo estudado. Todos os dados obtidos, até agora, devem ser considerados apenas como dados parciais e muito tempo ainda se necessitará de trabalho paciente e metucioso, para que se possa ter uma idéia precisa da profundidade do problema. O trabalho se torna mais difícil pela evolução constante dos fatos, pois muitas áreas em nome de brasileiros, já estão com negociações entabuladas para serem transferidas para propriedade de grupos estrangeiros e, em muitos casos, áreas já compradas por grupos estrangeiros ainda são mantidas, em nome de seus antigos proprietários e posseiros, com o evidente propósito de evitar a constatação de seus verdadeiros donos.

Ainda são poucos, no momento, os dados obtidos, principalmente os relativos aos estados de Mato Grosso e Acre e territórios de Rondônia, Roraima e Amapá, mas, apesar disto, as informações já obtidas formam um qua-

⁵² OLIVEIRA, A.U. *“Integrar para não entregar – Políticas Públicas e Amazônia”*. Campinas: Papirus, 1988.

dro geral que preocupa bastante. Assim podemos apresentar, ressaltando uma vez mais ser apenas um Levantamento parcial, as seguintes áreas já ocupadas ou em vias de ocupação por grupos estrangeiros.

a) Estado de Goiás		
1.	São João da Aliança – grupo belga	36.014 ha
2.	Araguaína – não-identificado	23.368 ha
3.	Tocantinópolis – Universal Overseas Holding	504.700 ha
4.	Tocantinópolis – Cia. Agropastoril Água Azul	4.459 ha
5.	Filadélfia – Chan Tun Jan	48.403 ha
6.	Uruaçu – John Mauger	113.105 ha
7.	Piacá – Henri Fuller	38.720 ha
8.	Piacá – World Land Co.	72.600 ha
9.	Piacá – não-identificado	24.200 ha
10.	Peixe – John Mauger	ignorada
11.	Alto Paraíso – Stanley Amos Selig	3.918 ha
12.	Niquelândia – Stanley Amos Selig	24.6411 ha
13.	Paraná – Stanley Amos Selig	2.100 ha
14.	Ponte Alta do Norte – Stanley Amos Selig	1.305.000 ha

Neste estado, no momento, já se podem apresentar 3,5% de seu território em mãos de pessoas, ou grupos estrangeiros, devendo-se ressaltar que, no município de Ponte Alta do Norte, toda a sua área, 1.305.000 ha, está em poder de Stanley Amos Selig, que vendeu nos EUA, um total de 1.390.438 ha em lotes nesse município, maior, portanto que a própria área do mesmo [...]

b) Estado do Pará		
1.	Almeirim – National Bulk Carriers	1.250.000 ha
2.	Tomé-Açu – Jamic	25.800 ha
3.	Portel Melgaço – Georgia Pacific	400.000 ha
4.	Melgaço – Robert Richard Morrow	40.658 ha
5.	Portel, Currealinho, Breves, Anapu, Anajás e Bagre – Robin Hollie Mac Glow	400.000 ha
6.	Açará – Jacob Klauss	gnorada
7.	Currealinho – Gork Stinson	8.344 ha

c) Estado da Bahia

Neste estado, como já exposto anteriormente, as regiões atingidas são os municípios de Cocos, Correntinha, São Desidério, Bom Jesus da Lapa e Formosa do Rio Preto. Perfazem estas terras um total de 5.600.000 ha, distribuídas em 53 fazendas, sendo, portanto a área atingida superior a 10% da área do estado [...]

No momento, já existe apurada a venda de cerca de 20.000.000 ha a pessoas ou grupos estrangeiros, distribuídos pelos diversos estados e municípios mencionados e que, como facilmente se poderá constatar, excetuando-se as terras alienadas no estado da Bahia, as demais, em quase sua totalidade, encontram-se dentro da Região Amazônica.”⁵³

Conforme se pode observar pelo que foi possível apurar pela CPI, cerca de 200.000 km² de terras brasileiras, a maioria na Amazônia (mais de 150.000 km²), estavam transacionados com grupos estrangeiros. Para ser mais realista, uma superfície superior àquela ocupada pelo estado do Paraná estava em poder de estrangeiros.

Esse processo lesivo aos interesses dos trabalhadores brasileiros pôde acontecer em função do uso de expedientes criminosos, que por si só poderiam vir a convencer a justiça do país à anulação das concessões. Isto pode ser observado pelas conclusões do Relatório Velloso, na averiguação dos métodos e processos de aquisição de terras:

“É uma constante, na venda de terras a estrangeiro, a presença do elemento nacional como intermediário. Talvez uma das poucas exceções seja o Sr. Robin Hollie Mac Glow, cidadão americano, que intensamente se dedica, no Pará, à atividade de compra de vastas áreas para posteriormente vendê-las a compatriotas seus, com grande margem de lucro. Pelas observações pudemos agrupar os processos de aquisição de terras em três tipos diferentes:

a) Compra de antigos proprietários ou posseiros

Neste processo, um intermediário entra em contato com o proprietário ou posseiro de determinado lugar, de interesse de um grupo, e propõe a compra do mesmo. De um modo geral, o proprietário ou posseiro, sem recursos para explorar suas terras, com dificuldades em obter financiamentos,

⁵³ VELLOSO, A. *apud* GARRIDO FILHA, I. “O projeto Jari e os capitais estrangeiros na Amazônia, Petrópolis: Vozes, 1980, p. 84-87.

e premido pelos impostos, principalmente, os do IBRA, aceita com prazer a proposta, sempre feita com dinheiro à vista.

Esse processo é repetido com todos os elementos da zona visada, que assim passa a ser propriedade de um grupo estrangeiro, apesar de muitas vezes, enquanto interessar, as terras ainda serem mantidas em nome dos antigos proprietários, o que dificulta em muito o levantamento de áreas do território nacional em mão de estrangeiros.

b) Requisição de terras devolutas dos governos estaduais

Neste processo, o elemento nacional intermediário, geralmente com a conivência de funcionários dos Departamentos de Terras estaduais, requer em nome de pessoas, verdadeiras ou fictícias, individualmente, um grande número de lotes, cada um dentro das limitações constitucionais de modo a cobrir toda a zona cobiçada.

Após a obtenção dos títulos definitivos, de acordo com o interesse, ou não, do comprador, os títulos individuais passam, por meio de compra simulada, para o nome da pessoa ou grupo, nacional ou estrangeiro, interessado na compra daquela região.

Com isto, é que se explica como vastas regiões de terras devolutas estaduais, apesar das limitações constitucionais, passam de um momento para outro a se constituir em enormes latifúndios em mãos de pessoas ou grupo nacionais ou estrangeiros.

Este processo foi usado em larga escala no estado de Mato Grosso, na década de 50, e foi usado, conforme demonstrado em informações colhidas por esta CPI, nos estados do Pará e Amazonas, o que explica grandes extensões desses estados em poder do grileiro João Inácio (1.787.310 ha no Maranhão; 1.839.500 ha no Amazonas; e 5.456.140 ha no Pará), requeridas como terras devolutas, o que fere frontalmente a Constituição do Brasil.

c) Grilagem

Por intermédio deste processo, todos os tipos de fraudes são aplicados, desde escrituras falsificadas, aparentando documentos antigos, até títulos definitivos de compra de terras devolutas, também falsos.

Por intermédio desse processo, o cidadão norte-americano Stanley Amos Selig conseguiu a posse de todo o município de Ponte Alta do Norte, em Goiás, e, por intermédio desse mesmo processo, o seu intermediário

João Inácio já tinha sob seu controle vastas extensões, em toda a Amazônia, prontas para serem transferidas para grupos nacionais ou estrangeiros.

Dentro da ‘grilagem’, verifica-se que, com o aproveitamento do que dispõe o Código Civil Brasileiro, que permite em seu artigo 134, parágrafo 2º, o uso da escritura particular para transações até NCr\$ 10,00, sistematicamente dão esse valor simbólico a todas as transações feitas, fugindo assim da escritura pública, e assim, de um modo geral, começando os ‘grilos’, isto é, através de um instrumento particular de compra e venda.

É uma constante nas operações desse tipo, a venda de terras, sempre pelo total de NCr\$ 10,00, e sempre por intermédio de um instrumento particular, que posteriormente é registrado em um cartório, já mancomunado para isto.

Nesse processo de ‘grilagem’, conforme verificado por esta CPI em sua viagem à Porto Nacional, até o roubo de documentos antigos de velhas igrejas foi feito, sendo o papel em branco de livros de registros paroquiais roubado para ser utilizado na confecção de escrituras, em tudo semelhante às feitas no século passado.

A técnica usada na fraude e no crime, por maus brasileiros, pode ser considerada quase perfeita e valendo-se dela é que muitos grupos estrangeiros estão de posse de vastas extensões do território brasileiro.”⁵⁴

O que se pode verificar hoje, passados mais de 40 anos desses episódios, é que não se tratava de uma ação de “maus brasileiros” como o Relatório demonstra, mas sim de uma bem montada estratégia de permitir aos grupos internacionais e nacionais o acesso às riquezas naturais da região amazônica e do Brasil em geral.

Essa estratégia fazia parte da política posta em prática pelos governos militares que passaram a comandar e planejar este processo. A prova inequívoca do que estou afirmando aparece na estratégia que os grandes grupos econômicos nacionais e internacionais passaram a utilizar no Brasil para conseguir vantagens e favores: incluir em cargos de suas diretorias altas patentes militares. Assim, os governos militares procuravam encobrir a real intenção de seus planos com relação à internacionalização da economia brasileira. Por de trás de uma falsa bandeira “nacionalista”, foram entregando os recursos naturais do país, e a Amazônia era parte substantiva desse processo. Valverde e a CNDDA, denunciavam todas estas negociatas.

⁵⁴ Idem, p. 87- 89.

A LUTA CONTRA O PROJETO JARI

No próprio currículo de Orlando Valverde, encontra-se as referências a sua luta contra o Projeto Jari, nos municípios de Almerim-PA e Marzagão-AP. Esta “luta contra a apropriação de terras por estrangeiros retornou com o Projeto Jari, de Daniel Ludwig, que ocupava vastas extensões no vale do Jari, tanto no Pará como no Amapá. Essa campanha também resultou em CPI. Era um projeto megalômico: plantação de gmelina (árvore exótica) para a produção de celulose, compra de fábrica de celulose no Japão e sua vinda flutuando, do Japão ao rio Jari (onde se encontra até hoje, mas consumindo não mais a gmelina, que não se adaptou, mas pinus e eucalipto), e, ainda, plantação de arroz, com duas safras anuais, e exploração do caulim. Tudo isto em sigilo, sem o acesso de brasileiros. Com os erros cometidos e as exigências não atendidas mais pelo governo brasileiro, porque havia manifestações claras da Sociedade brasileira contra o Projeto, Ludwig resolveu ‘vendê-lo’ a um grupo de empresários brasileiros, mas as dívidas foram pagas pelo Banco do Brasil, que não pode participar das gestões empresariais, ao contrário do BNDES, que anteriormente avalizou iniciativas da Jari. Os bons negócios, como a mina e o beneficiamento do caulim e da bauxita refratária, foram para Azevedo Antunes, da ICOMI, do grupo CAEMI. Foi valioso fator de esclarecimento e mobilização o livro ‘O Projeto Jari’, de autoria da geógrafa Irene Garrido, da Comissão de Estudos da CNDDA.”⁵⁵

A LUTA CONTRA O DESMATAMENTO PELOS PROJETOS AGROPECUÁRIOS NA AMAZÔNIA

Outra campanha de denúncia que Valverde participou, foi contra os projetos agropecuários subsidiados pela SUDAM, os quais causaram enorme devastação florestal na Amazônia, no chamado atualmente de “arco do desmatamento”.

Valverde em seu livro “*O Problema Florestal da Amazônia*”⁵⁶ mostrava que a implantação do programa Polamazônia, Polonoreste e Polocentro em meados da década de 1970, “significou, para os planos de ocupação da Amazônia, de um lado a desativação dos projetos de colonização ao longo

⁵⁵ <http://www.confed.org.br/publicar/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=2814&pai=4&sid=204&sub=197&tpl=printerview>

⁵⁶ VALVERDE, O. “O problema florestal da Amazônia brasileira”. Petrópolis: Vozes, 1980.

da rodovia Transamazônica [e o incentivo via programa Polonoreste, da colonização em Rondônia] e, de outro, uma nova ênfase nos projetos agropecuários. Dessa forma, não se financiariam mais ‘minifúndios’, que, segundo a diretriz do novo Governo, esgotavam o solo, aceleravam a erosão e não aumentavam significativamente a produção agrícola. A partir de então, o Governo federal, através da SUDAM, passou a intensificar o financiamento das ‘empresas rurais’, que, também segundo o governo, aplicariam técnicas mais avançadas, iam gerar empregos e forneceriam divisas ao país.

Indicava também, que a conjuntura internacional era propícia para tal política, pois a carne estava muito valorizada no mercado mundial, particularmente a carne magra, de gado zebu. A estratégia, então, era tornar o Brasil, em curto tempo, um grande exportador de carne. Então, uma faixa periférica, no sudeste da hiléia amazônica, estendendo-se de Mato Grosso até a divisa entre o Maranhão e o Pará, foi a região escolhida para receber maior quantidade de incentivos fiscais, destinados à implantação de tais projetos.

De acordo com as normas aprovadas pela SUDAM, as pessoas físicas ou jurídicas beneficiadas com esses incentivos fiscais se comprometiam, no contrato, a proporcionar aos trabalhadores e suas famílias, assistência médica (em ambulatório ou médico visitante) a escola primária, além de instalar benfeitorias, como: casas de alvenaria, cercas, luz elétrica. Os financiamentos eram pagos em quotas: a primeira para a derrubada e queimada; a segunda para a formação das pastagens, construção de cercas e demais benfeitorias, e a terceira para formar o plantel. É óbvio que o recebimento de cada quota dependeria da satisfação das exigências relativas à quota anterior. E a SUDAM, por meio de seus técnicos, cabia fiscalizar o fiel cumprimento das normas.”⁵⁷

Valverde denunciou também, as péssimas condições de vida e de trabalho dos trabalhadores destes projetos agropecuários, como por exemplo, no texto “*O drama do trabalhador nordestino na Amazônia atual*”⁵⁸, publicado na revista *A Amazônia Brasileira em Foco*, nº 7, pela CNDDA, no Rio de Janeiro em 1972. Segundo ele, esta região escolhida era, porém, pouco habitada. Tornou-se necessário trazer mão-de-obra de outras regiões.

⁵⁷ Idem, p. 37 e 38.

⁵⁸ VALVERDE, O. “O drama do trabalhador nordestino na Amazônia atual”, in *Amazônia Brasileira em Foco*, n. 7, CNDDA, Rio de Janeiro, 1972, apud VALVERDE, 1980, p. 9.

“Essa atividade foi exercida indiretamente, por intermédio de empreiteiros, que ficaram conhecidos pelo apelido de ‘gatos’. Toda uma rede de aliciadores precisou ser montada, e assim apareceram também os ‘subgatos’, que foram procurar trabalhadores rurais em áreas nas quais a crise agrária (isto é, o açambarcamento de terras, antes ocupadas por posseiros) estava mais acentuada. A principal região em que esse processo se desenrolava, era o oeste do Maranhão; secundariamente, vinha gente do Piauí, do Nordeste e de outras partes (Goiás, Minas, Paraná, S. Paulo etc.).

No seu local de origem, os trabalhadores eram seduzidos por propostas mirabolantes, até serem colocados em caminhão e, depois de cuidadosamente vigiados em cada pousada, eram entregues na frente de trabalho. As despesas com transporte, manutenção e o pagamento de gatos e subgatos eram, desde logo, debitadas na conta do trabalhador recém-chegado. Tudo o que ele precisava tinha que ser comprado na venda do empresário, porque, naquelas paragens longínquas, em regra não existia outro estabelecimento comercial.

A grande maioria dos contratos era verbal, ou seja, o trabalhador peão não tinha a carteira de trabalho assinada, e muitas vezes, nem qualquer contrato avulso. Por isso, não havia limites para a exploração de sua força de trabalho. Ele labutava de sol a sol, em condições de alimentação e de habitação que dependiam exclusivamente do dono ou do administrador da fazenda.

Os empresários dos projetos agropecuários não tinham apenas o monopólio do comércio; tinham também o da justiça, visto que todas as pendências com os trabalhadores têm sido resolvidas pela polícia privada, composta de capangas (ou ‘jagunços’), armados. Assassinatos, surras, e o uso de cárcere privado, embora proibido pelas leis brasileiras, têm ficado impunes. Ao contrário, quando os trabalhadores se unem e combatem os jagunços, a polícia estadual era chamada para impedir a ‘subversão’.

Formado o pasto, implantadas as benfeitorias julgadas necessárias, os trabalhadores peões são despedidos em massa, sem qualquer indenização. Esgotados e, às vezes, sem dinheiro sequer para retornar à sua terra, estes trabalhadores seguem, em geral, para diante. Penetram na mata, onde se instalam com lavouras de subsistência, como posseiros, em terras aparentemente devolutas. A insegurança os leva a adotar um *habitat* nucleado ou mesmo concentrado, embora os roçados pertençam a cada família individualmente. Assim, surgiram e cresceram rapidamente grandes aglomerados de posseiros

em toda a Amazônia, e na região do Araguaia em particular. Porto Alegre do Norte, Luciara, Santa Terezinha, São Félix do Araguaia, Alto da Boa Vista, Ribeirão Cascalheira etc.

Com a cumplicidade de autoridades municipais, estaduais, e mesmo federais, geralmente pessoas ditas influentes, alegam direitos sobre grandes glebas, falsificando documentos ‘comprovantes’ de uma ocupação mansa e pacífica da área desejada, por mais de vinte anos. São os ‘grileiros’. Até empresas multinacionais têm entrado nessas negociatas. Na região do Araguaia, os choques e emboscadas entre posseiros e grileiros têm sido tão frequentes e tão violentos, que a Polícia Militar do estado de Mato Grosso criou um Batalhão da Selva, para intervir nos conflitos.

A expansão espacial dos projetos agropecuários tem acarretado contraditoriamente, pelo seu próprio processo, um incremento da área devastada pelos posseiros. Existe, portanto, uma relação dialética entre grileiros e posseiros, já que estes últimos constituem, até agora, a força social quase única, oposta ao alastramento tranqüilo das vastas pastagens, embora quase sempre derrotada.

Mais trágica ainda é o obstáculo eventualmente oposto pelos índios aos projetos agropecuários, quando estes lhes invadem as terras. As emboscadas feitas com flechas e bordunas são revidadas com massacres à base de armas de fogo, envenenamentos ou transmissão de moléstias contagiosas.”⁵⁹

Orlando Valverde, informava que após visita a um destes projetos agropecuários, pode constatar assim, que “o conjunto das técnicas de desmatamento tinham evoluído muito, na Amazônia. Pois, enquanto que na década de 60, por exemplo, no projeto chamado Novo Paraná, no vale do rio Arinos, próximo de Porto dos Gaúchos-MT, cerca de 1.000 homens trazidos do ABC em São Paulo, derrubaram a mata, durante três meses e meio, usando apenas machado e foice. Para depois, num só incêndio, os restos da floresta ser consumidos e, após uma colheita de mandioca, plantar-se capim colônião; na região do Araguaia, outras técnicas foram empregadas. Os fazendeiros muitas vezes, preferem empregar motosserra em suas derrubadas, especialmente porque aproveitam as madeiras de lei. O correntão é outra técnica mais intensiva de devastação. Como já apontamos, resume-se em uma corrente de 100 metros de comprimento, pesando 11 toneladas, presa

⁵⁹ VALVERDE, 1980, p. 38-40.

em cada extremidade a um trator pesado. É empregado principalmente em terras de cerradão, matas de troncos finos ou matas secundárias e capoeirões previamente desbravados por posseiros. O dano ecológico provocado por esta técnica é mais destruidor. Geralmente, as árvores da floresta amazônica não têm raiz pivotante; apóiam-se em uma teia horizontal de raízes, de profundidade quase sempre inferior a um metro ou mesmo superficial; uma ou outra espécie, num total inferior a 10% do número de árvores por hectare, se escoram em sapopembas (raízes triangulares, planas, verticais, ao redor da base do tronco) ou raízes adventícias. Todas essas árvores, quando derrubadas, levantam seu raizame, juntamente com alguns metros cúbicos de terra, até 5 ou 6 metros de altura. Desta forma, o perfil do solo fica inteiramente perturbado e vulnerável à erosão, quando sobrevêm as pesadas chuvas de verão, que sucedem à época das derrubadas e queimadas. Na região do Araguaia, somente em 1979, a Liquifarm Agropecuária Suiá-Missu S.A. fez derrubar a correntão, por empreitada, 20.000 hectares de mata do nordeste de Mato Grosso.

Dessa maneira, à medida que o tempo vai passando, o processo de devastação tem se acelerado, pois, a machado e foice, 6 lenhadores levam 6 a 8 dias para derrubar um hectare da mata de terra firme (conforme o porte da mesma), mas, com motosserra, um homem derruba 1 hectare em 2 dias. Com o correntão, uma equipe de 5 homens pode derrubar 40 a 50 hectares de mata em um só dia. E usando-se desfolhante químico, um piloto de avião (tipo Ipanema) pode destruir cerca de 100 hectares de floresta, em meio dia de trabalho.”⁶⁰

Valverde lembrava que em 1976, relatórios de técnicos do INPE, foram divulgados, e deram conta da “situação em que se encontravam os projetos agropecuários no nordeste de Mato Grosso, na faixa limitada entre os rios Araguaia (a E), Xingu (a W), das Mortes (ao S) e a divisa do Pará (ao N), abrangendo terras dos municípios de Luciara, São Félix do Araguaia e Barra do Garças.

Dos 85 projetos financiados pela SUDAM, envolvidos por esse perímetro, 13 não foram detectados pelo imageamento e muito menos localizados na pesquisa de campo. Alguns outros não puderam ser visitados pelos pesquisadores do INPE, por causa da deficiência das estradas. Nos projetos

⁶⁰ Idem, p. 40-41.

cadastrados para efeito de incentivos fiscais da SUDAM, figuravam, entretanto, entre outras empresas famosas, tais como: Bordon S.A., proprietária de frigoríficos em Campo Grande-MS e Aquidauana-MS; Liquifarm Agropecuária Suiá-Missu S.A., pertencente à multinacional Liquifarm, com sede na Itália; Agropecuária Tamakavy, de propriedade do grupo Silvio Santos, proprietário de estações de televisão no Rio e em São Paulo; CODEARA – Companhia de Desenvolvimento do Araguaia, pertencente ao Banco de Crédito Nacional-BCN, e a Noidore Agropecuária, cujo proprietário ficou conhecido por ter “comprado” prisioneiros, na penitenciária de Cuiabá-MT, para levá-los para trabalhar em sua fazenda.

Ainda, segundo o relatório, a superfície total desmatada era de 760.359 hectares. Dos projetos financiados pela SUDAM, 84% situavam-se em terras florestais. Três categorias de pastagens foram estabelecidas pelos técnicos do INPE: a primeira, com predominância da cobertura de gramíneas; a segunda, com bons pastos, intercalados com outros de má qualidade; a terceira, “sem condição de pastoreio, onde domina a vegetação natural”. A análise, dos projetos demonstrou que somente dois tinham 100% de suas pastagens na primeira classe; sua área desmatada era, porém, ao todo, inferior a 200 hectares, o que facilitava o controle da rebrota da vegetação natural. Esta amostra é, a nosso ver, um argumento a mais, que explica o caráter apenas especulativo, desses grandes projetos agropecuários. Por outro lado, o relatório anotou também que 45% das pastagens estavam subaproveitadas. A lotação média dos pastos era de 0,8 reses/hectare, relação que representa cerca da metade do suporte teórico ideal para a região. Ocorreram, no entanto, casos extremos de 0,1 cabeças/hectare. Ou seja, a criação do boi nunca foi o objetivo principal dos projetos agropecuários, mas sim, o desvio do dinheiro do imposto de renda das empresas que se diziam aplicar os recursos incentivados na região amazônica.

No que diz respeito às instalações e às condições sociais dos trabalhadores, 87% dos projetos tinham energia de motor a óleo diesel; por isso, estavam parados, em consequência da “crise do petróleo”. O comprimento das cercas ficou, em média, 53% abaixo do estipulado nos contratos. 46% da mão-de-obra era temporária, recrutada por empreiteiros. Somente 42% dos projetos cumpriram as cláusulas contratuais com a SUDAM, no tocante às habitações: havia 4 a 7 casas de alvenaria por projeto, em média. O grau de instrução dos informantes era, em 56% dos casos, de nível escolar primário.

Em 77% dos projetos não havia sequer escola primária. Os administradores não mostraram interesse algum na contratação de veterinários ou agrônomos. Em 63% dos projetos não havia qualquer dispositivo para assistência médica; os doentes eram atendidos em cidades próximas ou em propriedades vizinhas. Numa região em que as chuvas se concentram em cerca de seis meses e as estradas são precárias, os trabalhadores rurais ficam, na maioria, em completo desamparo, em caso de acidente ou doença.

Nas conclusões do citado relatório, os técnicos do INPE afirmam que apenas 50% das áreas desmatadas estão aproveitadas racionalmente. Esse é um retrato parcial de toda realidade amazônica.

No início de 1979, um novo relatório do INPE levantou a área desmatada na região. E o resultado foi esse: numa superfície total levantada de 55.200.000 hectares, tinham sido devastados, ao todo, 4.100.000 hectares, isto é, uma área equivalente à do Estado do Rio de Janeiro ou à da Suíça. Além disso, o relatório afirma taxativamente: ...”existem casos de desmatamento extremamente perigosos em relação ao equilíbrio ecológico da região.”⁶¹

Outro relatório do INPE, cobrindo todas as áreas severamente desmatadas da Amazônia, tem mostrado o crescimento da destruição da cobertura vegetal na região. Os dados revelam a gravidade dos fatos: até o ano de 1975 (ou seja, desde o descobrimento do Brasil até aquele ano) foram derrubados 12 milhões de hectares da floresta. Deste total, 9 milhões de hectares são os chamados desmatamentos antigos, ou seja, anteriores às políticas dos incentivos fiscais da SUDAM, e 3 milhões de hectares foram devastados já sob incentivo governamental, ou seja de 1966 até 1975. Em 1978, três anos depois, a área total desmatada chegava a 16,7 milhões de hectares, o que quer dizer que a área devastada pelos projetos agropecuários passou de 3 milhões para 7,4 milhões de hectares, num crescimento de 150%. Em 1988, dez anos depois, a área total desmatada chegou a 34,3 milhões de hectares, ou seja, a área dos projetos passou a 25,1 milhões de hectares, crescendo pois, mais de 800%. Em 1990, os dados mostraram que a área total desmatada era de 41,5 milhões, o que quer dizer que área desmatada pelas políticas governamentais, chegava a 31,7 milhões de hectares, ou mais de 1.000% de crescimento em relação a 1975. Em termos globais, mais de 8% da cobertura florestal amazônica foi destruída em menos de 15 anos. E o ritmo de

⁶¹ Ibidem, p. 42-43.

crescimento é que mais preocupa, pois ela passou de 2 milhões de hectares entre 1978 e 1988 para 2,6 milhões entre 1988 e 1989.

O estado de Mato Grosso não ficou fora deste processo destruidor da floresta, pois representava em 1990 o terceiro estado da região em desmatamento com mais de 8,4 milhões de hectares devastados. Em 1975 o estado tinha apenas menos de um milhão de hectares de cobertura vegetal alterada (922.000 ha), chegando em 1978 a 2,6 milhões de hectares, e em 1988 a 6,7 milhões de hectares. Assim, mais de 10% da superfície total do estado de Mato Grosso foi derrubada nestes 15 anos de implantação dos projetos agropecuários, sendo que a maior parte dos mesmos está na região do Araguaia mato-grossense.

O resultado destes projetos já foi tratado anteriormente, mas é importante reafirmar as características principais dos mesmos: a baixa rentabilidade econômica e os baixos níveis de emprego, para ilustrar, o projeto agropecuário da “Companhia Vale do Rio Cristalino, de propriedade da Volkswagen, que possui 139.640 hectares no município de Santana do Araguaia-PA, empregando técnicas muito extensivas de pastoreio, resultam numa densidade de ocupação de 0,0001 trabalhador/hectare. Em relação ao rebanho bovino, foi criado um emprego para cada 1.727 animais. A lotação das pastagens também está um pouco abaixo do suporte teórico desejável para a região: 1,3 por hectare.

Em 1979, a propriedade da Liquifarm Agropecuária Suiá-Missu S.A., o maior projeto agropecuário do estado de Mato Grosso, localizado em São Félix do Araguaia, tinha um rebanho de 100.000 bovinos em 200.000 hectares de capim colônia, o que equivalia a 0,5 reses/ha⁶². Já em 1992, este rebanho estava reduzido a 32.000 bois, e em 1993, a empresa abandonou as atividades, loteando e vendendo em leilão, as terras da fazenda. No ano anterior, 1992, assinou protocolo com a FUNAI, devolvendo parte das terras, ainda com matas aos índios Xavante. Motivo alegado para sair da atividade agropecuária, o fim da política de incentivos fiscais.

Com a decisão tomada pela Agropecuária Suiá Missu, os latifundiários do recém criado município de Alto da Boa Vista (que desmembrou-se de São Félix do Araguaia), incentivaram os sem terras a ocuparem a área destinada aos índios e mais de 3.000 pessoas estão tentando fixar posses na área e um patrimônio chamado Nova Suiá, já conta com mais 500 pessoas. O que

⁶² Ibidem, p. 42.

quer dizer que, mesmo freado o desmatamento com o fim dos incentivos fiscais, contraditoriamente, ele não diminui, pois outros segmentos sociais, na intenção justa de solucionar seus problemas de sobrevivência, continuam abrindo posses nas áreas de mata da região.

De qualquer forma, este processo de desmatamento desenfreado, como se sabe, decorre da forma de utilização da terra implantada na região e que está assentado no incentivo à pecuária extensiva.

A conseqüência direta deste processo tem sido o aprofundamento da concentração fundiária, repetindo na fronteira agora ocupada, o caráter concentrador histórico da estrutura fundiária do país como um todo. Neste particular, é conveniente lembrar que na Amazônia brasileira estão os maiores latifúndios que a história da humanidade já registrou. Contraditoriamente, o outro traço importante da estrutura agrária da região, refere-se à realidade dos dados sobre a condição do produtor que revelam de forma inequívoca, o crescimento e participação significativa dos posseiros na história da ocupação da região.

Assim, as empresas agropecuárias e seus latifúndios formam a territorialidade oposta às posses dos posseiros, que desesperadamente lutam para encontrar um pedaço de chão na imensidão grilada das terras da Amazônia brasileira. Confirmavam-se assim, as análises de Valverde sobre as ações destruidoras dos projetos agropecuários na Amazônia.

A LUTA CONTRA O ASSOREAMENTO DO LAGO BATATA EM ORIXIMINÁ NA AMAZÔNIA

Orlando Valverde e os membros da CNDDA também fizeram campanha na linha ambientalista, quando lutaram contra o assoreamento do lago Batata, onde eram lançados os rejeitos de bauxita da Mineração Rio do Norte, no rio Trombetas, em Oriximiná no estado do Pará, de propriedade da Cia Vale do Rio Doce.⁶³

A campanha foi vitoriosa e a Mineração Rio do Norte teve que arcar com o passivo ambiental:

“Até 1989 o rejeito da lavagem do minério, misturado com água, foi depositado naquele manancial de água, com mais de dois mil hectares de

⁶³ <http://www.confex.org.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=2814&pai=4&sid=204&sub=197&tpl=printerview>

área, das quais 630 hectares sofreram prejuízos ecológicos. Houve o perecimento de parte da vegetação de igapó na região afetada pelos dejetos, a alteração da estrutura de várias comunidades aquáticas e na dinâmica de nutrientes. Nos experimentos de recomposição do lago foram feitos ensaios para a criação de um substrato orgânico, que tornasse possível a colonização, especialmente da fauna [...]

Anualmente, são desmatados cerca de 300 hectares de floresta para extração da bauxita. O processo de reflorestamento procura acompanhar este avanço na floresta. O rejeito proveniente da lavagem do minério retorna à própria área minerada. Em seguida, essa área é preparada e revegetada também com espécies nativas. Este projeto, completamente limpo, é pioneiro em todo o mundo, e foram investidos cerca de US\$ 85 milhões. A revegetação das áreas de lavra é diferente da dos tanques de rejeitos. Nos tanques, o processo é mais complexo, pois precisa ser retirado o excesso de água antes de começar o reflorestamento convencional. A MRN tem ainda um amplo sistema de monitoramento ambiental, com estações de tratamento de água e ar espalhados em vários pontos do projeto. O monitoramento serve para avaliar o impacto ambiental do projeto em meio à floresta.”⁶⁴

A LUTA CONTRA O PLANO 2010 DA ELETRONORTE PARA A AMAZÔNIA

Outra campanha que Valverde e a CNDDA se envolveram, foi contra o Plano 2010 da Eletronorte para a Amazônia, que previa a construção de barragens de hidrelétricas, cujo planejamento de suas obras, sistematicamente, não levava em conta a realocação das populações das áreas a serem inundadas. E, também, muito menos, levava em conta a destruição ambiental, sem que se fizessem as necessárias avaliações das alterações que o meio ambiente iria sofrer, e, que poderiam ser corrigidas.⁶⁵

Assim, Valverde referiu-se a esta questão:

“Hoje, vivemos o momento dos projetos hidroelétricos. Surgiu um Programa 2010 em que o Brasil se obriga a barrar qualquer igarapé para produzir energia. Querem barrar tudo!

O Brasil é um país de planaltos e tem essa grande qualidade: 5/8 de planaltos e 3/8 de baixadas. A descida se faz sempre em cachoeiras ou corredeiras.

⁶⁴ <http://www.amazonia.org.br/english/noticias/print.cfm?id=8881>

⁶⁵ Idem.

É um país adequado aos habitantes da região, e isso tem sido feito de uma forma agressiva. Primeiro, em Tucuruí, onde alguma coisa deu certo, apesar das incríveis irregularidades que foram ali cometidas. É preciso ver que o Tocantins é um rio exótico para a Amazônia, um rio típico do Brasil Central. O regime dele é de rio do Planalto Central. Ele penetra na Amazônia por Imperatriz e o regime dele continua como um rio do Brasil Central. A barragem de Balbina é o maior somatório de asneiras da engenharia hidráulica jamais cometido neste País. É um lago praticamente do tamanho da represa de Tucuruí, mas que vai fornecer 6% apenas da energia de Tucuruí, o que dá apenas para a demanda energética de Manaus e, entretanto, é um lago que inundou quase 1/3 da reserva dos índios Waimiri/Atroari, sem que eles sequer fossem consultados.

No trabalho da barragem, foram empregados os chamados peões barraqueiros. Quase todos os nordestinos foram trabalhar em Itaipu, em Tucuruí, Boa Esperança, mas esses homens são quase todos portadores de malária. Lá existe o anofelino, mas não existia a malária. Agora é que os índios vão acabar de vez. São apenas 300. Eram três mil no começo deste século. Muita gente diz que eles ocupam áreas colossais e são tão poucos. Mas os índios são os nossos melhores professores no manejo da floresta, pois a nossa chamada civilização é extremamente presunçosa. A nossa presunçosa civilização usa, por exemplo, cinco cultivares daquilo que vocês chamam macaxeira, enquanto os caiapós, índios supostamente atrasados, conhecem 41 cultivares e os utilizam. Os Caiapós têm uma agricultura conservacionista: controlam o próprio fogo; aplicam as cinzas das queimadas que eles controlam nas culturas adequadas; têm culturas em círculos, de maneira que o solo nunca fica desnudo; jamais usam qualquer máquina e cultivam sucessivamente plantas de ciclo vegetativo mais longo e até mesmo culturas arbóreas na periferia, de maneira a favorecer o repovoamento da floresta.”⁶⁶

A LUTA CONTRA AS GUSEIRAS NO PROJETO CARAJÁS

Outra campanha de Orlando Valverde e da CNDDA foi contra o projeto de carvoejamento para pequenas guseiras, ao longo da E.F. Carajás, no sudeste do Pará e no Maranhão, pois este atingia simultaneamente a saúde

⁶⁶ VALVERDE, Orlando. “Qualidade de vida na Amazônia brasileira”. In: SEMINÁRIO DE TROPICOLOGIA: trópico e qualidade de vida, 1989, Recife. Anais ... Recife: FJN, Massangana, 1999. p. 247-296. [IV Reunião Ordinária], disponível em: http://www.tropiologia.org.br/CONFERENCIA/1989qualidade_amazonia.html

da população envolvida e a natureza, destruindo-a. Deste trabalho profundo nasceu o livro “*Grande Carajás – Planejamento da Destruição*”, publicado pela Forense com apoio da EDUSP e EDUNB em 1989. Nele encontram-se trechos importantíssimos:

“Nenhuma usina com capacidade prevista para uma produção menor que 500.000 toneladas anuais ou queimando carvão de lenha deve merecer financiamento nem sequer apoio governamental. Toda a siderurgia ou metalurgia com base em carvão de lenha, embora momentaneamente econômica, deve ser proscrita. Não se deve cogitar de transformar a Amazônia – os Estados do Pará e do Maranhão, em particular – em terras devastadas e erodidas, como as de Minas Gerais [...] Consolidação e relocação dos projetos siderúrgicos, com proibição do emprego de lenha (fim do carvoejamento).”⁶⁷

A LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA

Em 1995, a CNDDA e Orlando Valverde envolveram-se na luta pela reforma agrária. O país acabava de assistir estarecido o massacre de Corumbiara em Rondônia. Urgia ampliar as bases sociais da luta pela reforma agrária, e lá estava Valverde e sua incansável disposição para as lutas sociais. O documento elaborado foi peça importante nas batalhas pela compreensão do papel das ocupações de terra pelos movimentos socioterritoriais em luta:

“A CNDDA e a Reforma Agrária.

No Brasil nunca houve uma política efetiva de ocupação da terra. Ao contrário, os governos do País sempre refletiram os interesses dos grandes proprietários. Daí, o Brasil exibir ainda um dos mais elevados índices de concentração da terra no mundo inteiro. Basta citar: 1% dos proprietários abarca 46% da área fundiária.

Esse modelo de ‘desenvolvimento’ conduziu a um forte êxodo rural e a uma inchação das cidades, notadamente de suas periferias, com a conseqüente acentuação do desemprego, da violência, da marginalidade e a deterioração da qualidade de vida.

Dentre os seis mais vastos países da Terra – todos com mais de 7,5 milhões de quilômetros quadrados – o Brasil é o único a possuir 100% do ter-

⁶⁷ VALVERDE, O. “Grande Carajás – Planejamento da Destruição”, Forense/EDUSP/EDUNB, Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília, 1989, p. 35-150.

ritório economicamente utilizável com as técnicas atuais. Sem embargo, é o único deles que, por não dispor de terras para cultivar, habitantes do meio rural são obrigados a emigrar também para países vizinhos muito menores, como o Paraguai, a Bolívia e a Venezuela. Nesse sentido, a Reforma Agrária é, hoje, um problema nacional prioritário, e não apenas uma questão rural.

Nestas circunstâncias, a Campanha Nacional de Defesa e pelo Desenvolvimento da Amazônia (CNDDA), apóia os movimentos sociais de ocupação de terras, como forma de viabilizar a Reforma Agrária, já que o Governo não tem tomado medidas eficazes.

A fim de colaborar com aqueles que estão realmente engajados na realização de uma verdadeira Reforma Agrária, a curto prazo, a CNDDA apresenta, à atenção do povo brasileiro e a seus governantes, as seguintes sugestões:

1. A instalação em massa de agricultores sem terra e respectivas famílias deve ser imediatamente efetivada em:

- a) terras improdutivas;
- b) terras em processo de desapropriação;
- c) propriedades com cultivo de tóxicos, sem direito à indenização de seus donos;
- d) terras, também sem direito à indenização, cujos responsáveis tenham sido condenados como mandantes ou executores de crimes contra posseiros, sem-terras, bóias-frias, índios, seringueiros, líderes e assessores de movimentos sociais rurais.

2. Urgente demarcação das terras indígenas e das Reservas Extrativistas, que devem ser mantidas como terras públicas, isto é, patrimônio da União.

3. Auditoria nos Projetos Agropecuários financiados pela SUDAM e SUDENE, com vistas à verificação do cumprimento das cláusulas contratuais, e devolução das terras, para fins de Reforma Agrária, na hipótese de descumprimento.

4. Colonização das várzeas dos grandes rios (como o Amazonas, São Francisco, Paraguai, Araguaia etc.), sob orientação do governo e de ONG's, incluindo-se a conservação de matas ciliares, a avaliação da área dos módulos e o suprimento de estrutura básica de educação, saúde, transportes e comercialização.

5. O IBAMA deve contar com uma Comissão Consultiva, composta de representantes de ONGs cadastradas para este fim, com direito a veto em projetos.

6. A FUNAI, igualmente, deve dispor de uma Comissão Consultiva, composta de líderes indígenas, com direito a veto.

As Comissões indicadas nos itens 5 e 6 poderão promover embargos judiciais.

7. Determinar ao IBGE que, nos censos agropecuários, seja identificada a forma de ocupação jurídica da terra (propriedade, arrendamento, ocupação etc.), além dos chamados 'estabelecimentos agropecuários'. Esse dado será também oficialmente usado para fins de empréstimos bancários, cobrança de impostos, indenizações e fiscalização de legitimidade.

A CNDDA expressa a sua convicção de que, em conseqüência da justa e corajosa atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) – com o apoio da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), da Central Única dos Trabalhadores (CUT-Rural), da Comissão Pastoral da Terra (CPT), do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), do movimento sindical (a exemplo da Federação Única dos Petroleiros- FUP), e das demais forças e correntes progressistas, civis e militares, a Reforma Agrária será uma conquista histórica de nosso povo no mais breve prazo.

CNDDA. Rio de Janeiro, 1º de dezembro de 1995.”⁶⁸

A LUTA CONTRA A PRIVATIZAÇÃO DA VALE DO RIO DOCE

A CNDDA liderada por Orlando Valverde, envolveu-se intensamente na luta contra a privatização da Cia. Vale do Rio Doce. O documento divulgado foi peça importante na luta popular contra a política privatista de FHC:

A CNDDA e a entrega da CVRD

A Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) é a maior mineradora e exportadora de ferro do mundo e a terceira maior mineradora de qual-

⁶⁸ CNDDA, “A CNDDA e a Reforma Agrária” in *A Amazônia Brasileira em Foco*, n. 23, Rio de Janeiro, 1997, p. 207, 208.

quer minério, depois da Anglo-American (que pretende adquirir a Vale) e a Rio Tinto Zinc. Além da mineração, atua, ainda, no setor de celulose e de madeira, bem como de transportes. E, ademais, um exemplo na preservação de recursos naturais, como a imensa ‘ilha verde’ que mantém no devastado Sudeste Paraense, resultado dos nocivos projetos pecuários e de exploração madeireira, planejados pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), durante a Ditadura Militar e que prosseguem até hoje.

1. A CVRD em Carajás

Carajás é um dos dois sistemas de exploração mineral e comercial da Empresa, compreendendo mina-ferrovia-porto-navio e que se situa nos estados do Pará e do Maranhão. O outro se encontra em Minas Gerais (minas de ferro) e Espírito Santo (porto).

Trata-se de uma das maiores Províncias Metalíferas da Terra (Tabela).

POTENCIAL MINERAL DA PROVÍNCIA DE CARAJÁS		
Minério	Reserva (ton)	Teor
Ferro	17.885.000.000	>60,0% Fe
Manganês	84.200.000	> 36,3 Mn
Ouro	164	4,7 Au
Cobre	1.258.000.000	0,83% Cu
Estanho	100.000	>66% Sn
Alumínio	48.000	35 % Al ₂ O ₃ – 2 % SiO ₂ R
Níquel	87.000.000	1,8% Ni
Zinco	8.500.000	0.99 Zn
Tungstênio	1.000.000	1,0% WO ₃
Prata	?	?
Molibdênio	?	?
Cádmio	?	?
Cromo	?	?

Para a exploração do minério de ferro de Carajás, descoberto em 1967, a CVRD despendeu US\$ 3 bilhões, dos quais 56 % na ferrovia, 20% na mina e na usina de beneficiamento, 14 % no porto e 10% na infra-estrutura. Seria um custo exagerado se tal despesa não permitisse a exploração dos demais minérios encontrados em Carajás.

Na criação da CVRD, em 1942, já estava previsto o Fundo de Melhoramentos e Desenvolvimento da Vale, usando os lucros da própria Empresa e os planos adotados persistem até hoje nas áreas exploradas pela Companhia. Por exemplo, o Movimento Paraense em Defesa da Vale afirma que há dez projetos em andamento no Pará, com investimentos superiores a US\$ 9 bilhões e que a Empresa emprega direta e indiretamente cerca de onze mil pessoas. Em 1994, a Vale pagou aos cofres públicos do Pará US\$ 67 milhões, somente em tributos estaduais e municipais, o que significa quase 20% da arrecadação do Estado. Com a privatização, estão querendo matar a ‘galinha dos ovos de ouro’!

2. Como e para que entregar

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), encarregado das privatizações, contratou empresas estrangeiras para avaliar a CVRD, vencendo a americana Merrill Lynch. Ela calculou o valor da Empresa em US\$ 10 bilhões. Ora, só de minérios em exploração: ferro, manganês e alumínio (sem contar o ouro) a CVRD recebe atualmente US\$ 660 milhões, por ano. Além disso, há reservas minerais que alcançam como o nióbio, um valor explorável de cerca de um trilhão de dólares, o cobre de Carajás, cerca de US\$ 22 bilhões, de acordo com a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), de Manaus e a de ouro, só em Serra Leste em Carajás, um bilhão e seiscentos milhões de dólares.

As declarações das condições de venda, segundo o BNDES/CVRD, variam em tempo extraordinariamente curto, de maneira a suspeitar-se da intenção governamental de confundir os brasileiros: inicialmente, o ex-presidente do BNDES, Edmar Bacha, e o Presidente da CVRD, Francisco Schettino, na Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados, em 10.5.95, diziam que se devia ‘pulverizar’ as ações da Vale, a fim de democratizá-la. Claro que a CVRD como todas as estatais precisam democratizar-se (porque dependem dos governos nada democráticos que as conduzem), mas com a participação efetiva da Sociedade brasileira nos seus planos e destinos. Agora, será vendida ‘em bloco’.

O destino do dinheiro a ser obtido com a venda deveria, inicialmente, de acordo com o (des)governo FHC, atender a programas sociais, mas já mudaram de opinião: querem pagar a dívida interna, que é dez vezes maior que o valor de venda (entrega) da Vale.

3. A luta contra a venda pelo governo entreguista FHC

Numerosas e expressivas personalidades já se definiram contra a venda da Vale: dois ex-Presidentes da República: José Sarney e Itamar Franco, o ex-Vice-Presidente da República, Aureliano Chaves, o recém falecido Presidente da Frente Tiradentes, General Andrade Serpa, o Dr. Barbosa Lima Sobrinho, Presidente do Movimento em Defesa da Economia Nacional (MODECON); o Brigadeiro Rui Moreira Lima, Presidente da Associação Democrática e Nacionalista de Militares (ADINAM); os Governadores Almir Gabriel (PSDB/PA) e Vitor Buaiz (PT/ES); o ex-Presidente da Vale, Eliezer Batista da Silva, conhecido aliado das multinacionais; 85 deputados, encabeçados por Ronaldo Perin, do PMDB; Deputada Socorro Comes (PCdoB/PA), Coordenadora do Movimento Paraense em Defesa da CVRD; os Senadores Pedro Simon (PMDB/RS) e Junice Marise (PDT/MC); líderes estudantis, como Fernando Gusmão, ex-Presidente da UNE; o cientista Aziz Ab’ Saber, ex-Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC); Jornalista Hélio Fernandes, Diretor da “Tribuna da Imprensa”; prefeitos dos municípios em que a CVRD atua; o Movimento Nacional dos Trabalhadores da Vale, etc. A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado acolheu, com o apoio do Relator Roberto Requião, emenda do líder do PT, José Eduardo Dutra, estabelecendo que as privatizações deverão ser autorizadas pelo Senado.

O Governo acena com a destinação de 50 %da receita da venda da Estatal em projetos nos estados de atuação da CVRD, para tentar vencer a resistência das lideranças regionais mais expressivas, que se manifestaram em Atos Públicos, como os de Itabira, Vitória e Belém.

O Governo entreguista FHC está orquestrado pela privatização das estatais, pressionado pelas multinacionais, sob o comando do FMI e do BIRD. A proposta neoliberal do Governo é da redução do Estado, sob a ordem das grandes potências e o entreguismo de antigos ‘esquerdistas’, atualmente no Governo, aliados do PFL – o que há de mais antinacional em política e economia no Brasil.

Fica claro que o governo auto intitulado social democrata é, realmente, apenas neoliberal, dirigido pelas grandes potências; e absolutamente anti-social e entreguista do patrimônio público.

As manifestações contra a privatização da Vale, ainda quase individualizadas, precisam unir-se numa grande Campanha, em defesa dos interesses nacionais, especialmente quando se trata de empresa reconhecidamente

competente, competitiva internacionalmente e lucrativa, sem dar nenhuma despesa ao Estado.

À luta, brasileiros!

Rio de Janeiro, outubro de 1996”⁶⁹

A LUTA CONTRA O ACORDO BRASIL-ESTADOS UNIDOS PARA A UTILIZAÇÃO DO CENTRO DE LANÇAMENTO DE ALCÂNTARA

A última Campanha como ele gostava de denominar, foi a pugna vitoriosa contra o Acordo Brasil-Estados Unidos para a utilização do Centro de Lançamento de Alcântara. O acordo combatido foi assinado pelo governo de FHC com os Estados Unidos:

“O Centro de Lançamento de Alcântara, no Maranhão, uma área pertencente à Força Aérea Brasileira, de 620 km², foi cedida aos USA por um ‘acordo’ conduzido num ambiente secreto, e firmado em 18 de abril de 2000. Atualmente, o Acordo de Salvaguardas Tecnológicas, cujos termos revelam tratar-se bem mais que colocar à disposição dos ianques o controle do território de Alcântara para, ali, instalar ao final uma base militar estrangeira, tramita no Congresso Nacional para aprovação. No Acordo representaram os governos do Brasil e dos USA, respectivamente, o ministro Ronaldo Sardenberg e o ex-embaixador Antony S. Harrington.

O acordo foi assinado invocando lançamentos de foguetes ou satélites que utilizem tecnologias licenciadas pelo governo dos USA, ao mesmo tempo em que ‘visa regular as atividades conjuntas entre os principais países envolvidos neste mercado’, operações que envolverão aproximadamente 30 milhões de dólares, nas condições de máximo potencial na prestação dos serviços de lançamentos. O acordo contempla a política de controle de armamentos dos USA, através do Regime de Controle de Tecnologias de Mísseis (Missile Technology Control Regime – MTCR), do qual o Brasil é membro, desde outubro de 1995, juntamente com outros 28 países.”⁷⁰

A campanha de luta contra o acordo durou dois anos e meio, mas o Acordo foi retirado da pauta pelo Governo do Presidente Lula.⁷¹

⁶⁹ Idem, p. 213-215.

⁷⁰ <http://www.anovademocracia.com.br/03/18.htm>

⁷¹ <http://www.confex.org.br/publico/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=2814&cpai=4&sid=204&sub=197&tpl=printerview>

ORLANDO VALVERDE “UM GEÓGRAFO PERMANENTEMENTE A SERVIÇO DE SEU PAÍS”

Orlando Valverde nunca deixou de lutar, talvez por isso que Aziz Nacib Ab’Saber quando escreveu o Prefácio⁷² do livro “*Grande Carajás – Planejamento da Destruição*”, concluiu-o afirmando que Valverde era “admirado pelos seus colegas, tratado carinhosamente por seus discípulos, odiado por seus inimigos (trabalhar sempre incomoda!). Orlando Valverde continua simplesmente sua grande missão de geógrafo. **Um geógrafo permanente a serviço de seu país.**”

MINHA HOMENAGEM PESSOAL AO MESTRE ORLANDO VALVERDE

Queria transmitir a todos vocês uma notícia alegre, feliz ...

Mas ela não é:

Morreu ORLANDO VALVERDE.

Não é isso que eu quis dizer, ENCANTOU ORLANDO VALVERDE.

As pessoas geniais não morrem jamais, ENCANTAM.

O canto é coisa dos mortais. O encanto não.

O encanto fica, o encanto imortaliza.

O encanto ENCANTA.

Encanta o canto de todos os que cantam o encanto.

Por isso, ele não morreu, encantou ...

Se foi, na noite da véspera do dia de Corpus Christis, e foi sepultado no dia, às 17hs.

Juro ...

Não estou triste ...

Apenas choro, como faço agora, meu grande mestre, meu amigo ...

ORLANDO VALVERDE.

⁷² AB’SABER, A. N. “Prefácio” in VALVERDE, 1989, p. XV.

MEGA-PROJETOS E RISCO SOCIAL: O IMPACTO DO NOVO CANAL DO PANAMÁ

ANTONIO JOSÉ ALEDO TUR
Universidad de Alicante, España

INTRODUÇÃO

O impacto causado por mega-projetos de infra-estrutura¹ em populações e ambientes locais² têm sido alvo de atenção durante as últimas décadas. No conceito ocidental, tais obras foram exemplos da dominação da natureza pelo homem (STEINBERG, 1993)³. Quando começamos a perceber o quão negativos e indesejáveis são seus efeitos, concluímos que produziram custos deletérios para propiciar este tipo de progresso. Assim, durante grande parte do último século, importantes obras públicas foram vistas como instrumentos privilegiados para o desenvolvimento nacional (ROY, 1999).

A construção de grandes represas foi entendida como uma grande oportunidade para poder irrigar novas terras, para aumentar a produção agrícola numa época em que foi necessário garantir a demanda por alimentos de uma população que crescia rapidamente. Estas grandes represas também servem para controlar os fluxos dos rios, reduzindo a catastrófica perda econômica e humana causada pelas inundações. O poder hidrológico gerado serviu como fonte para o novo crescimento industrial e urbano, exigido pelo desenvolvimento, bem como ajudou a limitar a dependência de um país de fontes de energia estrangeiras.

¹ Mega-projetos são projetos de investimento muito alto. A US Federal Highway Administration define mega-projetos como projetos de grande infra-estrutura de custo superior a 1 bilhão de dólares, ou projetos de custo considerável que atraem alto nível de atenção pública ou interesse político devido a seus impactos substanciais diretos ou indiretos sobre a comunidade, o ambiente e as receitas. Bent Flyvberg, disponível em: <<http://flyvberg.plan.aau.dk/whatisamega-project.php>>

² Segundo Vanclays (2003, p.1) “O taxamento do impacto social originou-se como conceito específico, em 1969 com o Decreto Nacional de Política Ambiental (NEPA) dos EUA”.

³ Veja a crítica da Escola de Frankfurt sobre esta concepção antropocêntrica em Blühdorn, 2000, p. 51-78.

Finalmente, a grande quantidade de trabalho manual empregado em sua construção foi um dos principais instrumentos dos governos para atenuar o desemprego (MCCULLY, 1996; BARCIELA, MELGAREJO, 2000). É certo que o custo elevado dessas importantes obras públicas pressupunha o aumento da dívida do Estado; entretanto, a teoria econômica Keynesiana apregoou que o crescimento econômico produzido por estas obras reduziria este déficit acima da média em longo prazo (HARGROVE, 1994).

Nos anos 1970 do século passado, esta concepção excessivamente otimista e não-crítica de mega-projetos começou a ser questionada (BURDGE, 2000, p. 4-9). O colapso de inúmeros mega-projetos (FLYVBERG, 2005a) estimulou a forte rejeição das comunidades afetadas (COLCHES-TER, 2000, p. 11-14; ALEDO, 2007), os impactos sociais e ambientais que eles produzem (WCD, 2000), a distribuição desigual de custos e benefícios que eles geram (ADAMS, 2000), o surgimento de uma consciência ambiental (MCNEIL, 2000) e a avaliação da característica local dos impactos ambientais foram parte de uma crise ambiental maior (JIMÉNEZ HERRE-RO, 1989, SACHS, 1993) que promoveu oposição ao mega-projeto.

Entretanto, ao mesmo tempo em que estes custos foram reconhecidos, compreendeu-se que determinados mega-projetos são necessários para promover o desenvolvimento, especialmente em regiões e países menos desenvolvidos (WCD, 2000). Como uma solução, e com a intenção de confrontar este complexo dilema, a ciência propôs desenvolver metodologias para detectar, avaliar, prevenir, administrar, eliminar, reduzir ou compensar os impactos de obras importantes no ambiente que recebe ou sofre estes efeitos (TAYLOR, 2004; BURDGE 2004a; BURDGE 2004b; BECKER, VANCLAYS, 2003)

OS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DE MEGA-PROJETOS E A DESIGUALDADE

Desta perspectiva, podemos atribuir impactos socioambientais às conseqüências de mega-projetos no local, bem como nos seus arredores. Estes impactos podem ser 1) diretos, por exemplo, isolamento devido à inundação após o represamento de um rio ou 2) indireto, por exemplo, redução de alimento disponível causada pela inundação de florestas. O número total de pessoas afetadas por mega-projetos é desconhecido. O professor Norman

Myers (2000), da Universidade de Oxford, salienta que os deslocamentos involuntários ou forçados por projetos de obras públicas, especialmente os grandes, aumentam num ritmo de dez milhões de pessoas por ano (com um acúmulo de cinquenta milhões apenas na Índia e na China). A maioria é, contudo, reassentada em outros lugares; o número dessas pessoas assentadas permanentemente como refugiados excede pelo menos um milhão de pessoas e, de acordo com a *World Commission on Dams – Comissão Mundial de Represas-* (2000), entre quarenta e oitenta milhões foram forçados a deixar suas casas durante as seis últimas décadas como consequência da construção de grandes represas.

Os estudos sobre este assunto não estabelecem, de alguma forma, um limite para o número de afetados. Uma bibliografia valiosa sobre o estudo de mega-projetos partindo de uma perspectiva sociológica começa a despontar, juntamente com o entendimento de que estes não são apenas projetos de engenharia, mas também processos sociais complexos. Partindo desta nova perspectiva, há um debate sobre conceitos tais como poder (SZYLIOWICZ, GOTEES, 1995), desigualdade (ADAMS, 2000), elites versus minorias (WINDSOR, 2005), ou globalização (ABRAMOVITZ, 2001; DEMAJO-ROVIC, 2001; FLYVBERG, 2005b). Por exemplo, as inúmeras e valiosas reportagens desenvolvidas pela *World Commission on Dams* para avaliar o impacto global destas obras refletem que a grande maioria dos desalojados pertence a grupos de camponeses e de índios, bem como a outras minorias (BARTOLOMÉ et al, 2000; ADAMS, 2000) que são socialmente invisíveis.

Desta perspectiva, considerada a base com a qual se analisa o impacto social de mega-projetos, é necessário introduzir a variável da desigualdade para compreender todo o processo social gerado por um mega-projeto, bem como apresentar uma avaliação justa que incorpore a distribuição de custos e benefícios sociais (BARTOLOMÉ et al, 2000).

Em muitos casos, faz-se referência ao “propósito nacional” ou interesse geral como um elemento que legitima mega-projetos (RAY, 1999). A declaração oficial do “propósito nacional” não pode mais ser considerada auto-evidente (FERNÁNDEZ, THUKRAL, 1989). O discurso sobre o interesse geral serve, nesses casos, para justificar que um grupo social determinado seja visto como obrigado a sofrer os impactos ambientais e sociais que um projeto de engenharia pode gerar com a finalidade de se obter um benefício maior que, supostamente, será recebido por toda a população de uma região ou país.

Entretanto, em inúmeras ocasiões, esta invocação do interesse geral disfarça os interesses espúrios das elites nacionais e supranacionais (UTTON et al, 1976). Em outras palavras, a referência ao interesse geral disfarça o que será uma mera apropriação dos enormes benefícios econômicos que a construção e utilização de mega-projetos geram para a minoria. Estas elites têm a capacidade de controlar o discurso social para legitimar a definição sobre o que é socialmente necessário e indispensável. Deve-se levar em conta também que, quando o benefício a ser gerado por um mega-projeto é monopolizado por um pequeno grupo de pessoas, o resultado final é um reforço de desigualdades estruturais. Ao mesmo tempo, estas desigualdades pré-existentes favoreceram a capacidade destas elites de dominarem o discurso social e de defender publicamente seus interesses, apresentando-os como uma forma de benefício social estendido.

O CASO DA AMPLIAÇÃO DO CANAL DO PANAMÁ

Com o objetivo de aprofundar as idéias apresentadas até aqui, será desenvolvida nas próximas páginas uma análise dos impactos socioambientais e o processo conflituoso gerado pela expansão do Canal do Panamá. A principal obra deste mega-projeto consiste na construção de um novo conjunto de eclusas. Este estudo de caso nos oferece a oportunidade de refletir sobre as relações entre desigualdade, desenvolvimento e ambiente.

Este artigo está estruturado da seguinte maneira: no tópico 2, faremos uma rápida apresentação do Canal e de sua função; no item 3, serão analisadas as diferentes propostas e alternativas para a modernização e ampliação que o órgão administrador, a *Autoridade do Canal do Panamá (ACP)* propõe; o tópico 4 descreverá a forma como a ACP está administrando o projeto, num sentido social. Finalmente, refletiremos sobre as relações entre mega-projetos, desigualdade, poder e risco.

O CANAL DO PANAMÁ

A construção do Canal do Panamá é considerada como um dos maiores desafios da engenharia do século 20 (RODRIGUES, 1985). Ela permitiu a ligação dos oceanos Atlântico e Pacífico por meio de um canal que percorre aproximadamente 80 km através dos istmos do Panamá. Realmente, 4%

do tráfego marítimo global passam pelo Canal do Panamá, o que equivale a uma média de treze a quatorze mil navios por ano. Em 2005, o Canal gerou 1,5 bilhões de dólares, dos quais aproximadamente um terço foi entregue ao governo do Panamá⁴. Após o fracasso dos franceses na construção de um canal de níveis no último terço do século XIX, o projeto foi passado às mãos dos Estados Unidos da América. Os engenheiros norte-americanos optaram pela construção de eclusas (BENNET, 1915). As eclusas do Canal, cada uma de duas vias, servem como elevadores de água que suspendem os navios ao nível do lago Gatún, vinte e seis metros acima do nível do mar, e então eles descem ao nível do mar no outro lado do istmo. Para isto, utiliza-se a água estocada em três represas, das quais a mais importante é o lago Gatún. Para cada eclusa são utilizados cerca de 197.000.000 de litros de água doce, cujos fluxos ao final são conduzidos para o mar⁵.

O SUBDESENVOLVIMENTO PANAMENHO E O CANAL

Apesar da riqueza gerada pelo canal, no início do século XXI mais de 40% da população panamenha é pobre, dos quais 26,5% vivem em pobreza extrema, e compõem as maiorias entre a população camponesa e rural, bem como os grupos indígenas. Ao mesmo tempo, o país apresenta um dos índices mais altos de desigualdade em toda a América Latina, ocupando o segundo lugar na distribuição desigual da riqueza nesta região⁶. Em centros importantes há imensas comunidades pobres, marginalizadas e excluídas (PNUD, 2002). Os EUA administraram as políticas panamenhas internas durante todo o último século, nomeando e depondo, de acordo com sua conveniência, presidentes e governos. Até o governo ter sido colocado em mãos panamenhas – no último dia de 1999 –, o Canal não tinha gerado benefícios econômicos diretos ao país. Se o canal for analisado do ponto de vista panamenho, conclui-se que há poucos benefícios para o país. (GANDÁSEGUI, 1999).

⁴ Disponível em: <http://www.pancanal.com/esp/history/index.html>, acesso em: 09 out. 2006.

⁵ Instituto Panameño de Turismo. Disponível em: <http://www.ipat.gob.pa/canal.html>, acesso em: 09 out. 2006.

⁶ In SocialWatch, disponível em: http://www.socialwatch.org/es/informelmpreso/pdfs/panama2005_esp.pdf#search=%22informe%20nacional%20de%20desarrollo%20humano%20panama%22

O PROJETO PARA AMPLIAR O CANAL DO PANAMÁ E A CONSTRUÇÃO DE UM TERCEIRO CONJUNTO DE ECLUSAS

O *Torrijos-Carter Treaty* (1977) estabeleceu que, em 31 de dezembro de 1999, o canal do Panamá passaria ao controle do governo panamenho. Com este objetivo e com a futura administração do Canal, o governo panamenho criou a *Panamá Canal Authority (PCA)*. A ACP é a entidade que o governo panamenho estabeleceu no artigo 14 de sua constituição nacional, com a incumbência exclusiva da operação, administração, gerenciamento, preservação, manutenção e modernização do canal, bem como suas atividades e serviços relativos, em conformidade com regulamentos legais e constitucionais eficazes, de forma que o Canal pudesse operar de maneira segura, contínua, eficiente e proveitosa⁷. “No que diz respeito à importância da função que ele tem para o Panamá, a ACP desfruta de finanças autônomas, de sua própria riqueza e do direito de administrá-la⁸”. A enorme autonomia de que a ACP desfruta justifica a instabilidade política que caracteriza os governos panamenhos desde a morte do general Torrijos, e o fim da garantia de um funcionamento constante e eficiente.

Para o gerenciamento planejado do Canal de 2006 a 2025, a ACP projetou um “plano mestre”, cujo objetivo é dotar o canal de organização e capacidade necessária para tirar proveito do ininterrupto crescimento da demanda; aumentar a participação no mercado, aumentar a eficiência da operação, melhorar a segurança e dissuadir a entrada de novos competidores⁹.

Este projeto foi apresentado em 1999 pelo administrador da ACP, o engenheiro Alemán Zubieta, antes da Assembléia Nacional do Panamá, com a oferta de uma nova bacia para o canal, a bacia do Oeste¹⁰. A ACP justificou o projeto e afirmou que, de acordo com seus estudos, o Canal, em sua

⁷ Disponível em: <<http://www.pancanal.com/eng/general/acp-overview.html>>

⁸ PCA. Disponível em: <<http://www.pancanal.com/esp/general/acp-overview.html>>, acesso em: 09 out. 2006.

⁹ PCA. Disponível em: <<http://www.pancanal.com/esp/plan/modernizacion-a-plan-maestro.html>>

¹⁰ A primeira proposta de ampliação incluía a construção de três represas para fornecer água necessária para suprir a nova série de eclusas projetadas.

presente forma, estaria obsoleto em menos de 15 anos¹¹. As causas dessa obsolescência em face do crescimento previsto residem em companhias de navegação comercial¹² e no provável aumento dos de embarcações da Post Panamax¹³, com grande calado e um braço de largura maior do que a das eclusas construídas no início do século XX. De acordo com estes cálculos, a ACP propôs um projeto de modernização, melhoria e expansão referentes à engenharia do Canal que inclui, como principal ação, a construção de um terceiro conjunto de eclusas maiores que permitem a passagem desta embarcações da Post Panamax.

A Constituição panamenha exigiu que este projeto de expansão fosse assinado mediante consulta nacional. Após muitos atrasos, fixou-se a data de 22/10/2006. O resultado deste plebiscito nacional foi de 78.63% dos votos a favor da realização do projeto, embora tenha havido abstenção de 57%. Esta obrigação pela consulta, juntamente com a resistência dos grupos afetados por este mega-projeto, gerou um espaço social de conflito e discussão. Mega-projetos geram processos sociais densos com o surgimento de diferentes grupos em conflito, dentre os quais os interessados e os afetados. Tal projeto gera um novo nicho social – espaço social de conflito – no qual os agentes sociais diversos lutam para administrar ou manter uma posição hegemônica que lhes permite defender seus interesses, controlar os discursos e definir o rumo dos acontecimentos.

A verdade da premissa da ACP sobre a obsolência prevista do Canal é questionada por diversos setores da sociedade panamenha. Debate-se aí o custo do trabalho e sua necessidade, dado o importante crescimento pelo qual passa este país em infra-estrutura e serviços. Ao mesmo tempo, acirrou-

¹¹ As projeções que a PCA oferece sobre o crescimento do tráfego de navegação no Canal é para justificar a expansão do projeto, e tais projeções foram debatidas por técnicos e cientistas renomados do Panamá. Por exemplo, o Dr. Keth Holder e o engenheiro Humberto Reynolds apresentam cálculos que provam que a saturação do Canal do Panamá, bem como de crescimento anual (3%) não serão alcançados antes da metade do século XXI (Holder y Reynolds, 2004).

¹² O aumento no trânsito de companhias internacionais de navegação está diretamente relacionado ao crescimento espetacular da economia chinesa.

¹³ Os navios da Panamax são aqueles cujas dimensões ultrapassam o tamanho das eclusas construídas por engenheiros norte-americanos. Suas dimensões são 33,5 metros de largura e 305 metros de comprimento, enquanto os navios Panamax têm um braço de 54,9 metros e 385,8 metros de comprimento.

se uma forte oposição dos camponeses panamenhos e da população rural quanto ao custo, bem como à distribuição desigual dos impactos socioambientais a serem provocados por esta obra pública. Finalmente, criticou-se a forma como a ACP administrou o aspecto social do projeto de ampliação do Canal do Panamá.

O principal problema técnico que enfrenta este mega-projeto é seu caráter hidrológico. As eclusas recém-projetadas exigem mais água para funcionar e os reservatórios construídos pelos engenheiros americanos, principalmente o lago Gatún, possuem uma capacidade limitada. As alternativas giram em torno de como resolver este problema, por meio da construção de novas reservas (primeira proposta: construção de três lagos artificiais ou por meio da reutilização de água empregada nas eclusas – exigindo reciclagem – como segunda proposta).

A PRIMEIRA ALTERNATIVA: O PROJETO DOS TRÊS LAGOS

Na primeira proposta para a expansão do Canal que a ACP apresentou antes da Assembléia Nacional em 1999, discutiu-se que as novas séries de eclusas permitiriam a passagem das embarcações da Panamax, que precisariam de novas reservas de água, já que a água coletada nas eclusas existentes não seria suficiente. Para resolver este déficit, a ACP apresentou um projeto para a construção de três lagos com captação dos rios *Índio*, *Coclé do Norte* e *Caño Sucio*, situados a oeste do lago Gatún. Com este objetivo, a Assembléia Nacional – a pedido da ACP – aprovou a criação de uma segunda bacia, de capacidade natural, porém sem água, para o canal chamado Bacia do Oeste, com uma superfície de 213.112 hectares. De acordo com a lei 44, a ACP teria controle e autoridade para administrar o território e a água inclusive neste novo e artificial limite hidrológico. O projeto dos três lagos consistiria na construção de uma série de represas entre 80 e 100 metros de altura. Usando um sistema de canais, a água passaria através destes novos lagos para o lago Gatún e, de lá, seria enviada ao novo conjunto de eclusas.

Com a construção dos três lagos, supôs-se que uma superfície de 45 mil hectares seria inundada, de acordo com os cálculos feitos pela ACP – embora outras instituições reconheçam que a quantidade de terra a ser inundada ultrapasse 70.000 hectares (Pastoral Social Cáritas 2002). O número de

peças afetadas foi assunto de uma enorme controvérsia. De acordo com os cálculos da ACP, 35.727 pessoas¹⁴ moravam na região da Bacia do Oeste e 8.500 pessoas são consideradas como afetadas diretamente pela inundação. De acordo com a *Pastoral Social Cáritas* (2002), as pessoas diretamente afetadas chegariam a 35.000 de uma população regional total de cerca de 100.000 habitantes.

A ACP avaliou o projeto dos três lagos como um problema exclusivamente técnico¹⁵, sem levar em conta os impactos socioambientais¹⁶, e sem a indispensável participação dos que seriam afetados. Tais projetos foram classificados como “péssimos” por Rittel e Webber (1973). A população camponesa e rural destas bacias dos três lagos sentiu-se terrivelmente ameaçada por este projeto, que presumia o desaparecimento de terras, casas e vilarejos sob as águas, bem como anularia sua história e cultura, o que deixava à mostra um futuro cheio de incertezas tanto para eles quanto para as crianças¹⁷. A ACP não parece ter levado em conta a forte resistência que as populações camponesa e rural têm em relação ao projeto.

OS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DA PRIMEIRA ALTERNATIVA

A primeira alternativa que a ACP ofereceu para a ampliação do canal através dos três lagos, represando os rios *Índio*, *Coclé do Norte* e *Caño Suicio* teria sido de um custo enorme, em termos sociais¹⁸ e ambientais¹⁹. Isto

¹⁴ ACP, 2003, usando o Censo Nacional (2000).

¹⁵ Cf. Ishizawa, 2004; Windsor, 2005, para outros conflitos similares.

¹⁶ Cf. Windsor (2005).

¹⁷ Veja o documentário: *Los tres embalses y la lucha campesina. La Ampliación del Canal de Panamá*, (Aledo & Castro, 2005). Disponível em: <<http://www.panamaprofundo.org/boletin/ccce/video/ampliacion.htm>>, acesso em: 09 out. 2006.

¹⁸ A fase de elaboração do projeto gerou divisões e tensões dentro da comunidade. Uma disputa inflamada surgiu entre os camponeses que acreditavam que as construções de represas significariam uma fonte de trabalho e riqueza para a região e aqueles que pensavam se tratar de um projeto de morte que inundaria suas terras e os forçaria à emigração sem destino certo.

¹⁹ Os resultados demonstrados pelos responsáveis pela ACP indicam que, na região estudada, há uma grande variedade de flora, de 1.332 zonas representativas de espécies. As quantidades de espécies registradas representam 13% do total estimado para nosso país (mais de 10 mil espécies, ao todo) numa região que representa 2,8% da superfície total

poderia ter provocado um grande número de desalojamentos que teriam resultado no aumento de uma grande massa de imigrantes pobres, superlotando as periferias das cidades panamenhas. Além disso, a responsabilidade de grande parte dos custos do projeto teria recaído sobre a população camponesa e rural, e o projeto não foi acompanhado do necessário estudo de impacto social, ou, se o foi, não parece ter sido. Concebeu-se o projeto sem um processo aberto e transparente de consulta e participação das populações afetadas, sem a divulgação e difusão de informações confiáveis e acessíveis que permitiriam propostas alternativas ou medidas de mitigação. Tudo isto provocou uma forte rejeição e persistente campanha de oposição pelas populações camponesa e rural e por importantes setores das elites intelectuais e políticas do país²⁰.

A ALTERNATIVA DAS “BACIAS” PARA REUTILIZAÇÃO DAS ÁGUAS

Em abril de 2006, a ACP anunciou que havia cancelado a proposta para a construção dos três lagos e que tinha optado pela reutilização da água por meio de “bacias”²¹, o que descartava a construção de novas reservas de água. O projeto para o terceiro conjunto de eclusas é um plano para expandir a capacidade do canal, com três componentes integrados:

(1) A construção de duas eclusas – uma no Atlântico e outra no Pacífico, cada uma com três câmaras, e com três bacias de reutilização de água;

(2) A escavação de novos canais de acesso às novas eclusas e a ampliação de canais de navegação já existentes; e

(3) O aprofundamento dos canais de navegação, bem como a elevação do nível máximo de operação do lago Gatún. (ACP, 2006a, p. 9).

do país. A importância da quantidade total de espécies registradas é mesmo maior ao se levar em conta que a superfície efetivamente mostrada (11 hectares) é insignificante em comparação com a superfície total do país (7.700.000 de hectares), que representa 0.0001% do total (ACP, 2003a).

²⁰ Esta oposição foi organizada pela plataforma UNNO GRUPO, *Unión Nacional por el No.*

²¹ O engenheiro Tomás Drohan Ruíz (2002), anteriormente a serviço da ACP, foi o primeiro a aventar a alternativa de reciclar a água das eclusas usando um sistema de “bacias”.

Francisco Miguez, o arquiteto responsável pela equipe de coordenação do plano mestre, afirmou, durante uma entrevista ao *El Faro*, publicação oficial da ACP, que:

Uma das principais orientações para a análise do plano mestre é que deveríamos usar a melhor tecnologia disponível nas eclusas, isto é, usar a menor quantidade de água possível. Isto significa que exploraremos a utilização de bacias paralelas que, como se sabe, economizam água e que consistem numa série de bacias localizadas ao lado das câmaras das eclusas. Em cada eclusa, a água é esvaziada sucessivamente e a bacia mais próxima é decantada de forma a ser reutilizada no próximo estágio da eclusa. O uso de bacias laterais que administram as eclusas do Postpanamax faz com que menos água seja utilizada. Com estas bacias que economizam água, as eclusas que estamos estudando gastarão apenas 93% da água a ser realmente utilizada. (El Faro, 02 de setembro de 2005).

OS BENEFÍCIOS DO PROJETO DE AMPLIAÇÃO

De acordo com a ACP e com o governo panamenho, o projeto para a expansão do canal e a construção de um terceiro conjunto de eclusas trará muitos benefícios para o Panamá. Isto garantirá a competitividade do canal para confrontar seus reais e potenciais competidores e permitirá a passagem de um número bem maior de navios, como, por exemplo, a passagem dos grandes PostPanamax²², o que produzirá um notável e constante aumento de renda²³, da qual parte considerável será investida

²² Neste cenário, é mais provável que a demanda e o volume de carga que passa pelo Canal aumentarão em uma média razoável de 3% ao ano, durante os primeiros vinte anos, dobrando a cada ano a tonelagem, de 2005 a mais ou menos 2025 (ACP, 2006a, p. 17).

²³ A capacidade de operação ampliada do Canal requer que se atenda a demanda comercial crescente na rota panamenha. Prevê-se que para as próximas duas décadas de comércio internacional, esta demanda aumentará a níveis superiores aos do crescimento das principais economias. Por causa disto, o canal ampliado com o terceiro conjunto de eclusas poderia tornar possível o trânsito de um volume maior de carga, com um adicional de 1,250 milhões de toneladas (CPSUAB) durante os primeiros onze anos de operação, e que atingiria um retorno total superior a 6.000 milhões por ano, por volta do ano 2025 (ACPb, 2006, p. 13).

no Estado panamenho para o desenvolvimento sustentável do país. Isto criará muitos empregos diretos e indiretos. Em termos precisos, a ACP afirma que este projeto levará ao desenvolvimento global do Panamá. (ACP, 2006a, p. 74).

De acordo com os cálculos da ACP:

O custo de construção do terceiro conjunto de eclusas está estimado em aproximadamente 5 bilhões e 250 milhões de dólares. Esta estimativa inclui a parte de projeto, a administrativa, construção, testes, mitigação ambiental e custos empregados. Some-se a isto que este custo inclui contingências para cobrir riscos e eventos imprevistos, como os que podem ser causa de acidentes, mudanças do projeto, aumento de preços e possíveis atrasos, dentre outros. Este nível de contingência é adequado e suficiente para este tipo de projeto em sua fase conceitual. O custo estimado do projeto também inclui o efeito de inflação durante o período de construção. O terceiro conjunto de eclusas é financeiramente aproveitável, produzindo uma taxa interna de retorno de 12%. O projeto do terceiro conjunto de eclusas é auto-custeado e seu financiamento será separado do financiamento do governo. O Estado não garantirá ou apoiará quaisquer empréstimos feitos pela ACP para a execução do projeto. Com o aumento de tarifas, com uma taxa média anual de 3,5% por vinte anos, e de acordo com o prognóstico de demanda de tráfego mais provável e o itinerário de construção, o financiamento externo exigido será sobretudo temporário, no valor de 2 bilhões e 300 milhões de dólares, para cobrir atividades do ápice da construção entre 2009 e 2011. Com o fluxo de caixa gerado pelo canal ampliado, os custos de investimento serão recuperados em menos de dez anos e o financiamento poderá ser pago em aproximadamente oito anos. (ACP, 2006b).

No que diz respeito ao crescimento da demanda, a ACP indica que o cenário mais provável de demanda é que, nos próximos vinte anos, o volume de carga que transita pelo canal cresça numa média de 3% ao ano, dobrando a tonelagem de 2005 até 2025.

Por outro lado, e referente à geração potencial de empregos, a ACP afirma que, durante a construção do terceiro conjunto de eclusas, serão criados de 35.000 a 40.000 novos empregos, que incluem 6.500 a 7.000 diretamente relacionados à obra durante os primeiros anos de sua construção. Em longo prazo, graças à execução do projeto e ao dinamismo a ser experimen-

tado pela economia panamenha, este projeto será responsável por algo entre 150.000 e 250.000 novos empregos em 2.025 (ACP, 2006a)²⁴.

Apesar do fato de a segunda alternativa reduzir parte considerável do impacto socioambiental em relação à primeira – a da construção dos três lagos –, ela também foi fortemente rejeitada e tem sido objeto de inúmeras críticas²⁵. Enormes dúvidas quanto à viabilidade econômica e social do novo projeto surgiram (FLYVBERG, 2005b) devido à forma como a ACP e o governo panamenho conduziram o processo social. A falta de transparência e de divulgação dos estudos são outras críticas que o projeto tem recebido. Finalmente, algumas das declarações feitas pelo administrador geral da ACP que confirmam que haverá menos recursos hídricos em 2020, ou sobre o custo maior desta segunda alternativa, comparada com a primeira (a dos três lagos), têm semeado suspeitas sobre a efetiva retirada do projeto de construção de represas para abastecer o novo conjunto de eclusas.

OS RISCOS ECONÔMICOS ²⁶

Os riscos econômicos decorrentes da execução da obra, estimados em 5 bilhões e 250 milhões de dólares, para um país tão pequeno como o Pa-

²⁴ O Banco Mundial considera irreal o cálculo do EGAP – princípio “*Tudo corre como planejado*” (Flyvberg, 2005, p. 80).

²⁵ Um bom número destas vozes críticas pode ser encontrado na Internet, um canal de expressão a que a mídia mais tradicional não tem acesso. Seguem algumas listas de grupos: Expresiones para una sociedad participative: <http://www.expresionesamp.net/Global/Pages/actu.htm>, Pastoral Social-Cáritas Panamá <http://www.caritaspn.org>. Depois da destituição de Héctor Endara da Pastoral Social-Cáritas Panamá, ele e seu grupo construíram uma outra webpage de nome Panamá-Profundo, www.panamaprofundo.org. Outros grupos que exerceram oposição de forma crítica ao projeto são: UNNO (Unión Nacional por el No) e FRENADESCO (Frente Nacional por la Defensa de los Derechos Económicos y Sociales). No que se refere às críticas à proposta do terceiro conjunto de eclusas, o grupo formado pelo ex-presidente do Panamá, Jorge Illueca, seu filho, Enrique Illueca, Fernando Manfredo e Julio Manduley, propõe a construção de um mega-porto que tornará desnecessária a construção de um novo conjunto de eclusas, e que deixará mais renda no país. A proposta deste grupo pode ser vista em <http://www.caritaspn.org/incidencia/ccce/informepais.htm>, consulta realizada em 20 jun. 2006.

²⁶ Para uma discussão sobre a metodologia para se analisar o impacto econômico regional de mega-projetos, veja Gunton (2003). Veja também Cooper e Chapman (1987).

namá, com uma população de pouco mais de três milhões de habitantes, tem suscitado diferentes opiniões. Os riscos são agravados em relação à alta dependência que o Estado tem da renda do canal. De acordo com a ACP, as rendas do canal no ano fiscal de 2005 foram de 489 milhões de dólares, o que representa aproximadamente 60% da receita do investimento nacional. (DALMAN, 2006).

O CUSTO REAL DA OBRA

Passemos agora à revisão de outras objeções feitas aos cálculos do projeto. Inúmeros pesquisadores têm advertido que os cálculos dos custos feitos pela ACP são notadamente subestimados. Em resposta à afirmação da ACP, de que o custo total do projeto do terceiro conjunto de eclusas seria de 5 bilhões e 250 milhões de dólares, outros especialistas alegam que o custo total da obra giraria em torno de 7 a 15 bilhões de dólares. Um grupo de membros da Sociedade Panamenha de Engenheiros e Arquitetos (SPIA), coordenado pelo engenheiro Humberto Reynolds de Unamuno, ao trabalhar com os dados fornecidos pela ACP, calculou que o custo da obra excederia 7 bilhões de dólares, o que é defendido também pelo Dr. Roberto Méndez, Doutor em Economia na Universidade do Panamá²⁷. Entretanto, estas cifras poderiam estar subestimadas. O diretor de Engenharia, Dragagem e Construção do Canal do Panamá, Tomás Drohan Ruiz, demonstrou que o custo total final da obra giraria em torno de 10 a 15 bilhões de dólares²⁸. De acordo com ele, o projeto apresentado aos cidadãos panamenhos não está concluído. O estudo do projeto para as bacias de reciclagem – de que apenas 30% foram realizados – é o núcleo da segunda proposta. Por isso, o custo previsto não passa de mera aproximação. De acordo com o engenheiro Drohan, esta segunda proposta para o terceiro conjunto de eclusas é muito similar ao que a Comissão Tripla²⁹ propôs em 1993, embora tal proposta

²⁷ Roberto Méndez: “El tercer juego de eclusas: un mal negocio para Panamá”, disponível em: *Prensa.com*, <<http://mensual.prensa.com/mensual/contenido/2006/06/03/hoy/opinion/622720.html>>, consultado em 20 jun. 2006.

²⁸ Tomás Drohan Ruiz (Diário Panamá-América, 08 ago. 2006).

²⁹ O Torrijos-Carter Treaty incluía uma comissão que estudou a viabilidade da ampliação do canal. Mais tarde, peritos panamenhos e norte-americanos somaram-se aos técnicos

não incluísse as bacias de reciclagem. Seu custo, em 2010, seria de 8 bilhões e 500 milhões de dólares, aos quais deveriam ser adicionados pelo menos outros 5 bilhões para o custo das bacias. Em outras palavras, é impossível que um projeto que tivesse custado 8 bilhões e 500 milhões de dólares em 1993 – não incluindo o custo das bacias de reciclagem – fosse avaliado em 5 bilhões e 250 milhões de dólares em 2006.

Um segundo ponto dos dados publicados pela ACP, que é o assunto em debate gira em torno dos prognósticos do aumento da demanda. De acordo com as previsões da ACP, a carga que passa pelo canal aumentaria, em média, 3% ao ano. Esta previsão não leva em consideração dados importantes, o primeiro dos quais é a mudança climática que poderia desobstruir a rota do Ártico de forma quase permanente, criando uma passagem livre para os navios que viajam pelo hemisfério norte.

Este aumento poderia gerar um conflito entre as maiores companhias de navegação global que não estiverem preparadas para assumir os custos totais do projeto³⁰. Por fim, um possível aumento das tarifas do Canal do Panamá faria com que ele não pudesse competir com os preços do Canal de Suez até 2013³¹ e, por isso, parte da demanda se transferiria para lá.

Este último argumento nos leva a outro ponto fundamental do debate, que é preciso entender, e que diz respeito ao risco desta obra para a nação panamenha. Não estamos nos referindo à questão de finanças, mas sim, mais precisamente, quem, em última instância, pagaria pela obra? A ACP afirma que o projeto para a ampliação do canal será paga por seus proprietários, através de um aumento nas tarifas. Conforme já mencionamos, as companhias internacionais de navegação não estão dispostas a pagar a taxa exigida para auxiliar nas obras de ampliação. É óbvio que existe um alto risco com o aumento no custo final das obras, que é pelo menos o dobro do inicialmente previsto.

japoneses, e este grupo passou a ser chamado de Comisión Tripartita. Finalizaram seus estudos sobre as alternativas para a ampliação do Canal do Panamá em 1993. Eles propuseram a construção de um terceiro conjunto de eclusas com um custo de aproximadamente 5 bilhões de dólares naquele ano.

³⁰ Declarações de C.T.Burke, conselheiro da K-Line. Diário panamenho *La Prensa* (11 jun. 2006).

³¹ Engenheiro Humberto Reynolds em seu estudo *Comparación de tarifas entre el Canal de Panamá y el Canal de Suez*, não publicado.

Portanto, com o intuito de enfrentar um cenário de crise devido à sub-valorização dos custos e com o trabalho já iniciado, o Estado panamenho será obrigado a assumir grande parte do projeto na forma de um empréstimo público que terá de pedir a bancos internacionais. Isto significa que, conforme já indicado, não será possível investir a renda advinda do canal no desenvolvimento do Estado panamenho que é de 60% da receita de investimento nacional. Se a renda exigida para a ampliação for insuficiente, o Estado panamenho terá de assumir os débitos contraídos pela ACP, o que aumentaria a dívida pública já bastante alta que este país tem, uma das maiores *per capita* em toda a América Latina^{32 33}. Se isto acontecer, o projeto para expansão do canal obrigará o Estado a concentrar grande parte de sua capacidade econômica para sustentar uma obra cujos primeiros beneficiários não são nem os cidadãos panamenhos nem as companhias transnacionais de navegação. O Prof. R. Mendez afirma enfaticamente que o projeto para a construção do terceiro conjunto de eclusas é um péssimo negócio para o Panamá.

No que se refere ao número de empregos que este mega-projeto gerará, o relatório preparado por Ashley Dulman, (uma pesquisa associada com o COHA), coloca em dúvida o alto número de ocupações previsto pelo governo, a serem criadas como consequência das obras de ampliação. Citamos Pastor Durán, que adverte: (em *Alternativadigital.net*, A.Dalman (2006):

A ACP e o governo de Torrijos estimaram que o projeto de ampliação geraria 252 mil novos cargos, porém os números reais podem ser bem menores. A ACP prevê que, mesmo em 2010, momento culminante do projeto, apenas 7000 novos empregos terão sido gerados. Se tão poucas ocupações são geradas no primeiro ano da construção, o Panamá não pode esperar receber um quarto do milhão de empregos prometidos por Torrijos.

³² Roberto Méndez, entrevista pessoal em *El Canal de la Discordia* (ALEDO, GARCÍA VERDÚ, VICENTE, 2006).

³³ O economista Roberto Méndez estudou de forma detalhada os cálculos oferecidos pela ACP, bem como o problema de crédito. Ele confirma que ‘como o investimento referido é classificado como de alto risco, o juro a ser pago aos bancos privados será de 7 a 8 %’ (in *DigitalGrammaInternacional*, <http://www.grnama.cu/espnol/2006/mayo/jue11/20canal-e.html>, consultado em: 30 jul. 2006).

Esta enorme disparidade de cálculos oferecidos a partir de posições sobre os custos e os benefícios deste projeto gera um cenário de alta incerteza, e deveria ter sido levada em consideração pelo governo panamenho, no seu apoio entusiasmado deste projeto³⁴. De acordo com os representantes da ACP, a alternativa das bacias de reciclagem e construção do terceiro conjunto de eclusas seria viável a um custo excedente a 6 bilhões de dólares³⁵ e tem sido muito bem representada.

No entanto, isto parece constituir um grande risco associado ao empreendimento de uma obra em que a diferença entre retorno e não-retorno parece ser de 800 milhões de dólares. A ACP calculou uma contingência muito baixa³⁶: apenas 28%. Bent Flyvberg demonstrou que “a maioria dos mega-projetos são um balanço de resultados fantasiosos em termos ambientais e econômicos, bem como de auxílio público” (2005b, p. 3). Este pesquisador dinamarquês analisa mais de 100 mega-projetos em seu trabalho e chega à conclusão de que as projeções de custos, benefícios e demandas identificadas durante o planejamento do projeto são, em grande parte, falhos, e de que o objetivo é tão somente justificar e legitimar a execução do projeto, usando cifras. De acordo com seu estudo, os custos reais dos mega-projetos excedem de 50% a 100% os custos estimados inicialmente e as previsões errôneas para a demanda estão entre 20 e 70%³⁷.

Existe realmente o perigo de que a ACP possa desenvolver um projeto de seu interesse com projeções excessivas em termos de benefícios econômicos, emprego e demanda, e que tenha subestimado os custos. O problema pode ser resumido da seguinte forma: se o projeto falhar ou se os custos forem maiores do que foi orçado, o desenvolvimento desta pequena nação será prejudicado por décadas. É certo que a nação pagará por este projeto e que o canal continuará a funcionar. Se a ACP não puder pagar por ele com a renda oriunda do aumento nas taxas dos navios que usam o Canal, então

³⁴ Discurso de Martín Torrijos Espino por ocasião da abertura e revelação do projeto de ampliação do Canal do Panamá (24 abr. 2006), disponível em: <>, consultado em: 30 jul. 2006.

³⁵ Isto foi confirmado pelo ex-diretor do Departamento de Engenharia, Dragagem e Construção do Canal do Panamá, Tomás Drohan Ruiz (Diário Panamá-América, 08 ago. 2006).

³⁶ A contingência é entendida como sendo custos que não podem ser identificados ou calculados no início do projeto.

³⁷ Outros pesquisadores de mega-projetos chegaram a conclusões semelhantes (KAUFMAN, 1991; ASCHER, 1993; GUNTON, 2003).

terá de pagá-lo, primeiramente o governo panamenho, com parte da renda que recebe do Canal. E se esta quantidade não for suficiente, ele pagará pelos empréstimos feitos através de novos empréstimos que terá de pedir aos bancos internacionais.

Em qualquer um dos casos, a dívida externa aumentará e a quantidade de dinheiro dedicada ao desenvolvimento do Panamá (não se considerando aqui o canal) será reduzida. Definitivamente, a sociedade panamenha, como um todo, será afetada pelo impacto negativo do projeto nas finanças do Estado (cf. BOARDMAN et al, 1996).

A Dívida Pública Panamenha (Fevereiro 2006) excedeu 10 bilhões de dólares, o que representa 75,1% do PIB, e que, em estimativas mais otimistas, pelo menos dobrará, e o financiamento da ampliação recairá sobre o estado (GÓMEZ DE LÉON, 2006). Com 40% de sua população abaixo da linha de pobreza (PNUD, 2002) e com um enorme déficit em infraestrutura, educação e saúde, o pagamento dos empréstimos para auxiliar a ampliação poderia interromper o desenvolvimento para uma geração inteira de panamenhos.

Para uma obra pública, a responsabilidade sobre decisões tomadas e suas conseqüências diluem-se numa estrutura burocrática confusa e em redes de proteção política sendo que, em última instância colapsa sobre toda a população do Panamá bem como sobre os custos ambientais, econômicos e sociais finais do projeto. Flyvberg (2003, p. 107-124) definiu esta situação como um problema de responsabilidade.

CRÍTICAS DA GESTÃO SOCIAL DO PROJETO

Em vista do que já foi enumerado sobre tais riscos econômicos, uma alta porcentagem da população panamenha tem exigido uma profunda revisão na forma de administração do projeto, devido as notáveis dúvidas ao longo da condução dos procedimentos e seus objetivos. Nas páginas seguintes, lidaremos com questões referentes aos erros na administração do projeto e à falta de participação na fase de projeção e seleção de alternativas. Uma das primeiras questões que provocaram enorme desconfiança entre a população camponesa e a rural diz respeito aos fundamentos da rejeição da proposta das três represas.

AS DÚVIDAS SOBRE A REJEIÇÃO DA ALTERNATIVA DOS TRÊS LAGOS

Várias versões contraditórias têm se apresentado sobre a absoluta rejeição da proposta para a construção das três represas artificiais. Na informação disponível ao público, sobre as bacias de reciclagem, à questão “será necessário usar o rio Índio ou alguma outra represa como recurso hídrico para o canal ampliado?”, a ACP responde de forma direta: – Não, o canal não exigirá represas. (ACP, 2006, p. 23). O presidente do Panamá, Martín Torrijó, declarou em seu discurso de apresentação da proposta de expansão, que o projeto não incluía a construção dos três lagos³⁸. Previamente, contudo, o administrador geral da ACP, Alemán Zubieta, declarou aos repórteres internacionais que: “Essas três bacias de reutilização de água dispensa, ao menos até 2010, a construção de novas represas de água doce para abastecer o canal.”³⁹. Portanto, a construção destas ocorrerá pelo menos cinco anos mais tarde, em outras palavras, entre 2014 e 2015.

Outro argumento que levanta suspeitas foi claramente expresso pelo ex-presidente da República, Jorge Illueca⁴⁰, que disse que a ACP confirmara repetidas vezes que o projeto de bacias de reciclagem era muito mais caro do que a outra alternativa, a saber, a dos três lagos. Num cenário marcado por alguns custos maiores do que os calculados pela ACP, Illueca questiona se não seria uma solução para baixar os custos, recuperar a primeira proposta, mais barata. Se considerarmos este debate no contexto do plebiscito nacional, de outubro de 2006, e a necessidade de apoio da população camponesa e rural, contrárias à alternativa dos três lagos que, por outro lado, foi bem aceita pelos cidadãos urbanos, a retirada deste projeto poderia ser entendida como uma estratégia para eliminar o elemento mais polêmico do debate político, e que poderia ter sido responsável pelos votos negativos na consulta nacional.

³⁸ Discurso proferido por Martín Torrijos Espino no início do período de revelação do projeto de ampliação do Canal do Panamá (24 abr. 2006), disponível em: <<http://www.pancanl.com/esp/plan/discurso-pres-torrijos.pdf>>, consultado em: 30 jul. 2006.

³⁹ Declarações feitas por Alemán Zubieta, da agência EFE, disponível em: <<http://www.infobae.com/notass/nota.php?dx=238636&IdxSeccion=100465>>. No diário digital El Panama America (16 fev 2006). Com as novas eclusas com piscinas paralelas não será necesario a construção de represas até o ano de 2.020. <<http://www.elpanamaamerica.com.pa/archive/02162006/topstory.shtml>>, consultado em 30 jul. 2006.

⁴⁰ Jorge Illueca, entrevista pessoal em *El Canal de la Discordia* (Aledo, García & Pascual, 2006).

ERROS NA GESTÃO DO PROJETO

A primeira proposta para a construção dos três lagos e a falta de confiança pública na segunda alternativa para as três bacias de reutilização de água foram responsáveis por uma importante atividade de resistência entre as populações camponesas e rurais afetadas. Estas populações estão agrupadas em diferentes comitês e frentes, com o intuito de exigir uma alternativa mais sustentável tanto em termos ambientais quanto sociais, e também com o intuito de reivindicar seus direitos inalienáveis sobre suas terras⁴¹. Essas ações de resistência tiveram êxito ao impedir a execução da construção do projeto dos três lagos e forçou a ACP a apresentar alternativas com menor impacto socioambiental. Aqui nos referimos à falha da ACP na administração do projeto.

A ACP falhou na administração do conflito social. Ela optou, em primeira instância, por um modelo de gerenciamento de cima para baixo (LAFERTY, 2004, p. 9-12) com um foco exclusivamente técnico e macroeconômico. Ela pretendia omitir de toda a população panamenha o debate e a informação, apresentando à Assembléia Legislativa um projeto fechado. Ela tentou impor um modelo de gerenciamento e tomar decisões hierárquicas, nem participativas e nem democráticas (MEADOWCRAFT, 2004), o que constituiu um erro, já que se tratava de uma questão de interesse geral para todos os cidadãos panamenhos que deviam ter o direito de participar nas decisões fundamentais que pudessem afetar a nação (PELLIZONI, 2005).

As tensões e conflitos que apareceram ao longo destes anos, no âmbito social do projeto, e que pressupunham uma interrupção em sua execução, são as conseqüências de um modelo falho de gestão. A exclusão da sociedade civil por meio de uma gestão social fechada do projeto deslegitima (FLYVBERG) o plebiscito de outubro de 2006, que não produziu o debate social prioritário e essencial sobre o conteúdo e a forma da ampliação do Canal (BRUDGE, 2004, p. 114).

⁴¹ A população rural e a campesina criaram diversas plataformas em defesa de suas terras quando receberam a notícia do projeto para a construção dos três lagos. A mais importante destas organizações foi *The Peasant and Rural Population Against Dams Committee*. Veja o documentário *Los tres embalses y la lucha campesina. La Ampliación del Canal de Panamá*, (ALEDO, CASTRO, 2005).

Todos as partes envolvidas deveriam ter sido incluídos neste debate, ou seja os grupos afetados positiva ou negativamente pelo projeto (FUNTO-WICZ, ROBERTSON, 2004, P. 217, FLYVBERG, 2005b, P. 7).

MEMBROS DO ESPAÇO SOCIAL: INTERESSADOS/AFETADOS

Grandes obras públicas geram importantes processos sociais em que grupos interessados distintos, bem como agentes sociais afetados, entram em conflito (DE TOMBO, 2003)⁴². No caso da expansão do canal, a ACP orienta sua ação através da melhoria e modernização do canal para sua própria sobrevivência e crescimento. Por outro lado, o governo panamenho, ao mesmo tempo que apresenta sua justificativa – de que o canal servirá para estimular o desenvolvimento indispensável do país, – foi acusado de fazer parte de uma estrutura de interesses econômicos com um grupo reduzido de famílias ricas para se apropriar dos benefícios gerados por esta obra de engenharia⁴³, bem como as elites econômicas nacionais que encontraram um espaço comercial fenomenal nas obras para a ampliação do canal⁴⁴. Isto sem mencionar os agentes estrangeiros, como as companhias globais de navegação, as novas economias asiáticas, os sempre onipresentes EUA, as enormes instituições econômicas e financeiras globais, etc.

Essa densa rede de grandes interesses e grupos poderosos pretendia ocultar informações da população panamenha, das populares classes urbanas e especialmente das populações campesina e rural, ameaçadas pela primeira alternativa, a dos lagos. Entretanto, estes grupos, que por anos têm-se mantido socialmente invisíveis, conquistaram um lugar no debate da ampliação, por meio de uma atividade de resistência pacífica prolongada, apesar das diferentes táticas desenvolvidas pela ACP para excluí-los.

⁴² Para uma metodologia de análise de sócios investidores em projetos, veja MacArthur, 1997.

⁴³ Veja “*Todo queda en familia*” para conhecer os principais membros que compõem esta rede, disponível em: www.kaosenlared.net

⁴⁴ O *Council of Hemispheric Affairs* (COHA), uma instituição independente dedicada à investigação da situação política da América Latina, denunciou a rede de interesses formada entre as esferas política e econômica no projeto para a construção do terceiro conjunto de eclusas (DALMAN, 2006).

AUSÊNCIA DE TRANSPARÊNCIA E PARTICIPAÇÃO NULA DOS AFETADOS

A ACP atuou para reduzir a participação pública no plebiscito de outubro de 2006⁴⁵. Isto não parece ser um requisito suficiente para cumprir todas as exigências de um mega-projeto bem administrado. A verdadeira participação deveria ser empreendida durante todos os estágios do projeto (GRUNDERSON, 1995), incluindo a dos sujeitos afetados em todas as fases importantes; principalmente na formulação de saídas alternativas que minimizassem os impactos negativos que a obra inevitavelmente produziria (BURDGE, 2004 b). Um amplo processo de participação serviria para suprir o projeto com maior quantidade de informações, bem como melhorar sua qualidade, com o aumento da quantidade de alternativas⁴⁶ que poupariam tempo e dinheiro (FONT, 2003). Ao mesmo tempo, isso teria reduzido a oposição ao projeto e teria garantido a legitimidade que seria fundamental durante o processo de consulta popular, tal qual exigido pela constituição panamenha.

TUDO ESTÁ SENDO ESTUDADO: A FALTA DE TRANSPARÊNCIA

A falta de informação e transparência desempenhou papel principal na falha da administração social do projeto (DURANT, 2004). O sigilo da ACP caracterizou a proposta desde que fora apresentada à Assembléia Na-

⁴⁵ Para uma análise comparativa entre um foco de base participativa e um foco baseado no poder, veja Flyvberg, 2001.

⁴⁶ As críticas ao projeto da ACP provocaram uma bateria de propostas. Estas podem ser agrupadas nas seguintes idéias: 1. – A construção do terceiro conjunto de eclusas não é necessária, porque o Canal se tornará obsoleto; 2.- Se o pagamento pelo trabalho for co-financiado pelas companhias de navegação que o usam, o estado panamenho poderá perder o controle sobre o canal; 3. – A maximização de possibilidades que o Canal oferece, conforme postulado pelo engenheiro Humberto Reynolds (2003), por meio do desenvolvimento de um sistema multi-modal com uma série de melhorias importantes para as tubulações, linhas de divisão e sistema de vias que une o Colón e a Cidade do Panamá, e criação de dois centros logísticos em cada extremo do Canal; 4. – A construção de um grande porto no lado do Pacífico para os navios que vêm da Ásia (ILLUECA et al., 2006).

cional, em 1999. Vozes de notável influência no Panamá, como a do ex-presidente Jorge Illueca, têm repetidas vezes denunciado estas políticas usadas principalmente quando estava em voga a alternativa da construção dos três lagos⁴⁷. A ACP adiou a liberação de informações de forma injustificável: “Tudo está sendo estudado. Faltam ainda 10% dos dados para processar e, até que não se atinjam 100%, não é conveniente expor as informações ao público”. Esta foi a resposta dada repetidas vezes pela ACP àqueles que exigiam informações sobre a proposta da construção dos três lagos.^{48 49}

Sigilo semelhante estendeu-se à alternativa de construção de bacias para reutilização de água. Em maio de 2006, poucos meses antes do plebiscito, o reitor da Universidade do Panamá⁵⁰ afirmou publicamente que a instituição presidida por ele não poderia fazer afirmações oficiais sobre as bacias para reutilização de água e sobre o projeto do terceiro conjunto de eclusas, uma vez que não conhecia o conteúdo do projeto, as alternativas com as quais a companhia estava trabalhando, os custos ambientais, sociais e econômicos da proposta escolhida e também como seria financiado do empreendimento. Levando isto em conta, a Universidade do Panamá criou um instituto para pesquisas sobre o canal, que oferece cursos sobre o mesmo e se dedica à investigação científica.

O sigilo aí está relacionado à ausência de um processo de participação incluindo todas as partes envolvidas, (FLYVBERG, 2005b, p. 88). Não é ético, e nem reflete os princípios da *Responsabilidade Social Empresarial* (GARCÍA PERDIGUERO, 2003; MORRAS, VIDEL, 2005) ou da *United Nations Global Compact*, que a ACP tenha comprometido a população

⁴⁷ O ex-presidente do Panamá, Jorge Illueca, escreveu o seguinte no jornal “El Panamá América” (28 mar. 2002): “Excesso de reserva e sigilo em assuntos que dizem respeito ao Canal mantém tensões e ansiedade em milhares de famílias campesinas e rurais na região norte do Coclé”.

⁴⁸ Resposta de Amelia Sanjur, socióloga da ACP, à pergunta por que continuavam desconhecidos os estudos feitos pela ACP desde 1999.

⁴⁹ Estas práticas de sigilo e omissão de informações contradizem as afirmações feitas pela ACP. Assim, o administrador da Divisão de Administração Ambiental convocou uma reunião com a presença da população rural e campesina da bacia do Rio Indio, em que a ACP afirmou que a Comissão Mundial de Represas exigia a garantia de uma maior participação no projeto, bem como consultas aos habitantes.

⁵⁰ García de Paredes, entrevista pessoal em *El Canal de la Discordia* (ALEDO, GARCÍA VERDÚ, PASCUAL, 2006).

afetada por estudos para a proposta de ampliação⁵¹ por meio da exclusão. A população rural e a campesina da base ocidental, suas opiniões, seus conhecimentos, valores, desejos e planos futuros não aparecem em nenhum dos relatórios descritivos que a ACP publicou (ACP, 2003a, e 2003b) para justificar a construção das três represas.

DISCURSO HEGEMÔNICO – DISCURSOS ALTERNATIVOS

Com o intuito de confrontar esta ausência de transparência e informação que caracterizam a administração do âmbito social criado pelo projeto dos três lagos, o governo panamenho e a ACP, três meses antes do plebiscito, iniciaram uma campanha pública forte sobre os benefícios que as bacias de reutilização de água e que o projeto do terceiro conjunto de eclusas trariam para o Panamá.^{52 53}

Como resultado destes incidentes⁵⁴, surgiu um discurso com pretensões hegemônicas para legitimar a segunda proposta de ampliação. Discursos (FOUCAULT, 1978) são construções sociais explícitas, públicas ou privadas, que têm o objetivo de fortalecer a posição social tanto quanto legitimar os interesses de um grupo social particular. Os discursos hegemônicos são entendidos como aqueles que operam num determinado âmbito social, promulgado pela elite e que moldam dramática e literalmente uma concepção única sobre um problema ou uma situação (DRYZECK, 2001). Dessa forma, esses discursos hegemônicos pretendem limitar esta

⁵¹ Veja o documentário: *Los tres embalses y la lucha campesina. La Ampliación del Canal de Panamá*, (Aledo, Castro, 2005).

⁵² “Hoje eu recebi a proposta para a ampliação do Canal do Panamá preparada pela ACP (...) Informei oficialmente o recebimento do documento, também pelo povo panamenho. Inicia-se aqui um largo processo de informação e revelação da proposta e dos estudos que a sustentam”. Discurso de Martín Torrijos, disponível em: <<http://www.pancanal.com/esp/plan/discurso-pres-torrijos.pdf>>, consultado em: 30 jul. 2006.

⁵³ ‘The Panama News’ – Jackson mostrou que a ACP financiou a campanha em favor da ampliação do canal com um milhão de dólares (DALMAN, 2006).

⁵⁴ De acordo com Dryzek (2000), os discursos contêm uma determinada visão de mundo que impele e legitima um determinado comportamento e ordem social. Dado que os discursos são tão pessoais quanto sociais, eles funcionam como fontes de ordem para coordenar o comportamento humano individual daqueles que os subscrevem.

visão a um par dicotômico, exigindo que o receptor adote posições através de uma redução simplista da realidade. No caso do âmbito social da expansão do canal, o projeto do terceiro conjunto declusas ou a pobreza representam os pares opostos que estruturam o discurso. A linha argumentativa é a seguinte: se o terceiro conjunto declusas não for construído, o Canal ficará obsoleto⁵⁵. Se o canal se tornar obsoleto, outros competidores estarão neste mercado, o canal não crescerá e nem produzirá benefícios e, assim, a pobreza aumentará, bem como as restrições ao desenvolvimento do país e de seus habitantes.

Este discurso foi construído a partir de diferentes fontes e busca tirar proveito das oportunidades que as novas tecnologias de comunicação oferecem, e, conforme denunciado pela jornalista Maribel Cuervo⁵⁶, a mídia de grande alcance cooperou como uma das vozes dos discursos hegemônicos. Em oposição a este discurso hegemônico, no âmbito social do projeto de ampliação do canal do Panamá, apareceram outros discursos que podemos chamar de resistência (MARTÍNEZ ALIER, 2002). Estes discursos propuseram uma concepção mais complexa da realidade panamenha, uma visão de longo prazo para o desenvolvimento do Panamá, ressaltando o subdesenvolvimento atual que o país sofre frente à “futura riqueza” que a ampliação gerará (GANDÍSSEGUI, 1999; HUGHES, 2002; MÉNDEZ, 2006).

Esses dois discursos conflitantes sustentam os dois modelos panamenhos de desenvolvimento socioeconômico. Um, hegemônico, que alguns economistas panamenhos denominaram “economia em curso” (CASTRO, 2003), embora fosse mais razoável chamá-lo de “concentração”; e outro, que poderíamos qualificar como integral e que supõe o desenvolvimento equilibrado do país, resolvendo o déficit de infra-estrutura e de serviços, com especial atenção dispensada aos setores sociais urbanos menos favorecidos,

⁵⁵ O dilema com que nos depararemos daqui a 100 anos é o seguinte: “espere até que o Canal atinja seu nível de capacidade máxima nos próximos quatro anos, ou invista agora para aumentar sua capacidade, e o Panamá poderá multiplicar seus ganhos, o que servirá para produzir bem-estar para seus proprietários, que são todos os panamenhos”. Discurso do Senhor Martín Torrijos Espino durante o período de revelação do projeto para ampliação do Canal (24 abr. 2006), disponível em: <http://www.pancanal.com/esp/plan/discurso-pres-torrijos.pdf>.

⁵⁶ Maribel Cuervo, entrevista pessoal in *El Canal de la Discordia* (ALEDO, GARCÍA VERDÚ, PASCUAL, 2006)

bem como à população campesina e rural⁵⁷. Esta segunda proposta é anulada pelos interesses de um pequeno grupo de elites nacionais⁵⁸ associadas às principais transnacionais. Além disso, em um exercício político difícil de se qualificar, o presidente da república, Martín Torrijos, relacionou diretamente o projeto de um plano para o desenvolvimento nacional à aprovação da ampliação no plebiscito de 22 de outubro de 2006⁵⁹. Esta afirmação do presidente Martín Torrijos poderia ser mais próxima de uma chantagem política do que uma “política de desenvolvimento” realista.

Neste sentido, descrevemos a “economia nacional concentrada”, usando as palavras de um dos mais conceituados porta-vozes, Ardito Bartela⁶⁰, o ex-presidente da república. O modelo socioeconômico proposto consiste de uma concentração de forças, planos e capital econômico numa série de atividades significativamente concretas vinculadas à economia de globalização, localizadas numa longa extensão, numa linha geográfica estreita que começa em *Punta Paitilla* (CBD da cidade do Panamá) e que termina na *Zona Libre de Colón*, unindo ambos os extremos da rota do canal. Estas atividades – aproximadamente vinte e seis – estão ligadas ao tráfego e a serviços de navegação, e também a algumas poucas atividades direcionadas à exportação, comércio e finanças internacionais. Para compreender melhor, essas são as únicas atividades que poderiam proporcionar benefícios à nação e que teriam possibilidades de sucesso num mundo de competitividade global.

Qualquer investimento em outros setores significaria excesso de custos e de energia. Assim, parece que tudo o que é mantido fora desta estreita margem geográfico-econômica está destinado a falhar e, por isso, não de-

⁵⁷ Veja os artigos de Miguel Antonio Bernal, professor de Direito Constitucional, Universidade do Panamá, em: *Alternativadigital.net* e *El Canal de la Discordia* (ALEDO, GARCIA VERDÚ, PASCUAL, 2006). Também a bibliografia produzida pelo sociólogo Marcos Gandássegui sobre este assunto (GANDÁSSEGUI, 1998), um sumário de suas opiniões pode ser visto em *Impacto social de las transferencias del Canal de Panamá*, disponível em: <<http://www.ampliacioncanal.epasa.com>>.

⁵⁸ Veja *Todo queda en familia*, em que os principais membros que compõem esta rede são identificados, in *Kaosenlared.net*

⁵⁹ Disponível em: <<http://www.presidencia.gob.pa/noticia.php?cod=8370>>, consultado em: 30 jul. 2006.

⁶⁰ Ardito Barleta, entrevista pessoal em *El Canal de la Discordia* (ALEDO, GARCIA VERDÚ, PASCUAL, 2006).

veria receber nenhum suporte especial. Esta situação implica, dentre outras coisas, um reforço no subdesenvolvimento endêmico da população camponesa e rural panamenha e o completo abandono das classes urbanas marginalizadas. Da mesma forma, isto implica a decisão de não financiar o desenvolvimento dos setores econômicos tradicionais e reduzir os investimentos e a infra-estrutura a um mínimo que o interior do país exige. Uma consequência direta desta política será um enorme aumento na migração campo-cidade, que o Panamá já experimenta (*Pastoral Social Cáritas*, 2002).

DESIGUALDADE E RISCO

Mega-projetos provocam mega-riscos (FLYVBERG, 2003). No início do século XXI, o desenvolvimento tecnológico, conforme legitimado pela ciência ocidental, e a capacidade que o capitalismo global tem de exceder os limites do Estado e mobilizar enormes quantidades de capital e de mão-de-obra, significa que obras públicas/privadas atingem dimensões de mega-projetos. O problema associado a essa enorme escala é que os riscos gerados são iguais, em proporção, àquela do projeto (LUHMANN, 1992; BECK, 1998; ALEDO, DOMINGUEZ, 2001, p. 58-65). Os elementos que compõem o projeto, e são por ele afetados, distribuem-se no espaço e no tempo de forma que se torna difícil prever e controlar as consequências (DMAJOROVIC, 2001).

Mega-projetos também geram um alto nível de incerteza. A situação de incerteza é inevitável porque é intrínseca aos processos de tomada de decisões (LUHTMANN, 1996) que se multiplicam em mega-projetos. Entretanto, é possível tomar uma série de medidas para a redução dos níveis de insegurança e incerteza. Primeiro: mega-projetos deveriam incluir amplas estratégias de desenvolvimento regional ou nacional, determinadas por objetivos prioritários que verdadeiramente respondem ao interesse geral (FLYVBERG, 2005, p. 115). Segundo: mega-projetos deveriam ser gerenciados de forma transparente e democrática (GUNDERSEN, 1995) conduzindo democraticamente a um consenso de interesse geral (DRYZECK, 2000). Terceiro: a avaliação final dos resultados de um mega-projeto não é indicativo suficiente de que resultou num saldo positivo, especialmente naqueles em que há extenso impacto socioeconômico e ambiental; custos e benefícios de-

vem ser criteriosamente avaliados a fim de que se verifique como podem ser socialmente distribuídos (ADAMS, 2000). Continuaremos a analisar essas linhas de ação em nosso estudo de caso.

Já mencionamos o grave déficit que o Panamá enfrenta em relação à infra-estrutura e serviços. Diferentes posições acadêmicas (GANDISSEGUI, 1999), políticas e sociais (*Pastoral Social Cáritas*, 2002) demonstraram que a arrecadação que o canal produz deve, em primeiro lugar, ser direcionada para superar estas deficiências. A primeira questão não deveria ser apresentada em termos de como executar a expansão, se não se sabe como o canal pode servir para o desenvolvimento da nação panamenha de forma mais efetiva. Mais concretamente, Flyvberg (2003, p. 115) sugere uma mudança na orientação de mega-projetos, a saber, da “orientação para a solução técnica” para aquela da “especificação dos resultados”, ou seja, do planejamento orientado para a solução dos problemas técnicos (como resolver o problema de água para as eclusas) para o planejamento que deriva dos interesses políticos e objetivos nacionais.

A falta de transparência e o sigilo que caracterizaram o gerenciamento social do projeto pela ACP (DALMAN, 2006) também já foram discutidos. A ACP cometeu um erro ao pensar que o projeto de ampliação do canal se daria como uma progressão natural e que esta progressão auxiliaria o crescimento econômico.

A ACP focou este projeto em termos técnicos e econômicos e deixou de mencionar que o projeto de ampliação era uma questão política e social. Foi elucidado que este é o modelo de desenvolvimento que o Panamá poderia ter no futuro. Nessa ocasião, ela foi obrigada a admitir que, atualmente, em países democráticos, questões sociais (incluindo mega-projetos) são governadas e administradas de novas formas, mais abertas, consensuais e transparentes. Estamos nos referindo a uma nova forma de governança. Este conceito, tal qual realmente aceito, (STOCKER, 1998; METTE KJÆR, 2004) supõe a observância, na administração de políticas públicas, de formas democráticas no processo de tomada de decisões, realizada de forma aberta, transparente, justa e igualitária, que inclua todos os agentes e grupos interessados, afetados pela obra, com uma orientação por meio da ação social e da responsabilidade ambiental. (COM, 2001).

Habermas também ressalta que, em sociedades democráticas contemporâneas, é necessário que se criem espaços públicos para se debaterem

temas de relevância para a sociedade civil (1998). Ele propõe um modelo normativo de democracia com a inclusão de um processo ideal de deliberação e tomada de decisões, chamado de “política deliberativa”, um modelo que deveria ampliar o recurso ao debate público para a boa organização da sociedade. Para a legitimação desta deliberação, seria necessário três condições: a) que todas as vozes relevantes fossem ouvidas, b) formular melhores argumentos e c) que os argumentos pudessem ser expressos de forma livre, sem qualquer tipo de coerção (VELASCO, 2003). Estas condições ideais não foram proporcionadas em nenhum momento no espaço social da ampliação.

Por isso, não é suficiente, em termos de administração democrática do projeto, propor um referendo para saber se o cidadão é a favor ou contra o projeto de ampliação do canal do Panamá. Os processos sociais de participação em mega-projetos⁶¹ deveriam ser realizados durante todas as fases do projeto e, especialmente, nos primeiros estágios da definição de objetivos (especificações de desempenho, in FLYVBERG, 2005b, p. 115) e na escolha de alternativas. A proposta para somente uma alternativa, sem a discussão prévia, abrangente e democrática, limita os direitos dos cidadãos panameños a intervir em um projeto de tamanha influência social.

Nos meses que precederam o plebiscito nacional em outubro de 2006, vieram a público casos preocupantes de censura e perseguição a pessoas que se opunham ao projeto da ACP. O já referenciado relatório COHA extinguiu a coluna que a repórter Maribel Cuervo escrevia para o jornal *La Prensa* nos últimos quinze anos. Maribel Cuervo têm significativa relevância pelas suas denúncias contra a corrupção político-econômica e por sua postura crítica quanto ao projeto de ampliação. Outro caso de censura e perseguição foi sofrido pelo coordenador da *Pastoral Social Caritas*, Héctor Endara Hill, destituído de seu cargo em 18 de agosto de 2006 (depois de mais de 20 anos no comando desta instituição), pelo arcebispo da arquidiocese do Panamá, Monsenhor Pablo Varela. Sob coordenação de Héctor Endara Hill, a *Cáritas-Panamá* destacou-se pelo auxílio da *Coordinadora Campesina Contra los Embalses* em sua luta pela terra, que era ameaçada pela alternativa de construção dos três lagos⁶². Estas medidas

⁶¹ Cf. Webbler, 1995.

⁶² Veja o documentário *Los tres embalses y la lucha campesina. La Ampliación del Canal de*

tomadas pela hierarquia católica panamenha demonstram que as relações entre a elite religiosa e a economia não são transparentes, assim como explícita o poder que os promotores do projeto de expansão possuem sobre vários setores da sociedade panamenha.

Para finalizar esta parte, trataremos da distribuição injusta dos custos e benefícios que a ampliação do canal poderia trazer. A *World Commission on Dams* (2000) confere ênfase extrema ao fato de que, para a aprovação final de um projeto, a avaliação deveria incluir uma análise dos custos e benefícios sociais, e como os impactos negativos e positivos são distribuídos. Embora o projeto de ampliação do Canal do Panamá fosse economicamente viável – ou seja, que os benefícios excederiam os custos – o projeto poderia ser um erro social, caso os impactos positivos e negativos não fossem divididos de forma equitativa por toda a população. Existe a possibilidade de que uma pequena elite transnacional se aproprie de grande parte dos benefícios do projeto e que, em contraposição, os custos recaiam sobre o restante dos cidadãos panamenhos⁶³. Em outras palavras, a conhecida socialização de custos e a privatização de benefícios (GUNTON, 2003) que caracterizam boa parte do comportamento capitalista. Este problema ocorre quando não há um verdadeiro Estado democrático que atue de forma a reduzir estas desigualdades geradas pelo funcionamento perverso da economia de mercado.

PODER E RISCOS

Crise e riscos são conceitos sociais (DOUGLAS, 1996) que implicam a definição de uma situação provocada por um determinado grupo que controla o discurso. Como produtos culturais, eles são regidos por conflito. Portanto, são questões sujeitas à discussão social entre indivíduos e grupos que tentam controlar os termos e os conteúdos do mesmo, o que define e o transformam numa *realidade social inquestionável*. Nas páginas anteriores, apareceu uma forma tácita e explícita da desigualdade, entendida por muitos cientistas e pensadores como o fundamento dos riscos e problemas so-

Panamá, (ALEDO, CASTRO, 2005).

⁶³ Cf. Boardman et al., 1996.

cioambientais (PAINTER, DURHAN, 1995). Para demonstrar isto, usamos o exemplo dos riscos socioambientais que poderiam ser gerados pela construção do terceiro conjunto de eclusas como parte do processo de ampliação do canal panamenho.

Podemos entender a desigualdade como um acesso diferenciado a recursos e que resulta da posição estrutural distinta que os indivíduos ocupam na estrutura de classes sociais. Estes recursos são ambientais, econômicos, sociais, políticos e culturais. E este acesso diferenciado está na base da estrutura de poder. Este poder é determinado pela quantidade de recursos disponíveis às pessoas, e sua capacidade e habilidade são geridas dentro do quadro social. A totalidade de indivíduos que compõe uma sociedade não constitui uma massa homogênea, mas sim socialmente segmentada, ou seja, os indivíduos são divididos em grupos sociais com acessos diferentes aos recursos, com um nível distinto de poder. Esta divisão pautada na desigualdade pode auxiliar alguns grupos na administração de recursos e no exercício de um controle maior sobre os outros, bem como a influenciar e modificar as estruturas em benefício próprio e a dominar o processo de reprodução social para manter o *status quo*.

A ACP e o governo panamenho definiram um discurso que afirma principalmente que o Canal do Panamá estará obsoleto no ano de 2015. Com isso foi construído um risco (o Canal estará obsoleto), através do controle de diferentes instrumentos que buscam ser aceitos como um objetivo realista. Entretanto, esse discurso hegemônico é questionado por outros discursos alternativos que se seguiram a este, de forma a intervir na aspiração por um espaço social fechado e controlado por um pequeno grupo de pessoas.

A modernização do Canal do Panamá exige a adaptação a novas demandas sociais exigidas pelas companhias que, em conjunto, afirmam ser a totalidade de cidadãos panamenhos os principais beneficiários do Canal; que são capazes de incluir os cidadãos panamenhos e suas necessidades de desenvolvimento sustentável como objetivos da companhia; e que podem interromper o modelo norte-americano de administração hereditária com um modelo de administração fechado e exclusivista. Definitivamente, o projeto de ampliação do Canal do Panamá deveria ser compreendido em termos sociais, ou seja, os benefícios gerados por ele deveriam ser estendidos a toda a sociedade panamenha.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVITZ, J. (2001) *Unnatural disasters*. Worldwatch Paper nº 158. ACP. Autoridad del Canal de Panamá (2003a). *Estudio de Recopilación y Presentación de Datos Ambientales y Culturales en la Región Occidental de la Cuenca del Canal de Panamá*. Disponível em: <<http://www.pancanal.com/esp/cuenca/rocc/index.html>>.
- ACP. Autoridad del Canal de Panamá (2003b). *Estudio de Recopilación y Presentación de Datos Socioeconómicos en la Región Occidental de la Cuenca del Canal de Panamá*. Disponível em: <<http://www.pancanal.com/esp/cuenca/socioeconomico/index.html>>.
- ACP. Autoridad del Canal de Panamá (2006a) *Propuesta de Ampliación del Canal de Panamá. Proyecto del tercer juego de esclusas*. Disponível em: <<http://www.pancanal.com/esp/plan/documentos/propuesta/acp-propuesta-de-ampliacion.pdf>>.
- ACP. Autoridad del Canal de Panamá (2006b) *Propuesta de Ampliación del Canal. Datos relevantes*. Disponível em: <http://www.pancanal.com/esp/plan/documentos/propuesta/acp-propuesta-datos-relevantes.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2007.
- ADAMS, W. (2000) *The Social Impact of Large Dams: Equity and Distribution Issues*, Thematic Review I.1 prepared as an input to the World Commission on Dams, Cape Town. Disponível em: <www.dams.org>. Acesso em: 17 abr. 2007.
- ALEDO, A. (2005). *Todo está en estudio*. Report for Pastoral Social caritas Panamá. Disponível em: <http://www.panamaprofundo.org/boletin/canaldepanama/todo_esta_estudio.htm>. Acesso em: 17 abr. 2007.
- ALEDO, A; CASTRO, F. (2005) *Los tres embalses y la lucha campesina. La Ampliación del Canal de Panamá*. Documento audiovisual. Universidad de Alicante – Pastoral Social-Cáritas Panamá. Disponível em: <http://www.panamaprofundo.org>.
- ALEDO, A; GARCIA VERDU, L; PASCUAL, V. (2006) *El canal de la discordia*. Documento audiovisual. Fundación General de la Universidad de Alicante – Pastoral Social-Cáritas Panamá. Disponível em: <http://www.panamaprofundo.org>.
- ALEDO, A, DOMINGEZ, J.A. (2001) *Sociología ambiental*. Granada: Grupo Editorial Universitario.
- ASCHER W. (1993) The ambiguous nature of forecasts in project evaluation: diagnosing the over-optimism of rate-of return analysis, *Int. J. Forecasting*. 9, 109-15.
- BARCIELA, C and MELGAREJO, J. (2000) *El agua en la historia de España*. Alicante: Universidad de Alicante

- BARTOLOME, L.J. de WET, C., MANDER, H.; NAGARAJ, V. (2000) "Displacement, resettlement, rehabilitation, preparation and development" Working paper of the World Commission on Dams. Disponível em: <<http://www.dams.org/thematic>>. Acesso em: 17 abr. 2007.
- BURDGE, R (2004b) "Participative and analytical social impact assessment", in *The Concepts, Process and Methods of Social Impact Assessment*. Middleton (WI): Social Ecology Press
- BURDGE, R; ROBERTSON, R (2004b) "Social impact assessment and the public involvement process", in *The Concepts, Process and Methods of Social Impact Assessment*. Middleton (WI): Social Ecology Press.
- BECK, U. (1998) *La sociedad del riesgo*. Barcelona: Paidós.
- BECKER, HA; VANCLAY, F. (2003) *The international handbook of social impact assessment*. Cheltenham: Edward Elgar.
- BOARDMAN A. E., GREENBERG D. H., VINING A. R; WEIMER D. L. (1996) *Cost-Benefit Analysis: Concepts and Practice*. Prentice Hall, Upper Saddle River, NJ.
- BURDGE, R. (2004a) *A community guide to social impact assessment*. Middleton (WI): Social Ecology Press.
- BURDGE, R (2004b) *The Concepts, Process and Methods of Social Impact Assessment*. Middleton (WI): Social Ecology Press.
- CAPRA, F. (1987) *El punto crucial*. Madrid: Integral.
- CASTRO, G. H. (2003) "Panamá: agua y desarrollo en vísperas del segundo siglo", en *Tareas*, nº 114. Disponível em: <<http://168.96.200.17/ar/libros/tar114/castro.rtf>>
- COLCHESTER, M (2000) *Dams, indigenous peoples and ethnic minorities*. Prepared for the World Commission on Dams. Disponível em: <www.dams.org>
- COMISIÓN MUNDIAL DE LAS REPRESAS. (2000) *Represas y Desarrollo*. Disponível em: <http://www.dams.org/docs/report/other/wcd_sp.pdf>
- COM (Commission of the European Communities) (2002) *European Governance: a white Paper*. Brussels. Disponível em: http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/site/en/com/2001/com2001_0428en01.pdf. Acesso em: 17 abr. 2007.
- COOPER, D and CHAPMAN, C. (1987) *Risk analysis for large projects: models, methods, and cases*. New York: John Wiley and Sons.
- DALMAN, A. (2006) *Expanding the Panama Canal: A Wider Canal or More Governmental Payola?*. Informe preparado para el Consejo de Asuntos Hemisféricos. Disponível em: <<http://www.coha.org/2006/08/08/expanding-the-panama-canal-a-wider-canal-or-more-government-payola>>.
- DELEAGE, P. (1993) *Historia de la ecología : una ciencia del hombre y de la naturaleza*. Barcelona: Icaria.

- DEL MORAL, L y PEDREGAL, B (2002) “Nuevos planteamientos científicos y participación ciudadana en la resolución de conflictos ambientales” en *Documentos de Análisis Geográfico*, n. 41, p. 121-134.
- DEMAJOROVIC, J. (2001) *Sociedade de risco e responsabilidade socioambiental: perspectivas para a educação corporativa*. São Paulo: Senac.
- DETOMBE, D. (2003) “Handling complex societal problems”, in BECKER, HA; VANCLAY, F. *The international handbook of social impact assessment*. Cheltenham: Edward Elgar.
- DOUGLAS, M. (1996). La aceptabilidad del riesgo según las ciencias sociales. Barcelona: Paidós.
- DRYZEC, J.(2000) *Deliberative democracy and beyond*. Oxford: Oxford University Press.
- DURANT,R. (2004) *Environmental governance reconsidered : challenges, choices, and opportunities*. Cambridge, MA: MIT Press.
- FERNANDES, W and THUKRAL, EG. (1989) *Development, displacement and rehabilitation*. New Delhi: Indian Social Institute.
- FLYVBJERG, B. (1998) “Habermas and Foucault: thinkers for a civil society?”, en *British Journal of Sociology*, vol 49, n. 2, p. 208-33.
- FLYVBJERG, B (2001) *Making Social Science matter*. Cambridge: Cambridge University Press.
- FLYVBJERG, B. (2005a) Design by Deception: The Politics of Megaproject Approval.” *Harvard Design Magazine*, n. 22, Spring/Summer, p. 50-59.
- FLYVBJERG, B. (2005b) *Megaprojects and risk*. An anatomy of ambition. Cambridge. Cambridge University Press.
- FONT, J (2003) *Public participation and local governance*. Barcelona: Institut de Ciències Polítiques i Socials.
- FOUCAULT, M (1978) *La arqueología del saber*. Madrid: Siglo XXI.
- FUNTOWICZ, S.O.; RAVETZ, J.R. (1992). “Three Types of Risk Assessment and the Emergence of Post-Normal Science” in KRIMSKY, S.; GOLDING, D. (eds.). *Social Theories of Risk*. Westport: Praeger.
- GANDASEGUI, M. (1999). *El Canal de Panamá en el siglo XXI*.
- GARCIA PERDIGUERO,T (2003). *La responsabilidad social de las empresas en un mundo global*. Barcelona: Anagrama.
- GOMEZ DE LEON, A. (2006). El canal de panamá: su expansión y los aspectos ecológicos. Documento publicado en *Todo sobre la Ampliación del Canal*. Disponible em: <<http://ampliacioncanal.epasa.com/ampliacionsite/index.php>>. Acceso em 17 abr. 2007.
- GUNDERSEN, A. (1995) *The environmental promise of democratic deliberation*. Madison (WI): University of Wisconsin Press.

- GUNTON, T. "Megaprojects and regional development: pathologies in project planning", in *Regional Studies*, vol 37, n. 5, p. 505-519, July 2003.
- HABERMAS, J. (1998) *Facticidad y validez*. Barcelona: Trotta.
- HARGROVE, E.C. (1994) *Prisoners of Myth: The Leadership of the Tennessee Valley Authority, 1933-1990*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press.
- HOLDER, K y REYNOLDS, H. (2004). "Tránsito y carga por el Canal de Panamá: proyección futura", en *Boletín, Incidencia y compromiso*. Panamá: Pastoral Social Cáritas-Panamá.
- HUGHES, W. (2002) *Impacto de la ampliación del Canal de Panamá*. Panamá: CEALP.
- INGLEHART, R. (1991) *El cambio cultural en las sociedades avanzadas*. Madrid: Siglo XXI
- ISHIZAWA, J. (2004) "On Local Communities and Megaprojects: The cultural challenge", en *Development*, 47(1), p. 58-63.
- JIMENEZ HERRERO, J.L. (1989) *Medio Ambiente y desarrollo sostenible*. Barcelona: IEPALA.
- KAUFMAN D. (1991) The forgotten rationale for policy reform: the productivity of investment, background study for the World Bank's World Development Report, World Bank, Washington, DC
- LAFFERTY, W. (2004) "Introduction: form and function in governance for sustainable development", in Lafferty, W (ed.) *Governance for sustainable development*. Cheltenham: Edward Elgar.
- LUHMANN, N (1992) *Beobachtungen der Moderne*, Opladen, Westdeutscher.
- LUHMANN, N. (1996) "El futuro como riesgo", in BERIAIN, J. *Las consecuencias perversas de la modernidad*. Barcelona.:Anthropos.
- MACARTHUR, J. (1997) "Stakeholder analysis in project planning: origins, applications and refinements of the methods", In: *Project Appraisal*, vol. 12, n. 4, p. 251-65.
- MARTINEZ, ALIER, J (2002) *The Environmentalism of the Poor: A Study of Ecological Conflicts and Valuation*. Cheltenham, UK: Edward Elgar.
- McNEIL, JOHN R. (2000) *Something New Under the Sun: An Environmental History of the Twentieth-Century World*. New York and London: W.W. Norton & Company.
- MCCULLY, P. (1996) *Silenced rivers: the ecology and politics of large dams*. London: Zed Books.
- MEADOWCROFT, J. (2004) "Participation and sustainable development: modes of citizen, community and organisational involvement", en Lafferty, W (ed.) *Governance for sustainable development*. Cheltenham: Edward Elgar.

- MÉNDEZ. R. “Un mal negocio para Panamá”, en *La Prensa* (3-06-07). Disponible em: <<http://mensual.prensa.com/mensual/contenido/2006/06/03/hoy/opinion/622720.html>>. Acceso em: 17 abr. 2007.
- METTE KJAER A (2004) *Governance. Key concepts*. Cambridge: Polity Press.
- MORROS, J y VIDAL, I. (2005) *Responsabilidad Social Corporativa*. Madrid: Fundación Confemetal.
- MYERS, N (2005) Environmental refugees: an emergent security issue, ponencia expuesta en 13th Economic Forum, Praga 23-27 de mayo de 2005. Disponible em: <http://www.osce.org/documents/eea/2005/05/14488_en.pdf>
- O’RIODARN,T; O’RIORDAN, J. (1993) “On evaluating public examination of controversial projects”, in *Foster, H.D. (ed.) Advancecs in resource management*. London: Belhaven Press.
- PAINTER, M.; DURHAM, H. W. (1995) *The social causes of environmental destruction in Latin America*, Ann Arbor: The University of Michigan Press.
- PASTORAL SOCIAL CARITAS-Panamá. (2002) *Una voz orientadora sobre el problemas de los embalses*. Disponible em: <http://www.caritaspn.com/incidencia/ccce/voz_orientadora.htm>.
- Acceso em: 12 mar. 2006.
- PELLIZZONI, L. (2005) “Private means, public goods. Antinomies of participatory governance in the environmental field”, ponencia presentada en *VII Conference f the European Sociological Association*, Turín, 9-12 Sept. 2005.
- PNUD (2002). *Informe Nacional de Desarrollo Humano- Panamá*.
- REYNOLDS, H. (2003) “La cintura canalera” artículo de opinión en *El panama américa* de 26 de agosto de 2003.
- RITTLER M.W. and WEBBER, M.M. (1973) “Dilemmas in a generla theory of planning”, in: *Policy Sciences*. 4, p. 155-70.
- RODRIGUES, J.C. (1985). *The Panama Canal: Its History, Its Political Aspects, and Financial Difficulties*. Nueva York: C. Scribner’s sons.
- ROY, ARUNDHATI. (1999) “The greater common good”, in *Friends of River Narmanda*. Disponible em: <<http://www.narmada.org/gcg/gcg.html> >. Acceso em: 17 abr. 2007.
- SACHS, W. (1993) *Global ecology : a new area of political conflict*. London: Zed Books.
- SCOTT, W. (1913) *The Americans in Panama*. New York, NY: Statler Publishing Company.
- STEINBERG, T. (1993) “That World’s Fair Feeling’: Control of Water in Twentieth Century America,” *Technology and Culture*, 34(2).
- STOKER G. (1998) “Governance as theory: five propositions” en *International Social Science Journal*. UNESCO. Marzo.

- SZYLIOWICZ1, J.; GOETZ, A. (1995) "Getting realistic about megaproject planning: The case of the new Denver International Airport", in *Policy Sciences*, V. 28, n. 4 / November.
- TAYLOR, C. (2004) *Social Assessment: Theory, Process and Techniques*. Middleton (WI): Social Ecology Press..
- UTTON, AE., SEWELL, W., O'RIORDAN T O. (1976) *Natural resources for a democratic society*. Boulder, CO. Westview Press.
- VANCLAY, F. (2003) "Conceptual and methodological advances in social impact assessment", in: BECKER, HA; VANCLAY, F. *The international handbook of social impact assessment*. Cheltenham: Edward Elgar.
- VELASCO, JC. *Para leer a Habermas*. Madrid. Alianza. 2003.
- WEBLER, T. (1995). "Right ,discourse in citizen participations", en *Fairness and competence in citizen participation* (O. Renn et. al). Dordrecht: Kluwer.
- WINDSOR, J.E. (2005) "Annihilation of both place and sense of place: the experience of Cheslatta T'En Canadian First Nation within the context of large-scale environmental projects,", in *The Geographical Journal* vol. 171, n. 2, p. 146-165.
- WORLD COMISSION ON DAMS. *Dams and development: a new framework for decision-making*. Disponível em: <<http://www.dams.org/docs/report/wcdintro.pdf>. 2000>. Acesso em: 17 abr. 2007.

A QUESTÃO DA AMPLIAÇÃO DO CANAL DO PANAMÁ E SEUS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS

DEISE FABIANA ELY
Universidade Estadual de Londrina

INTRODUÇÃO

Em outubro de 2007, foi realizado o III Simpósio Internacional de Geografia Agrária, que também agregou as atividades do IV Simpósio Nacional de Geografia agrária e da Jornada Orlando Valverde, na cidade de Londrina/ PR em que, inicialmente, nossa participação estava marcada pela apresentação de uma comunicação oral bem como nas demais atividades do evento, pois nossa área de atuação vincula-se diretamente à climatologia geográfica e não aos estudos de geografia agrária.

Com o início das atividades do referido evento, fomos convocados para coordenar uma das conferências programadas e nos foi solicitado que, posteriormente, elaborássemos um texto sobre o tema abordado. Coordenamos a conferência realizada no dia 14 de outubro de 2007, proferida pelo professor Doutor José Aledo Tur, do Departamento de Sociologia 1, da Universidade de Alicante (Espanha), intitulada “Obras públicas: mudanças geográficas e impactos sociais em comunidades rurais”, apresentando o estudo de caso dos impactos socioambientais gerados pela proposta de ampliação do Canal do Panamá.

Diante do desafio de escrever sobre o tema abordado, procuramos coletar informações mais detalhadas junto ao professor que proferiu a fala, assim como proceder uma consulta de bibliografias disponíveis na rede mundial de computadores (Internet). Mas, salientamos que a síntese das idéias expostas acerca de um tema tão complexo como o abordado pelo conferencista não constitui uma tarefa fácil, pois requer a retomada de leituras não somente ligadas aos temas da Geografia, como de outras áreas do saber. Com a produção do presente texto, espera-se contribuir com o estabelecimento de uma leitura geográfica sobre o tema.

UM BREVE HISTÓRICO SOBRE A CONSTRUÇÃO DO CANAL DO PANAMÁ

A idéia inicial da construção de uma passagem que ligasse o oceano Atlântico ao Pacífico por meio do istmo do Panamá data do início do século XVI, quando Vasco Nuñez de Balboa o atravessou em 1513 e constatou que era apenas uma estreita faixa de terras que separava os dois oceanos¹.

O rei da Espanha, Carlos I, ordenou ao governador regional do Panamá o levantamento de informações para a definição de uma rota de passagem para o Pacífico por meio do Rio Chagres. Mas, ao final do levantamento dessas informações, o governador indicou que seria impossível concretizar tal projeto.

Três séculos mais tarde, os Estados Unidos, que já vinham traçando sua liderança político-econômica mundial, demonstravam interesse em identificar e edificar uma rota que permitisse a ligação entre os oceanos Atlântico e Pacífico, não necessariamente pelo Panamá. Esse interesse aumentou quando foram identificadas minas de ouro na Califórnia, em 1848, dinamizando e ampliando o comércio e a circulação de pessoas e mercadorias que utilizavam a rota do istmo do Panamá, principalmente por terra.

Em 1869, o então presidente dos Estados Unidos, Ulysses S. Grant determinou que fossem efetivadas expedições para o levantamento topográfico em algumas áreas da América Central, especificamente no México, na Nicarágua e no Panamá, com o intuito de definir o local mais adequado para a construção de um canal de ligação entre o oceano Atlântico e o Pacífico, concluindo que o canal deveria ser construído na Nicarágua.

Mas o governo francês também tinha interesse na construção do canal, motivando uma disputa de poder entre os dois governos e as empresas interessadas no desenvolvimento da obra.

Em 1879, em Paris, foi realizado o Congresso Internacional para Estudos de um Canal Inter-ocênico, promovido pela Sociedade de Geografia de Paris, no qual os franceses apresentaram a proposta de construção do canal no Panamá (que era território colombiano) e que a travessia do Atlântico até o Pacífico se daria por um canal edificado ao nível do mar, com uma

¹ As informações sobre o histórico da construção do Canal do Panamá foram obtidas junto à página da Autoridade do Canal do Panamá – ACP, disponível em <http://www.pancanal.com/esp/history/index.html>. Acesso em 11 de janeiro de 2008.

rota quase que paralela à ferrovia que serviria, inicialmente, para transportar a terra retirada das escavações do mesmo.

Nesse mesmo congresso, foram apresentadas várias outras propostas, dentre elas, a construção de represas e eclusas para transpor as diferenças de altitudes entre um oceano e outro. Ao final do congresso, concluiu-se que a melhor proposta era a construção de um canal ao nível do mar, em território panamenho e que a concessão da obra fosse dada a uma empresa de engenharia francesa.

A empreitada de construção do canal do Panamá liderada pelos franceses passou por uma série de dificuldades, dentre elas destaca-se a indefinição quanto ao projeto a ser executado, problemas financeiros e, principalmente, a grande incidência de febre amarela e malária sobre todos os escalões da mão-de-obra, que provocou a morte de muitos trabalhadores durante esse período.

Os Estados Unidos ainda demonstravam grande interesse na concretização dessa obra, principalmente após o estabelecimento de uma base naval norte-americana em Cuba, por volta de 1898.

A empresa francesa que estava construindo o canal no Panamá entrou em sérias dificuldades financeiras e ofereceu o negócio aos americanos. O governo americano, liderado pelo presidente Roosevelt, aceitou a proposta em janeiro de 1902 e, motivado para o término das obras do canal, também apoiou o movimento para a independência do Panamá.

O Panamá tornou-se independente da Colômbia em 1903 e em troca da ajuda militar prestada assinou um tratado que outorgava ao governo dos Estados Unidos o término da construção e o controle do canal. Os engenheiros do exército americano abandonaram o projeto de construção do canal ao nível do mar e optaram pelo sistema de eclusas para a transposição das diferenças altimétricas entre os dois oceanos por meio de um canal de 80km de extensão (figura 1).

Los tres juegos de esclusas del Canal, de dos vías cada una, sirven como ascensores de agua que elevan los barcos al nivel del Lago Gatún, a 26 metros sobre el mar, para permitir el cruce por la División Continental, para luego bajarlos al nivel del mar al outro lado del istmo. Para este propósito, se usa el agua almacenada en tres represas, siendo la más importante la que há dado lugar al lago Gatún. Durante los esclusajes, se cierran las compuertas de las esclusas para permitir que el agua fluya por gravedad desde el cuerpo de agua superior hacia el inferior. Se usan alrededor de 197 millones de litros de agua dulce para cada esclusaje, los cuales se vierten finalmente al mar (figura 2). (TUR, 2007, p. 5)

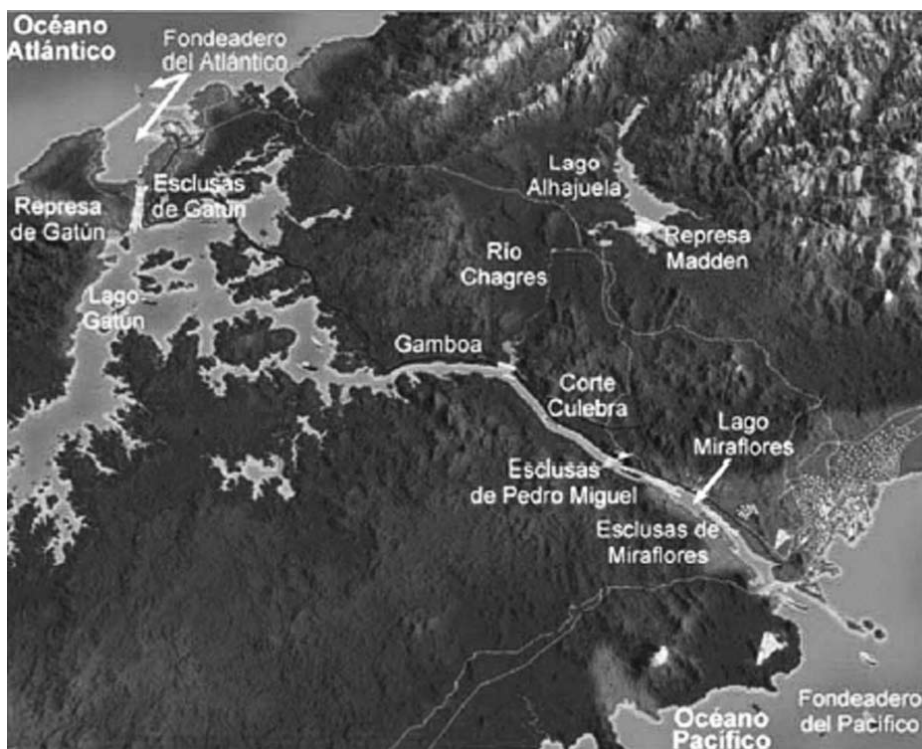


Figura 1: Localização e caracterização geral do canal do Panamá.

Fonte: <http://www.panacanal.com/esp/plan/documentos/plan/acp-plan-apendices.pdf>

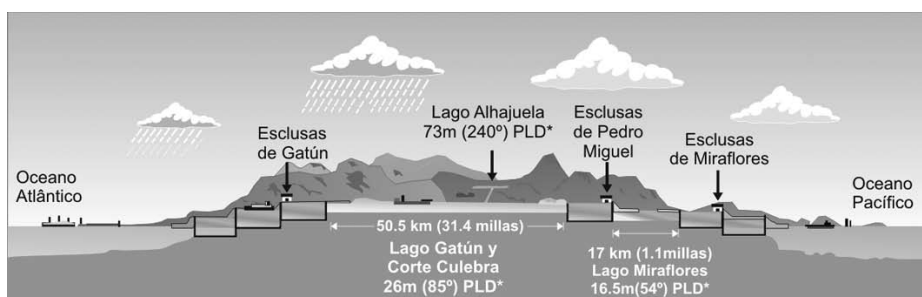


Figura 2: Demonstração do desnível altimétrico entre o oceano Atlântico e o Pacífico e os atuais três jogos de esclusas.

Fonte: <http://www.panacanal.com/esp/plan/documentos/plan/acp-plan-apendices.pdf>

Por meio da assinatura do tratado Torrijos-Carter, datado de 1977, foi estabelecido que, no final de 1999, o controle e a administração do canal seria passada ao Estado panamenho. Com o intuito de assumir essa tarefa, o governo panamenho criou a Autoridade do Canal do Panamá (ACP), que tem seus administradores nomeados por mandato constitucional.

As atividades do canal funcionam 24 horas por dia, nos 365 dias do ano e devido à instabilidade política que tem caracterizado os governos panamenhos após a morte do General Torrijos, foi estabelecida uma autonomia administrativa e financeira para a ACP. Suas operações são de caráter privado e prevêem a administração, a conservação, a manutenção, a implantação de melhorias e a modernização do canal.

Para se ter uma idéia da importância econômica do canal do Panamá, Tur (2007, p.5) cita que, atualmente, passa por ele mais de 4% do tráfego marítimo mundial, representando cerca de 13.000 a 14.000 embarcações por ano, gerando somente no ano de 2005 o montante de um bilhão de dólares, mas apenas um terço desse valor foi repassado ao governo panamenho.

O projeto de gestão do canal coordenado pela ACP, para o período de 2006 a 2025, prevê a modernização e ampliação do canal, conhecido como “Plan Maestro”. Esse plano tem como objetivos principais a ampliação da capacidade do canal; incrementar sua participação no mercado mundial; aumentar sua eficiência de operação; melhorar as condições de segurança e desestimular novos competidores nesse mercado.

Vale destacar que a rota marítima pelo Pacífico associada com a rede ferroviária dos Estados Unidos forma um sistema de transporte intermodal que é o principal concorrente do Canal do Panamá no comércio marítimo entre o noroeste da Ásia e a costa leste norte-americana (figura 3).

Os técnicos e administradores do canal do Panamá justificam a necessidade da concretização do “Plan Maestro” subsidiados em estudos e projeções que indicam que o canal se tornará obsoleto em menos de quinze anos, pois o comércio naval mundial vem sendo ampliado em função das demandas chinesas e no fato que revela que a posição geopolítica do canal exerce um papel de extrema importância na conexão entre os portos chineses e os da costa leste norte-americana (figura 4).

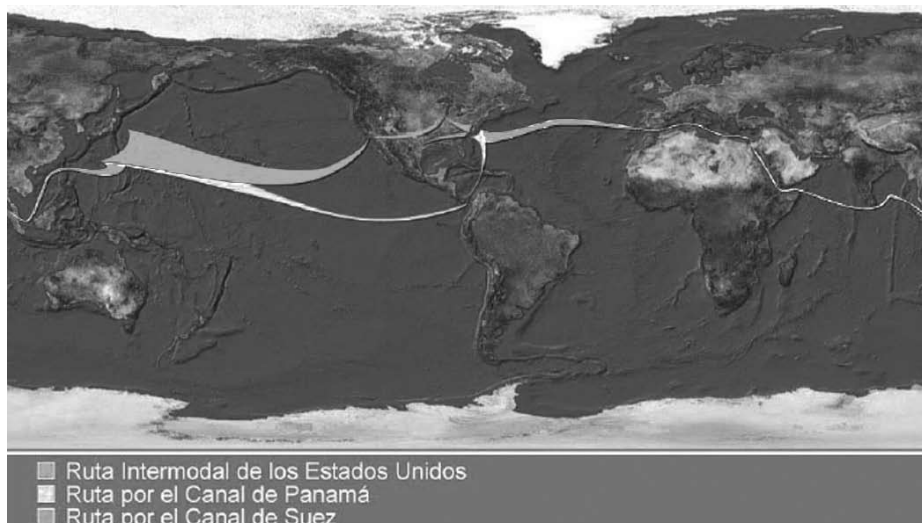


Figura 3: Principais concorrentes do Canal do Panamá.

Fonte: <http://www.pancanal.com/esp/plan/documentos/propuesta/acp-propuesta-de-ampliacion.pdf>

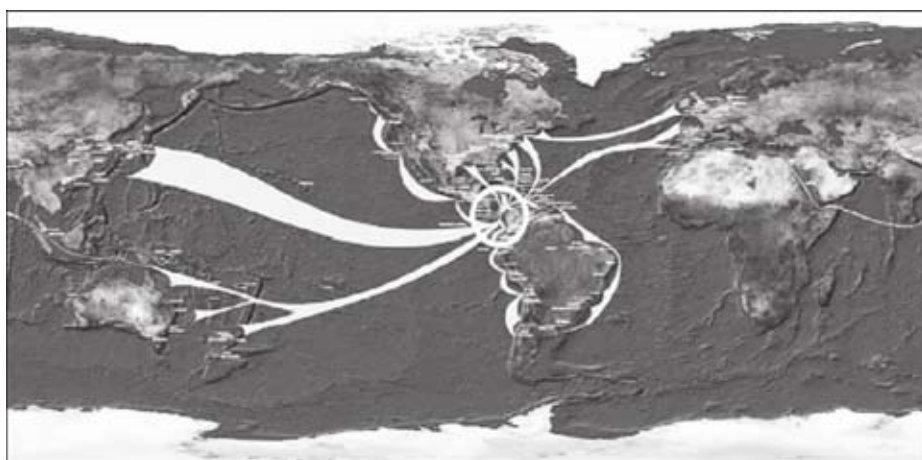


Figura 4: Rotas comerciais que utilizam o Canal do Panamá para encurtar as distâncias percorridas.

Fonte: <http://www.pancanal.com/esp/plan/documentos/plan/acp-plan-apendices.pdf>

Esse contexto vem demandando a construção e utilização de embarcações maiores que as utilizadas atualmente, chamadas de Post-Panamá. Entretanto, as eclusas e o canal do Panamá não suportam navios com tais dimensões.

Para que as alterações previstas no referido projeto sejam efetivadas, a constituição panamenha exige a consulta da população por meio de um plebiscito. Essa consulta foi feita em outubro de 2006 e a proposta de ampliação do canal foi aprovada.

No entanto, diversos setores da sociedade panamenha, principalmente as comunidades camponesas diretamente afetadas pelo projeto, têm questionado a veracidade das informações divulgadas pela ACP, a previsão da estagnação do canal e os custos da obra de ampliação. Considera-se que o referido projeto não avalia e nem prevê soluções para a totalidade dos impactos socioambientais derivados da execução da obra, além do questionamento da necessidade da mesma, já que o país é carente de uma série de outras infraestruturas e serviços, discussões que colocam em conflito interesses distintos em torno da questão do canal do Panamá.

AMPLIAÇÃO DO CANAL E SEUS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS

O projeto de modernização do Canal do Panamá, apresentado pela ACP, prevê a construção de um terceiro jogo de eclusas que ampliaria a sua capacidade. No entanto, esse novo sistema de eclusas necessita de maior quantidade de água para funcionar, problema que os engenheiros da ACP têm tentando resolver por meio da proposta de construção de outros lagos ou da reutilização da água empregada para abastecer as eclusas.

A primeira proposta preconiza a construção de três outros lagos, mediante o represamento dos rios Índio, Coclé del Norte e Caño Sucio, localizados a oeste do Lago Gatún e que inundariam uma superfície de 45.000 ha afetando diretamente 8.500 pessoas e indiretamente cerca de 35.727 pessoas, conforme os dados da ACP. Mas as comunidades camponesas panamenhas apresentam outros dados, ou seja, que a área inundada seria superior a 70.000 ha e afetaria indiretamente 100.000 habitantes e, de forma direta, em torno de 35.000 habitantes. (TUR, 2007, p. 8).

As comunidades rurais localizadas nas bacias dos três rios citados temem a inundação de suas terras, suas casas, seus povoados e a incerteza de seu futuro e de sua possibilidade de reprodução enquanto camponeses, caso tal projeto seja implantado.

Ademais, Tur (2007) destaca que a ACP tem feito uma avaliação meramente técnica do projeto de ampliação do canal, não considerando os impactos socioambientais e os custos derivados da mesma. Ele ainda assinala que, se tal projeto for concretizado, muitas pessoas serão desalojadas e ficarão à mercê de um destino incerto e que terminarão por aumentar a grande massa de imigrantes pobres que abarrotam a periferia de várias cidades panamenhas.

O outro projeto para a ampliação do canal do Panamá é chamado de “tinas (bacias) de reciclagem”, apresentado pela ACP como sendo um projeto tecnológico arrojado, pois utiliza uma menor quantidade de água e permite a sua reutilização. A proposta consiste na construção de uma série de bacias (piscinas) construídas ao lado das câmaras de cada uma das eclusas, nas quais a água a ser utilizada no seu funcionamento será transportada para a tina adjacente, ao invés de ser descartada, tornando possível a reutilização da água para o funcionamento da eclusa seguinte e assim sucessivamente (Figuras 5 e 6).

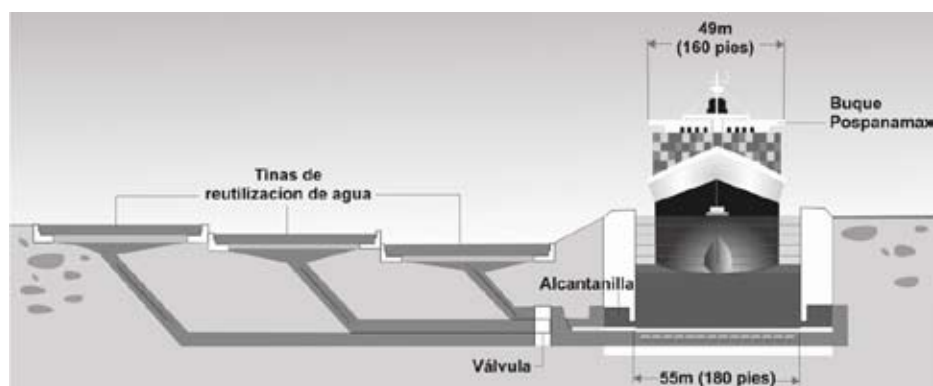


Figura 5: Vista do terceiro jogo de eclusas e as tinas (piscinas) de reutilização de água. A ilustração no canto direito apresenta a idéia da planta de um dos canais com um navio em seu interior.

Fonte: <http://www.pancanal.com/esp/plan/documentos/propuesta/acp-propuesta-de-ampliacion.pdf>

Os dois projetos apresentados têm sido alvo de uma série de críticas, não só das comunidades camponesas afetadas, mas também de engenheiros e pesquisadores, professores, dentre outros técnicos da área ambiental e social. Entretanto, após o plebiscito ocorrido em 2006, o projeto das piscinas de reciclagem está em fase inicial de execução, mas não menos cercado de críticas.

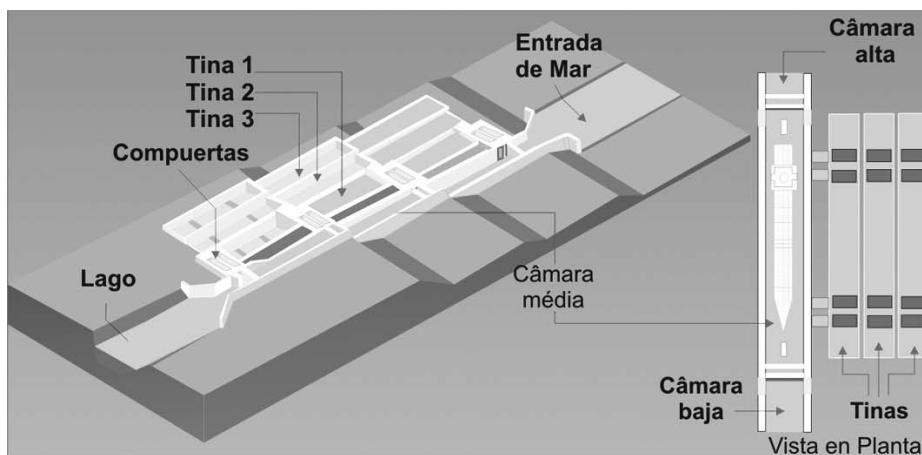


Figura 6: Vista transversal do terceiro jogo de eclusas e as bacias (piscinas) de reutilização de água.

Fonte: <http://www.pancanal.com/esp/plan/documentos/propuesta/acp-propuesta-de-ampliacion.pdf>

As críticas recaem principalmente sobre os custos da obra, a forma da captação de recursos para o seu financiamento e de seu pagamento, a falta de transparência e de divulgação dos estudos e das informações necessárias para uma análise mais aprofundada do projeto, restando muitas dúvidas sobre sua rentabilidade econômica e social.

Las objeciones que se han planteado a esta nueva propuesta de la ACP se establecen tanto desde un punto de vista económico como socio-político. Diferentes voces han alertado sobre los riesgos económicos que conllevará la ejecución de una obra, estimada en 5.250 millones de dólares, para un país tan pequeño como Panamá y sobre las repercusiones que ocasionará, sobre el futuro desarrollo socioeconómico del país, si el proyecto fracasa y el estado se tiene que endeudar para pagar los créditos contraídos por la ACP. (TUR, 2007, p. 12)

Os dirigentes da ACP afirmam que os custos da obra serão pagos pelos usuários do canal mediante um aumento progressivo das tarifas. No entanto, os críticos levantam a questão de que esse aumento geraria um conflito com as grandes empresas navais mundiais, que não estão dispostas a arcar com esses custos. Além de que esse aumento pode trazer prejuízos, já que o canal do Panamá teria que competir com as tarifas praticadas no canal de Suez, um dos seus principais concorrentes no tráfego inter-oceânico.

Este último argumento nos lleva a outro punto de debate y que resulta fundamental para entender el riesgo que conlleva esta obra para la nación panameña. Nos estamos refiriendo al asunto de la financiación, de como se va a pagar la obra y los créditos que se contraigan y, em última instancia, quién o quiénes pagarán la obra. [...] También hemos visto que existe um alto riesgo de que el coste final de la obra al menos duplique el previsto inicialmente. Por lo tanto, ante um escenario de crisis por infravaloración de costes y com la obra ya comenzada, el estado panameño se veria obligado a asumir buena parte del coste del proyecto y los empréstitos que se hubieran pedido a la banca internacional. Para ello, en primer lugar, se echaría mano de la parte que el Canal entrega a las finanzas estatales, que como ya se há indicado supone un 60 por ciento del presupuesto nacional de inversión. Si esta cantidad no fuera suficiente, el Estado panameño debería hacerse cargo de las deudas contraídas por la ACP con lo que se aumentaria la de por si altísima deuda que padece Panamá, una de las más altas per capita de toda Latinoamérica. Si así ocurriese, el proyecto de Ampliación del Canal obligaría al Estado a concentrar gran parte de sus esfuerzos económicos en sostener una obra cuyos primeros beneficiários no son los panameños sino las grandes navieras transnacionales. (TUR, 2007, p. 13-14)

Segundo Tur (2007), a discussão sobre as duas propostas de ampliação do Canal do Panamá gerou uma importante atividade de resistência entre os camponeses diretamente afetados pela obra. Foi por meio dessas ações de resistência que o projeto de construção dos três lagos foi freado, obrigando a ACP a apresentar alternativas de menores impactos socioambientais e, assim, os camponeses passaram a ter voz no debate sobre a execução do “Plan Maestro”.

A execução de grandes obras públicas gera importantes processos sociais que colocam em conflito diferentes grupos e agentes sociais, ou seja, os interessados e os afetados. Diante disso, Tur (2007, p. 18) destaca que no caso da ampliação do Canal do Panamá tem-se, por um lado, a ACP que orienta sua ação para a melhoria e modernização do serviço que presta, a fim de assegurar a viabilidade do canal, seu crescimento e sua sobrevivência enquanto instituição. Por outro lado, está o governo panamenho defendendo que as atividades do canal sirvam para estimular o imprescindível crescimento socioeconômico do país, mas também é acusado de privilegiar interesses econômicos das elites nacionais.

Essa última constatação foi levantada pelo “Council on Hemispheric Affairs” (COHA), instituição independente dedicada à investigação da situação política da América Latina, que denunciou que a construtora responsável pelas obras de ampliação é da família do dirigente da ACP e a instituição financeira que gerenciará o financiamento das obras tem como um de seus diretores, o irmão do referido dirigente. (TUR, 2007, p. 18)

Nesse imbricado conflito de interesses, ainda aparecem os agentes estrangeiros identificados pelas grandes empresas de navegação, as novas potências econômicas asiáticas, os Estados Unidos, as grandes instituições econômicas e financeiras mundiais etc. E, é claro, no final dessa rede se encontram os interesses da população panamenha, principalmente as classes urbanas populares e, mais especificamente, a população camponesa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A complexa questão da ampliação do canal do Panamá e seus impactos socioambientais lança uma discussão geográfica de extrema profundidade e permite uma análise sobre o jogo de relações que está colocado em determinado ordenamento territorial, já que esse incorpora a idéia de uma orientação do espaço para um fim, segundo Moreira (2006).

No debate inicial sobre as diretrizes da ordenação territorial que visavam a construção de um canal que ligasse o oceano Atlântico ao Pacífico foram apresentadas as possibilidades geográficas do México, da Nicarágua e do Panamá. Esse último foi considerado propício e selecionado para a efetivação de tal projeto, demonstrando o quanto uma estreita faixa de terras pode incorporar uma diversidade de interesses e de fins, principalmente interesses geopolíticos externos àqueles da população panamenha ou da população local.

Desde a construção e, principalmente, a ampliação do Canal do Panamá propalou-se um discurso que advoga em favor de um interesse geral para legitimar a execução da obra, ou seja, que tal obra interessa a todos os cidadãos panamenhos. Entretanto, esse processo de ordenação territorial e esse discurso são utilizados como justificativa para que um determinado grupo social se veja obrigado a sofrer os impactos socioambientais e territoriais que, supostamente, beneficiarão a totalidade da população panamenha.

Diante disso, verifica-se que o referido espaço é estruturado a partir da referência na centralidade do uno e não na pluralidade do múltiplo, conforme as palavras de Moreira (2006). O que significa dizer que o espaço de abrangência das obras de ampliação do Canal do Panamá vem sendo estruturado a partir de uma centralidade, configurada pelos interesses da ACP, e as demais espacialidades passam a ser referenciadas e hierarquizadas a partir dela.

A produção do espaço fundamentada na centralidade do uno, segundo Moreira (2006), produz formas de ordenamento territorial organizadas e estruturadas a partir do conflito entre espaço e contra-espaço, em que os atores e agentes do espaço são representados pelos dirigentes da ACP, pelas agências de financiamento e pelo governo panamenho, enquanto que os do contra-espaço são representados pelos camponeses, direta e indiretamente, afetados pelas obras de ampliação do canal do Panamá.

Na presente exposição sobre a conflituosa trama da produção do espaço panamenho, não se teve a pretensão de apontar culpado ou vítima, mas sim de questionar a prática e a forma como são analisados os processos de ordenamento territorial, em qualquer escala geográfica.

Verifica-se que, na análise apresentada, os produtores do espaço do Canal do Panamá são claramente nominados, entretanto aqueles identificados como produtores do contra-espaço são denominados genericamente de “camponeses panamenhos”. Vale destacar que, enquanto analistas da sociedade a partir dos recortes espaciais produzidos por ela e diante de uma complexidade de processos e de interesses que regem essa produção, seriam necessários dados mais precisos e específicos sobre quais são as comunidades camponesas envolvidas no processo, como elas são organizadas, quem fala por elas, quais são os seus vínculos institucionais, ideológicos e financeiros, para o estabelecimento de uma leitura geográfica mais acurada.

Essas informações contribuiriam para minimizar uma análise naturalista das respectivas comunidades, possibilitando entender melhor o imbricado jogo de poder estabelecido em torno das obras de ampliação do Canal do Panamá, pois as ações do contra-espaço também não são neutras e passíveis de questionamento. Conclui-se, então, que o processo de (re)ordenamento territorial exposto ainda é cercado de dúvidas sobre os reais interesses e atores que o envolvem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AUTORIDADE DO CANAL DO PANAMÁ – ACP. Disponível em: <[http://www.pancanal.com/ esp/ history/index.html](http://www.pancanal.com/esp/history/index.html)>. Acesso em: 11 jan. 2008.
- MOREIRA, Ruy. O espaço e o contra-espaço: as dimensões territoriais da sociedade civil e do Estado, do privado e do público na ordem espacial burguesa. In: SANTOS, Milton et al. *Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. p. 71-107
- TUR, Antonio Aledo. Desigualdad y grandes obras públicas: la ampliación del Canal de Panamá. *Portularia*. Huelva (Espanha): Universidad de Huelva Publicaciones, v.7, n. 1, 2007. p. 1-29.

(AGRI)CULTURA CERRADEIRA E O AGRONEGÓCIO: OLHAR ALERTA E GRITO DE CONSERVAÇÃO!

LÚCIA HELENA BATISTA GRATÃO
Universidade Estadual de Londrina

VEREDA DE OLHAR E APREENSÃO – CERRADO E CERRADEIROS!

De Olhos Abertos!

O próprio cerrado está abrindo os olhos
sobre os horrores que são praticados
dentro do seu coração!
Os animais estão de olhos arregalados, espantados ...
as árvores estão abrindo os seus olhos,
os frutos estão criando olhos ...
até os galhos secos viraram olhos.
Só o bicho homem não quer ver!
Ninguém é mais cego do que aquele
que não quer ver.

Projeto Alerta

A composição deste texto tem o propósito de chamar atenção para a ação devastadora do Cerrado produzida pelo avanço da fronteira agrícola e agropecuária – o agronegócio. Ação que retrata uma grande controvérsia entre (agri)cultura e (agro)negócio. Controvérsia não de palavras ou de expressão, mas de valores. Valores ins(es)critos no atos e nas ações de relação com a Natureza.

Por esta vereda de olhar e apreensão, procura-se o despertar do lugar e do sentido do Cerrado no ensino e na pesquisa pelo campo da Geografia, a partir da necessidade de conhecer a biodiversidade através das duas grandes vertentes de saber – natural e cultural. Nesta perspectiva, vislumbra-se no horizonte um campo de pesquisa que contempla

a relação dos povos cerradeiros com a paisagem cerradense, buscando e projetando a conservação do Bioma Cerrado – uma investigação que se (en)vereda pelo trajeto da relação de integração Homem/Paisagem. Uma relação que funda e reforça a existência e a realidade geográfica em que “l’homme se sente et se sache lié à la Terre comme être appelé à se réaliser en sa condition terrestre.” (DARDEL, 1952, p. 46). Este é o (per)curso teórico metodológico que busco (per)correr para (des)vendar as transformações do Cerrado pelo agronegócio – esse ‘negócio’ que transforma o Cerrado no “império da soja” ampliando a desigualdade social e, que cada vez mais, distancia o Homem da (sua) Natureza – física, emocional, espiritual, cultural.

Diante deste cenário, a (geo)graphia deste (con)texto é ins(es)crita pela indignação de uma cerradense pesquisadora/viajante por essas terras interioranas – sertões do Brasil – por onde se estende o Bioma Cerrado. Terras que se encontram literalmente “(des)terradas” por uma prática agrícola de apropriação da terra e dos seus povos e não, por uma (agri)cultura praticada por mãos “laboristas” que lavram a terra e plantam sementes para alimentar os filhos (da terra) e a fome da população brasileira, mas, por máquinas que “arrancam” as raízes da terra e (des)enraízam a sua gente para produzir grãos (soja) para exportação. “Cerrado – “terra prometida” – a mais nova superpotência mundial do agronegócio”. Assim é vendida a imagem (Homem/Paisagem) do Cerrado. Por isso, este texto é escrito por um olhar investigativo indignado diante da ação devastadora desta terra!

Desta postura brotam os ecos de alerta e conservação compostos no título do ensaio como uma chamada, um acordar (de acorde) para o Cerrado no sentido de despertar o “grito” de conservação! É preciso ecoar pela conservação da biodiversidade do Cerrado, entendida como a diversidade da vida – natural, social, cultural, emocional e espiritual. Deste ‘berçário’ nasce a necessidade de (re)cuperar o sentimento de pertencimento – “pertença” – ins(es)crito nos estudos geográficos fundados pelas essências: paisagem e lugar. (In)corporada por esta ‘corporeidade’ de atitude e abordagem, esta (com)posição textual de indignação segue o traçado de uma geografia cultural humanista (DARDEL, 1952; TUAN, 1980; GRATÃO, 2002).

Viajando por estas terras sempre volto indignada com o que “vi” e “senti” pelo que estão fazendo (ou não fazendo) com estas terras que têm

o nome de “Cerrado” – cuja entonação já é um grito! – e que passa a ser “serrado” – literalmente! Não é só um jogo de palavras. É a visão real de um olhar investigativo indignado diante do cenário de devastação! Queimadas, árvores arrancadas, correntões. Terras (des)terradas! Rios secos! Gente sofrida!

Como testemunha também, um outro pesquisador em Prefácio do livro de Duarte e Theodoro (2002, p. 9):

Viajar pelo Cerrado, hoje, é uma experiência insólita. Extensos campos, quase sempre ralos em vegetação, são entrecortados por intrigantes formas geométricas. Trata-se de polígonos delimitando áreas de lavouras ou pastagens extensivas e monótonas. Vez por outra aparecem círculos, rasgados por linhas radiais, onde estão implantados os pivôs centrais da irrigação que seca rios para encharcar terrenos asceticamente desprovidos de flora e fauna nativas.

O Cerrado não é mais aquela ‘monotonia de paisagem natural’ como escreve o viajante francês: “monotonia exasperante da repetição da paisagem que passa, nada atraindo o olhar do viajante. É tudo igual” (JOLY, 1970, p.39). A monotonia hoje, é outra! Produzida pela ‘cultura’ do (agro)negócio. “Extensos campos, quase sempre ralos em vegetação, são entrecortados por intrigantes formas geométricas”. (DUARTE e THEODORO, 2002, p. 9). O Cerrado “virou sojeiro”. Como se lê nas manchetes de jornais nacionais e internacionais: “O Cerrado é a ‘terra prometida’! Cerrado Alimenta o Mundo” (SANTOS, 2004, p. 8); “Arrancada do Brasil: os fazendeiros do País agora alimentam o mundo” (RUBENS, 2004, p. 8). A leitura da matéria publicada a partir da edição internacional da *Newsweek*, de 23 de janeiro de 2004, uma das revistas de variedades de maior circulação na terraNos EUA: “O Brasil – Cerrado – é uma nova superpotência mundial do agronegócio” (RUBENS, 2004, p. 8), deixa a minha indignação ainda mais exasperante diante deste processo de apropriação e que me determina a escrever este texto pela perspectiva da integração Homem/Paisagem, acreditando que os princípios de pertencimento que brotam desta concepção-de-mundo possam abrir ainda mais nossos olhos na direção de uma outra maneira de “ver” e “ser” no mundo – e de fazer geografia – que contempla as essências geográficas postuladas por Dardel (1952) e (in)corporadas por Gratão (2002).

(AGRI)CULTURA CERRADEIRA E O (AGRO)NEGÓCIO – DA ARTE DE CULTIVAR A TERRA À EXPROPRIAÇÃO DA TERRA E DOS POVOS DA TERRA!

Agricultura brota originalmente na “arte de cultivar a terra” praticada por mãos dos povos da terra – (agri)cultura cerradeira – associada à cultura; lavoura. De origem latina *agricultura* (FERREIRA, 1986, p. 65). Agronegócio, expressão que nem consta do dicionário, surge da (com)posição de *agro* do latim *agru* que significa “terra cultivada ou cultivável” (FERREIRA, 1986, p. 65). Pelo (con)texto deste ensaio adquire o significado de terra cultivada por relações de negócio, concebido enquanto relações comerciais; negociação; transação; tráfico (FERREIRA, 1986, p. 1187). Negócio de terras. Desta (com)posição surge a controvérsia entre a arte de cultivar a terra e a expropriação da terra e dos povos da terra! – a prática da (agri)cultura cerradeira e a relação comercial do *agribusiness*.

Veja o que diz o texto de publicação da Agrishow – Panorama Rural – A Revista do Agronegócio:

É no cerrado que está fixada a grande mola propulsora, senão a maior, certamente a mais promissora no longo prazo, de todo esse crescimento e modernização. Estendendo-se por quatro regiões geográficas e ocupando o espaço subocupado do interior do país, o cerrado vem assumindo o lugar e a função de “pulmão” do agronegócio brasileiro (Panorama Rural, 2006, p. 197)

O texto compõe o capítulo “Celeiro do mundo”, que se abre dizendo:

Deu no *Financial Times* de 23 de junho de 2005: “...O Brasil está para a agricultura assim como a Índia está para o comércio exterior e a China para os manufaturados: é uma potência a cujo tamanho e eficiência poucos competidores são capazes de se igualar. (...) Para um país que luta para pagar a sua enorme dívida externa, as exportações agrícolas têm sido uma dádiva divina ...” (Panorama Rural, 2006, p. 194)

Desta controvérsia brota o olhar alerta e ecoa o grito de conservação! como uma (com)posição que busca (des)cerrar atos e atitudes essenciais na compreensão e conhecimento desse espaço-lugar de nome Cerrado, conhecido como “*Berço das Águas*” e que se encontra no centro do Brasil Central.

Desse ‘lugar’ – ‘Coração do Brasil’ – no alto do Planalto Central brotam as águas que se distribuem por todo o território brasileiro na direção de inte-

gração com outros continentes ao desembocarem no mar e ao se encontrarem com as águas oceânicas no grande fluxo hidrológico – fluxo da Vida!

Com esta imagem de “berço das águas” – águas nascentes; águas correntes; águas que brotam; águas que se distribuem; águas que circulam – é importante (de)marcar o ‘lugar’ que ocupa o Cerrado no cenário brasileiro (e no mundo), no sentido de chamar atenção e de despertar para a necessidade da sua conservação! Pelo direito de continuar (re)existindo e cumprir o seu destino como *bioma*, foi contemplado pelo Ato de Criação o *Dia Nacional do Cerrado* – 11 de Setembro! Instituído em 2003 e lançado no III Encontro e Feira dos Povos do Cerrado – “Cerrado: Patrimônio da Humanidade” – realizado em Goiânia/GO, de 11 a 15 de setembro de 2003. No lançamento foi divulgada a Carta do Cerrado apresentada no Fórum de Debates da Assembléia Legislativa do Estado de Goiás em 25 de agosto de 2003.

Em 8 de setembro de 2004, uma corrida indígena de toras abre na Esplanada dos Ministérios o “Grito do Cerrado”, evento em defesa do bioma, encerrado no dia 11 de setembro – *Dia Nacional do Cerrado* – uma iniciativa da Rede Cerrado com sentido de alertar que a região vem sofrendo um intenso processo de desmatamento e degradação nos últimos anos. Pelo eco da secretária-executiva da Rede, Mônica Nogueira,

O Brasil ainda não tem consciência da importância da biodiversidade. [...] No Brasil, o cerrado tem sido visto unicamente como uma área para a expansão da fronteira agropecuária. Há estimativas de que, em menos de 20 anos, ele possa desaparecer (CAMPELO, 2004, p. 7).

O “Grito do Cerrado” alerta também, sobre os povos que habitam historicamente o Cerrado. Na voz de Nogueira, “A gente sempre faz questão de destacar que, junto à diversidade biológica do bioma, há também uma grande diversidade social e cultural” (CAMPELO, 2004, p. 7).

Ao longo do (per)curso de investigação do processo devastador do/no Cerrado ‘encontro’ um outro olhar convergente “no coração do cerrado”, expresso e escrito na forma de romance por uma mulher também goiana (SILVEIRA, 2006), a qual revela a sua indignação sobre a relação de conflitos entre duas culturas a partir de uma personagem que viveu em Goiás no fim do século XVIII. No texto de ‘orelha’ está escrito e transcrevo: “[...] enfrentamento pela posse da mesma terra, impossibilidade de convivência, ódio crescendo de um lado e de outro. Embora se trate de um episódio de quase três séculos, há temas mais atuais do que esse?” Os editores ainda res-

saltam que Guerra no coração do Cerrado que trata da saga de Damiana da Cunha – tida como heroína e catequista para os homens brancos -, líder dos cayapós/panará no território que se estende hoje do Triângulo Mineiro ao Mato Grosso -, é um relato da mais permanente tragédia da nossa história: a guerra de conquista do território indígena pelos colonizadores brancos (SILVEIRA, 2006).

Assim, no mesmo tom de acorde e de alerta repercutido pela tensão entre índios e brancos, o relato de Silveira nos transporta a uma ‘guerra’, cujas conseqüências persistem até hoje. E, então, partindo desta dolorosa inspiração, posso escrever com a mesma grafia, tom e ressonância a expressão: ‘Guerra no Coração do Cerrado’ – esse ‘lugar’ de ‘pulsar hídrico’ no interior do Brasil – Central – onde brota essa ‘terra prometida’ de sustento/rebento e hoje, entrecortada pela apropriação e expropriação dos povos para produzir “alimento para o mundo”.

Por estes múltiplos sentidos e, especialmente, pelo sentimento de “pertencimento”, acredito pertinente a escrita deste texto que trata das controvérsias destas duas vertentes agrícolas – (agri)cultura e agronegócio – para compor um livro que aborda questões agrárias nacionais e internacionais a respeito do campesinato, fazendo uma homenagem ao ilustre geógrafo brasileiro Orlando Valverde, pelo seu valoroso trabalho em defesa da Natureza e dos homens na luta diante das relações de produção no campo. Nesse contexto temático, insere-se o (con)texto do Cerrado. Concebido e compreendido, então, não só pela sua importância como uma das maiores representações da vegetação brasileira, cobrindo em torno de 25% do território nacional (que a cada dia vem sendo desterrada), mas, especialmente, pelo seu ‘lugar’ de re(a)presentação que ocupa no campo da pecuária e da agricultura. Mais ainda, pelo seu “lugar e função” no agronegócio.

O Primeiro Relatório Nacional para a Conservação sobre Diversidade Biológica do Brasil, publicado pelo Ministério do Meio Ambiente – MMA, alerta:

O bioma cerrado, que mais tem sofrido os impactos do avanço da fronteira agropecuária, estende-se por cerca de dois milhões de quilômetros quadrados. (...) Até 1985, a própria política governamental estimulou, por exemplo, um avanço das fronteiras agropecuária e mineradora com pouca atenção para os aspectos ambientais. Mais do que isso, até

estimulou com incentivos fiscais uma ocupação que implicou a conversão de áreas florestais em áreas de agropecuária, em grande parte dos casos, em áreas do Cerrado e na Amazônia. (...) Nas últimas décadas, o processo de expansão das atividades econômicas e sociais no Centro-Oeste e Amazônia foi estimulado também pela abertura e pavimentação de rodovias de acesso ao Centro e Norte, principalmente a partir da década de 70, com a implantação do programa Polonoroeste e a abertura da rodovia BR 364, que fez a ligação do Centro com o Estado de Rondônia. (...) a expansão da agropecuária, à taxa de 3% ao ano, em termos de superfície, já determinou a conversão de 40% da área de floresta para manejo econômico, com perda do bioma total da vegetação originária; em mais de 50% do bioma os ecossistemas naturais remanescentes estão submetidos a algum tipo de manejo econômico; em muitas áreas, subsiste a prática das queimadas na entressafra (para renovação de pastagens ou na abertura de lavouras e pastos) que levam à perda de diversidade biológica e à erosão do solo (MMA, 1998, p. 42-45 *apud* DUARTE e THEODORO, 2002, p. 17)

Também o Documento de Apoio ao Workshop para Discussão e Elaboração do Plano de Ação para os Ecossistemas do Cerrado (MMA, 1998 b), aponta, entre outros dados, para o fato de que: 70% da área dos cerrados ainda não foram adequadamente inventariados e que a população total na área “core” quase duplicou nos últimos 26 anos, ou seja, a pressão antrópica é forte e tende a crescer na região, estimulada pelo modelo econômico desenvolvimentista. Visto como a última reserva de terras para o cultivo de grãos e carnes exportáveis no Brasil, este bioma tem como principal fator de pressão e impacto ambiental o modelo de ocupação do espaço e de produção adotado pelo *agribusiness*,

que têm relação estreita com os padrões de consumo e matrizes energéticas vigentes nos países industrializados, sem levar em plena consideração os impactos econômicos, sociais e ambientais decorrentes para os cerrados, sua população e para o país como um todo (MMA, 1998 b, p. 6 *apud* DUARTE e THEODORO, 2002, p. 18)

Se não bastassem todos esses argumentos, do ponto de vista de políticas públicas: agricultura comercial e familiar no Cerrado; iniciativas socioambientais; de criação de Unidades de Conservação, valeria pelo propósito do debate cultural do espaço de vivência do cerradeiro e a contribuição do ensino e da pesquisa pelo campo da Geografia.

**FRAGMENTO DE UM DIÁRIO DE MEMÓRIA –
DA ARTE DE CULTIVAR A TERRA E DO AMOR AO ‘LUGAR’
– “ALGUMAS ANOTAÇÕES SOBRE UM JARDIM DA VIDA
ONDE O OLHAR SE PERDE NO HORIZONTE”**

Para iniciar a escrita deste fragmento de memória é preciso antes anunciar que a expressão “algumas anotações sobre um jardim da vida onde o olhar se perde no horizonte” foi extraída de “O Jardim da Vida” de Carlos Rodrigues Brandão e Evandra Rocha (2004). Os autores escrevem esta expressão como subtítulo do capítulo “Os Gerais, O Sertão e O Cerrado” para introduzir as primeiras noções deste horizonte de apreensão.

As palavras ‘cerrado’ e as suas derivadas diretas eram usadas no passado e seguem sendo pronunciadas no presente, sempre misturadas com outras e querendo significar mais de uma coisa, quando são faladas pelas pessoas do povo que viveram e vivem nele e dele: as mulheres e os homens do povo que plantam, colhem e criam em suas terras vermelhas. Tal como os personagens dos contos e dos romances de João Guimarães Rosa, as pessoas do cerrado diziam também ‘os gerais’, ‘os campos gerais’, ‘o sertão’, ‘os sertões’. É até mesmo possível que a palavra ‘cerrado’ tenha sido algo que os cientistas e estudiosos tomaram da linguagem popular para denominar aquilo a que os seus moradores dão, também, outros nomes (BRANDÃO e ROCHA, 2004, p. 25).

Assim anunciado, este ensaio constitui ao mesmo tempo, um registro de indignação e de paixão do “olhar de dentro e distante” de uma cerraten-se que vive há mais de 25 anos longe desta terra-chão de nome Cerrado! – com letra Maiúscula e muitas vezes, com exclamação! . Esta é a grafia de (com)posição textual. Como filha de povo do Cerrado, de terras araguaianas – “Sertões do Araguaia” – professora pesquisadora na Universidade Estadual de Londrina, realizei minhas pesquisas de mestrado (GRATÃO, 1992) e doutorado (GRATÃO, 2002) (per)correndo por “campos de Cerrado” e, ao longo dos anos, ensinando Geografia pelas vertentes da Geomorfologia e pelos (per) cursos da Hidrografia. Procurei sempre abordar e contemplar o Cerrado buscando mostrá-lo e dar-lhe visibilidade no cenário da Geografia do Planalto Meridional – Geografia da Mata Atlântica e da Araucária. Nesse ato de ensinar, procurando ‘incluir’ (inclusão) a geografia desta Unidade Geográfica do Planalto Central que se estende

por outras ‘fronteiras’ do interior do Brasil, “que situado sertão é por esses campos-gerais a fora a dentro, eles dizem, fim de mundo ...” (GUIMARÃES ROSA, 1990, p. 7). Esse ‘pedaço de chão’ que se brota, que se encontra e que ocupa o coração do Brasil Central. O sertão está por toda a parte (GUIMARÃES ROSA, 1990, p. 7). O sertão é do tamanho do mundo (GUIMARÃES ROSA, 1990, p. 57).

Com desejo e empenho em apreender este horizonte, venho (vis)lumbrando (des)lumbrando a criação de um “Canto do Cerrado” no “interior” do espaço da Geografia da UEL para desenvolvimento de projetos de ensino, pesquisa e extensão voltados para o Cerrado – Projeto Cerrado! Nesta perspectiva, recentemente, com a reformulação curricular do Curso de Graduação, foi proposta e aprovada e, já ofertada uma disciplina especial de nome “Geografia do Cerrado: Imagens, Paisagens & Personagens”, partindo do objetivo básico que é buscar a interpretação geográfica, cultural e simbólica das imagens, paisagens & personagens do Cerrado.

Seguindo por esta perspectiva acadêmica, têm surgido estudantes-viajantes-caminhantes procurando se embrenhar pelos campos e veredas do Cerrado. Estudantes-aprendizes que tomando contato com esta abordagem geográfica, têm se integrado a Grupos de Estudos, Projetos de Pesquisa, Ensino e Extensão. Integração que conduz a conhecer a sua paisagem e (con)viver com os povos do lugar despertando ao viajante-aprendiz o “olhar alerta”, com olhos também, de indignação pelo que ‘vê’ e o que ‘sente’. “Olhar” que converge com o olhar da pesquisadora-filha da terra! Viajante-caminhante por este campo de investigação.

Que lugar é esse com nome de Cerrado!

Cerrado casa dos filhos
Vegetais e animais
Berço das águas e crias
Coração dos minerais
Fonte de expansão de vidas
Riquezas ambientais

Cerrado velho e vivido
Com experiência e sabença

Segundo maior bioma
De toda América Latina
São dois milhões de quilômetros
Quadrados, que ele domina

Alencar Sampaio (2005, p. 13)

É importante anunciar que quando se fala de Cerrado, em geral se refere ao *bioma cerrado* – o segundo maior bioma do Brasil. Porém, aqui, seguindo nossa perspectiva de apreensão, nosso olhar procura ir além de dois milhões de quilômetros quadrados e dos diversos ecossistemas e da riquíssima flora. Pela nossa visão, o Cerrado é (vis)lumbrado e (des)lumbrado como ‘lugar de habitar’ – cujos povos buscam (re)conhecimento na natureza e na cultura. Por este prisma, é abordado e contemplado do ponto de vista de que o Cerrado abriga também, grande parte da população brasileira, agregando uma pluralidade de costumes, valores e crenças, tendo na cultura uma das principais formas de (re)existência desta gente. E, ainda, pelo pressuposto de que os laços/braços que unem os povos à terra são as tradições e os modos de vida e que as modificações que ocorreram e continuam a ocorrer nos “Sertão dos Gerais”; nos “Sertões de Goiás”; nos “Sertões do Araguaia” e outros “sertões”, pela via capitalista e todos os tipos de *invasões*, cultural, econômica e, principalmente ambiental, fazem com que os ‘elos’ se esvaíam com a transformação do ambiente modificado para receber os novos modos de produção.

Aqui vale lembrar a campanha “sementes patrimônio do povo a serviço da humanidade”, que “ao defender os direitos dos agricultores familiares, dos camponeses e dos povos indígenas de produzirem, guardarem e trocarem as sementes “varietais”, e ao criticar todas as formas e meios de patenteamento da vida, ergue, ao mesmo tempo, uma barreira política e ideológica pluralista para deter essa ofensiva neoliberal, que tenta monopolizar e transformar todas as formas de vida em negócio” (CARVALHO, 2003, p. 11). Como na imagem e no simbolismo da “semente”, o olhar alerta e o grito de conservação se expressam como ecos que entre milhares de outros, ressoam em todo o mundo em defesa da vida e da diversidade natural e cultural.

Assim,

como o ar, a água, a terra, as matas, o sol, integram a natureza e cabe à humanidade protegê-las em seu uso, com a compreensão de que são

recursos existentes antes das gerações humanas, portanto, a apropriação de qualquer e sob que forma for de algum desses recursos constitui-se em uma violação imoral do direito natural, pois esses recursos são patrimônio da humanidade e a ninguém é dado o direito de deles se apropriar, sem que se configure um crime de lesa-humanidade” (PINHEIRO MACHADO, 2003, p. 256-257)

Se embrenhando por labirintos, veredas e campos de investigação geográfica, sempre com “olhar” alerta, vi, ouvi e senti o “grito” de conservação do Cerrado! E desta (a)ventura trago uma mensagem, quem sabe, profética como escreve Carvalho (2003, p. 11-120): denunciando a violência contra a vida, contra todas as formas de vida; afirmando que a vida é frágil e diversificada, mas que tanto essa fragilidade quanto a sua diversidade poderão ser manipuladas por poucos, muito poucos; anunciando que é necessário tratá-las com amor e que cresce em todo o mundo o desejo e a esperança de garantir essa fragilidade e a sua diversidade.

Desse ‘lugar’ se projetam possibilidades de vida porque os povos cerradeiros, agricultores familiares, camponeses, povos indígenas, quilombolas, assim como os seus amigos, parceiros e aliados em torno do Cerrado, já praticam e desejam recuperar maneiras mais harmoniosas de (con)viver, produtiva e socialmente, com a natureza. E que assim fazendo, estão anunciando que outro mundo – além do agronegócio – é possível!

Com esta força emanada dos povos do lugar, ecoamos mais uma vez, os propósitos e fundamentos de abordagem que se anunciam e se realizam na perspectiva de promover a integração dos mais diversos segmentos da sociedade e da ciência, buscando refletir sobre o viver dos homens no espaço e no lugar e os impactos provocados pelo processo de ocupação e de utilização dos seus recursos naturais culturais. Nesta ressonância de acorde geográfico, as páginas deste ensaio são es(ins)critas acreditando que os leitores possam encontrar alertas e gritos capazes de mexer com os sentimentos, comovê-los e estimular sua preocupação diante do futuro desse Bioma Brasileiro! Assim, propondo-se como um (con)texto para os estudiosos e “amantes” do Cerrado, traçando e (geo)graphando projeções para o futuro de ‘um lugar’ que até décadas muito recentes, não servia pra nada”; “uma paisagem monótona”; “uma floresta de cabeça pra baixo”; e, que nos dias de hoje, no mundo do agronegócio é (re)descoberto; tomado; tombado; (des)terrado pelas forças econômicas e políticas que fazem desta terra uma

“mercadoria” de altos custos ambientais e culturais – esse *cháõ* que é o sustento/rebento dos povos do Cerrado!

Olhar alerta e grito de conservação é, a um só tempo, uma busca de ressonância para esse *porvir* – um porvir de existência dos povos do Cerrado! Esta *geograficité* (DARDEL, 1952) que nos inspira e nos conduz à proposição – (com)posição – deste ensaio para um tema tão relevante para aqueles que tratam a terra, a semente, os povos, que mesmo tão ‘distantes’ do Cerrado, (re)conhecem o seu valor! ‘Distantes’ do imaginário sertanejo araguaiano e dos “Sertões de Goiás”; ‘distantes’ da subjetividade imaginária do Rio São Francisco e dos “Sertões dos Gerais”; dos sertões da Bahia, do Piauí e tantos outros. Juntando-se à escrita de cientistas brasileiros e estrangeiros, educadores, comunidade acadêmica, poder público e sociedade civil, comunidades locais e ‘homens do campo’ – trabalhadores rurais -, vislumbra-se um *lugar* privilegiado para o debate a que se ins(es)creve.

O OLHAR APREENDIDO!

Abordar o Cerrado é uma proposta que visa estender-se *além* das fronteiras locais e, especialmente, *ultrapassar* as unidades de paisagens regionais, em busca do “conhecer” outras realidades geográficas naturais e culturais. Já se sabe que o dever do Geógrafo é o de satisfazer a curiosidade das pessoas sobre o mundo em que vivem. As pessoas ficam intrigadas com o caráter único de lugares específicos. Se ao Geógrafo cabe a função de satisfazer esta curiosidade, ele precisa compreender e apreciar os lugares. “Uma boa Geografia começa pelo *olhar*” (HART, 1982 *apud* DICKENSON, AMORIM FILHO, 1996, p. 24). O estudo da paisagem e dos lugares é um dos postulados da Geografia e, seguindo por este caminho é que me (en)veredei pelos campos do Cerrado!

O universo da imaginação geográfica tem-me despertado e conduzido por este campo do ensino e da pesquisa geográfica. Seguir por este campo é ir em busca de revelações através de imagens/paisagens/personagens – cerradeiros! Fazer esse (per)curso significa (re)conhecer o Cerrado como forma e imagem geográfica; como Natureza e Homem se integram na paisagem e no lugar – no seu ‘mundo vivido’.

A (a)ventura de conhecer a paisagem pode ser iniciada de muitas maneiras, porém, sempre revelará algo inédito ou inesperado. A percepção da paisagem é um ato *an passant* de

seqüências, estruturas e dinâmicas, porém, as *experiências ambientais* envolvidas traduzem uma lição pertinente à compreensão mais profunda de nossas próprias percepções e vivências ambientais, diante de tantos e tão diferenciados ecossistemas naturais e construídos (LIMA, 1998, p.12).

No ato de percepção se (per)corre pelos sentidos em busca de novos olhares, novas experiências e percepções. No (per)curso o olhar, a escuta, encontros, conversas, revelações! Este (per)correr de intencionalidade se torna uma lição de sabedoria, interpretações toponímicas e toponímicas; interpretações de imagens e cenários, sentimentos e emoções (TUAN, 1976; LIMA, 1998). Com este corpo de intencionalidade, busca-se o elo entre o homem e o mundo vivido; aquele mundo repleto de ambigüidades e cheio de significados. Uma postura conduzida pelo olhar e interpretação livre dos pré-conceitos. Captados pelo aguçar do “olhar” geográfico, compreendemos melhor este espaço. Seguindo pelo olhar da percepção fenomenológica de Edward Relph, “os espaços não são vazios e abandonados, a eles se atribuem qualidades e significados, nos contextos necessários e significantes de todas as nossas ações e proezas” (RELPH, 1979, p. 8).

Por este caminho de abordagem, o procedimento metodológico é conduzido pela (a)ventura de conhecer a paisagem e encontrar os lugares através dos horizontes da Geografia Humanista que reflete sobre fenômenos geográficos com propósito de alcançar o melhor entendimento do homem e da sua condição (DARDEL, 1952). A Geografia Humanística “procura um entendimento do mundo humano através do estudo das relações das pessoas com a natureza do seu comportamento geográfico, bem como dos seus sentimentos e idéias a respeito do espaço e lugar” (TUAN, 1982, p. 143). Esta geografia concebida e orientada,

tem a ver com princípios, com as origens do significado e da experiência. É concernente a fenômenos tais como ansiedade, comportamento, religião, lugar, toponímia, toponímia e toponímia que não podem ser compreendidos somente através da observação e medição, mas, que devem primeiro, serem vivos para serem compreendidos como eles realmente são (WILD, 1963, p. 20 *apud* RELPH, 1979, p.1).

Esta geografia que é também, “um relato do espaço, do tempo, do mundo “vivido”” (MEARLEAU-PONTY, 1994, p.1). Um (trans)curso de olhar que nos permite conceber múltiplas maneiras de captar a paisagem. A cada momento e a cada olhar, temos dimensões paisagísticas diferentes, quando fenômenos e elementos naturais e/ou humanos numa interação constante, dão ao lugar uma singularidade que lhe é própria, formando diferentes níveis de percepção ambiental sejam eles individuais ou coletivos. Assim, atribuindo valores ao olhar, tornando a experiência, a percepção e a interpretação, conceitos chave na investigação geográfica.

**Horizonte de contemplação!
Olhar intrigante! Grito ressonante!**

Muitos anos confundiram
Suas árvores tortuosas
Seus arvoredos pequenos
Matas ralas e espaçosas
Com terra que só servia
Para plantar mandioca

Então olharam o Cerrado
Com os olhos do preconceito
Por não verem suas belezas
Não garantiram o direito
De proteção ao bioma
Ficando à morte sujeito.

Alencar Sampaio (2005, p. 15)

Ao contrário do que se pode pensar em virtude das aulas ensinadas nas salas de ensino médio e fundamental, o Cerrado está muito além de um simples bioma homogêneo, vasto, constituído de árvores dispostas espaçadamente, com galhos retorcidos, casca grossa e raízes profundas para a defesa contra o fogo, de solo pobre em nutrientes, e rico em alumínio e ferro. Esta é uma imagem que se encontra na força produtiva de transformação da terra em recurso; força que ‘(des)terra’ o Cerrado (des)enraizando o seu povo e a sua cultura – os saberes e o sabores.

Em busca de novas realidades geográficas, paisagísticas e culturais; de novas descobertas, de novos lugares que para muitos, são desconhecidos, o Cerrado acaba por nos revelar uma outra paisagem; uma outra imagem; um outro modo de ver, viver e de ser, pela sua própria cultura expressa nos hábitos e nos costumes dos seus povos.

O viajante, ao *encontrar-se* no Cerrado, surpreende-se pela exuberância das formas e das cores. E, intrigado com esta imagem/paisagem, indaga: Onde está a monotonia do Cerrado? Até então, o que se sabia e se ouvia do Cerrado era: “É tudo igual”. O próprio título do capítulo do livro de Joly (1970, p.35-48) “A Monotonia dos Campos Cerrados”, sugere essa imagem/paisagem do Planalto Central. Diz o autor: “O título deste capítulo menciona um fato conhecido por todos os que viajam na região do Brasil Central, a monotonia exasperante da repetição da paisagem que passa, nada atraindo o olhar do viajante. É tudo igual” (JOLY, 1970, p. 39). Joly não apresenta uma imagem positiva da paisagem do Cerrado { ... } “raramente algo diferente pode ser observado durante a rápida passagem do ônibus ou do automóvel { ... } É repetição incessante e cansativa aliada ao mormaço insuportável e a quase falta de sombra que transformam as longas travessias em penosas jornadas” (JOLY, 1970, p. 39, 40). Esse é um “olhar” lançado pela janela do carro; não é um “olhar” experienciado ou vivido. Vê-se que esse viajante/pesquisador não estabelece nenhum vínculo de pertencimento no/ou com o Cerrado.

O novo *viajante* continua intrigado: “Onde está a monotonia desta paisagem de tantas formas e cores?! O “olhar” intrigante se torna mais revelante quando a *viagem* é conduzida pelo olhar da *gente do lugar* – ‘nativo’ – ou seja, pelos filhos do Cerrado! Com suas raízes plantadas, ‘fincadas’ no ‘chão cerratense’ que apresentam e projetam o (seu) ‘mundo-vivido’ – cerradeiro – pelo campo do Cerrado. Por este campo experiencial – cerratense – tenho procurado despertar e orientar meus alunos e meus projetos no sentido do “olhar” atento para o Cerrado conduzido na direção (re)conhecer a paisagem, o lugar e os seus personagens.

GRITO DAS ÁGUAS! GRITO DA VIDA!

O Cerrado encontra-se em contato com os grandes biomas brasileiros: a Floresta Amazônica, a Mata Atlântica, o Pantanal e a Caatinga, o que

permite um rico e constante fluxo de biodiversidade. Pela sua exuberância, foi chamado de “Jardins Florestais Orquestrados” pelos naturalistas estrangeiros que viajavam pelo interior do país no século XIX. As suas matas de galeria (en)cobrindo córregos, riachos e rios como verdadeiros corredores ecológicos, protetoras das águas que, partindo do Planalto Central, escorrem para formar as três maiores bacias hidrográficas do país: a do Araguaia/Tocantins/Amazonas; a do São Francisco e a do Paraná/Plata. De “Águas Emendadas” os únicos limites são os “divisores de água” – expressão que utilizo para (re)conhecer a fluidez das águas – *correnteza*. Por conta desse fenômeno hídrico, o Cerrado é concebido como o *berço das águas* lembrado e celebrado como *fonte das águas* – fonte de Vida! “Sistema ecológico dos “sertões de dentro”, e que alguns poetas e cientistas lembram como o “o pai das águas”, drena a água em todas as direções do País e multiplica espécies vegetais e mesmo de fauna em variedades bem maiores do que se imagina quando se o conhece mais de perto” (BRANDÃO, ROCHA, 2004, p. 27).

No seio de uma belíssima vereda longilínea, talvez mais delgada do que tantas que o Cerrado abriga, encontra-se o extraordinário fenômeno geográfico da dispersão das águas, vertendo de um mesmo ponto para duas grandes bacias hidrográficas em direções opostas, Tocantins e Paraná. O Córrego Vereda Grande, deslizando suas águas cristalinas para o norte, encontra o Rio Maranhão que vai alimentar o caudaloso Rio Tocantins. Para o sul, o Córrego Brejinho engrossa o Córrego Fumal em direção ao Rio São Bartolomeu, depois Corumbá, desaguando no Paranaíba para formar o Grande Rio Paraná. Este extraordinário fenômeno geográfico encontra-se no interior de uma pequena área no centro do ‘coração’ do Cerrado Brasileiro, situada no extremo nordeste do Distrito Federal, na região Administrativa de Planaltina (SEMATEC, s.d.) com o nome de Estação Ecológica de Águas Emendadas com o sentido de proteger e conservar as nascentes dispersoras de águas brasileiras que se encontram no coração do Cerrado! Diante deste fenômeno, o Cerrado é concebido como “o pai” das águas e as veredas “a mãe” das águas. Desta concepção brota “o grito das águas” pela conservação do Cerrado como Fonte de Vida!

Muitos são os estudiosos e ativistas que se põem a “alertar” para o risco ambiental causado pelos (diversos) interesses nacionais e internacionais, que têm voltado suas atenções para as águas brasileiras, principalmente, o aquífero Guarani, cuja parcela se encontra sob os solos do Cerrado. Interesses

particulares e privados que pretendem transformar em divisas as riquezas naturais proporcionadas pela água. Neste cenário de interesses e de comércio do Cerrado, pode-se afirmar, com segurança que o descaso com que tem sido tratado e, o resultado desta política de interesses econômicos, é o processo acelerado de degradação ambiental.

Em vista disso, uma parcela de 2% de seu território encontra-se protegida na forma de Parques Nacionais e Reservas. No entanto, esta é uma iniciativa insuficiente diante da gravidade que atinge a atual degradação. Mesmo os parques criados não disponibilizam de condições técnico-administrativas que permitam a fiscalização. Aliado a esses problemas, tem-se a precariedade de recursos destinados aos órgãos federais e estaduais de meio ambiente; as políticas de incentivos desenvolvimentistas e predatórias dos recursos naturais e a intensa especulação de terras (agronegócio). E, ainda, a falta de uma política pública realmente voltada para a recuperação e conservação do bioma.

Nesse ritmo, com tanta riqueza que ainda guarda, o bioma Cerrado está profundamente ameaçado, e com ele, os seus povos, pelo acelerado avanço da expansão da fronteira agrícola e agropecuária. Sabe-se que grande parcela da cobertura vegetal já foi (des)terrada! Como afirmam Alho e Martins (1995, p.7):

a idéia de ocupação do Planalto Central Brasileiro teve sua maior expressão na mudança da capital do país para a região do Cerrado (Brasília, DF), em 1960, e pelo incentivo à agricultura ligada à adoção de estratégias e políticas de desenvolvimento e investimentos em infraestrutura entre 1968 e 1980 (ALHO e MARTINS, 1995, p.7).

Nessa análise, segue Mantovani:

Foi notadamente em meados da década de 60 que houve expansão acentuada da agropecuária nas regiões ocupadas pelo Cerrado, a partir de Mato Grosso do Sul, Goiás e Minas Gerais, chegando em seguida, ao Mato Grosso, Tocantins, Sul do Piauí e Oeste da Bahia” (MANTOVANI, 2003, p. 393).

Nesta corrida de fronteiras, as estimativas são alarmantes! Gritantes! A agricultura comercial moderna, como a maior produtora de soja – pelo negócio de terras no Cerrado -, é responsável pelo intenso e irreversível processo de degradação das nascentes de rios. Uma ação (des)terradora desse processo foi registrada por Gratão (2002) ao longo da d’ “*O Rio*”- ARAGUAIA! quando foi

em busca das suas *nascentes* e, diante do *berço* que envolve a magia dos “olhos d’água” do “Grande Rio” brotando, pulsando, se surpreende e desabafa:

Uma nova imagem surge no horizonte da chapada de múltiplos vales. Nas “andanças” pelas cabeceiras, pelas chapadas o que se *via*, e o que se *perdia de vista* era só desmatamento. O Cerrado foi literalmente “serrado”, derubado, arrancado de suas raízes. No seu *lugar* só se *viu*, no *perder de vista*, intermináveis plantações. Uma verdadeira *invasão de culturas*, que nada tem a ver com as culturas *cerratenses* (GRATÃO, 2002 p.113).

Assim expressa a pesquisadora (...) na certeza de que é preciso (re)cuperar o *sentido* d’ “*O Rio*”, na perspectiva da *Topofilia*” (GRATÃO, 2002 p.113). (Re)cuperar “*O RIO*” é dar vida ao Cerrado e aos seus povos!

O que deveria proteger aquele ‘berço’ decompõe-se através de enormes feridas provocadas por voçorocas e os ‘olhos da terra’ são soterrados! E a Vida comprometida! Diante deste cenário, a pesquisadora adverte: “A relação entre o Homem e a Natureza estabelecida pelo modelo econômico de ocupação e apropriação do solo agrícola, implantado na década de 1970, transformou as paredes de proteção do berço em verdadeiras crateras ou ruínas” (GRATÃO, 2002, p. 112). O que foi visto, sentido e vivido ao longo deste (per)curso pelas cabeceiras d’ “*O Rio*” – ARAGUAIA! foi um verdadeiro crime contra a Natureza! Contra a Vida! A morte das *nascentes* ... é a morte d’ “*O Rio*”.

Esta é a realidade que vem chamando a atenção para o processo devastador que vem transformando o Cerrado no agronegócio. A presença humana nesse bioma é milenar, com registros de, no mínimo, 11 mil anos. As populações pré-colombianas realizaram uma extensa interação com o ambiente do Cerrado, sobretudo com a vegetação e a fauna. Atualmente, sua sociodiversidade é formada por comunidades indígenas, agroextrativistas, ribeirinhos, remanescentes de quilombos e tantos outros povos, que retiram dele sua fonte de vida, sustento e sabedoria. Associar a cultura como elemento de estímulo à conservação, é uma das maneiras de ajudar as pessoas a reconquistarem seu papel de cidadãos. A parceria e a relação de confiança entre as comunidades são fundamentais. Se o Cerrado ainda agoniza pela força da devastação, no seu interior existem povos que podem salvá-lo. Gente que precisa dele para (sobre)viver! Gente que (re)conhece nele o valor da Vida! Nesse (re)conhecimento desperta o “olhar” alerta para a degradação natural e cultural e fortalece o “grito” de conservação!

“ECOS” DE ALERTA E CONSERVAÇÃO!

Com “ecos” de alerta e conservação encerro a (com)posição deste ensaio como uma maneira de ampliar/ressoar o (re)conhecimento do Cerrado, não só por aqueles que “pesquisam em salas de aula”, mas, todos que, de uma forma ou de outra, experienciam e vivem o Cerrado! Surgiu com o propósito de agregar valores ao tema, tanto pelo conhecimento quanto pelo sentido geográfico cultural, imaginário e simbólico que representa e que guarda o Cerrado, como declararam Safraide & Gratão (2003): a busca por novos valores é essencial e deve ser perseguido por todos através dos múltiplos caminhos em busca de novos olhares. Revelam ainda, que a paisagem guarda memória e (re)cupera memória! O Cerrado, horizonte deste “olhar”, revela a imbricação de elementos naturais e culturais como expressão de identidade da paisagem, a diversidade e a singularidade de cada imagem e lugar. Revelação de saberes & sabores!

Pela abordagem temática, procurou-se tecer algumas reflexões no sentido de descobrir e apontar caminhos na direção de minimizar os impactos ambientais sobre o bioma Cerrado (VERDÉSIO, 1994). Algumas direções foram aqui apontadas e traçadas seguindo a trajetória principal pela qual o Cerrado deve ser conhecido num todo, do ponto de vista da biodiversidade, diversidade paisagística, ecológica e cultural. O Cerrado deve ser contemplado e apreendido pela perspectiva da natureza e da cultura.

Por esta trajetória, na convergência de saberes são construídas ações que promovam atividades autosustentáveis, que nas suas origens não esgotam a sustentabilidade dos elementos da terra e dos povos da terra!

Diante do horizonte vislumbrado, contemplado e (des)velado ao longo do texto, muitas são as interrogações. Algumas são mais inquietantes, tais como: Como fica o *Cerrado* diante de tantas agressões? Como fica o *Cerrado* que, em parte, já deixa de existir para as gerações do presente? Como fica a arte de cultivar a terra diante da apropriação e expropriação da terra e dos povos da terra? Como fica o pequeno produtor que usa de fato a terra para sua sobrevivência ou vive da extração dos frutos da terra?

Não é plantação de soja que vai alimentar essa gente! Só uma parcela muito ínfima da população se beneficia com esse grande negócio – agronegócio.

São questões que alertam e gritam pelo lugar-de-ser-no-mundo-da-cultura!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALENCAR SAMPAIO, Antonio. *Conhecendo o Cerrado*. Goiânia: Kelps, 2005.
- ALHO, C.J.R. & MARTINS, E. S. (eds.) *De grão em grão o cerrado perde espaço: Cerrado – Impactos do processo de ocupação*. Brasília: WWF – Fundo Mundial para a Natureza, 1995.
- BRANDÃO, Carlos R.; ROCHA, Evandra. *O Jardim da Vida*. Goiânia: UCG, 2004.
- CAMPELO, Rafael. Cerrado corre o risco de desaparecer. In: *Folha de Londrina*, Londrina, 9 set. 2004. Geral, p. 7.
- CARVALHO, Horacio M. (Org.). *Sementes – patrimônio do povo a serviço da humanidade*. São Paulo: Expressão Popular, 2003.
- DARDEL, Eric. *L'Homme et La Terre – Nature de la réalité géographique*. Paris: PUF, 1952.
- DICKENSON, John P; AMORIM FILHO, Oswaldo B. *Geografia Experiencial: uma perspectiva binacional*. Caderno de Geografia, Belo Horizonte, v. 6, n. 7, p. 23-32, jul. 1996.
- DUARTE, Laura M. G.; THEODORO, Suzi H. (Orgs.). *Dilemas do cerrado: entre o ecologicamente (in)correto e o socialmente (in)justo*. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.
- FERREIRA, Aurélio B. H. *Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- GRATÃO, Lúcia Helena B. *Geomorfologia e Urbanização – a produção da cidade e a produção do relevo*. 1992. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia Letra e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- GRATÃO, Lúcia Helena B. A Poética d' "O Rio" Araguaia! De Cheias ... & Vazantes ... (À) Luz da Imaginação! 2002. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia Letra e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- GUIMARÃES ROSA, João. *Grande Sertão: Veredas*. São Paulo: Círculo do Livro, 1990.
- JOLY, Aylton. B. *Conheça a Vegetação Brasileira*. São Paulo: EDUSP/Polígono, 1970.
- LIMA, Solange T. Trilhas Interpretativas: a aventura de conhecer a paisagem In: *Cadernos do III Encontro Interdisciplinar Sobre Estudos da Paisagem*. Rio Claro: Unesp, 1998.
- MANTOVANI, Waldir. A degradação dos biomas brasileiros. In: RIBEIRO, Wagner C. (Org.). *Patrimônio Ambiental Brasileiro*. São Paulo: EDUSP, 2003.

- MEARLEAU-PONTY, Maurice. *Fenomenologia da Percepção*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.
- MMA/BRASIL. *Primeiro Relatório Nacional para a Conservação sobre Diversidade Biológica – Brasil*. Brasília, 1998.
- MMA/BRASIL. *Documento de apoio ao workshop para discussão e elaboração do Plano de Ação para os Ecossistemas do Cerrado*. Brasília, 1998 b.
- NASCIMENTO, Itaborai V. *Cerrado, o Fogo como Agente Ecológico*. Goiânia: UCG – Instituto do Trópico Sub-Úmido, 2001.
- PANORAMA RURAL. *A Revista do Agronegócio*. São Paulo: Publiê, 2006.
- PINHEIRO MACHADO et all. Sementes, direito natural dos povos. In: CARVALHO, Horacio M. (Org.). *Sementes – patrimônio do povo a serviço da humanidade*. São Paulo: Expressão Popular, 2003. p. 244-258.
- RELPH, Edward C. As Bases Fenomenológicas da Geografia. In: *Revista de Geografia*. vol. 4, n.7, p. 1-25, abr. 1979.
- RUBENS, Manoel. *A Arrancada do Brasil: os fazendeiros do país agora alimentam o mundo*. Diário da Manhã, Goiânia, 28 fev. 2004. Economia, p. 8.
- SAFRADE, Alessandro e GRATÃO, Lúcia Helena B. *Os Olhos da Mata: Caminhada Perceptiva pelas Trilhas do Parque Mata dos Godoy, Londrina*. In: MARRANDOLA, E., FUSCALDO, W. e FERREIRA, Y. N. *Geografia, Ciência e Filosofia: Interdisciplinaridade e Interfaces do Conhecimento*. Londrina: Humanidades, 2002. p. 214-215.
- SANTOS, Pablo. Cerrado Alimenta o Mundo. In: *Diário da Manhã*, Goiânia, 28 fev. 2004. Economia, p. 8.
- SEMATEC – Secretaria do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia. *Estação Ecológica de Águas Emendadas*. Brasília: Governo do Distrito Federal, s.d.
- SILVEIRA, Maria J. *Guerra no Coração do Cerrado*. Rio de Janeiro: Record, 2006
- TUAN, Yi-Fu. Geografia Humanística. In: CHRISTOFOLETTI, A. *Perspectivas da Geografia*. São Paulo: DIFEL, 1982. p.143-163.
- TUAN, Yi-Fu. *Topofilia – Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. São Paulo: DIFEL, 1980.
- VERDÉSIO, Ivan. J. As Perspectivas Ambientais do Cerrado Brasileiro. In: *Cerrado*. Brasília: UNB, 1994.

SOBRE OS AUTORES

ANTONIO JOSÉ ALEDO TUR

Geógrafo, Professor Titular de Sociologia Ambiental do Departamento de Sociologia e Teoria da Educação da Universidade de Alicante. Suas últimas pesquisas estão voltadas à análise dos impactos das grandes obras públicas e privadas em áreas litorâneas e em comunidades rurais, com destaque para as regiões da Louisiana, Yucatán, Amazônia, Alicante, Murcia e Huelva. É integrante do grupo de pesquisadores que atuam no Projeto Aquadapt, da União Européia. Suas publicações incluem: *El fracaso del ecologismo* (Universidad de Puerto Rico, 2004), *Globalización y pobreza urbana* (Bilbao, 2004), *Desigualdad, urbanismo y medio ambiente* (UCAM, 2002), *Sociología ambiental* (Granada, 2001), *Introducción a la Antropología Ecológica y Ambiental* (UCAM, 1999), *El bajo segura: análisis turístico* (Alicante, 1997) e *El turismo inmobiliario* (Alicante, 1995).

ANTONIO THOMAZ JÚNIOR

Geógrafo, Doutor pela Universidade de São Paulo, Pós-Doutor pela Universidade Estadual de Campinas/Faculdade de Geografia e História da Universidade de Santiago de Compostela. Professor da Universidade Estadual Paulista, Campus de Presidente Prudente, com atribuições na Graduação e na Pós-Graduação em Geografia. É editor das Revistas *Terra Livre* e *Pegada*, co-editor dos livros *Geografia e Trabalho no Século XXI*, Vol I (2004) e Vol II (2006) e autor dos livros: *Por trás dos canaviais os nós da cana* (Annablume/Fapesp, 2002) e *Geografia passo-a-passo* (Centelha, 2005).

ARIOVALDO UMBELINO DE OLIVEIRA

Doutor em Geografia pela Universidade de São Paulo e Professor Titular da Universidade de São Paulo. Suas pesquisas estão concentradas nos seguintes temas: Geografia Agrária, Fronteira, Estrutura Fundiária, Conflitos de Terra, Questão Agrária e Território Indígena, as quais resultaram na publicação de 16 livros, entre os quais *Agricultura camponesa no Brasil* (Contexto, 2001), *Integrar para não entregar* (Papyrus, 1988) e *Modo de produção capitalista e agricultura* (Ática, 1986). Foi também organizador do livro: *O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social* (Casa Amarela-Paz e Terra, 2004), entre outras publicações.

BERNARDO MANÇANO FERNANDES

Doutor em Geografia pela Universidade de São Paulo, Professor da Universidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente, onde atua na Graduação e na Pós-Graduação em Geografia. É presidente do conselho editorial da coleção Geografia em Movimento, publicado pela Editora Expressão Popular. É Assessor da Via Campesina (Brasil), Coordenador de grupo de trabalho – Consejo Latino-Americano de Ciencias Sociales (Clacso) e do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma agrária (NERA). Possui inúmeros trabalhos científicos publicados, com destaque para a organização do livro Geografia Agrária: teoria e poder (Expressão Popular, 2007), A formação do MST no Brasil (Vozes, 2000), e MST-Formação e Territorialização (Hucitec, 1996)

CLIFFORD ANDREW WELCH

Possui bacharelado em American Studies pela University of California em Santa Cruz, mestrado em História pela University of Maryland em College Park doutorado em História pela Duke University. É Professor da Universidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente, onde atua na Graduação e na Pós-Graduação em Geografia, atuando também como pesquisador do Núcleo de Estudos, Projetos e Pesquisas em Reforma Agrária – NERA – da UNESP – Presidente Prudente. Além dos inúmeros artigos publicados em periódicos especializados, destaca-se a publicação dos livros A semente foi plantada: as raízes paulistas do movimento sindical dos trabalhadores rurais do Brasil (Expressão Popular, 2008), e Lutas camponesas no interior paulista: memórias de Irineu Luis de Moraes. (Paz e Terra, 1999), entre outros.

DEISE FABIANA ELY

Licenciada e bacharel em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina, mestre em Geografia pela Universidade Federal de Goiás e doutora em Geografia pela Universidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente. É professora da Universidade Estadual de Londrina, onde atua na Graduação e na Pós-Graduação em Geografia, atuando também como pesquisadora do Laboratório de Arranjos Territoriais e Climatologia Geográfica, tendo publicado inúmeros artigos em periódicos especializados.

ELIANE TOMIASI PAULINO

Geógrafa, Doutora em Geografia pela Universidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente. É professora do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Londrina, atuando na graduação e na pós-graduação em Geografia. É autora do livro: *Por uma geografia dos camponeses* (Unesp, 2006), co-autora do livro *Geografia Agrária: teoria e poder* (Expressão Popular, 2007), entre outras publicações em periódicos especializados.

HÉCTOR MONDRAGÓN

Economista, atua como assessor do Conselho Nacional Campesino da Colômbia e na Organização Nacional Indígena da Colômbia. É professor de Universidade Cooperativa e da Escola Superior de Administração Pública de Bogotá. Como pesquisador, é integrante da Rede de Investigação e Ação sobre a Terra, possuindo diversas publicações em periódicos especializados e mídia impressa.

HENRY VELTMEYER

PhD em ciência Política, professor de Sociologia e de estudos internacionais na Universidade de Saint Mary, Halifax, Canadá. Viveu e trabalhou durante vários anos na América do Sul, daí seu interesse pelos temas latino americanos, com destaque para os movimentos sociais e lutas camponesas pela posse da terra. Além de atuar no Programa de Desenvolvimento Internacional na Atlantic Canada Studies University, é professor convidado na Universidade Autônoma de Zacatecas, México e Editor-Chefe do Jornal canadense de estudos internacionais de desenvolvimento.

JAMES PETRAS

Sociólogo, é professor da State University of New York. Professor visitante de universidades da Europa, Ásia e América Latina, foi também diretor do Centro de Estudos Mediterrânicos em Atenas. Possui mais de 40 livros publicados, alguns traduzidos para o português, entre os quais *Ensaio contra a ordem* (Scritta, 1995), *Armadilha neoliberal* (Xamá, 1999), *Hegemonia dos Estados Unidos no novo milênio* (Vozes, 2000) e *Imperialismo e luta de classes no mundo contemporâneo* (Edufsc, 2007) .

JOÃO EDMILSON FABRINI

Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente. É professor do Departamento de Geografia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná-Unioeste, onde atua na graduação e na pós-graduação em Geografia. É autor dos livros: *A Resistência Camponesa nos Assentamentos de Trabalhadores Sem Terra* (Edunioeste, 2003), *Assentamentos de Trabalhadores Rurais Sem Terra*. (Edunioeste, 2001) e *A Posse da Terra e os Sem Terra no Sul de Mato Grosso do Sul*. (AGB Corumbá, 1996), entre outras publicações.

LÚCIA HELENA BATISTA GRATÃO

Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal de Goiás, mestrado e doutorado em Geografia pela Universidade de São Paulo. É professora do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Londrina, atuando na graduação e na pós-graduação em Geografia. Pesquisadora do Laboratório IMAB, é autora de vários artigos científicos e capítulos de livro.

MARTA INEZ MEDEIROS MARQUES

Geógrafa pela Universidade Federal de Pernambuco, mestre e doutora em Geografia pela Universidade de São Paulo. É professora da Universidade de São Paulo, onde atua na Graduação e na Pós-Graduação em Geografia. Autora de inúmeros artigos científicos em periódicos especializados, publicou também, como organizadora, os livros *Geografia Agrária: teoria e poder*. (Expressão Popular, 2007) e *O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social*. (Casa Amarela / Paz e Terra, 2004) entre outros.

MIGUEL TEUBAL

PhD em Economia Agrária, Membro da CLACSO, Professor titular da Universidade de Buenos Aires. É Investigador Principal do CONICET no Centro de Estudos Avançados da referida Universidade, atuando ainda como professor consultor na Faculdade de Ciências Sociais. Possui diversos trabalhos publicados sobre crise mundial de alimentos, problemas do setor agropecuário na Argentina e pobreza na América Latina, com destaque para os livros: *Crisis y deuda externa; Globalización y expansión agroindustrial;*

¿Superación de la pobreza en América Latina?; Teoría, estructura y procesos económicos; Agro y alimentos en la globalización e El campo argentino en la encrucijada.

ROSEMEIRE APARECIDA DE ALMEIDA

Geógrafa, Doutora em Geografia pela Universidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente. É professora do Departamento de Ciências Humanas da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, campus de Três Lagoas, atuando na graduação e na pós-graduação em Geografia. Preside o conselho editorial da Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas. É autora do livro: (Re)criação do Campesinato, Identidade e Distinção: a luta pela terra e o habitus de classe (Unesp, 2006), co-autora do livro Geografia Agrária: teoria e poder (Expressão Popular, 2007), entre outras publicações em periódicos especializados.

TEODOR SHANIN

PhD em sociologia, foi professor titular do Cambridge University, atualmente é reitor da Universidade de Moscou. Dos livros publicados, vários foram traduzidos para o espanhol, com destaque para *El Marx Tardío y la vía rusa*, *Campesinos y sociedades campesinas*, *Naturaleza y lógica de la Economía Campesina*. Poder-se ia dizer que Teodor Shanin é atualmente um dos expoentes máximos dos estudos sobre o campesinato. Isso porque foi esse teórico russo que refundou na academia o debate conceitual obliterado nas teorias agrárias ortodoxas. O contraponto ao legado marxista clássico, herdado basicamente dos apontamentos de Kautsky e Lênin, que viram no desenvolvimento do capitalismo no campo a eliminação do campesinato, marca sua trajetória acadêmica com uma contribuição ímpar para os estudos agrários contemporâneos.

VALÉRIA DE MARCOS

Graduada e mestre em Geografia pela Universidade de São Paulo, e doutora em Geografia e Pianificazione del Paesaggio – Università degli Studi di Genova. É Professora do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo e pesquisadora do Laboratório de Agrária, atuando na Graduação e na Pós-Graduação. Possui diversos artigos publicados em periódicos especializados bem como capítulos de livros.